CEMIG
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2023

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Companhia Energética de Minas Gerais ("Companhia" ou "Cemig") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Também são apresentadas as declarações dos vice-presidentes que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em nosso encontro anual com os investidores em março de 2023, demos destaque em nossos objetivos de acelerar o processo de transformação da Cemig, com criação de valor aos acionistas e sociedade. Entendemos que esses objetivos somente são alcançados por meio de uma gestão sustentável, buscando sempre a maximização dos resultados e com foco no cliente.

Nossos resultados em 2023 são uma evidência do nosso acerto na implementação de nossa estratégia. Obtivemos um lucro líquido de R$5,8 bilhões, um crescimento de 41,46% em relação a 2022, e um Lajida de R$8,5 bilhões, um aumento expressivo de 23,16%.

No que se refere a gestão da nossa dívida, continuamos na execução da estratégia de redução da nossa exposição cambial, considerando os bonds que emitimos no mercado internacional em 2017/2018, com a recompra em 2023 de mais US$375 milhões, reduzindo a nossa exposição cambial para US$381 milhões. Nossa alavancagem financeira, medida pela relação Dívida Líquida/Lajida ajustado, fechou o ano em 0,89 vez, o que dá espaço para alavancarmos o relevante programa de investimentos previstos para os próximos anos e ao mesmo tempo, manter uma remuneração adequada e atrativa aos nossos acionistas.

Consolidamos a nossa posição como uma das empresas do setor elétrico que melhor remunera os seus acionistas. Declaramos dividendos e juros sobre capital próprio de R$3,1 bilhões em relação ao lucro de 2023, o que representa um relevante e atrativo Dividend Yeld de 12,4%.

Importante destacarmos a disciplina na alocação de capital. Priorizamos os investimentos em Minas Gerais, em nossos negócios mais regulados e com maior segurança de retorno dos recursos aplicados. Em 2023, investimos o expressivo montante de R$4,8 bilhões, destacando-se o nosso investimento no negócio de distribuição, cerca de R$3,34 bilhões, que serão incorporados na Base de Remuneração Regulatória - BRR na próxima revisão tarifária, mas com efeitos positivos imediatos no crescimento do mercado e qualidade do atendimento aos nossos clientes.

Em nosso negócio de distribuição, obtivemos êxito pela revisão tarifária em maio de 2023, com o reconhecimento integral em nossa BRR dos investimentos que fizemos no último ciclo tarifário, de 2018 a 2023. Estamos confiantes no crescimento expressivo dos resultados da Cemig Distribuição S.A. (Cemig D) para os próximos anos, considerando os investimentos relevantes previstos para o próximo ciclo tarifário, de 2023 a 2028, ressaltando mais uma vez a importância desses investimentos para os nossos clientes, que passarão a ter acesso a maior oferta de energia e com maior qualidade.

No setor de geração de energia, a implantação dos Usinas Solares Fotovoltaicas ("UFVs") Boa Esperança e Jusante encontra-se em andamento com cerca de 90% das obras concluídas e previsão de entrada em operação no final do primeiro semestre de 2024. Com investimentos estimados em R$850 milhões, adicionando 188 MWp ao nosso portifólio de geração. No que se refere a geração distribuída, investimos R$95 milhões em 2023. Temos um volume expressivo de investimento na Cemig SIM, para os próximos anos, que certamente consolidarão a Empresa como uma das protagonistas do setor de GD em Minas Gerais e no Brasil.

Mais uma vez tivemos as nossas despesas operacionais totalmente cobertas pelas tarifas nos negócios de distribuição e transmissão, também apresentando Lajida nesses negócios superiores às referências regulatórias, resultados também esperados para 2024.

Somos a maior comercializadora brasileira de energia para os clientes do mercado livre, com um histórico de lucratividade relevante e de sucesso em nossas estratégias de gestão do balanço de energia elétrica. Mas mesmo considerando esse histórico de sucesso, 2023 foi um ano que deve ser comemorado de forma especial. Atingimos um Lajida ajustado de R$1,28 bilhão, fruto da estratégia adequada de comercialização, com antecipação na atuação em relação aos movimentos de mercado, aliado às condições climáticas favoráveis.

Estamos bem posicionados para atuar no mercado de comercialização energia nos próximos anos, buscando o protagonismo através de participação relevante no mercado varejista de energia, com início do fornecimento a partir de 2024, mesmo em um cenário desafiador, com preços depreciados em função do atual desequilíbrio de mercado, com excesso relevante de oferta.

Encerramos o ano com um valor de mercado próximo a R$28 bilhões, número próximo ao observado ao final de 2022, mesmo considerando um relevante pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no ano, de cerca de R$1,8 bilhão e o impacto no quarto trimestre das notícias relacionadas a uma possível federalização da Companhia. Nos últimos anos temos entregado ganhos relevantes aos nossos acionistas, retribuindo à confiança depositada na Administração.

Somos uma empresa reconhecida pela sociedade pela sustentabilidade de suas operações, com 100% de geração de energia de fontes renováveis e participante dos principais índices de sustentabilidade em nível internacional e nacional, sendo a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade e de forma consecutiva há 24 anos.

Todos esses resultados que estamos apresentando nos últimos anos nos trazem otimismo com o futuro, demonstram que estamos no caminho certo e que a estratégia que adotamos de focar os investimentos em Minas Gerais, em negócios em que temos o controle das operações, com disciplina na alocação de capital e eficiência operacional vem se mostrando acertada, com benefícios para a sociedade e criação de valor para os nossos acionistas.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas, na soma de esforços para garantir o protagonismo da Cemig no setor elétrico brasileiro.

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS

A Cemig é uma empresa de capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais e suas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri (Latibex) e seu valor de mercado, ao final de 2023, era de aproximadamente R$27,9 bilhões.

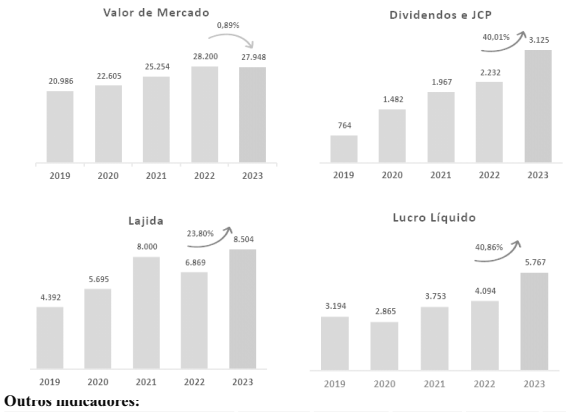
Pelo 24º ano consecutivo, a Cemig integra a carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI World) no período 2023/2024 e se consolida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo, mantendo-se como a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do DJSI World desde a sua criação, em 1999.

Criada há mais de 70 anos, a Cemig é responsável por gerar, transmitir, distribuir e comercializar energia elétrica, proporcionar soluções energéticas e distribuir gás natural. Sua operação está presente em vários Estados do Brasil, tendo como foco a operação no Estado de Minas Gerais. Atualmente, ocupa a posição de maior comercializadora de energia para clientes livres do País, é um dos maiores grupos integrados de energia e é a maior distribuidora de energia da América Latina.

O grupo é constituído pela holding Cemig, pelas controladas Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT), incluindo suas controladas e controladas em conjunto, Cemig Distribuição S.A. (Cemig D), Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig), Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (Sete Lagoas) e pela Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. (Cemig Sim), incluindo suas controladas e controladas em conjunto, totalizando 95 Sociedades e 48 Consórcios, com ativos e negócios em vários Estados do Brasil.

A Cemig supervisiona a gestão e o desenvolvimento das controladas e controladas em conjunto por meio de participação ativa nos órgãos de administração, dentro dos critérios de boa governança corporativa, zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios..

Principais indicadores (R$ Milhões):



Outros indicadores:

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023
GWh faturados	42.214	39.402	43.263	44.895	45.799
Receita líquida (R$ Milhões)	25.487	25.228	33.646	34.463	36.855
Lucro por ação – PN (R$)	2,10	1,69	2,22	1,86	2,62
Quantidade de clientes faturados (em milhares)	8.514	8.697	8.885	9.037	9.217
Quantidade de empregados	5.596	5.254	5.025	4.969	4.918

Nossa missão, visão e valores

Princípios Éticos e Código de Conduta Cemig

Código de Conduta Cemig

O novo Código de Conduta Cemig (http://ri.cemig.com.br) foi revisto e construído com a participação de empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do "Código de Conduta Cemig" (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada por meio do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, por meio de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do "Código de Conduta Cemig".

NOSSOS NEGÓCIOS

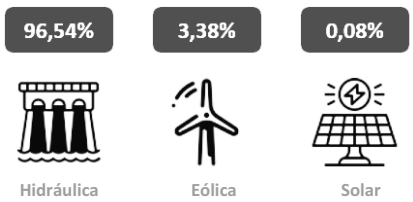
Área de atuação

A Cemig atua em várias regiões do País por meio de seus segmentos operacionais, com uma maior concentração na região Sudeste.

Geração de energia elétrica

Reforçando o compromisso de ser uma companhia sustentável, a matriz energética do parque gerador da Cemig é composta totalmente por fonte de energia limpa e renovável por meio de empreendimentos de fonte hidráulica, eólica e solar.

Composição da matriz energética



Capacidade instalada

Considerando sua controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui participação em 68 usinas, sendo 57 hidrelétricas, 9 eólicas e 2 solares, com capacidade instalada de 5.190 MW, conforme segue:

Usina	Capacidade instalada (MW)[1]
Theodomiro Carneiro Santiago	1.192
Nova Ponte	510
Irapé	399
Três Marias	396
Salto Grande	102
Queimado	86,6
Rosal	55
Sá Carvalho	78
Itutinga	52
Camargos	46
Belo Monte	1.313
Aimorés	148,5
Amador Aguiar I	94,3
Amador Aguiar II	82,6
Funil	81
Igarapava	49,7
Eólicas	175,5
Outras	328,8
Total	**5.190**

A capacidade instalada está apresentada em sua cota de participação da Cemig no empreendimento.

Transmissão de energia elétrica

A Companhia opera e mantém 41 subestações e 5.060 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso, possui ativos, os quais opera e mantém, em outras 11 subestações de outros agentes de transmissão.

Em 2023, a Cemig teve vigentes contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de ativos de transmissão com outras 10 empresas, em 14 subestações e 95 km de linhas de transmissão.

Distribuição de energia elétrica

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico no país, sendo a maior distribuidora da América Latina.

A Cemig D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 1.180 mil consumidores neste perfil, o que representa, aproximadamente, 16% do total de consumidores da classe residencial.

Área de atuação

Número de consumidores por categoria

Classe	Número de Consumidores				
	2023	2022	2021	2020	2019
Clientes Cativos					
Residencial	7.725.836	7.501.704	7.297.174	7.113.837	6.966.696
Industrial	28.437	29.201	29.580	29.525	29.875
Comercial	943.831	948.615	793.708	776.942	805.811
Rural	422.829	462.142	673.008	688.201	647.064
Poder público	69.670	69.302	67.584	66.388	66.855
Iluminação pública	6.659	7.194	6.831	6.144	6.677
Serviço público	13.703	13.586	13.678	13.676	11.906
Subtotal	**9.210.965**	**9.031.744**	**8.881.563**	**8.694.713**	**8.534.884**
Variação %	**1,98**	**1,69**	**2,15**	**1,87**	**1,52**
Clientes Livres					
Industrial	1.221	1.079	965	847	707
Comercial	1.714	1.462	1.263	907	724
Rural	22	14	23	17	7
Serviço Público	22	12	6	-	-
Concessionária (Distribuidora)	8	3	3	3	3
Subtotal	**2.987**	**2.570**	**2.260**	**1.774**	**1.441**
Total (*)	**9.213.952**	**9.034.314**	**8.883.823**	**8.696.487**	**8.536.325**
Variação %	**1,99**	**1,69**	**2,15**	**1,88**	**1,52**

*Exclui o consumo próprio.

Linhas e redes de distribuição

Sua área de concessão abrange 567.478 km2, aproximadamente 96% do Estado de Minas Gerais, com 570.535 km de linhas e redes de distribuição, sendo 129.704 km em área urbana, 421.675 km de redes rurais e 19.156 km de linhas de distribuição, atendendo a um mercado de 9,120 milhões clientes em 2023.

Com o aumento dos nossos investimentos na Cemig D, percebemos o crescimento em linhas e redes de distribuição ao longo dos últimos 5 anos.

Comercialização de energia elétrica

A Cemig é líder no atendimento ao mercado livre no País. Expandimos nossa área de atuação para outros Estados, consolidando a nossa posição com a agregação de novos clientes nos Estados em que já atuamos, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Atualmente possuímos clientes em 25 Estados.

A Cemig, líder de vendas a clientes finais no mercado livre com 15% de participação, ultrapassou recentemente o montante de 1.700 MW médios de energia vendida no mercado incentivado, o que representa quase 17% desse segmento, conforme dados divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Trata-se de uma marca inédita para o mercado e, especialmente, para a Companhia, que vem incrementando suas vendas para esse segmento de forma contínua desde 2010.

Energia Livre Cemig

Com foco em novos mercados, a Cemig inova com o lançamento do "Energia Livre Cemig", um sistema de e-commerce inovador que oferece aos clientes de média tensão a possibilidade de simular e contratar energia renovável podendo gerar desconto na fatura de energia do cliente. A nova plataforma, que revoluciona o setor, foi planejada para tornar a jornada simples e ágil, possibilitando a contratação de energia de forma 100% digital. Atenderá clientes, de todas as regiões do País, que desejam migrar para o Mercado Livre de Energia – ambiente em que a Cemig é líder e referência no setor.

Distribuição e comercialização de gás natural

A Cemig atua no segmento de distribuição e comercialização de gás natural por meio da sua controlada Gasmig, que é a distribuidora exclusiva de gás natural canalizado em todo o Estado de Minas Gerais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Gasmig contava com 95.887 clientes (82.582 em 31 de dezembro de 2022), sendo 98% de clientes residenciais (98% em 31 de dezembro de 2022).

Categoria	Número de clientes	
	2023	2022
Residencial	94.367	81.201
Industrial	100	101
Comercial	1.339	1.201
Automotivo	63	59
Outros	18	20
Total	**95.887**	**82.582**

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2023 começou sob a expectativa de baixo crescimento e inflação anual superior a 5% (Pesquisa Focus indicavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente). A perspectiva era de que a recomposição tributária afetaria preços administrados (especialmente combustíveis), mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa (2,9% e 4,5%, respectivamente, de acordo com a pesquisa Focus mais recente).

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de *commodities*, tanto para a desinflação global como para a brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2pp) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A oferta agrícola também ajudou a reduzir dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos. Em 2023 houve deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA (-0,58%). Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,12%), a inflação encerrou o ano em 4,62%, dentro do intervalo de metas (cujo teto é 4,75%).

O processo de desaceleração da inflação no ano, com sinais de descompressão dos núcleos de preços, permitiu o início da redução da taxa Selic pelo Comitê de Política Monetária – a taxa iniciou o ano em 13,75% e terminou o ano no patamar de 11,75%.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no final do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a simplificação do sistema, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu upgrade da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de energia elétrica

No ano de 2023, a hidrologia foi próxima da média histórica, ficando a Energia Natural Afluente (ENA) do ano em 102% da média de longo termo (MLT) no sistema interligado nacional (SIN). Contudo, o grande destaque foi a elevada ENA verificada na região sul (171% da MLT), devido a formação do fenômeno EL Niño. Por outro lado, o EL Niño impactou negativamente a região Nordeste com 63% da MLT.

Neste cenário hidrológico e com as medidas para preservação do armazenamento, o CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) juntamente com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), coordenaram a operação do sistema com as térmicas em seus valores mínimos operativos ao longo do ano. Ao longo do ano o armazenamento do sistema caminhou próximo aos valores máximos históricos chegando a 88% no final do mês de abril. No final de dezembro os reservatórios fecharam o ano com 60% do seu volume útil, dentre os melhores do histórico recente.

Com uma boa hidrologia, armazenamento elevado e uma grande sobreoferta estrutural o PLD (Preço da Liquidação de Diferenças) médio do Sudeste/Centro-Oeste em 2023 foi de R$72,17/MWh, comparado a R$58,99/MWh em 2022. O PLD permaneceu no seu valor piso (R$69,04/MWh) em 8 meses do ano, sendo que o maior valor foi verificado no mês de novembro, R$84,40/MWh, devido a necessidade de despacho térmico para atender a elevada demanda de ponta durante ondas de calor. A melhora hidrológica de 2023 levou o GSF (*Generation Scaling Factor*) a apresentar um valor médio maior quando comparado a 2022, sendo 0,90 em 2023 em comparação a 0,86 em 2022.

Revisão de garantia física

Por meio da Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, foram revistos os valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamento no SIN, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Dentre as usinas elegíveis, 10 usinas da Cemig tiveram suas garantias físicas revistas, com efeito pouco relevante, conforme abaixo.

Usina	Empresa	Garantia física anterior (MW médios) (1)	Garantia física revisada (MW médios) (1)	Variação %
Theodomiro Carneiro Santiago	Cemig Geração e Transmissão	499,70	474,80	(4,98)
Nova Ponte	Cemig Geração e Transmissão	270,10	256,60	(5,00)
Três Marias	Cemig Geração e Transmissão	239,00	227,10	(4,98)
Irapé	Cemig Geração e Transmissão	207,90	197,90	(4,81)
Salto Grande	Cemig Geração e Transmissão	75,00	73,80	(1,60)
Queimado (Consórcio)	Cemig Geração e Transmissão	67,90	64,60	(4,86)
Sá Carvalho	Sá Carvalho	56,10	54,40	(3,03)
Rosal	Rosal Energia	29,10	27,70	(4,81)
Itutinga	Cemig Geração Itutinga	28,00	26,60	(5,00)
Camargos	Cemig Geração Camargos	21,00	21,60	2,86
Total		**1.493,80**	**1.425,10**	**(4,60)**

(1) Os valores apresentados são integrais, não tendo sido ajustados considerando a participação da Companhia.

Distribuição de energia elétrica

Mercado livre de energia

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, ou seja, de alta e média tensão, poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN (Sistema Interligado Nacional), sendo que os consumidores com carga individual inferior a 500kw precisarão ser representados por agente varejista perante a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os consumidores que optarem pela migração ao mercado livre de energia irão realizar o pagamento do serviço de distribuição de energia e os encargos relacionados ao serviço de distribuição para o concessionário de distribuição da sua localidade, e irão realizar o pagamento do consumo de energia elétrica e os tributos incidentes para o comercializador de energia escolhido.

Reajuste Tarifário Anual

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente em 28 de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 23 de maio de 2023, a Aneel homologou o resultado da Quinta Revisão Tarifária periódica da Cemig Distribuição, para vigência no período de 28 de maio de 2023 a 27 de maio de 2024, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 13,27%. Para os consumidores residenciais (B1) o impacto médio foi de 14,91%.

Na composição do reajuste homologado, a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, representou 0,66%, e a variação dos custos não controláveis, já considerada a devolução parcial dos créditos de Pasep/Cofins, contribuíram com os demais 12,61%.

A remuneração do capital sofreu variação de 15,5% em relação aos valores hoje existentes nas tarifas. Esse acréscimo se deve, principalmente, do incremento da Base de Remuneração Líquida, em vista dos investimentos realizados pela Cemig Distribuição desde sua última revisão tarifária.

Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 26% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 74% são repassados para cobrir custos não gerenciáveis pela Companhia, com destaque para a compra de energia e tributos.

Critérios de eficiência

Uma das exigências do contrato de concessão da Cemig D está associada ao cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão. Eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR[1] (-) juros da dívida[2] ≥ 0; e,
- {Dívida líquida[4] / [LAJIDA[3] (-) QRR]} ≤ 1 / (111% da Selic) (até o término de 2028).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;
2. Dívida líquida x 111% da Selic;
3. Lajida calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;
4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Transmissão de energia elétrica

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAP), dos ativos do sistema existente, que constituiu a receita inicial responsável pelo equilíbrio econômico-financeiro da concessionária.

Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Cemig GT é estabelecida pela Aneel, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap,* o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período. A Companhia atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

Em 2023, deveria ter ocorrido o processo de Revisão Tarifária Periódica da RAP, no entanto, foi postergado pela Aneel para 2024, conforme Despacho nº 402/2023. Assim, para 2023 ocorreu o processo ordinário de reajuste anual da receita de transmissão, que tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de Concessão, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. Este último componente da receita, por sua vez, consiste em um componente financeiro referente a ajustes na RAP de ciclos anteriores.

O resultado do Reajuste Anual da RAP do ciclo 2023-2024, ocorrido em 1º de julho de 2023, foi publicado pela Resolução Homologatória (ReH) nº 3.216/2023. A RAP da Cemig GT (contrato de concessão 006/1997) recebeu reajuste de 31%, composto pelo efeito do reperfilamento do Componente Financeiro da RAP, do Custo Anual dos Ativos da RBSE (Rede Básica do Sistema Existente), da aplicação de IPCA sobre a receita já homologada e reconhecimento dos novos reforços.

A RAP da Cemig GT – Itajubá (contrato de concessão nº 079/2000) e da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais – Centroeste (contrato 004/2005) foram reajustadas em -4,44% no ciclo 2023-2024 frente ao ciclo anterior, refletindo a variação do IGPM do período.

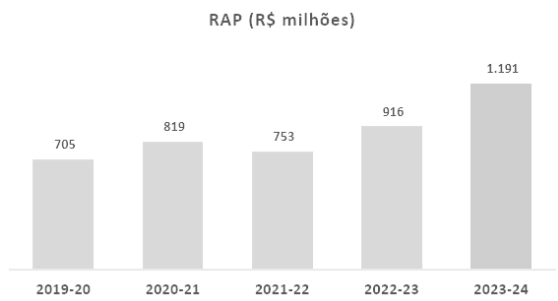
Em dezembro 2023, a Agência julgou os pedidos de reconsideração à ReH nº 3.216/2023, resultando na publicação do Despacho nº 4.675/2023, que reconheceu ajustes na RAP e nas parcelas de ajustes homologadas, notadamente para as receitas do contrato 006/1997. Os efeitos financeiros destes ajustes serão percebidos no ano de 2024, quando do efetivo recebimento das RAPs e parcelas de ajustes – PA.

RAP homologada

Por meio da ReH nº 3.216 de 2023, a Aneel estabeleceu as RAPs para os ativos de transmissão de energia elétrica para o ciclo 2023-24, com vigência a partir de 1º julho de 2023.

	Índice reajuste	RAP ciclo 2022-2023 R$ milhões	RAP ciclo 2023-2024 R$ milhões	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	825,6	1.084,6	31,4%
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	45	43	(4,4)%
Contrato de Concessão – 004/05	IGPM	31,5	30,1	(4,4)%
Contrato de Concessão – 006/11	IPCA	8,9	9,2	3,4
		911	**1.166,9**	**28,1%**

O acréscimo deveu-se principalmente ao efeito do reperfilamento do componente financeiro dos ativos existentes (RBSE) da Cemig GT – 006/1997, cujo valor referente ao ciclo 2023-24 foi 120% superior ao do ciclo de 2022-23, além da entrada de novas obras e correção da receita pelo índice do contrato de concessão.



DESEMPENHO OPERACIONAL

Distribuição

Balanço energético

Em MWh	2023	2022	2021	2020	2019
Venda de energia	**28.114.542**	**26.628.031**	**26.137.805**	**25.357.962**	**25.600.022**
Fornecimento	28.114.542	26.628.031	26.137.805	25.357.962	25.600.022
Suprimento p/ agentes distribuição		-	-	-	-
Consumidores Livres / Dist. / Ger.	23.919.345	22.779.582	22.356.887	20.195.618	19.350.933
Mercado atendido	**52.033.887**	**49.407.613**	**48.494.692**	**45.553.580**	**44.950.955**
Perdas na rede básica	**419.740**	**501.407**	**470.140**	**466.904**	**508.504**
Perdas na distribuição	**6.239.227**	**6.172.362**	**6.135.258**	**6.545.110**	**7.004.818**
Perdas técnicas	4.842.855	4.872.141	4.788.861	4.566.971	4.414.282
Perdas não técnicas - PNT	1.396.372	1.300.221	1.346.397	1.978.139	2.590.536
PNT / energia requerida total %	2,40%	2,32%	2,40%	3,76%	4,94%
Perdas totais - PT	**6.658.967**	**6.673.769**	**6.605.398**	**7.012.014**	**7.513.322**
PT / energia requerida total %	11,30%	11,90%	11,99%	13,34%	14,32%
Energia requerida total	**58.692.854**	**56.081.382**	**55.100.090**	**52.565.594**	**52.464.277**

Geração

Disponibilidade de geração

A disponibilidade de geração é medida por meio do indicador FID (Fator de Disponibilidade), valor adimensional resultante da divisão da disponibilidade apurada nos últimos 60 meses pelo índice de referência definido pela Aneel. Logo, quanto maior o FID, melhor o desempenho do ativo.

A Companhia vem apresetando FIDs crescentes nos últimos anos, atingindo 96,50% em dezembro de 2023. Esse resultado é consequência da busca por paradas programadas cada vez mais eficientes e baixos índices de paradas forçadas.

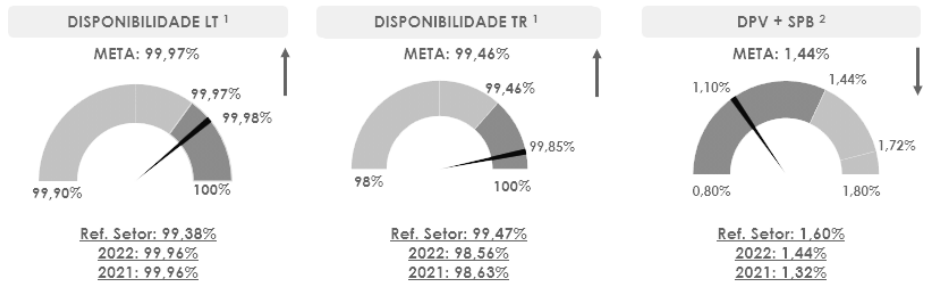
Volume de geração de energia

Geração em GWh	Total 2023	Parcela Cemig
UHE despachadas centralizadamente (1)	47.878,80	13.807,06
UHE não despachadas centralizadamente	1.179,87	943,43
Usinas eólicas	821,02	491,42
Usinas fotovoltaicas	7,29	7,29
Total	**49.886,98**	**15.249,20**

(1) Para as usinas UHE Baguari, UHE Retiro Baixo e UHE Santo Antônio foi considerado o volume de geração de energia até a data da alienação da participação detida pela Cemig GT nessas usinas. Mais detalhes sobre a alienação na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

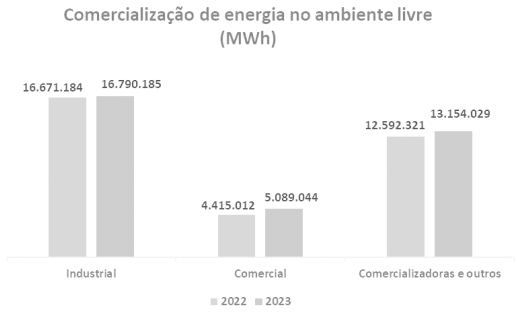
Transmissão

Taxa de disponibilidade de transmissão



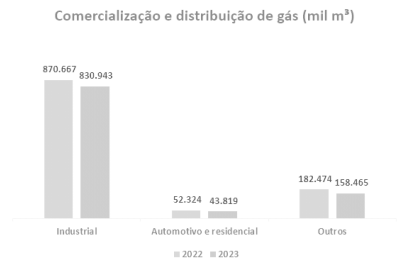
Comercialização

No exercício de 2023, a Cemig comercializou o total de 35.033.258 MWh (33.678.517 MWh no exercício de 2022) de energia no ambiente livre, segregados conforme o gráfico abaixo:



Gás

No ano de 2023, a Gasmig comercializou o total de 1.033.227 mil m³ de gás (1.105.465 mil m³ em 2022), segregados conforme gráfico abaixo:



Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS — GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
Desempenho Consolidado

Resultado do exercício

A Cemig teve um crescimento de 40,86% em seu lucro líquido, sendo R$5.767 milhões em 2023 em comparação a R$4.094 milhões em 2022.

As principais variações em receita, custos, despesas e resultado financeiro, de forma consolidada e segregada por segmento, estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

O Lajida consolidado da Cemig, calculado de acordo com a Resolução CVM 156/2022, aumentou 23,80% em 2023, em comparação a 2022, enquanto a margem do Lajida ajustado passou de 19,93% em 2022 para 23,08% em 2023.

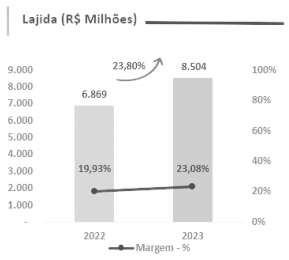
O Lajida consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 16,58% em 2023, em comparação a 2022, enquanto a margem do Lajida ajustado passou de 20,10% em 2022 para 21,92% em 2023.

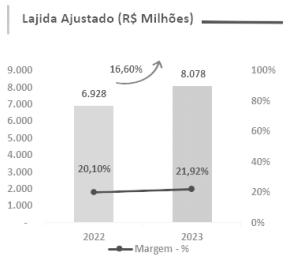
Lajida - 2023 - R$ Milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição	Gás	Holding / Participações	Total
Resultado do período	1.387	465	959	1.611	596	749	**5.767**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	326	114	428	405	248	(437)	**1.084**
Resultado financeiro	12	47	(82)	253	9	140	**379**
Depreciação e amortização	327	1	-	834	94	18	**1.274**
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	**2.052**	**627**	**1.305**	**3.103**	**947**	**470**	**8.504**
Efeitos não recorrentes e não caixa							
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	-	-	-	-	(3)	-	**(3)**
Ganho na alienação de investimento (Nota 15)	-	-	-	-	-	(344)	**(344)**
Remensuração do passivo de pós-emprego (nota 24)	(11)	(7)	(1)	(34)	-	(4)	**(57)**
Outros	-	-	(22)	-	-	-	**(22)**
Lajida ajustado (2)	**2.041**	**620**	**1.282**	**3.069**	**944**	**122**	**8.078**

Lajida - 2022 - R$ Milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Distri-buição	Gás	Holding / Participações	Total
Resultado do período	888	350	684	443	478	1.251	**4.094**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	307	174	314	(67)	199	(901)	**26**
Resultado financeiro	150	96	(34)	1.115	9	231	**1.567**
Depreciação e amortização	328	-	-	738	91	25	**1.182**
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	**1.673**	**620**	**964**	**2.229**	**777**	**606**	**6.869**
Efeitos não recorrentes e não caixa							
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	-	-	-	-	(2)	-	**(2)**
Ganho na alienação de investimento	-	-	-	-	-	(105)	**(105)**
Reversão de provisões tributárias - INSS s/ PLR	(29)	(27)	(5)	(42)	-	(33)	**(136)**
Provisões tributárias - Indenização do anuênio	14	13	2	98	-	9	**136**
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	-	(35)	**(35)**
Mudança de estimativa de perdas esperadas (3)	-	-	-	(131)	-	-	**(131)**
Devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	-	-	830	-	-	**830**
Ajuste de valor justo de ativo financeiro	172	-	-	-	-	-	**172**
TARD relativo à infraestrutura	-	-	-	(145)	-	-	**(145)**
Reversão de provisão para perdas	-	-	-	-	-	(162)	**(162)**
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	7	**7**
Resultado da combinação de negócios (nota 15)	-	-	-	-	-	(5)	**(5)**
Ganho no MVE - Mecanismo de Venda de Excedentes, líquido de tributos	-	-	-	(204)	-	-	**(204)**
Resultado do Acordo entre FIP Melbourne e AGPar	-	-	-	-	-	(161)	**(161)**
Lajida ajustado (2)	**1.830**	**606**	**961**	**2.635**	**775**	**121**	**6.928**

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

(2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

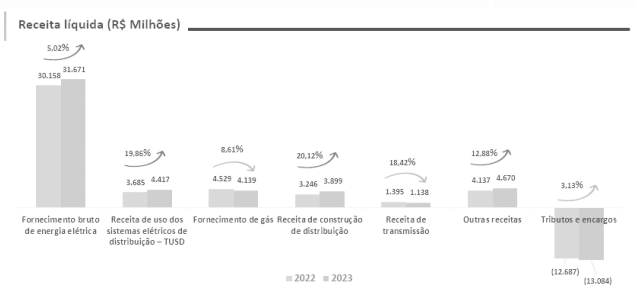




Receita líquida

A composição da receita é conforme segue:

	Consolidado (R$ Milhões) 2023	2022
Fornecimento bruto de energia elétrica	31.671	30.158
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	4.417	3.685
CVA e outros componentes financeiros	(213)	(1.147)
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	1.909	2.360
Receita de transmissão	-	-
Receita de operação e manutenção	373	413
Receita de construção de transmissão	241	407
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	524	575
Receita de indenização da geração	93	47
Receita de construção de distribuição	3.899	3.246
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	149	39
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	412	467
Liquidação na CCEE	146	183
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE	(4)	453
Fornecimento de gás	4.139	4.529
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(139)	(94)
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir a consumidores	-	(830)
Outras receitas	2.317	2.659
Tributos e encargos incidentes sobre a receita	(13.084)	(12.687)
Receita líquida	**36.850**	**34.463**



Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica cresceu 5,02% em 2023 em comparação a 2022, sendo R$31.671 milhões em 2023 e R$30.158 milhões em 2022.

	2023			2022			Variação %	
	MWh (3)	R$ (Milhões)	Preço médio MWh faturado (R$/MWh) (1)	MWh (3)	R$ (Milhões)	Preço médio MWh faturado (R$/MWh) (1)	MWh (3)	R$
Residencial	12.092.422	10.794	892,63	11.216.803	10.133	903,38	7,81	6,52
Industrial	18.087.784	5.903	326,35	18.203.746	5.991	329,11	(0,64)	(1,47)
Comércio, serviços e outros	9.469.095	6.314	666,80	8.956.518	6.155	687,21	5,72	2,58
Rural	3.063.035	2.238	730,65	3.092.932	2.050	662,80	(0,97)	9,17
Poder público	955.889	786	822,27	855.672	660	771,32	11,71	19,09
Iluminação pública	1.055.562	498	471,79	1.138.039	535	470,11	(7,25)	(6,92)
Serviço público	1.045.141	744	711,87	1.400.256	841	600,60	(25,36)	(11,53)
Subtotal	**45.768.928**	**27.277**	**595,97**	**44.863.966**	**26.365**	**587,67**	**2,02**	**3,46**
Consumo Próprio	29.703	-	-	30.942	-	-	(4,00)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	166	-	-	(189)	-	-	(187,83)
	45.798.631	**27.443**	**599,21**	**44.894.908**	**26.176**	**583,05**	**2,01**	**4,84**
Suprimento a outras concessionárias (2)	17.328.482	4.183	241,39	16.776.567	3.894	232,11	3,29	7,42
Suprimento não faturado líquido	-	45	-	-	88	-	-	(48,86)
Total	**63.127.113**	**31.671**	**501,70**	**61.671.475**	**30.158**	**489,01**	**2,36**	**5,02**

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.
(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.
(3) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

As principais variações no fornecimento de energia estão descritas a seguir:

Residencial

O consumo residencial aumentou em 7,81% em 2023 comparado a 2022. Este aumento está relacionado, entre outros, aos seguintes fatores:

I) aumento de 3,00% na quantidade de consumidores;
II) aumento de 4,60% no consumo médio mensal por consumidor (passando de 124,6 kWh/mês no exercício de 2022 para 130,4 kWh/mês em 2023;
III) temperaturas mais elevadas;
IV) ações de recuperação de perda.

Industrial

A redução de 15,33% na quantidade de energia faturada para os consumidores industriais deve-se, principalmente, à migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre e para mini e micro geração distribuída .

Poder público

A energia faturada aumentou 11,71% no exercício de 2023 em comparação ao exercício anterior, devido principalmente à lenta recuperação no nível de consumo dessa classe após a pandemia de Covid-19, o que fez com que o exercício anterior ainda estivesse com baixo nível de consumo.

Iluminação Pública

A quantidade de energia faturada reduziu 7,25% no exercício de 2023 em comparação ao exercício anterior devido à substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de LED.

Adicionalmente aos comentários acima, deve ser também destacada a redução significativa do ICMS constante das tarifas de energia elétrica a partir do segundo semestre de 2022 até fevereiro de 2023. A Lei Complementar 194/2022 retirou da base de cálculo do ICMS os encargos de transmissão e distribuição, porém, em fevereiro de 2023, o Decreto 45.572/2023 voltou com estes encargos para a base de cálculo do tributo.

Receita de uso da rede – Consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2023, essa receita correspondeu ao montante de R$4.417 milhões, comparado a R$3.685 milhões em 2022, representando um crescimento de 19,86%.

Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos na base de cálculo do ICMS citados acima, bem como do aumento de 1,62% na tarifa média sobre os clientes livres no exercício de 2023, comparado ao exercício de 2022.

Adicionalmente, verificou-se um aumento de 4,62% na energia transportada no exercício de 2023, em comparação ao exercício anterior.

	MWh (1) 2023	2022	Var %
Industrial	20.996.914	20.666.410	1,60
Comercial	2.035.821	1.760.697	15,63
Rural	45.673	40.142	13,78
Serviço Público	439.225	13.130	3.245,20
Poder Público	1.622	2.662	(39,07)
Concessionárias	317.569	300.924	5,53
Total de energia transportada	**23.836.824**	**22.783.965**	**4,62**

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

CVA e outros componentes financeiros

A Cemig D reconhece em suas demonstrações financeiras as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Cemig D nos próximos reajustes tarifários da Cemig D.

Em 2023, foi reconhecida uma despesa no montante de R$213 milhões, em comparação a R$1.146 milhões em 2022. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia comprada para revenda e dos encargos de uso da Rede Básica, aliado à redução de receita obtida pelo Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE.

Ver mais informações na nota explicativa nº 13.4 destas demonstrações financeiras.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização

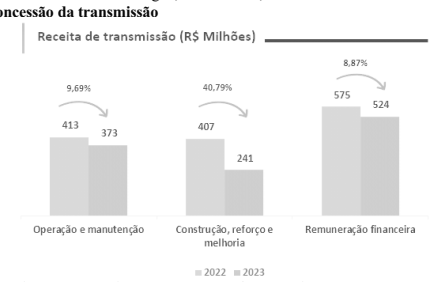
A Companhia registrou uma receita de realização da restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores no montante de R$1.909 milhões em 2023 comparada a R$2.360 milhões no exercício anterior. Essa recomposição da receita decorre da Cemig considerar o desconto dos valores que estão sendo devolvidos aos consumidores referente aos créditos de Pis/Pasep e Cofins.

Receita de construção de distribuição

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram R$3.899 milhões em 2023, comparado a R$3.246 milhões em 2022, demonstrando um crescimento de 20,12%. Tal aumento reflete uma maior execução do plano de investimentos da Cemig D em relação ao exercício anterior, destacando-se a realização de um grande volume de obras de atendimento a clientes, em função do aquecimento do mercado, em especial do agronegócio, e a alta dos preços dos insumos das obras (materiais e serviços).

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Cemig D, no exercício, em ativos da concessão.

Receita de concessão da transmissão



As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- as receitas de **construção, reforço e melhoria** da infraestrutura foram de R$241 milhões em 2023, comparados a R$407 milhões em 2022, sendo uma redução de 40,79%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos em 2023 em comparação a 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos.
- redução de 8,87% na receita de **remuneração financeira** do ativo de contrato da transmissão, que foram de R$524 milhões e R$575 milhões em 2023 e 2022, respectivamente. Essa variação está associada, principalmente, à variação do IPCA, que foi positiva em 4,62% em 2023 comparada à uma variação positiva de 5,79% em 2022, base para a remuneração do contrato.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.

Receita de transações com energia na CCEE

A receita de transações com energia na CCEE foi de R$146 milhões em 2023 em comparação a R$183 milhões em 2022, representando uma redução de 20,22%. Essa redução deve-se, principalmente, à redução das sobras de energia nesse período que são liquidadas na CCEE.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R$13.084 milhões em 2023 comparado a R$12.687 milhões em 2022, representando um aumento de 3,13%. Esse aumento é reflexo, principalmente, do crescimento da receita quando comparados os exercícios de 2022 e 2023.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais foram de R$30.061 milhões em 2023, comparados a R$29.624 milhões em 2022.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 28 destas demonstrações financeiras.

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R$14.648 milhões em 2023, comparado a R$14.614 milhões em 2022. Os principais impactos decorrem principalmente dos seguintes fatores:

- redução no custo com compra de energia no **ambiente livre**, sendo R$5.612 milhões em 2023, comparado a R$6.003 milhões em 2022;
- aumento no custo com energia adquirida em **leilão em ambiente regulado**, sendo de R$3.940 milhões em 2023, comparado a R$3.334 milhões em 2022. Esse aumento é reflexo dos reajustes contratuais anuais, atrelados ao IPCA, e da entrada de novos contratos;

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

■aumento no custo com **geração distribuída**, sendo de R$2.331 milhões em 2023 comparado a R$1.977 milhões em 2022. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (249.241 em dezembro de 2023, comparada a 191.153 em dezembro de 2022) com impacto no aumento na quantidade de energia injetada (4.720 GWh no exercício de 2023, comparado a 3.041 GWh no exercício de 2022);

■redução no custo com **energia de curto prazo**, sendo de R$478 milhões em 2023, comparado a R$530 milhões em 2022; e

■redução no custo com energia de **Itaipu Binacional**, sendo de R$1.207 milhões em 2023, comparado a R$1.644 milhões em 2022. Essa variação decorre, principalmente, da redução de 35% no preço da demanda de Itaipu, em dólar, de US$24,73KW no exercício de 2022 para US$16,19KW (abril de 2023) e nova alteração regulatória para US$20,23 em maio de 2023, definida por resolução.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R$3.215 milhões em 2023, comparado a R$2.925 milhões em 2022, representando um aumento de 9,91%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela maior necessidade de despachos térmicos em 2023 em decorrência de altas temperaturas, além da entrada em operação dos contratos de energia de reserva decorrentes do Procedimento Competitivo Simplificado de 2021 (PCS), com consequente aumento dos encargos de energia de reserva no exercício de 2023.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 14b destas demonstrações financeiras.

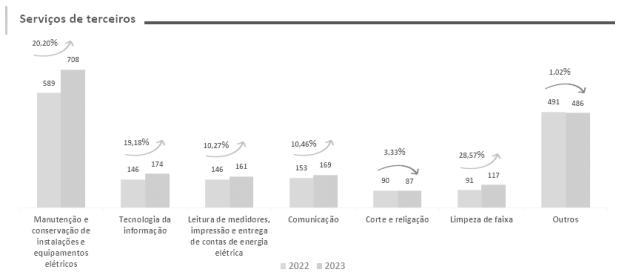
Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R$157 milhões no exercício de 2023, comparada a R$83 milhões em 2022, representando um aumento de 89,20%. Esta variação decorre, basicamente, da adesão total dos sindicatos ao acordo coletivo de 2023 comparativamente a 2022, ano em que alguns sindicatos não aderiram ao acordo.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado de 2023 foi uma despesa no montante de R$591 milhões, em comparação a R$626 milhões em 2022. Essa variação decorre, principalmente, da adesão voluntária dos funcionários ativos ao novo plano de saúde, denominado Plano Premium, ofertado pela Companhia (mais detalhes na nota explicativa nº 23 destas demonstrações financeiras).

Serviço de terceiros



A despesa com serviços de terceiros foi de R$1.902 milhões em 2023, comparada a R$1.706 milhões em 2022, representando um aumento de 11,49%. As principais variações que explicam esse aumento são:

■aumento de 20,20% nas despesas com **manutenção e conservação de instalações** e **equipamentos elétricos**, sendo de R$708 milhões em 2023, comparado a R$589 milhões em 2022;

■aumento de 19,18% nas despesas com **tecnologia da informação**, sendo de R$174 milhões em 2023, comparado a R$146 milhões em 2022.

Provisões para contingências

As provisões operacionais foram de R$652 milhões em 2023 comparado a R$455 milhões em 2022, representando um aumento de 43,30%. As principais variações que explicam esse aumento são:

■variação nas **provisões para contingências tributárias**, que apresentou constituição líquida de R$145 milhões no exercício de 2023, em comparação a R$182 milhões no exercício de 2022. Essa redução deve-se, principalmente, à constituição, no terceiro trimestre de 2022, de provisão relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios pagos aos colaboradores em 2006 (mais informações na nota explicativa nº 24);

■aumento nas **provisões para contingências trabalhistas**, que apresentou constituição líquida de R$120 milhões no exercício de 2023, em comparação a R$98 milhões no exercício de 2022. Essa variação decorre, principalmente, de recentes decisões judiciais desfavoráveis à Companhia, em processos que discutem sobre assuntos diversos.

Perdas de créditos esperadas (PCE)

Aumento na perda esperada de créditos, que representou uma constituição de R$217 milhões em 2023 em comparação a R$109 milhões em 2022. Essa variação decorre da alteração, em agosto de 2022, do limite para o reconhecimento integral de perdas, passando de 12 para 24 meses, a fim de refletir de forma mais adequada a estimativa das perdas de crédito esperadas referentes aos saldos vencidos de clientes.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidos ganhos líquidos com equivalência patrimonial no montante de R$432 milhões em 2023 em comparação a R$843 milhões em 2022.

A redução está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

■reconhecimento de recebível no montante de R$161 milhões, em 2022, relacionado ao pagamento realizado pela AGPar ao FIP Melbourne associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016; e

■reversão, em 2022, da provisão referente às obrigações contratuais da Cemig GT assumidas junto à investida Madeira Energia e outros acionistas no montante de R$162 milhões. Referida provisão foi constituída em 2021, afetando negativamente o resultado com equivalência patrimonial daquele período.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 15.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R$379 milhões em 2023 em comparação a R$1.566.621 milhões em 2022. Essa variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

Atualização de tributos a restituir a consumidores

A Companhia teve em 2023 uma menor despesa financeira líquida com atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, sendo de R$41 milhões no exercício de 2023, comparada a R$1.294 milhões no exercício anterior.

Essa variação decorre do complemento, no segundo trimestre de 2022, da atualização monetária do passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, em cumprimento à determinação legal de destinação integral pelas distribuidoras, em proveito dos consumidores, dos valores objeto da repetição do indébito.

Variação cambial

A variação negativa do dólar em relação ao Real em 2023, de 7,21%, em comparação à variação negativa de 6,5% em 2022, gerou um registro de variação cambial negativa em 2023 no montante de R$277 milhões, em comparação ao registro de variação cambial negativa em 2022, no montante de R$338 milhões.

Instrumento financeiro derivativo

Em decorrência da redução na curva de juros em relação a expectativa de crescimento na taxa do dólar em relação ao Real, o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou perdas de R$177 milhões em 2023, em comparação ao registro de perdas de R$438 milhões em 2022.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 29.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, no exercício de 2023, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R$1.068 milhões (R$26 milhões em 2022) em relação ao lucro de R$6.806 milhões (R$4.121 milhões em 2022) antes dos efeitos fiscais, representando 15,69% de alíquota efetiva (0,64% em 2022).

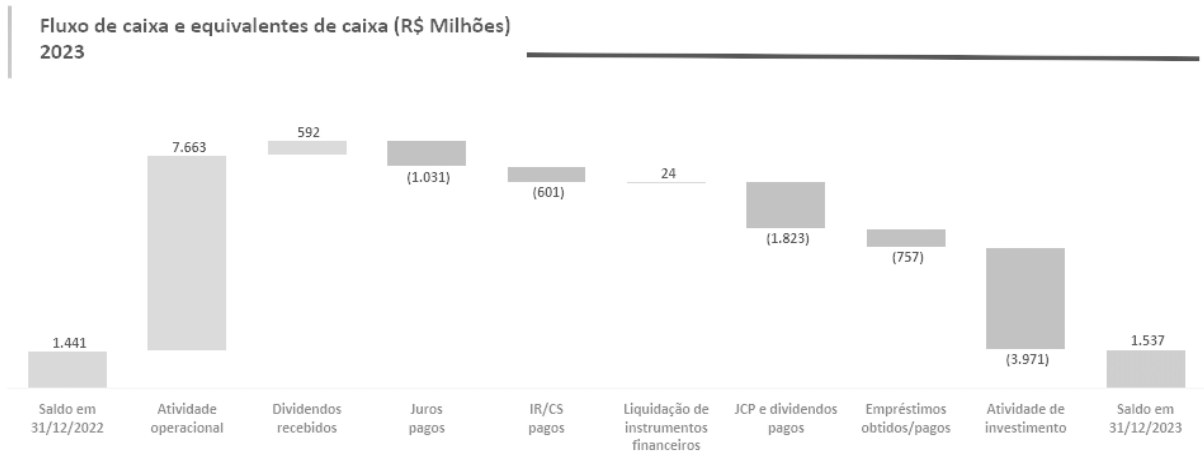
As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10d.

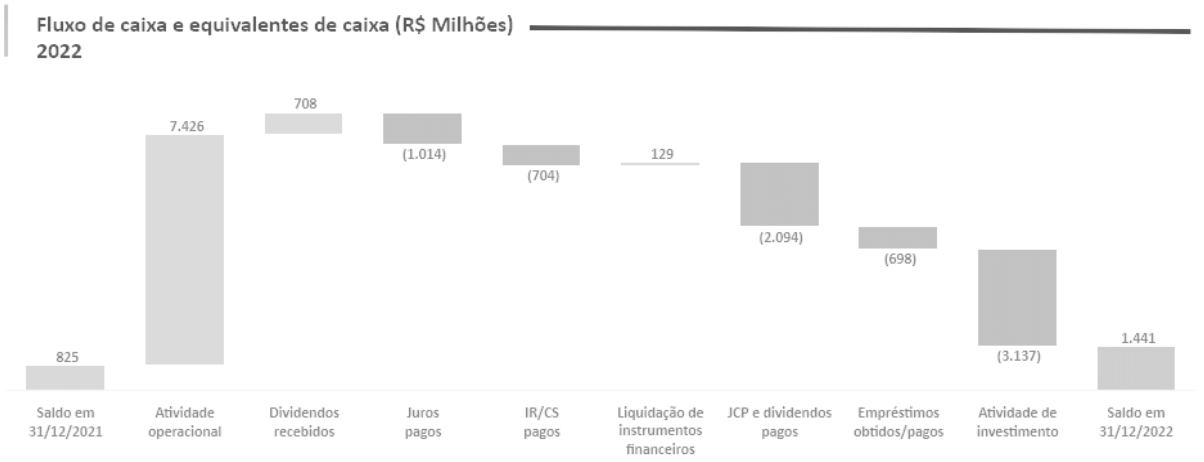
Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

Caixa e equivalentes de caixa





DESEMPENHO POR SEGMENTO

Os resultados apresentados separadamente por segmentos não consideram as eliminações do consolidado de operações entre os segmentos.

Desempenho do segmento de Distribuição

A Cemig D apresentou, no exercício de 2023, lucro de R$1.611 milhões em comparação a R$443 milhões no exercício de 2022.

Receita líquida

A receita líquida do segmento de distribuição cresceu 11,61% no exercício de 2023 quando comparado ao exercício de 2022, sendo R$23.348 milhões em 2023 e R$20.919 milhões em 2022. As principais variações da receita líquida estão apresentadas a seguir:

■receita com **fornecimento bruto de energia elétrica** foi de R$21.551 milhões em 2023, em comparação a R$20.209 milhões em 2022, representando um crescimento de 6,64%;

■**receita de uso da rede – consumidores livres** referente à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2023, essa receita correspondeu ao montante de R$4.448 milhões, comparada a R$3.715 milhões em 2022, representando um aumento de 19,73%;

■**CVA e outros componentes financeiros**, sendo que em 2023, foi reconhecida uma despesa no montante de R$213 milhões, em comparação a R$1.147 milhões reconhecidos em 2022; e,

■os **tributos e encargos incidentes sobre a receita** foram de R$10.053 milhões em 2023 comparados a R$9.442 milhões em 2022, representando um aumento de 6,47%. A Lei Complementar 194/2022 retirou da base de cálculo do ICMS os encargos de transmissão e distribuição, porém, em fevereiro de 2023, o Decreto 45.572/2023 voltou com estes encargos para a base de cálculo do tributo. Isso gerou um aumento na base de cálculo do ICMS e consequentemente um aumento nos tributos e encargos incidentes sobre a receita. O aumento nos tributos e encargos incidentes sobre a receita também está relacionado com o aumento da receita do segmento de Distribuição.

Custos com energia elétrica

No exercício de 2023, o custo com energia elétrica foi de R$12.656 milhões em comparação a R$11.938 milhões no exercício de 2022, representando um aumento de 6,01%, devido principalmente a:

■aumento de 4,56% do custo com **energia elétrica comprada para revenda**, sendo R$9.589 milhões em 2023, comparado a R$9.171 milhões em 2022; e,

■aumento de 10,83% dos **encargos de uso do sistema elétrico**, sendo R$3.067 milhões em 2023, comparados a R$2.767 milhões em 2022.

Custos e despesas

O total de custos e despesas foi de R$21.079 milhões em 2023, comparado a R$19.427 milhões em 2022, representando um aumento de 8,50%, devido, principalmente, a:

■os **custos de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica** foram de R$3.600 milhões em 2023, comparados a R$3.193 milhões em 2022, demonstrando um aumento de 12,75%. Tal aumento deve-se, basicamente, ao aumento dos investimentos da Cemig D em relação ao exercício anterior;

■as **provisões operacionais** foram de R$455 milhões em 2023 comparadas a R$398 milhões em 2022, representando um aumento de 14,32%. As principais variações que explicam essa redução são: (i) variação nas provisões para contingências tributárias, que apresentou constituição líquida de R$97 milhões no exercício de 2023, em comparação a uma reversão líquida de R$68 milhões no exercício de 2022; e (ii) aumento nas provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R$80 milhões no exercício de 2023, em comparação a R$48 milhão no exercício de 2022.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas demonstrações financeiras da Cemig D.

Desempenho do segmento de Transmissão

O segmento de transmissão apresentou um crescimento de 32,69% em seu lucro líquido, sendo R$465 milhões em 2023 e R$350 milhões em 2022.

Receita de concessão da transmissão

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

■As **receitas de construção, reforço e melhoria** da infraestrutura foram de R$241 milhões em 2023, comparados a R$407 milhões em 2022, uma redução de 40,79%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos em 2023 em comparação a 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos.

■Redução de 8,71% na receita de **remuneração financeira** do ativo de contrato da transmissão, que foram de R$524 milhões e R$574 milhões em 2023 e 2022, respectivamente. Essa variação está associada, principalmente, à variação do IPCA, que foi positiva em 4,62% em 2023 comparada à uma variação positiva de 5,79% em 2022, base para a remuneração do contrato.

Custo de construção

O custo de construção foi de R$172 milhões em 2023, em comparação a R$291 milhões em 2022, uma redução de 40,89%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos em 2023 em comparação a 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas demonstrações financeiras da Cemig GT.

Desempenho do segmento de Geração

O segmento de geração apresentou, em 2023, um lucro líquido de R$1.387 milhões, em comparação a R$888 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 56,19%.

A variação decorre, principalmente, do ajuste a valor justo do ativo financeiro referente à indenização a receber dos ativos ainda não amortizados de diversas usinas da Cemig GT. Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou o ajuste a valor justo do ativo financeiro no montante de R$171 milhões, em junho de 2022, corresponde à diferença dos valores originalmente estimados pela Companhia. Mais detalhes na nota explicativa nº 13.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas demonstrações financeiras da Cemig GT.

Desempenho do segmento de Comercialização

O segmento de comercialização apresentou, em 2023, um lucro líquido de R$959 milhões, em comparação a R$684 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 40,20%, associado aos seguintes fatores:

Receita líquida

A receita líquida deste segmento foi de R$7.686 milhões em 2023, em comparação a R$7.918 milhões em 2022, representando uma redução de 2,93%, decorrente, principalmente, da redução no montante contratado em 2023 e da variação do portfólio, com o início do fornecimento de novos contratos, impactando no preço médio de venda.

Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica foi de R$6.318 milhões em 2023, comparado a R$6.880 milhões em 2022, representando uma redução de 8,17%. Essa variação decorre, principalmente, da redução no montante contratado em 2023 quando comparado ao ano de 2022. Contratos relevantes se encerraram em 2022 e também muitos contratos de curto prazo foram efetivados para recomposição do lastro de energia de 2022. Com a perspectiva de preços mais baixos em 2023, o portfólio de compras não foi recomposto no mesmo nível dos contratos de 2022.

Desempenho do segmento de Gás

Fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita líquida no montante de R$4.139 milhões em 2023, comparada a R$4.529 em 2022. A redução deve-se, principalmente, ao menor volume de gás fornecido.

Gás comprado para revenda

Devido a uma menor demanda de compra de gás para revenda e de menor custo do gás adquirido no exercício, houve uma redução no custo com gás comprado para revenda, sendo R$2.237 milhões em 2023 e R$2.735 em 2022.

Desempenho do segmento de Participações e Holding

O segmento de participações e holding apresentou, em 2023, um lucro líquido de R$749 milhões, em comparação a R$1.251 milhões no exercício anterior. As variações nos resultados das investidas que justificam os melhores resultados obtidos em 2023 estão apresentadas com mais detalhes na nota explicativa nº 15.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

A Companhia apresentou, por meio de sua subsidiária Cemig D, relevante geração de caixa de suas atividades operacionais em 2023, fruto de um elevado índice de arrecadação, rigoroso combate à inadimplência, bem como perdas e despesas operacionais (OPEX) enquadrados nos limites regulatórios.

Nos demais negócios, destaque para aumento no volume de energia vendida pela Cemig GT e pela Cemig Holding, tendo como consequência o aumento do Ebitda nas duas companhias, mesmo com a transferência de contratos de comercialização de energia da Cemig GT para a Cemig H, demonstrando a robustez de sua operação e geração de caixa.

Além disso, a alienação e redução de participações em ativos não estratégicos, com destaque para a finalização das vendas das operações de Baguari e Retiro Baixo, que resultaram em entradas de caixa e maior foco em sua estratégia de crescimento do core business, além de sua bem-sucedida estratégia de recompra de sua dívida em dólar (Eurobonds), o que gerou uma importante redução em seu endividamento bruto. Tal equilíbrio possibilitou a execução de um volume expressivo de investimentos sem afetar negativamente a alavancagem, o que contribui para a sustentabilidade das suas operações e para a continuidade do seu programa de investimentos.

Em junho de 2023, a Cemig D realizou captação por meio da 9ª emissão de debêntures no volume de R$ 2 bilhões em série única, à taxa de remuneração de CDI + 2,05% a.a. e vencimento em 3 anos, com amortizações no 2º e 3º anos.

Em dezembro de 2023, a Cemig GT concluiu o resgate antecipado parcial sem pagamento de prêmio, por meio do exercício de opção de compra (*call*), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, Eurobonds, cujo vencimento original é dezembro de 2024. Tal operação teve o objetivo de reduzir a concentração de sua dívida, bem como o endividamento bruto da Companhia. Como estratégia, foi contratado um *hedge* para mitigar a variação cambial ao longo da execução da **call**, concomitantemente ao desfazimento dos derivativos originais que cobriam o montante dos Eurobonds até o vencimento original, auferindo com essa operação, ajuste positivo de R$ 283 milhões. Como resultado, foram recomprados US$ 375 milhões de principal, remanescendo um saldo devedor de US$ 381 milhões.

As agências internacionais de classificação de risco Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's mantiveram os *ratings* da Cemig H, Cemig D e Cemig GT, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da qualidade de crédito da Companhia, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento do LAJIDA, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo, corroborada pela recompra dos Eurobonds. É importante salientar que os ratings da Cemig D e Cemig GT acompanham o rating da sua Controladora, a Cemig H.

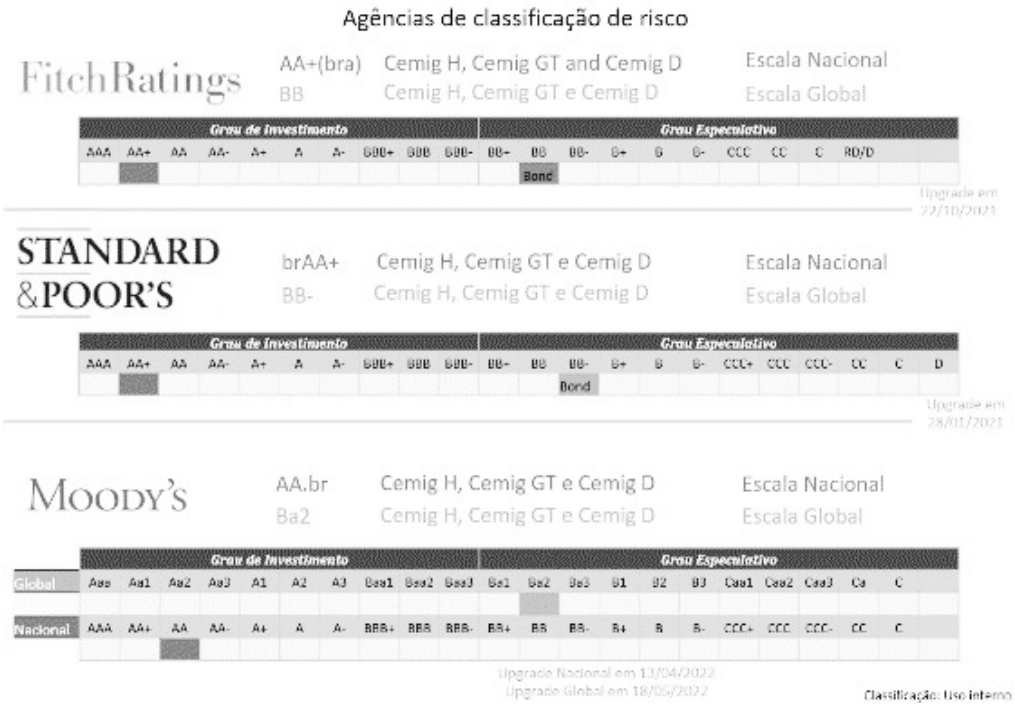
A tabela a seguir apresenta a posição de **ratings** da Companhia nas três principais agências

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023



Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 21 destas demonstrações financeiras.

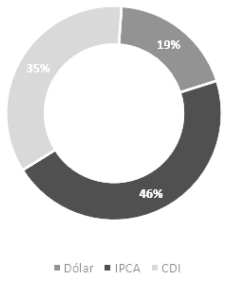
Tanto os *Eurobonds* quanto as debêntures contam com covenants financeiros restritivos relacionados a endividamento e distribuição de dividendos que são atendidos pela Companhia.

O endividamento bruto da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 9.831 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 2,8 anos.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

Os indexadores da dívida da Companhia estão apresentados no gráfico abaixo:

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2023



Para a dívida cuja referência é o IPCA, a Companhia possui um hedge natural, dado que a receita da atividade de distribuição e grande parte dos contratos de transmissão e comercialização também são corrigidos por esse índice. Com relação aos Eurobonds, emitidos em dólares, há uma estrutura de hedge que faz com que a exposição final seja atrelada ao CDI, sendo o seu custo de 132,35% do CDI. O custo real da dívida da Companhia é de 7,66% a.a. e de 12,64% a.a. em custo nominal.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que será realizada em abril de 2024, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2023, no montante de R$5.764 milhões, do saldo de realização do custo atribuído do imobilizado, no montante de R$6 milhões, da realização da reserva de lucros a realizar, no montante de R$835 milhões, seja dada a seguinte destinação:

■R$288 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva Legal, conforme estabelecido na Lei 6.404/1976;

■R$3.124 milhões sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2024 e a segunda até 30 de dezembro de 2024, conforme segue:

- R$2.591 milhões declarados a título de juros sobre o capital próprio (JCP) e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 2023;
- R$533 milhões declarados como dividendos obrigatórios, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;

■R$2.295 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2024, conforme orçamento de capital;

■R$63 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.

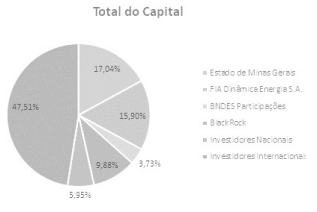
A reserva de lucros a realizar continuará com o saldo de R$835 milhões, considerando a reversão da reserva constituída em 2022 e a nova constituição de reserva em 2023 de mesmo valor.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

MERCADO DE CAPITAIS

A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960 e a partir de 1972 na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da B3. Além disso, as ações da Companhia são negociadas desde 1993 na Bolsa de Nova Iorque (CIG e CIG/C), sendo a partir de 2001 no Nível 2 de governança corporativa, e na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002.

Composição acionária



Cotações das ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2022 e 2023, das ações em São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Códigos	Moeda	Fechamento 2022	Fechamento 2023
Cemig PN	CMIG4	R$	9,97	11,48
Cemig ON	CMIG3	R$	14,95	15,13
ADR PN	CIG	US$	1,80	2,31
ADR ON	CIG.C	US$	3,12	3,12
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	1,81	2,10

Fonte - Economática – cotações ajustadas por proventos, inclusive dividendos

Em 2023, as ações preferenciais, CMIG4, apresentaram um volume de negociação de R$32,57 bilhões, com uma média diária de R$131,35 milhões. Esse volume negociado faz com que nossa ação preferencial (PN) seja uma das mais negociadas da B3, proporcionando segurança e liquidez aos investidores.

O volume médio diário de negociação com as ações preferenciais na Bolsa de Nova Iorque no ano de 2023 foi de US$8,98 milhões e movimentou US$2,24 bilhões, o que consolida a posição da Cemig como opção global de investimento.

Evolução das nossas ações

Em termos de desempenho, as ações da Companhia estiveram entre aquelas que apresentaram as melhores rentabilidades do setor elétrico na B3, sendo a quarta companhia mais negociada. Entre os ADRs do setor elétrico brasileiro negociados na NYSE, a Cemig foi a empresa com maior volume negociado em 2023.

	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	IEE	DJIA
2023/2022	15,10%	1,23%	28,09%	0,00%	22,28%	20,69%	13,70%

Valor de mercado

O valor de mercado está representado pela totalidade das ações da Companhia ao valor de mercado das ações no último dia de negociação de cada ano, permanecendo estável em relação ao ano anterior, com redução de 0,89%.

INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES

Investimentos em distribuição de energia elétrica

Dentro da nossa estratégia de investir em Minas Gerais, investimos R$3,17 bilhões em nosso negócio de distribuição, em 2023, valor expressivo que marca uma mudança de patamar nos investimentos da Companhia na concessão de Distribuição, o que representa mais oferta de energia, que impulsiona o crescimento do Estado e um atendimento de mais qualidade aos nossos clientes.

Esse maior investimento da Cemig D também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica, atendimento ao cliente e redução dos custos com operação e manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo Cemig, com a expectativa de investimentos relevantes de R$23,5 bilhões de 2023 a 2028, com reflexos positivos na base de remuneração regulatória e consequente aumento da receita.

Plano de Desenvolvimento da Distribuição

A Cemig D define, por meio do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), a priorização dos investimentos a serem realizados pela Distribuidora, referentes à Base de Remuneração Regulatória (BRR), e a respectiva gestão prudente dos recursos no ciclo tarifário vigente. O objetivo é o incremento da disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e na quantidade requerida pelos clientes, promovendo o desenvolvimento social e econômico na área de concessão da Cemig D.

Em 2023, deu-se o início ao 5º ciclo quinquenal de investimentos, conforme regulação do setor, que compreende o período de 2023 a 2027, tendo sido aprovado o valor de R$21,9 bilhões. O PDD atual aprovado, 3 vezes maior que o PDD do ciclo anterior, prevê investimentos estruturantes e com forte modernização e digitalização dos ativos, promovendo a melhoria da qualidade do fornecimento de energia e a eficiência dos processos operativos.

O PDD consiste na realização de empreendimentos vinculados ao sistema elétrico de potência, associados à expansão, reforço, reforma e renovação de ativos da Cemig D, como subestações e linhas de distribuição. O plano é dividido em macroprojetos que agrupam os diversos projetos da mesma natureza.

O macroprojeto de Atendimento Urbano concentra os investimentos necessários para atendimento às demandas de fornecimento de energia a unidades consumidoras na área urbana, cujo atendimento é realizado sem ônus para o solicitante. Em 2023, foram realizados, aproximadamente, R$241 milhões em investimentos, promovendo a extensão de 63 km de novas redes e permitindo a conexão ao sistema elétrico de 294.982 unidades consumidoras urbanas.

O atendimento às unidades consumidoras em área rural que fazem jus ao atendimento sem ônus é realizado por meio do macroprojeto de Atendimento Rural. Foram efetivadas as conexões de mais de 12.000 unidades consumidoras, por meio da extensão de 1.982 km de rede de média e baixa tensão, em 2023, perfazendo um total de R$ 334,2 milhões em investimentos na infraestrutura de redes de distribuição rurais.

A conexão de unidades consumidoras que não se enquadram nos critérios de gratuidade do fornecimento de energia definidos pela regulação do setor elétrico é realizada pelas obras conduzidas no macroprojeto Atendimento Complementar. Foram investidos no sistema elétrico de distribuição de média e baixa tensão aproximadamente R$650 milhões, pela Cemig, e R$499 milhões, pelos solicitantes, a título de participação financeira nas obras, no ano de 2023. Esses investimentos viabilizaram a conexão de 14.642 clientes e empreendimentos no sistema de distribuição da Cemig D.

Para que o sistema elétrico de distribuição consiga absorver todas as conexões de clientes e empreendimentos atendidos pelos macroprojetos Atendimento Urbano, Rural e Complementar, é necessário empreender diversas obras nos ativos de distribuição, tais como: ampliação de capacidade de potência, conversão de redes monofásicas em trifásicas, interligações entre alimentadores, reformas de redes e obras de contingência operativa. A realização do reforço e reforma do sistema elétrico é feita pelos macroprojetos de Reforço de Redes e Reforma de Redes, sendo que, no ano de 2023, ocorreram intervenções em 599 quilômetros de redes de média e baixa tensão, com um investimento total de R$303 milhões.

Com vistas à eliminação de situações de risco de choque elétrico nas redes de distribuição da Cemig D foi definido o macroprojeto Segurança de Terceiros. Esse programa visa realizar os investimentos necessários para a remoção e/ou afastamento de redes, para eliminar riscos de acidentes por toque direto, toque indireto ou outras situações de risco para terceiros, nas redes de distribuição. No último ano, foram regularizadas 638 instalações, com um investimento de R$10,4 milhões.

Outra ação contemplada no Plano de Investimentos é a regularização do fornecimento de energia de famílias carentes, que vivem nos principais núcleos urbanos do Estado, por meio do Programa Energia Legal. O investimento abrange a implantação de novas redes, inclusão na tarifa social e doações de padrões de energia e lâmpadas eficientes. Em 2023, foram realizados cerca de R$92 milhões na regularização dessas ligações.

Com foco na melhoria da qualidade do fornecimento, renovação de ativos, expansão na capacidade de suprimentos e mudança de patamar tecnológico, o PDD prevê, ainda, automação de equipamentos de rede, substituição de medidores obsoletos, instalação de novos medidores com soluções inteligentes, como leitura, corte/religa remotos, investimentos em telecomunicações e meio ambiente, além de ações de manutenção e operação de linhas e redes de distribuição, como podas de árvores e inspeções, para reduzir o tempo de restabelecimento de energia, no caso de ocorrências. Nesses programas foram investidos, aproximadamente, R$570 milhões em 2023.

No primeiro ano do ciclo, o investimento realizado pela Cemig D foi de R$3,17 bilhões, para uma meta de R$2,9 bilhões, resultando em um desempenho de 109%. Os valores realizados estão sintetizados nos projetos que compõem o PDD, conforme tabela abaixo:

Macroprojeto	Valor investido (R$ milhões)
Expansão e reforço em alta tensão	799
Atendimento a consumidores e acessantes (Participação Cemig)	176
Operação e manutenção em alta tensão	49
Operação e manutenção em média e baixa tensão	239
Reforço de redes de média e baixa tensão	199
Reforma de redes em média e baixa tensão	105
Atendimento ao mercado urbano em média e baixa tensão	240
Atendimento ao mercado rural em média e baixa tensão	334
Programa Complementar (Participação Cemig) em baixa e alta tensão	651
Troca de medição/medição de fronteira	172
BT Zero - Program de regularização de comunidades	92
Telecomunicações	62
Plano diretor de automação da média tensão	46
Segurança de Terceiros (Participação Cemig)	10
Meio ambiente	2
Total	**3.176**

Programa Minas Trifásico

No plano de investimentos da Companhia, um destaque é o Programa Minas Trifásico, que transformará cerca de 30.000 de quilômetros de redes elétricas rurais monofásicas em redes trifásicas, até 2027. Com ele, a Cemig D levará energia com mais qualidade e quantidade para a população que vive no campo. O programa beneficiará quase todos os 774 municípios da área de concessão da Cemig D, promovendo a potencialização acelerada do agronegócio local, mais desenvolvimento, emprego e renda para as regiões mineiras.

O Programa tem o propósito de melhorar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica aos clientes rurais, disponibilizando mais energia e apoiando a transformação da agricultura de subsistência em agronegócio.

O valor investido no Programa Minas Trifásico, em 2023, foi de aproximadamente R$441 milhões, com extensão de 2.032 km de rede trifásica.

Programa Mais Energia

Outro destaque do plano de investimentos da Cemig é o Programa Mais Energia, cujo objetivo é disponibilizar um sistema elétrico de distribuição robusto e capaz de atender as novas cargas e levar mais energia para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. O Programa prevê a construção de mais de 200 subestações modernas e digitalizadas, ampliando em mais de 50% o número atual de subestações que hoje atendem a cerca de 9 milhões de consumidores dentro de nossa área de concessão. Assim, as novas subestações irão suportar o crescimento advindo do Programa Minas Trifásico e das diversas iniciativas da Cemig e do Estado de Minas Gerais.

Dessa forma, a Companhia viabilizará o crescimento de diversos setores da economia, com destaque para o agronegócio, eliminando as dificuldades para atendimento de clientes e de plantas de geração distribuída. Serão investidos ao todo R$5 bilhões, no período de 2023 a 2027, que ajudarão a levar o desenvolvimento econômico e social a todas as regiões do Estado, fomentando a expansão da indústria, do comércio e do agronegócio, além da geração de empregos e renda.

As novas subestações serão mais eficientes e modernas, possibilitando ampliar a capacidade de atendimento a novos pedidos de cargas, reduzir o tempo médio e o custo das obras de conexão de novas usinas, além de proporcionar uma energia confiável e de qualidade aos nossos clientes.

O valor investido no "Programa Mais Energia" em 2023 foi de R$798,6 milhões, com a energização de 27 subestações e construção de 672km de linhas de distribuição.

Investimentos em geração de energia elétrica e geração distribuída

Aliança Geração

A Cemig GT é detentora de 45% do capital social total da Aliança Geração de Energia S.A ("Aliança Geração"). A Aliança Geração possui um projeto de investimento em curso, conforme abaixo:

• Parque Eólico Acauã ("Acauã"): composto de 3 parques, a saber: Central Eólica Acauã I S.A. ("Acauã I"), Central Eólica Acauã II S.A. ("Acauã II") e Central Eólica Acauã III S.A. ("Acauã III"), localizados nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte. A implantação do Projeto Eólico Acauã teve início em março de 2021, com operação comercial plena estimada para o primeiro semestre de 2024. O projeto contará com 26 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo capacidade instalada total de 109,2 MW e produção estimada de 57,77 MW médios.

Os investimentos têm como fonte de recursos o próprio caixa da Aliança Geração, bem como financiamento por meio de emissão de debêntures e/ou outros instrumentos financeiros.

Implantação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante

A implantação dos Usinas Solares Fotovoltaicas ("UFVs") Boa Esperança e Jusante

A implantação dos Usinas Solares Fotovoltaicas ("UFVs") Boa Esperança e Jusante encontra-se em andamento com cerca de 90% das obras concluídas e previsão de entrada em operação no final do primeiro semestre de 2024.

A UFV Boa Esperança possuirá 85MW de potência instalada (aproximadamente 100,4 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais. Já a UFV Jusante será composta por 7 usinas de 10MW cada, totalizando 70MW de potência instalada (aproximadamente 87 MWp), também localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de São Gonçalo do Abaeté, no estado de Minas Gerais.

Com investimentos estimados em R$850 milhões, a implantação dessas usinas está alinhada ao planejamento estratégico do Grupo Cemig, reforçando sua atuação no segmento de energias renováveis, com rentabilidade compatível com o custo de capital da Companhia para esse tipo de projeto.

Cemig Sim

Empresa do Grupo Cemig com foco em inovação e soluções em energia, investiu, em 2023, aproximadamente R$212 milhões em usinas de geração de energia solar fotovoltaica.

A empresa atingiu a marca de 14.000 unidades consumidoras de energia solar por assinatura em 2023, distribuídos entre clientes comerciais, residenciais e industriais. A geração de energia solar da base Cemig SIM evitou a emissão de 7,9 mil toneladas de CO2 (dióxido de carbono) em 2023. Desde a implantação, mais de 29,9 mil toneladas de CO2 deixaram de ser emitidas na atmosfera.

A empresa está buscando expandir sua capacidade instalada alinhada ao Planejamento Estratégico da Cemig, prospectando o desenvolvimento de novos projetos e planeja investir, no período entre 2024 e 2025, o equivalente a R$800 milhões no segmento de Geração Distribuída.

Investimentos em transmissão

Lote 1 do Leilão 02/2022

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou o aporte de recursos, no montante de R$221.519, pela Cemig GT na investida Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste") no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

a regularização fundiária, ambiental, elaboração do projeto executivo e validação do projeto básico pelo ONS. A data prevista para início da construção é janeiro de 2025.

Investimentos em gás natural

A Gasmig é a distribuidora exclusiva de gás natural canalizado em Minas Gerais, por outorga de concessão, atendendo aos segmentos industrial, residencial, comercial e termelétrico, fornecendo gás natural comprimido (GNC), gás natural liquefeito (GNL) e automotivo (GNV).

Em 2023, a Gasmig aplicou valores da ordem de R$302 milhões (R$56 milhões em 2022), principalmente, na expansão de suas Redes de Distribuição de Gás Natural (RDGNs) no Estado de Minas Gerais. A Gasmig está focando seus investimentos na expansão da rede de distribuição de gás alinhada ao Planejamento Estratégico da Cemig e planeja investir, no período entre 2024 e 2033, o equivalente a R$4,8 bilhões.

Projeto Centro-oeste

O projeto prevê a ampliação do sistema de distribuição de gás natural da Gasmig em cerca de 300 km, e sua implantação se dará em etapas, com as obras iniciando no 1º semestre de 2024 e duração estimada de 24 meses.

RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

O relacionamento com os clientes Cemig, tanto em contratos regulados quanto livres, é embasado pela Política de Comercialização de Energia. Para ofertar ao cliente o melhor atendimento, a Companhia conta com equipes de profissionais com conhecimento técnico específico, que gerenciam contratos e todas as demandas de clientes, além de prospectar e captar novos clientes.

Os tipos de clientes Cemig são:

• Consumidores cativos, vinculados à Cemig D com demanda inferior a 500 KWh/mês. Localizados em Minas Gerais, estão entre as classes: residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público;

• Consumidores livres, sem vínculo com distribuidoras com demanda de consumo acima de 500 KWh/mês. Estão entre as classes: industrial, comercial e rural em Minas Gerais, Distrito Federal ou em outros Estados em que a Cemig atua.

• Distribuidoras que atuam em concessão em outras áreas e atendidas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, ou seja, de alta e média tensão, poderão optar pela compra no mercado livre de energia.

Conselho de consumidores

A Cemig possui um Conselho de Consumidores que representa os interesses de todas as classes de consumo coletivamente e promove a defesa de seus direitos. É composto por seis membros titulares e seis suplentes, representando as seguintes classes de consumo: residencial, industrial, comercial, rural e poder público.

Premiações no relacionamento com clientes

Prêmio Respeito

A Cemig recebeu o Prêmio Respeito, da Revista Consumidor Moderno, na categoria Energia Elétrica. Em sua 21ª edição, o Prêmio reconhece empresas que se destacam pelo profundo respeito ao público consumidor, bem como investimentos em estratégias, talento, recursos e metodologias que visam a satisfação do cliente.

A Companhia, ciente das transformações no setor de energia elétrica, anteviu as mudanças, concentrando esforços em inovação. O compromisso de encantar o cliente tornou-se o direcionador estratégico, permeando todas as decisões da empresa. Isso explica como a empresa vem expandindo seus negócios e, ao mesmo tempo, mantendo qualidade do serviço prestado.

No âmbito do atendimento ao cliente, a implementação do Projeto Cliente + demonstra o compromisso com a evolução da experiência do consumidor. Novas tecnologias, autonomia nos canais digitais, atendimento humano diferenciado e omnicalidade compõem a abordagem da Cemig.

O Prêmio Respeito destaca a ênfase da Cemig na percepção de preço justo, onde o valor percebido em cada produto ou serviço supera a mera questão do preço. A Companhia busca transmitir o valor agregado de seus produtos, alinhando-se à expectativa do cliente.

Smart Transformation Pioneer

A Cemig recebeu o prêmio de *Smart Transformation Pioneer* na categoria Business Experience durante o WE3 Summit 2023 (conferência anual de tecnologia e inovação).

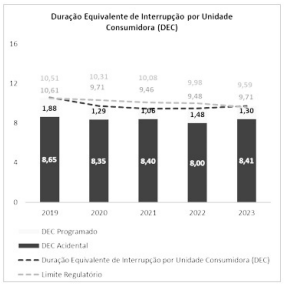
O evento global, promovido de 14 a 16 de novembro, na Califórnia, reuniu líderes globais dos setores de água e energia, com o objetivo de discutir a transformação, desafios e soluções do setor, buscando envolver, educar e capacitar os profissionais.

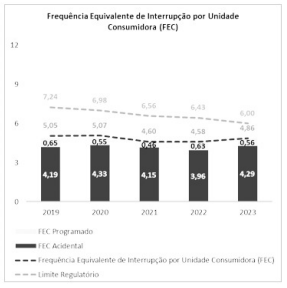
A premiação reconheceu as inovações e os resultados alcançados pela empresa no controle de perdas e inadimplência e consolidou o protagonismo das práticas adotadas pela Cemig na América Latina.

Qualidade no fornecimento

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), obteve em 2023 o percentual de 1,24% acima da meta regulatória. A Cemig D realizou 9,71 (horas) frente ao limite de 9,59 (horas). O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) também apresentou elevação em comparação ao ano anterior, contudo obteve resultado abaixo do limite regulatório. Em 2023, o valor apurado foi de 4,86 (horas) frente ao limite regulatório de 6,00 (horas).

Os gráficos abaixo retratam os resultados de DEC e FEC dos últimos cinco anos:





Gestão da adimplência e arrecadação

Os resultados obtidos pelo segmento de distribuição foram positivos, em função das iniciativas e estratégias adotadas pela Companhia, conforme abaixo:

■Intensificação e aprimoramento no emprego das ações de cobrança, mais de 30% de ações comparado a 2022. Ocorreram mais de 60 milhões de cobranças através de telecobrança, SMS e e-mail (incluindo notificações prévias ao vencimento das faturas), 5 milhões de cartas cobranças emitidas e entregues pelos leituristas em conjunto com as faturas do mês correntes, 5,6 milhões de negativações, 2 milhões de suspensões de fornecimento e 287 mil protestos de títulos junto a cartórios;

■Utilização de técnicas de otimização e Machine Learning para classificação de padrões sobre a solvência dos clientes, visando aplicação da ferramenta de cobrança mais adequada e melhor custo-benefício para aquele perfil e comportamento dos clientes;

■Cobrança administrativa, através de empresa parceira e específica para esse fim, em dívidas de varejo mais difícil recebimento - ou seja, aquelas vencidas há mais de 12 meses ou provenientes de faturamento de consumo irregular;

■Reforço da equipe específica de cobrança de consumo irregular, com tratamento de carteira selecionada;

■Atuação sistemática de equipe especializada junto aos grandes clientes, hospitais e o poder público;

■Estímulo para adesão aos meios de pagamentos eletrônicos, mais acessíveis. Em 2023, a Cemig D realizou a campanha promocional "2 anos sem Conta" e implementou o QRCode PIX, nas contas retidas, o que contribuiu para alavancar a participação de pagamentos nessa modalidade para 22% das faturas mensais arrecadadas;

■Realização de campanhas de negociação, junto aos canais digitais, Ministério Público Federal e Procon's; em públicos selecionados, permitindo não somente a arrecadação e negociação dos créditos mas também a aproximação aos órgãos de classe e melhor experiência de usuário;

■Participação no programa do Governo Federal "Desenrola Brasil", com oportunidade de negociação para dívidas de difícil recebimento e atrelada a clientes de baixa solvência ou poder aquisitivo;

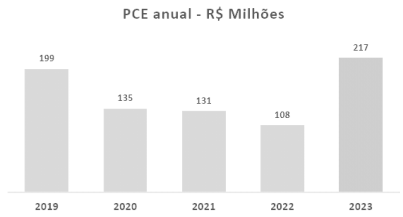
■Aprimoramento das regras vinculadas à PCE – Perdas de Créditos Esperadas.

Índice de Arrecadação - ARFA

O índice de arrecadação, na janela móvel dos últimos 12 meses, superou resultados históricos, encerrando o ciclo de 2023 em 99,79%, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:

PCE – Perdas de Créditos Esperadas

O resultado do índice no exercício de 2023 foi de R$217 milhões. A comparação com os exercícios anteriores fica limitada em face dos aprimoramentos nos critérios para classificação de créditos que são qualificados como "*default*" para melhor representação de perda de crédito da Companhia, considerando a implementação nos últimos anos por diversas iniciativas de cobrança.



Proteção contra perdas

A Cemig D monitora as perdas de energia a partir do Indicador de Perdas Totais da Distribuição (IPTD), que resulta da diferença entre a energia total injetada no sistema de distribuição, apurada junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e a energia total faturada (expresso em percentual da energia total injetada). O IPTD é segmentado, internamente, em Perdas Técnicas (PPTD), que são inerentes ao transporte e transformação de energia, e Perdas não Técnicas (PPNT), que ocorrem no sistema elétrico especialmente devido irregularidades na medição do consumo e ligações clandestinas de energia.

O resultado do IPTD em 2023 foi de 10,71% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, representando uma redução de 0,40% em relação ao resultado de 2022, que foi de 11,11%. O IPTD de 2023 é composto de 8,31% de perdas técnicas e 2,40% de perdas não técnicas. Esse resultado do IPTD em 2023 ficou abaixo do limite estabelecido pela Aneel para a Cemig D para o ano de 2023, que foi de 10,84%. Destaca-se que, pelo terceiro ano consecutivo, a Companhia manteve os níveis de perdas abaixo dos limites regulatórios, graças à implementação de diversas ações que compõe o escritório de projetos de combate às perdas (PMO).

Dentre as principais ações do PMO de combate às perdas implantadas em 2023, destacam-se: a realização de 379 mil inspeções em unidades consumidoras na área de concessão da empresa; substituição de 661 mil medidores obsoletos;regularização de fornecimento de energia de 10 mil famílias que vivem em ocupações e áreas de baixa renda, inclusive com uso de tecnologia de rede BT Zero; instalação de 315 mil medidores inteligentes, e intensificação das cobranças de consumo irregular (arrecadação de R$99 milhões).

Importante destacar que a Cemig D, por meio do Centro Integrado de Medição, realiza a tele medição dos grandes clientes cativos e livres em alta, média e baixa tensão, o que representa o monitoramento remoto de cerca de 65% do consumo associado. Tal monitoramento permite identificar e prevenir tentativas de realização ou reincidência de fraude nos sistemas de medição.

Para 2024, visando manter a trajetória de redução das perdas abaixo dos limites regulatórios, estão previstas diversas ações de combate e controle de perdas, destacando-se: inspeções em unidades consumidoras, campanhas de comunicação junto à população, criminalização de fraudadores reincidentes, modernização do parque de medição, ampliação do número de medidores inteligentes, regularização de ligações clandestinas em comunidades de baixa renda (Programa Energia Legal).

Principais canais de relacionamento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e digital, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

Cemig D possui área de concessão no Estado de Minas Gerais e está presente em 774 municípios deste Estado. O atendimento presencial é realizado pela "Rede Cemig Fácil de Atendimento", por meio das 88 agências e 689 postos de atendimento.

O atendimento telefônico é realizado pelo "Fale com a Cemig", inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Vídeo atendimento e Chat.

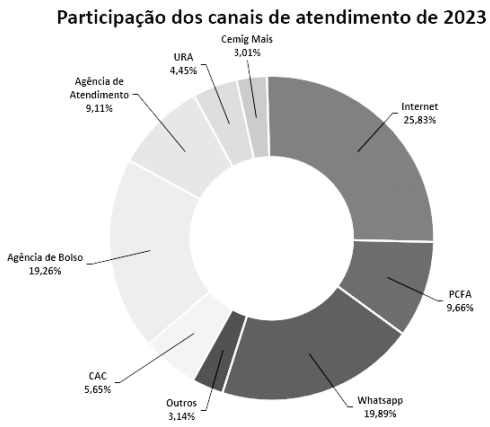
O número de contatos registrados em 2023 foi de 142 milhões.

Além do seu site, com mais de 38 milhões de contatos em 2023, a Companhia possui canais de atendimento pelo WhatsApp e Chatbot, para os seus principais serviços, que tiveram mais de 32 milhões de contatos registrados.

Também destacamos o aplicativo "Cemig Atende", disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android, iOS, que registrou 29 milhões de contatos.

Por meio das máquinas de autoatendimento (totens), localizados no interior das agências e, também, em cinco equipamentos externos, foram realizados mais de 2 milhões de contatos.

Segue abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais no realizado de 2023:



Satisfação do cliente

Como referência do trabalho realizado pela concessionária para a melhoria no atendimento aos seus clientes, destacamos o Prêmio ISQP – Índice de Satisfação da Qualidade Percebida, realizado pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), que possui periodicidade anual.

O resultado foi divulgado ao final do mês de julho de 2023 e atingimos 76,2 pontos no de índice de satisfação, superior em 12,55% ao valor apurado no ano anterior. Essa pontuação foi maior que o resultado geral da Abradee que ficou em 72,5 pontos. Fato esse indica o resultado dos esforços da concessionária em melhorar seu atendimento aos clientes.

Na busca da melhoria contínua no atendimento aos nossos clientes, implantamos pesquisas mensais do NPS - *Net Promoter Score* para aprimorar o nosso entendimento das necessidades dos clientes e assim atuar de forma mais eficiente.

As pesquisas NPS também permitem que nossos clientes façam um comentário sobre sua experiência com a Cemig, abrindo mais um espaço para o cliente manifestar sua opinião sobre os serviços prestados pela empresa.

A pesquisa IASC, realizada pela ANEEL, 2023 foi aplicado em todo o Brasil a no período de agosto a outubro de 2023, com a aplicação de questionários em municípios sorteados nas áreas de concessão.

O resultado será conhecido somente em 2024. O resultado de 2023 foi de 57,8, representando um crescimento de 9,73% com relação ao ano anterior.

Transformação do atendimento

A parceira estratégica entre Cemig e IBM, iniciada em fevereiro de 2021, teve em seu primeiro ano, uma fase inicial de *assessment* das operações.

A redefinição da estratégia do atendimento foi o passo seguinte, englobando uma nova segmentação de clientes, nova identidade visual para os canais, tom de voz em sintonia com os direcionadores da nova experiência proposta pelo projeto, mapa de posicionamento de serviços entre os canais, dentre outros aspectos.

O processo de transformação usou a metodologia de CX - *Customer Experience* da IBM e se iniciou com a identificação dos diferentes tipos e necessidades de clientes (personas e segmentos), detalhadas em suas jornadas versus a experiência que a Cemig almejava prover, ser Simples, Acessível, Confiável e Encantadora. Com isso foi definida a estratégia de canais: cognitivos, digitais e humanos.

Para os dois anos seguintes, 2022 e 2023, executamos a implementação das estratégias e posicionamentos definidos por meio da transformação dos canais, implementação de tecnologias avançadas com inteligência artificial, cognitividade e integração dos canais de atendimento para a construção da omnicanalidade.

Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 1, 315 milhão de clientes em dez/2023, o que representa um aumento de 31,5% em relação ao ano de 2022 (1 milhão clientes). Diversas iniciativas foram realizadas ao longo do ano de 2023 visando incrementar o número de clientes que optam por receber a conta por e-mail, visto que essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes, proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente e redução de custos para a Companhia.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2022, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a KPMG Auditores Independentes Ltda. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia são apresentados abaixo, em milhares de reais:

Serviços	2023	2022
Auditoria de Demonstrações Financeiras e outros serviços (1)	6.849	4.864

(*) Revisão tributária (tax compliance).

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Resolução CVM nº 162/2022.

SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação e, por isso, a Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade desde a sua criação e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 há 19 anos. Além disso, a Cemig é reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a categoria liderança (A-) no Carbon Disclousure Project ("CDP") Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas.

Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos "Relatórios ESG Trimestrais" e anualmente no "Relatório Anual e de Sustentabilidade". Para mais detalhes sobre o desempenho da Cemig em 2022, acesse a página de relatórios da Cemig.

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da Companhia e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos:

Desempenho Ambiental

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP -instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e Estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

Hidrogênio verde

A Cemig e a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) firmaram, em 2023, dois importantes acordos de cooperação. A Cemig assinou protocolo de intenções para fins de colaboração científica e tecnológica entre as duas instituições, assim como foi formalizada a transferência da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) Luiz Dias. A usina, que era de propriedade da Cemig, foi cedida de forma não onerosa à UNIFEI, para ser utilizada na compensação da energia que será empregada no laboratório do Centro de Hidrogênio Verde (CH2V), projeto realizado pela instituição e que contribui para o desenvolvimento de pesquisas sobre o vetor energético. Produzido a partir de recursos renováveis, o Hidrogênio Verde (H2V) é considerado por muitos especialistas como uma chave promissora para a transição energética, a descarbonização e a sustentabilidade.

Trata-se de mais um passo para o fomento da produção científica e tecnológica no setor elétrico nacional. O acordo prevê a colaboração abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos; além de formação, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento técnico e científico e prototipação e desenvolvimento de sistemas em hardware e software.

Centro de Hidrogênio Verde

A UNIFEI - dentro do âmbito do Centro de Excelência de Conservação de Energia, também construído em parceria com a Cemig - vem desenvolvendo o CH2V, cujo objetivo é ajudar as indústrias mineira e brasileira a atravessarem a transição energética, reduzindo a pegada de carbono de seus produtos e tornando-os cada vez mais desejáveis em âmbitos nacional e internacional.

O Hidrogênio Verde conta com grande importância em razão de sua versatilidade, já que há a possibilidade de ser transformado em combustível ou em eletricidade. Isso reduz o índice de emissão de gás carbônico na atmosfera, uma vez que ele é extraído de fontes limpas e renováveis.

Inovação

Referência em sustentabilidade no setor elétrico, a Cemig busca, a cada dia, ampliar e diversificar sua atuação na área, sempre com a adoção de práticas inovadoras que dialogam com a proteção ao meio ambiente, com processos estruturados de prospecção e busca de novos produtos, equipamentos e soluções para aplicação no seu sistema elétrico que, atrelado à utilização de modernas tecnologias, se alinham aos princípios de ESG. Como exemplo, a Companhia está instalando, na sua rede aérea de distribuição, um cabo de alumínio que tem o isolamento feito de material contendo plástico de origem vegetal.

O "cabo Green", como é chamado, tem na base de composição do seu sistema de isolamento 20% de polietileno de origem vegetal, advindo da cana-de-açúcar, diferentemente dos cabos de alumínio tradicionais e já estabelecidos no mercado, que têm o isolamento feito 100% com o polietileno vindo do petróleo, de origem fóssil. Ao utilizar o cabo sustentável, a Cemig contribui para a diminuição de emissão de CO2 na atmosfera.

A Cemig fez a instalação de cerca de 300 metros do material em um circuito localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), substituindo a rede nua pela rede isolada com o novo material. A ideia é testar a nova tecnologia e, a partir dessa fase piloto, observar o desempenho do novo cabo.

Transformadores verdes

A rede de distribuição da Cemig já conta com outros equipamentos que têm características sustentáveis. Além do cabo Green, a Companhia já utiliza no sistema elétrico os transformadores de distribuição com líquido isolante à base de óleo vegetal. Estão instaladas cerca de seis mil unidades em diferentes regiões de Minas.

Além do óleo vegetal ser biodegradável, ele permite uma maior vida útil devido à sua estabilidade térmica. Outras vantagens da presença do óleo vegetal no transformador em relação ao óleo mineral tradicional, é que ele apresenta menor risco de inflamabilidade e uma maior capacidade térmica de refrigeração.

Certificados de Energia Renovável

Com 100% do seu parque gerador advindo de fontes limpas e renováveis de energia, a Cemig já emitiu cerca de 12 milhões de Certificados de Energia Renovável (RECs) para seus clientes no mercado livre de energia desde 2019. Essas certificações comprovam a utilização de energia limpa, renovável e rastreável que segue em total consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) relacionados à produção de energia e à preservação do meio ambiente.

Recursos hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de energia elétrica da Cemig, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso d'água, sendo a gestão e a conservação da água, assuntos de alta relevância para a Cemig, com gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Desde 2016, a Cemig possui uma Política de Recursos Hídricos, cujos princípios buscam a adoção de práticas racionais e sustentáveis do uso dos recursos hídricos, com a conservação de água e preservação de mananciais e relacionamento próximo junto às partes interessadas.

Em períodos críticos, de estiagem severa (ocorrida entre os anos de 2013 e 2019), de crise hídrica (ocorrida em 2021) e de intensas chuvas (ocorrida no período chuvoso 2021/2022 e 2022/2023), o monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para a garantia dos demais usos dos recursos hídricos.

A Cemig disponibiliza em seu website dados diários dos níveis de vários de seus reservatórios e no App. PROX, disponível para download nas plataformas iOS e Androide.

O gráfico abaixo traz as informações de armazenamento dos principais reservatórios de

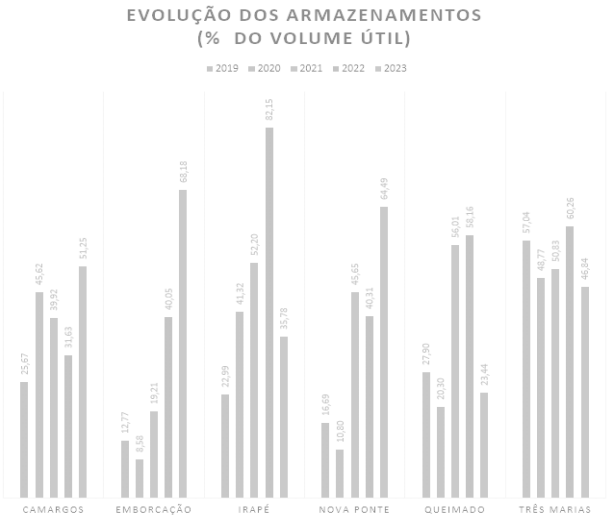
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

acumulação da Cemig em dezembro de 2023, comparado com a mesma época de anos anteriores.



Gestão de resíduos

A Cemig gerencia seus resíduos em conformidade com Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar, e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário dos resíduos da Cemig GT e D no Centro de Distribuição Avançado Igarapé (CDA-IG), a partir desse ponto a Superintendência de Suprimentos de Material e Serviço fica responsável pela destinação final do resíduo.

No exercício de 2023, foram encaminhadas para destinação final 61 mil toneladas de resíduos industriais, sendo que 60 mil toneladas desses resíduos foram alienados ou reciclados. Além disso, 137 toneladas de resíduos industriais foram coprocessados, enviados para tratamento, ou dispostos em aterro industrial. Com a alienação de sucata, e óleo usado, a Companhia obteve uma receita bruta de R$43.648 mil.

A reforma de transformadores também contribui para a redução na geração de sucatas, retornando os equipamentos ao sistema elétrico da Companhia. Adicionalmente, foram reformados um total de 542 transformadores, gerando uma economia de aproximadamente R$1.252 mil.

No ano de 2023, 483 mil litros de óleo mineral isolante foram alienados para serem utilizados novamente com outras finalidades, como por exemplo, com a função de óleo lubrificante. Além disso, 459 mil litros de óleo mineral isolante foram regenerados e reutilizados pela Companhia.

Essas atividades de economia circular, como a de reforma de transformadores, e a regeneração de óleo (reaproveitamento de materiais no sistema elétrico) é de grande valor para a causa ambiental, pois com isso é reduzido o volume de resíduos e sucatas geradas pela Companhia.

Vale destacar que em 2023, no segundo ano em que a Companhia implementou um novo operador logístico, para executar a logística reversa da empresa, constatamos uma maior agilidade na retirada de sucatas e materiais inservíveis, além da otimização e melhora nos controles internos de gestão. A nova forma de operação e gestão logística foi implementado com o objetivo de modernizar os processos e torná-los mais eficientes. Desde então, a operação logística de entrega de novos materiais e de retorno de materiais inservíveis da companhia tem oferecido aos colaboradores e clientes mais agilidade, eficiência e tecnologia.

Todo o processo de logística reversa e destinação de resíduos é feita de forma ambientalmente correta e responsável, de forma a garantir que toda a sucata e resíduos industriais gerados sejam destinados corretamente.

Programas para a ictiofauna

A Cemig mantém o Programa Peixe Vivo, com investimentos de R$4 milhões em 2023, que tem a missão de minimizar o impacto sobre a ictiofauna, buscando soluções e tecnologias de manejo que integrem a geração de energia elétrica pela Cemig com a conservação das espécies de peixes nativas, promovendo o envolvimento da comunidade.

Desde sua criação, em 2007, o programa atua em duas frentes visando a preservação das populações de peixes: apoio à realização de projetos de pesquisa e formação de estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da Cemig.

Durante o ano de 2023 foram executados 02 projetos de pesquisa, com uso de recursos próprios e de P&D, sendo publicados 12 trabalhos (02 teses, 04 dissertações, 01 monografia e 05 artigos científicos) relacionados aos projetos ou ações do programa peixe vivo. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do Peixe Vivo envolveram, diretamente, um total de 29 pessoas de instituições de ensino e pesquisa em 2023, além de realização de seminários e exposições relacionadas a conservação de peixes.

Mudanças climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, a Cemig assinou, em 2022, termo de adesão à iniciativa global Movimento Ambição Net Zero, do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa adesão reforça o compromisso firme da Cemig com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Cemig dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Cemig.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Programa de Aprendizagem Industrial

A Cemig foi agraciada pela Associação Brasileira de Recursos Humanos de Minas Gerais – ABRH-MG, com o 1º Lugar do Prêmio Ser Humano, na categoria Gestão de Pessoas – ESG. O reconhecimento se deu em virtude da contribuição social relevante prestada pela Companhia, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial.

Com a recente aprovação da política de valorização da diversidade e inclusão, o programa de aprendizagem foi reconfigurado. No ciclo 2023, o Curso de Eletricista de Linhas de Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica direcionou vagas específicas para parentes diretos de pessoas que estiveram em situação de rua, com 50% do total de vagas destinado a pessoas do gênero feminino.

A Cemig deu início ao Programa de Aprendizagem Industrial 2024 focado no curso de Eletricista de Linhas de Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica. Com um total de 125 aprendizes, esta iniciativa representa um compromisso sólido da Companhia com o desenvolvimento profissional e social.

A Cemig tem direcionado esforços para atender diversos grupos vulneráveis, incluindo aprendizes oriundos do exército, familiares diretos de pessoas em situação de rua, adolescentes de abrigos e refugiados do Marrocos, Venezuela e Colômbia. Um total de 66 pessoas em situação de vulnerabilidade terão a oportunidade de participar do curso neste semestre.

A Cemig reafirma seu compromisso com a responsabilidade social, diversidade e sustentabilidade, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial, demonstrando seu papel ativo na sociedade e transformando vidas com a nossa energia.

Quadro de colaboradores

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Com o objetivo de incorporar novos talentos, promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução em seu quadro de pessoal, passando de 5.596 empregados em 2019 para 4.918 em 2023, conforme apresentado no gráfico a seguir:

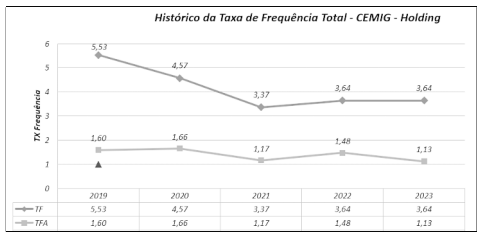
Em 2023, a Cemig realizou 225 admissões no total. As admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia nas áreas deficitárias.

Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas contratações de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia nos casos em que o processo de recrutamento externo se apresentou mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Saúde, higiene e segurança do trabalho

Durante todo o ano de 2023 continuaram a ser adotados pela nossa força de trabalho da CEMIG ações preventivas visando a preservação da saúde e segurança das equipes.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa Total de Frequência de Acidentados do Trabalho (TF) e Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA), apresentamos os dados de 2023 da CEMIG D, CEMIG GT e CEMIG Holding, bem como os dados dos últimos 5 anos.



Comparando com o ano de 2022, tivemos uma redução na TFA, além de uma estabilidade na TF, mostrando uma tendência de declínio, comparando com os últimos 5 anos. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a retomar a tendência de redução do TF e TFA nos próximos anos, incluindo campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.

Clima e cultura organizacional

Após três anos de um projeto de transformação cultural, a Cemig vem fortalecendo os pilares da cultura desejada, consolidando importantes mudanças em 2023:

- o senso de urgência para servir ao cliente é foco das ações na linha de frente, suportado por um projeto de transformação digital e implantação de novos canais de contato e solução, assim como investimentos consideráveis e tempestivos em novas subestações e fontes energéticas, linhas de transmissão e de distribuição e melhorias das estruturas;
- a gestão de riscos com ética e conformidade já tem feito parte da rotina e é medida anualmente por meio da validação do aprendizado e do conhecimento dos empregados sobre as regras de conduta, do tratamento das manifestações realizadas no canal de denúncias e da revisão constante das normas e políticas internas, a exemplo da recente elaboração de Política de Combate ao Assédio e outras violências no trabalho;
- a integração com corresponsabilidade é estimulada tanto pelos rituais e canais de comunicação internos como também pela transversalidade de algumas atividades e processos;
- o protagonismo com alta performance e a valorização da pessoa e do desempenho são algumas das bases para a tomada de decisões em relação às oportunidades de carreira e reconhecimentos.

Um destaque para a continuidade da mudança cultural, nesse ano de 2023, passa pela implantação do Programa de Diversidade e Inclusão - composto pela realização de censo, de sessões de capacitação e de mentoria para a liderança e de letramento e rodas de conversa para os times, além de muita comunicação e da discussão de uma estratégia para que esse tema possa avançar dentro da organização.

Todos esses investimentos – em nossas pessoas, líderes e empregados –, em processos, em tecnologias e em estrutura organizacional têm colaborado para a transformação da realidade da empresa, expressa na melhora significativa de nossos resultados e no jeito de ser e de fazer as coisas.

Em um ambiente com tantas mudanças simultâneas, onde há de se respeitar o tempo necessário para o amadurecimento e a estabilização, a Cemig realiza de forma bienal Pesquisa de Engajamento e Clima. A próxima está agendada para 2024 e tem o objetivo de acompanhar os aspectos que evidenciam vínculo, conexão e engajamento.

Cemig nas comunidades

A Cemig fornece, continuamente, informações e esclarecimentos com relação ao uso seguro da energia e promove a conscientização da população em relação aos cuidados necessários para conviver com as redes de energia, evitando acidentes e salvando vidas.

A Cemig investe em comunicação para o uso seguro da energia, realizando campanhas informativas, fornecendo instruções técnicas em seus canais de relacionamento, disponibilizando equipes para verificação e orientações sobre situações de risco, para informar sobre o uso seguro da eletricidade, entre outras.

Em toda a sua área de concessão, a Cemig promove ações de prevenção de acidentes, orientando a população de forma direta, por meio de matérias (rádio, jornal, mídias digitais e TV) e de postagens nas redes sociais; e de forma indireta, com diferentes tipos de material educativo publicados em meio eletrônico e em formato de cartilhas, folders e cartazes, além de eventuais campanhas nas comunidades.

A Cemig, anualmente, atualiza o Plano Estratégico de Comunicação Integrada para Segurança com a População, reescrevendo ações e estratégias para garantir a efetividade junto aos seus públicos de interesse em relação ao uso seguro da energia elétrica. Entre os objetivos desse Plano estão a conscientização da população, a mobilização das diversas partes interessadas da Companhia para a inclusão de pautas sobre segurança no uso da energia, e a conscientização dos colaboradores para atitudes de prevenção dentro e fora da Companhia. O Plano visa, também: i) disseminar campanhas de comunicação em massa, prestando informações de utilidade pública para ampla audiência, e ii) lançar campanhas de comunicação dirigidas, prestando informações do interesse de públicos específicos.

Atuando no pilar da educação, a Cemig possui o treinamento "Segurança com a Energia Elétrica", na modalidade à distância, gratuito e direcionado à população, a partir dos 10 anos de idade. O curso também está disponível para pessoas com deficiências auditivas e visuais. O treinamento visa potencializar a disseminação de informações sobre segurança com o uso da energia elétrica e ampliar o conhecimento público sobre o tema.

Cidadania corporativa e investimentos sociais

As estratégias filantrópicas e de cidadania corporativa da Cemig estão alinhadas à sua missão, visão e valores e objetivam o desenvolvimento econômico e social nos locais em que atua, por meio do apoio às comunidades, proporcionando transformação e impacto social duradouros para alcance do desenvolvimento integral dos indivíduos.

Alguns projetos de destaque em 2023 são:

Programa AI6% - O programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA). A Campanha de 2023 do AI6% envolveu a participação de 1.427 empregados que, voluntariamente, destinaram mais de R$ 1,3 milhão, com o intuito de beneficiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos pelas 137 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

No total, foram destinados R$2,8 milhões para entidades distribuídas em 69 municípios da área de influência da Companhia.

Programa de Voluntariado Empresarial - O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

Grandes transformações sociais podem ser promovidas a partir do trabalho voluntário. Oferecer ajuda sem receber nenhuma contrapartida financeira para isto, muda a forma de olhar para o mundo, serve de exemplo para as novas gerações e traz benefícios como aumento da empatia, desenvolvimento pessoal e reforço dos laços com os que estão à sua volta.

O Programa Você - Voluntariado Cemig, engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social, esse programa foi criado em três pilares, sendo: (i) incentivo ao voluntariado, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; (ii) realização de ações transformadoras, nos quais o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino, e (iii) ações propostas por empregados na plataforma de voluntariado, às quais os colegas podem aderir.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado junto com uma empresa especializada no tema.

Dia V – Dia do Voluntariado - O evento aconteceu na Vila Zilah Sposito, em Belo Horizonte, na Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga. A ação propiciou aos moradores do entorno uma série de benefícios gratuitos como atendimento oftalmológico, aferição de pressão, orientações sobre saúde bucal, bazar solidário, oficina de educação ambiental e doação de mudas, orientação para fazer um currículo, orientações de segurança com a rede elétrica, troca de lâmpadas antigas por lâmpadas de LED e informações sobre o benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica.

Segurança de barragens

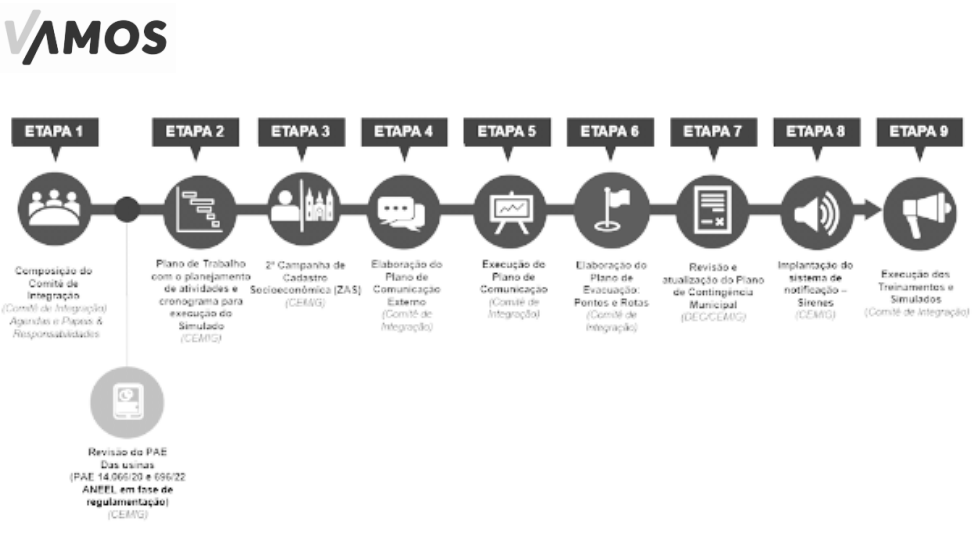
O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais e legislação específica.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragens, que envolvem, além dos profissionais da Cemig, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais com notório saber.

A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de Planos de Ação de Emergência ("PAE") para ruptura de barragens, com foco também nos riscos de inundação causados por cheias ordinárias A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, específico para a população afeta ao PAE das barragens da empresa, a Cemig continuou executando o cronograma de atividades dentro do "Projeto VAMOS", que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens Cemig aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da Cemig em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- **6 Simulados de evacuação com a população mapeada na ZAS** para as barragens das PCHS: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado.
- **7 Diagnósticos da ZAS** realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau.
- **7 Planos de trabalhos** entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau.
- **5 Ações de cadastro da população da ZAS realizados**, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano.
- **8 Planos de comunicação em elaboração**, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti.
- **6 Planos de evacuação em andamento**, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau.

Ainda em 2023, dentro do escopo do "Programa Proximidade", com a participação em reuniões de representantes dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros, foram abordados os temas: Meteorologia, operação dos reservatórios, segurança de barragens e informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas recursos hídricos e segurança de barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

Acesso à energia

A Cemig também atua com a tarifa social, um desconto na conta de energia elétrica para famílias de baixa renda. Em 2023, cerca de 1,2 milhão de clientes da Cemig receberam benefícios tarifários mensalmente relativos à tarifa da conta de energia, no valor total de R$405 milhões.

O benefício permite que mais pessoas tenham acesso à uma energia de qualidade, possibilitando uma melhoria da qualidade de vida e dignidade. Além disso, é um importante instrumento na redução de desigualdades socioeconômicas, inclusive entre as diferentes regiões e estados brasileiros, que sofreram efeitos diferenciados com a elevação dos custos no fornecimento de energia elétrica nos últimos anos. Atualmente, cerca de 17 milhões de famílias no Brasil recebem a tarifa social.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig aporta recursos em cultura, esporte, saúde, educação e cidadania, considerando interesses usualmente comuns a seus milhões de clientes, de 774 munícipios atendidos em Minas Gerais. A prioridade das iniciativas de incentivo a projetos sociais, quer seja por alocação de investimento social, quer seja por patrocínio de projetos, é contribuir para transformação social em múltiplos municípios

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do País. Em 2023, foram investidos R$69,8 milhões em 146 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

Esse investimento em cultura contribui para a construção do patrimônio de Minas Gerais e posiciona a Cemig como uma grande fomentadora do desenvolvimento da economia criativa, da manutenção de grupos tradicionais, de equipamentos históricos. Além disso, os projetos apoiados visam a ocupação do espaço urbano, transformação nas comunidades e fomento a arte inovadora.

Saúde

No ano de 2023, a Cemig investiu R$44,4 milhões, em diferentes regiões de Minas Gerais, onde foram atendidas 370 unidades hospitalares, envolvendo a substituição de autoclaves, secadoras e focos cirúrgicos, além da instalação de usinas fotovoltaicas.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig publicou editais para seleção de projetos sociais que passarão a integrar o conjunto de iniciativas incentivadas pela companhia em Minas Gerais. As chamadas públicas buscam ações que trabalham as práticas esportivas.

Para a Cemig a diversidade é um valor e deve estar presente também no esporte. Além disso, quase 12% dos recursos destinados ao esporte foram direcionados para projetos que trabalham exclusivamente com pessoas com deficiência em diversas modalidades esportivas e regiões do estado.

A empresa continua comprometida em fazer a diferença na vida das pessoas e em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Fundo do Idoso

No contexto do aumento da longevidade e consequente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2023, foi lançado um edital de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais.

Gestão tecnológica e inovação

O tema da Segurança da Informação é preocupação permanente da Cemig, que investe cada vez mais em sua estrutura de Tecnologia da Informação (TI), buscando robustez na governança e gestão dos serviços de TI, bem como na gestão da segurança da informação para atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual a Companhia está sujeita por ter suas ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, seu sistema de controles de segurança em TI é baseado no Cobit 5 e verificado anualmente por auditorias interna e externa.

Os mecanismos de segurança da informação da Companhia são assegurados por um sistema de gestão baseado na Norma Brasileira (ABNT) NBR ISO / IEC 27001: 2013. Essa norma apresenta um modelo para estabelecer, implementar, operar, monitorar, analisar criticamente, manter e melhorar um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), alinhado às melhores práticas de mercado. O sistema de gerenciamento de segurança da informação da Cemig inclui processos para gerenciamento e controle de políticas, riscos, comunicação, classificação de informações e segurança da informação. Além disso, ações recorrentes para melhoria nos processos, comunicação, conscientização e treinamento fortalecem a segurança da informação da Companhia.

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, para:

- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

O desafio foi aberto para o público em geral, que foi convidado a apresentar ideias para a estruturação de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel e alinhados com a estratégia da Companhia. As ideias mais promissoras darão origem a projetos que serão avaliados sob as diretrizes da Estratégia de Inovação e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig está estruturado em quatro macro temas alinhados à estratégia da Companhia para compor o seu portfólio de inovação:

- Produtos e serviços inteligentes;
- Sistemas elétricos do futuro;
- Eletrificação e eletro mobilidade; e
- Alternativas em geração sustentável.

Proteção de dados

A Cemig reconhece a sua responsabilidade com a proteção de dados pessoais de seus mais de 9 milhões de clientes que utilizam os seus serviços e respeita a privacidade de seus colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros. Também entende que os dados pessoais de suas partes interessadas devem ser utilizados de maneira responsável e aderente às legislações brasileiras, principalmente à Resolução Normativa Aneel nº 414/2010, que regulamenta o fornecimento de energia elétrica, e à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Para trazer robustez ao sistema de gestão já existente, e para se adequar à LGPD, Cemig conta com uma estrutura dedicada ao atendimento de todo o regramento legal relacionado ao tema.

Inteligência artificial - EnergyGPT

A Cemig, em parceria com o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), anunciou, em 2023, o início de desenvolvimento do EnergyGPT. O projeto, pioneiro em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no âmbito do Programa de PDI da Aneel, marca a entrada da Companhia no movimento global de inovação no setor elétrico.

O EnergyGPT surge como uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especialmente projetada para atender às demandas complexas do setor elétrico brasileiro. Uma de suas principais metas é facilitar o acesso a informações estruturadas deste mercado tanto para empresas quanto para cidadãos.

A proposta do projeto é desenvolver uma plataforma avançada de IA adaptada às peculiaridades do setor elétrico nacional. O sistema de IA buscará otimizar processos e fornecer suporte estratégico em áreas críticas, incluindo jurídico e proteção de receita.

Durante o seu desenvolvimento, o EnergyGPT será testado em várias áreas estratégicas, onde se espera que a IA forneça insights valiosos, aumente a eficiência operacional e ajude na tomada de decisões críticas.

O lançamento do EnergyGPT representa um marco significativo na aplicação de tecnologias de ponta, visando aprimorar a eficiência e promover a inovação no setor elétrico.

Programa de Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Cemig atua fortemente em seu objetivo de combater o desperdício de energia elétrica, por meio de inúmeras iniciativas transformadoras.

O PEE da Cemig se baseia no incentivo à mudança de hábitos, resultando na redução e eliminação do desperdício como forma do bom uso e da preservação dos recursos naturais. Desde a implantação do Programa, a Companhia mantém esforços para demonstrar à sociedade que é possível reduzir o desperdício da energia de forma simples, com a adequação de atitudes no dia a dia.

O PEE atua por meio de cinco subprogramas: Cemig nas Cidades, Cemig nos Hospitais, Cemig no Campo, Cemig nas Escolas e o Cemig nas Comunidades, sendo estes executados diretamente pela Cemig.

Além disso, a companhia publica anualmente a Chamada Pública de Projetos, determinada pela Aneel, e que tem como objetivo democratizar o acesso a projetos de eficiência, já que permite que os próprios clientes enviem projetos de que confiram maior eficiência a suas unidades consumidoras.

Dessa forma, a empresa atua na substituição de equipamentos ineficientes por outros mais eficientes e na instalação de usinas fotovoltaicas, além de levar orientações sobre o uso correto e sustentável da energia elétrica.

Em 2023, a Cemig atingiu a marca de R$1 bilhão de investimentos no Programa de Eficiência Energética desde sua criação em 1998. Os investimentos da Cemig representam mais de 10% do investimento nacional no Programa de Eficiência Energética, que é regulado pela Aneel. Atrelado a este marco histórico de investimentos, conseguimos levar nossas ações de eficiência energética a 100% dos municípios da nossa área de concessão.

Chegar à marca de R$ 1 bilhão em investimentos demonstra o compromisso de disseminar os conceitos de uso racional e eficiente de energia elétrica. Além de proporcionar economia na fatura de energia elétrica, esse tipo de ação é fundamental para o meio ambiente.

Em 2023, o programa investiu aproximadamente R$140 milhões em projetos de eficiência energética em toda a área de concessão da Cemig D, além da disponibilização mais R$50 milhões em novo processo de Chamadas Públicas a fim de selecionar propostas para a composição do portfólio de projetos. Neste chamamento de 2023, foram aprovados 17 projetos, todos com contratos assinados e que serão financiados e executados ao longo de 2024.

As ações do programa visam sempre a eficiência energética associada à responsabilidade social e inovação, alinhadas a objetivos estratégicos do negócio da Cemig, com destaque para atuação em hospitais, entidades filantrópicas, escolas, comunidades de baixa renda e instalações do poder público.

Programa de pesquisa, desenvolvimento e inovação

O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Cemig divulga chamadas públicas com foco no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da Cemig e do setor elétrico, visando o atendimento dos interesses da sociedade.

As instituições são convidadas a apresentarem propostas de projetos de PDI que objetivem: (i) o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de soluções para os desafios da Cemig ou de empresas do setor elétrico, consumidores ou usuários dos serviços de Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, e/ou (ii) a exploração industrial e/ou comercial das soluções desenvolvidas. A Cemig busca nestas chamadas: identificar e desenvolver projetos (i) inovadores e práticos - aptos a solucionarem reais problemas do setor elétrico; (ii) estratégicos - que abordem assuntos relevantes para a Companhia; (iii) concretos e que gerem soluções com viabilidade econômico-financeira e de implementação.

Em 2023, a Companhia investiu em 16 projetos de PDI em diversos temas, sendo a Cemig Distribuição R$27,3 milhões, a Cemig Geração e Transmissão R$5,9 milhões e as controladas investiram cerca de R$0,25 milhão, destacando-se os seguintes projetos:

a. Sistema Integrado de Visão Computacional para Proteção à Receita e Segurança do Trabalho, propõe ganhos em produtividade e otimização de operação. A tecnologia utilizada é a da inteligência artificial (IA). Ela promove, além da captura e da interpretação das imagens, replicando funções condicionadas à visão humana, também é capaz de classificá-las, agrupá-las e até distingui-las conforme padrão previamente estipulado.
b. Desenvolvimento de módulos fotovoltaicos utilizando Perovskita. O objetivo desta iniciativa é a formulação e a montagem de módulos fotovoltaicos a partir da exploração do potencial do mineral Perovskita que apresenta algumas vantagens na comparação com o silício cristalino, principal material usado atualmente nas células fotovoltaicas.
c. Plataforma de coleta, tratamento e processamento de dados satelitais. Através dos dados e imagens coletados por nanossatélites, será feito um trabalho de pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de gerar uma metodologia própria para a classificação e detecção das situações, auxiliando na tomada de decisão do operador do sistema.
d. Sistema de priorização de investimentos no segmento de distribuição sob a ótica dos conceitos regulatórios de Revisão Tarifária e retorno sobre o capital. Sistema computacional norteado por método de otimização, que deverá avaliar diversas obras e priorizar as que obtiverem melhor rentabilidade para empresa visando o aprimoramento da confiabilidade do fornecimento, minimização dos custos e maximização dos resultados com base em critérios regulatórios.
e. Método de Ranqueamento de Investimento. Sistema integrado que opera em uma perspectiva de antecipação de riscos e possíveis falhas na rede de distribuição da Cemig.
f. Análise de Arranjo Técnico e Comercial Baseado em uma Planta Piloto de Sistema Distribuído de Armazenamento de Energia em Alimentador Crítico da Rede de Distribuição. Os Sistemas de Armazenamento de Energia com Baterias (SAEBs) se destacam pela versatilidade, pois mostram-se capazes de prover diferentes serviços, como back-up, arbitragem e compensação da variabilidade de geração eólica e solar, por exemplo.
g. Sistema de Produção Integrada de Energia Elétrica Fotovoltaica e Alimentos – Agrivoltaico. A proposta vai unir a agricultura, um dos pontos mais fortes da economia de Minas, e a geração de energia solar, forma de geração limpa que tem ganhado importância nos últimos anos.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R$21.882 milhões de valor adicionado em 2023, em comparação a R$20.796 milhões em 2022.

Desempenho em Governança corporativa

A governança corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, que são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, Vice-Presidente e nomeiam a Diretoria Executiva da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Desde 2001 a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3, da bolsa de valores de São Paulo.

Conselho de Administração

Anualmente, os membros do Conselho de Administração são submetidos a autoavaliações de desempenho, independentes, individuais e coletivas, visando aprimorar suas funções. São observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à estratégia de longo prazo e orçamento anual.

Compete ao Comitê de Auditoria verificar, em caráter independente, a conformidade do processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração.

Composição, eleição e mandato

O Conselho de Administração é integrado por 11 (onze) membros efetivos, sendo 10 indicados e eleitos pelos acionistas e 1 eleito pelos empregados, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Dos onze membros do seu Conselho de Administração, dez membros têm as características de Conselheiro Independente, pelos critérios adotados pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI), enquanto nove membros têm essas características segundo os critérios definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme atestado na Declaração de Independência do Conselho.

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração, atribuições e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de dezembro de 2023, reuniu-se 65 vezes para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais vice-presidentes e presidente expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br

Conselho Fiscal

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br

Reuniões

No exercício de 2023, foram realizadas 14 reuniões do Conselho Fiscal.

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2023, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risk*s, vigente para o ciclo 2023/2024.

Tais riscos, associados à execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Inovação, Tecnologia da Informação, Pessoas e Serviços Corporativos, ESG (*Environmental, Social and Governance*), Financeiro, Participações e Desinvestimento, Regulatório Institucional e Controle e Integridade.

No intuito de fortalecer ainda mais a governança e as discussões de gestão de riscos, em junho de 2022, foi criado o Comitê de Riscos, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (*Top Risks*) e monitoramento de tratamento, identificação e mensuração de planos de ação de mitigação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

Em relação às respostas aos riscos relevantes e que possuem os limites de tolerância excedidos, o ambiente de Controles Internos possui um processo anual de revisão e testes de desenho da totalidade dos controles internos presente na Matriz de Controles Internos, de modo a mantê-los aderentes e atualizados. Esforços e investimentos na antecipação de calendários de avaliação, automatização de processos, capacitação e contratação de profissionais de mercado fomentaram o aumento da maturidade do Ambiente de Controles Internos nos últimos anos, corroborando com diversos avanços, em destaque a retirada da Fraqueza Material nas Demonstrações Financeiras no ano de 2023 (ano base 2022), fraqueza esta que estava presente de 2016 a 2021. Os resultados obtidos que refletem o alto grau de efetividade do ambiente de controles internos demonstram confiança na gestão de riscos da companhia bem como a contribuição para endereçamento dos riscos relacionados aos pilares estratégicos, com foco especial aos Pilares Financeiro e Controles e Integridade.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Certificação de qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna - IIA

Em 2023, a Auditoria Interna da Cemig recebeu a Certificação de Qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna – IIA, órgão mundial que regulamenta a atividade de auditoria interna quanto ao cumprimento de normas e padrões internacionais de auditoria. Esta é uma conquista importante, que coloca a Auditoria Interna da Cemig no seleto grupo de empresas brasileiras que possuem essa certificação internacional do IIA.

Declaração de conformidade NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos

A Cemig alcançou um marco significativo ao obter a Declaração de Conformidade em relação a NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos, destacando seu compromisso com práticas sólidas de gestão de riscos. A norma internacional, focada na gestão de riscos, serve como uma ferramenta essencial para aprimorar a tomada de decisões, planejamento e gerenciamento de riscos em todos os níveis da Companhia.

A NBR ISO 31000:2018 recomenda a integração do processo de gestão de riscos à tomada de decisão, à gestão global do negócio e ao contexto organizacional atual. Isso significa que a Cemig poderá aplicar as diretrizes da norma não apenas em projetos e operações, mas também em estratégias corporativas, promovendo uma abordagem abrangente para identificar, avaliar e mitigar riscos.

Para garantir a conformidade, a equipe de Gestão de Processos da Cemig realizou um diagnóstico prévio para avaliar a aderência aos requisitos da NBR ISO 31000:2018. A partir desse diagnóstico, foram implementadas melhorias no processo e na documentação, visando atender às práticas recomendadas pela norma.

O reconhecimento da conformidade com a NBR ISO 31000:2018 não apenas valida o compromisso da Cemig com práticas de gestão de riscos de classe mundial, mas também fortalece sua reputação no mercado e perante as partes interessadas. A norma auxilia no planejamento estratégico e na tomada de decisões, resultando em menor índice de perdas e melhoria dos processos operacionais.

Política de Compliance e Antifraude

A Companhia preza pela prevenção e combate à fraude, corrupção e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às normas internas e externas estabelecidas, e conta com a dedicação e diligência de toda a força de trabalho para que atos ilícitos ou antiéticos não sejam cometidos em seu nome.

Como forma de prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um efetivo sistema de controles internos e de Compliance composto, dentre outros, por: Comissão de Ética, Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades, e prevenção à fraude e corrupção, sobre as quais dá pleno conhecimento a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Cemig, sejam eles acionistas, administradores, empregados ou contratados.

O Canal de Denúncia garante confidencialidade, anonimato e não-retaliação ao denunciante, sendo que a Comissão de Ética é responsável por assegurar a devida apuração e investigação de todas as denúncias recebidas e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes.

Compliance e Antissuborno

Em fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Cemig aprovou a atualização da Política de Compliance da Cemig, inserindo o tratamento do tema Antissuborno.

A Cemig preza pela prevenção e combate ao suborno, fraudes, conflitos de interesse e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às legislações, normas internas e externas estabelecidas.

A Política estabelece diretrizes e responsabilidades que devem ser adotadas na prática diária dos negócios, atividades e relacionamentos da Companhia, tendo como objetivos:

i. promover uma cultura que incentive a conduta ética e o compromisso com as melhores práticas de compliance e o cumprimento das leis e normas de compliance e antissuborno;
ii. prevenir, detectar e responder a falhas no cumprimento de leis e normas e desvios de conduta;
iii. concentrar-se na mitigação de Riscos de Compliance e Suborno priorizados pela Companhia;
iv. contribuir para a motivação e produtividade dos empregados, a preservação e valorização da marca Cemig e a minimização de não conformidades, penalidades e multas por descumprimentos de normas;
v. garantir o cumprimento e a melhoria contínua do Programa de Compliance e Antissuborno da Cemig.

Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU

Em 2023, a Cemig tornou-se signatária do Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU. A iniciativa visa avançar no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 (ODS16), de combater todas as formas de corrupção. Este documento estabelece metas e ações para engajar as empresas a se comprometerem com o tema.

Ao ingressar ao Movimento Transparência 100%, a Companhia se compromete a avançar em direção às seguintes metas:

- 100% de transparência das interações com a Administração Pública;
- Remuneração 100% íntegra da Alta Administração;
- 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade;
- 100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança;
- 100% de transparência sobre os canais de denúncias.

O prazo estabelecido pelo Movimento para o atingimento total das metas é 2030. A Cemig vem avançando no cumprimento dos requisitos e com isso pretende entregar os resultados de maneira mais célere. Com esta iniciativa, a Cemig expressa publicamente a decisão da Companhia de fortalecer a integridade e a transparência em toda a cadeia de valor.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

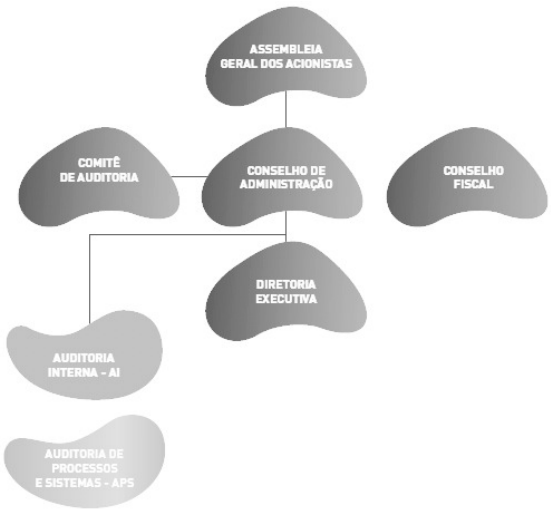
CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS — GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA CEMIG



RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig em 2023, vários segmentos da Companhia reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Índice Dow Jones de Sustentabilidade

Pelo 24º ano consecutivo, a Cemig foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World), para o período 2023/2024.

Com base na análise de desempenho dos pilares de sustentabilidade, o DJSI lista as empresas que se destacam por suas práticas de gestão social, ambiental e econômica. A nova composição do DJSI World reúne 257 empresas, selecionadas a partir de um conjunto de 3.300 empresas.

Permanecer no Índice Dow Jones de Sustentabilidade por 24 anos consecutivos reitera a determinação da Cemig em prosseguir com práticas sustentáveis no seu relacionamento com colaboradores e fornecedores, criando valor para os seus acionistas e contribuindo para o bem-estar da sociedade.

Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 – ISE

A Cemig garantiu a manutenção da integração na nova composição do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) pelo 19º consecutivo, demonstrando o compromisso contínuo da companhia em adotar as melhores práticas de ESG, sigla em inglês para definir padrões ambientais, sociais e de governança. O ISE B3, um dos principais índices de sustentabilidade do mundo, reconhece os intensos esforços da Companhia em desenvolver soluções sustentáveis e alinhadas com a preservação do meio ambiente.

A Cemig obteve pontuação máxima em requisitos como qualidade de vida e benefícios, estratégia de inovação, gestão da ética na empresa e gestão de riscos corporativos.

A integração no ISE demonstra o compromisso contínuo da Companhia em adotar as melhores práticas de ESG, seguindo padrões ambientais, sociais e de governança, fatores determinantes para o crescimento sustentável, com o objetivo de criar valor para seus acionistas, empregados, fornecedores e para a sociedade.

Prêmio Ser Humano

A Cemig foi agraciada com o prêmio Ser Humano, concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos – Minas Gerais (ABRH-MG), na modalidade ESG, pela implementação do Programa de Aprendizagem CEMIG: Curso de Eletricista de Redes de Distribuição Aérea para Pessoas do Gênero Feminino e Filhos de Pessoas em Situação de Rua. A modalidade ESG pretende que os responsáveis por gestão de pessoas sintam-se estimulados para empreender em ações referentes ao meio ambiente, ao social e a governança, visando um crescimento sustentável da sua empresa na sociedade. Realizado desde 1993, o reconhecimento da ABRH tem sido um importante instrumento de valorização das melhores iniciativas em gestão de pessoas dentro e fora das organizações.

Standard & Poor's Global Sustainability Yearbook 2023

A Companhia foi listada na categoria bronze do Sustainability Yearbook 2023.

Esse reconhecimento é reflexo do empenho da Companhia na adoção de medidas com foco na melhoria do nosso desempenho econômico, ambiental, social e de governança.

Standard & Poor's Global Sustainability Yearbook 2024

A Companhia também foi listada na categoria bronze do Sustainability Yearbook 2024.

A manutenção da Companhia no anuário demonstra o compromisso contínuo da Cemig em adotar as melhores práticas de ESG, em ambientais, sociais e de governança, fatores determinantes para o crescimento sustentável, com o objetivo de criar valor para seus acionistas, empregados, fornecedores e para a sociedade.

Índice Carbon Clean200™

A Cemig foi a companhia brasileira com melhor classificação no Carbon Clean200™, ranking global anual que lista as 200 empresas de capital aberto que lideram iniciativas de soluções de transição para um futuro de energia limpa.

Prêmio Respeito

A Revista Consumidor Moderno reconhece as empresas que se destacam pela qualidade no relacionamento com seus públicos consumidores, bem como investimentos em estratégias, talentos, recursos e metodologias que visam a satisfação do cliente. A Cemig foi agraciada com essa premiação na categoria Energia Elétrica, destacando a evolução da Cemig na percepção da experiência do cliente e na melhoria do atendimento com a implementação do Projeto Cliente+, com novas tecnologias embarcadas, autonomia nos canais digitais, omnicalidade e atendimento humano diferenciado.

Prêmio Aberje

O Prêmio Aberje Nacional, o mais importante concurso de comunicação empresarial do Brasil, premiou a Cemig na categoria publicação especial com o case "Livros Quilombolas" na etapa regional e nacional e com o case "Milton Nascimento a última sessão de música" na etapa regional. A competição reúne empresas de todo o país, destacando casos de sucesso que demonstram excelência em diversas categorias. A participação da Cemig foi marcada por cases que evidenciam o compromisso da companhia com a eficiência, cidadania, história e cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de cálculo	2023 Valor (Mil R$)			2022 Valor (Mil R$)		
Receita líquida (RL)			36.849.769			34.462.808
Resultado Operacional (RO)			7.230.126			5.687.177
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			1.307.900			1.351.999
2) Indicadores sociais internos	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre FPB**	**% Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre FPB**	**%Sobre RL**
Alimentação	94.573	7,23	0,26	88.835	6,57	0,26
Encargos sociais compulsórios	317.378	24,27	0,86	282.637	20,91	0,82
Previdência privada	83.853	6,41	0,23	81.220	6,01	0,24
Saúde	68.924	5,27	0,19	65.458	4,84	0,19
Segurança e medicina no trabalho	4.378	0,33	0,01	21.299	1,58	0,06
Educação	100	0,01	-	712	0,05	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.696	0,51	0,02	33.052	2,44	0,10
Creches ou auxílio-creche	2.444	0,19	0,01	2.342	0,17	0,01
Participação nos lucros ou resultados	157.121	12,01	0,43	79.634	5,89	0,23
Outros	8.846	0,68	0,02	12.960	0,96	0,04
Total - Indicadores sociais internos	**744.313**	**56,91**	**2,02**	**668.149**	**49,42**	**1,94**
3) Indicadores sociais externos	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**
Educação	1.240	0,02	-	9.929	0,17	0,03
Cultura	77.328	1,07	0,21	69.839	1,23	0,20
Esporte	29.657	0,41	0,08	4.886	0,09	0,01
Outros - Doações/Subvenções/FIA/AI6%	146.225	2,02	0,40	96.407	1,70	0,28
Total das contribuições para a sociedade	**254.450**	**3,52**	**0,69**	**181.061**	**3,18**	**0,53**
Tributos (excluídos encargos sociais)	12.371.337	171,11	33,57	10.505.547	184,72	30,48
Total – Indicadores sociais externos	**12.625.787**	**174,63**	**34,26**	**10.686.608**	**187,91**	**31,01**
4) Indicadores ambientais	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**
Relacionados com a operação da Companhia	44.607	0,62	0,12	32.344	0,57	0,09
Total dos investimentos em meio ambiente	**44.607**	**0,62**	**0,12**	**32.344**	**0,57**	**0,09**
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(X) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do corpo funcional	**2023**			**2022**		
Nº de colaboradores ao final do exercício			4.918			4.969
Nº de admissões durante o exercício			225			378
Nº de colaboradores temporários			102			33
Nº de estagiários (as) contratados (as)			97			99
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			1.271			1.338
- 2º Grau			3.612			3.582
- 1º Grau			34			49
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.240			2.232
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			696			724
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			19,40			14,06
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			279			281
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			1,99			1,04
Nº de pessoas com deficiência			152			160
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2023**					
Relação entre a maior e a menor remuneração na Companhia	27,88					
Número total de acidentes de trabalho, considerando empregados próprios	21					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA			
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a Companhia:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT			
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)			
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos			
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	( ) não apoia	( ) apoia	(X) organiza e incentiva			
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia: 238.172	no Procon: 5.209	na Justiça: 14.404			
7) Outras informações	**2023**					
Investimentos em questões ambientais	R$45 milhões					
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	43 reservatórios e 221 estações de coleta					
Resíduos e materiais inservíveis	61 mil toneladas					
Óleo mineral regenerado pela Companhia	459 mil litros					
Receita com as vendas dos resíduos	R$44 milhões					

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Presidente
Marney Tadeu Antunes	Vice-Presidente de Distribuição
Leonardo George de Magalhães	Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva	Vice-Presidente sem denominação
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Vice-Presidente de Participações
Dimas Costa	Vice-Presidente de Comercialização
Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva	Vice-Presidente Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
Jaime Leôncio Singer (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhaes (majoritário)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)	Não há
Aloísio Macário Ferreira de Souza (minoritários)	Não há
José João Abdalla Filho (preferencialistas)	Não há
Roger Daniel Versieux (minoritários)	Não há
Paulo César de Souza e Silva (minoritários)	Não há
Anderson Rodrigues (representante dos colaboradores)	Não há

CONSELHO FISCAL

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente) (majoritário)	Rodrigo Rodrigues Tavares (majoritário)
Pedro Bruno Barros de Souza (majoritário)	Luiz Fernando Medeiros Moreira (majoritário)
Lucas de Vasconcelos Gonzalez (majoritário)	Vago (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritários)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)	Não há
Roberto Tommasetti	Não há
Roberto Cesar Guindalini	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
José Ciro Mota (Industrial)	Tânia Mara Aparecida Costa Santos
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Betânia Moura Magalhães Corrêa
Edilson Avelino da Mata (Comercial)	José Luis França dos Santos
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Weber Bernardes de Andrade
Erick Nilson Souto (Poder Público)	Luiz Paulo Aparecido Gontijo Caetano
Luciano José de Oliveira (Cemig)	Alexandre Ribeiro de Almeida

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores
Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026
Endereço eletrônico
Site: www.cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.537.482	1.440.661	187.691	190.483
Títulos e valores mobiliários	7	773.982	1.744.546	193.032	100.292
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	8	5.434.358	4.769.431	418.803	305.464
Ativos financeiros e setoriais da concessão	13	814.378	1.055.378	-	-
Ativos de contrato	14	850.071	728.404	-	-
Tributos compensáveis	9	634.864	1.916.701	2.584	1.087
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	411.376	775.492	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31b	368.051	-	-	-
Dividendos a receber	30	49.914	145.908	3.118.320	1.975.639
Contribuição de iluminação pública		260.722	207.280	-	-
Outros ativos		676.003	681.402	49.636	27.342
		11.811.201	**13.465.203**	**3.970.066**	**2.600.307**
Ativos classificados como mantidos para venda	32	57.867	-	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		**11.869.068**	**13.465.203**	**3.970.066**	**2.600.307**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	-	133.631	-	376
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	8	42.804	43.449	1.730	-
Tributos compensáveis	9	1.318.547	1.357.846	545.838	523.371
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	445.339	172.718	228.682	95.750
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10c	3.044.738	3.119.522	1.139.415	995.149
Dividendos a receber	29	-	-	-	679.794
Depósitos vinculados a litígios	11	1.243.012	1.206.595	325.113	310.325
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	31b	-	702.734	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais		13.366	13.366	13.366	13.366
Ativos financeiros e setoriais da concessão	13	5.726.352	4.937.187	-	-
Ativos de contrato	14	7.675.592	5.976.420	-	-
Outros ativos		86.467	76.161	77.609	78.718
Investimentos	15	4.631.720	5.105.724	22.810.565	19.637.444
Imobilizado	16	3.256.226	2.409.351	754	1.240
Intangível	17	15.248.980	14.621.853	150	547
Direito de uso	18a	397.869	329.077	2.092	2.151
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**43.131.012**	**40.205.634**	**25.145.314**	**22.338.231**
TOTAL DO ATIVO		**55.000.080**	**53.670.837**	**29.115.380**	**24.938.538**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
CIRCULANTE					
Fornecedores	19	3.016.696	2.832.049	317.723	152.356
Encargos regulatórios	22	487.241	510.247	-	-
Participação dos empregados e administradores no resultado		164.761	105.207	19.717	13.590
Impostos, taxas e contribuições	20	643.623	544.146	190.487	139.603
Imposto de renda e contribuição social	10b	111.232	239.674	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	26d	2.924.430	1.862.798	2.922.593	1.860.681
Empréstimos e debêntures	21	2.629.708	955.497	-	-
Salários e contribuições sociais		238.749	260.015	12.529	13.823
Contribuição de iluminação pública		424.713	312.475	-	-
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores	23	704.653	455.273	-	-
Obrigações Pós-emprego	24	328.621	388.447	26.204	29.166
Valores a restituir a consumidores	20	854.025	1.495.598	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	31b	-	90.526	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Opções	31b	-	672.416	-	-
Passivo de arrendamento	18b	78.532	57.438	303	301
Outros passivos		485.832	423.372	23.480	22.332
TOTAL DO CIRCULANTE		**13.092.816**	**11.205.178**	**3.513.036**	**2.231.852**
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	22	90.360	65.360	4.624	4.624
Empréstimos e debêntures	21	7.201.431	9.624.001	-	-
Impostos, taxas e contribuições	20	361.973	370.168	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	1.112.162	932.235	-	-
Provisões	25	2.199.913	2.029.021	286.952	279.141
Obrigações Pós-emprego	24	5.087.975	5.303.538	657.438	641.375
Valores a restituir a consumidores	20	664.275	1.808.074	-	-
Passivo de arrendamento	18b	354.404	297.195	2.126	2.125
Outros passivos		179.578	252.801	1.969	2.065
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**17.252.071**	**20.682.393**	**953.109**	**929.330**
TOTAL DO PASSIVO		**30.344.887**	**31.887.571**	**4.466.145**	**3.161.182**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26				
Capital social		11.006.853	11.006.853	11.006.853	11.006.853
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		13.040.736	10.394.823	13.040.736	10.394.823
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.648.075)	(1.874.041)	(1.648.075)	(1.874.041)
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		**24.649.235**	**21.777.356**	**24.649.235**	**21.777.356**
Participação de acionista não-controlador		5.958	5.910	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**24.655.193**	**21.783.266**	**24.649.235**	**21.777.356**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**55.000.080**	**53.670.837**	**29.115.380**	**24.938.538**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
RECEITA LÍQUIDA	27	**36.849.769**	**34.462.808**	**3.602.080**	**2.118.932**
CUSTOS					
Custos com energia elétrica e gás	28a	(19.821.893)	(20.020.182)	(2.682.875)	(1.381.821)
Custos de construção de infraestrutura	28b	(4.071.712)	(3.536.442)	-	-
Custos de operação	28c	(4.572.324)	(4.095.391)	(12.932)	(7.939)
		(28.465.929)	**(27.652.015)**	**(2.695.807)**	**(1.389.760)**
LUCRO BRUTO		**8.383.840**	**6.810.793**	**906.273**	**729.172**
DESPESAS	28c				
Perdas de créditos esperadas		(174.663)	(108.731)	(13.455)	-
Despesas gerais e administrativas		(707.415)	(789.389)	(35.173)	(45.727)
Outras despesas, líquidas		(712.767)	(1.073.379)	(114.234)	(170.659)
		(1.594.845)	**(1.971.499)**	**(162.862)**	**(216.386)**
Ganho por compra vantajosa		-	5.340	-	-
Ajuste a valor justo de investimentos		8.638	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	15	432.493	842.543	4.886.642	3.318.015
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		**7.230.126**	**5.687.177**	**5.630.053**	**3.830.801**
Receitas financeiras	29	1.272.079	1.499.794	(18.794)	40.759
Despesas financeiras	29	(1.651.045)	(3.066.415)	(3.134)	(7.885)
		(378.966)	**(1.566.621)**	**(21.928)**	**32.874**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**6.851.160**	**4.120.556**	**5.608.125**	**3.863.675**
Imposto de renda e contribuição social	10d	(943.007)	(950.490)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10d	(141.318)	924.301	156.148	228.638
		(1.084.325)	**(26.189)**	**156.148**	**228.638**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**5.766.835**	**4.094.367**	**5.764.273**	**4.092.313**
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		5.764.273	4.092.313	5.764.273	4.092.313
Participação de acionistas não controladores		2.562	2.054	-	-
		5.766.835	**4.094.367**	**5.764.273**	**4.092.313**
Lucro básico e diluído por ação preferencial	26	**2,62**	**1,86**		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	26	**2,62**	**1,86**		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**5.766.835**	**4.094.367**	**5.764.273**	**4.092.313**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	351.235	696.506	34.944	105.173
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (Nota 10c)	(119.419)	(236.813)	(11.880)	(35.759)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controladas	-	-	208.752	390.279
Outros resultados abrangentes	367	1.402	367	1.402
	232.183	**461.095**	**232.183**	**461.095**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	**5.999.018**	**4.555.462**	**5.996.456**	**4.553.408**
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	5.996.456	4.553.408	5.996.456	4.553.408
Participação de acionista não-controlador	2.562	2.054	-	-
	5.999.018	**4.555.462**	**5.996.456**	**4.553.408**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial					
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Custo atribuído de imobilizado	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**8.466.810**	**2.249.721**	**1.181.837**	**124.081**	**8.807.573**	**834.603**	**554.409**	**(2.762.623)**	**-**	**19.456.411**	**5.354**	**19.461.765**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	4.092.313	**4.092.313**	2.054	**4.094.367**
Outros resultados abrangentes												
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de tributos	-	-	-	-	-	-	-	459.693	-	**459.693**	-	**459.693**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	1.402	-	**1.402**	(1.498)	**(96)**
Resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**461.095**	**4.092.313**	**4.553.408**	**556**	**4.553.964**
Aumento de capital	2.540.043	-	-	-	(2.540.043)	-	-	-	-	**-**	-	**-**
Destinação do lucro líquido do exercício												
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(126.922)	-	126.922	**-**	-	**-**
Reservas de incentivos fiscais	-	-	-	26.193	-	-	-	-	(26.193)	**-**	-	**-**
Reserva legal	-	-	204.616	-	-	-	-	-	(204.616)	**-**	-	**-**
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	1.755.963	-	-	-	(1.755.963)	**-**	-	**-**
Juros sobre capital próprio (R$0,9014 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.983.650)	**(1.983.650)**	-	**(1.983.650)**
Dividendos obrigatórios (R$0,1131 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(248.813)	**(248.813)**	-	**(248.813)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**11.006.853**	**2.249.721**	**1.386.453**	**150.274**	**8.023.493**	**834.603**	**427.487**	**(2.301.528)**	**-**	**21.777.356**	**5.910**	**21.783.266**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5.764.273	**5.764.273**	2.562	**5.766.835**
Outros resultados abrangentes												
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de tributos	-	-	-	-	-	-	-	231.816	-	**231.816**		**231.816**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	367	-	**367**	-	**367**
Resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**232.183**	**5.764.273**	**5.996.456**	**2.562**	**5.999.018**
Destinação do lucro líquido do exercício												
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(6.217)	-	6.217	**-**	-	**-**
Reservas de incentivos fiscais	-	-	-	62.594	-	-	-	-	(62.594)	**-**	-	**-**
Reserva legal	-	-	288.214	-	-	-	-	-	(288.214)	**-**	-	**-**
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	2.295.105	-	-	-	(2.295.105)	**-**	-	**-**
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-		(834.603)	-	-	834.603	**-**	-	**-**
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	834.603	-	-	(834.603)	**-**	-	**-**
Juros sobre capital próprio (R$1,1777 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.591.459)	**(2.591.459)**	-	**(2.591.459)**
Dividendos obrigatórios (R$0,2423 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(533.118)	**(533.118)**	-	**(533.118)**
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	(2.514)	**(2.514)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**11.006.853**	**2.249.721**	**1.674.667**	**212.868**	**10.318.598**	**834.603**	**421.270**	**(2.069.345)**	**-**	**24.649.235**	**5.958**	**24.655.193**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		5.766.835	4.094.367	5.764.273	4.092.313
AJUSTES:					
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10d	1.084.325	26.189	(156.148)	(228.638)
Depreciação e amortização	28c	1.274.074	1.182.084	543	1.115
Baixa de valor residual líquido de ativos de contrato, ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível		97.459	73.626	460	-
Ajuste de valor justo de ativo financeiro		-	171.770	-	-
Ajuste de ativos em curso	14	(7.500)	595	-	-
Ganho por compra vantajosa		-	(5.340)	-	-
Ágio na recompra de Eurobonds		-	46.763	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	15	(432.493)	(842.543)	(4.886.642)	(3.318.015)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão		(1.246.341)	(1.245.142)	-	-
Juros e variações monetárias		675.605	493.096	(91.030)	(87.451)
Variação cambial de empréstimos	29	(276.687)	(338.265)	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização	27	(1.908.658)	(2.360.056)	-	-
Ganho na alienação de investimento	15	(318.795)	(51.512)	-	(44.868)
Amortização de custos de transação de empréstimos	21	13.908	7.422	-	-
Perdas de créditos esperadas	28	174.663	108.731	13.455	-
Provisões para contingências	25	360.024	341.877	26.594	64.202
Outras provisões		59.330	(17.736)	-	-
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap e opções	31	177.326	437.887	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	13	213.038	1.146.560	-	-
Obrigações pós-emprego	24	610.871	665.781	77.032	76.955
Outros		(46.727)	130.038	(12)	-
		6.270.257	**4.066.192**	**748.525**	**555.613**
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia	8	(838.945)	(440.188)	(128.524)	(148.096)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	13	-	190.658	-	-
Tributos compensáveis	9	174.638	2.490.079	7.468	2
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	6.377	148.672	162.813	227.617
Depósitos vinculados a litígios	11	45.285	30.884	3.104	13.148
Dividendos e JCP recebidos	15	592.368	707.695	2.363.697	1.415.356
Ativos de contrato e financeiros da concessão	13 e 14	904.806	620.439	-	-
Outros		152.420	87.080	(21.183)	(71.510)
		1.036.949	**3.835.319**	**2.387.375**	**1.436.517**
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	19	184.647	148.706	165.367	87.674
Impostos, taxas e contribuições	20	778.245	408.073	(191.526)	(109.530)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	-	49.672	-	-
Salários e contribuições sociais		(21.266)	34.826	(1.294)	1.227
Encargos regulatórios	22	1.994	(239.711)	-	-
Contribuições pagas de pós-emprego	24	(535.025)	(481.964)	(28.987)	(25.307)
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		249.380	219.273	-	-
Outros		(41.315)	(198.025)	(11.604)	(3.011)
		616.660	**(59.150)**	**(68.044)**	**(48.947)**
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**7.923.866**	**7.842.361**	**3.067.856**	**1.943.183**
Juros recebidos		328.217	290.860	37.872	54.396
Juros sobre empréstimos e debêntures pagos	21	(1.026.146)	(1.010.077)	-	(20.341)
Juros sobre arrendamentos pagos	18	(5.207)	(3.695)	(21)	(19)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(600.840)	(704.169)	(75.541)	(7.608)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos - proteção da dívida	31	24.388	129.122	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**6.644.278**	**6.544.402**	**3.030.166**	**1.969.611**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(11.237.620)	(14.152.001)	(2.517.162)	(2.244.402)
Resgates de títulos e valores mobiliários		12.360.112	14.420.323	2.428.910	2.665.068
Aquisição de participação societária e aporte em investidas		(36.533)	(52.301)	(1.124.148)	(79.880)
Alienação de investimentos		669.220	51.512	-	57.581
Liquidação opção de venda		(780.348)	-	-	-
Em imobilizado	16	(1.075.890)	(173.410)	(3)	-
Em intangível	17	(187.649)	(119.115)	(31)	(30)
Em ativos de contrato – Infraestrutura de distribuição e gás	14	(3.678.536)	(3.112.423)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(3.967.244)**	**(3.137.415)**	**(1.212.434)**	**398.337**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Obtenção de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos	21	1.987.943	1.981.390	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	26d	(1.823.019)	(2.093.907)	(1.820.225)	(2.166.635)
Pagamentos de empréstimos e debêntures	21	(2.678.503)	(2.613.340)	-	(37.240)
Arrendamentos pagos	18	(66.634)	(65.677)	(299)	(282)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(2.580.213)**	**(2.791.534)**	**(1.820.524)**	**(2.204.157)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**96.821**	**615.453**	**(2.792)**	**163.791**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	1.440.661	825.208	190.483	26.692
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	1.537.482	1.440.661	187.691	190.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
RECEITAS				
Venda de energia, gás e serviços	44.615.215	43.197.728	4.181.376	1.623.944
Receita de construção de distribuição	3.899.245	3.245.688	-	-
Receita de construção de transmissão	241.482	407.193	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	523.772	575.449	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	149.238	39.369	-	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	896.141	74.411	-	-
Perdas de créditos esperadas	(216.700)	(103.154)	(13.455)	211
	50.108.393	**47.436.684**	**4.167.921**	**1.624.155**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia elétrica comprada para revenda	(15.870.921)	(15.860.825)	(2.956.337)	(1.040.748)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(3.274.169)	(2.974.834)	-	-
Serviços de terceiros	(3.531.829)	(2.783.159)	(13.517)	(13.243)
Gás comprado para revenda	(2.840.651)	(3.473.628)	-	-
Materiais	(2.888.257)	(2.439.915)	(89)	(38)
Outros custos	(960.648)	(904.386)	(33.788)	(38.577)
	(29.366.475)	**(28.436.747)**	**(3.003.731)**	**(1.092.606)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**20.741.918**	**18.999.937**	**1.164.190**	**531.549**
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(1.274.074)	(1.182.084)	(543)	(931)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**19.467.844**	**17.817.853**	**1.163.647**	**530.618**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	432.493	842.543	4.886.642	2.237.847
Resultado da combinação de negócios	8.638	5.340	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	411.722	466.857	-	-
Receita de indenização da geração	92.595	47.028	-	-
Receitas financeiras	1.468.989	1.616.715	122.580	36.682
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**21.882.281**	**20.796.336**	**6.172.869**	**2.805.147**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	**2.016.683**	**2.013.515**	**106.251**	**72.550**
Remuneração direta	1.189.212	1.075.144	21.881	11.476
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	761.285	796.513	81.786	59.515
FGTS	66.135	64.014	2.584	1.559
Programa de desligamento voluntário programado	51	77.844	-	-
Impostos, taxas e contribuições	**12.371.337**	**11.555.997**	**299.180**	**38.641**
Federais	7.652.785	7.067.402	76.368	(46.602)
Estaduais	4.707.294	4.478.296	222.603	84.970
Municipais	11.258	10.299	209	273
Remuneração de capitais de terceiros	**1.727.426**	**3.132.457**	**3.165**	**7.379**
Juros	1.713.526	3.107.541	3.134	7.346
Aluguéis	13.900	24.916	31	33
Remuneração de capitais próprios	**5.766.835**	**4.094.367**	**5.764.273**	**2.686.577**
Juros sobre capital próprio	2.591.459	1.983.650	2.591.459	1.069.529
Dividendos	533.118	248.813	-	-
Lucros retidos	2.639.696	1.859.850	3.172.814	1.617.048
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	2.562	2.054	-	-
	21.882.281	**20.796.336**	**6.172.869**	**2.805.147**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig", "Controladora" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo ("B3"), e nas Bolsas de Valores de Nova Iorque ("NYSE") e Madri ("LATIBEX").

A Cemig é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Atua na comercialização de energia elétrica e como holding, com participação societária em empresas controladas ou controladas em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, inclusive na distribuição de gás, prestação de serviços de geração distribuída e soluções de eficiência energética, com vistas à respectiva exploração econômica.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R$1.224 milhões (positivo de R$2.260 milhões em 31 de dezembro de 2022). A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Adicionalmente, a Companhia apresenta histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos existentes nas instituições financeiras em que opera.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios em um futuro previsível. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Investimentos	% de participação	Descrição
CONTROLADAS		
Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT" ou "Cemig Geração e Transmissão")	100,00	A Cemig GT tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.
Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.
Cemig Geração Itutinga S.A ("Cemig Geração Itutinga")	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Camargos S.A ("Cemig Geração Camargos")	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Sul S.A ("Cemig Geração Sul")	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Leste S.A ("Cemig Geração Leste")	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Oeste S.A ("Cemig Geração Oeste")	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Rosal Energia S.A. ("Rosal")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias, no estado de Minas Gerais.
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina, além da comercialização de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").
Cemig PCH S.A. ("Cemig PCH")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim, localizada no Rio Araguari, municípios de Sacramento e Santa Juliana, no estado de Minas Gerais.
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	100,00	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("ESCEE")	100,00	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Poço Fundo")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da usina hidrelétrica Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo, no estado de Minas Gerais.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru")	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. Ela possui 19 aerogeradores, com torres de 85 m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio")	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. Ela possui 28 aerogeradores, com torres de 65 m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D" ou "Cemig Distribuição")	100,00	Exploração de distribuição de energia elétrica por meio de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais.
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	100,00	Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais.
Cemig Sim	100,00	Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste")	100,00	Construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional.
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	100,00	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Subestação Sete Lagoas 4, no município de Sete Lagoas, Minas Gerais.
Usinas fotovoltaicas (1)	100,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
CONTROLADAS EM CONJUNTO		
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no Estado de Minas Gerais.
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi")	49,00	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi/RJ.
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("Itaocara")	49,00	Sociedade anônima, o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Cachoeirão")	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane/MG.
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca")	49,00	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema/MG.
Amazônia Energia Participações S.A ("Amazônia Energia")	74,50	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Companhia, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte")	49,00	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Companhia, que detém 49,00% de participação, e a Vale S.A, que detém os 51,00% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,00% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança")	45,00	Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Companhia e pela Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica. A Vale S.A. e a Companhia, detêm 55,00% e 45,00% do capital total, respectivamente.
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa")	21,68	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em todas as regiões do País, de forma direta e por meio de participação em investidas.

(1) A Cemig possui participação societária, por meio de sua subsidiária integral Cemig Sim, em usinas fotovoltaicas. Mais detalhes na nota explicativa nº 15.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

2. CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações:

	Tipo	Localidade/Estado	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/ autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA					
Usinas hidrelétricas					
Theodomiro Carneiro Santiago (1) (5) (7)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	05/2027
Nova Ponte (1) (7)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	08/2027
Santa Luzia (1)	CGH	Centralina/MG	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1) (8)	UHE	Antônio Dia/MG	Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”)	01/2004	08/2026
Rosal (1)	UHE	Entre Guaçuí/ES e Bom Jesus do Itabapoana/RJ	Rosal Energia S.A. (“Rosal”)	01/1997	12/2035
Machado Mineiro (1) (10)	PCH	Entre Ninheira e Águas Vermelhas/MG	Cemig GT	Resolução 331/2002	05/2027
Salto Voltão (1) (6)	PCH	Xanrerê/MG	Horizontes Energia S.A. (Horizontes Energia)	Resolução 331/2002	06/2033
Salto Paraopeba (1) (6)	PCH	Jeceaba/MG			10/2030
Salto do Passo Velho (1) (6)	PCH	Bom Jesus/SC			03/2031
Pai Joaquim (1)	PCH	Entre Sacramento e Santa Juliana/MG	Cemig PCH S.A. (“Cemig PCH”)	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	UHE	Entre Berilo e Grão Mogol/ MG	Cemig GT	14/2000	09/2037
Queimado (Consórcio) (1)	UHE	Entre Cabeceira Grande/ MG, Unaí/MG e Cristalina/ GO	Cemig GT	06/1997	06/2034
Rio de Pedras (1) (6)	PCH	Itabirito/MG	Cemig GT	02/2013	12/2025
Poço Fundo (1)	PCH	Entre Poço Fundo e Campestre/MG	Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Cemig Geração Poço Fundo”)	01/2021	05/2052
São Bernardo (1) (6)	PCH	Piranguçu/MG	Cemig GT	02/2013	06/2027
Três Marias (2) (9)	UHE	Três Marias/MG	Cemig GT	08/2016	01/2053
Salto Grande (2) (9)	UHE	Braúnas/MG	Cemig GT	09/2016	01/2053
Itutinga (2)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Itutinga S.A. (“Cemig Geração Itutinga”)	10/2016	01/2053
Camargos (2)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Camargos S.A. (“Cemig Geração Camargos”)	11/2016	01/2053
Coronel Domiciano (2)	PCH	Muriaé/MG	Cemig Geração Sul S.A. (“Cemig Geração Sul”)	12/2016 e 13/2016	04/2047
Joasal (2)	PCH	Juiz de Fora/MG			01/2053
Marmelos (2)	CGH	Juiza de Fora/MG			
Paciência (2)	CGH	Matias Barbosa/MG			
Piau (2)	PCH	Piau/MG			
Dona Rita (2)	PCH	Santa Rita do Itabira/MG	Cemig Geração Leste S.A. (“Cemig Geração Leste”)	14/2016 e 15/2016	07/2050
Ervália (2)	PCH	Ervália/MG			04/2047
Neblina (2)	PCH	Ipanema/MG			01/2053
Peti (2)	PCH	São Gonçalo do Rio Abaixo/MG			03/2047
Sinceridade (2)	PCH	Manhuaçu/MG			12/2046
Tronqueiras (2)	PCH	Coroaci/MG			
Cajurú (2)	PCH	Entre Carmo do Cajuru e Divinópolis/MG	Cemig Geração Oeste S.A. (“Cemig Geração Oeste”)	16/2016	01/2053
Gafanhoto (2)	PCH	Divinópolis/MG			
Martins (2)	PCH	Uberabinha/MG			
Usinas eólicas					
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	-	Beberibe/CE	Central Eólica Praiais de Parajuru S.A. (“Parajuru”)	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	-	Acaraú/CE	Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”)	Resolução 660/2001	01/2031
Usinas fotovoltaicas					
UFV Mineirão	-	Belo Horizonte/MG	Cemig GT	-	-
TRANSMISSÃO DE ENERGIA					
Rede Básica (4)	-	-	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	-	-	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (4)	-	-	Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (“Centroeste”)	004/2005	03/2035
Subestação Sete Lagoas 4 (4)	-	-	Sete Lagoas	006/2011	06/2041
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA		-	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS		-	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

(1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

(2) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.

(3) Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“Proinfa”). Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração das controladas, que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

(4) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.

(5) Em 17 de março de 2023, foi publicado Despacho Aneel nº 738 registrando a alteração da denominação da UHE Emborcação para UHE Theodomiro Carneiro Santiago.

(6) Em 10 de agosto de 2023, a Companhia realizou o leilão público visando à alienação em lote único de 15 PCHs/CGHs, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da subsidária integral Horizontes. Em 10 de janeiro de 2024, a Aneel procedeu a transferência da titularidade das outorgas de autorização para exploração das PCHs Salto Voltão, Salto do Passo Velho e Salto do Paraopeba, da Horizontes para a Mang, por meio do Despacho nº 62. Em 06 de fevereiro de 2024, a Aneel autorizou a transferência das concessões das PCHs Rio de Pedras e São Bernardo da Cemig GT para a Mang Participações, por meio da REA nº 15.094. Em 29 de fevereiro de 2024, a alienação foi concluída, após cumpridas todas as condições precedentes do CCVA. Mais detalhes dessa operação na nota explicativa nº 32.

(7) Em julho de 2023, a Companhia reafirmou seu interesse na prorrogação, pelo regime de Cotas de Garantia Física, das concessões das UHEs Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte, e em novembro de 2023, protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação dessas concessões mediante transferência do controle acionário das usinas.

(8) Em fevereiro de 2023, a Companhia, visando garantir seu direito de pleitear nova outorga da concessão, protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral Sá Carvalho, e, em julho de 2023, pelo regime de Cotas de Garantia Física.

(9) Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. Em 31 de maio de 2023, a incorporação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção das investidas a partir desta data e sucessão, pela Cemig GT, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos do Art. 277 da Lei 6.404/1976.

(10) Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia S.A. (Horizontes Energia) para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024.

Concessões de geração

No negócio Geração, a Companhia aufere receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR) e no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Manifestação de interesse na prorrogação de concessão

A Cemig GT, visando garantir seu direito de pleitear nova outorga da concessão para suas usinas que irão vencer em 2026 e 2027, protocolou manifestações de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, em fevereiro de 2023, mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral Sá Carvalho conforme Decreto 9.271/2018 e, em julho de 2023, pelo regime de Cotas de Garantia Física conforme Lei 12.783/2013.

Nas correspondências encaminhadas ao MME e à Aneel em julho de 2023, a Companhia reafirmou o seu interesse na prorrogação, pelo regime de Cotas de Garantia Física, das concessões das UHEs Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte (Contrato de Concessão nº 07/1997). Adicionalmente, em novembro de 2023, a Companhia protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação dessas concessões mediante transferência do controle acionário das usinas conforme Decreto 9.271/2018.

A Cemig GT reitera que tais manifestações de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação dos Contratos de Concessão nºs 01/2004 e 07/1997, por até 30 anos, a critério do poder concedente, nos termos da legislação vigente, que ainda possui premissas pendentes de definição pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

Essa manifestação possui caráter não vinculante, tendo como objetivo assegurar seu direito em eventual prorrogação dos referidos contratos de concessão. Qualquer decisão sobre o tema somente ocorrerá após a divulgação pelo MME e pela Aneel de todas as condições para a prorrogação das concessões, que deverá ser submetida à deliberação da Governança da Cemig GT.

Essa manifestação de interesse não suspenderá a análise de alternativas legais, em andamento, para a prorrogação das concessões vincendas.

Concessões de transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia e suas controladas estão autorizadas a cobrar a tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Leilão de Transmissão nº 2/2022

A Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”) sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2022, realizado pela Aneel no dia 16 de dezembro de 2022. A proposta apresentada pela Cemig GT foi correspondente a um valor de RAP de aproximadamente R$17 milhões para a nova LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona, com 165 km de extensão. O prazo para entrada em operação é 30 de março de 2028 e o prazo da concessão é de 30 anos.

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Cemig GT aprovou o aporte de recursos, no montante de R$221.519, pela Cemig GT na investida Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas a regularização fundiária, ambiental, elaboração do projeto executivo e validação do projeto básico pelo ONS. A data prevista para início da construção é janeiro de 2025.

Concessão de distribuição de energia elétrica

A Cemig D detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela Cemig D são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à Cemig D, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Cemig D não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Cemig D tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Cemig D, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Cemig D, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Cemig D.

A Cemig D também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas à fiscalização da Aneel na forma dos procedimentos de revisão tarifária definidos pela regulação previamente a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Cemig D está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Cemig D celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- o reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos: o indicador Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e o indicador Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, sendo que eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Revisão Tarifária Periódica

Em 23 de maio de 2023, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Cemig D, conforme Resolução Homologatória (ReH) nº 3.202, de 23 de maio de 2023. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 13,27% para os consumidores, sendo 8,94%, em média, para o Grupo A (alta e média tensão) e 15,55%, em média, para o Grupo B (baixa tensão).

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão – Grupo A	8,94%
Baixa tensão – Grupo B	15,55%
Reajuste médio	13,27%

O percentual de reajuste correspondente aos custos gerenciáveis pela Companhia (Parcela B) foi de 0,66%, e o percentual remanescente, de 12,61% , tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 5,09% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados a compra de energia, transmissão, encargos setoriais e receitas irrecuperáveis, e; (ii) 7,52% referentes aos itens financeiros componentes da tarifa. Esse reajuste vigorará de 28 de maio de 2023 até 27 de maio de 2024.

Em função da homologação do resultado do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica – RTP da Cemig D, conforme ReH nº 3.202/2023, a atualização do ativo financeiro teve um acréscimo de R$39.516, considerando a data base de 30 de novembro de 2022. O acréscimo decorre da diferença entre a estimativa de atualização dos ativos utilizada pela Companhia e o Valor Novo de Reposição – VNR destes ativos homologados no processo de RTP.

Concessão de distribuição de gás

A Gasmig obteve a concessão para exploração industrial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado no Estado de Minas Gerais pelo prazo de 30 anos, prorrogáveis conforme previsão contratual, contados a partir da publicação da Lei Estadual nº 11.021 de 11 de janeiro de 1993. Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o segundo termo aditivo ao contrato de concessão e o prazo da concessão foi prorrogado até 10 de janeiro de 2053.

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no Estado de Minas Gerais as tarifas de gás natural são fixadas pelo órgão regulador, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), de acordo com as características de consumo dos clientes.

As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à distribuição de gás. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e, uma vez ao ano, para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela Gasmig.

Além destes reajustes, estão previstas revisões tarifárias periódicas que deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, a partir do final deste 1º ciclo, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Gasmig e adequar às tarifas. No contrato de concessão também é prevista a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Quarto termo aditivo ao contrato de concessão

Em novembro de 2022, foi celebrado o quarto termo aditivo ao contrato de concessão com o objetivo de: (i) alterar o prazo para cumprimento das metas de expansão para o ciclo tarifário 2022-26; e (ii) alterar o índice inflacionário de reajuste das margens de distribuição de gás natural, da base de ativos e da parcela não depreciada de ativos ao final da concessão de IGP-M para IPCA a partir de fevereiro de 2022, permanecendo o IGP-M como índice de correção antes de fevereiro de 2022.

Reajuste tarifário da distribuição de gás

Em 25 de janeiro de 2023, foi publicada a resolução SEDE n° 4, vigente a partir de 01 de fevereiro de 2023, contendo os reajustes das tarifas que representam redução dos valores médios entre 9,19% e 10,71%, conforme faixas de consumo e categorias tarifárias. A maior redução foi na categoria GNV, como resultado de atuação da Gasmig na flexibilização das margens médias para garantir a competitividade do gás natural frente aos energéticos substitutos.

Concessões onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Cemig GT e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração.

As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor nominal em 2023	Valor presente em 2023	Período de vigência da concessão + extensão (1)	Índice de atualização
Irapé	44.595	22.013	03/2006 a 09/2037	IGPM
Queimado (Consórcio)	11.763	5.574	01/2004 a 06/2034	IGPM

(1) O prazo apresentado inclui a extensão da vigência da outorga de concessão dessas usinas nos termos da ReH nº 2.932, de 14 de setembro de 2021. No período da extensão do prazo da outorga, o gerador disporá livremente da energia proveniente do empreendimento, nos termos da Lei 13.203/2015, com as demais cláusulas inalteradas para ambos contratos.

A Cemig GT produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

As concessões a serem pagas ao poder concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2023, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de participação %	Valor pago em 2023	Valor nominal do montante a ser pago em 12 meses	Valor presente do montante a ser pago em 12 meses
Irapé	100,00	3.375	3.249	3.050
Queimado (Consórcio)	82,50	960	930	873

A taxa utilizada pela Cemig GT e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC ou com as normas internacionais (IFRS).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira, para companhias abertas. Pelas IFRS, essa demonstração não é requerida e está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil, para elaboração das demonstrações financeiras individuais da Companhia, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 21 de março de 2024.

3.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado nas notas explicativas nº 31 e 32, respectivamente.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia (perdas de créditos esperadas)
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro)
- Nota 13 – Ativos financeiros e setoriais da concessão (mensuração do valor justo)
- Nota 14 – Ativos de contrato (definição da margem de construção e remensuração do ativo de contrato)
- Nota 15 – Investimentos (avaliação do valor recuperável)
- Nota 16 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos)
- Nota 17 – Intangíveis (previsão de vida útil dos ativos)
- Nota 18 – Arrendamentos (mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento)
- Nota 24 – Obrigações pós-emprego (principais premissas atuariais na mensuração das obrigações pós-emprego)
- Nota 25 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações)
- Nota 27 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado e margem de construção)
- Nota 31 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos)
- Nota 32 – Ativos classificados como mantidos para venda (mensuração dos valores justos)

3.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa 3.8, em conformidade às normas e regulamentos descritos na nota explicativa 3.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 / IAS 1 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

3.6 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

3.7 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Norma	Principais alterações
IFRS 17/CPC 50 – Contratos de seguro	O IFRS 17/CPC 50 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o IFRS 4 / CPC 11 – Contratos de Seguro. A norma tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o IFRS 17 / CPC 50.
IAS 08/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações à IAS 08 / CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de "mudança nas estimativas contábeis" pela definição de "estimativas contábeis". De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
IAS 01/CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements	A Companhia adotou as alterações à IAS 1 / CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis, julgando a materialidade das mesmas.
IAS 12/CPC 32 – Tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	A Companhia adotou as alterações à IAS 12 / CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. Não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

3.8 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com covenants e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, IAS 7/ CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/ CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco sacado")	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
IFRS 10/ CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e IAS 28/ CPC 18 (R2) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.	Ainda não definido
IFRS 16/ CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do IFRS 15 / CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16 / CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

3.9 Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia e suas controladas efetuaram ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir do quarto trimestre de 2023, a Companhia e suas controladas segregaram esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia e suas controladas passaram a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

4. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações contábeis das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As políticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

As participações diretas da Companhia, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades Controladas	2023 e 2022	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição S.A.	Consolidação	100,00
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	Consolidação	99,57
Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. ("Cemig Sim")	Consolidação	100,00
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	Consolidação	100,00

As participações diretas e indiretas estão apresentadas na nota explicativa nº 1.

Política contábil

Controladas

A Companhia controla uma investida quando tem poder que lhe garante a (i) direção de suas atividades pertinentes, além de (ii) direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com esta investida e (iii) capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor destes retornos. A Companhia avalia se exerce ou não controle sobre a investida quando fatos e circunstâncias indicam que há mudanças em um ou mais desses três elementos de controle.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão em linha com as adotadas pela Companhia.

As informações financeiras das controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e os saldos de ativos, passivos e resultado são consolidados linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações decorrentes de operações intercompany são eliminadas no processo de consolidação.

Quando a Companhia perde o controle exercido sobre uma controlada, os ativos e passivos desta investida são baixados pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo valor justo na data da perda do controle e ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Controladas em conjunto

As controladas em conjunto representam as investidas, nas quais a Companhia possui o controle compartilhado com outra empresa por meio de acordo contratualmente convencionado, independente do percentual de participação no capital votante. Assim, a Companhia não exerce individualmente o poder de tomada de decisões financeiras e operacionais na investida.

As políticas contábeis das controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mais detalhes estão divulgados na seção de políticas contábeis da nota explicativa nº 15.

Operações em conjunto (*joint operation*)

A participação em consórcio detida pela Companhia é contabilizada de acordo com a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações relacionadas ao negócio.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Participação de acionistas não controladores

A participação de acionista não controlador é reconhecida pela participação proporcional dos acionistas não controladores nos ativos líquidos da investida, quando aplicável. Ela é apresentada no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais apresentados refletem como a Companhia e suas controladas realizam a gestão, estrutura organizacional e acompanhamento de resultados.

Em 2023, em função da mudança da forma como o principal gestor do Grupo Cemig avalia os segmentos de negócio, a Companhia reavaliou seus segmentos operacionais e passou a divulgar o segmento de Gás de forma segregada. De forma a manter a comparabilidade, as informações relativas ao exercício de 2022 estão sendo reapresentadas utilizando o mesmo critério.

As informações por segmentos são elaboradas considerando 6 segmentos reportáveis, sendo:

Geração: compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas, eólicas e solares.

Transmissão: compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia.

Comercialização: compreende a comercialização de energia elétrica para clientes livres e a prestação de serviços correlatos.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO DE 2023

Descrição	Energia Elétrica				Gás	Participações / Holding	Total	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	Total
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição						
RECEITA LÍQUIDA	**2.874.757**	**1.090.764**	**7.686.329**	**23.348.437**	**3.618.592**	**17.847**	**38.636.726**	**(1.208.200)**	**(578.757)**	**36.849.769**
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	**(346.849)**	**(328)**	**(6.317.853)**	**(12.656.236)**	**(2.237.013)**	**(4.096)**	**(21.562.375)**	**1.208.200**	**532.282**	**(19.821.893)**
CUSTOS E DESPESAS (3)										
Pessoal	(147.945)	(136.796)	(26.678)	(874.523)	(73.454)	(48.504)	(1.307.900)	-	-	(1.307.900)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(16.111)	(16.144)	(3.152)	(101.502)	-	(20.212)	(157.121)	-	-	(157.121)
Obrigações pós-emprego	(58.875)	(36.382)	(8.338)	(400.163)	-	(87.254)	(591.012)	-	-	(591.012)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas, líquidas	(222.821)	(88.321)	(17.895)	(2.157.131)	(62.470)	274.965	(2.273.673)	-	46.475	(2.227.198)
Depreciação e amortização	(327.265)	(1.216)	(16)	(833.856)	(94.383)	(17.338)	(1.274.074)	-	-	(1.274.074)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(29.248)	(13.577)	(6.729)	(454.915)	855	(106.250)	(609.864)	-	-	(609.864)
Custos de construção da infraestrutura	-	(172.468)	-	(3.600.374)	(298.870)	-	(4.071.712)	-	-	(4.071.712)
Total do custo de operação	**(802.265)**	**(464.904)**	**(62.808)**	**(8.422.464)**	**(528.322)**	**(4.593)**	**(10.285.356)**	**-**	**46.475**	**(10.238.881)**
CUSTOS E DESPESAS	**(1.149.114)**	**(465.232)**	**(6.380.661)**	**(21.078.700)**	**(2.765.335)**	**(8.689)**	**(31.847.731)**	**1.208.200**	**578.757**	**(30.060.774)**
Resultado de equivalência patrimonial	(2.175)	-	-	-	-	434.668	432.493	-	-	432.493
Ajuste a valor justo de investimentos	-	-	-	-		8.638	8.638	-	-	8.638
RESULTADO ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**1.723.468**	**625.532**	**1.305.668**	**2.269.737**	**853.257**	**452.464**	**7.230.126**	**-**	**-**	**7.230.126**
Resultado financeiro	(11.275)	(47.145)	81.536	(253.126)	(9.127)	(139.829)	(378.966)	-	-	(378.966)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**1.712.193**	**578.387**	**1.387.204**	**2.016.611**	**844.130**	**312.635**	**6.851.160**	**-**	**-**	**6.851.160**
Imposto de renda e contribuição social	(325.561)	(113.592)	(428.484)	(405.149)	(248.339)	436.800	(1.084.325)	-	-	(1.084.325)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.386.632**	**464.795**	**958.720**	**1.611.462**	**595.791**	**749.435**	**5.766.835**	**-**	**-**	**5.766.835**
Participação dos acionistas controladores	1.386.632	464.795	958.720	1.611.462	593.229	749.435	5.764.273	-	-	5.764.273
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	2.562	-	2.562	-	-	2.562

(1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização.
(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
(3) As informações dos custos e despesas por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO DE 2022 (REAPRESENTADO)

Descrição	Energia Elétrica				Gás	Participações / Holding	Total	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	Total
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição						
RECEITA LÍQUIDA	**2.660.859**	**1.194.826**	**7.918.378**	**20.918.717**	**3.689.498**	**7.139**	**36.389.417**	**(1.423.190)**	**(503.419)**	**34.462.808**
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	**(330.551)**	**(310)**	**(6.879.603)**	**(11.938.473)**	**(2.735.482)**	**(507)**	**(21.884.926)**	**1.423.190**	**441.554**	**(20.020.182)**
CUSTOS E DESPESAS (3)										
Pessoal	(161.715)	(134.511)	(11.564)	(913.105)	(66.403)	(64.701)	(1.351.999)	-	-	(1.351.999)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(14.628)	(10.838)	(5.692)	(39.834)	-	(12.051)	(83.043)	-	-	(83.043)
Obrigações pós-emprego	(65.965)	(41.786)	(9.575)	(420.896)	-	(87.806)	(626.028)	-	-	(626.028)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas, líquidas	(394.769)	(95.766)	(13.688)	(1.785.163)	(57.002)	(83.486)	(2.429.874)	-	61.865	(2.368.009)
Depreciação e amortização	(328.372)	240	(13)	(738.025)	(91.297)	(24.617)	(1.182.084)	-	-	(1.182.084)
Provisões e ajustes para perdas (4)	(18.353)	(3.012)	(34.122)	(397.972)	(274)	(1.994)	(455.727)	-	-	(455.727)
Custos de construção da infraestrutura	-	(290.754)	-	(3.193.092)	(52.596)	-	(3.536.442)	-	-	(3.536.442)
Total do custo de operação	**(983.802)**	**(576.427)**	**(74.654)**	**(7.488.087)**	**(267.572)**	**(274.655)**	**(9.665.197)**	**-**	**61.865**	**(9.603.332)**
CUSTOS E DESPESAS	**(1.314.353)**	**(576.737)**	**(6.954.257)**	**(19.426.560)**	**(3.003.054)**	**(275.162)**	**(31.550.123)**	**1.423.190**	**503.419**	**(29.623.514)**
Resultado de equivalência patrimonial (4)	(2.250)	2.629	15	-	-	842.149	842.543	-	-	842.543
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	-	5.340	5.340			5.340
RESULTADO ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**1.344.256**	**620.718**	**964.136**	**1.492.157**	**686.444**	**579.466**	**5.687.177**	**-**	**-**	**5.687.177**
Resultado financeiro	(149.581)	(96.427)	33.562	(1.115.245)	(9.316)	(229.614)	(1.566.621)	-	-	(1.566.621)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**1.194.675**	**524.291**	**997.698**	**376.912**	**677.128**	**349.852**	**4.120.556**	**-**	**-**	**4.120.556**
Imposto de renda e contribuição social	(306.705)	(174.015)	(313.752)	66.564	(199.387)	901.106	(26.189)	-	-	(26.189)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**887.970**	**350.276**	**683.946**	**443.476**	**477.741**	**1.250.958**	**4.094.367**	**-**	**-**	**4.094.367**
Participação dos acionistas controladores	887.970	350.276	683.946	443.476	475.687	1.250.958	4.092.313	-	-	4.092.313
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	2.054	-	2.054	-	-	2.054

(1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização.
(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
(3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.
(4) O segmento de participações inclui perda por redução ao valor recuperável no montante de R$7.412 no investimento detido pela Companhia na controlada em conjunto Itaocara e reversão da provisão no montante de R$161.648 referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida Madeira Energia e outros acionais. Mais detalhes na nota explicativa nº 15.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas ao principal gestor das operações.

Política contábil

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais para os quais existem informações financeiras individualizadas são revistos frequentemente pelo principal gestor do Grupo para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados ao principal gestor do Grupo incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas bancárias	195.337	95.486	3.614	3.495
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	990.797	1.049.244	96.423	170.185
Aplicações automáticas - Overnight	351.348	293.688	87.654	16.803
Outros	-	2.243	-	-
	1.342.145	**1.345.175**	**184.077**	**186.988**
Total	**1.537.482**	**1.440.661**	**187.691**	**190.483**

Os **Certificados de Depósito Bancário – (CDB)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - Cetip que variam entre 80% e 112% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (80,05% a 112% em 31 de dezembro de 2022) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As operações de **aplicações automáticas *(overnight)*** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 11,42% a 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,62% a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 30 (i) a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e (iii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 30.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	73.635	191.338	18.370	10.947
Letras Financeiras (LFs) – Bancos	475.388	1.139.525	118.599	65.197
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	214.357	401.659	53.477	22.981
Outros	10.602	12.024	2.586	1.167
	773.982	1.744.546	193.032	100.292
Não circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	127.052	-	-
Outros	-	6.579	-	376
	-	133.631	-	376
Total	**773.982**	**1.878.177**	**193.032**	**100.668**

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDB)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 103% a 104,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% em 31 de dezembro de 2022), conforme operação.

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% e 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,3% e 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFT)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,83% e 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 31. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 30.

A Companhia e suas controladas classificam de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Consolidado					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/12/2023	31/12/2022
Fornecimento de energia e gás faturado	2.040.839	428.395	560.823	821.217	3.851.274	3.240.333
Fornecimento de energia e gás não faturado	1.373.349	-	-	-	1.373.349	1.243.735
Suprimento a outras concessionárias	25.466	46.814	-	47	72.327	67.445
Suprimento a outras concessionárias não faturado	369.264	-	-	-	369.264	368.970
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	83.522	22.420	6.129	2.134	114.205	162.104
Concessionários – transporte de energia faturado	53.217	62.275	10.035	47.801	173.328	180.356
Concessionários – transporte de energia não faturado	391.414	-	-	-	391.414	370.261
(-) Perdas de créditos esperadas (a)	(165.064)	(22.572)	(79.971)	(600.392)	(867.999)	(820.324)
	4.172.007	**537.332**	**497.016**	**270.807**	**5.477.162**	**4.812.880**
Ativo circulante					**5.434.358**	**4.769.431**
Ativo não circulante					**42.804**	**43.449**

	Controladora					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/12/2023	31/12/2022
Fornecimento de energia faturado	19.163	9.850	11.255	23.858	64.126	43.877
Fornecimento de energia não faturado	353.097	-	-	-	353.097	271.709
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	11.973	27.789	-	-	39.762	12.881
(-) Perdas de créditos esperadas	-	(2.846)	(9.753)	(23.853)	(36.452)	(23.003)
	384.233	**34.793**	**1.502**	**5**	**420.533**	**305.464**
Ativo circulante					**418.803**	**305.464**
Ativo não circulante					**1.730**	**-**

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 30.

a) Composição e movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas

As Perdas de Créditos Esperadas ("PCE") são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Residencial	322.275	272.406	3.214	3.214
Industrial	172.517	168.215	22.361	9.194
Comércio, serviços e outras	236.849	202.739	7.105	6.823
Rural	39.975	32.741	1.671	1.671
Poder público	27.421	27.567	946	946
Iluminação pública	2.326	833	921	921
Serviço público	27.372	32.580	234	234
Encargos de uso de rede - TUSD	39.264	83.243	-	-
Total	**867.999**	**820.324**	**36.452**	**23.003**

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**833.150**	**22.284**
Constituições líquidas (nota 28)	239.300	719
Alteração em critério utilizado na estimativa	(130.569)	-
Baixas	(121.557)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**820.324**	**23.003**
Constituições líquidas (nota 28)	216.699	13.455
Baixas	(169.024)	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**867.999**	**36.452**

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida ou pelo valor do gás fornecido e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

A Receita Anual Permitida (RAP) remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato.

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

Estimativas e julgamentos

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração e aderentes às normas internacionais de contabilidade (IFRS 9 / CPC 48).

Para os clientes cativos, a Cemig D adota em sua análise uma abordagem simplificada. Considera que os saldos do seu Contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda levando em conta o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 24 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas de créditos esperadas são mensuradas, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A análise no caso dos valores de faturamento de débito irregular, dada a sua natureza diferenciada de cobrança, é individualizada sendo ponderado, na mensuração do risco de perdas, o nível de solvência calculado internamente para o cliente.

No caso de estimativa de PEC e o reconhecimento como baixa ("default") de grandes consumidores o estudo é julgamental (análise individualizada) considerando: histórico da dívida, garantias existentes, iniciativas em andamento para recebimento dos créditos e, em alguns casos, conceito em bureaux de crédito.

Para a Cemig GT o saldo a receber é analisado, em sua totalidade, levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais, sendo feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
ICMS a recuperar	476.189	449.054	1.509	12
PIS/Pasep (a)	24.348	257.680	24	24
Cofins (a)	114.178	1.189.190	121	121
Outros	20.149	20.777	930	930
	634.864	**1.916.701**	**2.584**	**1.087**
Não Circulante				
ICMS a recuperar	725.266	547.156	-	-
PIS/Pasep (a)	128.334	166.193	119.873	114.944
Cofins (a)	464.947	644.497	425.965	408.427
	1.318.547	**1.357.846**	**545.838**	**523.371**
Total	**1.953.411**	**3.274.547**	**548.422**	**524.458**

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia e suas controladas registraram os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em agosto de 2023, a Controladora formalizou pedido à Receita Federal do Brasil para recebimento dos créditos por meio de precatórios.

A Gasmig, tendo em vista a decisão do Superior Tribunal Federal (“STF”) sobre a modulação dos efeitos da decisão, reconheceu, no segundo trimestre de 2021, os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R$219.753.

A partir do trânsito em julgado, a Gasmig iniciou os procedimentos de levantamento dos depósitos judiciais e habilitação do crédito tributário junto à Receita Federal. Em fevereiro e abril de 2023, a Receita Federal deferiu os pedidos de habilitação referentes aos créditos de PIS/Pasep e Cofins, respectivamente. A Gasmig os utilizou para compensar tributos federais.

A Gasmig constituiu um passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, a serem devolvidos aos consumidores, de janeiro de 2014 a janeiro de 2020, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização. Mais informações sobre os valores a serem devolvidos pela Cemig D e pela Gasmig estão dispostas na nota explicativa nº 20.

Em 2023, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R$1.335.071 (R$1.452.514 em 2022). A compensação de créditos é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal ou em períodos subsequentes.

Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	594.461	707.263	197.626	97.568
Contribuição social	262.254	240.947	31.056	(1.818)
	856.715	**948.210**	**228.682**	**95.750**
Circulante	**411.376**	**775.492**	**-**	**-**
Não circulante	**445.339**	**172.718**	**228.682**	**95.750**

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Imposto de renda	71.201	197.619
Contribuição social	40.031	42.055
	111.232	**239.674**

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	DRE	DRA	Outros	Saldo em 31/12/2023
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízo fiscal/base negativa	986.659	232.430	-	-	1.219.089
Provisões	602.084	121.026	-	-	723.110
Provisão para perda em investimentos	56.398	532	-	-	56.930
Provisão PUT SAAG	228.621	(228.621)	-	-	-
Provisão relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins (1)	598.380	(510.451)	-	-	87.929
Provisões PLR	29.824	18.036	-	-	47.860
Obrigações pós-emprego	1.852.232	79.651	(119.419)	-	1.812.464
Perdas de créditos esperadas	318.982	6.968	-	-	325.950
Concessão onerosa	11.579	264	-	-	11.843
Direito de uso (2)	116.544	9.778	-	-	126.322
Outros	16.229	(10.110)	-	6.026	12.145
Total	**4.817.532**	**(280.497)**	**(119.419)**	**6.026**	**4.423.642**
Passivos fiscais diferidos					
Custo atribuído	(155.882)	1.010	-	-	(154.872)
Valor justo de ativos adquiridos em combinações de negócios	(456.418)	17.086	-	-	(439.332)
Encargos financeiros capitalizados	(169.801)	(12.191)	-	-	(181.992)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(263.041)	(70.785)	-	-	(333.826)
Atualização ativo de contrato	(940.026)	9.421	-	-	(930.605)
Ajuste a valor justo instrumentos financeiros derivativos	(209.599)	83.792	-	-	(125.807)
Ressarcimento custos GSF	(274.036)	45.157	-	-	(228.879)
Passivo de arrendamentos (2)	(107.845)	(19.472)	-	-	(127.317)
Outros	(53.597)	85.161	-	-	31.564
Total	**(2.630.245)**	**139.179**	**-**	**-**	**(2.491.066)**
Total Líquido	**2.187.287**	**(141.318)**	**(119.419)**	**6.026**	**1.932.576**
Total do Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	**3.119.522**	**-**	**-**	**-**	**3.044.738**

(1) Em 2022 houve o registro de provisão em decorrência da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O montante refere-se ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação, líquido da parcela inclusa no Reajuste Tarifário Anual de 2022 e 2023.

(2) A apresentação segregada desses ativos e passivos fiscais diferidos advém da alteração ocorrida no CPC 32/ IAS 12. Não houve impacto no resultado da Companhia, estando o efeito da mudança relacionado apenas à divulgação. Para fins de comparabilidade, a alteração foi refletida no exercício de 2022 com base nos mesmos critérios. Mais detalhes na nota explicativa nº 3.8.

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2022	DRE	DRA	Outros	Saldo em 31/12/2023
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízo fiscal/base negativa	767.103	124.763	-	-	891.866
Provisões	94.790	2.930	-	-	97.720
Provisão relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins (1)	588	-	-	-	588
Provisões PLR	2.118	1.450	-	-	3.568
Obrigações pós-emprego	223.779	19.029	(11.880)	-	230.928
Perdas de créditos esperadas	8.405	4.573	-	-	12.978
Direito de uso (2)	825	1	-	-	826
Outros	-	116	-	(2)	114
Total	**1.097.608**	**152.862**	**(11.880)**	**(2)**	**1.238.588**
Passivos fiscais diferidos					
Valor justo de ativos adquiridos em combinações de negócios	(101.727)	3.265	-	-	(98.462)
Passivo de arrendamentos (2)	(732)	21	-	-	(711)
Total	**(102.459)**	**3.286**	**-**	**-**	**(99.173)**
Total Líquido	**995.149**	**156.148**	**(11.880)**	**(2)**	**1.139.415**
Total do Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	**995.149**	**-**	**-**	**-**	**1.139.415**

(1) Em 2022 houve o registro de provisão em decorrência da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O montante refere-se ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação, líquido da parcela inclusa no Reajuste Tarifário Anual de 2022 e 2023.

(2) A apresentação segregada desses ativos e passivos fiscais diferidos advém da alteração ocorrida no CPC 32/ IAS 12. Não houve impacto no resultado da Companhia, estando o efeito da mudança relacionado apenas à divulgação. Para fins de comparabilidade, a alteração foi refletida no exercício de 2022 com base nos mesmos critérios. Mais detalhes na nota explicativa nº 3.8.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2023, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2024	825.612	120.919
2025	672.957	239.679
2026	490.232	98.476
2027	476.634	84.878
2028	571.881	180.126
2029 a 2031	866.423	343.334
2032 a 2033	519.903	171.176
	4.423.642	**1.238.588**

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**6.851.160**	**4.120.556**	**5.608.125**	**3.863.675**
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal (34%)	(2.329.394)	(1.400.989)	(1.906.763)	(1.313.650)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	93.186	181.758	1.165.592	883.472
Incentivos fiscais	88.957	61.953	-	-
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	91.744	96.549	-	-
Multas indedutíveis	(95.285)	(44.586)	(6)	46
JCP declarado	950.245	721.792	881.096	674.441
PCE com partes relacionadas	290	233.931	290	-
Realização de ágio	-	108.416	-	-
Selic sobre indébitos tributários (1)	100.506	-	17.800	-
Outros	15.426	14.987	(1.861)	(15.671)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	**(1.084.325)**	**(26.189)**	**156.148**	**228.638**
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(943.007)**	**(950.490)**	**-**	**-**
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(141.318)**	**924.301**	**156.148**	**228.638**
	(1.084.325)	**(26.189)**	**156.148**	**228.638**
Alíquota efetiva	**15,83%**	**0,64%**	**(2,78)%**	**(5,92)%**

(1) Corresponde à atualização monetária dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e ICMS Destacado x Recolhido. No exercício de 2022, o saldo dessa atualização foi tributado, porém, com a decisão favorável do STF, o saldo passou a ser excluído na apuração de 2023.

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado. Contudo, as controladas que têm a prerrogativa de optar pelo regime do lucro presumido, nos termos da legislação tributária, analisam a projeção de tributos devidos para o ano seguinte, visando definir o regime que otimize a sua carga tributária.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Subvenções governamentais

As controladas Cemig D e Cemig GT possuem empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Mais detalhes na nota explicativa nº 26.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal, exceto nos casos em que a transação dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis, nas quais a entidade deve reconhecer um ativo ou passivo fiscal diferido e deve reconhecer a despesa ou receita por tributo diferido resultante no resultado;
- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro. As incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento tributário incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	**225.602**	**259.294**	**30.238**	**30.806**
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	32.897	31.297	371	337
PIS/Pasep e Cofins (1)	75.889	70.453	-	-
ITCD	63.822	59.591	62.750	58.574
IPTU	105.565	95.831	73.946	67.011
FINSOCIAL	45.965	43.633	45.965	43.633
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	319.479	305.427	15.336	14.668
IRRF sobre lucro inflacionário	9.346	9.058	9.346	9.058
IRPJ/CSLL (3)	143.351	105.850	561	313
Outros (4)	114.604	122.730	68.386	65.395
	910.918	**843.870**	**276.661**	**258.989**
Outros				
Regulatório	49.927	45.642	10.270	9.311
Responsabilidade civil	12.416	9.156	2.758	3.202
Relações de consumo	5.149	7.890	368	971
Bloqueio judicial	27.119	19.991	3.207	3.310
Outros	11.881	20.752	1.611	3.736
	106.492	**103.431**	**18.214**	**20.530**
Total	**1.243.012**	**1.206.595**	**325.113**	**310.325**

(1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados à inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 25 – Provisões (Indenização do anuênio);
(3) Depósito judicial no âmbito de processos que discutem a tributação de IRPJ/CSLL sobre o pagamento de JCP e tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.
(4) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

A Companhia reconhece como receita de subsídios tarifários os valores incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público, que são reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE). Também são reembolsados via CDE as subvenções de baixa renda, o subsídio relativo ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023 para compensação de geração distribuída, e o subsídio referente aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

No exercício de 2023, o montante apropriado como receita de subsídios reembolsados via CDE totalizou o montante de R$1.564.705 (R$1.689.264 no exercício de 2022) e os demais subsídios, que incluem bandeiras tarifárias e o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, totalizou o montante de R$77.984 (R$284.423 no exercício de 2022).

Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R$196.174 (R$159.426 em 31 de dezembro de 2022), reconhecidos no ativo circulante em "Outros ativos", sendo R$187.066 da Cemig D e R$9.108 da Cemig GT.

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Ativos relacionados à infraestrutura		
Concessões de distribuição de energia	1.881.509	1.369.652
Concessão de distribuição de gás	38.559	36.945
Indenizações a receber – Geração (nota 13.1)	784.055	691.460
Bonificação pela outorga – Concessões de geração (nota 13.2)	3.031.036	2.950.418
	5.735.159	**5.048.475**
Ativos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" CVA e outros componentes financeiros (nota 13.3)	805.571	944.090
Total	**6.540.730**	**5.992.565**
Ativo circulante	**814.378**	**1.055.378**
Ativo não circulante	**5.726.352**	**4.937.187**

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Distribuição	Geração	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**683.729**	**3.608.403**	**34.386**	**4.326.518**
Transferências do ativo de contrato	670.104	-	-	670.104
Transferências do intangível	(22.581)	-	378	(22.203)
Adições	-	-	323	323
Atualização financeira	39.369	513.885	1.858	555.112
Ajustes de valor justo (1)	-	(171.770)	-	(171.770)
Baixas	(969)	-	-	(969)
Recebimentos	-	(308.640)	-	(308.640)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.369.652**	**3.641.878**	**36.945**	**5.048.475**
Adição	-	-	122	**122**
Transferências de ativo de contrato	363.838	-	-	**363.838**
Atualização financeira	149.238	504.317	1.492	**655.047**
Realização	(1.219)	-	-	**(1.219)**
Recebimentos	-	(331.104)	-	**(331.104)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.881.509**	**3.815.091**	**38.559**	**5.735.159**

(1) Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou ajuste do valor justo do ativo financeiro no montante de R$171.770, em junho de 2022, correspondente à diferença dos valores originalmente estimados pela Companhia.

13.1 Distribuição - Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás se enquadram nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

13.2 Geração – Indenização a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN n° 942, por meio da publicação da ReN n° 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

Com a conclusão do laudo de avaliação, a Companhia efetuou o ajuste a valor justo do ativo financeiro no montante de R$171.770, em junho de 2022, correspondente à diferença dos valores originalmente estimados pela Companhia.

A movimentação do saldo é conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)[1]	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2022	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2023
Lote D					
UHE Três Marias	jul-15	396,00	179.083	23.981	203.064
UHE Salto Grande	jul-15	102,00	91.874	12.303	104.177
UHE Itutinga	jul-15	52,00	10.825	1.450	12.275
UHE Camargos	jul-15	46,00	21.042	2.818	23.860
PCH Piau	jul-15	18,01	4.695	629	5.324
PCH Gafanhoto	jul-15	14,00	5.630	754	6.384
PCH Peti	jul-15	9,40	6.498	870	7.368
PCH Dona Rita	set-13	2,41	1.683	226	1.909
PCH Tronqueiras	jul-15	8,50	9.063	1.089	10.152
PCH Joasal	jul-15	8,40	6.727	900	7.627
PCH Martins	jul-15	7,70	4.776	639	5.415
PCH Cajuru	jul-15	7,20	20.238	2.711	22.949
PCH Paciência	jul-15	4,08	4.449	595	5.044
PCH Marmelos	jul-15	4,00	2.585	346	2.931
Outras					
UHE Volta Grande	fev-17	380,00	387	52	439
UHE Miranda	dez-16	408,00	97.493	13.055	110.548
UHE Jaguara	ago-13	424,00	147.788	19.916	167.704
UHE São Simão	jan-15	1.710,00	76.624	10.261	86.885

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

O saldo de R$784.055 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do período.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar e, assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

13.3 Geração – Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nº 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

	Usinas	Saldo em 31/12/2022	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2023
Cemig Geração e Transmissão S.A. (1)	Três Marias	1.671.517	221.716	(177.902)	1.715.331
Cemig Geração e Transmissão S.A. (1)	Salto Grande	524.779	69.920	(56.105)	538.594
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	197.984	29.632	(23.853)	203.763
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	148.407	22.066	(17.757)	152.716
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	194.694	30.932	(24.982)	200.644
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	133.014	23.303	(18.972)	137.345
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	80.023	14.153	(11.533)	82.643
Total		**2.950.418**	**411.722**	**(331.104)**	**3.031.036**

(1) Em 31 de maio de 2023, as subsidiárias integrais Cemig Geração Três Marias S.A. e Cemig Geração Salto Grande S.A. foram incorporadas à Cemig GT.

	Usinas	Saldo em 31/12/2021	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2022
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.583.720	253.628	(165.831)	1.671.517
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	497.154	79.921	(52.296)	524.779
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	187.004	33.214	(22.234)	197.984
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	140.201	24.759	(16.553)	148.407
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	183.635	34.349	(23.290)	194.694
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	125.187	25.512	(17.685)	133.014
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	75.300	15.474	(10.751)	80.023
Total		**2.792.201**	**466.857**	**(308.640)**	**2.950.418**

13.4 Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se às diferenças entre os custos não gerenciáveis previstos pela Aneel e reconhecidos na tarifa no início do período tarifário e os custos não gerenciáveis efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem um direito quando os custos efetivamente incorridos são superiores aos custos previstos na tarifa, ou uma obrigação quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

O termo aditivo ao contrato de concessão garante a indenização dos saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência de extinção da concessão por qualquer motivo.

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais estão apresentados pelo valor líquido por ciclo tarifário, em conformidade com os reajustes tarifários homologados ou a serem homologados.

Ativos financeiros setoriais	**Saldo em 31/12/2022**	**Adição**	**Amortização**	**Remuneração**	**Transferências (2)**	**Saldo em 31/12/2023**	**Valores em amortização**	**Valores em constituição**	**Circulante**	**Não circulante**
CVA ativa	**(344.768)**	**1.597.476**	**(2.527.525)**	**259.544**	**331.434**	**(683.839)**	**(434.529)**	**(249.310)**	**(582.250)**	**(101.589)**
Aquisição de energia (CVA energia)	(1.787.316)	1.212.934	(1.222.604)	160.984	527.782	(1.108.220)	(442.509)	(665.711)	(836.600)	(271.620)
Custo da energia de Itaipu	594.261	(40.412)	(455.193)	43.857	(113.674)	28.839	142.514	(113.675)	75.256	(46.417)
Proinfa	31.112	-	(41.958)	834	(9.726)	(19.738)	(18.760)	(978)	(19.339)	(399)
Transporte rede básica	215.794	388.095	(265.240)	39.212	35.107	412.968	113.569	299.399	290.713	122.255
Transporte de energia Itaipu	17.966	60.670	(20.434)	4.078	4.807	67.087	13.829	53.258	45.340	21.747
ESS	582.526	(23.811)	(379.605)	7.346	(248.465)	(62.009)	(242.331)	180.322	(135.640)	73.631
CDE	889	-	(142.491)	3.233	135.603	(2.766)	(841)	(1.925)	(1.980)	(786)
Demais ativos financeiros setoriais	**1.288.858**	**1.254.556**	**(1.388.410)**	**204.857**	**129.549**	**1.489.410**	**523.142**	**966.268**	**1.076.184**	**413.226**
Quota parte de energia nuclear	105.120	102.784	(85.832)	16.212	-	138.284	50.905	87.379	102.604	35.680
Neutralidade da parcela A	203.307	168.444	(50.991)	5.017	60.504	386.281	(28.614)	414.895	362.900	23.381
Sobrecontratação de energia (1)	749.583	643.203	(528.852)	57.966	-	921.900	348.740	573.160	687.860	234.040
Devoluções tarifárias	(70.690)	-	-	-	(17.046)	(87.736)	(25.065)	(62.671)	(66.960)	(20.776)
Outros	301.538	340.125	(722.735)	125.662	86.091	130.681	177.176	(46.495)	(10.220)	140.901
Total ativos financeiros setoriais	**944.090**	**2.852.032**	**(3.915.935)**	**464.401**	**460.983**	**805.571**	**88.613**	**716.958**	**493.934**	**311.637**
Passivos financeiros setoriais										
CVA passiva	**-**	**(1.706.410)**	**2.379.230**	**(341.386)**	**(331.434)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aquisição de energia (CVA energia)	-	(1.178.579)	1.940.513	(234.152)	(527.782)	-	-	-	-	-
Custo da energia de Itaipu	-	(109.148)	-	(4.526)	113.674	-	-	-	-	-
Proinfa	-	(31.319)	25.259	(3.666)	9.726	-	-	-	-	-
Transporte rede básica		-	35.107	-	(35.107)	-	-	-	-	-
Transporte de energia Itaipu		-	4.590	217	(4.807)	-	-	-	-	-
ESS		(506.581)	370.804	(112.688)	248.465	-	-	-	-	-
CDE	-	119.217	2.957	13.429	(135.603)	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	**-**	**(729.464)**	**907.509**	**(46.946)**	**(131.099)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Neutralidade da parcela A	-	(58.381)	123.734	(4.849)	(60.504)	-	-	-	-	-
Devoluções tarifárias	-	(87.869)	73.113	(2.290)	17.046	-	-	-	-	-
Outros	-	(583.214)	710.662	(39.807)	(87.641)	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	**-**	**(2.435.874)**	**3.286.739**	**(388.332)**	**(462.533)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais (líquido)	**944.090**	**416.158**	**(629.196)**	**76.069**	**(1.550)**	**805.571**	**88.613**	**716.958**	**493.934**	**311.637**

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

(1) O ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo nos anos de 2017 e 2018, provisoriamente repassado aos consumidores pela ANEEL nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, foi recuperado pela Companhia nos reajustes tarifários de 2021 (parcialmente) e de 2023, ambos relativos à sobrecontratação de 2017. Tal efeito foi possível em razão da publicação do despacho ANEEL n° 2.168, de 2022, reconhecendo a integralidade da sobrecontratação de 2017 como voluntária. Em relação à sobrecontratação de 2018, no valor de R$30.024, houve a publicação do despacho de involuntariedade nº 4.395 em 10 de novembro de 2023, garantindo a recuperação no próximo reajuste tarifário. No que diz respeito ao valor constituído no período, há um alto volume de sobra de energia, observada no mercado de forma geral, liquidado no Mercado de Curto Prazo por um PLD baixo. Essas sobras de energia devem-se, principalmente, em razão do aumento crescente da energia injetada pelas instalações MMGD.
(2) Adicionalmente às transferências ocorridas entre ativos e passivos financeiros setoriais, houve uma transferência de R$1.550 para o grupo "Outros ativos".

Política contábil

Atividade de distribuição de energia elétrica e gás

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12.

A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa, ou outro ativo financeiro, diretamente do poder concedente ou alguém por ele determinado. O direito incondicional de receber caixa decorre do contrato de concessão.

CVA e outros componentes financeiros

Os ativos e passivos financeiros setoriais se originam da diferença temporal entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Esse mecanismo de reposicionamento tarifário garante o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia elétrica. Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão. Esses ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Atividade de transmissão

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), considerando que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013

Representa a parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos.

Os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive aos mecanismos de controle de eficiência. Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da Aneel.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na nota explicativa nº 14.

Atividade de geração

Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Para a extensão da concessão das usinas hidrelétricas participantes do MRE, referente à compensação pelos riscos não hidrológicos prevista na Lei nº 14.052/2020, foi reconhecido um ativo intangível, considerando a natureza do direito, que permite, por meio de dispositivo legal, a utilização das usinas por período superior àquele previsto em seus contratos originais, dispondo a Companhia livremente da energia gerada. O ativo foi mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo e é amortizado linearmente pelo novo prazo remanescente da concessão. Mais informações na nota explicativa nº 17.

Estimativas e julgamentos

Atividade de distribuição de energia elétrica

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. Os adicionados após o processo de RTP são estimados, podendo ser alterados, para fins de definição da indenização ao término da concessão.

Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão.

Atividade de distribuição de gás

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de gás, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou alguém por ele determinado. Essa parcela é avaliada tendo como base o seu valor justo correspondente ao seu custo de aquisição atualizado pelo Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme determina o contrato de concessão.

14. ATIVOS DE CONTRATO

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Distribuição - Ativos de infraestrutura em construção	3.430.870	1.849.853
Gás – Ativos de infraestrutura em construção	337.842	116.982
Transmissão – Rede básica - Lei 12.783/13	1.722.829	1.927.040
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	3.034.122	2.810.949
Total	**8.525.663**	**6.704.824**
Circulante	**850.071**	**728.404**
Não circulante	**7.675.592**	**5.976.420**

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**4.358.219**	**1.926.652**	**95.137**	**6.380.008**
Adições	407.193	3.097.578	61.398	3.566.169
Atualização financeira	575.449	-	-	575.449
Recebimentos	(607.528)	-	-	(607.528)
Baixa	-	-	(3.235)	(3.235)
Outras adições	4.656	-	-	4.656
Transferências para o ativo financeiro	-	(761.711)	-	(761.711)
Transferências para o ativo intangível	-	(2.412.071)	(36.318)	(2.448.389)
Ajuste de ativos em curso (1)	-	(595)	-	(595)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**4.737.989**	**1.849.853**	**116.982**	**6.704.824**
Adições	241.482	3.478.216	270.159	3.989.857
Atualização financeira	523.772	-	-	523.772
Recebimentos	(746.536)	-	-	(746.536)
Outras adições	244	-	-	244
Transferências para o ativo financeiro	-	(363.838)	-	(363.838)
Transferências para o ativo intangível	-	(1.540.861)	(49.299)	(1.590.160)
Ajuste de ativos em curso (1)	-	7.500	-	7.500
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.756.951**	**3.430.870**	**337.842**	**8.525.663**

(1) Refere-se à reversão de provisões, registradas em exercícios anteriores, para perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas). A reversão fez-se necessária uma vez que algumas obras foram retomadas e finalizadas.

Dentre as adições realizadas em 2023, está contemplado o valor de R$69.839 (R$46.553 em 2022) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 11,75%. A natureza das adições em ativos de contrato e intangível é apresentada na nota nº 28b.

A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Atividades de distribuição de energia elétrica e gás

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica e gás ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

Atividade de transmissão

Para a atividade de transmissão, os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Contrato de Concessão – 004/05 (d)	27.778	28.879
Contrato de Concessão – 079/00 (b)	45.220	46.685
Contrato de Concessão – 006/11 (c)	8.701	8.371
Contrato de Concessão – 006/97 (a)		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	466.239	408.395
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	302.134	236.073
	850.072	**728.403**
Não circulante		
Contrato de Concessão – 004/05 (d)	74.053	81.399
Contrato de Concessão – 079/00 (b)	117.573	142.513
Contrato de Concessão – 006/11 (c)	100.200	85.391
Contrato de Concessão – 006/97 (a)		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	1.256.590	1.518.645
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	2.358.462	2.181.638
	3.906.878	**4.009.586**
	4.756.950	**4.737.989**

a) Contrato de Concessão nº 006/1997

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente. Esse contrato foi prorrogado até 31 de dezembro de 2042, nos termos da Lei 12.783/2013, cujos valores foram determinados na Portaria nº 120/2016. Estes ativos são denominados de Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e são segregados dos demais ativos da Cemig GT, sendo que seu fluxo de caixa é composto pela parcela referente ao custo de capital (componente financeiro) e pela parcela referente à base de remuneração (componente econômico).

As alterações implementadas nestas instalações são tratadas como Rede Básica Novas Instalações (RBNI). Seu fluxo de caixa é referente à remuneração dos investimentos em reforços e melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo descontado a valor presente e, quando aplicável, inclui a parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão.

O Despacho Aneel nº 402/2023, postergou para 2024 a Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Receita Anual Permitida (RAP) das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Assim, para 2023 ocorreu o processo ordinário de reajuste anual da receita de transmissão, estabelecido pela ReN nº 3.216 de 4 de julho de 2023. Os reflexos financeiros das novas RAPs não ocasionaram impactos na apuração do ativo de contrato, uma vez que não houve alterações significativas nas premissas utilizadas.

Em 5 de dezembro de 2023, a Aneel aprovou o Despacho nº 4.675, reconhecendo recursos administrativos interpostos à ReN nº 3.216/2023, que ocasionaram alterações no resultado da RAP do ciclo 2023-2024, cujos efeitos serão refletidos no ciclo 2024-2025. Os reflexos dos pleitos que foram acatados, na totalidade ou parcialmente, representam um acréscimo de 1,16% nas RAPs homologadas na ReH nº 3.216/2023 (de R$1.084.670 para R$1.097.264) e uma redução na Parcela de Ajuste (PA) de 35,5% (de R$39.303 para R$25.350). Os efeitos das alterações estão sendo analisados e não são esperados impactos relevantes, considerando que não houve alterações significativas nas premissas utilizadas.

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 6 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do "efetivo pagamento", sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a ReH nº 2.852, que alterou a ReH nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente. Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo "reperfilamento" desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano.

O Despacho Aneel nº 402, de 14 de fevereiro de 2023, postergou para 2024 a RTP da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. A ReN nº 3.216/2023, estabeleceu as receitas anuais, que sofreu modificações posteriores pelo Despacho nº 4.675, de 5 de dezembro de 2023. Esses normativos não impactaram esse componente financeiro.

b) Contrato de Concessão nº 079/2000

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024.

A ReN nº 3.216/2023 estabeleceu as receitas anuais em processo ordinário de reajuste das receitas de transmissão. O Despacho nº 4.675/2023, reconheceu alguns recursos administrativos interpostos à ReN nº 3.216/2023, que ocasionaram alterações no resultado do RAP do ciclo 2023-2024, cujos efeitos serão refletidos no ciclo 2024-2025 da RAP. Os reflexos financeiros das novas RAP não ocasionaram impactos na apuração do Ativo de Contrato, uma vez que não houve alterações significantes nas premissas utilizadas.

c) Contrato de Concessão nº 006/2011

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na construção, manutenção e operação de transmissão da SE Sete Lagoas 4, com vigência até 15 de junho de 2041.

O índice de atualização do contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

d) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida – RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

A ReN nº 3.216/2023 estabeleceu as receitas anuais em processo ordinário de reajuste das receitas de transmissão. O Despacho nº 4.675/2023, reconheceu alguns recursos administrativos interpostos à ReN nº 3.216/2023, que ocasionaram alterações no resultado do RAP do ciclo 2023-2024, cujos efeitos serão refletidos no ciclo 2024-2025 da RAP. Os reflexos financeiros das novas RAP não ocasionaram impactos na apuração do Ativo de Contrato, uma vez que não houve alterações significantes nas premissas utilizadas.

Política contábil

Atividade de distribuição de energia

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/ IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados.

Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível. Os ativos amortizados dentro do prazo da concessão são classificados como ativo intangível. A parcela dos ativos não amortizada dentro do prazo da concessão, que será objeto de indenização ao final da concessão, é classificada como ativo financeiro.

Atividade de transmissão

Durante o prazo da concessão, a Companhia recebe a Receita Anual Permitida (RAP), que remunera o investimento realizado nas linhas de transmissão, bem como os serviços de melhorias, operação e manutenção. A receita da Companhia é reconhecida à medida que são satisfeitas as obrigações de performance correspondentes, a saber: (i) disponibilidade e construção e (ii) operação e manutenção. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, em contrapartida ao ativo de contrato. Posteriormente, quando do aviso de crédito emitido pelo ONS, a RAP é faturada e os saldos são transferidos do Ativo de Contrato para Consumidores a receber.

Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na nota explicativa nº 14.

Atividade de distribuição de gás

Os novos ativos da infraestrutura da concessão são classificados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A política contábil da Companhia em relação à redução ao valor recuperável para o ativo de contrato de todos os segmentos se encontra na nota explicativa 3.6.

Estimativas e julgamentos

Atividade de transmissão

As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela RAP, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

15. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	10.118.133	8.966.797
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	Controlada em conjunto	221.725	182.579		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Hidrelétrica Cachoeirão")	Controlada em conjunto	46.816	47.096	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Hidrelétrica Pipoca")	Controlada em conjunto	47.529	46.744	-	-
Madeira Energia ("MESA") (3)	Coligada	-	9.500	-	-
Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia ("FIP Melbourne") (3)	Coligada	-	7.760	-	-
Retiro Baixo Energética S.A. ("Retiro Baixo") (4)	Controlada em conjunto	-	185.495	-	-
Aliança Norte Participações S.A. ("Aliança Norte") (2)	Controlada em conjunto	536.268	575.745	-	-
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia") (4)	Controlada em conjunto	-	160.324	-	-
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Geração")	Controlada em conjunto	1.171.595	1.193.841	-	-
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") (2)	Controlada em conjunto	818.929	885.529	-	-
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi")	Controlada em conjunto	111.961	134.425	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	8.883.227	7.105.260
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa")	Controlada em conjunto	1.565.369	1.548.695	1.565.369	1.548.695
Gasmig	Controlada	-	-	1.748.575	1.749.549
Cemig Sim	Controlada	-	-	419.103	198.880
UFVs (1)	Controlada em conjunto	111.528	127.991	-	-
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	Controlada	-	-	76.158	68.263
Total do investimento		**4.631.720**	**5.105.724**	**22.810.565**	**19.637.444**

(1) Conjunto de negócios de UFVs, nas quais a investida Cemig Sim possui participação societária.
(2) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
(3) Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da Mesa para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
(4) A Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária no capital social das empresas Baguari Energia e Retiro Baixo para Furnas, em 6 de outubro e 22 de novembro de 2023, respectivamente. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia analisou se havia indicativos de possível desvalorização de ativos, em

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

conformidade ao previsto no CPC 01 /IAS 36. Foi constatado que o valor contábil líquido dos investimentos é recuperável.

Adicionalmente, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração substancialmente as cláusulas de equilíbrio econômico financeiro da Cemig D e Gasmig, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, parcela excedente do ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

	Consolidado							
Investidas	**31/12/2021**	**Adição**	**Amortização**	**31/12/2022**	**Adição**	**Amortização**	**Outros**	**31/12/2023**
Cemig Geração e Transmissão								
Retiro Baixo (1)	27.798	-	(1.390)	26.408	-	(463)	(25.945)	-
Aliança Geração	301.605	-	(25.310)	276.295	-	(25.310)	-	250.985
Aliança Norte	46.660	-	(1.972)	44.688	-	(1.972)	-	42.716
Paracambi	76.488	-	(2.501)	73.987	-	(2.501)	-	71.486
Taesa	151.462	-	(9.321)	142.141	-	(9.321)	-	132.820
Cemig Sim								
UFVs	7.037	7.606	(438)	14.205	3.031	(337)	(10.531)	6.368
Total	**611.050**	**7.606**	**(40.932)**	**577.724**	**3.031**	**(39.904)**	**(36.476)**	**504.375**

(1) Em abril de 2023, a participação detida pela Cemig GT nessa investida foi classificada como ativo mantido para venda. Mais detalhes na nota explicativa nº 31.

	Controladora				
Investidas	**31/12/2021**	**Amortização**	**31/12/2022**	**Amortização**	**31/12/2023**
Paracambi	76.488	(2.501)	73.987	(2.501)	71.486
Taesa	151.462	(9.321)	142.141	(9.321)	132.820
Gasmig	396.246	(15.257)	380.989	(12.874)	368.115
Sete Lagoas	(4.506)	244	(4.262)	244	(4.018)
Total	**619.690**	**(26.835)**	**592.855**	**(24.452)**	**568.403**

O direito de exploração é reconhecido na combinação de negócios ou na aquisição de controlada em conjunto e é amortizado considerando o período de concessão de cada controlada ou controlada em conjunto.

Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Consolidado					
Investidas	**31/12/2022**	**Equivalência patrimonial (Resultado)**	**Dividendos / JCP**	**Aportes / Aquisições**	**Outros**	**31/12/2023**
Hidrelétrica Cachoeirão	47.096	11.322	(11.602)	-	-	46.816
Guanhães Energia	182.579	39.146	-	-	-	221.725
Hidrelétrica Pipoca	46.744	15.975	(15.190)	-	-	47.529
MESA (3)	9.500	(9.500)	-	-	-	-
FIP Melbourne (3)	7.760	22.326	-	-	(30.086)	-
Paracambi	134.425	14.260	(25.912)	-	(10.812)	111.961
Baguari Energia (4)	160.324	11.133	(11.579)	-	(159.878)	-
Amazônia Energia (1)	885.529	(66.808)	-	208	-	818.929
Aliança Norte (1)	575.745	(39.810)	-	333	-	536.268
Taesa	1.548.695	278.082	(261.408)	-	-	1.565.369
Aliança Geração	1.193.841	135.757	(158.003)	-	-	1.171.595
Retiro Baixo (4)	185.495	5.052	-	-	(190.547)	-
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Janaúba")	3.422	1.597	(577)	-	-	4.442
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Corinto")	8.441	1.385	(975)	-	-	8.851
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Manga")	10.799	1.644	(1.213)	-	-	11.230
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Bonfinópolis II")	6.406	401	(504)	-	-	6.303
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lagoa Grande")	14.140	2.110	(1.756)	-	-	14.494
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lontra")	17.526	2.280	(2.120)	-	-	17.686
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mato Verde")	6.123	1.070	(1.024)	-	-	6.169
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mirabela")	4.199	544	(605)	-	-	4.138
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha I")	4.739	1.022	(703)	-	-	5.058
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha II")	6.604	928	(814)	-	-	6.718
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Brasilândia")	14.176	1.991	(1.666)	-	-	14.501
Apolo I SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo I")	6.689	350	(69)	-	(1.199)	5.771
Apolo II SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo II")	-	408	-	5.759	-	6.167
G2 Campo Lindo I Energia S.A. ("UFV Campo Lindo I") (2)	8.161	(61)	(130)	10.235	(18.205)	-
G2 Campo Lindo II Energia S.A. ("UFV Campo Lindo II") (2)	8.458	(59)	(295)	10.024	(18.128)	-
G2 Olaria I Energia S.A. ("UFV Olaria I") (2)	8.108	(52)	(229)	9.974	(17.801)	-
Total do Investimento	**5.105.724**	**432.493**	**(496.374)**	**36.533**	**(446.656)**	**4.631.720**

(1) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.

(2) Em 20 de julho de 2023, houve a aquisição do controle dessas investidas, passando elas a serem consolidadas pela Companhia. Dessa forma, a participação societária da Companhia nessas investidas está refletida nos ativos e passivos consolidados da Companhia.

(3) Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da MESA para Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

(4) A alienação de Baguari Energia foi concluída em 06 de outubro de 2023 e a alienação de Retiro Baixo foi concluída em 22 de novembro de 2023. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

	Consolidado					
Investidas	**31/12/2021**	**Equivalência patrimonial (Resultado)**	**Dividendos / JCP**	**Aportes / Aquisições**	**Outros**	**31/12/2022**
Hidrelétrica Cachoeirão	59.013	15.469	(27.386)	-	-	47.096
Guanhães Energia	125.172	57.407	-	-	-	182.579
Hidrelétrica Pipoca	46.722	16.361	(16.339)	-	-	46.744
MESA (3)	-	9.500	-	-	-	9.500
FIP Melbourne (3) (5)	-	168.403	-	-	(160.643)	7.760
Paracambi (antiga Lightger)	124.275	16.790	(6.640)	-	-	134.425
Baguari Energia	168.430	21.413	(29.519)	-	-	160.324
Amazônia Energia (4)	932.600	(47.178)	-	107	-	885.529
Aliança Norte (4)	609.154	(33.793)	-	384	-	575.745
Ativas	15.750	(595)	-	-	(15.155)	-
Taesa	1.580.379	304.591	(336.275)	-	-	1.548.695
Aliança Geração	1.140.930	104.054	(47.875)	-	(3.268)	1.193.841
Retiro Baixo	200.385	23.313	(38.203)	-	-	185.495
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Janaúba")	2.699	1.521	(798)	-	-	3.422
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Corinto") (2)	9.258	1.937	(1.726)	-	(1.028)	8.441
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Manga") (2)	11.294	2.538	(2.085)	-	(948)	10.799
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Bonfinópolis II") (2)	6.432	1.254	(595)	-	(685)	6.406
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lagoa Grande") (2)	14.890	2.672	(2.211)	-	(1.211)	14.140
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lontra") (2)	17.823	3.577	(2.644)	-	(1.230)	17.526
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mato Verde") (2)	6.130	1.272	(872)	-	(407)	6.123
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mirabela") (2)	4.058	1.069	(575)	-	(353)	4.199
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha I") (2)	5.318	1.161	(932)	-	(808)	4.739
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha II") (2)	6.384	1.238	(870)	-	(148)	6.604
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Brasilândia") (2)	14.553	2.751	(2.207)	-	(921)	14.176
Apolo I SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo I")	-	867	(103)	5.925	-	6.689
G2 Campo Lindo I Energia S.A. ("UFV Campo Lindo I")	-	1.419	(326)	7.068	-	8.161
G2 Campo Lindo II Energia S.A. ("UFV Campo Lindo II")	-	1.501	(90)	7.047	-	8.458
G2 Olaria I Energia S.A. ("UFV Olaria I")	-	1.203	(143)	7.048	-	8.108
Axxiom	4.277	(4.277)	-	-	-	-
Itaocara	-	(3.016)	-	10.428	(7.412)	-
Total do Investimento	**5.105.926**	**674.422**	**(518.414)**	**38.007**	**(194.217)**	**5.105.724**
Itaocara - Passivo a descoberto	(20.767)	6.473	-	14.294	-	-
MESA (3) - Provisões para perdas (1)	(161.648)	161.648	-	-	-	-
Total	**4.923.511**	**842.543**	**(518.414)**	**52.301**	**(194.217)**	**5.105.724**

(1) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

(2) Em 23 de maio de 2022, foi aprovada, por meio de AGE, a redução de capital social dessas UFVs.

(3) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessas investidas.

(4) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.

(5) Em 12 de setembro de 2022, a AGPar efetuou o pagamento associado ao acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016 ao Fundo Melbourne. A partir disso, a Companhia reconheceu o recebível de R$160.643 em contrapartida ao resultado. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

	Controladora						
Investidas	**31/12/2022**	**Equivalência patrimonial (Resultado)**	**Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)**	**Dividendos / JCP**	**Aportes**	**Outros**	**31/12/2023**
Cemig Geração e Transmissão	8.966.797	2.400.164	48.684	(1.297.512)	-	-	10.118.133
Cemig Distribuição	7.105.260	1.611.460	160.068	(905.875)	912.314	-	8.883.227
Gasmig	1.749.549	580.652	-	(581.993)	-	367	1.748.575
Cemig Sim	198.880	8.389	-	-	211.834	-	419.103
Sete Lagoas	68.263	7.895	-	-	-	-	76.158
Taesa	1.548.695	278.082	-	(261.408)	-	-	1.565.369
Total	**19.637.444**	**4.886.642**	**208.752**	**(3.046.788)**	**1.124.148**	**367**	**22.810.565**

	Controladora							
Investidas	**31/12/2021**	**Equivalência patrimonial (Resultado)**	**Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)**	**Dividendos / JCP**	**Aportes**	**Baixas**	**Outros**	**31/12/2022**
Cemig Geração e Transmissão	7.831.942	2.082.955	94.628	(1.042.728)	-	-	-	8.966.797
Cemig Distribuição	6.942.666	443.475	295.651	(576.532)	-	-	-	7.105.260
Ativas	15.750	(595)	-	-	-	(15.155)	-	-
Gasmig	1.635.985	461.204	-	(349.042)	-	-	1.402	1.749.549
Cemig Sim	111.433	18.524	-	(3.957)	72.880	-	-	198.880
Axxiom	4.277	(4.277)	-	-	-	-	-	-
Sete Lagoas	60.703	12.137	-	(11.577)	7.000	-	-	68.263
Taesa	1.580.379	304.592	-	(336.284)	-	-	8	1.548.695
Total	**18.183.135**	**3.318.015**	**390.279**	**(2.320.120)**	**79.880**	**(15.155)**	**1.410**	**19.637.444**

Movimentação dos dividendos a receber

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**335.189**	**1.820.578**
Proposta de distribuição de dividendos pelas investidas	518.414	2.320.120
Recebimentos	(707.695)	(1.415.356)
IRRF sobre JCP declarados por investidas		(69.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**145.908**	**2.655.433**
Proposta de dividendos feita pelas investidas	496.374	3.046.788
IRRF sobre JCP declarados por investidas	-	(220.204)
Recebimentos	(592.368)	(2.363.697)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**49.914**	**3.118.320**
Circulante	**49.914**	**2.438.526**
Não circulante	**-**	**679.794**

As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	**Quantidade de ações**	**31/12/2023**			**31/12/2022**		
		Participação Cemig (%)	**Capital social**	**Patrimônio líquido**	**Participação Cemig (%)**	**Capital social**	**Patrimônio líquido**
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	5.473.724	10.702.957	100,00	5.473.724	8.892.810
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	95.542	49,00	35.000	96.114
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	419.496	49,00	548.626	372.610
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	96.998	49,00	41.360	95.395
Parajuru	35.000.000	100,00	35.000	91.854	100,00	85.835	158.482
Volta do Rio	180.000.000	100,00	180.000	207.821	100,00	274.867	248.173
Paracambi	79.078.937	49,00	57.166	82.603	49,00	79.232	123.342
Aliança Norte (3)	41.949.320.044	49,00	1.210.429	1.007.247	49,00	1.209.750	1.083.789
Amazônia Energia (1) (3)	1.322.897.723	74,50	1.323.321	1.099.233	74,50	1.323.042	1.188.630
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.045.797	45,00	1.291.488	2.038.988
Itaocara	156.259.500	49,00	206.712	15.298	49,00	206.712	15.126
Cemig Baguari	406.000	100,00	406	46	100,00	406	67
Cemig Geração Itutinga	151.309.332	100,00	151.309	227.624	100,00	151.309	231.057
Cemig Geração Camargos	113.499.102	100,00	113.499	168.245	100,00	113.499	182.960
Cemig Geração Sul	148.146.505	100,00	148.147	254.651	100,00	148.147	251.765
Cemig Geração Leste	100.568.929	100,00	100.569	158.321	100,00	100.569	167.959
Cemig Geração Oeste	60.595.484	100,00	60.595	144.685	100,00	60.595	125.521
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	112.383	100,00	46.944	123.305
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	91.934	100,00	36.833	138.259
Horizontes Energia	10.000.000	100,00	10.000	32.104	100,00	39.258	60.535
Cemig PCH	6.000.000	100,00	6.000	50.792	100,00	45.952	98.917
Cemig Geração Poço Fundo	139.084.745	100,00	139.085	167.968	100,00	139.085	171.954
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	29.118	100,00	486	11.004
Cemig Trading	1.000.000	100,00	1.000	8.676	100,00	1.000	5.639
Centroeste	28.000.000	100,00	28.000	113.186	100,00	28.000	120.173
UFV Três Marias S.A.	6.887.499	100,00	6.819	46.464	100,00	-	-
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	6.284.312	9.121.456	100,00	5.371.998	7.105.260
Taesa	1.033.496.721	21,68	3.042.034	6.679.311	21,68	3.042.034	6.570.477
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.385.685	99,57	665.429	1.372.699
Cemig Sim	306.664.742	100,00	306.665	419.103	100,00	175.033	198.880
Sete Lagoas	36.857.080	100,00	36.857	80.177	100,00	36.857	72.526

(1) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessa investida.

Saldos principais das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2023

2023	**Taesa**	**Lightger**	**Hidrelétrica Cachoeirão**	**Hidrelétrica Pipoca**	**Aliança Norte**
Ativo					
Circulante	2.745.259	23.738	11.272	10.778	391
Caixa e equivalentes de caixa	1.143.573	17.387	7.223	5.740	381
Não circulante	14.832.616	99.536	86.025	95.345	1.015.013
Total do ativo	**17.577.875**	**123.274**	**97.297**	**106.123**	**1.015.404**
Passivo					
Circulante	1.617.221	10.750	6.877	8.328	41
Empréstimos e financiamentos	36	8.680	-	6.616	-
Não circulante	9.281.343	29.922	655	804	8.116
Empréstimos e financiamentos	367.875	29.922	-	549	-
Patrimônio líquido	6.679.311	82.602	89.765	96.991	1.007.247
Total do passivo e patrimônio líquido	**17.577.875**	**123.274**	**97.297**	**106.123**	**1.015.404**
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	1.344.719	59.523	37.616	45.624	-
Custos operacionais	(195.607)	(16.403)	(15.107)	(11.205)	-
Depreciação e amortização	(5.554)	(11.787)	(3.734)	(4.096)	-
Lucro bruto	**1.149.112**	**43.120**	**22.509**	**34.419**	**-**
Despesas gerais e administrativas	(179.577)	(2.136)	-	(1.318)	(77.257)
Receitas financeiras	369.564	6.508	2.690	3.065	60
Despesas financeiras	(1.622.181)	(3.773)	(5)	(941)	(24)
Resultado operacional	**(283.082)**	**43.719**	**25.194**	**35.225**	**(77.221)**
Resultado de equivalência patrimonial	1.180.561	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	470.356	(4.180)	(2.088)	(2.620)	-
Resultado líquido do exercício	**1.367.835**	**39.539**	**23.106**	**32.605**	**(77.221)**
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	1.367.835	39.539	23.106	32.605	(77.221)
Resultado abrangente do exercício	**1.367.835**	**39.539**	**23.106**	**32.605**	**(77.221)**

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

2023	Guanhães Energia	Amazônia Energia	Aliança Geração	Itaocara
Ativo				
Circulante	1.533.563	159	583.013	3.243
Caixa e equivalentes de caixa	112.337	159	347.544	3.107
Não circulante	4.735.005	1.107.657	3.700.253	11.874
Total do ativo	**6.268.568**	**1.107.816**	**4.283.266**	**15.117**
Passivo				
Circulante	143.055	7.897	828.616	249
Empréstimos e financiamentos	68.694	-	179.920	-
Não circulante	1.150.428	458	1.766.780	-
Empréstimos e financiamentos	940.690	-	992.959	-
Patrimônio líquido	4.975.085	1.099.461	1.687.870	14.868
Total do passivo e patrimônio líquido	**6.268.568**	**1.107.816**	**4.283.266**	**15.117**
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	59.983	-	1.148.967	-
Custos operacionais	(38.697)	(200)	(472.227)	(647)
Depreciação e amortização	(20.967)	-	(130.761)	-
Lucro (prejuízo) bruto	**21.286**	**(200)**	**676.740**	**(647)**
Despesas gerais e administrativas	-	-	(51.091)	-
Receitas financeiras	14.789	-	50.288	389
Despesas financeiras	(9.804)	(7)	(171.026)	-
Resultado operacional	**26.271**	**(207)**	**504.911**	**(258)**
Resultado de equivalência patrimonial	-	(82.898)	23.357	-
Imposto de renda e contribuição social	(6.712)		(170.341)	-
Resultado líquido do exercício	**19.559**	**(83.105)**	**357.927**	**(258)**
Resultado abrangente do exercício				
Resultado líquido do exercício	19.559	(83.105)	357.927	(258)
Resultado abrangente do exercício	**19.559**	**(83.105)**	**357.927**	**(258)**

Saldos principais das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2022

2022	Taesa	Lightger	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Aliança Geração
Ativo						
Circulante	2.261.366	62.992	15.485	19.753	63.163	724.133
Caixa e equivalentes de caixa	759.706	59.516	10.932	14.406	49.213	448.561
Não circulante	13.197.257	109.681	90.105	98.615	337.170	3.467.626
Total do ativo	**15.458.623**	**172.673**	**105.590**	**118.368**	**400.333**	**4.191.759**
Passivo						
Circulante	817.274	11.242	928	7.861	25.200	382.716
Empréstimos e financiamentos	1.957	8.623	-	6.613	13.812	135.870
Não circulante	8.044.824	38.089	655	7.190	44.561	1.488.645
Empréstimos e financiamentos	372.293	38.089	-	7.070	27.601	712.892
Patrimônio líquido	6.596.525	123.342	104.007	103.317	330.572	2.320.398
Total do passivo e patrimônio líquido	**15.458.623**	**172.673**	**105.590**	**118.368**	**400.333**	**4.191.759**
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	1.621.383	62.385	42.556	44.807	77.283	1.109.022
Custos operacionais	(175.807)	(17.258)	(12.134)	(9.424)	(3.512)	(608.497)
Depreciação e amortização	(8.878)	(11.783)	(3.485)	(4.350)	(8.898)	(124.004)
Lucro bruto	**1.445.576**	**45.127**	**30.422**	**35.383**	**73.771**	**500.525**
Despesas gerais e administrativas	(197.166)	(2.096)	-	(1.184)	(3.645)	(42.854)
Receitas financeiras	652.277	5.856	3.901	3.069	9.781	61.101
Despesas financeiras	(1.700.447)	(4.324)	(27)	(1.463)	(4.844)	(109.271)
Resultado operacional	**200.240**	**44.563**	**34.296**	**35.805**	**75.063**	**409.501**
Resultado de equivalência patrimonial	924.707	-	-	-	-	10.986
Imposto de renda e contribuição social	324.268	(3.984)	(2.725)	(2.451)	(25.559)	(139.078)
Resultado líquido do exercício	**1.449.215**	**40.579**	**31.571**	**33.354**	**49.504**	**281.409**
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	1.449.215	40.579	31.571	33.354	49.504	281.409
Resultado abrangente do exercício	**1.449.215**	**40.579**	**31.571**	**33.354**	**49.504**	**281.409**

2022	Aliança Norte	Guanhães Energia	Amazônia Energia	Madeira Energia	Baguari Energia	Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.
Ativo						
Circulante	264	132.307	146	1.818.829	83.027	3.695
Caixa e equivalentes de caixa	261	3.118	146	923.599	10.471	3.584
Não circulante	1.091.377	375.482	1.190.554	20.953.217	205.105	11.709
Total do ativo	**1.091.641**	**507.789**	**1.190.700**	**22.772.046**	**288.132**	**15.404**
Passivo						
Circulante	39	38.127	1.581	2.570.839	24.970	278
Empréstimos e financiamentos	-	11.782	-	655.361	-	-
Não circulante	7.813	97.052	489	19.971.866	24.326	-
Empréstimos e financiamentos	-	79.587	-	13.546.024	-	-
Patrimônio líquido	1.083.789	372.610	1.188.630	229.341	238.836	15.126
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.091.641**	**507.789**	**1.190.700**	**22.772.046**	**288.132**	**15.404**
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	-	56.864	-	4.137.130	81.279	-
Custos operacionais	-	(45.247)	(77)	(3.451.054)	(28.504)	(253)
Depreciação e amortização	-	(16.012)	-	-	(10.487)	-
Lucro (prejuízo) bruto	**-**	**11.617**	**(77)**	**686.076**	**52.775**	**(253)**
Despesas gerais e administrativas	(64.959)	-	-	(149.579)	(122)	-
Receitas financeiras	20	89.794	-	361.215	9.495	431
Despesas financeiras	(3)	(10.633)	(2)	(3.520.551)	(3.640)	(6.676)
Resultado operacional	**(64.942)**	**90.778**	**(79)**	**(2.622.839)**	**58.508**	**(6.498)**
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(63.246)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(32.062)		(222.408)	(19.869)	-
Resultado líquido do exercício	**(64.942)**	**58.716**	**(63.325)**	**(2.845.247)**	**38.639**	**(6.498)**
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	(64.942)	58.716	(63.325)	(2.819.153)	38.639	(6.498)
Resultado abrangente do exercício	**(64.942)**	**58.716**	**(63.325)**	**(2.819.153)**	**38.639**	**(6.498)**

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2023, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R$578.277 (R$494.493 em 31 de dezembro de 2022). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que "até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte". A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2023 é de R$2.859 milhões (R$2.972 milhões em 31 de dezembro de 2022). O potencial impacto para a Companhia está limitado ao seu investimento na NESA.

Mútuo entre partes relacionadas

Em 10 de fevereiro e 15 de fevereiro de 2023, foram recebidos pela Cemig D os montantes de R$150.000 e R$200.000, respectivamente, referentes ao contrato de mútuo aprovado pela Aneel e autorizado pelo Conselho de Administração em 2020 entre Cemig D (mutuário) e Cemig (mutuante), no montante de R$350.000, com prazo de pagamento até maio de 2024. O mútuo é acrescido de juros à taxa equivalente a 110% da variação do CDI, a serem pagos juntamente com a parcela original. Como garantia, foi emitida pela Cemig D uma nota Promissória em favor da Cemig, compreendendo o principal e os juros estimados para o contrato.

Em março de 2023, o Conselho de Administração autorizou a celebração do primeiro aditivo ao contrato de mútuo entre a Cemig D (mutuário) e a Cemig (mutuante), nos mesmos termos citados acima, reconhecidos pela Aneel, no montante de R$750.000, não tendo ocorrido a transferência do recurso até o presente momento.

Aquisição de participação societária em SPEs detentoras de UFVs

Em 29 de junho de 2022, a Cemig aprovou a aquisição, por meio Cemig Sim, de 100% da participação societária detida pela Genesys Participação Societária Ltda e pelo Sr. Antônio Carlos Torres, nas SPEs detentoras das usinas fotovoltaicas Prudente de Morais, Montes Claros e Jequitibá.

Em 7 de setembro de 2022, a Cemig Sim concluiu a aquisição da totalidade da participação societária na UFV Prudente de Moraes, pelo montante de R$41,3 milhões.

UFV Montes Claros

Em 28 de abril de 2023, a Cemig Sim concluiu a aquisição da totalidade da participação societária na Duceu Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos SPE Ltda, detentora da UFV Montes Claros, após cumpridas todas as condições precedentes.

Segue abaixo resumo da mensuração preliminar do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

Em milhares de reais	UFV Montes Claros
Valor do patrimônio líquido	19.749
Menos valia dos ativos líquidos da investida	(12)
Valor justo dos ativos líquidos	**19.737**
Goodwill	390
Valor total da contraprestação paga por 100% de participação na UFV Montes Claros	20.127

Ativos	Valor justo na data deaquisição	Passivos	Valor justo na data deaquisição
Circulante	**37**	**Circulante**	**352**
Outros ativos circulantes	37	Outros passivos circulantes	352
		Não circulante	**4.416**
Não circulante	**24.468**	Outros passivos não circulantes	4.416
Ativo imobilizado	18.749		
Direito de uso - arrendamentos	5.696		
Ativo intangível	23		
		Total dos ativos líquidos ao valor justo	**19.737**

UFV Jequitibá

Em 8 de março de 2024, a Cemig Sim concluiu a aquisição de 100% de participação societária na Oasis Solar Jequitibá SPE Ltda, após cumpridas todas as condições precedentes, concluindo assim a compra da última das três usinas fotovoltaicas. O valor da aquisição foi de R$39,7 milhões. A análise preliminar de mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos não está disponível até a emissão dessas demonstrações.

As três usinas fotovoltaicas somam 16,2MWp de potência instalada na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, em plena operação comercial, e estão localizadas nas cidades de Prudente de Morais, Montes Claros e Jequitibá, todas elas em Minas Gerais.

Essa transação reforça a estratégia da Companhia de crescimento sustentável no mercado de Geração Distribuída, com participação integral nas usinas sob sua gestão e o compromisso de criação de valor por meio de investimentos em projetos que contribuem para diversificação de seu portfólio focado em fontes de energia renováveis e melhoria da matriz elétrica do Estado de Minas Gerais.

Aquisição de participação societária em Sociedades de Propósito Específico - SPE

Em 20 de julho de 2023, a Cemig Sim concluiu a aquisição dos 51% restantes das participações societárias detidas nas SPEs: (i) G2 Olaria 1 Energia S.A., (ii) G2 Campo Lindo 1 Energia S.A. e (iii) G2 Campo Lindo 2 Energia S.A., passando a ser detentora de 100% das ações das mencionadas Sociedades, bem como a aquisição de 100% das ações na SPE G2 Olaria 2 Energia S.A.. O valor da aquisição é de R$47,4 milhões.

As 4 SPEs são detentoras de 4 usinas fotovoltaicas, com 13 MWp de potência instalada na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, em plena operação comercial, localizadas na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Essa transação reforça a estratégia da Companhia de crescimento no mercado de Geração Distribuída com participação integral nas usinas sob sua gestão exclusivamente no Estado de Minas Gerais.

Goodwill, mais-valia e ganho por ajuste a valor justo da participação anterior

	UFV Campo Lindo 1	UFV Campo Lindo 2	UFV Olaria 1	UFV Olaria 2	Total
Contraprestação paga	10.235	10.024	9.974	17.177	**47.410**
Patrimônio líquido ajustado a valor de mercado	8.874	8.999	8.464	14.762	**41.099**
Mais-valia	1.873	1.844	1.393	1.005	**6.115**
Goodwill	1.361	1.025	1.510	2.415	**6.311**

	UFV Campo Lindo 1	UFV Campo Lindo 2	UFV Olaria 1	Total
Participação anterior mensurada a valor justo (a)	9.775	9.910	9.589	**29.274**
Investimento na data de aquisição (b)	6.701	6.949	6.986	**20.636**
Ganhor por ajuste a valor justo da participação anterior (a - b) (1)	**3.074**	**2.961**	**2.603**	**8.638**

(1) O ganho por ajuste a valor justo da participação anterior foi reconhecido na rubrica "Ajuste a valor justo de investimentos" na Demonstração do Resultado.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de aquisição
Circulante	**2.957**	**Circulante**	**250**
Outros ativos circulantes	2.957	Outros passivos circulantes	250
		Não circulante	**2.361**
Não circulante	**40.753**	Outros passivos não circulantes	2.361
Ativo imobilizado	33.744		
Direito de uso - arrendamentos	894		
Direito de exploração	6.115		
		Total dos ativos líquidos ao valor justo	**41.099**

Incorporação das subsidiárias integrais Cemig Geração Três Marias S.A. e Cemig Geração Salto Grande S.A.

Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. Em 31 de maio de 2023, a incorporação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção das investidas a partir desta data e sucessão, pela Cemig GT, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos do Art. 277 da Lei 6.404/1976.

Por se tratar de incorporação de subsidiárias integrais, não houve aumento de capital ou a necessidade de emissão de novas ações da Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os saldos contábeis das incorporadas:

	31/05/2023
ATIVO CIRCULANTE	**405.630**
Caixa e equivalentes de caixa	138.723
Ativo financeiro da concessão	226.049
Outros ativos	40.858
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**2.216.484**
Ativo financeiro da concessão	2.026.292
Imobilizado	31.192
Intangível	146.628
Outros ativos	12.372
PASSIVO CIRCULANTE	**209.965**
Imposto de renda e contribuição social	64.562
Outros passivos	145.403
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**63.197**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.178
Outros passivos	19.019
TOTAL DO ACERVO LÍQUIDO	

A incorporação gera otimização da estrutura societária da Cemig, tendo como resultado redução de custos e geração de eficiência administrativa e financeira.

Desinvestimentos em participações societárias

MESA

Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação, para Furnas Centrais Elétricas S.A, da totalidade de sua participação societária em MESA, direta e indireta, equivalente a 7,53% do Capital Social desta investida, que é controladora da empresa Santo Antônio Energia S.A. pelo valor de R$55.390.

Com a conclusão da alienação, Furnas se comprometeu a assumir as garantias apresentadas pela Cemig e Cemig GT junto ao BNDES e demais credores, no âmbito dos instrumentos de financiamento da SAE, bem como manter a Cemig e a Cemig GT indenes de qualquer obrigação referente a tais garantias, até que ocorra a efetiva assunção de tais obrigações por Furnas.

Como resultado da alienação, em março de 2023, foi reconhecido um ganho de capital, apurado da seguinte forma:

Controladora e consolidado	
Participação direta:	4,1422%
Participação indireta:	3,3837%
Preço da alienação:	736.000
Participação direta (1):	30.487
Participação indireta (1):	24.904
	55.391
Custo do investimento (1):	**-**

(1) Os efeitos da alienação estão apresentados no resultado do segmento operacional de Participações/Holding na nota explicativa nº 5.

(2) Considerou-se para cálculo o saldo do investimento em 28 de fevereiro de 2023, que representa o último balancete levantado em investida antes da venda, utilizado para escrituração do método da equivalência patrimonial. O saldo do investimento é zero, de maneira que sua baixa não gerou efeitos no resultado, para fins de apuração do ganho de capital da alienação.

O ganho de capital referente à participação direta foi reconhecido no resultado do período em contrapartida à rubrica de caixa e equivalentes de caixa. O valor dos tributos incidentes sobre esse montante corresponde a R$10.365, que representa 34% (25% de IRPJ e 9% de CSLL).

O ganho de capital referente à participação indireta foi reconhecido a crédito da conta de equivalência patrimonial, haja vista sua origem na realização da participação detida pelo Fundo Melbourne na SAAG. Devido à venda da participação societária pelo fundo de investimento, que subsiste apenas por questões operacionais necessárias à sua liquidação, o saldo a receber dos fundos foi reconhecido no balanço patrimonial, como instrumento financeiro no grupo "outros ativos", considerando a iminência do seu recebimento.

A presente alienação se insere no contexto de execução do Programa de Desinvestimento da Cemig para, assim, redirecionar os esforços de gestão e a alocação de capital para o Estado de Minas Gerais.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Acordo FIP Melbourne x AGPar – Sentença arbitral CCBC – 86/2016

O CCVA que disciplinou a operação de aquisição das ações da SAAG pela Companhia prevê indenização ao FIP Melbourne pela AGPar em caso de sobrecusto na MESA em função de fato gerador anterior à assinatura do referido contrato. Após a conclusão da transação, em 2014, e até o ano de 2016, houve dispêndios extraordinários, que oneraram o FIP Melbourne e que se enquadravam, na interpretação do FIP, na cobertura prevista no CCVA. Diante da divergência de entendimento sobre a questão com a AGPar, o FIP Melbourne requereu procedimento arbitral junto à Câmara de Comércio Brasil Canadá.

Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022.

Considerando a participação da Cemig GT no FIP Melbourne, a Companhia possuía um recebível registrado no montante de R$255.918, no balanço patrimonial no grupo de "Outros ativos". Em 23 de outubro de 2023, a Cemig GT recebeu o montante atualizado de R$257.273.

Baguari Energia e Retiro Baixo Energética

Operação 1

Em 14 de abril de 2023, foram celebrados os Contratos de Compra e Venda de Ações (CCVA) para a alienação da totalidade da participação detida pela Cemig GT em suas controladas em conjunto Retiro Baixo e Baguari Energia para Furnas Centrais Elétricas, conforme segue:

(i) Por R$200,4 milhões, a participação de 49,9% detida pela Companhia no capital social total de Retiro Baixo, que explora a Usina Hidrelétrica Retiro Baixo, situada em Minas Gerais, com potência instalada de 81,1 MW e 34,8 MW de garantia física;

(ii) Por R$393 milhões, a participação indireta de 34% detida pela Companhia no Consórcio UHE Baguari, que explora a Usina Hidrelétrica Baguari, situada em Minas Gerais, com potência instalada de 140 MW e 81,9 MW de garantia física, representando 69,39% do capital social total de Baguari Energia.

Em abril de 2023, os ativos foram classificados como mantidos para venda, pelo valor contábil, nos termos do item 15 do CPC 31/ IFRS 15, e, assim, sem efeitos no resultado.

Ativos classificados como mantidos para venda	Valor contábil em 30/04/2023 - R$ mil	Valor justo líquido das despesas de venda - R$ mil
Baguari Energia	159.878	392.475
Retiro Baixo	190.547	199.772
Total	**350.425**	**592.247**

Concluiu-se que os ativos classificados como mantidos para venda não se enquadram no conceito de operações descontinuadas, nos termos do item 32 do CPC 31/IFRS 5, uma vez que não representam uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações, tampouco constituem uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

Conclusão da alienação de Baguari Energia

Em 6 de outubro de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação para Furnas Centrais Elétricas da totalidade de sua participação societária de 69,39% do capital social da Baguari Energia, o que representa uma participação indireta de 34% da Cemig GT no Consórcio Baguari.

O valor da operação foi de R$432,8 milhões, composto pelo montante acordado no CCVA de R$393 milhões acrescido da atualização de 100% do CDI, desde 31 de dezembro de 2022. Desse total, foi deduzido o montante de R$11,6 milhões referente ao dividendo recebido em 3 de outubro de 2023. Assim, o valor recebido na data de fechamento da transação foi de R$421,2 milhões.

Como resultado da conclusão da transação, a Cemig GT reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em outubro de 2023:

Participação detida pela Cemig GT	69,39%
Preço de venda total	421.222
Valor do ativo mantido pra venda em 30/09/2023	(159.878)
Ganho de capital societário (1) (a)	**261.344**
Ganho de capital tributário líquido das despesas com a venda (2)	248.457
IRPJ e CSLL (b)	(84.475)
Ganho de capital tributário líquido de tributos (1)	**163.982**
Impacto líquido na Demonstração dos Resultados (a + b)	**176.869**

(1) Os efeitos da alienação estão apresentados no resultado do segmento operacional de Participações/Holding na nota explicativa nº 5.

(2) As despesas com venda representaram o montante de R$519 e referem-se a serviços de due diligence contábil, fiscal, legal e assessoria jurídica.

Conclusão da alienação de Retiro Baixo Energética

Em 22 de novembro de 2023, a alienação foi concluída pelo valor de R$223,4 milhões, composto pelo montante acordado no CCVA de R$190 milhões acrescido da atualização de 100% do CDI, desde 31 de dezembro de 2022. Desse total, foi deduzido o montante de R$5,9 milhões referente ao dividendo recebido em 28 de junho de 2023. Assim, o valor recebido na data de fechamento da transação foi de R$217,5 milhões.

Como resultado da conclusão da transação, a Cemig GT reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em novembro de 2023:

Participação detida pela Cemig GT	49,9%
Preço de venda total	217.511
Valor do ativo mantido pra venda em 30/11/2023	190.547
Ganho de capital societário (1) (a)	**26.964**
Ganho de capital tributário líquido das despesas com a venda (2)	5.800
IRPJ e CSLL (b)	(1.947)
Ganho de capital tributário líquido de tributos (1)	**3.853**
Efeito líquido na Demonstração dos Resultados (a + b)	**25.017**

(1) Os efeitos da alienação estão apresentados no resultado do segmento operacional de Participações/Holding na nota explicativa nº 5.

(2) As despesas com venda representaram o montante de R$432 e referem-se a serviços de due diligence contábil, fiscal, legal e assessoria jurídica.

Operação 2

Em 30 de maio de 2023, foi celebrado o CCVA para a aquisição da totalidade das ações da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., empresa controlada pela Neoenergia S.A., pelo montante de R$453,9 milhões, formalizando o direito de preferência exercido pela Baguari Energia.

A Baguari Energia e Baguari I possuem 49% e 51% de participação no Consórcio UHE Baguari, respectivamente.

Com a conclusão da Operação 1, a Cemig GT não faz mais parte do capital social da Baguari Energia e, consequentemente, da participação do consórcio UHE Baguari. Assim, a obrigação pelo pagamento da compra de Baguari I pela Baguari Energia será integralmente de Furnas. A Operação 2, portanto, não trará impactos para a Cemig GT.

Essas alienações estão em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia, que prevê o desinvestimento de participações minoritárias do Grupo Cemig.

Axxiom

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças ("CCVA") para alienação de 49,0% de sua participação societária na Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom") para a Light S.A. ("Light"), que detinha 51,0% de participação remanescente.

Em 17 de abril de 2023, a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária no capital social da Axxiom. O valor da operação foi simbólico, de R$1,00 (um real), com a liquidação de ativos e passivos da Axxiom.

Essa transação está em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia, que prevê o desinvestimento de ativos não aderentes às atividades principais do Grupo Cemig.

Redução de capital social na controlada em conjunto Guanhães Energia

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Guanhães Energia, realizada em 19 de setembro de 2023, a redução do capital social no montante no montante de R$235.309, dos quais, R$137.488 serão destinados para absorção de prejuízos e R$97.820 serão restituídos aos acionistas, não implicando em redução na quantidade de ações ordinárias nominativas emitidas. Assim, o capital social da controlada em conjunto passou de R$548.626 para R$313.317. A parcela da Cemig GT corresponde a R$47.932, já tendo recebido, em janeiro de 2024, o montante de R$46.476. Essa transação será refletida das demonstrações intermediárias referentes ao primeiro trimestre de 2024.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investigações

Existe um inquérito civil público sendo conduzido pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar eventuais irregularidades no investimento da Cemig GT na Guanhães Energia. Até a divulgação dessas demonstrações financeiras não houve movimentação no processo.

Política contábil

Investimentos em participação societária

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de dirigir as atividades pertinentes da investida para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, representado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da entidade adquirida e o valor do seu patrimônio líquido, e (ii) ágio (goodwill), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos, representando a expectativa de geração futura de valor. Este é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo negócio independentemente da sua forma jurídica. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um processo substantivo que, juntamente a uma entrada de recursos, contribui significativamente para a capacidade de gerar recursos.

A Companhia e suas controladas contabilizam as combinações de negócios por meio do método de aquisição. Assim, no momento da aquisição, a companhia adquirente reconhece e mensura os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, que poderá resultar no reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), mais-valia, menos-valia ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício na data da aquisição.

A mais-valia e a menos-valia representam a diferença entre o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e o valor contábil das participações societárias adquiridas. O goodwill e a compra vantajosa representam a diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores.

Estimativas e julgamentos

Investimentos em participação societária

A mensuração subsequente desses investimentos é realizada com base no método de equivalência patrimonial. Posteriormente à essa mensuração, a Companhia avalia se há indicativos de possível desvalorização no valor recuperável de seus investimentos. As perdas, quando incorridas, são reconhecidas no resultado, diante de indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil. O método da equivalência patrimonial deixa de ser aplicado a partir do momento em que o investimento perde as características de coligada, controlada ou controlada em conjunto, como, por exemplo, no caso de classificação como ativo não circulante mantido para venda.

As demonstrações financeiras das controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia e suas controladas. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas àquelas aplicadas pela Companhia e suas controladas.

Combinação de negócios

Os custos gerados pela aquisição dos ativos são alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o goodwill, a mais-valia e a menos-valia são mensurados pelo custo, deduzidos de quaisquer perdas ao valor recuperável acumuladas. Para fins de teste do valor recuperável, o goodwill, a mais-valia e a menos-valia adquiridos em combinação de negócios são, a partir da data de aquisição, alocados a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

A Companhia entende, em linha com o ICPC 09 (R2), que não se caracteriza como goodwill o valor referente especificamente a direito de concessão, direito de exploração e assemelhados, inclusive quando adquirido em combinação de negócios em que a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos, de acordo com os critérios descritos no item "Investimentos em participação societária".

16. IMOBILIZADO

Consolidado	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	247.435	(32.051)	215.384	247.028	(29.140)	217.888
Reservatórios, barragens e adutoras	3.322.524	(2.470.024)	852.500	3.302.646	(2.432.974)	869.672
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.094.552	(867.746)	226.806	1.092.227	(859.006)	233.221
Máquinas e equipamentos	2.825.962	(2.078.117)	747.845	2.764.985	(2.059.246)	705.739
Veículos	19.054	(14.541)	4.513	14.970	(13.050)	1.920
Móveis e utensílios	13.698	(11.754)	1.944	13.739	(11.514)	2.225
	7.523.225	**(5.474.233)**	**2.048.992**	**7.435.595**	**(5.404.930)**	**2.030.665**
Em curso	**1.207.234**	**-**	**1.207.234**	**378.686**	**-**	**378.686**
Imobilizado líquido	**8.730.459**	**(5.474.233)**	**3.256.226**	**7.814.281**	**(5.404.930)**	**2.409.351**

Controladora	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(28)	27	55	(26)	29
Máquinas e equipamentos	4.753	(4.697)	56	5.200	(5.124)	76
Móveis e utensílios	724	(704)	20	727	(700)	27
	5.614	**(5.429)**	**185**	**6.064**	**(5.850)**	**214**
Em curso	**569**	**-**	**569**	**1.026**	**-**	**1.026**
Imobilizado líquido	**6.183**	**(5.429)**	**754**	**7.090**	**(5.850)**	**1.240**

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição (2)	Combinação de negócio	Baixa - Ativo classificado como mantido para venda	Baixa	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Em serviço								
Terrenos (1)	217.888	-		(653)	(207)	(3.291)	1.647	215.384
Reservatórios, barragens e adutoras	869.672	-		(22.300)	(1)	(78.715)	83.844	852.500
Edificações, obras civis e benfeitorias	233.221	-		(4.663)	-	(17.325)	15.573	226.806
Máquinas e equipamentos	705.739	583	70.175	(28.854)	(713)	(69.467)	70.382	747.845
Veículos	1.920	-		-	-	(1.491)	4.084	4.513
Móveis e utensílios	2.225	2	2	-	-	(300)	15	1.944
	2.030.665	**585**	**70.177**	**(56.470)**	**(921)**	**(170.589)**	**175.545**	**2.048.992**
Em curso	**378.686**	**1.005.112**	**16**	**(285)**	**(750)**	**-**	**(175.545)**	**1.207.234**
Imobilizado líquido	**2.409.351**	**1.005.697**	**70.193**	**(56.755)**	**(1.671)**	**(170.589)**	**-**	**3.256.226**

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Inclui investimentos realizados na implementação das UFV Boa Esperança e UFV Jusante, nos montantes de R$368.975 e R$339.458, respectivamente.

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Combinação de negócio	Baixa	Reversão de baixa (3)	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Em serviço								
Terrenos (1)	220.783	-	-	-	-	(3.318)	423	217.888
Reservatórios, barragens e adutoras	943.822	-	-	-	-	(81.200)	7.050	869.672
Edificações, obras civis e benfeitorias	248.001	-	-	-	-	(17.352)	2.572	233.221
Máquinas e equipamentos (2)	696.925	-	34.919	(12.047)	-	(70.104)	56.046	705.739
Veículos	1.372	-	-	-	-	(512)	1.060	1.920
Móveis e utensílios	2.517	-	4	-	-	(300)	4	2.225
	2.113.420	**-**	**34.923**	**(12.047)**	**-**	**(172.786)**	**67.155**	**2.030.665**
Em curso	**305.849**	**138.487**	**-**	**-**	**1.505**	**-**	**(67.155)**	**378.686**
Imobilizado líquido	**2.419.269**	**138.487**	**34.923**	**(12.047)**	**1.505**	**(172.786)**	**-**	**2.409.351**

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Em baixa, inclui o montante de R$8.612 referente à baixa de dois geradores da controlada Rosal, e R$3.345 referentes à remensuração da provisão para desmantelamento das controladas Parajuru e Volta do Rio.

(3) Reversão de baixas de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Em serviço							
Terrenos	82	-	82	-	-	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	31	(2)	29	-	-	(2)	27
Máquinas e equipamentos	238	(162)	76	-	-	(20)	56
Móveis e utensílioa	34	(7)	27	-	-	(7)	20
	385	**(171)**	**214**	**-**	**-**	**(29)**	**185**
Em curso	**1.026**	**-**	**1.026**	**3**	**(460)**	**-**	**569**
Imobilizado líquido	**1.411**	**(171)**	**1.240**	**3**	**(460)**	**(29)**	**754**

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,10%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, barragem e adutora	2,00	Software	20,00
Edificação – Casa de força	2,00	Veículos	14,29
Edificação – Outras	3,33	Equipamento geral de informática	16,67
Gerador	3,33	Equipamento geral	6,25
Turbina hidráulica	2,50	Edificação – Outras	3,33
Condutor forçado	3,13		
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57		
Comporta	3,33		

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa média anual de Depreciação (%)	2023	2022
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.252	220.096
Depreciação acumulada			(142.391)	(134.524)
Total em operação			**77.861**	**85.572**
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	2.395	1.962
Total em construção			**2.395**	**1.962**
Total			**80.256**	**87.534**

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Estimativas e julgamentos

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

17. INTANGÍVEL

Consolidado	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	14.689	(6.084)	8.605	14.692	(5.405)	9.287
Concessão onerosa	13.599	(9.739)	3.860	13.599	(9.116)	4.483
Ativos de concessão	25.216.886	(10.934.013)	14.282.873	23.813.446	(10.259.144)	13.554.302
Repactuação do risco hidrológico - GSF	1.031.161	(333.569)	697.592	1.031.810	(199.809)	832.001
Outros	139.192	(79.308)	59.884	92.279	(76.838)	15.441
	26.415.527	**(11.362.713)**	**15.052.814**	**24.965.826**	**(10.550.312)**	**14.415.514**
Em curso	**196.166**	**-**	**196.166**	**206.339**	**-**	**206.339**
Intangível líquido	**26.611.693**	**(11.362.713)**	**15.248.980**	**25.172.165**	**(10.550.312)**	**14.621.853**

Controladora	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.589	(13.557)	32	13.564	(13.136)	428
Outros	17	(17)	-	17	(17)	-
	13.606	**(13.574)**	**32**	**13.581**	**(13.153)**	**428**
Em curso	**118**	**-**	**118**	**119**	**-**	**119**
Intangível líquido	**13.724**	**(13.574)**	**150**	**13.700**	**(13.153)**	**547**

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa - Ativo classificado como mantido para venda	Baixa	Amor-tização	Transfe-rência (1)	Saldo em 31/12/2023
Em serviço							
Com vida útil definida							
Servidão	9.287	-	(3)	-	(679)	-	**8.605**
Concessão onerosa	4.483	-	-	-	(623)	-	**3.860**
Ativos de concessão	13.554.302	2.945	-	(81.698)	(913.797)	1.721.121	**14.282.873**
Repactuação do risco hidrológico - GSF	832.001	-	(471)	-	(133.938)	-	**697.592**
Outros	15.441	26.273	-	(9.781)	(5.685)	33.636	**59.884**
	14.415.514	**29.218**	**(474)**	**(91.479)**	**(1.054.722)**	**1.754.757**	**15.052.814**
Em curso	**206.339**	**158.431**	**(583)**	**(3.424)**	**-**	**(164.597)**	**196.166**
Intangível líquido	**14.621.853**	**187.649**	**(1.057)**	**(94.903)**	**(1.054.722)**	**1.590.160**	**15.248.980**

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 31/12/2022
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	9.966	-	-	(679)	-	**9.287**
Concessão onerosa	5.106	-	-	(623)	-	**4.483**
Ativos de concessão	11.806.704	(489)	(57.369)	(817.043)	2.622.499	**13.554.302**
Repactuação do risco hidrológico - GSF	966.065	-	-	(134.064)	-	**832.001**
Outros	4.493	13.422	-	(2.994)	520	**15.441**
	12.792.334	**12.933**	**(57.369)**	**(955.403)**	**2.623.019**	**14.415.514**
Em curso	**160.983**	**106.182**	**(6)**	**-**	**(60.820)**	**206.339**
Intangível líquido	**12.953.317**	**119.115**	**(57.375)**	**(955.403)**	**2.562.199**	**14.621.853**

(1) As transferências foram realizadas do ativo de contrato para o ativo intangível no montante de R$1.590.160 em 2023 (R$2.448.389 em 2022).

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Em serviço					
Direito de uso de softwares	428	-	(428)	32	**32**
	428	**-**	**(428)**	**32**	**32**
Em curso	**119**	**31**	**-**	**(32)**	**118**
Intangível líquido	**547**	**31**	**(428)**	**-**	**150**

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Em serviço				
Direito de uso de softwares	1.291	-	(863)	**428**
	1.291	**-**	**(863)**	**428**
Em curso	**89**	**30**	**-**	**119**
Intangível líquido	**1.380**	**30**	**(863)**	**547**

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.

As principais taxas anuais de amortização encontram-se apresentadas a seguir:

Distribuição de energia	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão – classe tensão inferior a 69kV	4,35		

Distribuição de gás	(%)	Administração	(%)
Tubulações	3,33	Software	20,00
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	Veículos	20,00
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10,00	Equipamentos Processamento de Dados	20,00
Máquinas e Equipamentos	5,00 a 20,00	Móveis	10,00

A taxa média de amortização da Companhia é de 4,01%, que representa, por atividade:

Geração Hidrelétrica	Geração Eólica	Gás	Distribuição	Administração
7,03%	8,81%	3,33%	3,90%	16,26%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Repactuação do risco hidrológico – Generation Scaling Factor - GSF

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguara, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Companhia no período indicado na Lei n° 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicitadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	**1.322.438**

Em 21 de dezembro de 2023, a Companhia encaminhou correspondência ao Ministério de Minas e Energia – MME, solicitando o reconhecimento da ausência de mecanismo para compensação, na hipótese mencionada acima, bem como a atualização dos valores constantes na ReH nº 2.919/2021 e a sua conversão na pactuação de prorrogação dos prazos de determinadas usinas sob concessão da Companhia, nos termos da Lei nº 14.052/2020.

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

Licenças de operação

As usinas da Companhia e suas subsidiárias, em atendimento às determinações legais contidas na Deliberação Normativa Copam 217/2017, vêm passando por processos de obtenção e renovação de licenças de operação.

As seguintes instalações obtiveram as licenças de operação: UHE Irapé, UHE Salto Grande, EOL Volta do Rio e UHE Pai Joaquim. Os gastos com as condicionantes ambientais, relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos, foram estimados e reconhecidos, em contrapartida ao intangível. Os gastos estimados com as condicionantes ambientais foram trazidos a valor presente considerando a taxa incremental, sendo considerado o prazo de até 10 anos das licenças de operação, prazo em que o ativo será amortizado.

As instalações UHE Santa Luzia, UHE Jacutinga, UHE Salto Voltão, UHE Salto do Passo Velho, UHE Xicão e UHE Pissarrão também obtiveram a licença de operação, contudo, não foram constituídas provisões para os gastos com as condicionantes ambientais, uma vez que essas usinas estão classificadas como ativo mantido para venda.

Adicionalmente, as instalações UHE Luiz Dias e UHE Salto Moraes também obtiveram as licenças de operação. Os gastos relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos estão sendo levantados e estimados para provisionamento.

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como "Outras despesas, líquidas".

Atividade de distribuição de energia elétrica e gás

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12.

Concessão onerosa

As informações sobre as concessões onerosas estão apresentadas na nota explicativa nº 2.

Estimativas e julgamentos

As taxas anuais de amortização consideram a vida útil esperada dos ativos e refletem o seu padrão de consumo esperado e são revisadas anualmente pela Administração.

A Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda no valor recuperável de seus ativos intangíveis.

Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (*Generation Scalling Factor*)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

18. ARRENDAMENTOS

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos nos termos do CPC 06 (R2)/IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Contratos celebrados em 2022 (1)		
Até 5 anos	6,48	0,53
De 6 a 10 anos	6,59	0,54
De 11 a 15 anos	6,64	0,54
De 16 a 30 anos	6,65	0,54
Contratos celebrados em 2023 (1)		
Até 7 anos	6,82	0,55
De 8 a 9 anos	6,90	0,56
De 10 a 12 anos	6,99	0,57
De 13 a 22 anos	7,19	0,58

A companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**191.567**	**34.026**	**225.593**
Amortização (1)	(14.484)	(40.052)	(54.536)
Direito de uso adquirido na combinação de negócios	5.076	-	5.076
Baixa (contratos encerrados)	(8.831)	(779)	(9.610)
Adição	24.296	116.915	141.211
Remensuração (2)	16.021	5.322	21.343
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**213.645**	**115.432**	**329.077**
Amortização (1)	(12.489)	(36.993)	(49.482)
Direito de uso adquirido na combinação de negócios	7.775	-	7.775
Baixa (contratos encerrados)	(7.579)	(4.969)	(12.548)
Adição	31.127	24.043	55.170
Remensuração (2)	12.716	55.161	67.877
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**245.195**	**152.674**	**397.869**

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R$719 em 2023 (R$641 em 2022). A taxa anual média ponderada de amortização é 4,16% para Imóveis e 26,41% para Veículos.

(2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.050**
Amortização (1)	(88)
Remensuração (2)	189
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.151**
Amortização (1)	(93)
Baixa (contratos encerrados)	(73)
Remensuração	107
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.092**

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R$7 em 2023 (R$7 em 2022). A taxa anual média ponderada de amortização é 4,56% para Imóveis.

(2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**244.023**	**2.252**
Adição	141.211	-
Passivo de arrendamento recebido na combinação de negócios	4.917	-
Juros incorridos (1)	28.668	286
Arrendamentos pagos	(65.677)	(282)
Juros sobre arrendamentos pagos	(3.695)	(19)
Baixa (contratos encerrados)	(16.157)	-
Remensuração (2)	21.343	189
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**354.633**	**2.426**
Adição	55.170	-
Passivo de arrendamento recebido na combinação de negócios	3.152	-
Juros incorridos (1)	37.718	301
Arrendamentos pagos	(66.634)	(299)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5.207)	(21)
Baixa (contratos encerrados)	(13.773)	(85)
Remensuração (2)	67.877	107
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**432.936**	**2.429**
Passivo circulante	**78.532**	**303**
Passivo não circulante	**354.404**	**2.126**

(1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R$1.948 e R$23 em 2023 (R$1.833 e R$21 em 2023), para as demonstrações consolidadas e da controladora, respectivamente.

(2) Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	887.575	432.936	7.136	2.429

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2024	79.647	324
2025	89.709	324
2026	78.907	324
2027	66.959	324
2028	34.349	324
2029 a 2048	538.004	5.516
Valores não descontados	**887.575**	**7.136**
Juros embutidos	(454.639)	(4.707)
Passivo de arrendamento	**432.936**	**2.429**

Política contábil

Ativos de direito de uso

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos relativos a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Estimativas e julgamentos

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, como descrito na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

19. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Energia elétrica comprada para revenda	1.249.667	1.162.009	311.792	151.715
Energia de curto prazo - CCEE	134.636	110.075	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	246.386	206.759	95	95
Itaipu binacional	239.780	273.618	-	-
Gás comprado para revenda	204.369	277.750	-	-
Materiais e serviços	941.858	801.838	5.836	546
Total	**3.016.696**	**2.832.049**	**317.723**	**152.356**

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de câmbio e de liquidez relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 31.

20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
ICMS	113.312	107.523	18.540	15.318
Cofins (1)	224.843	199.179	37.157	28.128
PIS/Pasep (1)	48.773	43.214	8.200	6.084
INSS	53.633	43.870	2.629	2.011
Outros (2)	203.062	150.360	123.961	88.062
	643.623	**544.146**	**190.487**	**139.603**
Não circulante				
Cofins (1)	297.404	304.057	-	-
PIS/Pasep (1)	64.569	66.111	-	-
	361.973	**370.168**	**-**	**-**
	1.005.596	**914.314**	**190.487**	**139.603**
Valores a restituir a consumidores				
Circulante				
PIS/Pasep e Cofins	513.225	1.154.798	-	-
ICMS (3)	340.800	340.800	-	-
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	664.275	1.808.074	-	-
	1.518.300	**3.303.672**	**-**	**-**

(1) Incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão.

(2) O saldo de 31 de dezembro de 2023 inclui as retenções na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 14 de dezembro de 2023, cujo recolhimento ocorreu em janeiro de 2024, em conformidade à legislação tributária.

(3) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Ainda estão pendentes de definição os montantes a serem devolvidos bem como a forma de devolução, vez que o tema vem sendo discutido na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195 do Distrito Federal, bem como junto à Sefaz/MG pela Cemig. Neste sentido, o valor provisionado pela Companhia não sofreu qualquer alteração no período em função desta indefinição. Ademais, a Companhia registrou um ativo referente ao ICMS a recuperar frente ao Estado de Minas Gerais na mesma proporção, que também não sofreu qualquer alteração.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D e pela Gasmig em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam os valores de R$1.014.384 (R$2.786.998 em 31 de dezembro de 2022) e R$163.116 (R$175.874 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente. Os critérios para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins da Gasmig aos consumidores ainda serão objeto de discussões junto à Secretaria de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Em decorrência da fiscalização realizada pela Receita Federal do Brasil, com o objetivo de auditar o crédito habilitado pela Cemig D, foi constatada uma redução de R$66.681 no crédito total, dos quais R$23.223 correspondem ao crédito original. Essa redução foi registrada tanto no ativo quanto no passivo, resultando na diminuição equivalente do valor a ser restituído aos consumidores.

Movimentação dos valores a restituir a consumidores

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.962.872**
ICMS a restituir	340.800
Restituição aos consumidores	(2.360.056)
Complemento dos créditos tributários - Lei 14.385/2022	1.479.010
Atualização financeira - Selic	881.046
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**3.303.672**
Restituição aos consumidores	(1.908.658)
Fiscalização Receita Federal	(66.681)
Atualização financeira - Selic	189.967
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.518.300**

Já foi restituído, pela Cemig D, o montante de R$5.852.029 até 31 de dezembro de 2023 (R$3.224.893 até 31 de dezembro de 2022).

21. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado 31/12/2023 Circulante	Não circulante	Total	31/12/2022 Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (1)	2024	9,25%	U$$	1.856.920	-	1.856.920	3.974.971
(-) Custos de transação				(1.032)	-	(1.032)	(5.743)
(±) Recursos antecipados (2)				(1.795)	-	(1.795)	(9.423)
Dívida em moeda estrangeira				**1.854.093**	**-**	**1.854.093**	**3.959.805**
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás (3)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R$	-	-	-	2.380
Dívida em moeda nacional				**-**	**-**	**-**	**2.380**
Total de empréstimos				**1.854.093**	**-**	**1.854.093**	**3.962.185**
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2025	IPCA + 5,10%	R$	330.746	304.242	634.988	911.878
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (3)	2024	CDI + 0,45%	R$	271.109	-	271.109	814.697
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (3)	2026	IPCA + 4,10%	R$	2.794	1.945.316	1.948.110	1.864.547
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª Série (3)	2027	CDI + 1,35%	R$	2.212	500.000	502.212	503.095
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série (3)	2029	IPCA + 6,10%	R$	1.238	528.830	530.068	507.408
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única	2026	CDI + 2,05%	R$	32.032	2.000.000	2.032.032	-
Debêntures - 7ª emissão - Série única (4)	2023	CDI + 1,50%	R$	-	-	-	20.023
Debêntures - 8ª emissão - Série única (4)	2031	IPCA + 5,27%	R$	134.236	958.465	1.092.701	1.043.943
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª Série (1)	2027	CDI + 1,33%	R$	3.092	700.000	703.092	703.185
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série (1)	2029	IPCA + 7,63%	R$	828	315.122	315.950	302.216
(-) Desconto na emissão de debêntures (5)				-	(8.692)	(8.692)	(12.048)
(-) Custos de Transação				(2.672)	(41.852)	(44.524)	(41.631)
Total de debêntures				**775.615**	**7.201.431**	**7.977.046**	**6.617.313**
Total geral consolidado				**2.629.708**	**7.201.431**	**9.831.139**	**10.579.498**

(1) Cemig Geração e Transmissão;
(2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (Yield to Maturity) acordado em contrato do Eurobonds;
(3) Cemig Distribuição;
(4) Debêntures emitidas pela Gasmig.
(5) Desconto no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo "simples" não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Emissão de debêntures - 2023

Em 6 de junho de 2023, a Cemig D concluiu todos os procedimentos relacionados à liquidação financeira da 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública sob o rito de regime automático de distribuição, nos termos da regulamentação da CVM.

Foram emitidas 2 milhões de debêntures, perfazendo o valor total de R$2.000.000 (dois bilhões de reais), à taxa de remuneração de CDI + 2,05% com vencimento em 3 anos. O saldo do valor nominal unitário das debêntures será pago em 2 (duas) parcelas, sendo o primeiro pagamento (50% do saldo) em 15 de maio de 2025 e o segundo, do saldo remanescente, em 15 de maio de 2026, data do vencimento principal. Os recursos captados serão destinados à recomposição de caixa da Cemig D, compreendendo, mas não se limitando, à operação da Cemig D e aos investimentos realizados.

Financiadores	Data de entrada	Vencimento Principal	Encargos financeiros	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 9ª Emissão Série Única	Junho de 2023	2026	CDI + 2,05%	2.000.000
(-) Custos de transação				(12.057)
Total de captações				**1.987.943**

A agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AA+(bra) à Emissão.

Recompra parcial dos Eurobonds

Em 20 de dezembro de 2023, a Cemig GT concluiu o resgate antecipado parcial sem pagamento de prêmio, por meio do exercício de opção de compra ("call"), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em dezembro de 2024, remunerados a 9,25% ao ano, no montante principal de US$375 milhões (R$1.823.400).

Desta maneira, o saldo devedor dos títulos, com vencimento em dezembro de 2024, passa a ser de US$381 milhões (R$1.856.920 em 31 de dezembro de 2023).

Segue abaixo tabela com os efeitos relacionados à recompra dos bonds:

	%	US$	R$
Valor principal	100,00	375.000	1.823.400
Juros provisionados	0,41	1.542	7.496
		376.542	**1.830.896**
Imposto de renda incidente sobre os juros provisionados	17,65	272	1.344
		272	**1.344**
Total de pagamentos		**376.814**	**1.832.240**
Desfazimento parcial do hedge		-	(282.950)
Ajuste negativo da NDF (*)		-	117.305
Total		**376.814**	**1.666.595**

(*) Diferença entre a cotação do dólar PTAX no dia da compra (R$4,9091) em relação ao instrumento financeiro – NDF de proteção cambial, com a trava de compra do dólar em abril/23 na cotação de R$5,1110 e diferença entre a cotação do dólar PTAX no dia da compra (R$4,8663) em relação ao instrumento financeiro – NDF de proteção cambial, com a trava de compra do dólar em dezembro/23 na cotação de R$4,9675.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e debêntures, em 31 de dezembro de 2023, é garantido da seguinte forma:

	31/12/2023
Nota promissória, aval e fiança	2.488.955
Aval e recebíveis	2.207.947
Fiança	4.058.813
Sem garantia	1.075.424
Total	**9.831.139**

Composição e movimentação consolidada de empréstimos e debêntures

O endividamento da Companhia tem o prazo médio de amortização de 2,8 anos. A composição consolidada dos empréstimos e debêntures, por moeda e indexador, considerando seus vencimentos é como segue:

Consolidado	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Moedas							
Dólar Norte-Americano (1)	1.856.920	-	-	-	-	-	**1.856.920**
Total por moedas	**1.856.920**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.856.920**
Indexadores							
IPCA (2)	469.842	1.396.707	1.098.772	132.420	403.140	1.020.936	**4.521.817**
CDI (4)	308.445	1.233.334	1.233.333	733.333	-	-	**3.508.445**
Total por indexadores	**778.287**	**2.630.041**	**2.332.105**	**865.753**	**403.140**	**1.020.936**	**8.030.262**
(-) Custos de transação	(3.704)	(9.241)	(9.282)	(3.976)	(6.510)	(12.843)	**(45.556)**
(±) Recursos antecipados	(1.795)	-	-	-	-	-	**(1.795)**
(-) Desconto	-	(4.199)	(4.199)	-	(147)	(147)	**(8.692)**
Total geral	**2.629.708**	**2.616.601**	**2.318.624**	**861.777**	**396.483**	**1.007.946**	**9.831.139**

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
(4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);

O dólar norte americano e os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Moeda	Variação acumulada no exercício de 2023 (%)	Variação acumulada no exercício de 2022 (%)	Indexador	Variação acumulada no exercício de 2023 (%)	Variação acumulada no exercício de 2022 (%)
Dólar Norte-Americano	(6,50)	(6,50)	IPCA	4,62	5,79
			CDI	13,04	12,39
			TJLP	(9,03)	35,34

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**11.363.963**
Empréstimos obtidos	2.000.000
Custos de transação	(18.235)
Deságio na emissão de debêntures	(375)
Empréstimos obtidos líquidos	**1.981.390**
Variação monetária	166.910
Variação cambial	(338.265)
Encargos financeiros provisionados	974.732
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds)	46.763
Amortização do custo de transação	7.422
Encargos financeiros pagos	(1.010.077)
Amortização de empréstimos	(2.613.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**10.579.498**
Debêntures obtidas	2.000.000
Custos de transação	(12.057)
Empréstimos obtidos líquidos	**1.987.943**
Variação monetária	148.404
Variação cambial	(276.687)
Encargos financeiros provisionados	1.082.722
Amortização do custo de transação	13.908
Encargos financeiros pagos	(1.026.146)
Amortização de empréstimos	(2.678.503)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**9.831.139**

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos e debêntures.

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2023	2022
Encargos de empréstimos e debêntures	1.082.722	974.732
Encargos financeiros capitalizados nos ativos de contrato (1)	(69.839)	(46.553)
Efeito líquido no resultado	**1.012.883**	**928.179**

(1) A taxa média de capitalização era de 11,75% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (11,36% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas contratuais restritivas - *"Covenants"*

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Companhia, superior a R$50 milhões ("cross default").

A Companhia e suas controladas possuem contratos com cláusulas restritivas ("*Covenants*") financeiras e não financeiras, sendo as

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds Cemig GT (1)	Dívida Líquida / Lajida ajustado para o Covenant (3)	Igual ou inferior a 2,5	Igual ou inferior a 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
7ª e 8ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
Debêntures Gasmig – 8ª emissão série única (2)	Lajida/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	Dívida Líquida/Lajida	Igual ou menor que 3,0		Anual
9ª emissão de debêntures 1º ª e 2ª séries Cemig GT (3)	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0 de 31/12/2022 em diante Igual ou inferior a 3,5 de 31/12/2026 em diante	Semestral e anual
9ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 em 30 de junho de 2023 em diante	Igual ou inferior a 3,5 em 30 de junho de 2023 em diante	Semestral e anual

(1) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
(2) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.
(3) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Cemig GT do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
A Administração monitora esses índices de forma contínua.
As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap", opções de moeda e NDF) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 31.

22. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Reserva global de reversão	28.156	28.245
Conta de desenvolvimento energético	133.150	127.370
Taxa de fiscalização da Aneel	3.155	2.890
Eficiência energética (1)	187.177	220.802
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (a)	149.932	125.864
Pesquisa expansão sistema energético - MME (a)	4.613	4.049
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico - FNDCT (a)	9.241	8.114
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - Proinfa	9.488	10.291
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	11.024	10.424
Encargo de capacidade emergencial	26.325	26.325
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
CDE sobre P&D	2.914	2.551
CDE sobre PEE	7.785	4.041
Outros	4.625	4.625
Total	**577.601**	**575.607**
Passivo circulante	**487.241**	**510.247**
Passivo não circulante	**90.360**	**65.360**

(1) O Programa de Eficiência Energética (PEE) tem o objetivo de promover o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia. Para tanto, concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente um montante de sua receita líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de distribuição, geração e transmissão de energia elética devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.
A movimentação dos saldos é conforme segue:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	Saldo em 31/12/2023
FNDCT	8.114	63.312	(62.185)	-	-	9.241
MME	4.049	31.653	(31.089)	-	-	4.613
P&D (1)	125.864	40.217	-	(32.059)	15.910	149.932
Total	**138.027**	**135.182**	**(93.274)**	**(32.059)**	**15.910**	**163.786**

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	Saldo em 31/12/2022
FNDCT	8.759	49.215	(49.860)	-	-	8.114
MME	4.377	24.600	(24.928)	-	-	4.049
P&D (1)	112.267	33.403	-	(32.147)	12.341	125.864
Total	**125.403**	**107.218**	**(74.788)**	**(32.147)**	**12.341**	**138.027**

(1) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi de R$5.761 em 31 de dezembro de 2023 e R$1.680 em 31 de dezembro de 2022.

23. CONTAS A PAGAR RELACIONADO A ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES

O Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) consiste em um sistema no qual a energia elétrica injetada por unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída é cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local e, posteriormente, compensada como consumo de energia elétrica.
O saldo da obrigação representa o volume de energia a compensar mensurado pela tarifa de energia da distribuição, vigente.
Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no passivo circulante era de R$704.653 (R$455.273 em 31 de dezembro de 2022). Esse aumento decorre, principalmente, do aumento do número de instalações geradoras (249.241 em dezembro de 2023, comparada a 191.153 em dezembro de 2022) e do aumento na quantidade de energia injetada (4.720 GWh no exercício de 2023, comparado a 3.041 GWh no exercício de 2022).

24. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig e suas controladas são patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.
A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:
Plano Misto de Benefícios Previdenciários ("Plano B") – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.
Plano saldado de benefícios previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.
Cemig, Cemig GT e Cemig D mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para um Plano de Saúde Integrado (PSI) e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Plano de saúde e odontológico

A partir de dezembro de 2022, a Cemig Saúde passou a ofertar um novo plano de saúde, denominado Plano Premium, o qual foi ofertado, de forma facultativa ao PSI, a todos empregados ativos da Cemig e integralmente custeado pela Companhia. Em contrapartida ao custeio integral pela Companhia, os empregados que fizessem a adesão ao novo plano deixariam de ter a contribuição da Cemig para o custeio do plano de saúde no período de aposentadoria. O período para as adesões nas condições propostas pela Companhia se encerrou em 31 de janeiro de 2023 e, até a citada data, houve a migração de uma parcela de colaboradores para o Plano Premium, reduzindo o número de empregados cobertos pelo PSI.
À luz do IAS 19 / CPC 33 (R1), tal situação é um evento de encurtamento (curtailment), o qual levou à necessidade de que a Companhia remensurasse seus passivos pós-emprego para a data base de 31 de março de 2023. Os efeitos do encurtamento do plano foram reconhecidos no resultado, no primeiro trimestre de 2023, como custo do serviço passado, no montante de R$55.489 para o plano de saúde e de R$1.473 para o plano odontológico.
Vale ressaltar que o evento de encurtamento apurado para o primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R$60.274 para o plano de saúde e de R$934 para o plano odontológico.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)/IAS 19, e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2023.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017.
As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R$343.561, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R$ 177.337. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.
Em 31 de dezembro de 2023, o montante total a ser pago pela Cemig em decorrência dos déficits é de R$520.898 (R$545.196 em 31 de dezembro de 2022, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

Depósitos em consignação à Forluz

Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020 e 2021. Para o caso dos equacionamentos de déficit, na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.
A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realiza pagamentos em consignação, em conta de depósito judicial, que ficam à disposição da Forluz para serem resgatados a qualquer momento, no banco oficial. Os depósitos são constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit de 2019, 2020 e 2021, conforme segue:

	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021
Início da consignação	Maio de 2021	Abril de 2022	Em processo
Montante total solicitado pela Forluz	R$160.425	R$251.644	R$669.711
Montante considerando a paridade contributiva	R$80.213	R$125.822	R$334.856
Número de parcelas	166	158	159
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 6%	IPCA + 6%

Em relação ao equacionamento do déficit de 2019, a Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R$160.425, no consolidado.
Em 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R$90.293 (R$251.401 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas são conforme segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total em 31/12/2023
Valor presente das obrigações	12.215.508	3.005.748	54.306	15.275.562
Valor justo dos ativos do plano	(9.882.163)	-	-	(9.882.163)
Passivo líquido inicial	**2.333.345**	**3.005.748**	**54.306**	**5.393.399**
Ajuste ao teto de ativo (*Asset Ceiling*)	23.197	-	-	23.197
Passivo líquido no Balanço Patrimonial	**2.356.542**	**3.005.748**	**54.306**	**5.416.596**

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total em 31/12/2022
Valor presente das obrigações	11.403.598	3.313.138	61.225	14.777.961
Valor justo dos ativos do plano	(9.197.775)	-	-	(9.197.775)
Passivo líquido inicial	**2.205.823**	**3.313.138**	**61.225**	**5.580.186**
Ajuste ao teto de ativo (*Asset Ceiling*)	111.799	-	-	111.799
Passivo líquido no Balanço Patrimonial	**2.317.622**	**3.313.138**	**61.225**	**5.691.985**

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.
O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021	**12.025.817**	**3.468.504**	**66.017**	**15.560.338**
Custo do serviço corrente	1.882	15.873	375	18.130
Custo do serviço passado (1)	(4.296)	-	-	(4.296)
Juros sobre a obrigação atuarial	1.224.041	362.118	6.892	1.593.051
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(7.156)	(1.298)	92	(8.362)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(856.672)	(305.209)	(5.515)	(1.167.396)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	105.557	(20.474)	(3.020)	82.063
	(758.271)	**(326.981)**	**(8.443)**	**(1.093.695)**
Benefícios pagos	(1.085.575)	(206.376)	(3.616)	(1.295.567)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022	**11.403.598**	**3.313.138**	**61.225**	**14.777.961**
Custo do serviço corrente	274	11.066	260	11.600
Custo do serviço passado (2)	-	(55.489)	(1.473)	(56.962)
Juros sobre a obrigação atuarial	1.275.608	370.053	6.811	1.652.472
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	26.086	503	26.589
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	753.752	231.870	4.351	989.973
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(124.997)	(672.500)	(13.558)	(811.055)
	628.755	**(414.544)**	**(8.704)**	**205.507**

(1) Devido às alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, a Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, desta forma, realizou a baixa do saldo da obrigação.
(2) Referentes às alterações nas condições do Plano B para requerimento da Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade – MAT.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	**9.377.896**
Retorno real dos investimentos	633.480
Contribuições do empregador	271.974
Benefícios pagos	(1.085.575)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	**9.197.775**
Retorno real dos investimentos	1.464.379
Contribuições do empregador	312.736
Benefícios pagos	(1.092.727)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	**9.882.163**

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	**2.670.153**	**3.468.504**	**66.017**	**6.204.674**
Despesa reconhecida no resultado	284.818	377.991	7.268	670.077
Custo do serviço passado	(4.296)	-	-	(4.296)
Contribuições pagas	(271.974)	(206.376)	(3.614)	(481.964)
Perdas (ganhos) atuariais	(361.080)	(326.981)	(8.445)	(696.506)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	**2.317.621**	**3.313.138**	**61.226**	**5.691.985**
Despesa reconhecida no resultado	279.644	381.119	7.071	667.834
Custo do serviço passado	-	(55.489)	(1.474)	(56.963)
Contribuições pagas	(312.736)	(218.476)	(3.813)	(535.025)
Perdas (ganhos) atuariais	72.013	(414.544)	(8.704)	(351.235)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	**2.356.542**	**3.005.748**	**54.306**	**5.416.596**

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	**328.621**	**388.447**
Passivo não circulante	**5.087.975**	**5.303.538**

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	**498.434**	**220.585**	**5.047**	**724.066**
Despesa reconhecida no resultado	53.247	23.615	546	77.408
Custo do serviço passado	(453)	-	-	(453)
Contribuições pagas	(13.385)	(11.705)	(217)	(25.307)
Perdas (ganhos) atuariais	(78.697)	(25.773)	(703)	(105.173)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	**459.146**	**206.722**	**4.673**	**670.541**
Despesa reconhecida no resultado	55.435	23.222	524	79.181
Custo do serviço passado	-	(2.075)	(74)	(2.149)
Contribuições pagas	(16.551)	(12.210)	(226)	(28.987)
Perdas (ganhos) atuariais	(8.070)	(26.309)	(565)	(34.944)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	**489.960**	**189.350**	**4.332**	**683.642**

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	**26.204**	**29.166**
Passivo não circulante	**657.438**	**641.375**

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.
Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.
Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R$591.012 em 2023 (R$626.028 em 2022), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R$19.859 em 2023 (R$39.753 em 2022).

Valores reconhecidos na demonstração de resultado

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	274	11.066	260	11.600
Custo do serviço passado	-	(55.489)	(1.473)	(56.962)
Juros sobre a obrigação atuarial	1.275.608	370.053	6.811	1.652.472
Rendimento sobre os ativos do plano	(1.003.765)	-	-	(1.003.765)
Despesa total em 2023	**272.117**	**325.630**	**5.598**	**603.345**

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	1.882	15.873	375	18.130
Custo do serviço passado	(4.296)	-	-	(4.296)
Juros sobre a obrigação atuarial	1.224.041	362.118	6.892	1.593.051
Rendimento sobre os ativos do plano	(941.105)	-	-	(941.105)
Despesa total em 2022	**280.522**	**377.991**	**7.267**	**665.780**

Estimativas para o exercício seguinte e análise de sensibilidade
A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2024 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	1.258	6.425	128	7.811
Juros sobre a obrigação atuarial	1.054.715	262.446	4.723	1.321.884
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(842.021)	-	-	(842.021)
Estimativa da despesa total em 2024 conforme laudo atuarial	**213.952**	**268.871**	**4.851**	**487.674**

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2024 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	1.123.623	219.078	4.340	**1.347.041**

A Companhia e suas controladas Cemig GT e Cemig D têm a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2023 no montante de R$185.720 para amortização de déficit do Plano A e de R$84.485 para o plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).
A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023:

Efeitos na obrigação de benefício definido - Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	340.887	60.732	1.114	**402.733**
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(310.786)	(61.752)	(1.132)	**(373.670)**
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	1.139.705	341.982	6.138	**1.487.825**
Acréscimo de 1% na taxa de desconto	(974.573)	(309.695)	(5.562)	**(1.289.830)**

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.
Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de pensão e suplementação de aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico
Plano A	Plano B		
8,38	10,26	9,92	9,79

As principais categorias de ativos do plano são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2023	2022
Ações e títulos de renda variável	1.339.210	593.240
Títulos de renda fixa	7.474.687	7.072.136
Imóveis	439.779	449.738
Outros	628.487	1.082.662
Total	**9.882.163**	**9.197.776**

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Companhia e não são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação.

	2023	2022	2021
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia e suas controladas	95.536	136.672	302.451
Ações emitidas pela Companhia	3.776	3.437	386
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia e suas controladas	275.000	270.000	277.368
Total	**374.312**	**410.109**	**580.205**

Principais premissas atuariais

	2023		2022	
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,03%	9,07%	11,73%	11,83%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,03%	Não aplicável	11,73%	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,50%	3,50%	5,31%	5,31%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,50%	Não aplicável	5,31%	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Álvaro Vindas Desagravo 30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1%	-	1%

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Política contábil

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Estimativas e julgamentos

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.
O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.
Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.
Para o caso dos planos de saúde e odontológico, os passivos são apurados pelo cálculo do valor presente das obrigações futuras a serem realizadas pela Companhia, considerando a manutenção do nível contributivo vigente, a previsão de reajuste real dos valores e a atualização futura das contribuições pela variação de índice compatível com os Regulamentos e o histórico dos custos dos planos.
Os cálculos atuariais ocorrem a cada encerramento de exercício, e envolvem o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.
Nos exercícios corrente e anterior, as despesas de pós emprego são registradas como despesas operacionais, com exceção das despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão, as quais são registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária.
Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência, e nas mudanças de premissas atuariais, são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.
Tanto o custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, quanto o ganho, ou a perda, na liquidação das obrigações são determinados a partir da remensuração do valor presente líquido da obrigação, devido à revisão de premissas atuariais, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração.

25. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos. Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2023
Trabalhistas	414.809	146.659	(26.445)	(103.104)	431.919
Cíveis					
Relações de consumo	41.208	65.794	(10.449)	(51.806)	44.747
Outras ações cíveis	36.296	24.151	(1.395)	(19.150)	39.902
	77.504	**89.945**	**(11.844)**	**(70.956)**	**84.649**
Tributárias	1.474.690	147.190	(2.338)	(1.167)	1.618.375
Regulatórias	47.493	8.552	(387)	(3.775)	51.883
Outras	14.525	18.198	(9.506)	(10.130)	13.087
Total	**2.029.021**	**410.544**	**(50.520)**	**(189.132)**	**2.199.913**

	Consolidado				
	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2022
Trabalhistas	403.934	123.937	(26.206)	(86.856)	414.809
Cíveis					
Relações de consumo	32.235	44.270	(14)	(35.283)	41.208
Outras ações cíveis	38.548	13.845	(3.439)	(12.658)	36.296
	70.783	**58.115**	**(3.453)**	**(47.941)**	**77.504**
Tributárias	1.295.661	332.488	(150.126)	(3.333)	1.474.690
Regulatórias	47.842	11.521	(4.797)	(7.073)	47.493
Outras	70.752	57.251	(56.853)	(56.625)	14.525
Total	**1.888.972**	**583.312**	**(241.435)**	**(201.828)**	**2.029.021**

	Controladora				
	31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2023
Trabalhistas	40.743	16.020	(12.182)	(16.020)	28.561
Cíveis					
Relações de consumo	4.527	628	(1.855)	(629)	2.671
Outras ações cíveis	3.609	1.170	(1.395)	(1.170)	2.214
	8.136	**1.798**	**(3.250)**	**(1.799)**	**4.885**
Tributárias	221.494	22.051	(182)	(278)	243.085
Regulatórias	8.462	1.906	(73)	(78)	10.217
Outras	306	611	(105)	(608)	204
Total	**279.141**	**42.386**	**(15.792)**	**(18.783)**	**286.952**

	Controladora				
	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2022
Trabalhistas	43.075	13.137	(2.332)	(13.137)	40.743
Cíveis					
Relações de consumo	1.220	3.527	(7)	(213)	4.527
Outras ações cíveis	2.421	2.989	-	(1.801)	3.609
	3.641	**6.516**	**(7)**	**(2.014)**	**8.136**
Tributárias	177.722	91.278	(45.165)	(2.341)	221.494
Regulatórias	11.166	4.166	(2.735)	(4.135)	8.462
Outras	1.391	495	(1.151)	(429)	306
Total	**236.995**	**115.592**	**(51.390)**	**(22.056)**	**279.141**

Há ações judiciais cuja expectativa de desembolso de caixa é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, que as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

Perda Possível				
	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	1.363.150	1.198.657	156.373	118.024
Cíveis				
Relações de consumo	345.977	230.919	7.874	8.839
Outras ações cíveis	613.360	537.197	42.344	35.989
	959.337	**768.116**	**50.218**	**44.828**
Tributárias	2.473.747	2.149.475	598.753	470.980
Regulatórias	3.145.037	2.976.485	1.573.473	1.432.717
Outras	1.839.500	1.361.004	16.338	10.441
Total	**9.780.771**	**8.453.737**	**2.395.155**	**2.076.990**

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados seja paga em períodos superiores a 12 meses.
A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.
As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de R$367.613 (R$276.265 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$23.643 (R$22.664 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.
Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R$186.319 (R$94.324 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$2.222 foram provisionados (R$3.525 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa. O montante das contingências é de R$1.788.565 (R$1.639.980 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$1.448.875 (R$1.311.148 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia e suas controladas ajuizaram ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R$121.834, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial. Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante das contingências é de

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

R$319.341 (R$305.427 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$142.338 (R$136.131 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R$147.818 (R$164.014 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$1.297 (R$1.221 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN). A probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de R$147.597 (R$124.621 em 31 de dezembro de 2022). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de R$273.786 (R$255.792 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R$587.338 (R$517.199 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS

Entre dezembro de 2019 e dezembro de 2021, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou seis autos de infração contra a Gasmig, no valor total de R$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 30 de setembro de 2021, alegando divergência entre a fórmula de cálculo utilizada pela Gasmig e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R$124.478 de principal, R$200.546 de multas e R$32.411 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Gasmig, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 31 de dezembro de 2023, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R$222.713 (R$182.058 em 31 de dezembro de 2022). Em julho de 2021, a Gasmig impetrou ação anulatória de débito fiscal contra o Estado de Minas Gerais. Os autos de infração ficam suspensos até julgamento do mérito da ação.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio ("JCP") no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. Adicionalmente, foi realizada a constituição de depósito judicial no montante de R$81.894 (R$67.852 em 31 de dezembro de 2022). O montante das contingências é de R$73.983 (R$66.693 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do Proinfa e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R$199.762 (R$179.848 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de R$1.795.067 (R$1.613.466 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$431.918 foram provisionados (R$414.809 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R$287.497 (R$272.127 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$44.747 (R$41.208 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Interrupções de energia

A promotoria de justiça de Uberlândia ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia, em decorrência de recorrentes interrupções de energia no município. O montante da contingência por danos morais coletivos é de R$103.227 em 31 de dezembro de 2023. A probabilidade de perda foi classificada como possível, uma vez que o processo está na fase inicial, ainda em elaboração da defesa da Companhia.

Outras ações cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R$653.262 (R$573.493 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$39.902 (R$36.296 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; e (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica. O valor da contingência é de R$589.318 (R$322.910 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$25.601 (R$24.996 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Majoração tarifária – Plano Cruzado

A Companhia e suas controladas são rés de ações que questionam a respeito do aumento tarifário autorizado pelas Portarias DNAEE 38/86 e 45/86, ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986. Por conseguinte, os autores requerem a restituição dos valores pagos a maior no período em questão, uma vez que a ilegalidade do aumento das tarifas foi pacificada pelo STJ, no tema Repetitivo 319. Atualmente, a maioria dos processos dessa discussão encontram-se em fase de apuração dos valores a serem restituídos. Tendo em vista disso, o montante da contingência é estimado em R$65.553 (R$52.721 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$26.282 (R$22.497 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados.

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R$1.581.585 (R$1.432.813 em 31 de dezembro de 2022), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor de R$594.151 (R$506.742 em 31 de dezembro de 2022). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Discussão sobre faturamento de energia

No decorrer do ano de 2022, um dos clientes da Companhia instaurou um procedimento arbitral requerendo alterações de cláusulas contratuais e questionando a incidência de determinados tributos no valor de suas faturas de energia elétrica. Em setembro de 2022, a Companhia foi regularmente intimada de decisão judicial que deferiu pedido liminar, a qual determinou que a Companhia passasse a realizar os faturamentos do contrato de fornecimento de energia conforme o pedido. Após a instauração do procedimento arbitral e com a oitiva das partes, em janeiro de 2023, o Tribunal revogou a decisão anterior e determinou o restabelecimento da sistemática contratual de faturamento, bem como o pagamento dos valores não faturados por conta do pedido liminar incialmente deferido em favor deste cliente.

O procedimento arbitral continua em curso, no qual este cliente questiona os pontos informados acima. Caso a decisão arbitral acate o pedido deste cliente, a Companhia deverá restituir a diferença entre os valores contratados e os ajustes demandados, que em 31 de dezembro de 2023 totalizam R$234.466. A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. Em julho de 2023, após o regular tramite do processo, o pedido do MPF foi julgado improcedente, tendo a decisão transitado em julgado.

Penalidade administrativa

A Companhia e sua controlada ajuizaram ação anulatória de ato administrativo, com pedido de providência cautelar, em desfavor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com o intuito de cancelamento das sanções e das advertências e multas, no valor histórico de R$25.778, decorrentes do Auto de Infração nº 076/2013 – SEF/ANEEL. O desembolso é estimado em R$131.846 (R$108.403 em 31 de dezembro de 2022) e a contingência de perda é avaliada como possível. O processo aguarda por sentença judicial.

Ambientais

Impactos ambientais decorrentes de construção de usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R$148.656 (R$136.795 em 31 de dezembro de 2022).

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$511.371 (R$433.911 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$12.934 foram provisionados (R$5.912 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Quebra de contrato – Prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. Em outubro de 2022, o juiz autorizou a parte contrária a levantar o valor depositado de R$37.792, convertendo-o em pagamento de condenação. Em fevereiro de 2023, foi realizado o pagamento do montante de R$7.272, referentes às questões residuais do processo, sendo encerrada a discussão.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R$515.381 (R$470.248 em 31 de dezembro de 2022) dos quais R$154 (R$141 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Desequilíbrio contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$245.929 (R$223.395 em 31 de dezembro de 2022). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica ("IDPJ") de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controlada Cemig GT, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R$127.048 (R$102.760 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Desocupação de moradias sob linhas de alta tensão

A Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais solicita que a Companhia remova e reassente os moradores que se encontram dentro do raio da faixa de segurança das linhas de alta tensão existentes na região. O montante do passivo contingente em discussão foi estimado em R$129.856 em 31 de dezembro de 2023 (R$25.252 em 31 de dezembro de 2022).

Geração eólica da Central Eólica Volta do Rio

A Companhia e sua controlada Central Eólica Volta do Rio são rés de auto de infração proposto, em 2022, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU/CE), que considerou que aterros, enrocamentos e torres para instalação de sistema de geração eólica da Central Eólica Volta do Rio estariam localizados em faixa de praia. Em razão disso, aplicou-se à Central Eólica Volta do Rio as penalidades de: (i) demolição e/ou remoção das construções, bem como dos equipamentos instalados, caso não sejam passíveis de regularização; (ii) multa mensal para cada metro quadrado impactado pelas instalações. A Companhia apresentou defesa da autuação e recurso administrativo. O montante da contingência foi estimado em R$174.347, em 31 de dezembro de 2023, e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais, sendo observadas situações como: (i) os valores relacionados a desapropriação e constituição de servidão não impactam o resultado da Companhia, pois o desembolso é compreendido como investimento na aquisição de imóveis; (ii) processos administrativos, em que discussões ocorrem em esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial; (iii) o valor assumido das ações jurídicas relativas aos consórcios refere-se à cota parte da Companhia, prevista em contrato, e terá o mesmo tratamento que o aplicado aos demais processos; e (iv) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia era de R$11.006.853, representado por 735.847.624 ações ordinárias e 1.465.523.064 preferenciais, subscritas e integralizadas, ambas com valor nominal de R$5,00, conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade de ações em 31/12/2023					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	375.031.302	50,97	17.085	-	375.048.387	17,04
FIA Dinâmica Energia S/A	233.004.992	31,66	116.951.354	7,98	349.956.346	15,90
BNDES Participações	82.007.784	11,14	-	-	82.007.784	3,73
PZENA	-	-	73.283.989	5,00	73.283.989	3,33
BlackRock	-	-	217.550.174	14,84	217.550.174	9,88
Outros						
No País	29.160.676	3,97	101.717.633	6,95	130.878.309	5,94
No Exterior	16.642.870	2,26	956.002.829	65,23	972.645.699	44,18
Total	**735.847.624**	**100,00**	**1.465.523.064**	**100,00**	**2.201.370.688**	**100,00**

	Quantidade de ações em 31/12/2022					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	375.031.302	50,97	17.085	-	375.048.387	17,04
Outras Entidades do Estado	30.021	-	21.880.950	1,49	21.910.971	1,00
FIA Dinâmica Energia S/A	233.625.046	31,75	118.771.654	8,10	352.396.700	16,01
BNDES Participações	82.007.784	11,14	-	-	82.007.784	3,73
BlackRock	-	-	218.212.381	14,89	218.212.381	9,91
Outros						
No País	26.546.632	3,61	178.219.966	12,16	204.766.598	9,30
No Exterior	18.606.839	2,53	928.421.028	63,36	947.027.867	43,01
Total	**735.847.624**	**100,00**	**1.465.523.064**	**100,00**	**2.201.370.688**	**100,00**

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Resultado por ação

O número de ações utilizado no cálculo do resultado básico e diluído por ação é como segue:

	Quantidade de ações	
	2023	2022
Ações ordinárias já capitalizadas	735.847.624	735.847.624
Ações em tesouraria	(102)	(102)
Total ações ordinárias em circulação	**735.847.522**	**735.847.522**
Ações preferenciais já capitalizadas	1.465.523.064	1.465.523.064
Ações em tesouraria	(846.062)	(846.062)
Total ações preferenciais em circulação	**1.464.677.002**	**1.464.677.002**
Total	**2.200.524.524**	**2.200.524.524**

Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico e diluído por ação é como segue:

	2023	2022
Lucro líquido do período	**5.764.273**	**4.092.313**
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo do lucro do exercício	2.079.718	1.485.927
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações preferenciais	1.756.982	1.237.916
Total do lucro para as ações preferenciais (A)	**3.836.700**	**2.723.843**
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias	1.044.859	746.536
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações ordinárias	882.714	621.934
Total do lucro para as ações ordinárias (B)	**1.927.573**	**1.368.470**
Resultado básico e diluído por ação preferencial (A/número de ações)	**2,62**	**1,86**
Resultado básico e diluído por ação ordinária (B/número de ações)	**2,62**	**1,86**

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação no exercício de 2023 e 2022 foram de R$2,62 e R$1,86, respectivamente, calculados com base na média ponderada do número de ações da Companhia.

c) Direitos e preferências das ações ordinárias e preferenciais

Todos os detentores de ações ordinárias da Cemig têm direito de voto na eleição de membros de nosso Conselho de Administração. Nos termos da Lei Brasileira das Sociedades por Ações, qualquer acionista detentor de no mínimo 5% das ações ordinárias em circulação da Cemig pode requerer a adoção de procedimento de voto múltiplo, que confere a cada ação um número de votos igual ao número de membros a serem eleitos para o nosso Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de acumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Os detentores de ações ordinárias representativas de no mínimo 15% do capital social da Cemig, bem como detentores de ações preferenciais representativas de no mínimo 10% de nosso capital social (que não do acionista controlador) terão o direito de nomear um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente em votação em separado. Caso nenhum dos detentores de ações ordinárias ou ações preferenciais se enquadre nos limites mínimos mencionados acima, os acionistas que representarem no total no mínimo 10% de nosso capital social poderão combinar suas participações para eleger um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Em conformidade ao artigo 171 da Lei das SA, é estabelecido que cada acionista possui direito de preferência genérico na subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações emitidos em qualquer aumento de capital, na proporção de seu percentual de participação acionária, exceto na hipótese do exercício de qualquer opção para adquirir ações de nosso capital social. Os acionistas devem exercer seus direitos de preferência no prazo de 30 dias a contar da publicação do aviso de aumento de capital.

d) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, caso a Companhia seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido seja suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então o dividendo por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria Executiva, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam na distribuição de bonificações em igualdade de condições com as ações ordinárias. Adicionalmente, as ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores: (i) 10% sobre o seu valor nominal e, (ii) 3% do valor do patrimônio líquido das ações, quando da ocorrência de lucro.

Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, as ações emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, garantido pelo Estado de Minas Gerais, e não pela Companhia, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951 e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.

Cálculo dos dividendos mínimos propostos

O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício, considerando a existência de parcela não realizada do lucro líquido do exercício, está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2023	2022
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais		
Valor nominal das ações preferenciais já capitalizadas	7.327.615	7.327.615
	7.327.615	**7.327.615**
Percentual sobre o valor nominal das ações preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	**732.762**	**732.762**
Valor do patrimônio líquido	24.649.235	21.777.356
Percentual das ações preferenciais sobre o patrimônio líquido (liquido de ações em tesouraria)	66,56%	66,56%
Participação das ações preferenciais no patrimônio líquido	16.406.531	14.495.008
Percentual sobre o valor do patrimônio líquido das ações	3,00%	3,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	**492.196**	**434.850**
Dividendos estatutários mínimos obrigatórios das ações preferenciais	**732.762**	**732.762**
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários com base no lucro líquido do exercício		
Lucro líquido do exercício	5.764.273	4.092.313
	50%	50%
Dividendo obrigatório – 50,00% do lucro líquido	2.882.137	2.046.157
Constituição de reserva de lucros a realizar	(834.603)	(834.603)
Realização da reserva de lucros a realizar	834.603	834.603
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	242.440	186.306
	3.124.577	**2.232.463**
Dividendos registrados em conformidade ao previsto no Estatuto		
Juros sobre o capital próprio	2.591.459	1.983.650
Dividendos ordinários	533.118	248.813
	3.124.577	**2.232.463**
Total dos dividendos para ações preferenciais	**2.079.718**	**1.485.927**
Total dos dividendos para ações ordinárias	**1.044.859**	**746.536**
Dividendos por valor unitário – R$		
Dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais	0,50	0,50
Dividendo obrigatório (incluindo o IRRF sobre os juros sobre o capital próprio)	1,42	1,01
Dividendos propostos - ON	1,42	1,01
Dividendos propostos – PN	1,42	1,01

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.909.050**	**1.911.250**
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	2.232.463	2.232.463
Dividendos propostos – Participação de não controladores	1.498	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(186.306)	(186.306)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(2.093.907)	(2.096.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.862.798**	**1.860.681**
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	3.124.577	3.124.577
Dividendos propostos – Participação de não controladores	2.514	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(242.440)	(242.440)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.823.019)	(1.820.225)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.924.430**	**2.922.593**

e) Juros sobre o capital próprio (JCP)

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

A Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre capital próprio – JCP, conforme a seguir:

Data de declaração	Acionistas que fazem jus (1)	Montante	Retenção de imposto de renda
22/03/2023	27/03/2023	424.226	(40.498)
20/06/2023	23/06/2023	426.698	(39.908)
20/09/2023	25/09/2023	417.974	(38.942)
14/12/2023	21/12/2023	1.322.561	(123.092)
		2.591.459	**(242.440)**

(1) Fazem jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas nas datas informadas.

O valor de imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCPs ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos casos em que há incidência deste tributo, nos termos da legislação em vigor.

f) Destinação do resultado de 2023 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que será realizada em abril de 2024, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2023, no montante de R$5.764.273, do saldo de realização do custo atribuído do imobilizado, no montante de R$6.217, da realização da reserva de lucros a realizar, no montante de R$834.603, seja dada a seguinte destinação:

- R$288.214 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva Legal, conforme estabelecido na Lei 6.404/1976;
- R$3.124.577 sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2024 e a segunda até 30 de dezembro de 2024, conforme segue:
  - R$2.591.459 declarados a título de juros sobre o capital próprio (JCP) e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 2023;
  - R$533.118 declarados como dividendos obrigatórios, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO.
- R$2.295.105 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2024, conforme orçamento de capital;
- R$62.594 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.

A reserva de lucros a realizar continuará com o saldo de R$834.603, considerando a reversão da reserva constituída em 2022 e a nova constituição de reserva em 2023 de mesmo valor.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2024.

g) Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	**(236.558)**	**(259.621)**
Controladas e controladas em conjunto		
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(1.834.512)	(2.043.265)
Custo atribuído de imobilizado	421.270	427.487
Ajustes de conversão de balanço	362	362
Outros	1.363	996
	(1.411.517)	**(1.614.420)**
Ajustes de avaliação patrimonial	**(1.648.075)**	**(1.874.041)**

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários.

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

O evento de encurtamento apurado no primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R$60.274 para o plano de saúde e de R$934 para o plano odontológico.

h) Reservas

Reservas de capital

	31/12/2023	31/12/2022
Doações e subvenções para investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na emissão de ações	394.448	394.448
Correção monetária do capital	7	7
Ações em tesouraria	(1.362)	(1.362)
Total	**2.249.721**	**2.249.721**

A reserva de doações e subvenções para investimentos refere-se, basicamente, à compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As ações em tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR ("Fundo de Investimentos do Nordeste"), de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE ("Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste"), em função de incentivo fiscal.

Reservas de lucros

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva legal	1.674.667	1.386.453
Reserva estatutária	57.215	57.215
Reserva de retenção de lucros	8.841.537	6.546.432
Reserva de lucros a realizar	834.603	834.603
Reserva de incentivos fiscais	212.868	150.274
Reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos	1.419.846	1.419.846
Total	**13.040.736**	**10.394.823**

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo.

Reserva estatutária

Destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social da Companhia.

Reserva de retenção de lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de lucros a realizar

O artigo 197 da Lei das S.A. permite que a Companhia constitua reserva de lucros a realizar quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

Em 2023, a Cemig apresentou um resultado líquido positivo de equivalência patrimonial de R$4.836.338, que poderia ser considerado como parcela não realizada do lucro líquido do exercício, em conformidade ao previsto no referido artigo da Lei.

Por sua vez, a constituição da reserva de lucros a realizar não poderá prejudicar o pagamento dos dividendos estatutários das ações preferenciais, que representam o valor de R$732.762, conforme descrito em mais detalhes na letra "d" desta nota. Adicionalmente, considerando que a constituição da reserva de lucros a realizar é opcional, a Administração decidiu propor remunerar de forma igualitária os acionistas portadores de ações ordinárias, tendo em vista a expectativa de capacidade financeira da Companhia.

A reserva de lucros a realizar continuará com o saldo de R$834.603, considerando a reversão da reserva constituída em 2022 e a nova constituição de reserva em 2023 de mesmo valor.

Os valores constantes da reserva de lucros a realizar somente poderão ser utilizados no pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Assim, tais valores deverão acrescer ao primeiro dividendo declarado após a realização financeira da reserva, salvo nas hipóteses de já terem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes.

Reserva de incentivos fiscais

As controladas Cemig D e GT possuem o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. Em 2023, foi obtida a renovação desse benefício, com validade por mais 10 anos.

O valor do incentivo reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$62.594 (R$26.193 em 31 de dezembro de 2022), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

Reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos

	2023
Dividendos retidos sob o lucro de 2015	622.530
Dividendos retidos sob o lucro de 2014	797.316
	1.419.846

Estes dividendos foram retidos nos exercícios de 2015 e 2014, na conta de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, e, conforme proposta já aprovada nas Assembléias Gerais Ordinárias de 2016 e 2015, os dividendos retidos serão pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

A Administração da Companhia, face às exigibilidades de caixa previstas para o próximo exercício, onde serão necessários dispêndios relevantes de recursos, concluiu que a situação financeira ainda não permite o pagamento desses dividendos retidos.

27. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	31.671.465	30.158.388	4.046.805	2.408.755
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	4.417.051	3.684.574	-	-
CVA e outros componentes financeiros (1) (4)	(213.038)	(1.146.560)	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (2)	1.908.658	2.360.056	-	-
Receita de transmissão				
Receita de operação e manutenção	373.087	413.044	-	-
Receita de construção e melhoria	241.482	407.193	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 14)	523.772	575.449	-	-
Receita de indenização da geração (nota 13.1)	92.595	47.028	-	-
Receita de construção de distribuição	3.899.245	3.245.688	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	149.238	39.369	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (nota 13.2)	411.722	466.857	-	-
Liquidação na CCEE	145.509	182.893	74.385	48.792
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE (c)	(3.766)	453.131	-	-
Fornecimento de gás	4.139.415	4.529.123	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(138.925)	(94.035)	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir a consumidores (3)	-	(829.783)	-	-
Outras receitas (d)	2.315.759	2.657.114	60.186	16.451
Tributos e encargos incidentes sobre a receita (d)	(13.083.500)	(12.686.721)	(579.296)	(355.066)
Receita líquida	**36.849.769**	**34.462.808**	**3.602.080**	**2.118.932**

(1) O efeito da bandeira escassez hídrica, vigente até abril de 2022, conforme Resolução nº 3 CREG/MME, resultou na redução significativa de receita no exercício de 2022. Devido a melhores condições hidrológicas, a bandeira tarifária foi verde desde maio de 2022, não produzindo efeito no exercício de 2023.

(2) Mais informações na nota explicativa nº 20.

(3) Decorre do reconhecimento dos efeitos da promulgação da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS aos usuários das distribuidoras de energia elétrica.

(4) Esta receita decorre do total de adições e amortizações apresentados na nota explicativa 13.4.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Consolidado				Controladora			
	MWh (1) (2)		R$		MWh (1)		R$	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Residencial	12.092.422	11.216.803	10.794.345	10.133.141	-	-	-	
Industrial	18.087.784	18.203.746	5.902.939	5.991.208	4.591.403	2.218.136	1.667.860	524.624
Comércio, serviços e outros	9.469.095	8.956.518	6.314.237	6.154.960	870.333	287.176	303.514	80.796
Rural	3.063.035	3.092.932	2.237.921	2.050.022	22.396	15.074	8.495	4.286
Poder público	955.889	855.672	785.797	660.453	-	-	-	-
Iluminação pública	1.055.562	1.138.039	497.637	534.658	-	-	-	-
Serviço público	1.045.141	1.400.256	743.793	840.675	-	-	-	-
Subtotal	**45.768.928**	**44.863.966**	**27.276.669**	**26.365.117**	**5.484.132**	**2.520.386**	**1.979.869**	**609.706**
Consumo próprio	29.703	30.942	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	166.418	(188.662)	-	-	83.683	74.316
	45.798.631	**44.894.908**	**27.443.087**	**26.176.455**	**5.484.132**	**2.520.386**	**2.063.552**	**684.022**
Suprimento a outras concessionárias (3)	17.328.482	16.776.567	4.183.077	3.893.503	5.170.968	5.720.301	1.985.548	1.633.523
Suprimento não faturado líquido	-	-	45.301	88.430	-	-	(2.295)	91.210
Total	**63.127.113**	**61.671.475**	**31.671.465**	**30.158.388**	**10.655.100**	**8.240.687**	**4.046.805**	**2.408.755**

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) O volume informado não inclui o mercado de geração distribuída, que correspondeu a 3.910.204 MWh em 2023 (2.672.285 MWh em 2022).

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de concessão da transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	2023			2022		
Consolidado	**Construção e melhorias**	**Operação e manutenção (1)**	**Total**	**Construção e melhorias**	**Operação e manutenção (1)**	**Total**
Receita Anual Permitida (RAP)	241.482	373.087	**614.569**	407.193	413.044	**820.237**
Custos de concessão de transmissão	(172.468)	(292.436)	**(464.904)**	(290.754)	(285.673)	**(576.427)**
Margem	**69.014**	**80.651**	**149.665**	**116.439**	**127.371**	**243.810**
Mark-up (%)	**40,02%**	**27,58%**	**32,19%**	**40,05%**	**44,59%**	**42,30%**

(1) A receita de operação e manutenção da transmissão, decorrente de operações intercompany, é eliminada da receita consolidada.

c) Transações no mecanismo de venda de excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) são referentes a comercialização pela distribuidora de excedentes de energia. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

d) Outras receitas

	Consolidado	
	2023	**2022**
Serviço taxado	20.958	19.057
Prestações de serviços	84.756	65.738
Subvenções - Baixa renda	401.337	320.625
Subsídio SCEE (1)	128.651	-
Subsídio Eletrobras (2)	50.947	432.412
Subsídio de bandeiras tarifárias	77.979	289.897
Outras subvenções (3)	1.031.108	961.356
Aluguel e arrendamento (4)	411.541	493.313
Indenizações contratuais	6.152	-
Outras	102.330	74.716
Total	**2.315.759**	**2.657.114**

(1) Sistema de compensação de energia elétrica – SCEE, subsídio de compensação de geração distribuída, liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023.

(2) Refere-se aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

(3) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público, bem como a receita reconhecida em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica.

(4) O montante apresentado no exercício de 2022 compreende o montante R$186.871 relativo ao Termo de acordo de reconhecimento de dívida (TARD) firmado com grande cliente em junho de 2022, referente à utilização de infraestrutura (postes) durante o período de janeiro de 2019 a maio de 2022.

e) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Tributos sobre a receita				
ICMS (1)	5.043.099	4.891.878	222.508	139.087
Cofins	3.032.232	2.947.895	293.142	177.453
PIS/Pasep	658.292	643.027	63.646	38.526
Outros	6.384	5.976	-	-
	8.740.007	**8.488.776**	**579.296**	**355.066**
Encargos do consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	12.275	14.476	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	73.520	68.944	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	3.948.748	4.057.142	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	37.455	34.556	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	53.454	49.159	-	-
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	26.727	24.579	-	-
Encargos do consumidor – Proinfa	62.874	77.287	-	-
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	36.660	32.850	-	-
Compensação financeira utilização recursos hídricos	52.563	54.395	-	-
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	-	(251.821)	-	-
CDE sobre P&D	16.000	14.606	-	-
CDE sobre PEE	23.217	21.772	-	-
	4.343.493	**4.197.945**	**-**	**-**
Total	**13.083.500**	**12.686.721**	**579.296**	**355.066**

(1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em fevereiro de 2023, foi proferida decisão liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195, na qual determinou-se a suspensão dos efeitos do art. 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluía os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica da base de cálculo do ICMS. Com isto, a Cemig ajustou o seu procedimento em função da decisão mencionada.

Política contábil

Receita operacional

De forma geral, para os negócios da Cemig e suas controladas no setor elétrico e de gás, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Seguem abaixo as políticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

As usinas eólicas estão sujeitas a um montante mínimo de geração de energia a ser comercializada por meio do Proinfa. Quando a diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada é positiva, a Companha reconhece um recebível que será liquidado no decorrer do exercício subsequente. Ao contrário, quando a diferença é negativa, a Companhia constitui uma provisão pela não performance, deduzindo a receita do período.

Fornecimento de gás

As receitas de venda de gás são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de gás, com base no volume medido e faturado, mensurado de acordo com as tarifas especificadas nos termos contratuais. As receitas de distribuição de gás são calculadas com base nos volumes contratados e volumes efetivamente distribuídos, nos termos contratuais e regulação.

Receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente.

Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

Receitas de transmissão

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- **Receitas de construção:** correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Mais informações na nota explicativa nº 14.
- **Receita de operação e manutenção:** correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de construção relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- **Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão:** corresponde ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados. A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão.

Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Liquidação na CCEE

Os resultados das operações na CCEE são apurados mensalmente de acordo com o resultado das liquidações das operações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Subsídios governamentais

As controladas Cemig D e Cemig GT recebem valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los, em contrapartida a "Outros ativos" no ativo circulante.

Estimativas e julgamentos

Fornecimento e distribuição de energia elétrica e gás

A Companhia reconhece as receitas correspondente ao fornecimento de energia e de gás não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado e no volume de gás consumido e não faturado no período.

As receitas do serviço de distribuição de gás são reconhecidas mensalmente, mesmo não ocorrendo utilização do sistema, a saber:

- Utilização da capacidade contratada em valores a partir de 85%: a receita reconhecida será correspondente à utilização;
- Utilização da capacidade contratada em valores inferiores a 85%: a receita fica estabelecida no máximo de 85% do valor relativo à plena utilização.

No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, definido na regulamentação do setor.

A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior ou na quantidade definida no contrato, sendo contabilizada no final do mês.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade de distribuição.

A margem de construção é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na rentabilidade determinada orginalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

Transmissão

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção e o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que as controladas transmissoras da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15.

A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que a contraprestação variável estimada com a PV não é material. Assim, há o reconhecimento de um aumento e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas da Companhia e suas controladas é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica e gás

	Consolidado		Controladora	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	1.207.091	1.644.066	-	-
Contratos por cotas de garantia física	917.807	924.520	-	-
Cotas das usinas de Angra I e II	363.571	357.192	-	-
Energia de curto prazo	477.974	529.588	(1.849)	23.849
Proinfa	510.606	597.815	-	-
Contratos bilaterais	510.114	492.855	-	-
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	3.940.493	3.334.482	-	-
Energia adquirida no ambiente livre (1)	5.612.245	6.003.112	2.958.186	1.498.819
Geração distribuída	2.331.020	1.977.195	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(1.222.831)	(1.246.840)	(273.462)	(140.847)
	14.648.090	**14.613.985**	**2.682.875**	**1.381.821**
Encargos de uso da rede básica				
Encargos de transmissão - Rede básica	3.219.977	2.924.769	-	-
Encargos de distribuição	54.192	50.065	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(337.379)	(304.119)	-	-
	2.936.790	**2.670.715**	**-**	**-**
Gás comprado para revenda (2)	**2.237.013**	**2.735.482**	**-**	**-**
Total	**19.821.893**	**20.020.182**	**2.682.875**	**1.381.821**

(1) A energia adquirida no ambiente livre pela Controladora decorre dos contratos transferidos pela Cemig GT, como resultado do processo de segregação parcial do negócio de comercialização de energia da Companhia.

(2) O preço da molécula de gás adquirida pela Gasmig é corrigido pela variação do petróleo do tipo Brent e pela variação da taxa de câmbio.

b) Custos de construção de infraestrutura

	Consolidado	
	2023	**2022**
Pessoal e administradores	155.429	135.265
Materiais	2.007.334	2.233.101
Serviços de terceiros	1.458.445	1.052.395
Outros	450.504	115.681
Total	**4.071.712**	**3.536.442**

c) Outros custos e despesas

Consolidado										
	Custos de operação		**PCE**		**Despesas gerais e administrativas**		**Outras despesas**		**2023**	**2022**
	2023	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**		
Pessoal	1.000.321	975.759	-	-	307.579	376.240	-	-	**1.307.900**	**1.351.999**
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	-	-	-	3.554	157.121	79.489	**157.121**	**83.043**
Obrigações pós-emprego (nota 21)	-	-	-	-	-	-	591.012	626.028	**591.012**	**626.028**
Materiais	100.158	93.383	-	-	39.655	55.187	-	-	**139.813**	**148.570**
Serviços de terceiros (C.1)	1.652.437	1.433.430	-	-	249.727	272.736	-	-	**1.902.164**	**1.706.166**
Depreciação e amortização	1.247.234	1.110.307	-	-	26.840	71.777	-	-	**1.274.074**	**1.182.084**
Provisões e ajustes para perdas	333.428	277.674	-	-	-	-	100.523	123.182	**433.951**	**400.856**
Perdas de créditos esperadas	-	-	174.663	108.731	-	-	-	-	**174.663**	**108.731**
Reversão de perda esperada com parte relacionada - Renova	-	-	-	-	-	-	1.250	(53.860)	**1.250**	**(53.860)**
Baixa de ativo financeiro (nota 11) (1)	-	-	-	-	-	-	-	171.770	**-**	**171.770**
Ganho na alienação de investimento (2)	-	-	-	-	-	-	(318.795)	(51.512)	**(318.795)**	**(51.512)**
Outros custos e despesas, líquidos (C.2)	238.746	204.838	-	-	83.614	9.895	181.656	178.282	**504.016**	**393.015**
Total	**4.572.324**	**4.095.391**	**174.663**	**108.731**	**707.415**	**789.389**	**712.767**	**1.073.379**	**6.167.169**	**6.066.890**

(1) Com a conclusão do laudo de avaliação, a Cemig GT efetuou a baixa do ativo financeiro no montante de R$171.770, no segundo trimestre de 2022. Mais detalhes na nota explicativa nº 13. Esse valor está apresentado nas Demonstrações dos Resultados na rubrica de "Outras despesas, líquidas".

(2) Refere-se aos ganhos obtidos nas alienações de investimentos ocorridas no exercício de 2023, sendo, R$261.344 referente à alienação de Baguari Energia, R$26.964 referente à alienação de Retiro Baixo e R$30.487 referente à alienação da participação direta da MESA. Mais detalhes sobre essas operações estão divulgados na nota explicativa nº 15. Esses valores estão apresentados nas Demonstrações dos Resultados na rubrica de "Outras despesas, líquidas".

Controladora										
	Custos de operação		**PCE**		**Despesas gerais e administrativas**		**Outras despesas**		**2023**	**2022**
	2023	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**		
Pessoal	12.932	7.939	-	-	19.986	23.066	-	-	**32.918**	**31.005**
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	-	-	-	449	17.996	9.038	**17.996**	**9.487**
Obrigações pós-emprego (nota 21)	-	-	-	-	-	-	76.055	74.999	**76.055**	**74.999**
Materiais	-	-	-	-	89	63	-	-	**89**	**63**
Serviços de terceiros (C.1)	-	-	-	-	13.515	21.034	-	-	**13.515**	**21.034**
Depreciação e amortização	-	-	-	-	543	1.115	-	-	**543**	**1.115**
Provisões e ajustes para perdas	-	-	-	-	-	-	26.595	63.990	**26.595**	**63.990**
Perdas de créditos esperadas	-	-	13.455	-	-	-	-	-	**13.455**	**-**
Reversão de perda esperada com parte relacionada	-	-	-	-	-	-	-	(504)	**-**	**(504)**
Ganho na alienação de investimento	-	-	-	-	-	-	-	(44.868)	**-**	**(44.868)**
Outros custos e despesas, líquidos (C.2)	-	-	-	-	1.040	-	(6.412)	68.004	**(5.372)**	**68.004**
Total	**12.932**	**7.939**	**13.455**	**-**	**35.173**	**45.727**	**114.234**	**170.659**	**175.794**	**224.325**

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

C.1) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	161.032	145.824	-	-
Comunicação	168.610	153.036	165	234
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	708.394	589.052	22	22
Conservação e limpeza de prédios	85.170	73.315	338	279
Vigilância	20.054	16.611	-	-
Consultoria	21.459	39.187	3.605	3.502
Tecnologia da informação	174.013	145.989	1.862	2.816
Corte e religação	87.008	89.746	-	-
Serviços advocatícios	31.784	39.558	2.352	7.777
Poda de árvores	57.728	49.384	-	-
Limpeza de faixa	117.205	91.135	-	-
Reprografia e publicações legais	16.855	17.692	-	-
Inspeção de unidades consumidoras	44.549	40.513	-	-
Outras despesas	208.303	215.124	5.171	6.404
Total	**1.902.164**	**1.706.166**	**13.515**	**21.034**

C.2) Outros custos e despesas, líquidos

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Arrendamentos e aluguéis	2.727	15.548	1	13
Propaganda e publicidade	13.804	8.687	1.209	44
Consumo próprio de energia elétrica	22.613	24.064	-	-
Subvenções e doações	29.104	26.262	-	-
Concessão onerosa	4.340	4.072	-	-
Seguros	22.380	23.562	2.969	2.872
Anuidade CCEE	7.311	6.285	1.206	357
Forluz – Custeio administrativo	39.614	36.078	1.945	1.802
Agentes arrecadadores	72.169	76.938	-	-
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	209.576	126.350	-	-
Obrigações derivadas de contratos de investimento	2.930	2.408	-	-
Impostos e taxas	10.127	8.236	305	811
Outras despesas (receitas) (1)	67.321	34.525	(13.008)	62.105
Total	**504.016**	**393.015**	**(5.373)**	**68.004**

(1) Em 2023 foi registrada multa regulatória no montante de R$10.660, cobrada em face de fiscalização da Aneel em 2019 para verificar os procedimentos e critérios adotados pela Cemig D na aplicação das condições referentes às disposições regulamentares estabelecidas para Micro e Minigeração Distribuída; e compensações financeiras por atraso dos serviços comerciais decorrentes de alterações na Resolução Normativa Aneel nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, no montante de R$84.765.

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	452.222	468.419	45.903	59.336
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	285.853	337.353	5.757	758
Variações cambiais – Itaipu Binacional	6.722	16.722	-	-
Variações cambiais - Empréstimos e debêntures	276.687	338.265	-	-
Variação monetária	162.566	108.397	3.410	9.343
Variação monetária – CVA	76.069	185.120	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	81.702	82.310	17.892	15.822
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre as receitas financeiras (1)	(196.910)	(116.921)	(141.374)	(72.725)
Rendas de antecipação de pagamento	4.486	4.729	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	-	15.194	3.024
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (2)	-	-	31.432	20.920
Outras receitas financeiras (3)	122.682	75.400	2.992	4.281
	1.272.079	**1.499.794**	**(18.794)**	**40.759**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e debêntures (nota 20)	(1.012.883)	(928.179)	-	(5.151)
Amortização do custo de transação	(13.908)	(7.422)	-	-
Ágio na recompra de títulos de dívida (*Eurobonds*)	-	(46.763)	-	-
Variação monetária – Empréstimos e debêntures	(148.404)	(166.910)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(19.859)	(39.753)	(977)	(1.956)
Perdas com instrumentos financeiros - Swap	(177.326)	(437.887)	-	-
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (2)	(41.096)	(1.293.826)	-	-
Variação monetária de arrendamento	(35.370)	(26.835)	(278)	(265)
Despesas financeiras P&D e PEE	(37.700)	(38.068)	-	-
Outras despesas financeiras	(164.499)	(80.772)	(1.879)	(513)
	(1.651.045)	**(3.066.415)**	**(3.134)**	**(7.885)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(378.966)**	**(1.566.621)**	**(21.928)**	**32.874**

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.
(2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins, decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida nas demonstrações financeiras consolidadas.
(3) Inclui atualização financeira, no montante de R$14.203, sobre os depósitos judiciais recebidos pela Companhia em decorrência de determinação judicial no âmbito de procedimento arbitral. Mais detalhes na nota explicativa nº 24 – Provisões: Discussão sobre faturamento de energia.

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, produtos e serviços, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos e passivos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.
As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os relacionamentos entre a Cemig e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 15). Já os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Operações com energia elétrica								
Aliança Geração	3.446	4.070	21.897	18.567	49.347	56.340	(233.605)	(222.303)
Norte Energia	-	-	30.975	30.263	96	-	(278.213)	(259.901)
Paracambi	-	-	2.211	2.476	-	-	(29.584)	(33.058)
Hidrelétrica Pipoca	-	108	3.286	3.491	1.781	1.425	(46.856)	(45.618)
Hidrelétrica Cachoeirão	-	-	-	-	1.788	1.604	-	-
Retiro Baixo	357	1.046	-	702	5.124	6.567	(6.454)	(6.029)
Taesa	-	-	-	-	-	-	-	(476)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Encargos								
Encargos de conexão								
Taesa	-	-	104	-	-	-	(6.215)	(3.547)
Encargos de transmissão								
Aliança	-	-	-	-	970	711	-	-
Norte Energia	2.668	2.352	-	-	29.771	26.350	-	-
Taesa	-	-	12.361	12.226	-	-	(138.232)	(135.352)

Os encargos de conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.
Os encargos de transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação defina pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais	45.292	36.558	-	-	193.531	166.331	-	-

O saldo de Consumidores e revendedores que a Companhia possui com o ente controlador, refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Prestação de serviços								
Aliança Geração	546	673	-	-	6.938	5.578	-	-
Taesa	435	125	-	-	1.814	1.315	-	-

Os saldos de prestação de serviço referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão e de redes de distribuição.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Contas a receber - AFAC								
Governo do Estado de Minas Gerais	13.366	13.366	-	-	-	3.024	-	-

Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Outros créditos								
FIP Melbourne	-	160.644	-	-	-	-	-	-

Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022 (vide nota explicativa nº 15).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Provisões para processos judiciais								
Aliança Geração	-	-	57.835	54.905	-	-	(2.930)	(3.066)

Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R$166 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$156 milhões em 31 de dezembro de 2022), cabendo à Cemig o valor de R$58 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$55 milhões em 31 de dezembro de 2022).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Retiro Baixo	-	5.867	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	-	3.882	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	-	3.867	-	-	-	-	-	-

A tabela acima indica a posição ativa de saldos de dividendos a receber das investidas apresentados em “Outras” na tabela de “Dividendos a receber”.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	351.348	293.688	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	771.267	1.742.502	-	-	26.447	77.470	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	6.579	-	-	-	-	-	-

A Cemig e suas controladas e controlada em conjunto aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.
Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Circulante								
Arrendamento operacional	-	-	27.157	25.607	-	-	(33.449)	(31.202)
Não circulante								
Arrendamento operacional	184.895	181.637	187.083	178.661	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado, com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), sendo reajustado anualmente pelo IPCA e tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 19 de setembro de 2023, o contrato de aluguel foi reajustado em 4,61%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Benefícios pós-emprego								
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	126.447	198.569	-	-	(279.644)	(284.818)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(81.127)	(79.997)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(39.611)	(36.076)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	2.230.095	2.119.052	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	230.336	218.040	-	-	(388.190)	(385.258)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	2.829.717	3.156.322	-	-	-	-

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:
(1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 15);
(2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

(3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
(4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 15).
Os detalhes acerca dos benefícios pós-emprego encontram-se presentes na nota explicativa nº 24.

Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cemig GT	-	-	1.565.563	1.406.958
Cemig D	-	-	1.499.524	1.183.846
Gasmig	-	-	-	55.170
Sete Lagoas Transmissora	-	-	3.801	3.801
Aliança Geração	-	126.634	-	-
Taesa	49.421	5.646	49.421	5.646
Cemig SIM	482	-	-	-
Outras	11	13.628	11	12
Total	**49.914**	**145.908**	**3.118.320**	**2.655.433**

A tabela acima indica a posição ativa da Companhia com suas as investidas em relação aos saldos de dividendos a receber. As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de coligadas e controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	31/12/2023	Vencimento
Norte Energia (NESA) (1)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.574.159	2042
Norte Energia S.A (NESA)/Light (2)	Coligada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Debêntures	82.405	2030
				3.340.178	

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis anuais da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	29.438	28.864
Participação nos resultados	6.765	6.239
Previdência privada	2.001	1.968
Planos de saúde e odontológico	212	241
Seguro de vida	28	46
Total	**38.444**	**37.358**

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários		10.602	10.602	379.390	379.390
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		5.477.162	5.477.162	4.812.880	4.812.880
Fundos vinculados		30.615	30.615	15.933	15.933
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)		13.366	13.366	13.366	13.366
Ativos financeiros da concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		805.571	805.571	944.090	944.090
Bonificação pela outorga – Concessões de geração		3.031.036	3.031.036	2.950.418	2.950.418
Contas a receber - FIP Melbourne		-	-	160.643	160.643
		9.368.352	**9.368.352**	**9.276.720**	**9.276.720**
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	1.342.145	1.342.145	1.345.175	1.345.175
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários	2	73.635	73.635	191.338	191.338
Letras Financeiras – Bancos	2	475.388	475.388	905.790	905.790
Letras Financeiras do Tesouro	1	214.357	214.357	401.659	401.659
		2.105.525	**2.105.525**	**2.843.962**	**2.843.962**
Instrumentos financeiros derivativos	2	368.051	368.051	702.734	702.734
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	1.920.068	1.920.068	1.406.597	1.406.597
Indenizações a receber – Geração	3	784.055	784.055	691.460	691.460
		5.177.699	**5.177.699**	**5.644.753**	**5.644.753**
		14.546.051	**14.546.051**	**14.921.473**	**14.921.473**
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos e debêntures		(9.831.139)	(9.831.139)	(10.579.498)	(10.579.498)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)		(90.293)	(90.293)	(251.401)	(251.401)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz		(520.898)	(520.898)	(545.196)	(545.196)
Concessões a pagar		(27.602)	(27.602)	(27.291)	(27.291)
Fornecedores		(3.016.696)	(3.016.696)	(2.832.049)	(2.832.049)
Passivo de arrendamento		(432.936)	(432.936)	(354.633)	(354.633)
		(13.919.564)	**(13.919.564)**	**(14.590.068)**	**(14.590.068)**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	(90.526)	(90.526)
Opções de venda (SAAG)	3	-	-	(672.416)	(672.416)
		-	**-**	**(762.942)**	**(762.942)**
		(13.919.564)	**(13.919.564)**	**(15.353.010)**	**(15.353.010)**

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

■**Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

■**Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

■**Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Técnica de avaliação – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição: os ativos de distribuição de energia elétrica são mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. Os ativos de distribuição de gás equivalem ao custo de construção atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, conforme determina o contrato de concessão. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 13.

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa 13.2.

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de swap foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 123,85% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 7,62%, CDI + 1,18% a CDI + 6,96%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Instrumentos financeiros

Opções de venda SAAG

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 10 de fevereiro de 2023, foi proferida a sentença do procedimento arbitral, condenando a Cemig GT ao pagamento integral relativo ao preço de exercício das opções constantes dos contratos.

Em 8 de maio de 2023, foi assinado o Instrumento de Transação ("Acordo"), entre a Cemig GT e as fundações de previdência complementar ("Fundações"), as quais participaram da estrutura de investimento na Usina de Santo Antônio por meio da SAAG (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto "Estrutura de Investimento").

O valor total do acordo foi de R$780 milhões, tendo sido liquidado pela Cemig GT em 12 de maio de 2023. Um efeito adicional de R$25 milhões, referente à variação do valor justo do passivo até a data de sua liquidação, foi registrado no segundo trimestre de 2023.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**636.292**
Variação do valor justo	36.124
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**672.416**
Variação do valor justo	57.801
Ativos correlatos (1)	50.131
Liquidação	(780.348)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**

(1) Com a aquisição das cotas então detidas pelas Fundações na Estrutura de Investimento, a Cemig GT passou a ser detentora dos ativos correlatos, que somam aproximadamente R$50 milhões. Esse montante está reconhecido na rubrica de Outros Créditos no Balanço Patrimonial.

Operações de Swap, opções de moeda e NDF

Considerando que parte dos empréstimos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap", opções de moeda e NDF) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal e juros).

O instrumento financeiro derivativo contratado tem o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os ganhos e perdas realizados nos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado	
					2023	2022
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R$ + 149,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US$120.000	96.820	184.548
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R$ + 125,54% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US$261.110	87.316	(53.612)
US$ variação cambial superior a R$5,0984	US$ variação cambial inferior a R$5,0984	16 de dezembro 2022	Balcão	US$280.000	-	32.014
US$ variação cambial superior a R$5,1110	US$ variação cambial superior a R$5,1110	13 de abril de 2023 05 de dezembro 2023	Balcão	US$392.344	(79.198)	-
US$ variação cambial superior a R$4,9675	US$ variação cambial superior a R$4,9675	05 de dezembro de 2023 19 de dezembro 2023	Balcão	US$376.550	(38.107)	-
					66.831	**162.950**

Em 2023 aconteceram as liquidações semestrais de juros do swap, com resultado negativo de R$98.815 e saída de caixa nesse mesmo valor (negativo de R$94.580 em 2022 e saída de caixa nesse mesmo valor). No mês de junho de 2023, ocorreu o desmonte parcial do hedge no montante de US$368.890 mil, com resultado positivo de R$282.951 e entrada líquida de caixa de R$240.508.

A Cemig GT contratou, em 13 de abril de 2023 e 14 de junho de 2023, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US$392 milhões, travando o dólar em R$5,1110, com vencimento em 5 de dezembro de 2023. Nesta mesma data foi contratada nova operação de curto prazo para um volume de US$376 milhões com vencimento em 19 de dezembro de 2023. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Foward), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Cemig GT uma taxa predeterminada no momento do vencimento. O resultado da liquidação das NDFs correspondeu a uma saída de caixa no montante de R$117.305.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$177.326 (ajuste negativo de R$437.887 em 31 de dezembro de 2022), registrado no resultado financeiro.

A Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 31/12/2023	Valor justo 31/12/2023	Valor conforme contrato 31/12/2022	Valor justo 31/12/2022
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R$ + 149,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US$120.000	190.876	161.465	428.134	272.846
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R$ + 125,54% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US$261.110	254.239	206.586	568.487	339.362
					445.115	**368.051**	**996.621**	**612.208**
Ativo circulante						**368.051**		**-**
Ativo não circulante						**-**		**702.734**
Passivo circulante						**-**		**(90.526)**

(1) Para a emissão original de US$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R$3,25/US$ e teto em R$5,00/US$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R$3,85/US$ e teto em R$5,00/US$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R$5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R$5,00, a Cemig GT desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Cemig GT está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL. Contudo, não protege a parcela de IRRF incidente sobre o pagamento dos juros.

(2) Em milhares de dólares americanos (US$).

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$368.051 (R$612.208 em 31 de dezembro de 2022), que seria uma referência caso a Cemig GT efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de dezembro de 2023. Porém, os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos bonds em dezembro de 2024 e representam o saldo contratual (accrual) de R$445.115 em 31 de dezembro de 2023 (R$996.621 em 31 de dezembro de 2022).

Risco de mercado e análise de sensibilidade

A Cemig GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros.

Com base nas curvas de dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de dezembro de 2024, seria afetado, positivamente, pelos instrumentos derivativos (*call spread*), ao fim do período contábil, em R$129.033. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R$497.084, referente à opção (*call spread*).

Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados na sequência desta nota explicativa. Os cenários para a análise de sensibilidade foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos, fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu) e fluxo de caixa.

Para o montante da dívida em moeda estrangeira da Cemig GT, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de swap cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal, de acordo com a política de hedge da Companhia. A exposição da Cemig GT aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foi descrita no tópico "Operações de Swap" desta nota explicativa.

Para a Cemig D, esse risco é mitigado por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida da Companhia em relação às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	31/12/2023		31/12/2022	
	Moeda estrangeira	R$	Moeda estrangeira	R$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos (nota 21)	(383.558)	(1.856.920)	(761.824)	(3.974.971)
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(49.528)	(239.780)	(52.440)	(273.618)
	(433.086)	**(2.096.700)**	**(814.264)**	**(4.248.589)**
Passivo líquido exposto		**(2.096.700)**		**(4.248.589)**

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2024 será uma valorização de 2,86% para o dólar norte-americano (R$4,98).

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	Valor contábil	Cenário provável Dólar R$4,98	Cenário adverso Dólar R$6
Dólar Norte-Americano			
Empréstimos (nota 21)	(1.856.920)	(1.910.120)	(2.301.349)
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(239.780)	(246.650)	(297.168)
Passivo exposto	**(2.096.700)**	**(2.156.770)**	**(2.598.517)**
Efeito da variação cambial		**(60.070)**	**(501.817)**

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico "Operações de Swap" desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais em 31 de dezembro de 2023. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 6) - CDI	1.342.145	1.345.175
Títulos e valores mobiliários (nota 7) - CDI/Selic	773.982	1.878.177
Indenizações a receber – Geração	784.055	691.460
Fundos vinculados - CDI	30.615	15.933
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 13)	805.571	944.090
	3.736.368	**4.874.835**
Passivos		
Empréstimos e debêntures – CDI (nota 19)	(3.508.445)	(2.041.000)
	(3.508.445)	**(2.041.000)**
Ativo líquido exposto	**227.923**	**2.833.835**

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 9,25% e a taxa TJLP será de 6,27% em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/12/2023	31/12/2024	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 9,25% TJLP 6,27%	Cenário adverso Selic 13,25% TJLP 7,27%
Ativos			
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras (nota 6)	1.342.145	1.466.293	1.519.979
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	773.982	845.575	876.535
Fundos vinculados	30.615	33.447	34.671
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 13)	805.571	880.086	912.309
	2.952.313	**3.225.401**	**3.343.494**
Passivos			
Empréstimos e debêntures – CDI (nota 21)	(3.508.445)	(3.832.976)	(3.973.314)
	(3.508.445)	**(3.832.976)**	**(3.973.314)**
Passivo exposto líquido	**(556.132)**	**(607.575)**	**(629.820)**
Efeito líquido da variação das taxas de juros		**(51.443)**	**(73.688)**

Risco de elevação da inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2023, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à inflação	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA	1.920.068	1.406.597
Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	3.031.036	2.950.418
	4.951.104	**4.357.015**
Passivos		
Empréstimos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 21)	(4.521.817)	(4.629.992)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 24)	(90.293)	(251.401)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 24)	(520.898)	(545.196)
Passivo de arrendamento	(432.936)	(354.633)
	(5.565.944)	**(5.781.222)**
Passivo líquido	**(614.840)**	**(1.424.207)**

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 4,23% e a taxa de IGPM será de 3,81% em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável, conforme abaixo:

Consolidado	31/12/2023	31/12/2024	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,23% IGPM 3,81%	Cenário adverso IPCA 6,86% IGPM 5,09%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA	1.881.509	1.961.097	2.010.119
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de Gás – IGPM	38.559	40.028	40.520
Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	3.031.036	3.159.249	3.238.222
	4.951.104	**5.160.374**	**5.288.861**
Passivos			
Empréstimos e debêntures- IPCA e IGP-DI (nota 21)	(4.521.817)	(4.713.090)	(4.830.904)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 24)	(90.293)	(94.112)	(96.465)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 24)	(520.898)	(542.932)	(556.504)
Passivo de arrendamento	(432.936)	(451.249)	(462.529)
	(5.565.944)	**(5.801.383)**	**(5.946.402)**
Passivo líquido	**(614.840)**	**(641.009)**	**(657.541)**
Efeito líquido da variação da inflação		**(26.169)**	**(42.701)**

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos ratings da Companhia e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos empréstimos e financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:											
- Pós-fixadas*											
Empréstimos e debêntures	45.000	2.346	398.205	62.091	2.151.605	767.751	6.313.928	1.090.901	1.140.097	95.581	**12.067.505**
Concessões a pagar	355	-	692	-	2.916	-	12.866	-	15.892	-	**32.721**
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 24)	14.874	441	30.297	669	46.378	451	-	-	-	-	**93.110**
Equacionamento de déficit do fundo de pensão Forluz (nota 24)	4.230	2.546	8.591	5.070	40.505	22.206	270.633	92.484	286.964	28.701	**761.930**
	64.459	**5.333**	**437.785**	**67.830**	**2.241.404**	**790.408**	**6.597.427**	**1.183.385**	**1.442.953**	**124.282**	**12.955.266**
- Pré-fixadas											
Fornecedores	2.853.441	-	163.255	-	-	-	-	-	-	-	**3.016.696**
Total	**2.917.900**	**5.333**	**601.040**	**67.830**	**2.241.404**	**790.408**	**6.597.427**	**1.183.385**	**1.442.953**	**124.282**	**15.971.962**

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Controladora	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:											
- Pós-fixadas*											
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 24)	732	22	1.491	33	2.282	22	-	-	-	-	**4.582**
Equacionamento de déficit do fundo de pensão Forluz (nota 24)	208	125	423	249	1.993	1.093	13.315	4.550	14.119	1.412	**37.487**
	940	**147**	**1.914**	**282**	**4.275**	**1.115**	**13.315**	**4.550**	**14.119**	**1.412**	**42.069**
- Pré-fixadas											
Fornecedores	317.721	-	2	-	-	-	-	-	-	-	**317.723**
Total	**318.661**	**147**	**1.916**	**282**	**4.275**	**1.115**	**13.315**	**4.550**	**14.119**	**1.412**	**359.792**

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 18.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas
As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas ("covenants"), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Mais detalhes na nota explicativa nº 21.
Risco de crédito
O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via "SMS", cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.
O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. O risco de crédito é reduzido para a Cemig D em função da grande pulverização de clientes.
O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2023, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, era de R$910.035 (R$820.324 em 31 de dezembro de 2022).
A Companhia e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, sendo ela constantemente atualizada. Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.
Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.
Como instrumento de gestão, a Companhia e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.
As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:
1. Classificação mínima de rating Nacional de Longo Prazo de "BBB" (bra), "brBBB" ou "Baa2"por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody´s ou Standard & Poor's,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.
A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição. Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R$5 bilhões e R$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R$2 bilhões e R$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R$800 milhões e R$2 bilhões	6%	5%	4%	-

1. O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.
2. Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.
Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:
1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos "Risco federal", "A1" e "A2" deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.
Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica
A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.
Risco de continuidade da concessão
O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.
O descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.
Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
Risco hidrológico
A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.
A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O MRE foi concebido para compartilhar entre seus integrantes os riscos financeiros associados à comercialização de energia pelas usinas hidráulicas despachados de modo centralizado pelo ONS.
A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.
d) Administração de capital
A Companhia possui a política de manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e para viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e a manutenção da sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais, buscando investir em projetos que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas na Estratégia de Longo Prazo, tendo como referência o custo de capital para os seus diversos negócios.
A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividido pelo Lajida ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumento derivativo de hedge. A Companhia tem como meta manter o endividamento consolidado líquido em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida ajustado.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e debêntures	9.831.139	10.579.498
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.537.482)	(1.440.661)
(-) Títulos e valores mobiliários	(773.982)	(1.878.177)
(-) Instrumento derivativo de hedge	(368.051)	(612.208)
Dívida líquida	**7.151.624**	**6.648.452**
Lajida ajustado	**8.078.467**	**6.928.227**
Dívida líquida / Lajida ajustado	**0,89**	**0,96**

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Total do passivo	30.344.887	31.887.571
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.537.482)	(1.440.661)
(-) Títulos e valores mobiliários	(773.982)	(1.744.546)
Passivo líquido	**28.033.423**	**28.702.364**
Total do patrimônio líquido	**24.655.193**	**21.783.266**
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	**1,14**	**1,32**

Política contábil
Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
Mensurados ao custo amortizado
Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:
- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- fundos vinculados;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia; e
- valores a receber de partes relacionadas.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:
- fornecedores;
- arrendamentos;
- empréstimos, financiamentos e debêntures;
- dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz); e
- subvenção de baixa renda;
- reembolso de subsídios tarifários; e
- concessões a pagar e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.
Estimativas e julgamentos
Valor justo por meio do resultado
Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.
Também enquadram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de energia e gás. Os ativos financeiros da concessão da distribuição de energia são mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras, enquanto aqueles vinculados à concessão de gás são mensurados pelo custo histórico atualizado pelo IGP-M, menos as baixas e substituições, que corresponde ao valor justo na data das demonstrações financeiras.
A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.
As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

32. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA
Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs
Em 17 de março de 2023, a Cemig GT publicou o edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, listadas abaixo, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da Horizontes Energia S.A., subsidiária integral da Cemig GT.

Empresa/Usina	Registro	Início da operação	Potência instalada (MW) (1)	Garantia física (MWm) (1)	Status operação comercial	Local
Cemig GT						
CGH Bom Jesus do Galho	Registro	1931	0,36	0,13	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Xicão	Registro	1942	1,81	0,61	Em operação	Minas Gerais
CGH Sumidouro	Registro	1954	2,12	0,53	Em operação	Minas Gerais
PCH São Bernardo	Concessão	1948	6,82	3,42	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Marta	Registro	1944	1,00	0,58	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Luzia	Registro	1958	0,70	N/A Geração: 0,28	Em operação	Minas Gerais
CGH Salto Morais	Registro	1957	2,39	0,60	Em operação	Minas Gerais
PCH Rio de Pedras	Concessão	1928	9,28	2,15	Em operação	Minas Gerais
CGH Pissarrão	Registro	1925	0,80	0,55	Em operação	Minas Gerais
CGH Lages	Registro	1955	0,68	N/A Geração: 0,32	Em operação	Minas Gerais
CGH Jacutinga	Registro	1948	0,72	0,57	Em operação	Minas Gerais
CGH Anil	Registro	1964	2,06	1,10	Em operação	Minas Gerais
Horizontes						
CGH Salto do Paraopeba	Autorização	1955	2,46	2,21	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Salto Passo Velho	Autorização	2001	1,80	1,64	Em operação	Santa Catarina
PCH Salto Voltão	Autorização	2001	8,20	7,36	Em operação	Santa Catarina
Total			**41,20**	**22,05**		

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Em março de 2023, os ativos foram transferidos para o ativo circulante mantido para venda, nos termos do CPC 31/ IFRS 5. Não há ganhos ou perdas acumulados incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda e não existem passivos associados ao ativo mantido para venda.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Concluiu-se que os ativos classificados como mantidos para venda não se enquadram no conceito de operações descontinuadas, nos termos do item 32 do CPC 31/IFRS 5, uma vez que não representam uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações, tampouco constituem uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.
Em 10 de agosto de 2023, a Companhia realizou o leilão público visando à alienação em lote único desses ativos. O lance vencedor foi de R$100,5 milhões, o que representa um ágio de 108,6% em relação ao preço mínimo de R$48,2 milhões.
O valor contábil das usinas no grupo do ativo mantido para venda em 31 de dezembro de 2023 é conforme segue:

Usina	Valor ativo mantido para venda em 31/12/2023
Cemig GT (1) (2)	**45.663**
CGH Bom Jesus do Galho	110
CGH Xicão	8.200
CGH Sumidouro	1.906
PCH São Bernardo	5.959
CGH Santa Marta	249
CGH Santa Luzia	1.050
CGH Salto Morais	810
PCH Rio de Pedras	21.640
CGH Pissarrão	1.474
CGH Lages	948
CGH Jacutinga	1.603
CGH Anil	1.714
Horizontes (2)	**12.203**
CGH Salto do Paraopeba	-
CGH Salto Passo Velho	2.827
PCH Salto Voltão	9.376
Total	**57.866**

Em 13 de setembro de 2023, a Cemig GT e sua subsidiária integral Horizontes, assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ativos ("CCVA") com a Mang Participações e Agropecuária LTDA ("MANG"), vencedora do leilão. A alienação foi concluída em 29 de fevereiro de 2024, após cumpridas todas as condições precedentes do CCVA. O valor recebido pela venda foi de R$101 milhões. Os efeitos contábeis dessa transação serão refletidos no primeiro trimestre de 2024.
A alienação visa atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a melhor alocação de capital.

Política contábil

A Companhia e suas controladas classificam um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo.
O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados enquanto estiverem classificados como mantidos para venda. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.

Estimativas e julgamentos

São mensurados pela menor quantia entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

33. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, que incluem, principalmente, compra de energia elétrica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Compra de energia elétrica de itaipu	1.096.139	1.096.139	1.096.139	1.096.139	1.096.139	20.826.635	**26.307.330**
Compra de energia - leilão	4.661.462	4.098.697	4.217.557	4.342.094	4.575.134	61.219.606	**83.114.550**
Compra de energia - bilaterais	490.920	319.059	99.133	20.011	-	-	**929.123**
Cotas usinas Angra 1 e Angra 2	384.274	383.224	383.224	385.149	386.274	7.224.526	**9.146.671**
Transporte de energia elétrica de Itaipu	247.581	258.150	265.833	273.897	250.799	4.555.281	**5.851.541**
Outros contratos de compra de energia	5.431.228	5.008.941	4.285.079	4.071.063	2.814.061	25.998.788	**47.609.160**
Cotas de garantias físicas	833.525	737.747	659.439	581.132	581.181	10.698.685	**14.091.709**
Total	**13.145.129**	**11.901.957**	**11.006.404**	**10.769.485**	**9.703.588**	**130.523.521**	**187.050.084**

(1) Montantes apresentados pelo valor presente em 31 de dezembro de 2023.

Os fluxos de pagamentos de arrendamentos, empréstimos e fornecedores estão apresentados nas notas explicativas 18 e 31.

34. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que, por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente à gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.
Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Relatório Final dos trabalhos da CPI e encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados.
Em agosto de 2023, os promotores naturais do Ministério Público de Minas Gerais decidiram pelo arquivamento dos Inquéritos Civis Públicos que investigavam fatos narrados na referida CPI. As decisões constataram a regularidade dos atos de gestão da Cemig. Por outro lado, encontram-se pendentes a homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público de Minas Gerais e a conclusão da investigação em relação ao contrato do IBM pela Polícia Civil-MG.
Ressalta-se que quanto aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares, não tendo sido identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Antecipação CDE

Em 09 de fevereiro de 2024, a Cemig D celebrou o instrumento particular de contrato de cessão de créditos sem coobrigação com o Banco Safra para antecipação de três parcelas vincendas de recebíveis da CDE entre março e maio de 2024, no valor de R$101.458 cada, totalizando R$304.374. O total recebido em 09 de fevereiro de 2024 foi de R$297.309. Os pagamentos ao Banco Safra ocorrerão à medida do recebimento do recurso original pela CCEE à Cemig D.

Emissão de debêntures

Em 13 de março de 2024, a Companhia divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de dois milhões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em até 2 séries, da 10ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de dois bilhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.
Em 15 de março de 2024, a Companhia concluiu a liquidação financeira da 10ª emissão de debêntures em duas séries, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig. Foram emitidas dois milhões de debêntures, caracterizados como "títulos ESG de uso de recursos – sustentáveis", perfazendo o valor total de dois bilhões de reais, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	400.000	R$ 400.000.000,00	CDI + 0,80%	5 anos	48º e 60º meses
2ª	1.600.000	R$ 1.600.000.000,00	IPCA + 6,1469%	10 anos	96º, 108º e 120º meses

Os recursos líquidos obtidos pela Cemig D com essa emissão serão destinados à recomposição de caixa, compreendendo, mas não se limitando, à sua operação e ao reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, abrangendo projetos que envolvam questões sociais e ambientais.
Por fim, informa-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AA+(bra) à Emissão.

Aumento de capital social – Proposta da Administração

Considerando que, em 31 de dezembro de 2023, o capital social era R$11.006.853 e o saldo das reservas de lucros, excluindo as reservas de incentivos fiscais e reserva de lucros a realizar, alcançou o montante de R$11.993.265, excedendo o capital social em R$986.412, o Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a proposta de aumento do capital social, conforme artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1.976 (Lei 6.404/76).
Será proposto um aumento de capital social através da capitalização do saldo de R$1.856.628 da reserva de capital e R$1.445.428 da reserva de retenção de lucros, por meio de bonificação de ações, com emissão total de 660.411.207 de novas ações, ao valor nominal de R$5,00 (conforme Estatuto Social), sendo 220.754.287 ações ordinárias e 439.656.920 ações preferenciais. O capital social passará de R$11.006.853 para R$14.308.909.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

Em 21 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de JCP relativos ao exercício de 2024, no montante de R$386.337, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2025 e a segunda até 30 de dezembro de 2025, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 26 de março de 2024.
Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os Juros sobre Capital Próprio aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Leonardo George de Magalhães
Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Vice-Presidente Jurídico

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidente de Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente de Participações

Thadeu Carneiro da Silva
Vice-Presidente sem denominação

Dimas Costa
Vice-Presidente de Comercialização

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-O4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica

Veja as notas explicativas 13, 14 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente e a partir da efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A mensuração e classificação contábil dos bens referentes à infraestrutura de concessão entre ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível, durante o processo de construção e quando da entrada em operação, envolve complexidade e julgamentos por parte da Companhia e pode impactar os saldos destes ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por estas razões, bem como pelos valores e divulgações envolvidos, consideramos esse assunto relevante em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados ao reconhecimento e a mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível; - Recálculo da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, que foram capitalizados ao longo do exercício; - Inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para o ativo de contrato e avaliação se sua classificação foi apropriada; - Obtenção da base de ativos homologado na última Revisão Tarifária Periódica e comparação com a base de ativos da Companhia; - Recálculo do valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão relacionado à infraestrutura, considerando os índices que afetam a atualização do valor dos ativos que compõem a base de remuneração homologada pelo regulador nas últimas revisões tarifárias e os itens que foram adicionados após a homologação da revisão tarifária; - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo reconhecido em ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC/RCA 200-75/109
CNPJ nº 17.155.730/0001-64
Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a nota explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados. A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração na determinação das premissas atuariais, sendo as principais: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia e suas controladas contratam atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde. Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários; - Avaliação do escopo, da independência, da competência, das qualificações profissionais, das experiências e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas; - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG
Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECERES E DECLARAÇÕES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2023 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 21-03-2024. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2023, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 21-03-2024, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

Gustavo de Oliveira Barbosa – Presidente
Pedro Bruno Barros de Souza – Conselheiro
Lucas de Vasconcelos Gonzalez – Conselheiro
Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira
João Vicente Silva Machado – Conselheiro

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA

Declaramos para os devidos fins, que, em 19.03.2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2023 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024.
Reynaldo Passanezi Filho – Presidente
Dimas Costa – Vice-presidente de Comercialização
Leonardo George de Magalhães – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva – Vice-presidente Cemig Geração e Transmissão
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente Cemigpar
Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente sem denominação específica
Cristina Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente Jurídico

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 19.03.2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024.
Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente
Dimas Costa – Diretor de Comercialização
Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Marco da Camino Ancona Lopes Soligo – Diretor da CemigPar
Marney Thadeu Antunes – Diretor da Cemig Distribuição

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 21 DE MARÇO DE 2024

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de Compliance da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do "background check" de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto pelo coordenador Pedro Carlos de Mello, pelos membros Roberto Tommasetti, e Roberto Cesar Guindalini, este a partir de 06.02.2024. Compuseram o Comitê de Auditoria Estatutário em 2023, Afonso Henriques Moreira Santos (até o dia 31.01.2024) e Márcio de Lima Leite (até o dia 04.05.2023).

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2023

No ano de 2023, o Comitê reuniu-se em 30 (trinta) ocasiões e mais 5 (cinco) vezes no início do primeiro semestre de 2024, além de 11 (onze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2023 e 1 (uma) em 2024. Foram realizadas 5 (cinco) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2023 e 1 (uma) no início do primeiro semestre de 2024. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 12 (doze) reuniões com a participação dos auditores externos, KPMG - Auditores Independentes Ltda., para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos à contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contatos regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria Adjunta de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos-DCI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna - AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2023.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

COMITÊ DE AUDITORIA

PEDRO CARLOS DE MELLO – Coordenador
ROBERTO CESAR GUINDALINI - Membro
ROBERTO TOMMASETTI - Membro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 80, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2024, da proposta de orçamento de capital consolidado para o exercício de 2024, em milhares de Reais. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R$2.295.105 da retenção de lucros do exercício de 2023.

Investimentos planejados para 2024	
Distribuição	
Programa de Desenvolvimento da Distribuição – PDD	4.154.006
Infraestrutura e outros	276.694
	4.430.700
Geração	
Expansão	116.220
Sistema elétrico de geração	100.666
Infraestrutura e outros	35.453
Subsidiárias	321.130
	573.469
Transmissão	
Reforços e melhorias	269.068
Infraestrutura e outros	26.608
Subsidiárias	38.240
	333.916
Holding	**6.640**
Total	**5.344.725**

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição ("Companhia" ou "Cemig D") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Também são apresentadas as declarações dos vice-presidentes que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em nosso encontro anual com os investidores em março de 2023, demos destaque em nossos objetivos de acelerar o processo de transformação da Cemig D, com criação de valor aos acionistas e sociedade. Entendemos que esses objetivos somente são alcançados através de uma gestão sustentável, buscando sempre a maximização dos resultados e com foco no cliente.

Nossos resultados em 2023 são uma evidência do acerto na implementação de nossa estratégia. Obtivemos um lucro líquido de R$1.6 bilhão, um crescimento de 264% em relação a 2022, e um Lajida de R$3,1 bilhões, um aumento expressivo de 41%.

No que se refere a gestão da nossa dívida, nossa alavancagem financeira, medida pela relação Dívida Líquida/Lajida ajustado fechou o ano em 1,77 vezes, o que dá espaço para alavancarmos o relevante programa de investimentos previstos para os próximos anos e ao mesmo tempo, manter uma remuneração adequada e atrativa aos nossos acionistas.

Em 2023, investimos o expressivo montante de R$3,17 bilhões, que serão incorporados na Base de Remuneração Regulatória - BRR na próxima revisão tarifária, mas com efeitos positivos imediatos no crescimento do mercado e qualidade do atendimento aos nossos clientes.

Obtivemos êxito pela revisão tarifária em maio de 2023, com o reconhecimento integral em nossa BRR dos investimentos que fizemos no último ciclo tarifário, de 2018 a 2023. Estamos confiantes no crescimento expressivo dos resultados da Cemig D para os próximos anos, considerando os investimentos relevantes previstos para o próximo ciclo tarifário, de 2023 a 2028, ressaltando mais uma vez a importância desses investimentos para os nossos clientes, que passarão a ter acesso a maior oferta de energia e com maior qualidade.

Mais uma vez tivemos as nossas despesas operacionais totalmente cobertas pelas tarifas, também apresentando Lajida superior às referências regulatórias, resultados também esperados para 2024.

A Cemig, nossa controladora, é uma empresa reconhecida pela sociedade pela sustentabilidade de suas operações, com 100% de geração de energia de fontes renováveis e participante dos principais índices de sustentabilidade em nível internacional e nacional, sendo a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade e de forma consecutiva há 24 anos.

Todos esses resultados que estamos apresentando nos últimos anos nos trazem otimismo com o futuro, que estamos no caminho certo e que a estratégia que adotamos de focar os investimentos em Minas Gerais, em negócios onde temos o controle das operações, com disciplina na alocação de capital e eficiência operacional vem se mostrando acertada, com benefícios para a sociedade e criação de valor para os nossos acionistas.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas, na soma de esforços para garantir o protagonismo da Cemig D no setor elétrico brasileiro.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país, sendo a maior distribuidora da América Latina.

Sua área de concessão abrange 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, com 551.379 km de redes de distribuição, sendo 129.704 km em área urbana, 421.675 km de redes rurais e 19.156 km de linhas de distribuição, atendendo a um mercado de 9.215 mil clientes em 2023.

A Cemig D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 1.180 mil consumidores neste perfil, o que representa, aproximadamente, 16% do total de consumidores faturados na classe residencial.

Nossa missão, visão e valores

Princípios Éticos e Código de Conduta Cemig

Código de Conduta Cemig

O novo Código de Conduta Cemig (http://ri.cemig.com.br) foi revisto e construído com a participação de colaboradores de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são o respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, colaboradores, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do "Código de Conduta Cemig" (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada por meio do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, através de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do "Código de Conduta Cemig".

NOSSO NEGÓCIO

Área de atuação

Linhas e redes de distribuição

No gráfico a seguir podemos observar o crescimento das linhas e redes de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.

AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2023 começou sob a expectativa de baixo crescimento e inflação anual superior a 5% (Pesquisa Focus indicavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente). A perspectiva era de que a recomposição tributária afetaria preços administrados (especialmente combustíveis), mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa (2,9% e 4,5%, respectivamente, de acordo com a pesquisa Focus mais recente).

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como para a brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2pp) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A oferta agrícola também ajudou a reduzir dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos. Em 2023 houve deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA (-0,58%). Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,12%), a inflação encerrou o ano em 4,62%, dentro do intervalo de metas (cujo teto é 4,75%).

O processo de desaceleração da inflação no ano, com sinais de descompressão dos núcleos de preços, permitiu o início da redução da taxa Selic pelo Comitê de Política Monetária – a taxa iniciou o ano em 13,75% e terminou o ano no patamar de 11,75%.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no final do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a simplificação do sistema, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu upgrade da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Mercado livre de energia

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, ou seja, de alta e média tensão, poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN (Sistema Interligado Nacional), sendo que os consumidores com carga individual inferior a 500kw precisarão ser representados por agente varejista perante a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os consumidores que optarem pela migração ao mercado livre de energia irão realizar o pagamento do serviço de distribuição de energia e os encargos relacionados ao serviço de distribuição para o concessionário de distribuição da sua localidade, e irão realizar o pagamento do consumo de energia elétrica e os tributos incidentes para o comercializador de energia escolhido.

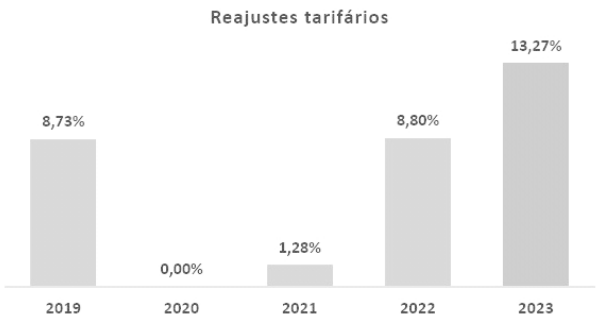
Reajuste tarifário anual

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente em 28 de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 23 de maio de 2023, a Aneel homologou o resultado da Quinta Revisão Tarifária periódica da Cemig Distribuição, para vigência no período de 28 de maio de 2023 a 27 de maio de 2024, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 13,27%. Para os consumidores residenciais (B1) o impacto médio foi de 14,91%.

Na composição do reajuste homologado, a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, representou 0,66%, e a variação dos custos não controláveis, já considerada a devolução parcial dos créditos de Pasep/Cofins, contribuíram com os demais 12,61%.

A remuneração do capital sofreu variação de 15,5% em relação aos valores hoje existentes nas tarifas. Esse acréscimo se deve, principalmente, do incremento da Base de Remuneração Líquida, em vista dos investimentos realizados pela Cemig Distribuição desde sua última revisão tarifária.



Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 26% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 74% são repassados para cobrir custos não gerenciáveis pela Companhia, com destaque para a compra de energia e tributos.

Critérios de eficiência

Uma das exigências do contrato de concessão da Cemig D está associada ao cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão. Eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR[1] (-) juros da dívida[2] ≥ 0; e,
- {Dívida líquida[4] / [LAJIDA[3] (-) QRR]} ≤ 1 / (111% da Selic) (até o término de 2028).

1. 'QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;
2. Dívida líquida x 111% da Selic;
3. Lajida calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;
4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Balanço energético

Em MWh	2023	2022	2021	2020	2019
Venda de energia	**28.114.542**	**26.628.031**	**26.137.805**	**25.357.962**	**25.600.022**
Fornecimento	28.114.542	26.628.031	26.137.805	25.357.962	25.600.022
Suprimento p/ agentes distribuição		-	-	-	-
Consumidores Livres / Dist. / Ger.	23.919.345	22.779.582	22.356.887	20.195.618	19.350.933
Mercado atendido	**52.033.887**	**49.407.613**	**48.494.692**	**45.553.580**	**44.950.955**
Perdas na rede básica	**419.740**	**501.407**	**470.140**	**466.904**	**508.504**
Perdas na distribuição	**6.239.227**	**6.172.362**	**6.135.258**	**6.545.110**	**7.004.818**
Perdas técnicas	4.842.855	4.872.141	4.788.861	4.566.971	4.414.282
Perdas não técnicas - PNT	1.396.372	1.300.221	1.346.397	1.978.139	2.590.536
PNT / energia requerida total %	2,40%	2,32%	2,40%	3,76%	4,94%
Perdas totais - PT	**6.658.967**	**6.673.769**	**6.605.398**	**7.012.014**	**7.513.322**
PT / energia requerida total %	11,30%	11,90%	11,99%	13,34%	14,32%
Energia requerida total	**58.692.854**	**56.081.382**	**55.100.090**	**52.565.594**	**52.464.277**

Número de consumidores por categoria

Classe	Número de Consumidores				
	2023	2022	2021	2020	2019
Clientes Cativos					
Residencial	7.725.836	7.501.704	7.297.174	7.113.837	6.966.696
Industrial	28.437	29.201	29.580	29.525	29.875
Comercial	943.831	948.615	793.708	776.942	805.811
Rural	422.829	462.142	673.008	688.201	647.064
Poder público	69.670	69.302	67.584	66.388	66.855
Iluminação pública	6.659	7.194	6.831	6.144	6.677
Serviço público	13.703	13.586	13.678	13.676	11.906
Subtotal	**9.210.965**	**9.031.744**	**8.881.563**	**8.694.713**	**8.534.884**
Variação %	**1,98**	**1,69**	**2,15**	**1,87**	**1,52**
Clientes Livres					
Industrial	1.221	1.079	965	847	707
Comercial	1.714	1.462	1.263	907	724
Rural	22	14	23	17	7
Serviço Público	22	12	6	-	-
Concessionária (Distribuidora)	8	3	3	3	3
Subtotal	**2.987**	**2.570**	**2.260**	**1.774**	**1.441**
Total (*)	**9.213.952**	**9.034.314**	**8.883.823**	**8.696.487**	**8.536.325**
Variação %	**1,99**	**1,69**	**2,15**	**1,88**	**1,52**

* Exclui o consumo próprio.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado do exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2023, lucro de R$1.607 milhões em comparação a R$443 milhões no exercício de 2022. As principais variações na comparação dos resultados de 2023 e 2022 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R$ milhões	Nota	2023	2022	Var %
Lucro líquido do exercício		1.611	443	263,66
Despesa com imposto de renda e contribuição social	9c	405	(67)	-
Resultado financeiro líquido	27	253	1.115	-
Amortização	26c	834	738	13,01
= Lajida (1)		**3.103**	**2.229**	**39,21**
Pós emprego - Cemig Saúde	22	(34)	-	-
Devolução de Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS		-	830	-
TARD relacionado a uso de infraestrutura		-	(145)	-
Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR		-	(42)	-
Provisões Tributárias - Indenização do Anuênio		-	98	-
Alteração na estimativa das perdas de créditos esperadas		-	(131)	-
Ganho no MVE - Mecanismo de Venda de Excedentes, líquido de tributos		-	(204)	-
= Lajida ajustado (2)		**3.069**	**2.635**	**16,47**

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Resolução CVM 156/2022, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas políticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

(2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Resolução CVM 156/2022, excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre

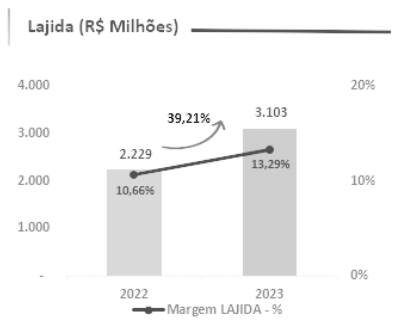
Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

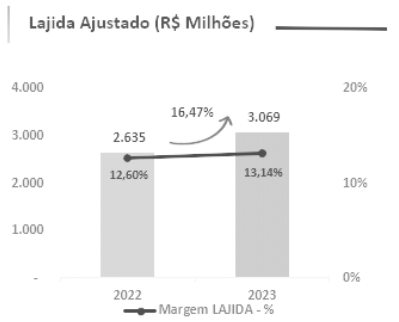
CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

o potencial de geração bruta de caixa, uma vez que são extraordinários.





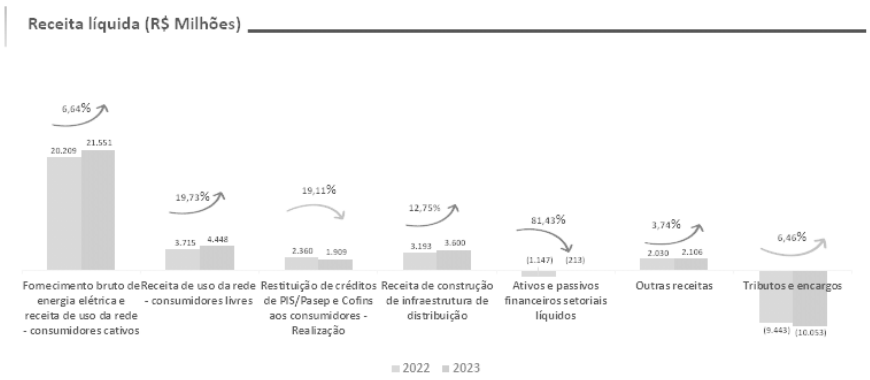
O Lajida da Companhia, calculado de acordo com a Resolução CVM 156/2022, apresentou um aumento de 39,21% no exercício de 2023 em comparação ao exercício 2022, sendo de R$3.103 no exercício de 2023 e R$2.229 no exercício anterior. A margem do Lajida passou de 10,66% em 2022 para 13,26% em 2023.

O Lajida Ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes aumentou 16,47% no exercício de 2023 em comparação ao exercício de 2022, sendo de R$3.063 no exercício de 2023 e R$2.635 no exercício anterior. A sua margem passou de 12,60% em 2022 para 13,14% em 2023.

Receita líquida

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2023	2022
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	21.551	20.209
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	1.909	2.360
Receita de uso da rede - consumidores livres	4.448	3.715
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos	(213)	(1.147)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	3.600	3.193
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores	-	(830)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	149	39
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(139)	(94)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	(4)	453
Outras receitas operacionais	2.100	2.462
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas	(10.053)	(9.443)
	23.348	**20.919**



Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$21.551 milhões em 2023, em comparação a R$20.209 milhões no exercício de 2022, representando um aumento de 6,64%.

	2023			2022			Variações (%)	
	MWh(1)	R$ milhões	Preço Médio MWh Faturado (R$/MWh) (2)	MWh	R$ milhões	Preço Médio MWh Faturado (R$/MWh) (2)	MWh	R$ milhões
Residencial	12.092.422	10.794	892,63	11.216.803	10.133	903,38	7,81	6,52
Industrial	1.297.599	1.174	904,75	1.532.562	1.240	809,10	(15,33)	(5,32)
Comércio, serviços e outros	4.380.051	5.019	1.145,88	4.541.506	5.024	1.106,24	(3,56)	(0,10)
Rural	3.003.978	2.224	740,35	3.061.899	2.041	666,58	(1,89)	8,97
Poder público	955.889	786	822,27	855.672	660	771,32	11,71	19,09
Iluminação pública	1.055.562	498	471,79	1.138.039	535	470,11	(7,25)	(6,92)
Serviço público	1.045.141	744	711,87	1.400.256	841	600,60	(25,36)	(11,53)
Subtotal	**23.830.642**	**21.239**	**891,25**	**23.746.737**	**20.474**	**862,18**	**0,35**	**3,74**
Consumo próprio	29.703	-	-	30.942	-	-	(4,00)	-
Suprimento a outras Concessionárias (3)	-	172	-	-	60	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	140	-	-	(325)	-	-	-
Total	**23.860.345**	**21.551**	**-**	**23.777.679**	**20.209**	**-**	**0,35**	**6,64**

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.
(2) O preço médio não inclui a receita com consumo próprio, receita de suprimento a outras Concessionárias e fornecimento não faturado.
(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

As principais variações no fornecimento de energia estão descritas a seguir:

Residencial

A quantidade de energia faturada residencial aumentou 7,81% no exercício de 2023 em comparação ao exercício anterior. Este aumento está relacionado, entre outros, aos seguintes fatores:
I) aumento de 3,00% na quantidade de consumidores;
II) aumento de 4,60% no consumo médio mensal por consumidor (passando de 124,6 kWh/mês no exercício de 2022 para 130,4 kWh/mês em 2023;
III) temperaturas mais elevadas;
IV) ações de recuperação de perda.

Industrial

A redução de 15,33% na quantidade de energia faturada para os consumidores industriais deve-se, principalmente, à migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre e para mini e micro geração distribuída .

Poder Público

A energia faturada aumentou 11,71% no exercício de 2023 em comparação ao exercício anterior, devido principalmente à lenta recuperação no nível de consumo dessa classe após a pandemia de Covid-19, o que fez com que o exercício anterior ainda estivesse com baixo nível de consumo.

Serviços Públicos

A quantidade de energia faturada reduziu 25,36% no exercício de 2023 em comparação ao exercício anterior devido, principalmente, à migração de algumas instalações de grande cliente do setor de água e esgoto para o ambiente livre.

Iluminação Pública

A quantidade de energia faturada reduziu 7,25% no exercício de 2023 em comparação ao exercício anterior devido, à substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de LED.

Adicionalmente aos comentários acima, deve ser também destacada a redução significativa do ICMS constante das tarifas de energia elétrica a partir do segundo semestre de 2022 até fevereiro de 2023. A Lei Complementar 194/2022 retirou da base de cálculo do ICMS os encargos de transmissão e distribuição, porém, em fevereiro de 2023, o Decreto 45.572/2023 voltou com estes encargos para a base de cálculo do tributo.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2023, essa receita correspondeu ao montante de R$4.448 milhões, comparada a R$3.715 milhões em 2022, representando um aumento de 19,73%. Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos na base de cálculo do ICMS citados acima, bem como do aumento de 1,62% na tarifa média sobre os clientes livres no exercício de 2023, comparado ao exercício de 2022. Adicionalmente, verificou-se um aumento de 4,62% na energia transportada exercício de 2023, em comparação ao exercício anterior.

	MWh(1)		
	2023	2022	Var %
Industrial	20.996.914	20.666.410	1,60
Comercial	2.035.821	1.760.697	15,63
Rural	45.673	40.142	13,78
Serviço Público	439.225	13.130	3.245,20
Poder Público	1.622	2.662	(39,07)
Concessionárias	317.569	300.924	5,53
Total de energia transportada	**23.836.824**	**22.783.965**	**4,62**

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

Em 2023, foi reconhecida uma redução de receita no montante de R$213 milhões, em comparação à redução de receita de R$1.147 milhões reconhecida em 2022. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia comprada para revenda e dos encargos de uso da Rede Básica, aliado à redução de receita obtida pelo Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE.

Ver mais informações na nota explicativa nº 12b destas demonstrações financeiras.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização

A Companhia registrou um ajuste na receita referente à realização da restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores no montante de R$1.909 milhões em 2023, em comparação ao montante de R$2.360 milhões em 2022. Essa recomposição da receita decorre da Cemig considerar o desconto dos valores que estão sendo devolvidos aos consumidores referente aos créditos de Pis/Pasep e Cofins. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R$3.600 milhões em 2023, comparadas a R$3.193 milhões em 2022, demonstrando um aumento de 12,75%. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Companhia em relação ao exercício anterior, destacando-se a realização de um grande volume de obras de atendimento a clientes, em função do aquecimento do mercado, em especial do agronegócio, e a alta dos preços dos insumos das obras (materiais e serviços). Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R$10.053 milhões em 2023 comparados a R$9.443 milhões em 2022, representando um aumento de 6,46%. Essa variação decorre, substancialmente, da variação na base de cálculo do ICMS, ocorrida nos exercícios comparados, para todas as classes de consumo, conforme já mencionado.

Custos e despesas

Os custos e despesas foram de R$21.079 milhões em 2023, comparados a R$19.427 milhões em 2022, representando um aumento de 8,50%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas podem ser obtidas na nota explicativa nº 26 destas demonstrações financeiras.

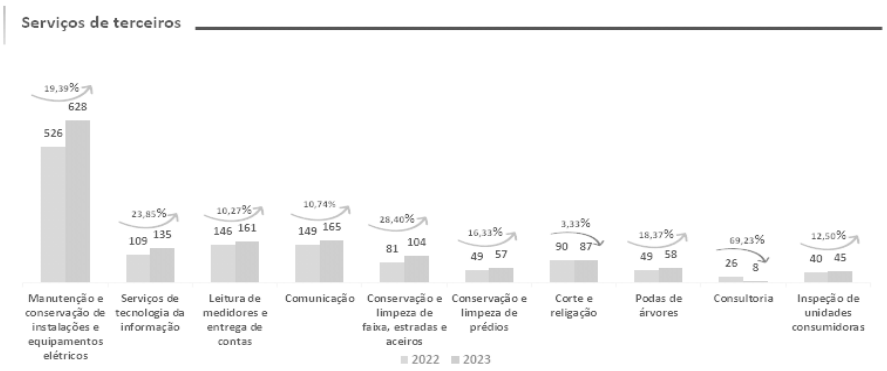
Participação de colaboradores e administradores no resultado

A despesa com participação dos colaboradores e administradores no resultado foi de R$102 milhões no exercício de 2023, comparada a R$40 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 155%. Esta variação decorre, basicamente, da adesão total dos sindicatos ao acordo coletivo de 2023 comparativamente a 2022, ano em que alguns sindicatos não aderiram ao acordo.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional de 2023 foi uma despesa no montante de R$400 milhões, em comparação a uma despesa de R$420 milhões em 2022. Essa variação decorre, principalmente, da adesão voluntária dos funcionários ativos ao novo plano de saúde, denominado Plano Premium, ofertado pela Companhia (mais detalhes na nota explicativa nº 22 destas demonstrações financeiras).

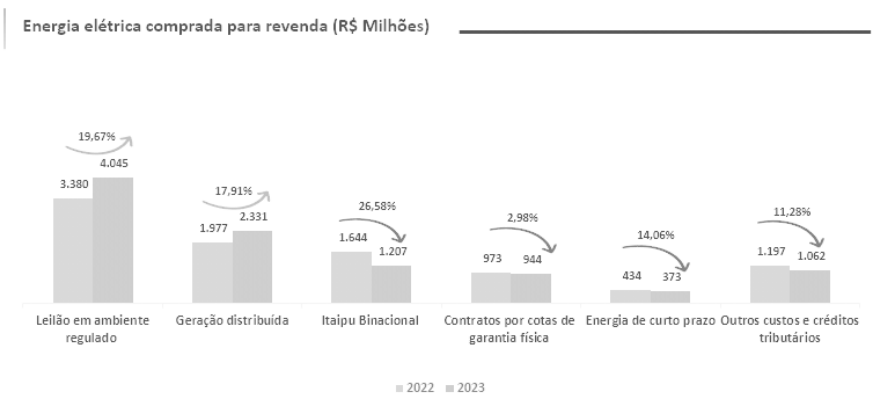
Serviços de terceiros



A despesa com serviços de terceiros foi de R$1.614 milhões no exercício de 2023, comparada ao montante de R$1.420 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 13,66%. Os principais fatores que impactaram essa despesa foram:

- aumento de 19,39% na despesa com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R$628 milhões no exercício de 2023, comparada a R$526 milhões no exercício anterior. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento de aproximadamente 18% no valor do serviço contratado, somado ao aumento da terceirização do serviço;
- aumento de 23,85% na despesa com serviços de tecnologia da informação, sendo de R$135 milhões no exercício de 2023, comparada a R$109 milhões no exercício anterior. Essa variação decorre, principalmente, do fortalecimento das práticas de cibersegurança e resiliência dentro do escopo do plano estruturante de transformação digital da Cemig, e do início do serviço de um Centro de operações de Segurança Cibernética para realizar o monitoramento e a defesa cibernética do ambiente de tecnologia da informação;
- aumento de 28,39% na despesa com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros, sendo R$104 milhões no exercício de 2023, comparada a R$81 milhões no exercício anterior, e aumento de 18,37% na despesa com podas de árvores sendo R$58 milhões no exercício de 2023 comparado a R$49 milhões no exercício anterior. Ambas as variações decorrem principalmente do aumento do preço do serviço em 2023;
- redução de 69,23% na despesa com consultoria, sendo de R$8 milhões no exercício de 2023, comparada a R$26 milhões no exercício anterior. Essa variação decorre da contratação, em 2022, de serviços de consolidação e acompanhamento da implantação do orçamento base zero na Companhia;
- aumento de 12,50% na despesa com inspeção de unidades consumidoras sendo de R$45 milhões no exercício de 2023 comparado a R$40 milhões no exercício anterior. Essa variação decorre principalmente do aumento da quantidade de inspeções com o objetivo de combater as perdas comerciais bem como do aumento do custo do serviço.
- redução de 50% na despesa com manutenção e conservação de veículos, sendo de R$4 milhões no exercício de 2023 comparada a R$8 milhões no exercício anterior. Essa variação decorre da aquisição de 312 caminhões novos no exercício de 2022, em substituição à frota obsoleta de caminhões em operação. Tal operacionalização demandou a transposição e manutenção de equipamentos hidráulicos instalados nos caminhões antigos.

Energia elétrica comprada para revenda



O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R$9.589 milhões em 2023, comparado a R$9.171 milhões em 2022, representando um aumento de 4,56%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 19,67% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R$4.045 milhões no exercício de 2023, comparado a R$3.380 milhões em 2022. Esse aumento é reflexo dos reajustes contratuais anuais, atrelados ao IPCA, e da entrada de novos contratos;
- aumento de 17,91% no custo com geração distribuída, sendo de R$2.331 milhões no exercício de 2023 comparado a R$1.977 milhões em 2022. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (249.241 em dezembro de 2023, comparada a 191.153 em dezembro de 2022) e do aumento na quantidade de energia injetada (4.720 GWh no exercício de 2023, comparado a 3.041 GWh no exercício de 2022);
- redução de 26,58% no custo com energia binacional de Itaipu, sendo de R$1.207 milhões no exercício de 2023, comparado a R$1.644 milhões em 2022. Essa variação decorre, principalmente, da redução de 35% no preço da demanda de Itaipu, em dólar, de US$24,73KW no exercício de 2022 para US$16,19KW(abril de 2023) e nova alteração regulatória para US$20,23 em maio de 2023, definida por resolução.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 26a destas demonstrações financeiras.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R$3.067 milhões em 2023, comparado a R$2.767 milhões em 2022, representando um aumento de 10,84%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela maior necessidade de despachos térmicos em 2023 em decorrência de altas temperaturas, além da entrada em operação dos contratos de energia de reserva decorrentes do Procedimento Competitivo Simplificado de 2021 (PCS), com consequente aumento dos encargos de energia de reserva no exercício de 2023.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 12b destas demonstrações

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

financeiras.

Provisões

As provisões foram de R$463 milhões em 2023, comparadas a R$399 milhões em 2022. As principais variações que explicam essa variação são:

- aumento de 42,65% nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R$97 milhões no exercício de 2023, em comparação à constituição líquida de R$68 milhões no exercício de 2022. Essa variação decorre, principalmente, de recentes decisões desfavoráveis à Companhia, em processos que discutem sobre assuntos diversos;
- aumento de 66,67% nas provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R$80 milhões no exercício de 2023, em comparação à constituição líquida de R$48 milhões no exercício de 2022. Essa variação decorre, principalmente, do reflexo ao aumento da quantidade de novas ações judiciais em 2022, relacionadas às questões da Distribuição, como inspeções, obras na rede, combate à inadimplência e suspensão de fornecimento de energia elétrica;
- redução de 31,43% nas provisões para contingências tributárias, sendo de R$96 milhões no exercício de 2023, em comparação a R$140 milhões no exercício de 2022. Essa redução deve-se, principalmente, à constituição, no terceiro trimestre de 2022, de provisão relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios pagos aos colaboradores em 2006 (mais informações na nota explicativa nº 23);
- variação nas perdas de créditos esperadas (PCE), que apresentou uma constituição líquida de R$160 milhões em 2023 em comparação à constituição líquida de R$108 milhões em 2022. Essa variação decorre da alteração, em agosto de 2022, do limite para o reconhecimento integral de perdas, passando de 12 para 24 meses, a fim de refletir de forma mais adequada a estimativa das perdas de crédito esperadas referentes aos saldos vencidos de clientes.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2023 foi uma despesa financeira de R$253 milhões, comparada a uma despesa financeira de R$1.115 milhões em 2022. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, tendo sido uma receita financeira de R$76 milhões em 2023, comparada a uma receita financeira de R$185 milhões em 2022. Essa variação decorre, basicamente, da redução do saldo de itens atualizados pela Selic, constituídos até 31 de dezembro de 2023, comparado ao saldo dos mesmos itens no exercício anterior;
- redução de 17,23% na receita financeira com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R$269 milhões no exercício de 2023, comparadas a R$325 milhões no exercício de 2022. Essa variação deve-se em especial pela captura de todo o efeito da troca do índice utilizado para cálculo dos acréscimos moratórios (IGPM para IPCA) ocorrida no segundo semestre de 2022, conforme determinado no Art.343 da REN1000 - ANEEL e menor nível de inadimplência da Companhia no exercício de 2023 devido ao reforço no emprego das ferramentas de cobrança.
- redução de 90,34% na despesa financeira líquida com atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, sendo de R$129 milhões no exercício de 2023, comparada a R$1.335 milhões no exercício anterior. Essa variação decorre do complemento, no segundo trimestre de 2022, da atualização monetária do passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, em cumprimento à determinação legal de destinação integral pelas distribuidoras, em proveito dos consumidores, dos valores objeto da repetição do indébito;
- variação no resultado líquido com variação monetária de empréstimos e debêntures, tendo sido uma despesa financeira de R$386 milhões no exercício de 2023, comparada a uma despesa financeira de R$265 milhões no exercício anterior. Essa variação decorre, principalmente, de a contratação da 8ª Debêntures- 2ª série ter sido em junho de 2022, impactando apenas o segundo semestre do exercício. Em 2023, a variação monetária afetou o exercício inteiro.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, no exercício de 2023, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R$405 milhões em relação ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R$2.017 milhões. No exercício de 2022, a Companhia apurou recuperação de despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R$67 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R$377 milhões.

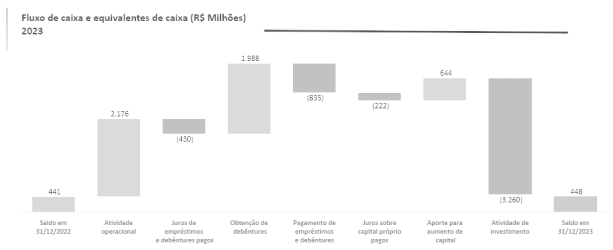
As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9d destas demonstrações financeiras.

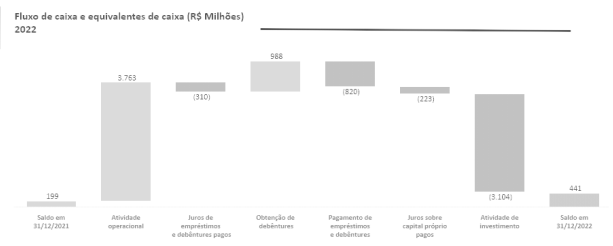
Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R$448 milhões, em comparação a R$441 milhões em 31 de dezembro de 2022, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.





PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a realizar-se até 30 de abril de 2024, a seguinte proposta de destinação do lucro de 2023, no montante de R$1.611 milhões:

- R$79 milhões relativos a 5% do lucro líquido ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R$31 milhões sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2023 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R$667 milhões sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio ("JCP");
- R$238 milhões dos dividendos obrigatórios sejam retornados para o Patrimônio Líquido na conta de Reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2024;
- R$596 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de retenção de lucros, para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2024.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

A Companhia apresentou relevante geração de caixa de suas atividades operacionais em 2023, fruto de um elevado índice de arrecadação, rigoroso combate à inadimplência, bem como perdas e despesas operacionais (Opex) nos limites regulatórios. Tal equilíbrio possibilitou a execução de um volume expressivo de investimentos sem afetar negativamente sua alavancagem, o que contribui para a sustentabilidade das suas operações e continuidade do seu programa de investimentos.

Em junho de 2023, a Cemig D realizou captação por meio da 9ª emissão de debêntures no volume de R$ 2 bilhões em série única, à taxa de remuneração de CDI + 2,05% a.a. e vencimento em 3 anos, com amortizações no 2º e 3º anos.

As agências internacionais de classificação de risco Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's mantiveram os *ratings* da Cemig D, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da qualidade de crédito da Companhia, com destaques para melhoria do perfil de liquidez, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento do Lajida, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo. É importante salientar que os ratings da Cemig D acompanham o rating da sua Controladora, a Cemig H.

A tabela a seguir apresenta a posição de *rating* da Cemig D nas três principais agências:

Fitch	Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional / Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D		
dez - 22																						
dez - 23																						

Moodys	Grau de investimento										Grau Especulativo											
Global	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C	
dez - 22																						
dez - 23																						
Nacional	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D
dez - 22																						
dez - 23																						

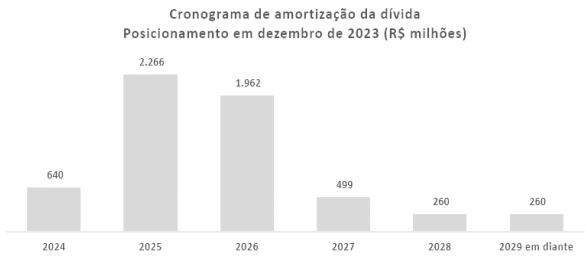
S&P	Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional / Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D
dez - 22																						
dez - 23																						

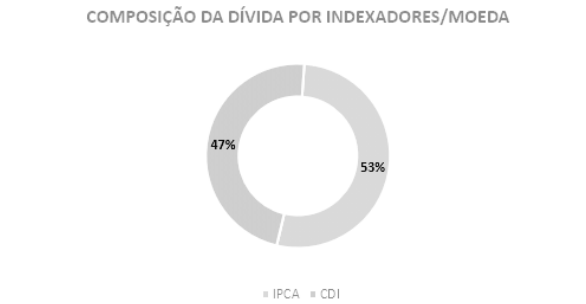
Os detalhes sobre Empréstimos, e Debêntures da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na nota explicativa nº 19 destas demonstrações financeiras.

A Companhia conta com *covenants* financeiros restritivos, atrelados a todas as emissões de debêntures, que limitam a sua capacidade de endividamento e distribuição de dividendos.

O endividamento bruto da Cemig D, em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$5.888 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 2,7 anos.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:





A Companhia possui um *hedge* natural, com correção pelo IPCA, índice que atualiza seus serviços de distribuição. O custo real da dívida da Cemig D é de 6,55% a.a. e de 11,50% a.a. em custo nominal.

INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES

Dentro da estratégia de investir em Minas Gerais, investimos R$3,17 bilhões em nosso negócio de distribuição, em 2023, valor expressivo que marca uma mudança de patamar nos investimentos da Companhia na concessão de Distribuição, o que representa mais oferta de energia, que impulsiona o crescimento do Estado e um atendimento de mais qualidade aos nossos clientes.

Esse maior investimento da Cemig D também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica, atendimento ao cliente e redução dos custos com operação e manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo Cemig, com a expectativa de investimentos relevantes de R$23,5 bilhões de 2023 a 2028, com reflexos positivos na base de remuneração regulatória e consequente aumento da receita.

Plano de Desenvolvimento da Distribuição

A Cemig D define, por meio do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), a priorização dos investimentos a serem realizados pela Distribuidora, referentes à Base de Remuneração Regulatória (BRR), e a respectiva gestão prudente dos recursos no ciclo tarifário vigente. O objetivo é o incremento da disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e na quantidade requerida pelos clientes, promovendo o desenvolvimento social e econômico na área de concessão da Cemig D.

Em 2023, deu-se o início ao 5º ciclo quinquenal de investimentos, conforme regulação do setor, que compreende o período de 2023 a 2027, tendo sido aprovado o valor de R$ 21,9 bilhões. O PDD atual aprovado, 3 vezes maior que o PDD do ciclo anterior, prevê investimentos estruturantes e com forte modernização e digitalização dos ativos, promovendo a melhoria da qualidade do fornecimento de energia e a eficiência dos processos operativos.

O PDD consiste na realização de empreendimentos vinculados ao sistema elétrico de potência, associados à expansão, reforço, reforma e renovação de ativos da Cemig D, como subestações e linhas de distribuição. O plano é dividido em macroprojetos que agrupam os diversos projetos da mesma natureza.

O macroprojeto de Atendimento Urbano concentra os investimentos necessários para atendimento às demandas de fornecimento de energia a unidades consumidoras na área urbana, cujo atendimento é realizado sem ônus para o solicitante. Em 2023, foram realizados, aproximadamente, R$ 241 milhões em investimentos, promovendo a extensão de 63 km de novas redes e permitindo a conexão ao sistema elétrico de 294.982 unidades consumidoras urbanas.

O atendimento às unidades consumidoras em área rural que fazem jus ao atendimento sem ônus é realizado por meio do macroprojeto de Atendimento Rural. Foram efetivadas as conexões de mais de 12.000 unidades consumidoras, por meio da extensão de 1.982 km de rede de média e baixa tensão, em 2023, perfazendo um total de R$ 334,2 milhões em investimentos na infraestrutura de redes de distribuição rurais.

A conexão de unidades consumidoras que não se enquadram nos critérios de gratuidade do fornecimento de energia definidos pela regulação do setor elétrico é realizada pelas obras conduzidas no macroprojeto Atendimento Complementar. Foram investidos no sistema elétrico de distribuição de média e baixa tensão aproximadamente R$ 650 milhões, pela Cemig, e R$ 499 milhões, pelos solicitantes, a título de participação financeira nas obras, no ano de 2023. Esses investimentos viabilizaram a conexão de 14.642 clientes e empreendimentos no sistema de distribuição da Cemig D.

Para que o sistema elétrico de distribuição consiga absorver todas as conexões de clientes e empreendimentos atendidos pelos macroprojetos Atendimento Urbano, Rural e Complementar, é necessário empreender diversas obras nos ativos de distribuição, tais como: ampliação de capacidade de potência, conversão de redes monofásicas em trifásicas, interligações entre alimentadores, reformas de redes e obras de contingência operativa. A realização do reforço e reforma do sistema elétrico é feita pelos macroprojetos de Reforço de Redes e Reforma de Redes, sendo que, no ano de 2023, ocorreram intervenções em 599 quilômetros de redes de média e baixa tensão, com um investimento total de R$ 303 milhões.

Com vistas à eliminação de situações de risco de choque elétrico nas redes de distribuição da Cemig D foi definido o macroprojeto Segurança de Terceiros. Esse programa visa realizar os investimentos necessários para a remoção e/ ou afastamento de redes, para eliminar riscos de acidentes por toque direto, toque indireto ou outras situações de risco para terceiros, nas redes de distribuição. No último ano, foram regularizadas 638 instalações, com um investimento de R$ 10,4 milhões.

Outra ação contemplada no Plano de Investimentos é a regularização do fornecimento de energia de famílias carentes, que vivem nos principais núcleos urbanos do Estado, por meio do Programa Energia Legal. O investimento abrange a implantação de novas redes, inclusão na tarifa social e doações de padrões de energia e lâmpadas eficientes. Em 2023, foram realizados cerca de R$ 92 milhões na regularização dessas ligações.

Com foco na melhoria da qualidade do fornecimento, renovação de ativos, expansão na capacidade de suprimentos e mudança de patamar tecnológico, o PDD prevê, ainda, automação de equipamentos de rede, substituição de medidores obsoletos, instalação de novos medidores com soluções inteligentes, como leitura, corte/religa remotos, investimentos em telecomunicações e meio ambiente, além de ações de manutenção e operação de linhas e redes de distribuição, como podas de árvores e inspeções, para reduzir o tempo de restabelecimento de energia, no caso de ocorrências. Nesses programas foram investidos, aproximadamente, R$ 570 milhões, em 2023.

No primeiro ano do ciclo, o investimento realizado pela Cemig D foi de R$ 3,17 bilhões, de um total aprovado de R$ 2,90 bilhões, resultando em um desempenho de 109%. Os valores realizados estão sintetizados nos projetos que compõem o PDD, conforme tabela abaixo:

Macroprojeto	Valor investido (R$ milhões)
Expansão e reforço em alta tensão	799
Atendimento a consumidores e acessantes (Participação Cemig)	176
Operação e manutenção em alta tensão	49
Operação e manutenção em média e baixa tensão	239
Reforço de redes de média e baixa tensão	199
Reforma de redes em média e baixa tensão	105
Atendimento ao mercado urbano em média e baixa tensão	240
Atendimento ao mercado rural em média e baixa tensão	334
Programa Complementar (Participação Cemig) em baixa e alta tensão	651
Troca de medição/medição de fronteira	172
BT Zero - Program de regularização de comunidades	92
Telecomunicações	62
Plano diretor de automação da média tensão	46
Segurança de Terceiros (Participação Cemig)	10
Meio ambiente	2
Total	**3.176**

Programa Minas Trifásico

No plano de investimentos da Cemig, um destaque é o Programa Minas Trifásico, que transformará cerca de 30.000 quilômetros de redes elétricas rurais monofásicas em redes trifásicas até 2027. Com ele, a Cemig D levará energia com mais qualidade e quantidade para a população que vive no campo. O programa beneficiará quase todos os 774 municípios da área de concessão da Cemig D, promovendo a potencialização acelerada do agronegócio local, mais desenvolvimento, emprego e renda para as regiões mineiras.

O Programa tem o propósito de melhorar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica aos clientes rurais, disponibilizando mais energia e apoiando a transformação da agricultura de subsistência em agronegócio. O valor investido no "Programa Minas Trifásico" em 2023 foi de aproximadamente 441 milhões, com extensão de 2.032 km de rede trifásica.

Programa Mais Energia

Outro destaque do plano de investimentos da Cemig é o Programa Mais Energia, cujo objetivo é disponibilizar um sistema elétrico de distribuição robusto e capaz de atender as novas cargas e levar mais energia para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. O Programa prevê a construção de mais de 200 subestações modernas e digitalizadas, ampliando em mais de 50% o número atual de subestações que hoje atendem a cerca de 9 milhões de consumidores dentro de nossa área de concessão. Assim, as novas subestações irão suportar o crescimento advindo do Programa Minas Trifásico e das diversas iniciativas da Cemig e do Estado de Minas Gerais.

Dessa forma, a Companhia viabilizará o crescimento de diversos setores da economia, com destaque para o agronegócio, eliminando as dificuldades para atendimento de clientes e de plantas de geração distribuída. Serão investidos ao todo R$5 bilhões no período de 2023 a 2027, que ajudarão a levar o desenvolvimento econômico e social a todas as regiões do Estado, fomentando a expansão da indústria, do comércio e do agronegócio, além da geração de empregos e renda.

As novas subestações serão mais eficientes e modernas, possibilitando ampliar a capacidade de atendimento a novos pedidos de cargas, reduzir o tempo médio e o custo das obras de conexão de novas usinas, além de proporcionar uma energia confiável e de qualidade aos nossos clientes.

O valor investido no "Programa Mais Energia" em 2023 foi de R$798,6 milhões, com a energização de 27 subestações e construção de 672km de linhas de distribuição.

RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

O relacionamento com os clientes Cemig, tanto em contratos regulados quanto livres, é embasado pela Política de Comercialização de Energia. Para ofertar ao cliente o melhor atendimento, a Companhia conta com equipes de profissionais com conhecimento técnico específico, que gerenciam contratos e todas as demandas de clientes, além de prospectar e captar novos clientes.

Os tipos de clientes Cemig são:

- Consumidores cativos, vinculados à Cemig D com demanda inferior a 500 KWh/mês. Localizados em Minas Gerais, estão entre as classes: residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público;
- Consumidores livres, sem vínculo com distribuidoras com demanda de consumo acima de 500 KWh/mês. Estão entre as classes: industrial, comercial e rural em Minas Gerais, Distrito Federal ou em outros Estados em que a Cemig atua.
- Distribuidoras que atuam em concessão em outras áreas e atendidas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, ou seja, de alta e média tensão, poderão optar pela compra no mercado livre de energia.

Conselho de consumidores

A Cemig possui um Conselho de Consumidores que representa os interesses de todas as classes de consumo coletivamente e promove a defesa de seus direitos. É composto por seis membros titulares e seis suplentes, representando as seguintes classes de consumo: residencial, industrial, comercial, rural e poder público.

Premiações no relacionamento com clientes

Prêmio Respeito

A Cemig recebeu o Prêmio Respeito, da Revista Consumidor Moderno, na categoria Energia Elétrica. Em sua 21ª edição, o Prêmio reconhece empresas que se destacam pelo profundo respeito ao público consumidor, bem como investimentos em estratégias, talento, recursos e metodologias que visam a satisfação do cliente.

A Companhia, ciente das transformações no setor de energia elétrica, anteviu as mudanças, concentrando esforços em inovação. O compromisso de encantar o cliente tornou-se o direcionador estratégico, permeando todas as decisões da empresa. Isso explica como a empresa vem expandindo seus negócios e, ao mesmo tempo, mantendo qualidade do serviço prestado.

No âmbito do atendimento ao cliente, a implementação do Projeto Cliente + demonstra o compromisso com a evolução da experiência do consumidor. Novas tecnologias, autonomia nos canais digitais, atendimento humano diferenciado e omnicalidade compõem a abordagem da Cemig.

O Prêmio Respeito destaca a ênfase da Cemig na percepção de preço justo, onde o valor percebido em cada produto ou serviço supera a mera questão do preço. A Companhia busca transmitir o valor agregado de seus produtos, alinhando-se à expectativa do cliente.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

Smart Transformation Pioneer

A Cemig recebeu o prêmio de *Smart Transformation Pioneer* na categoria *Business Experience* durante o WE3 Summit 2023 (conferência anual de tecnologia e inovação).

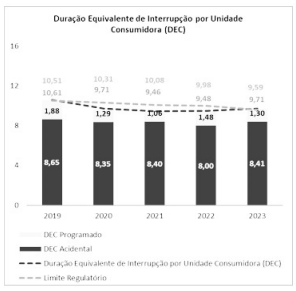
O evento global, promovido de 14 a 16 de novembro, na Califórnia, reuniu líderes globais dos setores de água e energia, com o objetivo de discutir a transformação, desafios e soluções do setor, buscando envolver, educar e capacitar os profissionais.

A premiação reconheceu as inovações e os resultados alcançados pela empresa no controle de perdas e inadimplência e consolidou o protagonismo das práticas adotadas pela Cemig na América Latina.

Qualidade no fornecimento

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), obteve em 2023 o percentual de 1,24% acima da meta regulatória. A Cemig D realizou 9,71 (horas) frente ao limite de 9,59 (horas). O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) também apresentou elevação em comparação ao ano anterior, contudo obteve resultado abaixo do limite regulatório. Em 2023, o valor apurado foi de 4,86 (horas) frente ao limite regulatório de 6,00 (horas).

Os gráficos abaixo retratam os resultados de DEC e FEC dos últimos cinco anos:



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e digital, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

A Cemig D possui área de concessão no Estado de Minas Gerais e está presente em 774 municípios deste Estado. O atendimento presencial é realizado pela "Rede Cemig Fácil de Atendimento", por meio das 88 agências e 689 postos de atendimento.

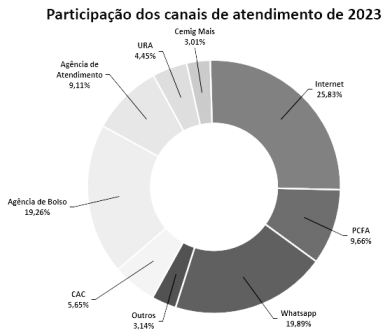
O atendimento telefônico é realizado pelo "Fale com a Cemig", inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo Vídeo atendimento e Chat. O número de contatos registrados em 2023 foi de 142 milhões.

Além do seu site, com mais de 38 milhões de contatos em 2023, a Companhia possui canais de atendimento pelo WhatsApp e Chatbot, para os seus principais serviços, que tiveram mais de 32 milhões de contatos registrados.

Destaca-se também o aplicativo "Cemig Atende", disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e iOS, que registrou 29 milhões de contatos em 2023.

Por meio das máquinas de autoatendimento (totens), localizadas no interior das agências, e em cinco equipamentos externos, foram realizados mais de 2 milhões de contatos.

Abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais de atendimento no ano de 2023:



Satisfação do consumidor

A satisfação dos clientes é inerente à cultura da Companhia e está sob responsabilidade de todos os colaboradores. Os impactos positivos relacionados a essa postura são a valorização da marca e a boa reputação da Companhia nos mercados em que atua e o reconhecimento por meio de pesquisas de satisfação, em especial: Índice Aneel de Satisfação do Consumidor Residencial (IASC) e Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP).

Como referência do trabalho realizado pela concessionária para a melhoria no atendimento aos seus clientes, destacamos o Prêmio ISQP, realizado pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), que possui periodicidade anual.

O resultado foi divulgado no final do mês de julho de 2023, no qual a Companhia atingiu 76,2 pontos no índice de satisfação, superior em 12,55% comparado ao exercício anterior. Essa pontuação foi maior que o resultado geral da Abradee, que ficou em 72,5 pontos, fato esse que indica o resultado dos esforços da concessionária em melhorar seu atendimento aos clientes.

Na busca da melhoria contínua no atendimento aos nossos clientes, com reflexo nos indicadores de satisfação, a Companhia implantou pesquisas mensais do NPS - *Net Promoter Score*, para aprimorar o entendimento das necessidades dos clientes e assim atuar de forma mais eficiente.

As pesquisas NPS também permitem que nossos clientes façam um comentário sobre sua experiência com a Cemig, abrindo mais um espaço para o cliente manifestar sua opinião sobre os serviços prestados pela empresa.

A pesquisa IASC 2023 foi realizada no período de agosto a outubro de 2023, com a aplicação de questionários em municípios sorteados nas áreas de concessão.

O resultado da pesquisa será conhecido somente em maio de 2024.

Transformação Digital

A parceria estratégica entre Cemig e IBM, iniciada em fevereiro de 2021, teve em seu primeiro ano, uma fase inicial de *assessment* das operações.

A redefinição da estratégia do atendimento foi o passo seguinte, englobando uma nova segmentação de clientes, nova identidade visual para os canais, tom de voz em sintonia com os direcionadores da nova experiência proposta pelo projeto, mapa de posicionamento de serviços entre os canais, dentre outros aspectos.

O processo de transformação usou a metodologia de CX - *Customer Experience* da IBM e se iniciou com a identificação dos diferentes tipos e necessidades de clientes (personas e segmentos), detalhadas em suas jornadas *versus* a experiência que a Cemig almejava prover, ser Simples, Acessível, Confiável e Encantadora. Com isso foi definida a estratégia de canais: cognitivos, digitais e humanos.

Para os dois anos seguintes, 2022 e 2023, executamos a implementação das estratégias e posicionamentos definidos por meio da transformação dos canais, implementação de tecnologias avançadas com inteligência artificial, cognitividade e integração dos canais de atendimento para a construção da omnicanalidade.

Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 1, 315 milhão de clientes em dez/2023, o que representa um aumento de 31,5% em relação ao ano de 2022 (1 milhão clientes). Diversas iniciativas foram realizadas ao longo do ano de 2023 visando incrementar o número de clientes que optam por receber a conta por e-mail, visto que essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes, proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente e redução de custos para a Companhia.

Gestão da adimplência e arrecadação

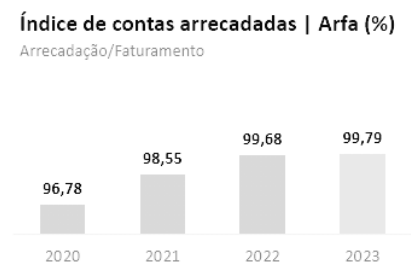
Os resultados obtidos pelo segmento de distribuição foram positivos, em função das iniciativas e estratégias adotadas pela Companhia, conforme abaixo:

- Intensificação e aprimoramento no emprego das ações de cobrança, mais de 30% de ações comparado a 2022. Ocorreram mais de 60 milhões de cobranças através de telecobrança, SMS e e-mail (incluindo notificações prévias ao vencimento das faturas), 5 milhões de cartas cobranças emitidas e entregues pelos leituristas em conjunto com as faturas do mês correntes, 5,6 milhões de negativações, 2 milhões de suspensões de fornecimento e 287 mil protestos de títulos junto a cartórios;
- Utilização de técnicas de otimização e *Machine Learning* para classificação de padrões sobre a solvência dos clientes, visando aplicação da ferramenta de cobrança mais adequada e melhor custo-benefício para aquele perfil e comportamento dos clientes;
- Cobrança administrativa, através de empresa parceira e específica para esse fim, em dívidas de varejo mais difícil recebimento - ou seja, aquelas vencidas há mais de 12 meses ou provenientes de faturamento de consumo irregular;
- Reforço da equipe específica de cobrança de consumo irregular, com tratamento de carteira selecionada;
- Atuação sistemática de equipe especializada junto aos grandes clientes, hospitais e o poder público;
- Estímulo para adesão aos meios de pagamentos eletrônicos, mais acessíveis. Em 2023, a Cemig D realizou a campanha promocional "2 anos sem Conta" e implementou o QRCode PIX, nas contas retidas, o que contribuiu para alavancar a participação de pagamentos nessa modalidade para 22% das faturas mensais arrecadadas;
- Realização de campanhas de negociação, junto aos canais digitais, Ministério Público Federal e Procon's; em públicos selecionados, permitindo não somente a arrecadação e negociação dos créditos mas também a aproximação aos órgãos de classe e melhor experiência de usuário;
- Participação no programa do Governo Federal "Desenrola Brasil", com oportunidade de negociação para dívidas de difícil recebimento e atrelada a clientes de baixa solvência ou poder aquisitivo;
- Aprimoramento das regras vinculadas à PCE – Perdas de Créditos Esperadas.

Índice de Arrecadação – ARFA

O índice de arrecadação, na janela móvel dos últimos 12 meses, superou resultados históricos, encerrando o ciclo de 2023 em 99,79%, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:

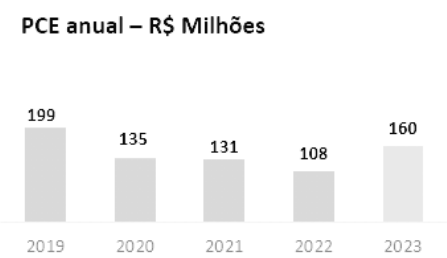
Histórico Índice de Arrecadação



PCE – Perdas de Créditos Esperadas

O resultado do índice no exercício de 2023 foi de R$160 milhões, a comparação com os exercícios anteriores fica limitada em face dos aprimoramentos nos critérios para classificação de créditos que são qualificados como "*default*" para melhor representação de perda de crédito da Companhia, considerando a implementação nos últimos anos por diversas iniciativas de cobrança.

Além disso, por reflexos de melhoria de gestão e intensificação de ações de combate às fraudes e perdas, verificamos elevação no faturamento de documentos "Consumo Irregular", atingindo pico de R$ 277 milhões em 2022, ante o realizado R$ 38 milhões em 2020. Por sua natureza de difícil recebimento, expectativa de aproximadamente 40% a cada ano, impacto no resultado de 2023 foi cerca de 50% do montante verificado em PCE em 2023.



Proteção contra perdas

A Cemig monitora as perdas de energia a partir do Indicador de Perdas Totais da Distribuição (IPTD), que resulta da diferença entre a energia total injetada no sistema de distribuição, apurada junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e a energia total faturada (expresso em percentual da energia total injetada). O IPTD é segmentado, internamente, em Perdas Técnicas (PPTD), que são inerentes ao transporte e transformação de energia, e Perdas não Técnicas (PPNT), que ocorrem no sistema elétrico especialmente devido irregularidades na medição do consumo e ligações clandestinas de energia.

O resultado do IPTD em 2023 foi de 10,71% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, representando uma redução de 0,40% em relação ao resultado de 2022, que foi de 11,11%. O IPTD de 2023 é composto de 8,31% de perdas técnicas e 2,40% de perdas não técnicas. Esse resultado do IPTD em 2023 ficou abaixo do limite estabelecido pela Aneel para a Cemig D para o ano de 2023, que foi de 10,84%. Destaca-se que, pelo terceiro ano consecutivo, a Companhia manteve os níveis de perdas abaixo dos limites regulatórios, graças à implementação de diversas ações que compõe o escritório de projetos de combate às perdas (PMO).

Dentre as principais ações do PMO de combate às perdas implantadas em 2023, destacam-se: a realização de 379 mil inspeções em unidades consumidoras na área de concessão da empresa; substituição de 661 mil medidores obsoletos; regularização de fornecimento de energia de 10 mil famílias que vivem em ocupações e áreas de baixa renda, inclusive com uso de tecnologia de rede BT Zero; instalação de 315 mil medidores inteligentes, e intensificação das cobranças de consumo irregular (arrecadação de R$99 milhões).

Importante destacar que a Companhia, por meio do Centro Integrado de Medição, realiza a tele medição dos grandes clientes cativos e livres em alta, média e baixa tensão, o que representa o monitoramento remoto de cerca de 65% do consumo associado. Tal monitoramento permite identificar e prevenir tentativas de realização ou reincidência de fraude nos sistemas de medição.

Para 2024, visando manter a trajetória de redução das perdas abaixo dos limites regulatórios, estão previstas diversas ações de combate e controle de perdas, destacando-se: inspeções em unidades consumidoras, campanhas de comunicação junto à população, criminalização de fraudadores reincidentes, modernização do parque de medição, ampliação do número de medidores inteligentes, regularização de ligações clandestinas em comunidades de baixa renda (Programa Energia Legal).

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Desde o segundo trimestre de 2022, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a KPMG Auditores Independentes Ltda. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia são apresentados abaixo, em milhares de reais:

Serviços	2023	2022
Auditoria de demonstrações financeiras e outros serviços (1)	1.588	1.230

(1) Revisão tributária (tax compliance), Relatório de Controle Patrimonial (RCP)- PPA, Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis regulatórias (DCR)

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes deve ser obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Resolução CVM nº 162/2022.

SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação e, por isso, a Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade desde a sua criação e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 há 19 anos. Além disso, a Cemig é reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a categoria liderança (A-) no *Carbon Disclousure Project* ("CDP") Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas.

Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos "Relatórios ESG Trimestrais" e anualmente no "Relatório Anual e de Sustentabilidade". Para mais detalhes sobre o desempenho anual da Cemig, acesse a página de relatórios da Cemig.

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da Companhia e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos:

Desempenho Ambiental

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP - instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e Estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

Em 2023, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de aproximadamente R$28 milhões. Os recursos foram aplicados em investimentos e despesas relativas ao cumprimento de obrigações e melhorias ambientais.

Hidrogênio verde

A Cemig e a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) firmaram, em 2023, dois importantes acordos de cooperação. A Cemig assinou protocolo de intenções para fins de colaboração científica e tecnológica entre as duas instituições, assim como foi formalizada a transferência da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) Luiz Dias. A usina, que era de propriedade da Cemig, foi cedida de forma não onerosa à UNIFEI, para ser utilizada na compensação da energia que será empregada no laboratório do Centro de Hidrogênio Verde (CH2V), projeto realizado pela instituição e que contribui para o desenvolvimento de pesquisas sobre o vetor energético. Produzido a partir de recursos renováveis, o Hidrogênio Verde (H2V) é considerado por muitos especialistas como uma chave promissora para a transição energética, a descarbonização e a sustentabilidade.

Trata-se de mais um passo para o fomento da produção científica e tecnológica no setor elétrico nacional. O acordo prevê a colaboração abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos; além de formação, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento técnico e científico e prototipação e desenvolvimento de sistemas em hardware e software.

Centro de Hidrogênio Verde

A UNIFEI - dentro do âmbito do Centro de Excelência de Conservação de Energia, também construído em parceria com a Cemig - vem desenvolvendo o CH2V, cujo objetivo é ajudar as indústrias mineira e brasileira a atravessarem a transição energética, reduzindo a pegada de carbono de seus produtos e tornando-os cada vez mais desejáveis em âmbitos nacional e internacional.

"O Hidrogênio Verde conta com grande importância em razão de sua versatilidade, já que há a possibilidade de ser transformado em combustível ou em eletricidade. Isso reduz o índice de emissão de gás carbônico na atmosfera, uma vez que ele é extraído de fontes limpas e renováveis".

Inovação

Referência em sustentabilidade no setor elétrico, a Cemig busca, a cada dia, ampliar e diversificar sua atuação na área, sempre com a adoção de práticas inovadoras que dialogam com a proteção ao meio ambiente, com processos estruturados de prospecção e busca de novos produtos, equipamentos e soluções para aplicação no seu sistema elétrico que, atrelado à utilização de modernas tecnologias, se alinham aos princípios de ESG. Como exemplo, a Companhia está instalando, na sua rede aérea de distribuição, um cabo de alumínio que tem o isolamento feito de material contendo plástico de origem vegetal.

O "cabo Green", como é chamado, tem na base de composição do seu sistema de isolamento 20% de polietileno de origem vegetal, advindo da cana-de-açúcar, diferentemente dos cabos de alumínio tradicionais e já estabelecidos no mercado, que têm o isolamento feito 100% com o polietileno vindo do petróleo, de origem fóssil. Ao utilizar o cabo sustentável, a Cemig contribui para a diminuição de emissão de CO2 na atmosfera.

A Cemig fez a instalação de cerca de 300 metros do material em um circuito localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), substituindo a rede nua pela rede isolada com o novo material. A ideia é testar a nova tecnologia e, a partir dessa fase piloto, observar o desempenho do novo cabo.

Transformadores verdes

A rede de distribuição da Cemig já conta com outros equipamentos que têm características sustentáveis. Além do cabo Green, a Companhia já utiliza no sistema elétrico os transformadores de distribuição com líquido isolante à base de óleo vegetal. Estão instaladas cerca de seis mil unidades em diferentes regiões de Minas.

Além do óleo vegetal ser biodegradável, ele permite uma maior vida útil devido à sua estabilidade térmica. Outras vantagens da presença do óleo vegetal no transformador em relação ao óleo mineral tradicional, é que ele apresenta menor risco de inflamabilidade e uma maior capacidade térmica de refrigeração.

Certificados de Energia Renovável

Com 100% do seu parque gerador advindo de fontes limpas e renováveis de energia, a Cemig já emitiu mais de 12 milhões de Certificados de Energia Renovável (RECs) para seus clientes no mercado livre de energia desde 2019. Essas certificações comprovam a utilização de energia limpa, renovável e rastreável que segue em total consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) relacionados à produção de energia e à preservação do meio ambiente.

Gestão de resíduos

Em 2023 foram encaminhadas para destinação final 59,35 mil toneladas de resíduos e sucatas, tendo sido praticamente toda a sua totalidade reciclada ou alienada, o que gerou para a Companhia uma receita bruta de aproximadamente R$38 milhões, inferior ao ano de 2022 devido ao elevado volume de postes, que possui valor de comercialização baixo.

Devido à imprevisibilidade da quantidade de resíduos a serem gerados pela Cemig D, uma vez que essa geração é consequência do desempenho do Sistema Elétrico, não há metas de redução de resíduos estipuladas pela Companhia. Apesar de serem empregadas técnicas modernas de Operação e Manutenção, objetivando a menor geração possível de resíduos, ainda assim, não é possível precisar o momento exato da desativação de alguns equipamentos ou componentes, já que sua gestão prevê uma utilização otimizada e que sua vida útil considera inúmeras variáveis que não dependem de gestão humana.

Como contribuições de melhorias ambientais, a Companhia reitera suas ações de consolidação de reciclagem e reuso destes materiais, bem como técnicas de destinação final ambientalmente adequadas.

Mudanças Climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, a Cemig assinou, em 2022, termo de adesão à iniciativa global Movimento Ambição Net Zero, do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa adesão reforça o compromisso firme da Cemig com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Cemig dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Companhia.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Programa de Aprendizagem Industrial

A Cemig foi agraciada pela Associação Brasileira de Recursos Humanos de Minas Gerais – ABRH-MG, com o 1º Lugar do Prêmio Ser Humano, na categoria Gestão de Pessoas – ESG. O reconhecimento se deu em virtude da contribuição social relevante prestada pela Companhia, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial.

Com a recente aprovação da política de valorização da diversidade e inclusão, o programa de aprendizagem foi reconfigurado. No ciclo 2023, o Curso de Eletricista de Linhas de Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica direcionou vagas específicas para parentes diretos de pessoas que estiveram em situação de rua. Além disso, 50% do total de vagas foi destinado a pessoas do gênero feminino.

A Cemig deu início ao Programa de Aprendizagem Industrial 2024 focado no curso de Eletricista de Linhas de Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica. Com um total de 125 aprendizes, esta iniciativa representa um compromisso sólido da Companhia com o desenvolvimento profissional e social.

A Cemig tem direcionado esforços para atender diversos grupos vulneráveis, incluindo aprendizes oriundos do exército, familiares diretos de pessoas em situação de rua, adolescentes de abrigos e refugiados do Marrocos, Venezuela e Colômbia. Um total de 66 pessoas em situação de vulnerabilidade terão a oportunidade de participar do curso neste semestre.

A Cemig reafirma seu compromisso com a responsabilidade social, diversidade e sustentabilidade, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial, demonstrando seu

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

papel ativo na sociedade e transformando vidas com a nossa energia.

Quadro de colaboradores

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig Distribuição segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Com o objetivo de incorporar novos talentos, promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução relevante no quadro de colaboradores nos últimos anos, passando de 4.203 em 2019 para 3.710 colaboradores em 2023, conforme apresentado no gráfico a seguir:

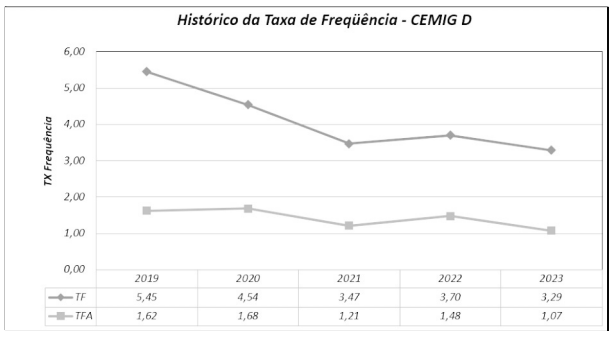
Em 2023 a Companhia viabilizou a admissão de 202 novos colaboradores. As admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia, principalmente, em áreas essencialmente técnicas.

Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas também admissões para o preenchimento de posições gerenciais nos casos em que o recrutamento externo se apresentou mais adequado, em conformidade com a nova política de pessoal, que passou a permitir a contratação de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Durante todo o ano de 2023 continuaram a ser adotados pela força de trabalho da Cemig ações preventivas visando a preservação da saúde e segurança das equipes.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa Total de Frequência de Acidentados do Trabalho (TF) e Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA), segue abaixo os dados de 2023 da Cemig D, bem como os dados dos últimos 5 anos.



Tanto a TF quanto a TFA mostram uma clara tendência no de redução, se comparado com 2022. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a manter a tendência de redução do TF e TFA nos próximos anos, incluindo campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.

Clima e Cultura Organizacional

Após três anos de um projeto de transformação cultural, a Cemig vem fortalecendo os pilares da cultura desejada, consolidando importantes mudanças em 2023:

- o senso de urgência para servir ao cliente é foco das ações na linha de frente, suportado por um projeto de transformação digital e implantação de novos canais de contato e solução, assim como investimentos consideráveis e tempestivos em novas subestações e fontes energéticas, linhas de transmissão e de distribuição e melhorias das estruturas;
- a gestão de riscos com ética e conformidade já tem feito parte da rotina e é medida anualmente por meio da validação do aprendizado e do conhecimento dos colaboradores sobre as regras de conduta, do tratamento das manifestações realizadas no canal de denúncias e da revisão constante das normas e políticas internas, a exemplo da recente elaboração de Política de Combate ao Assédio e outras violências no trabalho;
- a integração com corresponsabilidade é estimulada tanto pelos rituais e canais de comunicação internos como também pela transversalidade de algumas atividades e processos;
- o protagonismo com alta performance e a valorização da pessoa e do desempenho são algumas das bases para a tomada de decisões em relação às oportunidades de carreira e reconhecimentos.

Um destaque para a continuidade da mudança cultural, nesse ano de 2023, passa pela implantação do Programa de Diversidade e Inclusão - composto pela realização de censo, de sessões de capacitação e de mentoria para a liderança e de letramento e rodas de conversa para os times, além de muita comunicação e da discussão de uma estratégia para que esse tema possa avançar dentro da organização.

Todos esses investimentos – em nossas pessoas, líderes e empregados –, em processos, em tecnologias e em estrutura organizacional têm colaborado para a transformação da realidade da empresa, expressa na melhora significativa de nossos resultados e no jeito de ser e de fazer as coisas.

Em um ambiente com tantas mudanças simultâneas, onde há de se respeitar o tempo necessário para o amadurecimento e a estabilização, a Cemig realiza de forma bienal Pesquisa de Engajamento e Clima. A próxima está agendada para 2024 e tem o objetivo de acompanhar os aspectos que evidenciam vínculo, conexão e engajamento.

Cemig nas comunidades

A Cemig fornece, continuamente, informações e esclarecimentos com relação ao uso seguro da energia e promove a conscientização da população em relação aos cuidados necessários para conviver com as redes de energia, evitando acidentes e salvando vidas.

A Cemig investe em comunicação para o uso seguro da energia, realizando campanhas informativas, fornecendo instruções técnicas em seus canais de relacionamento, disponibilizando equipes para verificação e orientações sobre situações de risco, para informar sobre o uso seguro da eletricidade, entre outras.

Em toda a sua área de concessão, a Cemig promove ações de prevenção de acidentes, orientando a população de forma direta, por meio de matérias (rádio, jornal, mídias digitais e TV) e de postagens nas redes sociais; e de forma indireta, com diferentes tipos de material educativo publicados em meio eletrônico e em formato de cartilhas, folders e cartazes, além de eventuais campanhas nas comunidades.

A Cemig, anualmente, atualiza o Plano Estratégico de Comunicação Integrada para Segurança com a População, reescrevendo ações e estratégias para garantir a efetividade junto aos seus públicos de interesse em relação ao uso seguro da energia elétrica. Entre os objetivos desse Plano estão a conscientização da população, a mobilização das diversas partes interessadas da Companhia para a inclusão de pautas sobre segurança no uso da energia, e a conscientização dos colaboradores para atitudes de prevenção dentro e fora da Companhia. O Plano visa, também: i) disseminar campanhas de comunicação em massa, prestando informações de utilidade pública para ampla audiência, e ii) lançar campanhas de comunicação dirigidas, prestando informações do interesse de públicos específicos.

Atuando no pilar da educação, a Cemig possui o treinamento "Segurança com a Energia Elétrica", na modalidade à distância, gratuito e direcionado à população, a partir dos 10 anos de idade. O curso também está disponível para pessoas com deficiências auditivas e visuais. O treinamento visa potencializar a disseminação de informações sobre segurança com o uso da energia elétrica e ampliar o conhecimento público sobre o tema.

Cidadania corporativa e investimentos sociais

As estratégias filantrópicas e de cidadania corporativa da Cemig estão alinhadas à sua missão, visão e valores e objetivam o desenvolvimento econômico e social nos locais em que atua, por meio do apoio às comunidades, proporcionando transformação e impacto social duradouros para alcance do desenvolvimento integral dos indivíduos.

Alguns projetos de destaque em 2023 são:

Programa AI6%: o programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2023 do AI6% envolveu a participação de 1.427 empregados que, voluntariamente, destinaram mais de R$1 milhão, com o intuito de beneficiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos pelas 137 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

No total, foram destinados R$2,8 milhões para entidades distribuídas em 69 municípios da área de influência da Companhia.

Programa de Voluntariado Empresarial: O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

Grandes transformações sociais podem ser promovidas a partir do trabalho voluntário. Oferecer ajuda sem receber nenhuma contrapartida financeira para isto, muda a forma de olhar para o mundo, serve de exemplo para as novas gerações e traz benefícios como aumento da empatia, desenvolvimento pessoal e reforço dos laços com os que estão à sua volta.

Programa Você – Voluntariado Cemig engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social, esse programa foi criado em três pilares, sendo: (i) o de incentivo ao voluntariado, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; (ii) realização de ações transformadoras, nas quais o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino e (iii) ações propostas por colaboradores na plataforma de voluntariado, às quais os colegas podem aderir.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado junto com uma empresa especializada no tema.

Dia V – Dia do Voluntariado: O evento aconteceu na Vila Zilah Sposito, em Belo Horizonte, na Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga. A ação propiciou aos moradores do entorno uma série de benefícios gratuitos como atendimento oftalmológico, aferição de pressão, orientações sobre saúde bucal, bazar solidário, oficina de educação ambiental e doação de mudas, orientação para fazer um currículo, orientações de segurança com a rede elétrica, troca de lâmpadas antigas por lâmpadas de LED e informações sobre o benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica.

Acesso à energia

A Cemig também atua com a tarifa social, um desconto na conta de energia elétrica para famílias de baixa renda. Em 2023, cerca de 1,2 milhão de clientes da Cemig receberam benefícios tarifários mensalmente relativos à tarifa da conta de energia, no valor total de R$405 milhões.

O benefício permite que mais pessoas tenham acesso à uma energia de qualidade, possibilitando uma melhoria da qualidade de vida e dignidade. Além disso, é um importante instrumento na redução de desigualdades socioeconômicas, inclusive entre as diferentes regiões e estados brasileiros, que sofreram efeitos diferenciados com a elevação dos custos no fornecimento de energia elétrica nos últimos anos. Atualmente, cerca de 17 milhões de famílias no Brasil recebem a tarifa social.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig aporta recursos em cultura, esporte, saúde, educação e cidadania, considerando interesses usualmente comuns a seus milhões de clientes, de 774 munícipios atendidos em Minas Gerais. A prioridade das iniciativas de incentivo a projetos sociais, quer seja por alocação de investimento social, quer seja por patrocínio de projetos, é contribuir para transformação social em múltiplos municípios

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do país. Em 2023, foram investidos R$69,8 milhões em 146 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Esse investimento em cultura contribui para a construção do patrimônio de Minas Gerais e posiciona a Cemig como uma grande fomentadora do desenvolvimento da economia criativa, da manutenção de grupos tradicionais, de equipamentos históricos. Além disso, os projetos apoiados visam a ocupação do espaço urbano, transformação nas comunidades e fomento a arte inovadora.

Saúde

No ano de 2023, a Cemig investiu R$44,4 milhões em diferentes regiões de Minas Gerais, onde foram atendidas 370 unidades hospitalares, envolvendo a instalação de usinas fotovoltaicas.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig publicou editais para seleção de projetos sociais que passarão a integrar o conjunto de iniciativas incentivadas pela Companhia em Minas Gerais.

As chamadas públicas buscam ações que trabalham as práticas esportivas.

Para a Cemig a diversidade é um valor e deve estar presente também no esporte.

Além disso, quase 12% dos recursos destinados ao esporte foram direcionados para projetos que trabalham exclusivamente com pessoas com deficiência em diversas modalidades esportivas e regiões do estado.

A empresa continua comprometida em fazer a diferença na vida das pessoas e em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Fundo do Idoso

No contexto do aumento da longevidade e consequente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia, também, o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2023, foi lançado um edital de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais.

Gestão tecnológica e inovação

O tema da Segurança da Informação é preocupação permanente da Cemig, que investe cada vez mais em sua estrutura de Tecnologia da Informação (TI), buscando robustez na governança e gestão dos serviços de TI, bem como na gestão da segurança da informação para atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual a Companhia está sujeita por ter suas ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, seu sistema de controles de segurança em TI é baseado no Cobit 5 e verificado anualmente por auditorias interna e externa.

Os mecanismos de segurança da informação da Companhia são assegurados por um sistema de gestão baseado na Norma Brasileira (ABNT) NBR ISO / IEC 27001: 2013. Essa norma apresenta um modelo para estabelecer, implementar, operar, monitorar, analisar criticamente, manter e melhorar um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), alinhado às melhores práticas de mercado. O sistema de gerenciamento de segurança da informação da Cemig inclui processos para gerenciamento e controle de políticas, riscos, comunicação, classificação de informações e segurança da informação. Além disso, ações recorrentes para melhoria nos processos, comunicação, conscientização e treinamento fortalecem a segurança da informação da Companhia.

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, para;

- Capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- Captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- Elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

A inovação constante é um dos grandes pilares da Cemig, e parte disso é conhecer novas ideias para o setor. Por isso foi lançado, em agosto de 2021, o Desafio Cemig da Inovação com vigência de 18 meses, válido até abril de 2023.

O desafio foi aberto para o público em geral, que foi convidado a apresentar ideias para a estruturação de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel e alinhados com a estratégia da Companhia. As ideias mais promissoras darão origem a projetos que serão avaliados sob as diretrizes da Estratégia de Inovação e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig está estruturado em quatro macro temas alinhados à estratégia da Companhia para compor o seu portfólio de inovação:

- Produtos e serviços inteligentes;
- Sistemas elétricos do futuro;
- Eletrificação e eletro mobilidade;
- Alternativas em geração sustentável.

Podem enviar proposições pessoas físicas e sociedades jurídicas com sede no Brasil.

Proteção de dados

A Cemig reconhece a sua responsabilidade com a proteção de dados pessoais de seus mais de 9 milhões de clientes que utilizam os seus serviços e respeita a privacidade de seus colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros. Também entende que os dados pessoais de suas partes interessadas devem ser utilizados de maneira responsável e aderente às legislações brasileiras, principalmente à Resolução Normativa Aneel nº 414/2010, que regulamenta o fornecimento de energia elétrica, e à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Para trazer robustez ao sistema de gestão já existente, e para se adequar à LGPD, Cemig conta com uma estrutura dedicada ao atendimento de todo o regramento legal relacionado ao tema.

Inteligência artificial - EnergyGPT

A Cemig, em parceria com o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), anunciou, em 2023, o início de desenvolvimento do EnergyGPT. O projeto, pioneiro em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no âmbito do Programa de PDI da ANEEL, marca a entrada da Companhia no movimento global de inovação no setor elétrico.

O EnergyGPT surge como uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especialmente projetada para atender às demandas complexas do setor elétrico brasileiro. Uma de suas principais metas é facilitar o acesso a informações estruturadas deste mercado tanto para empresas quanto para cidadãos.

A proposta do projeto é desenvolver uma plataforma avançada de IA adaptada às peculiaridades do setor elétrico nacional. O sistema de IA buscará otimizar processos e fornecer suporte estratégico em áreas críticas, incluindo jurídico e proteção de receita.

Durante o seu desenvolvimento, o EnergyGPT será testado em várias áreas estratégicas, onde se espera que a IA forneça insights valiosos, aumente a eficiência operacional e ajude na tomada de decisões críticas.

O lançamento do EnergyGPT representa um marco significativo na aplicação de tecnologias de ponta, visando aprimorar a eficiência e promover a inovação no setor elétrico.

Programa de Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Cemig atua fortemente em seu objetivo de combater o desperdício de energia elétrica, por meio de inúmeras iniciativas transformadoras.

O PEE da Cemig se baseia no incentivo à mudança de hábitos, resultando na redução e eliminação do desperdício como forma do bom uso e da preservação dos recursos naturais. Desde a implantação do Programa, a Companhia mantém esforços para demonstrar à sociedade que é possível reduzir o desperdício da energia de forma simples, com a adequação de atitudes no dia a dia.

O PEE atua por meio de cinco subprogramas: Cemig nas Cidades, Cemig nos Hospitais, Cemig no Campo, Cemig nas Escolas e o Cemig nas Comunidades, sendo estes executados diretamente pela Cemig.

Além disso, a companhia publica anualmente a Chamada Pública de Projetos, determinada pela Aneel, e que tem como objetivo democratizar o acesso a projetos de eficiência, já que permite que os próprios clientes enviem projetos para elevar a eficiência energética de suas unidades consumidoras.

Dessa forma, a empresa atua na substituição de equipamentos ineficientes por outros mais eficientes e na instalação de usinas fotovoltaicas, além de levar orientações sobre o uso correto e sustentável da energia elétrica.

Em 2023, a Cemig atingiu a marca de R$1 bilhão de investimentos no Programa de Eficiência Energética desde sua criação em 1998. Os investimentos da Cemig representam mais de 10% do investimento nacional no Programa de Eficiência Energética, que é regulado pela Aneel. Atrelado a este marco histórico de investimentos, conseguimos levar nossas ações de eficiência energética a 100% dos municípios da nossa área de concessão.

Chegar à marca de R$ 1 bilhão em investimentos demonstra o compromisso de disseminar os conceitos de uso racional e eficiente de energia elétrica. Além de proporcionar economia na fatura de energia elétrica, esse tipo de ação é fundamental para o meio ambiente.

Em 2023, o programa investiu mais de R$140 milhões em projetos de eficiência energética em toda a área de concessão da Cemig D, além da disponibilização de mais R$50 milhões em novo processo de Chamada Pública a fim de selecionar propostas para a composição do portfólio de projetos. Neste chamamento de 2023 foram aprovados 17 projetos, todos com contratos assinados e que serão financiados e executados ao longo de 2023.

As ações do programa visam sempre a eficiência energética associada à responsabilidade social e inovação, alinhadas a objetivos estratégicos do negócio da Cemig D, com destaque para atuação em hospitais, entidades filantrópicas, escolas, comunidades de baixa renda e instalações do poder público.

Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Cemig divulga chamadas públicas com foco no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da Cemig e do setor elétrico, visando o atendimento dos interesses da sociedade. As instituições são convidadas a apresentarem propostas de projetos de PDI que objetivem: (i) o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de soluções para os desafios da Cemig ou de empresas do setor elétrico, consumidores ou usuários dos serviços de Distribuição de energia elétrica, e/ou (ii) a exploração industrial e/ou comercial das soluções desenvolvidas. A Cemig busca nestas chamadas: identificar e desenvolver projetos (i) inovadores e práticos - aptos a solucionarem reais problemas do setor elétrico; (ii) estratégicos - que abordem assuntos relevantes para a Companhia; (iii) concretos e que gerem soluções com viabilidade econômico-financeira e de implementação.

Em 2023, a Cemig investiu em 16 projetos de PDI em diversos temas, tendo sido investido pela Cemig Distribuição R$27,3 milhões, destacando-se os seguintes projetos:

- Sistema Integrado de Visão Computacional para Proteção à Receita e Segurança do Trabalho, propõe ganhos em produtividade e otimização de operação. A tecnologia utilizada é a da inteligência artificial (IA). Ela promove a captura e a interpretação de imagens, replicando funções condicionadas à visão humana, além de classificá-las, agrupá-las e distingui-las conforme padrão previamente estipulado.
- Plataforma de coleta, tratamento e processamento de dados satelitais. Através dos dados e imagens coletados por nanossatélites, será feito um trabalho de pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de gerar uma metodologia própria para a classificação e detecção das situações, auxiliando na tomada de decisão do operador do sistema.
- Sistema de priorização de investimentos no segmento de distribuição sob a ótica dos conceitos regulatórios de Revisão Tarifária e retorno sobre o capital. Sistema computacional norteado por método de otimização, que deverá avaliar diversas obras e priorizar as que obtiverem melhor rentabilidade para empresa visando o aprimoramento da confiabilidade do fornecimento, minimização dos custos e maximização dos resultados com base em critérios regulatórios.
- Método de Ranqueamento de Investimento. Sistema integrado que opera em uma perspectiva de antecipação de riscos e possíveis falhas na rede de distribuição da Companhia.
- Análise de Arranjo Técnico e Comercial Baseado em uma Planta Piloto de Sistema Distribuído de Armazenamento de Energia em Alimentador Crítico da Rede de Distribuição. Os Sistemas de Armazenamento de Energia com Baterias (SAEBs) se destacam pela versatilidade, pois mostram-se capazes de prover diferentes serviços, como back-up, arbitragem e compensação da variabilidade de geração eólica e solar, por exemplo.
- Sistema de Produção Integrada de Energia Elétrica Fotovoltaica e Alimentos – Agrovoltaico. A proposta vai unir a agricultura, um dos pontos mais fortes da economia de Minas, e a geração de energia solar, forma de geração limpa que tem ganhado importância nos últimos anos.

Sistemas de Gestão - Certificados

A Cemig sempre procura a melhor condução de seus processos visando a melhoria contínua da sua gestão e o alcance dos objetivos estratégicos, com consequente satisfação dos seus clientes. Para tanto, ela mantém certificações de seus processos nas normas NBR ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade, NBR 14001 – Sistema de Gestão Ambiental e NBR 45001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança e no final de 2023 logrou a certificação na NBR ISO 31000 - Gestão de Riscos Corporativos.

Atualmente, há quatro escopos certificados na empresa: Núcleo Cemig Geração e Transmissão, Núcleo Cemig Distribuição, Gestão de Riscos Corporativos e Ouvidoria. Importante salientar que os processos de gestão e suporte fazem parte do escopo desses negócios.

No ano de 2023, o núcleo Cemig Geração e Transmissão passou pela recertificação, o núcleo Cemig Distribuição passou por uma auditoria de Manutenção e o núcleo Ouvidoria passou pela 2ª auditoria de manutenção. Os ciclos de certificações são sempre no período de três anos. (Recertificação, 1ª de manutenção e 2ª de manutenção).

Para todos os núcleos foram recomendadas as manutenções dos certificados, o que confirma o comprometimento de todos os envolvidos em atender aos requisitos das normas ISO e como é sabido tais normas possuem reconhecimento internacional de melhores práticas de gestão do mercado.

Desempenho em Governança corporativa

A governança corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, que são eleitos pela Assembleia

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Distribuição S.A.

MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, Vice- Presidente e nomeiam a Diretoria Executiva da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais partes interessadas. Desde 2001 a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3, da bolsa de valores de São Paulo.

Conselho de Administração

Anualmente, os membros do Conselho de Administração são submetidos a autoavaliações de desempenho, independentes, individuais e coletivas, visando aprimorar suas funções. São observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados quanto à ilicitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à estratégia de longo prazo e orçamento anual.

Compete ao Comitê de Auditoria verificar, em caráter independente, a conformidade do processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração.

Composição, eleição e mandato

O Conselho de Administração é integrado por 11 (onze) membros efetivos, sendo 10 indicados e eleitos elos acionistas e 1 eleito pelos colaboradores, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Dos onze membros do seu Conselho de Administração, dez membros têm as características de Conselheiro Independente, pelos critérios adotados pelo *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), enquanto nove membros têm essas características segundo os critérios definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme atestado na Declaração de Independência do Conselho.

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração, atribuições e informações curriculares de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de dezembro de 2023, reuniu-se 20 vezes para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br

Reuniões

No exercício de 2023, foram realizadas 29 reuniões do Comitê de Auditoria - COAUD.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br

Reuniões

No exercício de 2023, foram realizadas 62 reuniões da Diretoria Executiva.

Conselho Fiscal

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br

Reuniões

No exercício de 2022 foram realizadas 14 reuniões do Conselho Fiscal.

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2023, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks*, vigente para o ciclo 2023/2024.

Tais riscos, associados à execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Inovação, Tecnologia da Informação, Pessoas e Serviços Corporativos, ESG, Financeiro, Regulatório Institucional, Controle e Integridade.

No intuito de fortalecer ainda mais a governança e as discussões de gestão de riscos, em junho de 2022, foi criado o Comitê de Riscos, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração, com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores, definição dos principais riscos (Top Risks) e monitoramento de tratamento, identificação e mensuração de planos de ação de mitigação e controle dos riscos identificados, e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

Em relação às respostas aos riscos relevantes e que possuem os limites de tolerância excedidos, o ambiente de Controles Internos possui um processo anual de revisão e testes de desenho da totalidade dos controles internos presente na Matriz de Controles Internos, de modo a mantê-los aderentes e atualizados. Esforços e investimentos na antecipação de calendários de avaliação, automatização de processos, capacitação e contratação de profissionais de mercado fomentaram o aumento da maturidade do Ambiente de Controles Internos nos últimos anos, corroborando com diversos avanços, em destaque a retirada da Fraqueza Material nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2022, fraqueza esta que estava presente de 2016 a 2021. Os resultados obtidos que refletem o alto grau de efetividade do ambiente de controles internos demonstram confiança na gestão de riscos da companhia bem como a contribuição para endereçamento dos riscos relacionados aos pilares estratégicos, com foco especial aos Pilares Financeiro e Controles e Integridade.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Certificação de qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna - IIA

Em 2023, a Auditoria Interna da Cemig recebeu a Certificação de Qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna – IIA, órgão mundial que regulamenta a atividade de auditoria interna quanto ao cumprimento de normas e padrões internacionais de auditoria. Esta é uma conquista importante, que coloca a Auditoria Interna da Cemig no seleto grupo de empresas brasileiras que possuem essa certificação internacional do IIA.

Declaração de conformidade ISO 31000:2018 – Gestão de riscos

Cemig alcançou um marco significativo ao obter a Declaração de Conformidade em relação a NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos, destacando seu compromisso com práticas sólidas de gestão de riscos. A norma internacional, focada na gestão de riscos, serve como uma ferramenta essencial para aprimorar a tomada de decisões, planejamento e gerenciamento de riscos em todos os níveis da Companhia.

A NBR ISO 31000:2018 recomenda a integração do processo de gestão de riscos à tomada de decisão e à gestão global do negócio e ao contexto organizacional atual. Isso significa que a Cemig poderá aplicar as diretrizes da norma não apenas em projetos e operações, mas também em estratégias corporativas, promovendo uma abordagem abrangente para identificar, avaliar e mitigar riscos.

Política de *Compliance* e Antifraude

A Companhia preza pela prevenção e combate à fraude, corrupção e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às normas internas e externas estabelecidas, e conta com a dedicação e diligência de toda a força de trabalho para que atos ilícitos ou antiéticos não sejam cometidos em seu nome.

Como forma de prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um efetivo sistema de controles internos e de Compliance composto, dentre outros, por: Comissão de Ética, Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades, e prevenção à fraude e corrupção, sobre as quais dá pleno conhecimento a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Cemig, sejam eles acionistas, administradores, colaboradores ou contratados.

O Canal de Denúncia garante confidencialidade, anonimato e não-retaliação ao denunciante, sendo que a Comissão de Ética é responsável por assegurar a devida apuração e investigação de todas as denúncias recebidas e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes.

Em fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Cemig aprovou a atualização da Política de Compliance da Cemig, inserindo o tratamento do tema Antissuborno.

A Cemig preza pela prevenção e combate ao suborno, fraudes, conflitos de interesse e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às legislações, normas internas e externas estabelecidas.

A Política estabelece diretrizes e responsabilidades que devem ser adotadas na prática diária dos negócios, atividades e relacionamentos da Companhia, tendo como objetivos:

i. promover uma cultura que incentive a conduta ética e o compromisso com as melhores práticas de compliance e o cumprimento das leis e normas de compliance e antissuborno;

ii. prevenir, detectar e responder a falhas no cumprimento de leis e normas e desvios de conduta;

iii. concentrar-se na mitigação de Riscos de Compliance e Suborno priorizados pela Companhia;

iv. contribuir para a motivação e produtividade dos colaboradores, a preservação e valorização da marca Cemig e a minimização de não conformidades, penalidades e multas por descumprimentos de normas;

v. garantir o cumprimento e a melhoria contínua do Programa de Compliance e Antissuborno da Cemig.

Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU

Em 2023, a Cemig tornou-se signatária do Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU.

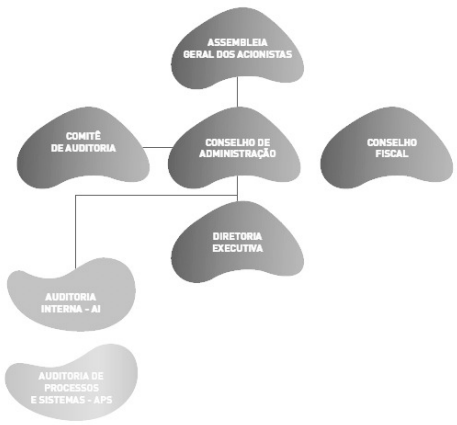
A iniciativa visa avançar no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 (ODS16), de combater todas as formas de corrupção. Este documento estabelece metas e ações para engajar as empresas a se comprometerem com o tema.

Ao ingressar no Movimento Transparência 100%. a Companhia se compromete a avançar em direção às seguintes metas:

- 100% de transparência das interações com a Administração Pública;
- Remuneração 100% íntegra da alta administração;
- 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade;
- 100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança e
- 100% de transparência sobre os canais de denúncias.

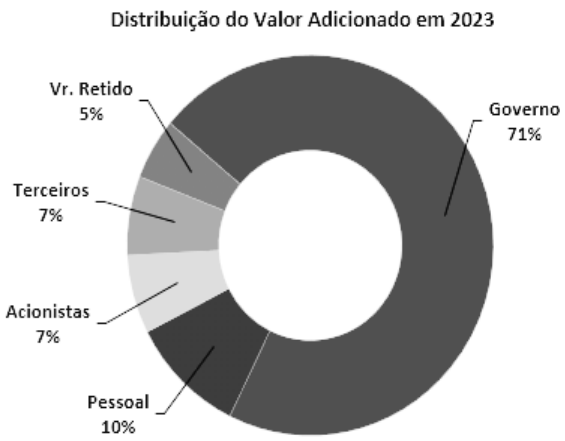
O prazo estabelecido pelo Movimento para o atingimento total das metas é 2030. A Cemig vem avançando no cumprimento dos requisitos e com isso pretende entregar os resultados de maneira mais célere. Com esta iniciativa, a Cemig expressa publicamente a decisão de fortalecer a integridade e a transparência em toda a cadeia de valor.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA CEMIG



Valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R$13.513 milhões de valor adicionado em 2023 em comparação a R$13.155 milhões em 2022, distribuídos da seguinte forma:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de colaboradores.

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1) Base de Cálculo	2023			2022		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			23.348.437			20.918.716
Resultado Operacional (RO)			2.269.734			1.492.156
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			641.741			585.749
2) Indicadores Sociais Internos	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre FPB**	**% Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre FPB**	**% Sobre RL**
Alimentação	70.650	11,01	0,30	66.682	11,38	0,32
Encargos sociais compulsórios	216.497	33,74	0,93	195.179	33,32	0,93
Previdência privada	55.154	8,59	0,24	54.365	9,28	0,26
Saúde	51.476	8,02	0,22	49.146	8,39	0,23
Segurança e medicina no trabalho	3.478	0,54	0,01	17.993	3,07	0,09
Educação	34	0,01	0,00	460	0,08	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.873	0,76	0,02	16.599	2,83	0,08
Creches ou auxílio-creche	1.691	0,26	0,01	1.632	0,28	0,01
Participação nos lucros ou resultados	101.503	15,82	0,43	39.834	6,80	0,19
Outros	6.241	0,97	0,03	9.201	1,57	0,04
Total - Indicadores Sociais Internos	**511.597**	**79,72**	**2,19**	**451.091**	**77,01**	**2,16**
3) Indicadores Sociais Externos	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**
Educação	1.240	0,05	0,01	9.929	0,67	0,05
Cultura	68.296	3,01	0,29	66.096	4,43	0,32
Esporte	18.382	0,81	0,08	4.250	0,28	0,02
Outros Doações/Subvenções/FIA/AI6%	143.981	6,34	0,62	94.707	6,35	0,45
Total das Contribuições para a Sociedade	**231.899**	**10,22**	**0,99**	**174.982**	**11,73**	**0,84**
Tributos (excluídos encargos sociais)	9.476.786	417,53	40,58	8.419.928	564,28	40,25
Total – Indicadores Sociais Externos	**9.708.685**	**427,75**	**41,58**	8.594.910	576,01	41,09
4) Indicadores Ambientais	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**
Relacionados com a operação da Companhia	27.839	1,23	0,12	20.861	1,40	0,10
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	**27.839**	**1,23**	**0,12**	**20.861**	**1,40**	**0,10**
5) Indicadores do Corpo Funcional		**2023**			**2022**	
Nº de colaboradores ao final do exercício			3.710			3.737
Nº de admissões durante o exercício			202			317
Nº de colaboradores temporários			76			23
Nº de estagiários (as) contratados (as)			64			70
Escolaridade dos colaboradores						
- Superior e extensão universitária			720			788
- 2º Grau			2.959			2.904
- 1º Grau			31			45
Nº de colaboradores acima de 45 anos			1.731			1.735
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			514			537
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			21,11%			11,36%
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			225			228
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			2,22%			1%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			120			127

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	23,02		
Número total de acidentes de trabalho (colaboradores próprios)	21		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	(x) todos os colaboradores	( ) Todos (as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a Companhia:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos os colaboradores
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação dos colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	( ) não se envolve	( ) apoia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia 238.172	no Procon 5.209	na Justiça 13.810
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$)	**Em 2023**: R$13.513 milhões		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	71,13% governo 10,24% colaboradores	71,31% governo 10,39% colaboradores	
	6,70% acionistas 6,71% terceiros	1,98% acionistas 14,93% terceiros	

7) Outras Informações	2023
Investimentos em questões ambientais	R$28 milhões
Resíduos e materiais inservíveis	60,82 mil toneladas
Receita com as vendas dos resíduos	R$44 milhões

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	2023	2022
Atendimento		
Número de consumidores (em milhares)	9.214	9.035
Número de empregados	3.710	3.737
Número de consumidores por empregado	2.484	2.418
Número de localidades atendidas	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774
Mercado		
Área de concessão (Km²)	567.478	567.478
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.565	1.495
Tarifas médias de fornecimento - incluindo ICMS (R$/MWh)		
Residencial	892,65	903,39
Comercial	1.145,86	1.106,32
Industrial	904,79	809,20
Rural	740,43	666,61
DEC (horas)	9,71	9,48
FEC (número de interrupções)	4,86	4,58
Privação de fornecimento por consumidor - minutos/mês	48,55	47,40
Operacionais		
Número de subestações	462	448
Linhas de distribuição (Km)	19.156	18.485
Redes de distribuição (Km)		
Urbana	129.704	124.946
Rural	421.675	431.413
Financeiros		
Receita operacional líquida - R$ milhões	23.348	20.919
Margem operacional - %	9,72	7,13
Lajida ou Ebitda - R$ milhões	3.103	2.229
Resultado do exercício - R$ milhões	1.611	443
Resultado do exercício por lote de 1000 ações R$	683	188
Patrimônio líquido - R$ milhões	8.883	7.105
Valor patrimonial por ação	3,77	3,00
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	18,14	6,24
Endividamento do patrimônio líquido - %	210,51	257,67
Liquidez corrente	0,87	0,98
Liquidez geral	0,83	0,77

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Presidente
Marney Tadeu Antunes	Vice-Presidente de Distribuição
Leonardo George de Magalhães	Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva	Vice-Presidente sem denominação
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Vice-Presidente de Participações
Dimas Costa	Vice-Presidente de Comercialização
Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva	Vice-Presidente Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
Jaime Leôncio Singer (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhaes (majoritário)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)	Não há
Aloísio Macário Ferreira de Souza (minoritários)	Não há
José João Abdalla Filho (preferencialistas)	Não há
Roger Daniel Versieux (minoritários)	Não há
Paulo César de Souza e Silva (minoritários)	Não há
Anderson Rodrigues (representante dos colaboradores)	Não há

CONSELHO FISCAL

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente) (majoritário)	Rodrigo Rodrigues Tavares (majoritário)
Pedro Bruno Barros de Souza (majoritário)	Luiz Fernando Medeiros Moreira (majoritário)
Lucas de Vasconcelos Gonzalez (majoritário)	Vago (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritários)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)	Não há
Roberto Tommasetti	Não há
Roberto Cesar Guindalini	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
José Ciro Mota (Industrial)	Tânia Mara Aparecida Costa Santos
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Betânia Moura Magalhães Corrêa
Edilson Avelino da Mata (Comercial)	José Luis França dos Santos
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Weber Bernardes de Andrade
Erick Nilson Souto (Poder Público)	Luiz Paulo Aparecido Gontijo Caetano
Luciano José de Oliveira (Cemig)	Alexandre Ribeiro de Almeida

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026
Endereço eletrônico
Site: www.cemig.com.br
E-mail: ri@cemig.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	447.967	440.700
Títulos e valores mobiliários	6	2.781	279.717
Consumidores e revendedores	7	3.545.064	2.761.370
Concessionários - transporte de energia	7	374.362	333.642
Tributos compensáveis	8	550.472	1.828.665
Contribuição de iluminação pública		260.730	207.286
Ativos setoriais da concessão	12b	493.934	746.031
Outros ativos		510.773	393.478
Total do circulante		**6.186.083**	**6.990.889**
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	-	1.052
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	1.884.164	2.119.494
Tributos compensáveis	8	698.446	540.281
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	113.122	76.278
Depósitos vinculados a litígios	10	662.233	651.279
Concessionários - transporte de energia	7	38.817	43.386
Outros ativos		16.648	17.327
Ativos setoriais da concessão	12b	311.637	198.059
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura	12a	1.881.509	1.369.652
Ativos de contrato	13	3.430.870	1.849.852
Intangíveis	14	12.099.390	11.314.918
Arrendamentos - direito de uso	16	259.647	240.178
Total do não circulante		**21.396.483**	**18.421.756**
Ativo total		**27.582.566**	**25.412.645**

PASSIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Empréstimos e debêntures	19	639.713	883.795
Fornecedores	17	2.024.449	1.929.723
Impostos, taxas e contribuições	18	268.455	197.890
Imposto de renda e contribuição social	9b	80.888	88.043
Salários e encargos sociais		153.285	162.661
Encargos regulatórios	20	373.039	393.389
Participação dos colaboradores e administradores no resultado		95.134	52.273
Obrigações pós-emprego	22	231.390	274.904
Contribuição de iluminação pública		424.713	312.475
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		704.653	455.273
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		1.499.524	504.052
Valores a restituir a consumidores	18	853.652	1.495.598
Arrendamentos - obrigações	16	56.294	43.602
Outros passivos		354.578	325.837
Total do circulante		**7.759.767**	**7.119.515**
Não circulante			
Empréstimos e debêntures	19	5.247.909	3.692.203
Provisões	23	1.480.183	1.342.624
Obrigações pós-emprego	22	3.379.693	3.550.093
Encargos regulatórios	20	81.147	55.437
Valores a restituir a consumidores	18	501.159	1.632.200
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	24	-	679.794
Arrendamentos - obrigações	16	230.235	216.271
Outros passivos		19.248	19.248
Total do não circulante		10.939.574	11.187.870
Total do passivo		**18.699.341**	**18.307.385**
Patrimônio líquido			
Capital social	24	6.284.312	5.371.998
Reservas de lucros	23	3.976.565	3.270.982
Ajustes de avaliação patrimonial	24	(1.377.652)	(1.537.720)
Total do patrimônio líquido		**8.883.225**	**7.105.260**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**27.582.566**	**25.412.645**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	**25**	**23.348.437**	**20.918.716**
Custos			
Custo com energia elétrica	26a	(12.656.237)	(11.938.473)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	26b	(3.600.374)	(3.193.092)
Custos de operação	26c	(3.262.761)	(2.956.091)
		(19.519.372)	**(18.087.656)**
Lucro bruto		**3.829.065**	**2.831.060**
Despesas	26c		
Perdas de créditos esperadas - PCE		(159.694)	(108.141)
Despesas gerais e administrativas		(530.776)	(569.188)
Outras despesas, líquidas		(868.861)	(661.575)
		(1.559.331)	**(1.338.904)**
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		**2.269.734**	**1.492.156**
Receitas financeiras	27	583.789	790.885
Despesas financeiras	27	(836.914)	(1.906.130)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**2.016.609**	**376.911**
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(252.278)	(548.585)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	(152.871)	615.149
Lucro líquido do exercício		**1.611.460**	**443.475**
Resultado básico e diluído por ação (em R$)	24	0,68	0,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.611.460	443.475
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes		
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 22)	242.527	447.957
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 9c)	(82.459)	(152.306)
	160.068	**295.651**
Resultado abrangente do exercício, líquido de tributos	**1.771.528**	**739.126**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**5.371.998**	**-**	**477.144**	**75.473**	**2.851.422**	**(1.833.371)**	**-**	**6.942.666**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	443.475	443.475
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	-	-	295.651	-	295.651
Resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**295.651**	**443.475**	**739.126**
Reserva legal	-	-	21.384	-	-	-	(21.384)	-
Juros sobre o capital próprio declarados e dividendos obrigatórios (R$0,2444 por ação)	-	-	-	-	(315.664)	-	(260.868)	(576.532)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	15.796	-	-	(15.796)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	145.427	-	(145.427)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**5.371.998**	**-**	**498.528**	**91.269**	**2.681.185**	**(1.537.720)**	**-**	**7.105.260**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.611.460	1.611.460
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	-	160.068	-	160.068
Resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**160.068**	**1.611.460**	**1.771.528**
Aumento de capital	644.000	(644.000)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital via JCP	268.314	-	-	-	-	-	-	268.314
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	644.000	-	-	-	-	-	644.000
Reserva legal	-	-	79.026	-	-	-	(79.026)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	30.933	-	-	(30.933)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	595.624	-	(595.624)	-
Juros sobre o capital próprio declarados e dividendos obrigatórios (R$0,3831 por ação)	-	-	-	-	-	-	(905.877)	(905.877)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**6.284.312**	**-**	**577.554**	**122.202**	**3.276.809**	**(1.377.652)**	**-**	**8.883.225**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		1.611.460	443.475
AJUSTES:			
Obrigações pós-emprego	22	414.550	448.434
Amortização	14b e 16a	833.857	738.025
Perdas de créditos esperadas	26c	177.071	108.141
Provisões	26c	285.451	397.377
Ajuste de ativos em curso	13	(7.500)	595
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	12a e 14b	81.943	57.513
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	25	(1.908.658)	(2.360.056)
Juros e variações monetárias		464.185	1.463.990
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	12a	(149.238)	(39.369)
Amortização do custo de transação de empréstimos	19	5.809	2.655
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	25	213.038	1.146.559
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9a	405.149	(66.564)
		2.427.117	2.340.775
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		(979.539)	88.495
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros		-	190.661
Tributos compensáveis	8	(164.808)	692.490
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		35.185	(375.520)
Depósitos vinculados a litígios		36.452	16.736
Ativos financeiros e de contrato da concessão		-	91.607
Contribuição de iluminação pública		(53.444)	26.029
Outros		(132.443)	(2.816)
		(1.258.597)	727.682
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		88.003	(106.993)
Impostos, taxas e contribuições		874.569	1.159.636
Salários e encargos sociais		(9.376)	21.233
Contribuição de iluminação pública		112.238	(44.631)
Encargos regulatórios	20	5.360	(246.387)
Contribuições pagas de pós-emprego	22	(385.937)	(348.875)
Provisões pagas	23	(147.892)	(128.556)
Participação dos colaboradores e administradores no resultado		42.861	(34.843)
Outros		335.604	334.141
		915.430	604.725
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**2.083.950**	**3.673.182**
Juros de empréstimos e debêntures pagos	19	(430.493)	(310.066)
Juros de arrendamento pagos	16	(2.581)	(2.555)
Juros recebidos		94.968	92.690
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**1.745.844**	**3.453.251**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	6	(2.675.077)	(5.890.752)
Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	6	2.953.120	6.030.525
Em intangível	14	(122.157)	(187.121)
Em ativos de contrato	13	(3.415.735)	(3.056.452)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(3.259.849)**	**(3.103.800)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obtenção de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos	19	1.987.943	987.522
Pagamento de arrendamento	16	(53.830)	(51.792)
Pagamento de empréstimos e debêntures	19	(835.103)	(820.008)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(221.738)	(223.167)
Aporte para aumento de capital	24	644.000	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**1.521.272**	**(107.445)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**7.267**	**242.006**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	440.700	198.694
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	5	**447.967**	**440.700**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Geração do Valor Adicionado		
Receita com venda de energia e serviços	29.651.519	27.958.657
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	3.600.374	3.193.092
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	149.238	39.369
Ajuste para perdas de créditos esperadas	(159.694)	(108.141)
	33.241.437	**31.082.977**
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(10.284.923)	(9.856.672)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(3.379.555)	(3.049.306)
Serviços de terceiros	(3.022.847)	(2.418.233)
Materiais	(2.018.415)	(2.135.575)
Outros custos	(803.947)	(536.346)
	(19.509.687)	**(17.996.132)**
Valor adicionado bruto	**13.731.750**	**13.086.845**
Retenções		
Amortização	(833.857)	(738.025)
Valor adicionado líquido	**12.897.893**	**12.348.820**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	615.923	806.069
Valor adicionado a distribuir	**13.513.816**	**13.154.889**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**1.383.314**	**1.366.177**
Remuneração direta	816.948	728.006
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	520.164	539.043
FGTS	46.202	44.849
Programa de desligamento voluntário programado	-	54.279
Impostos, taxas e contribuições	**9.612.241**	**9.380.829**
Federais	5.763.897	5.814.484
Estaduais	3.843.251	3.562.045
Municipais	5.093	4.300
Remuneração de capitais de terceiros	**906.801**	**1.964.408**
Juros	899.396	1.947.256
Aluguéis	7.405	17.152
Remuneração de capital próprio	**1.611.460**	**443.475**
Juros sobre capital próprio	905.877	260.868
Lucros retidos	705.583	182.607
	13.513.816	**13.154.889**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. ("Companhia", "Cemig D" ou "Cemig Distribuição"), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig"), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 9.214.710 consumidores em 31 de dezembro de 2023.

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R$1.574 milhões (negativo de R$129 milhões em 31 de dezembro de 2022). A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Adicionalmente, a Companhia apresenta histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade.

A Cemig D estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos existentes nas instituições financeiras em que opera, além de suporte do acionista.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios em um futuro previsível. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

A Companhia detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela Companhia são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas à fiscalização da Aneel na forma dos procedimentos de revisão tarifária definidos pela regulação previamente a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis ("custos da parcela A"); e (ii) uma parcela de custos operacionais ("custos da parcela B").

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Cemig D celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- o reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos: o indicador Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e o indicador Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, sendo que eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Revisão Tarifária Periódica

Em 23 de maio de 2023, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, conforme Resolução Homologatória (ReH) nº 3.202, de 23 de maio de 2023. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 13,27% para os consumidores, sendo 8,94%, em média, para o Grupo A (alta e média tensão) e 15,55%, em média, para o Grupo B (baixa tensão).

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão - Grupo A	8,94%
Baixa tensão - Grupo B	15,55%
Reajuste médio	**13,27%**

O percentual de reajuste correspondente aos custos gerenciáveis pela Companhia (Parcela B) foi de 0,66%, e o percentual remanescente, de 12,61% , tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 5,09% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados a compra de energia, transmissão, encargos setoriais e receitas irrecuperáveis, e; (ii) 7,52% referentes aos itens financeiros componentes da tarifa. Esse reajuste vigorará de 28 de maio de 2023 até 27 de maio de 2024.

Em função da homologação do resultado do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, conforme ReH nº 3.202, de 23 de maio de 2023, a atualização do ativo financeiro teve um acréscimo de R$39.516, considerando a data base de 30 de novembro de 2022. O acréscimo decorre da diferença entre a estimativa de atualização dos ativos utilizada pela Companhia e o Valor Novo de Reposição – VNR destes ativos homologados no processo de RTP.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC ou com as normas internacionais (IFRS).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA") é requerida pela legislação societária brasileira, para companhias abertas. Pelas IFRS, essa demonstração não é requerida e está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 21 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 29 destas demonstrações financeiras.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.4. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhes nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa 3.8, em conformidade às normas e regulamentos descritos na nota explicativa 3.1

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 / IAS 1 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

3.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, e estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 - Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia (perdas de créditos esperadas);
- Nota 9 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre o lucro);
- Nota 12 – Ativos e passivos financeiros e setoriais da concessão; (mensuração ao valor justo)
- Nota 14 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 16 – Arrendamentos (mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento);
- Nota 22 - Obrigações pós-emprego (principais premissas atuariais na mensuração das obrigações pós- emprego);
- Nota 23 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 25 - Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 29 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração do valor justo).

3.6. Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
IFRS 17/ CPC 50 – Contratos de seguro	O IFRS 17 /CPC 50 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o IFRS 4 / CPC 11 – Contratos de Seguro. A norma tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o IFRS 17 / CPC 50.
IAS 08/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações à IAS 08/ CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de "mudança nas estimativas contábeis" pela definição de "estimativas contábeis". De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
IAS 01/CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements	A Companhia adotou as alterações à IAS 1/ CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis e manteve a apresentação nas demonstrações financeiras das que foram julgadas como materiais.
IAS 12/ CPC 32 – Tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	A Companhia adotou as alterações à IAS 12/ CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. Não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

3.8. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, IAS 7/ CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/ CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco sacado")	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
IFRS 10/ CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e IAS 28/ CPC 18 (R2) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.	Ainda não definido
IFRS 16/ CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do IFRS 15 / CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS16 / CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

3.9. Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir do quarto trimestre de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, e seu desempenho é avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados monitorados e avaliados centralmente pelo principal gestor da Companhia e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia.

	2023	2022
Contas bancárias	183.361	83.858
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	263.957	309.894
Aplicações automáticas - Overnight	649	46.948
	264.606	**356.842**
	447.967	**440.700**

Os **Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 80% a 112% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (80% a 112% do CDI em 31 de dezembro de 2022), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As operações de **aplicações automáticas (overnight)** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 11,42% a 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,62% a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 29 destas demonstrações financeiras (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e (iii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em um fundo de investimento

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
Certificados de Depósitos Bancários	136	30.587
Letras Financeiras (LF) - Bancos	878	182.161
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	396	64.208
Outros	1.371	3.813
	2.781	**280.769**
Ativo circulante	**2.781**	**279.717**
Ativo não circulante	**-**	**1.052**

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDB)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variou de 103% a 104,3% em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022), conforme operação.

As **Letras Financeiras - Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% a 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,3% a 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,83% a 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 29 e 28 destas demonstrações financeiras, respectivamente.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com sua atividade.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	2023	2022
Residencial	1.027.654	369.471	283.067	276.440	328.064	2.284.696	1.800.806
Industrial	44.354	63.836	10.399	19.614	129.997	268.200	255.015
Comércio, serviços e outras	407.046	198.346	48.662	90.843	220.586	965.483	796.559
Rural	189.204	111.078	29.023	32.734	44.422	406.461	292.220
Poder público	83.114	49.192	1.887	215	12.663	147.071	97.942
Iluminação pública	48.191	562	185	-	646	49.584	12.303
Serviço público	62.446	43.014	1.485	3.748	28.109	138.802	125.823
Subtotal - consumidores	**1.862.009**	**835.499**	**374.708**	**423.594**	**764.487**	**4.260.297**	**3.380.668**
Concessionários - transporte de energia	78.835	304.324	23.489	6.680	39.115	452.443	460.272
Suprimento - energia de curto prazo	15.573	-	16.052	-	2.134	33.759	56.315
Provisão para perdas de créditos esperadas	(149.272)	(15.792)	(19.239)	(60.636)	(543.317)	(788.256)	(758.857)
	1.807.145	**1.124.031**	**395.010**	**369.638**	**262.419**	**3.958.243**	**3.138.398**
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						**3.545.064**	**2.761.370**
Concessionários - transporte de energia						**374.362**	**333.642**
Ativo não circulante							
Concessionários - transporte de energia						**38.817**	**43.386**

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 28 destas demonstrações financeiras.

As Perdas de Créditos Esperadas ("PCE") são consideradas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2023	2022
Residencial	318.772	269.007
Industrial	117.450	122.227
Comércio, serviços e outras	219.451	194.431
Rural	38.304	31.070
Poder público	26.474	26.621
Iluminação pública	1.404	(88)
Serviço público	27.137	32.346
Concessionários - transporte de energia	39.264	83.243
	788.256	**758.857**

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**774.871**
Constituições, líquidas	238.710
Baixas	(124.155)
Alteração em critério utilizado na estimativa	(130.569)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**758.857**
Constituições, líquidas (Nota 26)	159.694
Baixas	(130.295)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**788.256**

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Estimativas e julgamentos

O ajuste para perdas de créditos esperadas (PEC) é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração e aderentes às normas internacionais de contabilidade (IFRS 9 / CPC 48).

Para os clientes cativos, a Companhia adota em sua análise uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu Contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 24 meses, é considerada a expectativa de perda integral. É adotada regra diferenciada para os valores a receber provenientes do faturamento de débito irregular dada a sua natureza de maior dificuldade de cobrança. A análise é individualizada sendo ponderado na mensuração do risco de perdas o nível de solvência calculado internamente para o cliente.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas de créditos esperadas são mensuradas em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A análise no caso dos valores de faturamento de débito irregular, dada a sua natureza diferenciada de cobrança, é individualizada sendo ponderado na mensuração do risco de perdas o nível de solvência calculado internamente para o cliente.

No caso de estimativa de PEC e o reconhecimento como baixa ("default") de grandes consumidores o estudo é julgamental (análise individualizada) considerando: histórico da dívida, garantias existentes, iniciativas em andamento para recebimento dos créditos e, em alguns casos, conceito em bureaux de crédito.

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2023	2022
Circulante		
ICMS a recuperar	424.743	404.590
Cofins (a)	103.373	1.170.056
PIS/Pasep (a)	21.984	253.606
Outros	372	413
	550.472	**1.828.665**
Não circulante		
ICMS a recuperar	666.452	515.972
Cofins (a)	26.287	19.973
PIS/Pasep (a)	5.707	4.336
	698.446	**540.281**
	1.248.918	**2.368.946**

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

No exercício de 2023, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R$1.298.404 (R$1.441.893 no exercício passado).

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal ou em períodos subsequentes.

Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	2023	2022
Imposto de renda	66.297	61.390
Contribuição social	46.825	14.888
	113.122	**76.278**
Não circulante	**113.122**	**76.278**

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	2023	2022
Circulante		
Imposto de renda	54.130	77.292
Contribuição social	26.758	10.751
	80.888	**88.043**

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2022	DRE	DRA	Saldo em 31/12/2023
Ativos fiscais diferidos		-	-	
Prejuízo fiscal / base negativa	-	219.698	-	219.698
Obrigações pós-emprego	1.238.981	49.414	(82.459)	1.205.936
Perdas de créditos esperadas	295.384	15.891	-	311.275
Provisão para redução a valor recuperável	22.271	(2.586)	-	19.685
Provisão relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins (1)	523.338	(523.338)	-	-
Provisões	396.213	125.401	-	521.614
Taxa de administração	4.500	(375)	-	4.125
Participação de colaboradores e administradores no resultado	17.773	14.573	-	32.346
Direito de uso (2)	88.357	9.063	-	97.420
Outros	1.890	2.467	-	4.357
	2.588.707	**(89.792)**	**(82.459)**	**2.416.456**
Passivos fiscais diferidos		-	-	
Amortização acelerada	-	(97)	-	(97)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(212.326)	(41.819)	-	(254.145)
Encargos financeiros capitalizados	(169.801)	(12.191)	-	(181.992)
Custo de captação	(5.425)	(2.124)	-	(7.549)
Passivo de arrendamento (2)	(81.661)	(6.619)	-	(88.280)
Outros	-	(229)	-	(229)
	(469.213)	**(63.079)**	**-**	**(532.292)**
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	**2.119.494**	**(152.871)**	**(82.459)**	**1.884.164**

(1) Em 2022 houve o registro de provisão em decorrência da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O montante refere-se ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação, líquido da parcela inclusa no Reajuste Tarifário Anual de 2022 e 2023.

(2) A apresentação segregada desses ativos e passivos fiscais diferidos advém da alteração ocorrida no CPC 32/ IAS 12. Não houve impacto no resultado da Companhia, estando o efeito da mudança relacionado apenas à divulgação. Para fins de comparabilidade, a alteração foi refletida no exercício de 2022 com base nos mesmos critérios. Mais detalhes na nota explicativa nº 3.7.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2023, conforme abaixo:

2024	512.401
2025	343.402
2026	301.880
2027	301.880
2028	301.880
2029 a 2031	393.009
2032 a 2033	262.004
	2.416.456

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.016.609	376.911
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(685.647)	(128.150)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	227.000	196.021
Incentivos fiscais	36.568	42.010
Contribuições e doações indedutíveis	(4.860)	(7.419)
Ajustes de ECF de exercícios anteriores	25.209	-
Multas indedutíveis	(92.887)	(40.372)
Selic sobre indébitos tributários (1)	82.578	-
Outros	6.890	4.474
	(405.149)	**66.564**
Alíquota efetiva	20,09%	17,66%
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(252.278)**	**(548.585)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(152.871)**	**615.149**

(1) Corresponde à atualização monetária dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e ICMS Destacado x Recolhido. No exercício de 2022, o saldo dessa atualização foi tributado, porém, com a decisão favorável do STF, o saldo passou a ser excluído na apuração de 2023.

Políica contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22/ IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Tributos correntes

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Tributos diferidos

Os tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Subvenções governamentais

A Cemig possui empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Mais detalhes na nota explicativa nº 24 destas demonstrações financeiras.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro. As incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento tributário incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos. Os efeitos potenciais estão divulgados na nota explicativa nº 23.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	2023	2022
Trabalhista	**173.400**	**203.119**
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	12.849	12.198
IR/INSS indenização do anuênio (1)	228.737	218.771
JCP na base de cálculo de IR/CS (2)	81.894	67.852
IRPJ/CSLL	34.231	17.980
Outros	59.175	64.197
	416.886	**380.998**
Outros		
Regulatório	33.339	31.428
Cível	8.546	5.786
Relações de consumo	4.725	6.166
Bloqueio judicial	20.259	13.056
Patrimonial	497	4.448
Outros	4.581	6.278
	71.947	**67.162**
	662.233	**651.279**

(1) Ver detalhes na nota explicativa nº 23 - Provisões - Indenização do anuênio;
(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 23 - Provisões - Juros sobre Capital Próprio (JCP).

11. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

A Companhia reconhece como receita de subsídios tarifários os valores incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público, que são reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE). Também são reembolsados via CDE as subvenções de baixa renda, o subsídio relativo ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023 para compensação de geração distribuída, e o subsídio referente aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

No exercício de 2023, o montante apropriado como receita de subsídios reembolsados via CDE totalizou o montante de R$1.564.705 (R$1.689.264 no exercício de 2022) e os demais subsídios, que incluem bandeiras tarifárias e o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, totalizou o montante de R$77.984 (R$284.423 no exercício de 2022). Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R$187.066 (R$153.402 em 31 de dezembro de 2022), reconhecidos no ativo circulante em "Outros ativos".

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	2023	2022
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	1.881.509	1.369.652
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros (b)	805.571	944.090
	2.687.080	**2.313.742**
Ativo circulante	**493.934**	**746.031**
Ativo não circulante	**2.193.146**	**1.567.711**

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia se enquadra nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig D e a Aneel.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**683.729**
Transferências de ativos de contrato (Nota 13)	761.711
Transferência para o ativo intangível (nota 14)	(22.581)
Adições obrigações especiais	(91.607)
Baixas	(969)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	39.369
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.369.652**
Transferências de ativos de contrato (Nota 13)	363.838
Realização	(1.219)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (Nota 25)	149.238
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.881.509**

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se às diferenças entre os custos não gerenciáveis previstos pela Aneel e reconhecidos na tarifa no início do período tarifário e os custos não gerenciáveis efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem um direito quando os custos efetivamente incorridos são superiores aos custos previstos na tarifa, ou uma obrigação quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Conforme estabelecido no Termo aditivo do contrato de concessão, existe a garantia de que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos e a movimentação desses ativos e passivos financeiros setoriais estão apresentados pelo valor líquido por ciclo tarifário, em conformidade com os reajustes tarifários homologados ou a serem homologados demonstrados a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências (2)	Saldos em 31/12/2023	Valores em amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
CVA ativa	**(344.768)**	**1.597.476**	**(2.527.525)**	**259.544**	**331.434**	**(683.839)**	**(434.529)**	**(249.310)**	**(582.250)**	**(101.589)**
Aquisição de energia (CVA energia)	(1.787.316)	1.212.934	(1.222.604)	160.984	527.782	(1.108.220)	(442.509)	(665.711)	(836.600)	(271.620)
Custo da energia de Itaipu	594.261	(40.412)	(455.193)	43.857	(113.674)	28.839	142.514	(113.675)	75.256	(46.417)
Proinfa	31.112	-	(41.958)	834	(9.726)	(19.738)	(18.760)	(978)	(19.339)	(399)
Transporte rede básica	215.794	388.095	(265.240)	39.212	35.107	412.968	113.569	299.399	290.713	122.255
Transporte de energia Itaipu	17.966	60.670	(20.434)	4.078	4.807	67.087	13.829	53.258	45.340	21.747
ESS	582.526	(23.811)	(379.605)	7.346	(248.465)	(62.009)	(242.331)	180.322	(135.640)	73.631
CDE	889	-	(142.491)	3.233	135.603	(2.766)	(841)	(1.925)	(1.980)	(786)
Demais ativos financeiros setoriais	**1.288.858**	**1.254.556**	**(1.388.410)**	**204.857**	**129.549**	**1.489.410**	**523.142**	**966.268**	**1.076.184**	**413.226**
Quota parte de energia nuclear	105.120	102.784	(85.832)	16.212	-	138.284	50.905	87.379	102.604	35.680
Neutralidade da parcela A	203.307	168.444	(50.991)	5.017	60.504	386.281	(28.614)	414.895	362.900	23.381
Sobrecontratação de energia (1)	749.583	643.203	(528.852)	57.966	-	921.900	348.740	573.160	687.860	234.040
Devoluções tarifárias	(70.690)	-	-	-	(17.046)	(87.736)	(25.065)	(62.671)	(66.960)	(20.776)
Outros	301.538	340.125	(722.735)	125.662	86.091	130.681	177.176	(46.495)	(10.220)	140.901
Total ativos financeiros setoriais	**944.090**	**2.852.032**	**(3.915.935)**	**464.401**	**460.983**	**805.571**	**88.613**	**716.958**	**493.934**	**311.637**
Passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CVA passiva	**-**	**(1.706.410)**	**2.379.230**	**(341.386)**	**(331.434)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aquisição de energia (CVA energia)	-	(1.178.579)	1.940.513	(234.152)	(527.782)	-	-	-	-	-
Custo da energia de Itaipu	-	(109.148)	-	(4.526)	113.674	-	-	-	-	-
Proinfa	-	(31.319)	25.259	(3.666)	9.726	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	-	-	35.107	-	(35.107)	-	-	-	-	-
Transporte de energia Itaipu	-	-	4.590	217	(4.807)	-	-	-	-	-
ESS	-	(506.581)	370.804	(112.688)	248.465	-	-	-	-	-
CDE	-	119.217	2.957	13.429	(135.603)	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	**-**	**(729.464)**	**907.509**	**(46.946)**	**(131.099)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Neutralidade da parcela A	-	(58.381)	123.734	(4.849)	(60.504)	-	-	-	-	-
Devoluções tarifárias	-	(87.869)	73.113	(2.290)	17.046	-	-	-	-	-
Outros	-	(583.214)	710.662	(39.807)	(87.641)	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	**-**	**(2.435.874)**	**3.286.739**	**(388.332)**	**(462.533)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total dos ativos e passivos financeiros Setoriais (líquido)	**944.090**	**416.158**	**(629.196)**	**76.069**	**(1.550)**	**805.571**	**88.613**	**716.958**	**493.934**	**311.637**

(1) O ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo nos anos de 2017 e 2018, provisoriamente repassado aos consumidores pela ANEEL nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, foi recuperado pela Companhia nos reajustes tarifários de 2021 (parcialmente) e de 2023, ambos relativos à sobrecontratação de 2017. Tal efeito foi possível em razão da publicação do despacho ANEEL n° 2.168, de 2022, reconhecendo a integralidade da sobrecontratação de 2017 como voluntária. Em relação à sobrecontratação de 2018, no valor de R$30.024, houve a publicação do despacho de involuntariedade nº 4.395 em 10 de novembro de 2023, garantindo a recuperação no próximo reajuste tarifário. No que diz respeito ao valor constituído no período, há um alto volume de sobra de energia, observada no mercado de forma geral, liquidado no Mercado de Curto Prazo por um PLD baixo. Essas sobras de energia devem-se, principalmente, em razão do aumento crescente da energia injetada pelas instalações MMGD.
(2) Adicionalmente às transferências ocorridas entre ativos e passivos financeiros setoriais, houve uma transferência de R$1.550 para o grupo "Outros ativos".

Política contábil

Ativos vinculados à concessão

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

A parcela dos ativos da concessão que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou alguém por ele determinado. O direito incondicional de receber caixa decorre do contrato de concessão.

CVA e outros componentes financeiros

Os ativos e passivos financeiros setoriais se originam da diferença temporal entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Esse mecanismo de reposicionamento tarifário garante o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia elétrica. Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão. Esses ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes

Estimativas e julgamentos

Ativos vinculados à concessão

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. Os adicionados após o processo de RTP são estimados, podendo ser alterados, para fins de definição da indenização ao término da concessão.

Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão.

13. ATIVOS DE CONTRATO

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.926.652**
Adições	3.097.578
Transferências para o ativo financeiro (Nota 12)	(761.711)
Transferências para o ativo intangível (Nota 14)	(2.412.072)
Ajuste de ativos em curso (1)	(595)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.849.852**
Adições	3.478.217
Transferências para o ativo financeiro (Nota 12)	(363.838)
Transferências para o ativo intangível (Nota 14)	(1.540.861)
Ajuste de ativos em curso (1)	7.500
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.430.870**

(2) Refere-se à reversão de provisões, registradas em exercícios anteriores, para perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas). A reversão fez-se necessária uma vez que algumas obras foram retomadas e finalizadas.

Dentre as adições realizadas no exercício de 2023, no montante de R$3.478.217, está contemplado o montante de R$62.482 (R$41.126 no exercício de 2022) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 19. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 12,25%. A natureza das adições em ativos de contrato é apresentada na nota nº 26b. As adições estão representadas em "Receita de construção de infraestrutura de distribuição" na nota explicativa 25.

A Companhia não identificou indícios de perda no valor recuperável dos seus ativos de contrato.

A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e por isso não está refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Política contábil

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/ IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados.

Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível. Os ativos amortizados dentro do prazo da concessão, são classificados como ativo intangível. A parcela dos ativos não amortizada dentro do prazo de concessão, que será objeto de indenização ao final da concessão, é classificada como ativo financeiro. A política contábil da Companhia em relação à redução ao valor recuperável se encontra na nota explicativa 3.6

14. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 13 destas demonstrações financeiras.

a) Composição do saldo

	2023			2022		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	**27.525.998**	**(11.928.214)**	**15.597.784**	**25.760.065**	**(11.151.378)**	**14.608.687**
(-) Obrigações especiais (Nota 15)	(5.690.916)	2.019.803	(3.671.113)	(5.287.534)	1.809.300	(3.478.234)
Ativos da concessão líquidos	**21.835.082**	**(9.908.411)**	**11.926.671**	**20.472.531**	**(9.342.078)**	**11.130.453**
Intangível em curso	172.719	-	172.719	184.465	-	184.465
Total do intangível	**22.007.801**	**(9.908.411)**	**12.099.390**	**20.656.996**	**(9.342.078)**	**11.314.918**

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**9.449.638**
Adições	95.514
Transferência de ativo financeiro (nota 12)	22.581
Outras transferências	91.607
Baixas	(56.544)
Transferência de ativos de contrato (Nota 13)	2.412.072
Amortização	(699.950)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**11.314.918**
Adições	122.157
Baixas	(80.724)
Transferência de ativos de contrato (Nota 13)	1.540.861
Amortização	(797.822)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**12.099.390**

As principais taxas anuais de amortização encontram-se apresentadas a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,95%	14,84%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão. A natureza das adições em intangível é apresentada na nota nº 26b. As adições estão representadas em "Receita de construção de infraestrutura de distribuição" na nota explicativa 25.

Política contábil

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado como "Outras despesas, líquidas".

Estimativas e julgamentos

A amortização desses ativos da concessão reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

Os intangíveis são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

As taxas anuais de amortização consideram a vida útil esperada dos ativos e refletem o seu padrão de consumo esperado e são revisadas anualmente pela Administração.

15. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

As obrigações vinculadas à concessão representam a participação de terceiros, consumidores, União, Estados e Municípios, dentre outros, em obras para fornecimento de energia elétrica, conforme estabelecido nos regulamentos específicos.

A composição das obrigações vinculadas à concessão é a apresentada a seguir:

Obrigações Vinculadas à Concessão	2023	2022
Participação Financeira do Consumidor	(5.283.276)	(4.753.794)
Participação da União, Estados e Municípios (1)	(637.219)	(593.689)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(306.080)	(306.080)
Outros, Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos	(356.225)	(351.017)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(95.552)	(95.552)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(4.071)	(4.071)
Pesquisa e Desenvolvimento	(12.156)	(6.967)
Atualização Financeira Obrigações Especiais	(18.513)	-
(-) Amortização Acumulada	2.019.803	1.809.300
Total	**(4.693.289)**	**(4.301.870)**

Alocação	2023	2022
Infraestrutura em construção - Ativo de Contrato	(889.790)	(732.030)
Infraestrutura - Intangível em Serviço (Nota 14)	(3.671.113)	(3.478.234)
Infraestrutura - Ativo Financeiro	(132.386)	(91.606)
Total	**(4.693.289)**	**(4.301.870)**

(1) A participação dos municípios é a mais relevante da rubrica Participação da União, Estados e Municípios (70% do saldo) e, de modo geral, são obras relativas à extensão e modificação de redes de distribuição não universalizadas.

A taxa de amortização das obrigações vinculadas é a taxa média da atividade à qual o ativo foi incorporado. A média anual é 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,72%

16. ARRENDAMENTOS

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa; e
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Contratos celebrados de janeiro a dezembro de 2022 (1)		
Até 5 anos	6,48	0,53
De 6 a 10 anos	6,59	0,54
De 11 a 15 anos	6,64	0,54
De 16 a 30 anos	6,65	0,54
Contratos celebrados de janeiro a dezembro de 2023(1)		
Até 7 anos	6,82	0,55
De 8 a 9 anos	6,90	0,56
De 10 a 12 anos	6,99	0,57
De 13 a 22 anos	7,19	0,58

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**148.401**	**28.408**	**176.809**
Baixa (contratos encerrados)	(4.090)	-	(4.090)
Adição	1.272	89.583	90.855
Amortização	(7.813)	(30.768)	(38.581)
Remensuração (2)	12.025	3.160	15.185
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**149.795**	**90.383**	**240.178**
Baixa (contratos encerrados)	(4.310)	-	(4.310)
Adição	4.231	-	4.231
Amortização (1)	(8.546)	(28.053)	(36.599)
Remensuração (2)	7.197	48.950	56.147
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**148.367**	**111.280**	**259.647**

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R$565 no exercício de 2023 (R$506 no exercício de 2022); a taxa anual média ponderada de amortização é 5,92% para Imóveis e 21,01% para Veículos.

(20 A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**191.012**
Adição	90.855
Baixas (contratos encerrados)	(4.418)
Juros incorridos	21.586
Arrendamentos pagos	(51.792)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.555)
Remensuração	15.185
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**259.873**
Adição	4.231
Baixas (contratos encerrados)	(5.092)
Juros incorridos (1)	27.781
Arrendamentos pagos	(53.830)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.581)
Remensuração	56.147
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**286.529**
Passivo circulante	**56.294**
Passivo não circulante	**230.235**

(1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R$1.483 no exercício de 2023 (R$1.404 no exercício de 2022).

(2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguitne, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa. As transações envolvendo partes relacionadas estão na nota explicativa 28.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamentos, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	608.305	286.529
PIS/Pasep e Cofins potencial	43.505	15.238

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2024	58.879
2025	58.666
2026	58.440
2027	48.556
2028	22.703
2029 a 2049	361.061
Valores não descontados	**608.305**
Juros embutidos	(321.776)
Passivo de arrendamentos	**286.529**

Política contábil

Ativos de direito de uso

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento, os quais incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos relativos a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Estimativas e julgamentos

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) /IFRS 16.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, como descrito na nota explicativa nº 16 destas demonstrações financeiras.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

17. FORNECEDORES

	2023	2022
Energia de curto prazo - CCEE	128.122	95.928
Encargos de uso da rede elétrica (1)	242.661	204.119
Energia elétrica comprada para revenda	746.018	682.239
Itaipu binacional	239.780	273.618
Materiais e serviços	667.868	673.819
	2.024.449	**1.929.723**

(1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de câmbio e de liquidez relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 29 dessas demonstrações financeiras.

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	2023	2022
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	63.813	53.004
Cofins	92.459	72.901
PIS/Pasep	19.989	15.661
INSS	35.021	27.589
ISSQN	18.112	16.191
Outros	39.061	12.544
	268.455	**197.890**
Valores a restituir a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	512.852	1.154.798
ICMS (1)	340.800	340.800
	853.652	**1.495.598**
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	501.159	1.632.200
	1.354.811	**3.127.798**
	1.623.266	**3.325.688**

(1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Ainda estão pendentes de definição os montantes a serem devolvidos bem como a forma de devolução, uma vez que o tema vem sendo discutido na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195 do Distrito Federal, bem como junto à Sefaz/MG pela Cemig. Neste sentido, o valor provisionado pela Companhia não sofreu qualquer alteração no período em função desta indefinição. Ademais, a Companhia registrou um ativo referente ao ICMS a recuperar frente ao Estado de Minas Gerais na mesma proporção, que também não sofreu qualquer alteração.

A movimentação do PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.836.314**
ICMS a restituir	340.800
Restituição aos consumidores	(2.360.056)
Atualização financeira- Selic	831.730
Complemento crédito tributário Lei Nº 14.385/2022	1.479.010
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.127.798**
Restituição aos consumidores	(1.908.658)
Fiscalização Receita Federal	(66.681)
Atualização financeira- Selic	202.352
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.354.811**

Em decorrência da fiscalização realizada pela Receita Federal do Brasil, com o objetivo de auditar o crédito habilitado pela Companhia, foi constatada uma redução de R$66.681 no crédito total, dos quais R$23.223 correspondem ao crédito original. Essa redução foi registrada em maio de 2023, tanto no ativo quanto no passivo, resultando na diminuição equivalente do valor a ser restituído aos consumidores.

Até 31 de dezembro de 2023 já foi restituído o montante de R$5.852.029 aos consumidores.

19. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2023						2022
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circu-lante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R$	-	-	-	2.380
Total de empréstimos				-	-	-	2.380
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2025	IPCA + 5,10%	R$	330.746	304.242	634.988	911.878
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (1)	2024	CDI + 0,454%	R$	271.109	-	271.109	814.697
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	2026	IPCA + 4,10%	R$	2.794	1.945.316	1.948.110	1.864.547
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série (1)	2027	CDI + 1,35%	R$	2.212	500.000	502.212	503.095
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série (1)	2029	IPCA + 6,10%	R$	1.238	528.830	530.068	507.408
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única (1)	2026	CDI + 2,05%	R$	32.032	2.000.000	2.032.032	-
(-) Desconto na emissão de debêntures (2)				-	(8.692)	(8.692)	(12.048)
(-) Custos de transação				(418)	(21.787)	(22.205)	(15.959)
Total de debêntures				**639.713**	**5.247.909**	**5.887.622**	**4.573.618**
Total geral				**639.713**	**5.247.909**	**5.887.622**	**4.575.998**

(1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;

(2) Desconto na 7ª e 8ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série;

Captação de recursos

Em 6 de junho de 2023, a Companhia concluiu todos os procedimentos relacionados à liquidação financeira da 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública sob o rito de regime automático de distribuição, nos termos da regulamentação da CVM.

Foram emitidas 2 milhões de Debêntures, perfazendo o valor total de R$2.000.000 (dois bilhões de reais), à taxa de remuneração de CDI + 2,05% com vencimento em 3 anos. O saldo do valor nominal unitário das Debêntures será pago em duas parcelas, sendo o primeiro pagamento (50% do saldo) em 15 de maio de 2025 e o segundo, do saldo remanescente, em 15 de maio de 2026, data do vencimento principal. Os recursos captados serão destinados à recomposição de caixa da Cemig D, compreendendo, mas não se limitando, à operação da Cemig D e aos investimentos realizados.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única	Junho de 2023	2026	CDI + 2,05%	2.000.000
(-) Custos de transação				(12.057)
Total de captações				**1.987.943**

A agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AA+(bra) à Emissão.
A composição dos empréstimos e debêntures por indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Indexadores							
IPCA (1)	334.778	1.276.900	972.658	-	264.415	264.415	3.113.166
CDI (3)	305.353	1.000.000	1.000.000	500.000	-	-	2.805.353
Total por Indexadores	640.131	2.276.900	1.972.658	500.000	264.415	264.415	5.918.519
(-) Custos de transação	(418)	(6.212)	(6.154)	(749)	(4.336)	(4.336)	(22.205)
(-) Desconto	-	(4.199)	(4.199)	-	(147)	(147)	(8.692)
Total geral	**639.713**	**2.266.489**	**1.962.305**	**499.251**	**259.932**	**259.932**	**5.887.622**

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
Os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos tiveram as seguintes variações nos exercícios apresentados:

Indexador	Variação acumulada em 2023 (%)	Variação acumulada em 2022 (%)
IPCA	4,62	5,79
CDI	13,04	12,39

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**4.247.161**
Debêntures obtidas	1.000.000
Custos de transação	(12.103)
Desconto na emissão de títulos	(375)
Captações líquidas	**987.522**
Variação monetária	162.341
Encargos financeiros provisionados	306.393
Amortização do custo de transação	2.655
Encargos financeiros pagos	(310.066)
Amortização de principal	(820.008)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**4.575.998**
Debêntures obtidas	2.000.000
Custos de transação	(12.057)
Captações líquidas	**1.987.943**
Variação monetária	134.791
Encargos financeiros provisionados	448.677
Amortização do custo de transação	5.809
Encargos financeiros pagos	(430.493)
Amortização de principal	(835.103)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.887.622**

Encargos financeiros capitalizados
Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos e debêntures.
A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2023	2022
Encargos de empréstimos e debêntures	448.677	306.393
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato (1) (Nota 13)	(62.482)	(41.126)
Efeito líquido no resultado	**386.195**	**265.267**

(1) A taxa média de capitalização foi de 11,99% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (11,33% a.a. em 31 de dezembro de 2022).
Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.
Garantias
Em 31 de dezembro de 2023, o saldo devedor dos empréstimos é garantido da seguinte forma:

Aval e recebíveis	2.207.947
Aval e fianças	634.862
Fiança	3.044.813
TOTAL	**5.887.622**

Cláusulas contratuais restritivas - "*Covenants*"
Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R$50 milhões ("*cross default*").
A Companhia possuem contratos com Cláusulas Restritivas ("Covenants") financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª, 8ª e 9ª emissões de Debêntures (1)	Dívida líquida / Lajida ajustado (2)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual

(1) O não cumprimento dos *covenants* financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
(2) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
A Administração monitora esse índice de forma contínua.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2023	2022
Passivo		
Programa de eficiência energética - PEE (1)	187.177	220.801
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (a)	126.468	112.458
Pesquisa Expansão Sistema Energético (a)	3.468	3.226
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (a)	7.219	6.735
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	66.818	46.557
CDE sobre P&D (2)	2.166	2.021
CDE sobre PEE (2)	7.785	4.041
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	2.199	2.101
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
	454.186	**448.826**
Passivo circulante	**373.039**	**393.389**
Passivo não circulante	**81.147**	**55.437**

(1) O Programa de Eficiência Energética (PEE) tem o objetivo de promover o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia. Para tanto, concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente um montante de sua receita líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico;
(2) Refere-se ao valor transferido da conta de P&D, que será pago a título de CDE sobre P&D, em conformidade ao Despacho Aneel nº 904, de 30 de março de 2021;
(3) Iniciou-se em maio de 2021 a cobrança da conta CDE - Conta Covid, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.
a) Pesquisa e desenvolvimento e inovação
A Companhia deve destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. A movimentação dos saldos relacionados segue abaixo.

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Recolhimento	Investimento	Correção monetária (Selic)	Saldo em 31/12/2023
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	6.735	49.459	(48.975)	-	-	7.219
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.226	24.729	(24.487)	-	-	3.468
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	112.458	27.087	-	(27.307)	14.230	126.468

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Recolhimento	Investimento	Correção monetária (Selic)	Saldo em 31/12/2022
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	7.638	36.286	(37.189)	-	-	6.735
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.677	18.143	(18.594)	-	-	3.226
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	89.947	25.400	-	(14.207)	11.318	112.458

21. CONTAS A PAGAR RELACIONADO A ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES
O Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) consiste em um sistema no qual a energia elétrica injetada por unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída é cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local e, posteriormente, compensada como consumo de energia elétrica.
O saldo da obrigação representa o volume de energia a compensar mensurado pela tarifa de energia da distribuição, vigente.
Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no passivo circulante era de R$704.653 (R$455.273 em 31 de dezembro de 2022). Esse aumento decorre principalmente do aumento do número de instalações geradoras (249.241 em dezembro de 2023, comparada a 191.153 em dezembro de 2022) e do aumento na quantidade de energia injetada (4.720 GWh no exercício de 2023, comparado a 3.041 GWh no exercício de 2022).

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO
Fundo de pensão Forluz (plano de pensão e suplementação de aposentados)
A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.
A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:
Plano misto de benefícios previdenciários ("Plano B") - Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.
Plano saldado de benefícios previdenciários ("Plano A") - Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.
A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para um Plano de Saúde Integrado (PSI) e um plano odontológico para os colaboradores, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.
Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras
A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico CPC 33 (R1)/ IAS 19 - Benefícios a colaboradores e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2023.
Plano de saúde e odontológico
A partir de dezembro de 2022, a Cemig Saúde passou a ofertar um novo plano de saúde, denominado Plano Premium, o qual foi ofertado, de forma facultativa ao PSI, a todos colaboradores ativos da Cemig e integralmente custeado pela Companhia. Em contrapartida ao custeio integral pela Companhia, os colaboradores que fizessem a adesão ao novo plano deixariam de ter a contribuição da Cemig para o custeio do plano de saúde no período de aposentadoria. O período para as adesões nas condições propostas pela Companhia se encerrou em 31 de janeiro de 2023 e, até a citada data houve a migração de uma parcela de colaboradores para o Plano Premium, reduzindo o número de colaboradores cobertos pelo PSI.
À luz do IAS 19/ CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, tal situação é um evento de encurtamento (*curtailment*), o qual levou à necessidade de que a Companhia remensurasse seus passivos pós-emprego. Os efeitos do encurtamento do plano foram reconhecidos no resultado, no primeiro trimestre de 2023, como custo do serviço passado, no montante de R$33.123 para o plano de saúde e de R$867 para o plano odontológico.
Vale ressaltar que o evento de encurtamento apurado para o primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R$43.088 para o plano de saúde e de R$649 para o plano odontológico, registrados como outros resultados abrangentes no primeiro trimestre de 2023.
Equacionamento do déficit do plano A da Forluz
A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2023, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits é de R$377.390 (R$396.483 em 31 de dezembro de 2022, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela *Price*) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R$248.910, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R$128.480. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.
Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020 e 2021. Para o caso dos equacionamentos de déficit, na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.
A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realiza pagamentos em consignação em conta de depósito judicial, que ficam à disposição da Forluz para serem resgatados a qualquer momento, no banco oficial. Os depósitos são constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit de 2019, 2020 e 2021, conforme segue:

	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021
Início da consignação	Maio de 2021	Abril de 2022	Junho de 2023
Montante total solicitado pela Forluz	R$116.228	R$182.316	R$485.205
Montante considerando a paridade contributiva	R$58.114	R$91.158	R$242.603
Número de parcelas	166	158	159
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 6%	IPCA + 6%
Saldo depositado em 31 de dezembro de 2023	R$19.519	R$18.771	R$14.684

Em relação ao Equacionamento do Déficit de 2019, a Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra a patrocinadora Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R$116.228. Em 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.
Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R$65.417 (R$182.140 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela *Price*) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.
Informações atuariais
As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

2023	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Valor presente das obrigações	7.186.243	2.177.881	38.483	9.402.607
Valor justo dos ativos do plano	(5.804.379)	-	-	(5.804.379)
Passivo líquido inicial	**1.381.864**	**2.177.881**	**38.483**	**3.598.228**
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	12.855	-	-	12.855
Passivo líquido no balanço patrimonial	**1.394.719**	**2.177.881**	**38.483**	**3.611.083**

2022	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Valor presente das obrigações	6.766.866	2.392.168	43.413	9.202.447
Valor justo dos ativos do plano	(5.441.522)	-	-	(5.441.522)
Passivo líquido inicial	**1.325.344**	**2.392.168**	**43.413**	**3.760.925**
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	64.072	-	-	64.072
Passivo líquido no balanço patrimonial	**1.389.416**	**2.392.168**	**43.413**	**3.824.997**

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.
O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.
Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021	**7.225.191**	**2.503.024**	**46.763**	**9.774.978**
Custo do serviço corrente	987	11.448	261	12.696
Custo do serviço passado (2)	(2.601)	-	-	(2.601)
Juros sobre a obrigação atuarial	735.238	261.416	4.883	1.001.537
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(4.312)	(1.046)	67	(5.291)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(508.981)	(222.897)	(3.950)	(735.828)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(36.130)	(10.544)	(2.011)	(48.685)
	(549.423)	**(234.487)**	**(5.894)**	**(789.804)**
Benefícios pagos	(642.526)	(149.233)	(2.600)	(794.359)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022	**6.766.866**	**2.392.168**	**43.413**	**9.202.447**
Custo do serviço corrente	161	8.598	197	8.956
Custo do serviço passado (2)	-	(33.123)	(867)	(33.990)
Juros sobre a obrigação atuarial	756.780	267.946	4.847	1.029.573
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	21.348	402	21.750
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	443.432	170.240	3.120	616.792
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(130.878)	(491.060)	(9.879)	(631.817)
	312.554	**(299.472)**	**(6.357)**	**6.725**
Benefícios pagos	(650.118)	(158.236)	(2.750)	(811.104)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023	**7.186.243**	**2.177.881**	**38.483**	**9.402.607**

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

(1) Referentes às alterações nas condições do Plano B para requerimento da Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade – MAT.
(2) Referentes às adesões dos colaboradores ao novo plano de saúde ofertado pela Companhia, denominado Plano Premium.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	**5.614.388**
Retorno real dos investimentos	272.618
Contribuições do empregador	197.042
Benefícios pagos	(642.526)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	**5.441.522**
Retorno real dos investimentos	788.024
Contribuições do empregador	224.951
Benefícios pagos	(650.118)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	**5.804.379**

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2023 e 2022 são como segue:

2023	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	161	8.598	197	8.956
Custo do serviço passado	-	(33.123)	(867)	(33.990)
Juros sobre a obrigação atuarial	756.780	267.946	4.846	1.029.572
Rendimento sobre os ativos do plano	**(589.988)**	**-**	**-**	**(589.988)**
Despesa total em 2023 conforme cálculo atuarial	**166.953**	**243.421**	**4.176**	**414.550**

2022	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	987	11.448	261	12.696
Custo do serviço passado	(2.601)	-	-	(2.601)
Juros sobre a obrigação atuarial	735.238	261.416	4.883	1.001.537
Rendimento sobre os ativos do plano	**(563.198)**	**-**	**-**	**(563.198)**
Despesa total em 2022 conforme cálculo atuarial	**170.426**	**272.864**	**5.144**	**448.434**

Movimentação do passivo líquido

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	**1.623.608**	**2.503.024**	**46.763**	**4.173.395**
Despesa reconhecida no resultado	173.027	272.864	5.144	451.035
Custo do serviço passado	(2.601)	-	-	(2.601)
Contribuições pagas	(197.042)	(149.233)	(2.600)	(348.875)
Perdas (ganhos) atuariais	(207.576)	(234.487)	(5.894)	(447.957)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	**1.389.416**	**2.392.168**	**43.413**	**3.824.997**
Despesa reconhecida no resultado	166.953	276.544	5.043	448.540
Custo do serviço passado	-	(33.123)	(867)	(33.990)
Contribuições pagas	(224.951)	(158.236)	(2.750)	(385.937)
Perdas (ganhos) atuariais	63.302	(299.472)	(6.357)	(242.527)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	**1.394.720**	**2.177.881**	**38.482**	**3.611.083**

	2023	2022
Passivo circulante	**231.390**	**274.904**
Passivo não circulante	**3.379.693**	**3.550.093**

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.
Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.
Os valores registrados na despesa, reconhecida no resultado de 2023, referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R$400.163 (R$419.633 em 31 de dezembro de 2022), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R$14.388 (R$28.801 em 31 de dezembro de 2022), reconhecidos no resultado financeiro do exercício de 2023 (R$24.522 no exercício de 2022).

Análise de sensibilidade e estimativas para o exercício seguinte

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2024 é como segue:

2024	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	736	4.908	93	5.737
Juros sobre a obrigação atuarial	620.550	190.163	3.345	814.058
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(494.672)	-	-	(494.672)
Estimativa de despesa total em 2024 conforme cálculo atuarial	**126.614**	**195.071**	**3.438**	**325.123**

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2024 é como segue:

2024	Planos de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	658.914	158.692	3.129	820.735

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2024 no montante de R$111.527 para amortização de déficit do Plano A e de R$57.419 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).
A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas significativas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	201.216	43.387	781	245.384
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	(183.517)	(44.133)	(794)	(228.444)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	670.738	251.764	4.408	926.910
Acréscimo de 1% na taxa de desconto	(573.463)	(227.707)	(3.990)	(805.160)

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial.
Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico
Plano A	Plano B		
8,38	10,26	9,92	9,79

As principais categorias de ativos do plano são as seguintes:

	2023	2022
Ações e títulos de renda variável	786.598	350.968
Títulos de renda fixa	4.390.326	4.183.966
Imóveis	258.308	266.071
Outros	369.147	640.517
Total	**5.804.379**	**5.441.522**

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Companhia e são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação:

	2023	2022
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	95.536	136.672
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia	212.575	208.710
	308.111	**345.382**

Principais premissas atuariais

	2023		2022	
	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,03%	9,07%	11,73%	11,83%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,03%	Não aplicável	11,73%	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,50%	3,50%	5,31%	5,31%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,50%	Não aplicável	5,31%	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 M S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Álvaro Vindas Desagravo 30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1,00%	-	1,00%

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Política contábil

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Estimativas e julgamentos

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os colaboradores, os benefícios relacionados. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.
Para o caso dos planos de saúde e odontológico, os passivos são apurados pelo cálculo do valor presente das obrigações futuras a serem realizadas pela Companhia, considerando a manutenção do nível contributivo vigente, a previsão de reajuste real dos valores e a atualização futura das contribuições pela variação de índice compatível com os Regulamentos e o histórico dos custos dos planos.
Os cálculos atuariais ocorrem a cada encerramento do exercício, e envolvem o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.
Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.
Tanto o custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, quanto o ganho ou a perda na liquidação das obrigações são determinados a partir da remensuração do valor presente líquido da obrigação, devido à revisão de premissas atuariais, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração.

23. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.
Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	2022	Adições	Reversões	Liquidações	2023
Trabalhistas	297.311	99.337	(2.458)	(74.812)	319.378
Cíveis					
Relações de consumo	36.679	65.166	(8.591)	(51.178)	42.076
Outras ações cíveis	32.687	22.963	-	(17.962)	37.688
	69.366	**88.129**	**(8.591)**	**(69.140)**	**79.764**
Tributárias	937.320	96.194	-	(387)	1.033.127
Regulatórias	34.293	4.758	(294)	(2.157)	36.600
Outras	4.334	8.969	(593)	(1.396)	11.314
Total	**1.342.624**	**297.387**	**(11.936)**	**(147.892)**	**1.480.183**

	2021	Adições	Reversões	Liquidações	2022
Trabalhistas	293.731	87.052	(18.991)	(64.481)	297.311
Cíveis					
Relações de consumo	31.015	40.713	(7)	(35.042)	36.679
Outras ações cíveis	36.127	10.856	(3.439)	(10.857)	32.687
	67.142	**51.569**	**(3.446)**	**(45.899)**	**69.366**
Tributárias	797.442	182.686	(42.436)	(372)	937.320
Regulatórias	32.545	4.547	(2.063)	(736)	34.293
Outras	12.730	17.081	(8.409)	(17.068)	4.334
Total	**1.203.590**	**342.935**	**(75.345)**	**(128.556)**	**1.342.624**

Há ações judiciais cuja expectativa de desembolso de caixa é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, que as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

Perda Possível	**2023**	**2022**
Trabalhistas	1.145.327	997.927
Cíveis		
Relações de consumo	306.055	194.128
Outras ações cíveis	486.699	444.688
	792.754	638.816
Tributárias	1.373.073	1.191.496
Regulatórias	684.929	869.338
Outras	1.116.568	949.190
Total	**5.112.651**	**4.646.767**

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados seja pago em períodos superiores a 12 meses.
A Companhia acredita que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.
As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de R$230.949 (R$152.686 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$12.506 (R$10.091 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus colaboradores entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.
O montante das contingências é de R$1.073.574 (R$982.070 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$918.668 (R$829.721 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos colaboradores, no exercício de 2006, no montante de R$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R$87.268, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.
Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante das contingências é de R$228.738 (R$218.772 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$101.953 (R$97.508 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de R$124.361 (R$112.362 em 31 de dezembro de 2022). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R$65.558 (R$60.454 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R$409.275 (R$355.930 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio ("JCP") no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. Adicionalmente, foi realizada a constituição de depósito judicial no valor de R$81.894 (R$67.852 em 31 de dezembro de 2022). O montante das contingências é de R$73.983 (R$66.693 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do PROINFA e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R$199.762 (R$179.848 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus colaboradores e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

O montante das contingências é de R$1.464.705 (R$1.295.238 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$319.378 foram provisionados (R$297.311 em 31 de dezembro de 2022), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R$244.904 (R$230.807 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$42.076 (R$36.679 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Interrupções de energia

A promotoria de justiça de Uberlândia ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia em decorrência de recorrentes interrupções de energia no município. O montante da contingência por danos morais coletivos é de R$103.227 em 31 de dezembro de 2023. A probabilidade de perda foi classificada como possível, uma vez que o processo está na fase inicial, ainda em elaboração da defesa da Companhia.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações de responsabilidade civil em que são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R$524.387 (R$477.375 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$37.688 (R$32.687 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, os encargos cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986. O valor da contingência é de R$539.640 (R$266.293 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$36.600 (R$34.293 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R$50.044 (R$45.642 em 31 de dezembro de 2022).

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal (MPF) impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido, em primeira instância, foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão. Em julho de 2023, após o regular trâmite do processo, o pedido do MPF foi julgado improcedente, tendo a decisão transitado em julgado.

Penalidade administrativa

A Companhia e sua controlada ajuizaram ação anulatória de ato administrativo, com pedido de providência cautelar, em desfavor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com o intuito de cancelamento das sanções e das advertências e multas, no valor histórico de R$25.778, decorrentes do Auto de Infração nº 076/2013 – SEF/ANEEL. O desembolso é estimado em R$131.846 (R$108.403 em 31 de dezembro de 2022) e a contingência de perda é avaliada como possível. O processo aguarda por sentença judicial.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$366.571 (R$259.881 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$11.159 (R$4.193 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R$515.381 (R$470.248 em 31 de dezembro de 2022) dos quais R$154 (R$141 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$245.929 (R$223.395 em 31 de dezembro de 2022) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

Política contábil

Os valores são reconhecidos somente nas despesas operacionais, sendo observadas situações como: (i) os valores relacionados a desapropriação e constituição de servidão não impactam o resultado da Companhia, pois o desembolso é compreendido como investimento na aquisição de imóveis; (ii) processos administrativos, em que discussões ocorrem em esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial; (iii) o valor assumido das ações jurídicas relativas aos consórcios refere-se à cota parte da Companhia, prevista em contrato, e terá o mesmo tratamento que o aplicado aos demais processos; e (iv) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R$6.284.312 (R$5.371.998 em 31 de dezembro de 2022), representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas (2.359.113.452 em 31 de dezembro de 2022), subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

AFAC	Montante	Aumento de Capital
27/02/2023	R$ 100.000	27/04/2023
10/03/2023	R$ 94.000	27/04/2023
17/03/2023	R$ 350.000	14/07/2023
25/04/2023	R$ 100.000	14/07/2023

Esses Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital têm como finalidade reforço de caixa, os quais serão utilizados para suas operações de investimentos e despesas operacionais.

Em 27 de abril e 14 de julho de 2023, foram realizadas integralizações de capital que totalizaram R$912.314, sendo R$268.314 referentes a aumento de capital via Juros sobre Capital Próprio e R$644.000 de adiantamento para futuro aumento de capital conforme quadro acima.

O capital social passou de R$5.371.998 para R$6.284.312, sem alterações nas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.371.998**
Integralização de Capital com AFAC	644.000
Integralização de Capital com JCP declarado em 2022 (1)	268.314
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6.284.312**

(1) Considerando que os juros sobre o capital próprio declarados no exercício de 2022 foram superiores aos dividendos previstos no Estatuto Social, a Administração aprovou em AGO que, dos R$576.532 declarados, o montante de R$268.314, já líquido do imposto de renda, fosse destinado para aumento de capital social.

b) Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2023	2022
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do exercício	1.611.460	443.475
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R$)	**0,68**	**0,19**

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico por ação.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$1.377.652 (R$1.537.720 em 31 de dezembro de 2022).

O evento de encurtamento apurado no primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R$43.088 para o plano de saúde e de R$649 para o plano odontológico.

d) Remuneração dos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou no estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Conforme previsão estatutária, a Companhia poderá, a critério da Administração, declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP no total de R$667.647, conforme valores e datas abaixo, a serem compensados com o dividendo mínimo obrigatório de 2023.

Declaração	Montante	Retenção de imposto de renda (1)
22/03/2023	155.026	23.254
20/06/2023	165.375	24.806
19/09/2023	174.675	26.201
12/12/2023	172.572	25.886
-	**667.647**	**100.147**

(1) Retenção de 15% de imposto de renda na fonte nos termos da legislação em vigor.

Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os JCP aos dividendos obrigatórios do exercício de 2023, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral. O valor do imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCP's ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos termos da legislação em vigor.

Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R$227.000, reconhecidos no resultado do exercício de 2023.

	2023
Dividendos obrigatórios	
Lucro líquido do exercício	1.611.460
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	805.730
Imposto de renda na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	100.147
	905.877
Juros sobre capital próprio e dividendos registrados em conformidade com o estatuto	
Juros sobre capital próprio	667.647
Dividendos obrigatórios	238.230
	905.877
Juros sobre capital próprio por ação - R$	0,2830
Dividendos por ação- R$	0,1010

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**916.961**
Declaração de juros sobre capital próprio	576.532
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(86.480)
Pagamentos	(223.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.183.846**
Dividendos obrigatórios	238.230
Declaração de juros sobre capital próprio	667.647
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(100.147)
Destinação para aumento de capital	(268.314)
Pagamentos	(221.738)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.499.524**

Proposta de destinação do lucro de 2023

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a realizar-se até 30 de abril de 2024, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2023, no montante de R$1.611.460:

- R$79.026, relativos a 5% do lucro líquido ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R$30.933 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2023 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R$667.647 sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio ("JCP");
- R$238.230 dos dividendos obrigatórios sejam retornados para o Patrimônio Líquido na conta de Reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2024;
- R$595.624 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de retenção de lucros, para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2024.

e) Reservas de lucros

A composição da conta Reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2023	2022
Reservas de Lucros		
Reserva legal	577.554	498.528
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	122.202	91.269
Reserva de retenção de lucros	3.276.809	2.681.185
-	**3.976.565**	**3.270.982**

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo. Em 31 de dezembro de 2023, a reserva legal constituída totaliza R$79.026 (R$21.384 em 31 de dezembro de 2022).

Reserva de retenção de lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia, suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. Em 2023, foi obtida a renovação desse benefício, com validade por mais 10 anos. O valor do incentivo reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$30.933 (R$15.796 em 31 de dezembro de 2022), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2023 alcança o montante de R$122.202 (R$91.269 em 31 de dezembro de 2022). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

25. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2023	2022
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	21.550.740	20.209.439
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (*)	1.908.658	2.360.056
Receita de uso da rede - consumidores livres	4.447.516	3.715.074
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos (1) (2)	(213.038)	(1.146.559)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (notas 13 e 14)	3.600.374	3.193.092
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores (3)	-	(829.783)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (nota 12)	149.238	39.369
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(138.925)	(94.035)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (b)	(3.766)	453.131
Outras receitas (c)	2.100.334	2.461.551
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (d)	(10.052.694)	(9.442.619)
	23.348.437	**20.918.716**

(*) Maiores informações na nota explicativa nº 18.

(1) O efeito da bandeira escassez hídrica, vigente até abril de 2022, conforme Resolução nº 3 CREG/MME, resultou na redução significativa de receita no exercício de 2022. Devido a melhores condições hidrológicas, a bandeira tarifária foi verde desde maio de 2022, não produzindo efeito no exercício de 2023.

(2) Esse valor decorre do total de adições e amortizações da nota explicativa 12b.

(3) Decorre do reconhecimento dos efeitos da promulgação da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS aos usuários das distribuidoras de energia elétrica.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R$	
	2023	2022	2023	2022
Residencial	12.092.422	11.216.803	10.794.350	10.133.148
Industrial	1.297.599	1.532.562	1.174.059	1.240.145
Comércio, serviços e outros	4.380.051	4.541.506	5.018.937	5.024.343
Rural	3.003.978	3.061.899	2.224.234	2.041.079
Poder público	955.889	855.672	785.797	660.453
Iluminação pública	1.055.562	1.138.039	497.637	534.658
Serviço público	1.045.141	1.400.256	743.793	840.669
Subtotal	**23.830.642**	**23.746.737**	**21.238.807**	**20.474.495**
Consumo próprio	29.703	30.942	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	172.198	59.673
Fornecimento não faturado líquido	-	-	139.735	(324.729)
Total	**23.860.345**	**23.777.679**	**21.550.740**	**20.209.439**

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) O volume informado não inclui o mercado de geração distribuída, que correspondeu a 3.910.204 MWh em 2023 (2.672.285 MWh em 2022).

b) Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) são referentes a comercialização pela distribuidora de excedentes de energia. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

c) Outras receitas

	2023	2022
Serviço taxado	20.958	19.057
Outras prestações de serviços	30.898	22.513
Subvenções Baixa Renda	401.337	320.625
Subsídio SCEE (1)	128.651	-
Subsídio Eletrobrás (2)	50.947	432.412
Subsídio de bandeiras tarifárias	77.979	289.897
Outras subvenções (3)	983.775	930.753
Aluguel e arrendamento (4)	395.794	490.806
Transações na CCEE	2.124	(51.684)
Outras	7.871	7.172
	2.100.334	**2.461.551**

(1) Sistema de compensação de energia elétrica – SCEE, subsídio de compensação de geração distribuída, liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023.

(2) Refere-se aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

(3) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público, bem como a receita reconhecida em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica.
(4) O montante apresentado no exercício de 2022 compreende o montante R$186.871 relativo ao Termo de acordo de reconhecimento de dívida (TARD) firmado com grande cliente em junho de 2022, referente à utilização de infraestrutura (postes) durante o período de janeiro de 2019 a maio de 2022.

d) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2023	2022
Tributos sobre a receita		
ICMS (1)	3.841.039	3.560.687
PIS/Pasep	410.452	389.714
Cofins	1.890.566	1.795.048
ISSQN	1.478	1.101
	6.143.535	**5.746.550**
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	73.520	68.944
Conta de desenvolvimento energético - CDE	3.689.689	3.742.707
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	27.086	25.400
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	38.695	36.286
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	19.347	18.143
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	-	(251.821)
CDE sobre P&D	11.608	10.886
CDE sobre PEE	23.217	21.772
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	25.997	23.752
	3.909.159	**3.696.069**
	10.052.694	**9.442.619**

(1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em fevereiro de 2023, foi proferida decisão liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195, na qual determinou-se a suspensão dos efeitos do art. 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluía os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica da base de cálculo do ICMS. Com isto, a Cemig ajustou o seu procedimento em função da decisão mencionada.

Política contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as políticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Receita de uso da rede - consumidores livres

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente.

Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente, homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade fim da Companhia.

Receita de construção de infraestrutura de distribuição

As receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de distribuição, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

Outras receitas

Subsídios governamentais

A Companhia recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica - TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão - EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los, em contrapartida a "Outros ativos" no ativo circulante.

Estimativas e julgamentos

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, definido na regulamentação do setor.

Receita de uso da rede - consumidores livres

A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior ou na quantidade definida no contrato, sendo contabilizada no final do mês.

26. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos com energia elétrica

	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	1.207.091	1.644.066
Contratos por cotas de garantia física	944.175	972.986
Cotas das usinas de Angra I e II	363.571	357.192
Energia de curto prazo - CCEE	373.487	434.229
Contratos bilaterais	510.114	492.855
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	4.044.859	3.380.335
PROINFA	510.606	597.815
Geração distribuída	2.331.020	1.977.194
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(695.633)	(685.444)
	9.589.290	**9.171.228**
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	203.849	155.604
Encargos Transmissão - Rede Básica	2.340.870	1.962.681
Encargos de Conexão	137.645	109.637
Encargos Distribuição	7.954	7.187
Energia CCEE-ESS	49.548	370.425
Energia CCEE-EER	639.690	443.772
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(312.609)	(282.061)
	3.066.947	**2.767.245**
	12.656.237	**11.938.473**

b) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	2023	2022
Pessoal	143.874	122.847
Materiais	1.903.829	2.017.448
Serviços de terceiros	1.399.741	987.843
Encargos financeiros	62.482	41.126
Arrendamentos e aluguéis	5.860	6.047
Impostos e taxas	895	4.377
Outros	83.693	13.404
	3.600.374	**3.193.092**

c) Outros custos e despesas

	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	641.741	668.477	-	-	232.783	244.628	-	-	874.524	913.105
Participação de empregados e administradores no resultado	147	82	-	-	-	2.326	101.356	37.426	101.503	39.834
Obrigações pós-emprego	-	-	-	-	-	-	400.163	419.634	400.163	419.634
Materiais	77.792	66.702	-	-	36.794	51.425	-	-	114.586	118.127
Serviços de terceiros (C.1)	1.432.309	1.219.771	-	-	181.470	200.067	-	-	1.613.779	1.419.838
Amortização (Nota 14b)	772.040	643.222	-	-	25.782	56.728	-	-	797.822	699.950
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 16)	36.035	38.075	-	-	-	-	-	-	36.035	38.075
Provisões	285.451	267.590	-	-	-	-	-	-	285.451	267.590
Perdas de créditos esperadas	-	-	159.694	108.141	-	-	17.377	23.068	177.071	131.209
Outras despesas, líquidas (C.2)	17.246	52.172	-	-	53.947	14.014	349.965	181.447	421.158	247.633
	3.262.761	**2.956.091**	**159.694**	**108.141**	**530.776**	**569.188**	**868.861**	**661.575**	**4.822.092**	**4.294.995**

C.1) Serviços de terceiros

	2023	2022
Leitura de medidores e entrega de contas	161.032	145.824
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	628.141	526.369
Comunicação	164.587	148.975
Conservação e limpeza de prédios	57.170	49.294
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	104.179	80.752
Corte e religação	87.008	89.746
Podas de árvores	57.728	49.383
Serviços advocatícios e custas processuais	28.282	30.149
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	4.789	9.042
Serviços de tecnologia da informação	135.189	108.769
Mão de obra contratada	28.652	13.121
Hospedagem e alimentação	15.582	11.456
Vigilância	12.015	9.499
Manutenção e conservação de veículos	3.792	7.841
Reprografia e publicações legais	15.403	15.682
Consultoria	7.995	26.433
Despesas (reversão) com transporte - pessoa jurídica	1.809	4.947
Inspeção de unidades consumidoras	44.549	40.483
Serviços logísticos	1.609	2.294
Fretes e Passagens	2.233	1.366
Outros	52.034	48.413
	1.613.778	**1.419.838**

C.2) Outras despesas, líquidas

	2023	2022
Arrendamentos e aluguéis	(807)	8.417
Propaganda e publicidade	7.953	5.884
Consumo próprio de energia elétrica	22.613	24.064
Subvenções e doações	14.295	21.824
Anuidade CCEE	3.407	3.095
Seguros	8.766	9.473
Forluz - custeio administrativo	28.999	26.365
Resultado na desativação e alienação de bens (1)	185.198	79.666
Agentes arrecadadores	72.169	76.938
Impostos e taxas	5.836	5.058
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável	(7.607)	(827)
Multa Aneel (2)	10.660	-
Outras despesas (reversão) (3)	69.677	(12.324)
	421.159	**247.633**

(1) De acordo com a atual política de investimentos da Companhia, a desativação e alienação de bens tem aumentado devido à substituição de equipamentos.

(2) Em 2023 foi registrada multa regulatória no montante de R$10.660, cobrada em face de fiscalização da Aneel, em 2019, para verificar os procedimentos e critérios adotados pela Companhia na aplicação das condições referentes às disposições regulamentares estabelecidas para Micro e Minigeração Distribuída.
(3) Compreende, dentre outras despesas, compensações financeiras por atraso dos serviços comerciais decorrentes de alterações na Resolução Normativa Aneel nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, no montante de R$84.765.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	100.272	113.525
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(32.134)	(15.184)
Acréscimos moratórios de contas de energia	268.882	324.821
Variações cambiais de Itaipu	6.723	16.722
Variações monetárias	21.984	57.055
Variação monetária depósitos judiciais	47.406	48.243
Variação monetária - CVA (Nota 12b)	76.069	185.121
Outras	94.587	60.582
	583.789	**790.885**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (Nota 19)	(386.195)	(265.267)
Amortização do custo de transação (Nota 19)	(5.809)	(2.655)
Encargos de variação monetária - Forluz	(14.387)	(28.800)
Variação monetária de empréstimos e debêntures (Nota 19)	(134.791)	(162.341)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (1)	(129.457)	(1.335.034)
Variação monetária de P&D e PEE	(35.871)	(36.850)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 16)	(26.299)	(20.182)
Outras variações monetárias	(28.998)	(24.932)
Outras	(75.107)	(30.069)
	(836.914)	**(1.906.130)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(253.125)**	**(1.115.245)**

(1) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida. Os valores correspondentes à devolução aos consumidores foram homologados pela Aneel e incorporados nos reajustes tarifários de 2020, 2021, 2022 e 2023.

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos e passivos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Operações com energia elétrica								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	70	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão	3.417	4.634	8.862	8.837	2.417	33.966	(67.731)	(85.161)
Aliança Geração	3.446	4.070	11.591	11.366	49.344	55.629	(128.084)	(122.553)
Norte Energia	-	-	30.975	30.263	-	-	(278.213)	(259.901)
Taesa	-	-	-	-	-	-	-	(476)
Retiro Baixo	357	1.046	-	702	5.124	6.567	(6.454)	(6.029)
Cemig Sim	-	-	-	-	933	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	-	-	-	-	1.733	1.604	-	-
Hidrelétrica Pipoca	-	108	-	-	1.781	1.425	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Encargos								
Encargos de conexão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	12.407	10.874	-	-	(106.063)	(88.360)
Sete Lagoas	-	-	295	-	-	-	(2.602)	-
Taesa	-	-	104	-	-	-	(6.215)	(3.547)
Encargos de transmissão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	22.021	19.651	30.107	-	(254.926)	(217.857)
Centroeste	-	-	-	-	-	-	(1.514)	-
Sete Lagoas	-	-	-	-	-	-	(4.988)	-
Taesa	-	-	11.005	10.891	-	-	(122.512)	(119.428)

Os Encargos de Conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.
Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação defina pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais	45.292	36.558	-	-	193.531	166.331	-	-

O saldo de Consumidores e revendedores que a Companhia possui com o ente controlador, refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	7.119	-	22.833	26.483	-	-	(57.997)	(45.923)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	203	2.565	-	-	(134)	(431)

Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Mútuo								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(15.194)	(3.024)

Referem-se aos contratos de mútuo firmados, em 10 de fevereiro de 2023 e 15 de fevereiro de 2023, entre a Companhia e a sua controladora nos montantes de R$150.000 e R$200.000, respectivamente. Os contratos de mútuo em questão foram liquidados em 07 de junho de 2023, acrescidos de juros nos montantes de R$6.657 mil e R$8.538 mil, respectivamente, correspondentes à taxa de juros equivalente de 110% do CDI, tendo como garantia uma Nota Promissória emitida pela Companhia em benefício de sua controladora Os mútuos obtiveram anuência da Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.497.494	1.183.846	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e Dividendos no total de R$1.497.494. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes nota explicativa nº 24.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	649	46.948	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.424	278.552	-	-	46	6.632	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	1.052	-	-	-	-	-	-

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e valores mobiliários" e "Caixa e equivalentes de caixa" no ativo circulante e não circulante.
Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Circulante								
Arrendamento operacional	-	-	18.686	18.686	-	-	(24.864)	(23.245)
Não circulante								
Arrendamento operacional	134.742	133.724	131.252	132.151	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado, com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), sendo reajustado anualmente pelo IPCA e tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 19 de setembro de 2023, o contrato de aluguel foi reajustado em 4,61%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Benefícios pós-emprego								
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	91.198	143.863	-	-	(166.953)	(173.027)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(55.136)	(54.636)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(28.999)	(26.365)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	1.303.522	1.245.553	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	160.985	151.833	-	-	(281.588)	(278.008)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	2.055.379	2.283.748	-	-	-	-

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:
(1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 22);
(2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
(3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
(4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 22).
Os detalhes acerca dos benefícios pós-emprego encontram-se presentes na nota explicativa nº 22.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Remuneração	13.551	11.995
Participação nos resultados (reversão)	3.141	3.200
Previdência privada	1.284	1.134
Planos de saúde e odontológico	96	146
Seguro de vida	20	33
Total (1)	**18.092**	**16.508**

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		1.356	1.356	39.581	39.581
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 7)		3.958.243	3.958.243	3.138.398	3.138.398
Fundos vinculados		11.532	11.532	1.444	1.444
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		805.571	805.571	944.090	944.090
Reembolso de subsídios tarifários		187.066	187.066	153.402	153.402
		4.963.768	**4.963.768**	**4.276.915**	**4.276.915**
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	264.606	264.606	356.842	356.842
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	136	136	30.587	30.587
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	396	396	64.208	64.208
Letras financeiras - bancos	2	878	878	144.798	144.798
Debêntures	2	15	15	1.595	1.595
		1.425	1.425	241.188	241.188
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	1.881.509	1.881.509	1.369.652	1.369.652
		2.147.540	**2.147.540**	**1.967.682**	**1.967.682**
		7.111.308	**7.111.308**	**6.244.597**	**6.244.597**
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos e debêntures		(5.887.622)	(5.887.622)	(4.575.998)	(4.575.998)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)		(65.417)	(65.417)	(182.140)	(182.140)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)		(377.390)	(377.390)	(396.483)	(396.483)
Fornecedores		(2.024.449)	(2.024.449)	(1.929.723)	(1.929.723)
Passivo de arrendamentos		(286.529)	(286.529)	(259.873)	(259.873)
		(8.641.407)	**(8.641.407)**	**(7.344.217)**	**(7.344.217)**

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

 Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

 Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (*inputs*) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo esta classificada integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: os ativos de distribuição de energia elétrica são mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos e debêntures utilizando a taxa de 113,20% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,11%, CDI + 1,18% a CDI + 6,96%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção *(hedge)* aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados na sequência desta nota explicativa. Os cenários para a análise de sensibilidade foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência do pagamento de energia elétrica comprada de Itaipu indexados à variação do dólar norte americano, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida da Companhia em relação às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	2023		2022	
	Moeda Estrangeira	R$	Moeda Estrangeira	R$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 17)	(49.528)	(239.780)	(52.440)	(273.618)
Passivo líquido exposto		**(239.780)**		**(273.618)**

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 31 de dezembro de 2024 será uma valorização de 2,86% (R$4,98). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos da variação cambial esperada do Real em um cenário adverso:

Risco - Exposições cambiais	2023	31/12/2024	
	Valor contábil	Cenário provável Dólar R$4,98	Cenário adverso Dólar R$6,00
Dólar Norte-Americano			
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 17)	(239.780)	(246.650)	(297.168)
Passivo líquido exposto	**(239.780)**	**(246.650)**	**(297.168)**
Efeito líquido da variação cambial		**(6.870)**	**(57.388)**

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 31 de dezembro de 2023. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	2023	2022
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	264.606	356.842
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	2.781	280.769
CVA e outros componentes financeiros (Nota 12b)	805.571	944.090
	1.072.958	**1.581.701**
Passivos		
Empréstimos e debêntures - CDI (Nota 19)	(2.805.353)	(1.317.792)
	(2.805.353)	**(1.317.792)**
Passivo líquido exposto	**(1.732.395)**	**263.909**

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2024, a taxa Selic será de 9,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de um aumento na taxa. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Redução nas taxas de juros nacionais	2023	31/12/2024	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 9,25%	Cenário adverso Selic 13,25%
Ativos			
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	264.606	289.082	299.666
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	2.781	3.038	3.149
CVA e outros componentes financeiros (Nota 12b)	805.571	880.086	912.309
	1.072.958	**1.172.206**	**1.215.124**
Passivos			
Empréstimos e debêntures - CDI (Nota 19)	(2.805.353)	(3.064.848)	(3.177.062)
	(2.805.353)	**(3.064.848)**	**(3.177.062)**
Passivo líquido exposto	**(1.732.395)**	**(1.892.642)**	**(1.961.938)**
Efeito líquido da variação das taxas de juros		**(160.247)**	**(229.543)**

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2023, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	2023	2022
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 12a)	1.881.509	1.369.652
	1.881.509	**1.369.652**
Passivos		
Empréstimos e debêntures - IPCA (Nota 19)	(3.113.166)	(3.283.833)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 22)	(65.417)	(182.140)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 22)	(377.390)	(396.483)
Passivo de arrendamentos	(2.024.449)	(1.929.723)
	(5.580.422)	**(5.792.179)**
Passivo líquido exposto	**(3.698.913)**	**(4.422.527)**

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 4,23% e a taxa de IGPM será de 3,81% em 31 de dezembro de 2024, a Companhia fez uma análise de sensibilidade do efeito no resultado em um cenário adverso, conforme abaixo:

Risco - Elevação da inflação	2023	31/12/2024	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,23% IGPM 3,81%	Cenário adverso IPCA 6,84% IGPM 5,09%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 12a)	1.881.509	1.961.097	2.010.204
	1.881.509	**1.961.097**	**2.010.204**
Passivos			
Empréstimos e debêntures - IPCA (Nota 19)	(3.113.166)	(3.244.853)	(3.326.107)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 22)	(65.417)	(68.184)	(69.892)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 22)	(377.390)	(393.354)	(403.203)
Passivo de arrendamentos	(2.024.449)	(2.110.083)	(2.162.921)
	(5.580.422)	**(5.816.474)**	**(5.962.123)**
Passivo líquido exposto	**(3.698.913)**	**(3.855.377)**	**(3.951.919)**
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		**(156.464)**	**(253.006)**

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa da empresa. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas (*)											
Empréstimos e debêntures	45.000	2.346	398.205	34.688	135.000	450.241	5.030.726	643.090	264.415	15.558	7.019.269
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	10.776	319	21.950	485	33.601	327	-	-	-	-	67.458
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	3.065	1.845	6.224	3.674	29.346	16.088	196.074	67.005	207.905	20.794	552.020
	58.841	**4.510**	**426.379**	**38.847**	**197.947**	**466.656**	**5.226.800**	**710.095**	**472.320**	**36.352**	**7.638.747**
Pré-fixadas											
Fornecedores	1.863.035	-	161.414	-	-	-	-	-	-	-	2.024.449
	1.921.876	**4.510**	**587.793**	**38.847**	**197.947**	**466.656**	**5.226.800**	**710.095**	**472.320**	**36.352**	**9.663.196**

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 16.

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via "SMS", cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2023, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, é de R$788.256 (R$758.857 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que é constantemente atualizada.

Essa política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras e não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de "BBB" (bra), "brBBB" ou "Baa2" por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody´s ou Standard & Poor's
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.
Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio líquido	Limite por banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal (RF)	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R$5 bilhões e R$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R$2 bilhões e R$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R$800 milhões e R$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.
(20 Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.
Além destes pontos, a Cemig, controladora da Companhia, estabelece, também, dois limites de concentração:
1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos "Risco federal", "A1" e "A2" deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica
A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão
O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, com vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.
A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta a extinção da concessão.
Adicionalmente, a partir do sexto ano civil subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.
Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Risco Hidrológico
A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.
A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O MRE foi concebido para compartilhar entre seus integrantes os riscos financeiros associados à comercialização de energia pelas usinas hidráulicas despachados de modo centralizado pelo ONS.
A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas
A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusula restritiva ("*covenant*") referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de "*cross default*". Mais informações na nota explicativa nº 19 destas demonstrações financeiras.

c) Administração de capital
A Companhia possui a política de manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e para viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e a manutenção da sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais, buscando investir em projetos que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas na Estratégia de Longo Prazo, tendo como referência o custo de capital para os seus negócios.
A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividido pelo Lajida ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Companhia tem como meta manter o endividamento consolidado líquido em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida.

	2023	2022
Empréstimos e debêntures (nota 19)	5.887.622	4.575.998
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(447.967)	(440.700)
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	(2.781)	(280.769)
Dívida líquida	**5.436.874**	**3.854.529**
Lajida ajustado (1)	**3.069.601**	**2.634.828**
Relação da dívida líquida sobre Lajida ajustado	1,77	1,46

(1) A conciliação do Lajida ajustado com o Lajida calculado conforme Resolução CVM nº 156/2022 está apresentada na seção do Desempenho Econômico Financeiro Consolidado.
O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2023	2022
Total do passivo	18.699.341	18.307.385
Caixa e equivalentes de caixa	(447.967)	(440.700)
Títulos e valores mobiliários	(2.781)	(279.717)
Passivo líquido	**18.248.593**	**17.586.968**
Total do patrimônio líquido	**8.883.225**	**7.105.260**
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,05	2,48

Política contábil
Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado
Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:
- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- fundos vinculados;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros;
- reembolso de subsídios tarifários; e
- valores a receber de partes relacionadas.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:
- fornecedores;
- arrendamentos;
- empréstimos e debêntures;
- dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz); e
- concessões a pagar e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, que incluem contratos de compra de energia elétrica de longo prazo, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.096.139	1.096.139	1.096.139	1.096.139	1.096.139	20.826.635	26.307.330
Transporte de energia elétrica de Itaipu	247.581	258.150	265.833	273.897	250.799	4.555.281	5.851.541
Compra de energia - leilão	4.661.462	4.098.697	4.217.557	4.342.094	4.575.134	61.219.606	83.114.550
Compra de energia elétrica - Contratos bilaterais	490.920	319.059	99.133	20.011	-	-	929.123
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	384.274	383.224	383.224	385.149	386.274	7.224.526	9.146.671
Cotas de garantias físicas	833.525	737.747	659.439	581.132	581.181	10.698.685	14.091.709
	7.713.901	**6.893.016**	**6.721.325**	**6.698.422**	**6.889.527**	**104.524.733**	**139.440.924**

Montantes apresentados pelo valor presente em 31 de dezembro de 2023.
Os fluxos de pagamentos dos arrendamentos, empréstimos e fornecedores estão apresentados nas notas explicativas nºs 16, 19 e 29 destas demonstrações financeiras.

31. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS
Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI
Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que, por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente à gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.
Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Relatório Final dos trabalhos da CPI e encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados.
Em agosto de 2023, os promotores naturais do Ministério Público de Minas Gerais decidiram pelo arquivamento dos Inquéritos Civis Públicos que investigavam fatos narrados na referida CPI. As decisões constataram a regularidade dos atos de gestão da Cemig. Por outro lado, encontram-se pendentes a homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público de Minas Gerais e a conclusão da investigação em relação ao contrato do IBM pela Polícia Civil-MG.
Ressalta-se que quanto aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares, não tendo sido identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES
Antecipação CDE
Em 09 de fevereiro de 2024, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos sem Coobrigação com o Banco Safra para antecipação de três parcelas vincendas de recebíveis da CDE entre março e maio de 2024, no valor de R$101.458 cada totalizando R$304.374. O total recebido em 09 de fevereiro de 2024 foi de R$297.309. Os pagamentos ao Banco Safra ocorrerão à medida do recebimento do recurso original pela CCEE à Cemig D.
Emissão de debêntures
Em 13 de março de 2024, a Companhia divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de dois milhões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em até 2 séries, da 10ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de dois bilhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.
Em 15 de março de 2024, a Companhia concluiu a liquidação financeira da 10ª emissão de debêntures em duas séries, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig. Foram emitidas dois milhões de debêntures, caracterizados como "títulos ESG de uso de recursos sustentáveis", perfazendo o valor total de dois bilhões de reais, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	400.000	R$400.000.000,00	CDI + 0,80%	5 anos	48º e 60º meses
2ª	1.600.000	R$1.600.000.000,00	IPCA + 6,1469%	10 anos	96º, 108º e 120º meses

Os recursos líquidos obtidos pela Cemig D com essa emissão serão destinados à recomposição de caixa da companhia, compreendendo, mas não se limitando, à sua operação e ao reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, abrangendo projetos que envolvam questões sociais e ambientais.
Por fim, informa-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu *rating* AA+(bra) à Emissão.
Juros sobre Capital Próprio - 2024
Em 21 de março de 2024, o Conselho de Administração aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio relativos ao exercício de 2024 no montante de R$161.609, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2025 e a segunda até 30 de dezembro de 2025.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Dimas Costa
Vice-Presidente de Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidente de Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente de Participações

Thadeu Carneiro da Silva
Vice-Presidente sem denominação

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Vice-Presidente Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-O4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A
Belo Horizonte - MG

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica

Veja as notas explicativas 12, 13 e 14 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente e a partir da efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A mensuração e classificação contábil dos bens referentes à infraestrutura de concessão entre ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível, durante o processo de construção e quando da entrada em operação, envolve complexidade e julgamentos por parte da Companhia e pode impactar os saldos destes ativos nas demonstrações financeiras. Por estas razões, bem como pelos valores e divulgações envolvidos, consideramos esse assunto relevante em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados ao reconhecimento e a mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível; - Recálculo da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, que foram capitalizados ao longo do exercício; - Inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para o ativo de contrato e avaliação se sua classificação foi apropriada; - Obtenção da base de ativos homologado na última Revisão Tarifária Periódica e comparação com a base de ativos da Companhia; - Recálculo do valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão relacionado à infraestrutura, considerando os índices que afetam a atualização do valor dos ativos que compõem a base de remuneração homologada pelo regulador nas últimas revisões tarifárias e os itens que foram adicionados após a homologação da revisão tarifária; - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo reconhecido em ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Belo Horizonte - MG

CEMIG Distribuição S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a nota explicativa 22 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia patrocina planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados. A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração na determinação das premissas atuariais, sendo as principais: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde. Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários; – Avaliação do escopo, da independência, da competência, das qualificações profissionais, das experiências e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como da taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas; – Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administraçãо.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG
Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECERES E DECLARAÇÕES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da, Cemig Distribuição S.A. –Cemig D, infra-assinadosno desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2023 e os respectivos documentos complementares, a serem submetidos ao Conselho de Administração da Companhia, em 21-03-2024. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2023, como também com base na apresentação realizada, nesta reunião, e a minuta do Relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, da KPMG Auditores Independentes Ltda., a ser emitido em 21-03-2024, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.
Gustavo de Oliveira Barbosa – Presidente
Pedro Bruno Barros de Souza – Conselheiro
Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira
João Vicente Silva Machado – Conselheiro
Lucas de Vasconcelos Gonzales – Conselheiro

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA

Declaramos para os devidos fins, que, em 19.03.2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2023 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024.
Reynaldo Passanezi Filho – Presidente
Marney Tadeu Antunes – Vice- Presidente de Distribuição
Leonardo George de Magalhães – Vice- Presidente de Finança e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva – Vice- Presidente Cemig Geração e Transmissão
Marco da Camino Ancona Lopes Soligo – Vice- Presidente de Participações
Dimas Costa – Vice- Presidente de Comercialização
Cristina Marina Fortini Pinto e Silva – Vice- Presidente Jurídico

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 19.03.2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2023 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024.
Reynaldo Passanezi Filho – Presidente
Marney Tadeu Antunes – Vice- Presidente de Distribuição
Leonardo George de Magalhães – Vice- Presidente de Finança e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva – Vice- Presidente Cemig Geração e Transmissão
Marco da Camino Ancona Lopes Soligo – Vice- Presidente de Participações
Dimas Costa – Vice- Presidente de Comercialização
Cristina Marina Fortini Pinto e Silva – Vice- Presidente Jurídico

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 21 DE MARÇO DE 2024

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais- Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de Compliance da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto pelo coordenador Pedro Carlos de Mello, pelos membros Roberto Tommasetti, e Roberto Cesar Guindalini, este a partir de 06.02.2024. Compuseram o Comitê de Auditoria Estatutário em 2023, Afonso Henriques Moreira Santos (até o dia 31.01.2024) e Márcio de Lima Leite (até o dia 04.05.2023).

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2023

No ano de 2023, o Comitê reuniu-se em 30 (trinta) ocasiões e mais 5 (cinco) vezes no início do primeiro semestre de 2024, além de 11 (onze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2023 e 1 (uma) em 2024. Foram realizadas 5 (cinco) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2023 e 1 (uma) no início do primeiro semestre de 2024. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 12 (doze) reuniões com a participação dos auditores externos, KPMG - Auditores Independentes Ltda., para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos à contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contatos regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria de Compliance -DCI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna – AI, visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2023.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

COMITÊ DE AUDITORIA
PEDRO CARLOS DE MELLO – Coordenador
ROBERTO CESAR GUINDALINI - Membro
ROBERTO TOMMASETTI - Membro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 80, foi apresentada para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2024, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2024, em milhares de reais, conforme abaixo. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R$593.875 mil da Retenção de lucros do exercício de 2023.

Investimentos planejados para 2024	
Programa de Desenvolvimento da Distribuição – PDD	4.154.006
Infraestrutura e Outros	276.694
	4.430.700

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Cemig Geração e Transmissão ("Companhia" ou "Cemig GT") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Conselho Fiscal, o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Também são apresentadas as Declarações dos vice-presidentes que revisaram as Demonstrações Financeiras e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em nosso encontro anual com os investidores em março de 2023, demos destaque em nossos objetivos de acelerar o processo de transformação da Cemig GT, com criação de valor aos acionistas e sociedade. Entendemos que esses objetivos somente são alcançados através de uma gestão sustentável, buscando sempre a maximização dos resultados e com foco no cliente

Nossos resultados em 2023 são uma evidência do acerto na implementação de nossa estratégia. Obtivemos um lucro líquido de R$2,4 bilhões, um crescimento de 15,25% em relação a 2022, e um Lajida de R$3,4 bilhões, um aumento expressivo de 13,43%.

No que se refere a gestão da nossa dívida, continuamos na execução da estratégia de redução da nossa exposição cambial, considerando os bonds que emitimos no mercado internacional em 2017/2018, com a recompra em 2023 de mais US$375 milhões, reduzindo a nossa exposição cambial para US$381 milhões. Nossa alavancagem financeira, medida pela relação Dívida Líquida/Lajida ajustado fechou o ano em 0,51 vez, o que dá espaço para alavancarmos o relevante programa de investimentos previstos para os próximos anos e ao mesmo tempo, manter uma remuneração adequada e atrativa aos nossos acionistas.

A implantação dos Usinas Solares Fotovoltaicas ("UFVs") Boa Esperança e Jusante encontra-se em andamento com cerca de 90% das obras concluídas e previsão de entrada em operação no final do primeiro semestre de 2024. Com investimentos estimados em R$850 milhões, adicionando 188 MWp ao nosso portifólio de geração.

Mais uma vez tivemos as nossas despesas operacionais totalmente cobertas pelas tarifas no negócio de transmissão, também apresentando Lajida superior às referências regulatórias, resultados também esperados para 2024.

Somos a maior comercializadora brasileira de energia para os clientes do mercado livre, com um histórico de lucratividade relevante e de sucesso em nossas estratégias de gestão do balanço de energia elétrica. Mas mesmo considerando esse histórico de sucesso, 2023 foi um ano que deve ser comemorado de forma especial. Atingimos um Lajida de R$3,4 bilhões na Cemig GT, fruto da estratégia adequada de comercialização, com antecipação na atuação em relação aos movimentos de mercado, aliado às condições climáticas favoráveis.

Estamos bem posicionados para atuar no mercado de comercialização de energia nos próximos anos, mesmo em um cenário desafiador, com preços depreciados em função do atual desequilíbrio de mercado, com excesso relevante de oferta.

A Cemig, nossa controladora, é empresa reconhecida pela sociedade pela sustentabilidade de suas operações, com 100% de geração de energia de fontes renováveis e participante dos principais índices de sustentabilidade em nível internacional e nacional, sendo a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade e de forma consecutiva há 24 anos.

Todos esses resultados que estamos apresentando nos últimos anos nos trazem otimismo com o futuro, demonstram que estamos no caminho certo e que a estratégia que adotamos de focar os investimentos em Minas Gerais, em negócios onde temos o controle das operações, com disciplina na alocação de capital e eficiência operacional vem se mostrando acertada, com benefícios para a sociedade e criação de valor para os nossos acionistas.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas, na soma de esforços para garantir o protagonismo da Cemig GT no setor elétrico brasileiro.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

A Cemig GT iniciou suas atividades em janeiro de 2005, como resultado do desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig"). Desde a sua criação, a Cemig GT sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica por meio de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu.

Nossa missão, visão e valores

Princípios Éticos e Código de Conduta Cemig

Código de Conduta Cemig

Aprovado pelo Conselho de Administração da Cemig em 18 de abril de 2022, o novo Código de Conduta Cemig (http://ri.cemig.com.br) foi revisto e construído com a participação de colaboradores de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, colaboradores, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

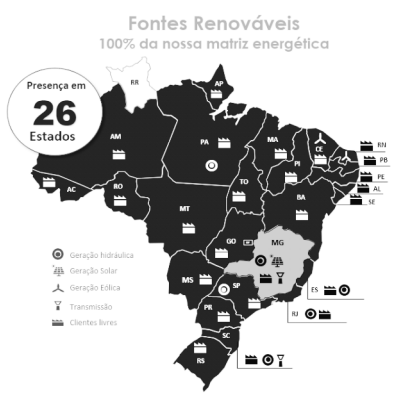
A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do "Código de Conduta Cemig" (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, por meio de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do "Código de Conduta Cemig".

NOSSOS NEGÓCIOS

Área de atuação

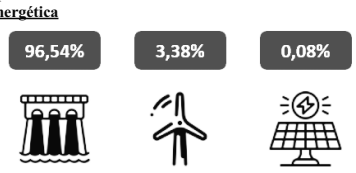
A Companhia atua em várias regiões do País por meio de seus segmentos operacionais, com uma maior concentração na região Sudeste.



Geração

Reforçando o compromisso de ser uma companhia sustentável, a matriz energética do parque gerador da Cemig GT e controladas é composta totalmente por fonte de energia limpa e renovável por meio de empreendimentos de fonte hidráulica e eólica.

Composição da matriz energética



Capacidade instalada

Considerando sua controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui participação em 68 usinas, sendo 57 hidrelétricas, 9 eólicas e 2 solares, com capacidade instalada de 5.189,96 MW, conforme segue:

Central Geradora	Capacidade instalada (MW)[1]
Theodomiro Carneiro Santiago	1.192
Nova Ponte	510
Irapé	399
Três Marias	396
Salto Grande	102
Queimado	86,6
Rosal	55
Sá Carvalho	78
Itutinga	52
Camargos	46
Belo Monte	1.313
Aimorés	148,5
Amador Aguiar I	94,3
Amador Aguiar II	82,6
Funil	81
Igarapava	49,7
Eólicas	175,5
Outras	328,8
Total	**5.190**

(1) Está apresentada considerando a cota de participação da Cemig no empreendimento.

Transmissão

A Cemig GT opera e mantém 40 subestações e 5.060 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso possui ativos, os quais opera e mantém como acessante, em outras 11 subestações, que são de responsabilidade de outros agentes de transmissão.

Em 2023, a Cemig GT teve vigentes contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de ativos de transmissão com outras 10 empresas, em 14 subestações e 95 km de linhas de transmissão.

Comercialização

A Cemig (controladora da Companhia) é líder no atendimento ao mercado livre no país, tendo expandido sua área de atuação para outros Estados, consolidando a posição com a agregação de novos clientes nos Estados em que já atua, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Atualmente a Cemig possui clientes em 25 Estados e DF.

Mantendo a estratégia corporativa da controladora, de atendimento ao mercado com o propósito de entrega de energia a seus clientes, no terceiro trimestre de 2021, foi iniciado o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da Cemig GT para a Cemig.

Energia Livre Cemig

Com foco em novos mercados, a Cemig inova com o lançamento do "Energia Livre Cemig", um sistema de e-commerce inovador que oferece aos clientes de média tensão a possibilidade de simular e contratar energia renovável possibilitando desconto na fatura de energia do cliente. A nova plataforma, que revoluciona o setor, foi planejada para tornar a jornada simples e ágil, possibilitando a contratação de energia de forma 100% digital. Atenderá clientes, de todas as regiões do País, que desejam migrar para o Mercado Livre de Energia – ambiente em que a Cemig é líder e referência no setor.

AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2023 começou sob a expectativa de baixo crescimento e inflação anual superior a 5% (Pesquisa Focus indicavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente). A perspectiva era de que a recomposição tributária afetaria preços administrados (especialmente combustíveis), mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa (2,9% e 4,5%, respectivamente, de acordo com a pesquisa Focus mais recente).

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como para a brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2pp) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A oferta agrícola também ajudou a reduzir dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos. Em 2023 houve deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA (-0,58%). Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,12%), a inflação encerrará o ano dentro do intervalo de metas (cujo teto é 4,75%).

O processo de desaceleração da inflação no ano, com sinais de descompressão dos núcleos de preços, permitiu o início da redução da taxa Selic pelo Comitê de Política Monetária – a taxa iniciou o ano em 13,75% e terminou o ano no patamar de 11,75%.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no final do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a simplificação do sistema, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu upgrade da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração

No ano de 2023, a hidrologia foi próxima da média histórica, ficando a Energia Natural Afluente (ENA) do ano em 102% da média de longo termo (MLT) no sistema interligado nacional (SIN). Contudo, o grande destaque foi a elevada ENA verificada na região sul (171% da MLT), devido a formação do fenômeno EL Niño. Por outro lado, o EL Niño impactou negativamente a região Nordeste com 63% da MLT.

Neste cenário hidrológico e com as medidas para preservação do armazenamento, o CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) juntamente com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), coordenaram a operação do sistema com as térmicas em seus valores mínimos operativos ao longo do ano. Ao longo do ano o armazenamento do sistema caminhou próximo aos valores máximos históricos chegando a 88% no final do mês de abril. No final de dezembro os reservatórios fecharam o ano com 60% do seu volume útil, dentre os melhores do histórico recente.

Com uma boa hidrologia, armazenamento elevado e uma grande sobreoferta estrutural o PLD (Preço da Liquidação de Diferenças) médio do Sudeste/Centro-Oeste em 2023 foi de R$72,17/MWh, comparado a R$58,99/MWh em 2022. O PLD permaneceu no seu valor piso (R$69,04/MWh) em 8 meses do ano, sendo que o maior valor foi verificado no mês de novembro, R$84,40/MWh, devido a necessidade de despacho térmico para atender a elevada demanda de ponta durante ondas de calor. A melhora hidrológica de 2023 levou o GSF (Generation Scaling Factor) a apresentar um valor médio maior quando comparado a 2022, sendo 0,90 em 2023 em comparação a 0,86 em 2022.

Revisão de garantia física

Por meio da Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, foram revistos os valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente no SIN, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Dentre as usinas elegíveis, 10 usinas da Cemig tiveram suas garantias físicas revistas, com efeito pouco relevante, conforme abaixo:

Usina	Empresa	Garantia física anterior (MW médios)[1]	Garantia física revisada (MW médios)[1]	Variação %
Theodomiro Carneiro Santiago	Cemig Geração e Transmissão	499,70	474,80	(4,98)
Nova Ponte	Cemig Geração e Transmissão	270,10	256,60	(5,00)
Três Marias	Cemig Geração e Transmissão	239,00	227,10	(4,98)
Irapé	Cemig Geração e Transmissão	207,90	197,90	(4,81)
Salto Grande	Cemig Geração e Transmissão	75,00	73,80	(1,60)
Queimado (Consórcio)	Cemig Geração e Transmissão	67,90	64,60	(4,86)
Sá Carvalho	Sá Carvalho	56,10	54,40	(3,03)
Rosal	Rosal Energia	29,10	27,70	(4,81)
Itutinga	Cemig Geração Itutinga	28,00	26,60	(5,00)
Camargos	Cemig Geração Camargos	21,00	21,60	2,86
Total		**1.493,80**	**1.425,10**	**(4,60)**

(1)Os valores apresentados são integrais, não tendo sido ajustados considerando a participação da Companhia.

Transmissão

A receita de Transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAP), dos ativos do sistema existente, que constituiu a receita inicial responsável pelo equilíbrio econômico-financeiro da concessionária.

Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Cemig GT é estabelecida pela Aneel, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. A metodologia do modelo regulatório é o Revenue-cap, o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período. A Companhia atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

Em 2023, deveria ter ocorrido o processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP) da RAP, no entanto, foi postergado pela Aneel para 2024, conforme Despacho nº 402/2023. Assim, para 2023 ocorreu o processo ordinário de reajuste anual da receita de transmissão, que tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de Concessão, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. Este último componente da receita, por sua vez, consiste em um componente financeiro referente a ajustes na RAP de ciclos anteriores.

O resultado do Reajuste Anual da RAP do ciclo 2023-2024, ocorrido em 1º de julho de 2023, foi publicado pela Resolução Homologatória (ReH) nº 3.216/2023. A RAP da Cemig GT (contrato de concessão 006/1997) recebeu reajuste de 31%, composto pelo efeito do reperfilamento do Componente Financeiro da RAP, do Custo Anual dos Ativos da RBSE (Rede Básica do Sistema Existente), da aplicação de IPCA sobre a receita já homologada e reconhecimento dos novos reforços.

A RAP da Cemig GT – Itajubá (contrato de concessão nº 079/2000) e da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais – Centroeste (contrato 004/2005) foram reajustadas em -4,44% no ciclo 2023-2024 frente ao ciclo anterior, refletindo a variação do IGPM do período.

Em dezembro 2023, a Agência julgou os pedidos de reconsideração à ReH nº 3.216/2023, resultando na publicação do Despacho nº 4.675/2023, que reconheceu ajustes na RAP e nas parcelas de ajustes homologadas, notadamente para as receitas do contrato 006/1997. Os efeitos financeiros destes ajustes serão percebidos no ciclo 2024-2025.

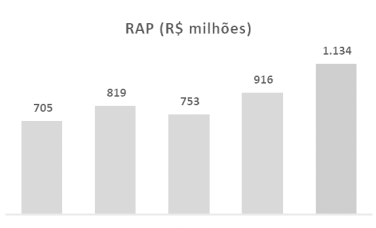
RAP homologada

Por meio da ReH nº 3.216 de 2023, a Aneel estabeleceu as RAPs para os ativos de transmissão de energia elétrica para o ciclo 2023-24, com vigência a partir de 1º julho de 2023.

	Índice reajuste	RAP ciclo 2022-2023 R$ milhões	RAP ciclo 2023-2024 R$ milhões	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	825,6	1.084,6	31,37%
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	45,0	43	-4,44%
Contrato de Concessão – 004/05	IGPM	31,5	30,1	-4,44%
		902,1	**1.157,7**	**28,33%**

O acréscimo deveu-se principalmente ao efeito do reperfilamento do componente financeiro dos ativos existentes (RBSE) da Cemig GT – 006/1997, cujo valor referente ao ciclo 2023-24 foi 120% superior ao do ciclo de 2022-23, além da entrada de novas obras e correção da receita pelo índice do contrato de concessão.

No total, incluindo o efeito da parcela de ajuste no montante de R$24 milhões, a receita das transmissoras para o ciclo 2023-24 considerando o contrato da Cemig GT, Itajubá e Centroeste ficou em R$1.134 milhões, representando um reposicionamento de 28,33% em comparação ao ciclo anterior.



Em dezembro de 2023, a Aneel julgou os pedidos de reconsideração à ReH nº 3.216/2023, resultando na publicação de novas Receitas Anuais Permitidas e Parcelas de Ajustes para o ciclo 2023-2024, por meio do Despacho nº 4.675/2023.

De acordo com o referido Despacho, as RAPs dos ativos de transmissão em operação da Cemig GT passam a ser de R$1.179 milhões, aumento de R$12 milhões em relação ao homologado pela ReH nº 3216/2023. O ajuste principal ocorreu na RAP do contrato 006/1997 que aumentou R$12 milhões, enquanto o contrato 006/2011 teve um ajuste negativo de -R$ 0,04 milhões em função da retificação autotutelar da Aneel referente ao resultado da revisão do ano de 2021. As parcelas de ajustes também foram retificadas, passando a ser de -R$ 10,4 milhões resultando em um ganho de R$14 milhões em relação ao homologado pela ReH nº 3.216/2023. O principal ajuste deste componente foi a retificação de receitas retroativas associada a novas obras. Os efeitos financeiros do incremento na RAP e parcelas de ajustes serão percebidos apenas ao longo do ano 2024, quando do efetivo recebimento destas receitas.

DESEMPENHO OPERACIONAL POR NEGÓCIO

Geração

Disponibilidade de geração

A disponibilidade de geração é medida por meio do indicador FID (Fator de Disponibilidade), valor adimensional, resultante da divisão da disponibilidade apurada nos últimos 60 meses pelo índice de referência definido pela Aneel. Logo, quanto maior o FID, melhor o desempenho do ativo.

A Companhia vem apresentando FIDs crescentes nos últimos anos, atingindo 96,50% em dezembro de 2023. Esse resultado é consequência da busca por paradas programadas cada vez

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

mais eficientes e baixos índices de paradas forçadas.

Volume de geração de energia

Geração em GWh	Total 2023	Parcela Cemig
UHE despachadas centralizadamente (1)	47.878,80	13.807,06
UHE não despachadas centralizadamente	1.179,87	943,43
Usinas eólicas	821,02	491,42
Usinas fotovoltaicas	7,29	7,29
Total	**49.886,98**	**15.249,20**

(1) Para as usinas UHE Baguari, UHE Retiro Baixo e UHE Santo Antônio foi considerado o volume de geração de energia até a data da alienação da participação detida pela Cemig GT nessas usinas. Mais detalhes sobre a alienação na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

Transmissão

Taxa de disponibilidade de transmissão

Abaixo são apresentados os indicadores de performance operacional da Transmissão:

(1) Indicadores com valores acumulados até o mês de dezembro de 2023.
(2) DPV – Desconto de Parcela Variável e SPB – Suspensão de Pagamento Base.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resultado do exercício

A Cemig Geração e Transmissão teve um aumento de 15,25% no lucro líquido do exercício de 2023, sendo de R$2.403 milhões em comparação R$2.085 milhões no exercício de 2022.

As principais justificativas para as variações nas receitas, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida consolidado

O Lajida consolidado da Companhia, calculado de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, aumentou 13,43% em 2023, em comparação a 2022 e sua margem em relação à receita líquida passou de 36,92% para 50,47% nos exercícios analisados.

O Lajida da Companhia, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 11,45% em 2023, em comparação a 2022 e sua margem em relação à receita líquida passou de 33,55% para 45,07% nos exercícios analisados.

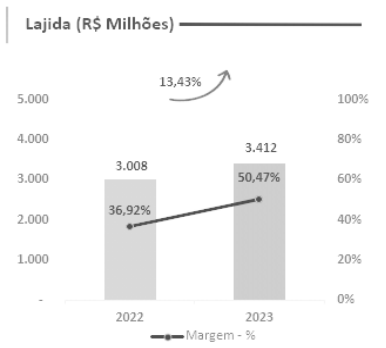
As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

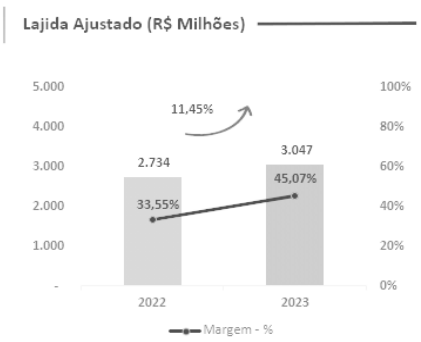
Lajida 2023 R$ milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Participações	Total
Lucro líquido do exercício	1.396	457	352	198	2.403
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	324	110	116	34	584
+ Resultado financeiro líquido	11	48	(81)	118	96
+ Depreciação e amortização	328	1	-	-	329
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	**2.059**	**616**	**387**	**350**	**3.412**
Efeitos não recorrentes e não caixa					
- Ganho na alienação de investimento	-	-	-	(344)	(344)
- Remensuração passivo de pós-emprego	(11)	(7)	(1)	(2)	(21)
= Lajida ajustado (2)	**2.048**	**609**	**386**	**4**	**3.047**

Lajida 2022 R$ milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Participações	Total
Lucro líquido do exercício	890	338	197	660	2.085
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	307	169	63	(421)	118
+ Resultado financeiro líquido	150	97	(34)	264	477
+ Depreciação e amortização	328	-	-	-	328
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	**1.675**	**604**	**226**	**503**	**3.008**
Efeitos não recorrentes e não caixa					
- Ganho na alienação de ativo mantido para venda	-	-	-	(60)	(60)
+ Ajuste a valor justo de ativo financeiro (nota 11)	172	-	-	-	172
- Reversão de provisão para perda - MESA (nota 13)	-	-	-	(162)	(162)
+ Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR	(29)	(27)	(5)	(6)	(67)
+ Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	7	7
+ Provisões tributárias - Indenização do anuênio	14	13	2	3	32
- Opção de venda - SAAG	-	-	-	(35)	(35)
- Resultado do Acordo entre FIP Melbourne e AGPar	-	-	-	(161)	(161)
= Lajida ajustado (2)	**1.832**	**590**	**223**	**89**	**2.734**

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

(2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Resolução CVM nº 156/2022 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

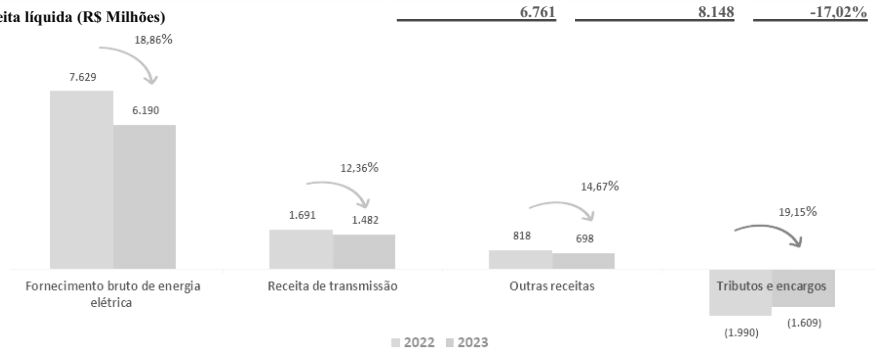




Receita

A composição da receita líquida é conforme segue:

	Consolidado (milhões) 2023	Consolidado (milhões) 2022	Variação horizontal (%)
Fornecimento bruto de energia elétrica	6.190	7.629	-18,86%
Receita de transmissão			
Receita de operação e manutenção	740	723	2,35%
Receita de construção	227	407	-44,23%
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	515	561	-8,20%
Receita de atualização da bonificação pela outorga	412	467	-11,78%
Liquidação na CCEE	69	186	-62,90%
Receita de indenização da geração	93	47	97,87%
Outras receitas	124	119	4,20%
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas	(1.609)	(1.990)	-19,15%
Receita líquida (R$ Milhões)	**6.761**	**8.148**	**-17,02%**



As justificativas para as principais variações estão descritas a seguir:

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

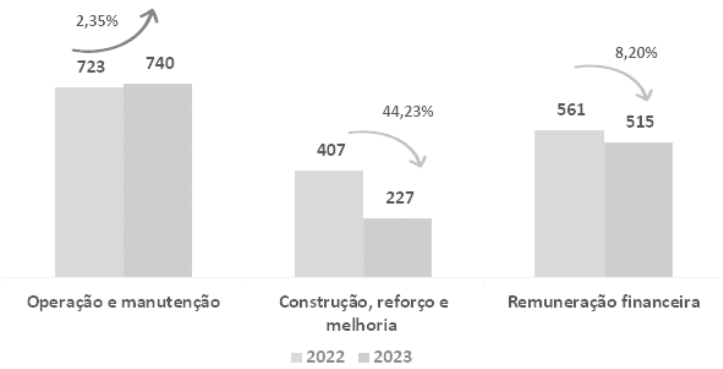
A receita com fornecimento bruto de energia elétrica reduziu 18,86%, sendo de R$6.190 milhões em 2023 na comparação com R$7.629 milhões em 2022. Essa variação decorreu basicamente da redução de 18,61% no volume de energia vendida, associada, principalmente, à continuidade da transferência da atividade de comercialização do Grupo Cemig da Cemig GT para a Cemig holding.

	2023			2022		
	MWh³	R$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R$/MWh)¹	MWh³	R$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R$/MWh) ¹
Industrial	10.198.825	3.063	300,33	14.453.048	4.229	292,60
Comercial	3.865.766	993	256,87	4.127.836	1.051	254,61
Rural	18.723	5	267,05	15.959	5	313,30
Subtotal	**14.083.314**	**4.061**	**288,36**	**18.596.843**	**5.285**	**284,19**
Fornec. não faturado, líquido	-	(57)	-	-	62	-
	14.083.314	**4.004**	**288,36**	**18.596.843**	**5.347**	**284,19**
Suprim. outras concessionárias (2)	10.311.213	2.149	208,41	11.376.243	2.290	201,30
Suprim. não faturado líquido	-	37	-	-	(8)	-
	24.394.527	**6.190**	**254,57**	**29.973.086**	**7.629**	**252,73**

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.
(2) Esta receita inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.
(3) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Receita de concessão da transmissão

Receita de transmissão (R$ Milhões)



As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

■As **receitas de construção, reforço e melhoria** da infraestrutura foram de R$227 milhões em 2023, comparados a R$407 milhões em 2022, uma redução de 44,23%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos em 2023 em comparação a 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos.

■Redução de 8,20% na receita de **remuneração financeira** do ativo de contrato da transmissão, que foram de R$515 milhões e R$561 milhões em 2023 e 2022, respectivamente. Essa variação está associada, principalmente, à variação do IPCA, que foi positiva em 4,62% em 2023 comparada à uma variação positiva de 5,79% em 2022, base para a remuneração do contrato.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 12.

Liquidação na CCEE

A receita com liquidações na CCEE foi de R$69 milhões em 2023 em comparação a R$186 milhões em 2022, representando uma redução de 62,90%. Essa redução deve-se, principalmente, à redução das sobras de energia nesse período que são liquidadas na CCEE.

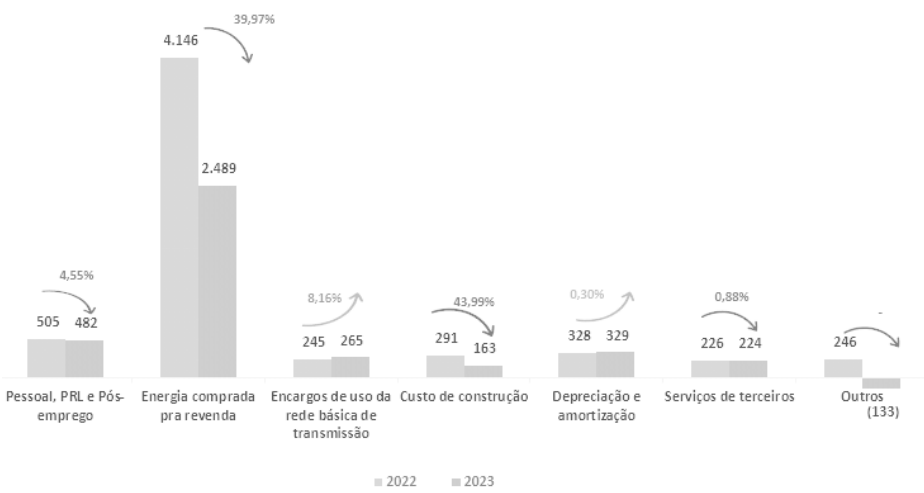
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R$1.609 milhões em 2023 comparados a R$1.990 milhões em 2022, uma redução de 19,15%. Essa variação está associada, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas

Os custos e despesas foram de R$3.819 milhões em 2023 em comparação a R$5.987 milhões em 2022. As principais variações nos componentes dos custos e despesas estão descritas a seguir.

Custos e despesas (R$ Milhões)



Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R$2.489 milhões em 2023, comparado a R$4.146 milhões em 2022, representando uma redução de 39,97%. Essa variação decorre, principalmente, da redução de 41,33% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R$2.637 em 2023, em comparação a R$4.495 milhões em 2022, associado, principalmente, à transferência da atividade de comercialização do Grupo Cemig da Cemig GT para a Cemig Holding.

Custo de construção

O custo de construção foi de R$163 milhões em 2023, em comparação a R$291 milhões em 2022, uma redução de 43,99%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos em 2023 em comparação a 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional de 2023 foi uma despesa no montante de R$115 milhões, em

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

comparação a uma despesa no montante de R$132 milhões em 2022, uma redução de 12,21%. Essa variação decorre, principalmente, da adesão voluntária dos funcionários ativos ao novo plano de saúde, denominado Plano Premium, ofertado pela Companhia.

Provisões

As provisões de 2023 são compostas por (i) provisões para contingências, (ii) perdas de créditos esperadas e (iii) provisões por redução ao valor recuperável. No total, essas provisões representaram uma despesa de R$111 milhões em 2023 em comparação a uma despesa de R$580 mil em 2022. As variações mais representativas são justificadas conforme segue:

- As **provisões para contingências** representaram uma despesa de R$49 milhões em 2023, em comparação à uma despesa de R$10 milhões em 2022. Essa variação está associada principalmente aos eventos registrados no terceiro trimestre de 2022:
  - No terceiro trimestre de 2022, houve o reconhecimento de reversão de provisão tributária relacionada às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação dos Lucros e Resultados (PRL) no montante de R$67 milhões, decorrente de alteração do prognóstico de provável para possível.
  - Compensando parcialmente esse efeito, houve o reconhecimento de provisão tributária relacionada à ação judicial relativa à incidência da Contribuição previdenciária sobre os anuênios, no montante de R$32 milhões, decorrente da alteração do prognóstico de possível para provável.
- Em 2022, houve o reconhecimento de reversão de **perda esperada com partes relacionadas** no montante de R$53 milhões referente a valor recebido pela cessão dos onerosa dos créditos detidos pela Companhia em face da Renova.

Ajuste a valor justo de ativo financeiro

Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou o ajuste a valor justo do ativo financeiro no montante de R$171 milhões, em junho de 2022, correspondente à diferença dos valores originalmente estimados pela Companhia. Mais detalhes na nota explicativa nº 12.

Resultado de equivalência patrimonial

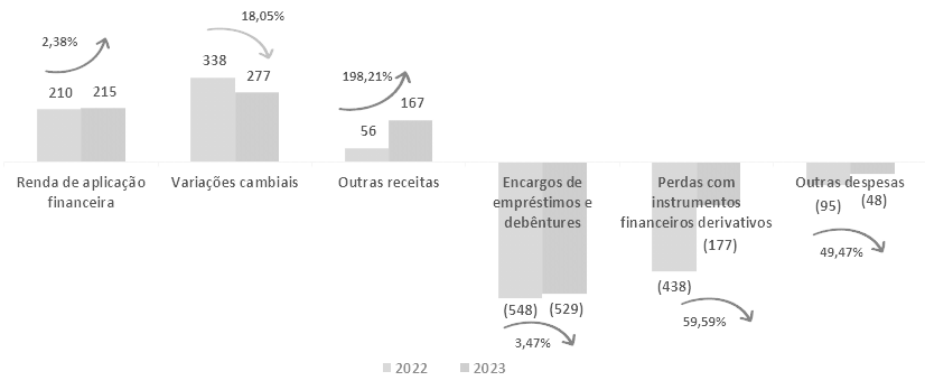
Foram reconhecidos ganhos líquidos com equivalência patrimonial no montante de R$141 milhões em 2023 em comparação a ganhos líquidos no montante de R$519 milhões em 2022, representando uma redução de 72,83%, atrelada, principalmente, aos seguintes fatores:

- A participação detida pela Companhia na Madeira Energia foi alienada em março de 2023.
- As participações detidas pela Companhia nas empresas Baguari Energia e Retiro Baixo foram classificadas como ativo não circulante mantido para venda em abril de 2023, tendo sido alienadas no quarto trimestre de 2023. Mais detalhes sobre essas operações na nota explicativa nº 14.
- Em 2022, houve o reconhecimento de recebível no montante de R$161 milhões, relacionado ao pagamento realizado pela AGPar ao FIP Melbourne associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016; e
- Foi reconhecida a reversão da provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida Madeira Energia e outros acionistas no montante de R$162 milhões, em 2022.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R$95 milhões em 2023 em comparação a uma despesa financeira líquida de R$477 milhões em 2022.

Resultado financeiro (R$ Milhões)



- Variação cambial

A variação negativa do dólar em relação ao Real em 2023, de 7,21%, em comparação à variação negativa de 6,5% em 2022, gerou o registro de variação cambial negativa em 2023 no montante de R$277 milhões, em comparação ao registro de variação cambial negativa em 2022, no montante de R$338 milhões.

- Instrumento financeiro derivativo

Em decorrência da redução na curva de juros em relação a expectativa de crescimento na taxa do dólar em relação ao Real, o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou perdas de R$177 milhões em 2023, em comparação ao registro de perdas de R$438 milhões em 2022.

- Ágio na recompra de eurobonds

Como resultado das recompras parciais do Eurobonds – Tender Offer, foi reconhecido, no quarto trimestre de 2022, um ágio no montante de R$47 milhões (apresentado no gráfico anterior como Outras receitas).

Vide a composição completa das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou em 2023, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R$584 milhões (despesas de R$118 milhões em 2022) em relação ao lucro de R$2.987 milhões (R$2.203 em 2022) antes dos efeitos fiscais, representando 19,56% de alíquota efetiva (5,35% em 2022).

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10(d).

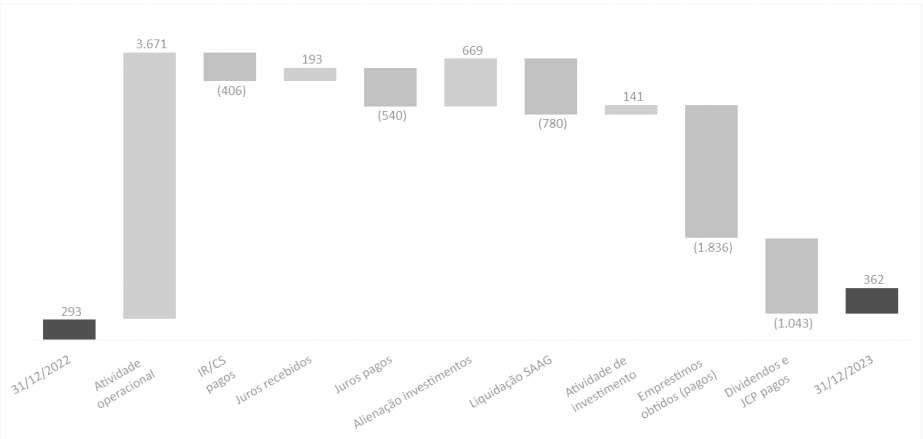
Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

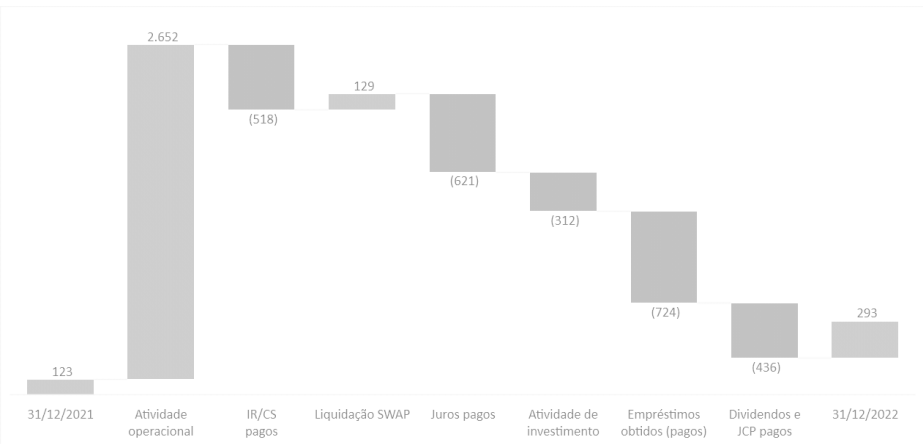
Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

Caixa e equivalentes a caixa

Fluxo de caixa e equivalentes de caixa (R$ Milhões) - 2023



Fluxo de caixa e equivalentes de caixa (R$ Milhões) - 2022



A demonstração dos fluxos de caixa está apresentada nas Demonstrações Financeiras.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

A Companhia realizou importantes ações de alienação e redução de participações em ativos não estratégicos, destaque para a finalização das vendas das operações de Baguari e Retiro Baixo, que resultaram em entradas de caixa e maior foco em sua estratégia de crescimento do *core business*, além de sua bem-sucedida estratégia de recompra de sua dívida em dólar (*Eurobonds*), o que ocasionou em uma importante redução em seu endividamento bruto. O aumento do Lajida da Companhia, mesmo com a transferência de contratos de comercialização de energia para a Cemig (controladora da Companhia), demonstra a robustez de sua operação e geração de caixa. Tal equilíbrio possibilitou a execução de um volume expressivo de investimentos sem afetar negativamente a alavancagem, o que contribui para a sustentabilidade das suas operações e para a continuidade do seu programa de investimentos.

Em dezembro de 2023, a Companhia concluiu o resgate antecipado parcial sem pagamento de prêmio, por meio do exercício de opção de compra (*call*), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, *Eurobonds*, cujo vencimento original é dezembro de 2024. Tal operação teve o objetivo de reduzir a concentração de sua dívida, bem como o endividamento bruto da Companhia. Como estratégia, foi contratado um *hedge* para mitigar a variação cambial ao longo da execução da *call*, concomitantemente ao desfazimento dos derivativos originais que cobriam o montante dos *Eurobonds* até o vencimento original, auferindo com essa operação, ajuste positivo de R$283 milhões. Como resultado, foram recomprados US$375 milhões de principal, remanescendo um saldo devedor de US$381 milhões.

As agências internacionais de classificação de risco Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's mantiveram os ratings da Cemig GT, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da qualidade de crédito da Companhia, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento do Lajida, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo, corroborada pela recompra dos Eurobonds. É importante salientar que os ratings da Cemig GT acompanham o rating da sua Controladora, a Cemig.

Na tabela a seguir está apresentada a posição de rating da Companhia nas três principais agências:

Fitch	Grau de investimento										Grau Especulativo										
Nacional / Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D	
dez - 22																					
dez - 23																					

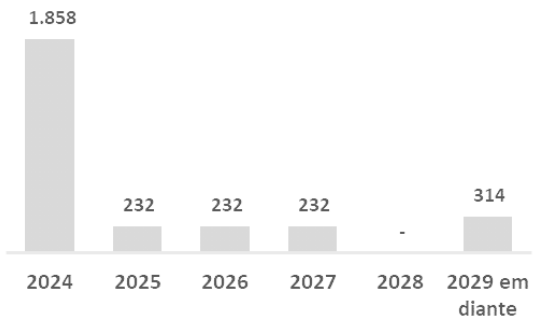
Moodys	Grau de investimento										Grau Especulativo										
Global	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C
dez - 22																					
dez - 23																					
Nacional	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D	
dez - 22																					
dez - 23																					

S&P	Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional / Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D
dez - 22																						
dez - 23																						

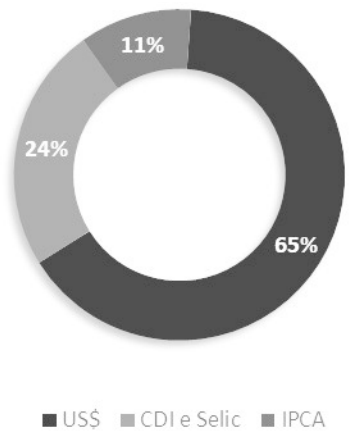
Tanto os *eurobonds* quanto as debêntures contam com *covenants* financeiros restritivos relacionados a endividamento e distribuição de dividendos que estão sendo atendidos pela Companhia.

O endividamento bruto da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$2.868 milhões (R$4.959 em 31 de dezembro de 2022), tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 2,1 anos (2,6 anos em 31 de dezembro de 2022). Mais detalhes na nota explicativa nº 20 destas demonstrações financeiras.

Cronograma de amortizações da dívida
Posicionamento em dezembro de 2023 (R$ milhões)



Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2023



Para a dívida cuja referência é o IPCA, existe um *hedge* natural, dado que a receita de sua atividade, por meio de seus contratos de transmissão e comercialização, possui, em grande parte, correção por esse mesmo índice. Para os *Eurobonds*, emitidos em dólares, há uma estrutura de hedge que faz com que a exposição final seja atrelada ao CDI, sendo o seu custo de 132,35% do CDI. O custo real da dívida é de 12,10% a.a. e de 17,86% a.a. em custo nominal.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em abril de 2024, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2023 no montante de R$2.403 milhões:

- R$119 milhões para constituição de reserva legal;
- R$1.347 milhões sejam destinados ao pagamento de dividendos, conforme abaixo:
  - R$641 milhões por meio de juros sobre o capital próprio;
  - R$706 milhões para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.
- R$32 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.
- R$905 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2024.

INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES

Investimentos em geração

Aliança Geração

A Cemig GT é detentora de 45% do capital social total da Aliança Geração de Energia S.A ("Aliança Geração"). A Aliança Geração possui um projeto de investimento em curso, conforme abaixo:

- Parque Eólico Acauã ("Acauã"): composto de 3 parques, a saber: Central Eólica Acauã I S.A. ("Acauã I"), Central Eólica Acauã II S.A. ("Acauã II") e Central Eólica Acauã III S.A. ("Acauã III"), localizados nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte. A implantação do Projeto Eólico Acauã teve início em março de 2021, com operação comercial plena estimada para o primeiro semestre de 2024. O projeto contará com 26 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo capacidade instalada total de 109,2 MW e produção estimada de 57,77 MW médios.

Os investimentos têm como fonte de recursos o próprio caixa da Aliança Geração, bem como financiamento por meio de emissão de debêntures e/ou outros instrumentos financeiros.

Implantação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante

A implantação dos Usinas Solares Fotovoltaicas ("UFVs") Boa Esperança e Jusante encontra-se em andamento com cerca de 90% das obras concluídas e previsão de entrada em operação no final do primeiro semestre de 2024.

A UFV Boa Esperança possuirá 85MW de potência instalada (aproximadamente 100,4 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais. Já a UFV Jusante será composta por 7 usinas de 10MW cada, totalizando

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

70MW de potência instalada (aproximadamente 87 MWp), também localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de São Gonçalo do Abaeté, no estado de Minas Gerais. Com investimentos estimados em R$850 milhões, a implantação dessas usinas está alinhada ao planejamento estratégico do Grupo Cemig, reforçando sua atuação no segmento de energias renováveis, com rentabilidade compatível com o custo de capital da Companhia para esse tipo de projeto.

Investimentos em transmissão

Lote 1 do Leilão 02/2022

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou o aporte de recursos, no montante de R$221.519, pela Cemig GT na investida Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste") no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas a regularização fundiária, ambiental, elaboração do projeto executivo e validação do projeto básico pelo ONS. A data prevista para início da construção é janeiro de 2025.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia para a contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2022, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a KPMG Auditores Independentes Ltda. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia são apresentados abaixo, em milhares de reais:

Serviços	2023	2022
Auditoria de demonstrações financeiras e outros serviços (1)	2.099	1.774

(1) Revisão tributária (tax compliance), Relatório de Controle Patrimonial (RCP) - PPA, Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis regulatórias (DCR).

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Resolução CVM nº 162/2022.

SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação e, por isso, a Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade desde a sua criação e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 há 18 anos. Além disso, a Cemig é reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a categoria liderança (A-) no Carbon Disclosure Project ("CDP") Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas.

Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos "Relatórios ESG Trimestrais" e anualmente no "Relatório Anual e de Sustentabilidade". Para mais detalhes sobre o desempenho da Cemig em 2022, acesse a página de relatórios da Cemig.

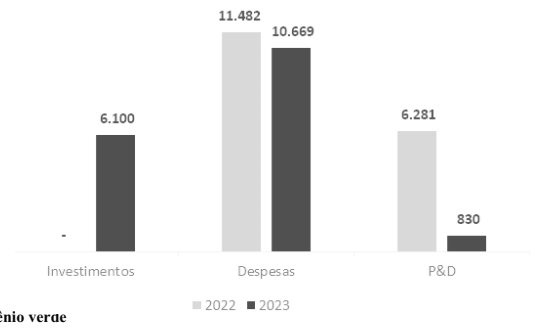
O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da Companhia e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos:

Desempenho Ambiental

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, colaboradores, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP, instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e Estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

Em 2023, a Cemig GT aplicou cerca de R$17,6 milhões em meio ambiente, dos quais pelo menos R$10 milhões envolveram despesas em execução de atividades ambientais relacionadas por exemplo a programas de educação ambiental, recomposição florestal, recuperação de áreas degradadas, gestão de resíduos sólidos e efluentes, monitoramento de qualidade de água e de peixes no âmbito do licenciamento ambiental dos empreendimentos. Em relação ao ano anterior, os valores se mantiveram em mais de 17,5 milhões em 2023, considerando a continuidade das atividades ambientais e aumento nos valores utilizados em investimentos.



Hidrogênio verde

A Cemig e a Universidade Federal de Itajubá (Unifei) firmaram, em 2023, dois importantes acordos de cooperação. A Cemig assinou protocolo de intenções para fins de colaboração científica e tecnológica entre as duas instituições, assim como foi formalizada a transferência da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) Luiz Dias. A usina, que era de propriedade da Cemig, foi cedida de forma não onerosa à Unifei, para ser utilizada na compensação da energia que será empregada no laboratório do Centro de Hidrogênio Verde (CH2V), projeto realizado pela instituição e que contribui para o desenvolvimento de pesquisas sobre o vetor energético. Produzido a partir de recursos renováveis, o Hidrogênio Verde (H2V) é considerado por muitos especialistas como uma chave promissora para a transição energética, a descarbonização e a sustentabilidade.

Trata-se de mais um passo para o fomento da produção científica e tecnológica no setor elétrico nacional. O acordo prevê a colaboração abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos; além de formação, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento técnico e científico e prototipação e desenvolvimento de sistemas em hardware e software.

Centro de Hidrogênio Verde

A Unifei - dentro do âmbito do Centro de Excelência de Conservação de Energia, também construído em parceria com a Cemig - vem desenvolvendo o CH2V, cujo objetivo é ajudar as indústrias mineira e brasileira a atravessarem a transição energética, reduzindo a pegada de carbono de seus produtos e tornando-os cada vez mais desejáveis em âmbitos nacional e internacional.

O Hidrogênio Verde conta com grande importância em razão de sua versatilidade, já que há a possibilidade de ser transformado em combustível ou em eletricidade. Isso reduz o índice de emissão de gás carbônico na atmosfera, uma vez que ele é extraído de fontes limpas e renováveis.

Recursos hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de energia elétrica pela Companhia, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso, sendo a gestão e a conservação da água assuntos relevantes para a Companhia, com a gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Desde 2016, a Cemig possui uma Política de Recursos Hídricos, cujos princípios buscam a adoção de práticas racionais e sustentáveis do uso dos recursos hídricos, com a conservação de água e preservação de mananciais e relacionamento próximo junto às partes interessadas.

Em períodos críticos, de estiagem severa (ocorrida entre os anos de 2013 e 2019), de crise hídrica (ocorrida em 2021) e de intensas chuvas (ocorrida no período chuvoso 2021/2022 e 2022/2023), o monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para a garantia dos demais usos dos recursos hídricos.

A Cemig disponibiliza em seu website dados diários dos níveis de vários de seus reservatórios e no App. PROX, disponível para download nas plataformas iOS e Androide.

O gráfico abaixo traz as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em dezembro de 2023, comparado com a mesma época de anos anteriores.

Disponibilidade Hídrica - Volume útil (% sobre total)

Gestão de resíduos

A Cemig gerencia seus resíduos em conformidade com Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar, e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário no Centro de Distribuição Avançado Igarapé (CDA-IG), a partir desse ponto a Superintendência de Suprimentos de Material e Serviço fica responsável pela destinação final dos resíduos.

Em 2023, foram destinadas 709,25 toneladas de resíduos industriais, sendo que 21,88 toneladas foram coprocessados, e 2,09 toneladas foram enviadas para tratamento ou dispostos em aterro industrial.

Devido à imprevisibilidade da quantidade de resíduos a serem gerados pela Cemig GT, uma vez que essa geração é consequência do desempenho do Sistema Elétrico, não há metas de redução de resíduos estipuladas pela Companhia. Apesar de serem empregadas técnicas modernas de operação e manutenção, objetivando a menor geração possível de resíduos, ainda assim, não é possível precisar o momento exato da desativação de alguns equipamentos ou componentes, já que sua gestão prevê uma utilização otimizada e que sua vida útil considera inúmeras variáveis que não dependem de gestão humana.

Como contribuições de melhorias ambientais, a Companhia reitera suas ações de consolidação de reciclagem e reuso destes materiais, bem como técnicas de destinação final ambientalmente adequadas.

Programas para a ictiofauna

A Cemig mantém o Programa Peixe Vivo, com investimentos de R$4 milhões em 2023, que tem a missão de minimizar o impacto sobre a ictiofauna, buscando soluções e tecnologias de manejo que integrem a geração de energia elétrica pela Cemig com a conservação das espécies de peixes nativas, promovendo o envolvimento da comunidade.

Desde sua criação, em 2007, o programa atua em duas frentes visando a preservação das populações de peixes: apoio à realização de projetos de pesquisa e formação de estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da Cemig.

Durante o ano de 2023 foram executados 2 projetos de pesquisa, com recursos próprios e de P&D, sendo publicados 12 trabalhos (2 teses, 4 dissertações, 1 monografia e 5 artigos científicos) relacionados aos projetos ou ações do programa peixe vivo. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do Peixe Vivo envolveram, diretamente, um total de 29 pessoas de instituições de ensino e pesquisa em 2023, além da realização de seminários e exposições relacionadas à conservação de peixes.

Mudanças climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, a Cemig assinou, em 2022, termo de adesão à iniciativa global Movimento Ambição Net Zero, do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa adesão reforça o compromisso firme da Cemig com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Cemig dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Cemig.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig Geração e Transmissão considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Programa de Aprendizagem Industrial

A Cemig foi agraciada pela Associação Brasileira de Recursos Humanos de Minas Gerais – ABRH-MG, com o 1º Lugar do Prêmio Ser Humano, na categoria Gestão de Pessoas – ESG. O reconhecimento se deu em virtude da contribuição social relevante prestada pela Companhia, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial.

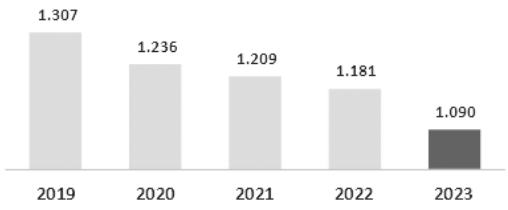
Com a recente aprovação da política de valorização da diversidade e inclusão, o programa de aprendizagem foi reconfigurado. No ciclo 2023, o Curso de Eletricista de Linhas de Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica direcionou vagas específicas para parentes diretos de pessoas que estiveram em situação de rua. Além disso, 50% do total de vagas foi destinado a pessoas do gênero feminino.

A Cemig tem direcionado esforços para atender diversos grupos vulneráveis, incluindo aprendizes oriundos do exército, familiares diretos de pessoas em situação de rua, adolescentes de abrigos e refugiados do Marrocos, Venezuela e Colômbia. Um total de 66 pessoas em situação de vulnerabilidade terão a oportunidade de participar do curso neste semestre.

A Cemig reafirma seu compromisso com a responsabilidade social, diversidade e sustentabilidade, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial, demonstrando seu papel ativo na sociedade e transformando vidas com a nossa energia.

Quadro de colaboradores

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Companhia segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. A Cemig GT vem apresentando uma redução no número de colaboradores nos últimos 5 anos, conforme apresentado no gráfico a seguir:



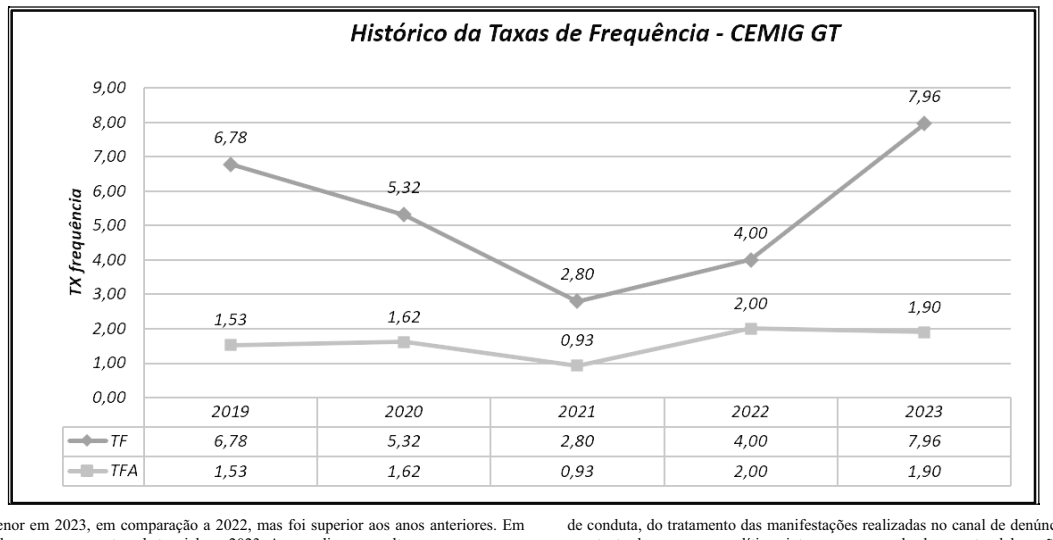
Em 2023, a Companhia admitiu 18 novos empregados, objetivando o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia, principalmente em áreas essencialmente técnicas.

Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas contratações de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia nos casos em que o processo de recrutamento externo se apresentou mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Durante todo o ano de 2023, continuaram a ser adotadas pela força de trabalho da Cemig, ações preventivas visando a preservação da saúde e segurança das equipes.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa Total de Frequência de Acidentados do Trabalho (TF) e Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA) apresentamos os dados de 2023, bem como os dados dos últimos 5 anos.



A TFA foi menor em 2023, em comparação a 2022, mas foi superior aos anos anteriores. Em relação à TF, houve um aumento substancial em 2023. Apesar disso, ressalta-se que a empresa está tomando todas as ações para que esta taxa diminua para os próximos anos.

Clima e cultura organizacional

Após três anos de um projeto de transformação cultural, a Cemig vem fortalecendo os pilares da cultura desejada, consolidando importantes mudanças em 2023:

- o senso de urgência para servir ao cliente é foco das ações na linha de frente, suportado por um projeto de transformação digital e implantação de novos canais de contato e solução, assim como investimentos consideráveis e tempestivos em novas subestações e fontes energéticas, linhas de transmissão e de distribuição e melhorias das estruturas;
- a gestão de riscos com ética e conformidade já tem feito parte da rotina e é medida anualmente por meio da validação do aprendizado e do conhecimento dos empregados sobre as regras de conduta, do tratamento das manifestações realizadas no canal de denúncias e da revisão constante das normas e políticas internas, a exemplo da recente elaboração de Política de Combate ao Assédio e outras violências no trabalho;
- a integração com corresponsabilidade é estimulada tanto pelos rituais e canais de comunicação internos como também pela transversalidade de algumas atividades e processos;
- o protagonismo com alta performance e a valorização da pessoa e do desempenho são algumas das bases para a tomada de decisões em relação às oportunidades de carreira e reconhecimentos.

Um destaque para a continuidade da mudança cultural, nesse ano de 2023, passa pela implantação do Programa de Diversidade e Inclusão - composto pela realização de censo, de sessões de capacitação e de mentoria para a liderança e de letramento e rodas de conversa para

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

os times, além de muita comunicação e da discussão de uma estratégia para que esse tema possa avançar dentro da organização.

Todos esses investimentos – em nossas pessoas, líderes e empregados –, em processos, em tecnologias e em estrutura organizacional têm colaborado para a transformação da realidade da empresa, expressa na melhora significativa de nossos resultados e no jeito de ser e de fazer as coisas.

Em um ambiente com tantas mudanças simultâneas, no qual há de se respeitar o tempo necessário para o amadurecimento e a estabilização, a Cemig realiza de forma bienal Pesquisa de Engajamento e Clima. A próxima está agendada para 2024 e tem o objetivo de acompanhar os aspectos que evidenciam vínculo, conexão e engajamento.

Cemig nas comunidades

A Cemig fornece, continuamente, informações e esclarecimentos com relação ao uso seguro da energia e promove a conscientização da população em relação aos cuidados necessários para conviver com as redes de energia, evitando acidentes e salvando vidas.

A Cemig investe em comunicação para o uso seguro da energia, realizando campanhas informativas, fornecendo instruções técnicas em seus canais de relacionamento, disponibilizando equipes para verificação e orientações sobre situações de risco, para informar sobre o uso seguro da eletricidade, entre outras.

Em toda a sua área de concessão, a Cemig promove ações de prevenção de acidentes, orientando a população de forma direta, por meio de matérias (rádio, jornal, mídias digitais e TV) e de postagens nas redes sociais; e de forma indireta, com diferentes tipos de material educativo publicados em meio eletrônico e em formato de cartilhas, folders e cartazes, além de eventuais campanhas nas comunidades.

A Cemig, anualmente, atualiza o Plano Estratégico de Comunicação Integrada para Segurança com a População, reescrevendo ações e estratégias para garantir a efetividade junto aos seus públicos de interesse em relação ao uso seguro da energia elétrica. Entre os objetivos desse Plano estão a conscientização da população, a mobilização das diversas partes interessadas da Companhia para a inclusão de pautas sobre segurança no uso da energia, e a conscientização dos colaboradores para atitudes de prevenção dentro e fora da Companhia.

O Plano visa, também: i) disseminar campanhas de comunicação em massa, prestando informações de utilidade pública para ampla audiência, e ii) lançar campanhas de comunicação dirigidas, prestando informações do interesse de públicos específicos.

Atuando no pilar da educação, a Cemig possui o treinamento "Segurança com a Energia Elétrica", na modalidade à distância, gratuito e direcionado à população, a partir dos 10 anos de idade. O curso também está disponível para pessoas com deficiências auditivas e visuais. O treinamento visa potencializar a disseminação de informações sobre segurança com o uso da energia elétrica e ampliar o conhecimento público sobre o tema.

Cidadania corporativa e investimentos sociais

As estratégias filantrópicas e de cidadania corporativa da Cemig estão alinhadas à sua missão, visão e valores e objetivam o desenvolvimento econômico e social nos locais em que atua, por meio do apoio às comunidades, proporcionando transformação e impacto social duradouros para alcance do desenvolvimento integral dos indivíduos.

Alguns projetos de destaque no ano de 2023 são:

Programa AI6% - O programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA). A Campanha de 2023 do AI6% envolveu a participação de 1.427 empregados que, voluntariamente, destinaram mais de R$ 1,3 milhão, com o intuito de beneficiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos pelas 137 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

No total, foram destinados R$2,8 milhões para entidades distribuídas em 69 municípios da área de influência da Companhia.

Programa de Voluntariado Empresarial: O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

O programa Você – Voluntariado Cemig: engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos colaboradores em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social. Esse programa foi criado bom base em três pilares, sendo (i) incentivo ao voluntariado, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; (ii) realização de ações transformadoras, no qual o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino, e (iii) ações propostas por colaboradores na plataforma de voluntariado, às quais podem ser aderidas pelos colegas.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado juntamente com uma empresa especializada no tema.

Dia V – Dia do Voluntariado - O evento aconteceu na Vila Zilah Sposito, em Belo Horizonte, na Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga. A ação propiciou aos moradores do entorno uma série de benefícios gratuitos como atendimento oftalmológico, aferição de pressão, orientações sobre saúde bucal, bazar solidário, oficina de educação ambiental e doação de mudas, orientação para fazer um currículo, orientações de segurança com a rede elétrica, troca de lâmpadas antigas por lâmpadas de LED e informações sobre o benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica.

Segurança de barragens

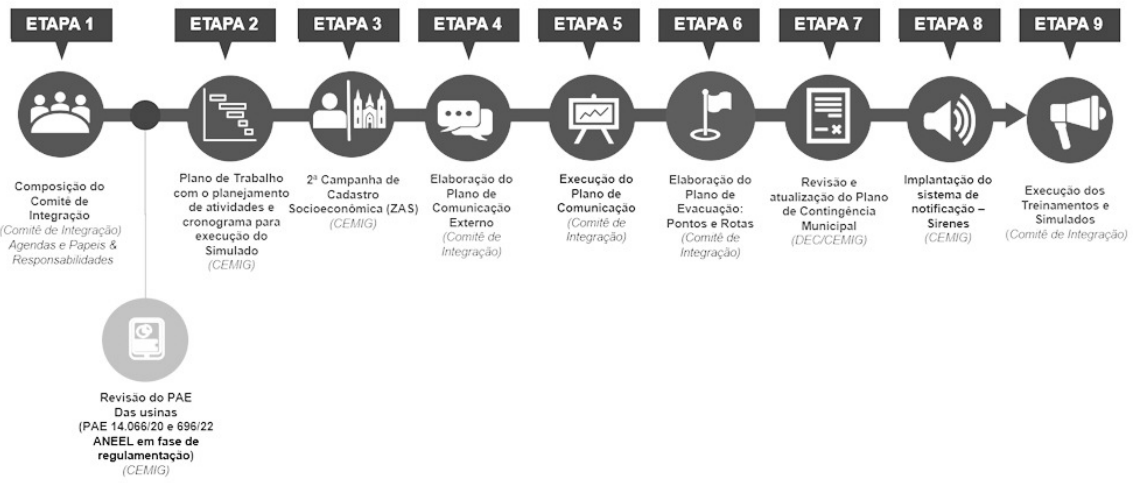
O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais e legislação específica.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragens, que envolvem, além dos profissionais da Cemig, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais especializados.

A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de Planos de Ação de Emergência ("PAE") para ruptura de barragens, com foco também nos riscos de inundação causados por cheias ordinárias. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, especificamente para a população afeta ao PAE das barragens da empresa, a Cemig continuou executando o cronograma de atividades dentro do "Projeto VAMOS", que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens Cemig aos Planos de Contingência (Plancons) dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 Comitês de Integração (CI) dos PAEs para 18 barragens da Cemig em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 6 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;
- 7 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 7 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 5 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano;
- 8 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti; e
- 6 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do "Programa Proximidade", com a participação em reuniões de representantes dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta à emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros), foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig aporta recursos em cultura, esporte, saúde, educação e cidadania, considerando interesses usualmente comuns a seus milhões de clientes, de 774 munícipios atendidos em Minas Gerais. A prioridade das iniciativas de incentivo a projetos sociais, quer seja por alocação de investimento social, quer seja por patrocínio de projetos, é contribuir para transformação social em múltiplos municípios

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do País. Em 2023 foram investidos R$69,8 milhões em 146 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Esse investimento em cultura contribui para a construção do patrimônio de Minas Gerais e posiciona a Cemig como uma grande fomentadora do desenvolvimento da economia criativa, da manutenção de grupos tradicionais, de equipamentos históricos. Além disso, os projetos apoiados visam a ocupação do espaço urbano, transformação nas comunidades e fomento a arte inovadora.

Saúde

No ano de 2023, a Cemig investiu R$44,4 milhões, em diferentes regiões de Minas Gerais, onde foram atendidas 370 unidades hospitalares, envolvendo a substituição de autoclaves, secadoras e focos cirúrgicos, além da instalação de usinas fotovoltaicas.

Esportes:

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig publicou editais para seleção de projetos sociais que passarão a integrar o conjunto de iniciativas incentivadas pela companhia em Minas Gerais. As chamadas públicas buscam ações que trabalham as práticas esportivas.

Para a Cemig a diversidade é um valor e deve estar presente também no esporte. Além disso, quase 12% dos recursos destinados ao esporte foram direcionados para projetos que trabalham exclusivamente com pessoas com deficiência em diversas modalidades esportivas e regiões do estado.

A empresa continua comprometida em fazer a diferença na vida das pessoas e em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Fundo do Idoso:

No contexto do aumento da longevidade e consequente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2023, foi lançado um edital de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais.

Gestão tecnológica e inovação

O tema da Segurança da Informação é preocupação permanente da Cemig, que investe cada vez mais em sua estrutura de Tecnologia da Informação (TI), buscando robustez na governança e gestão dos serviços de TI, bem como na gestão da segurança da informação para atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual a Companhia está sujeita por ter suas ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, seu sistema de controles de segurança em TI é baseado no Cobit 5 e verificado anualmente por auditorias interna e externa.

Os mecanismos de segurança da informação da Companhia são assegurados por um sistema de gestão baseado na Norma Brasileira (ABNT) NBR ISO / IEC 27001: 2013. Essa norma apresenta um modelo para estabelecer, implementar, operar, monitorar, analisar criticamente, manter e melhorar um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), alinhado às melhores práticas de mercado. O sistema de gerenciamento de segurança da informação da Cemig inclui processos para gerenciamento e controle de políticas, riscos, comunicação, classificação de informações e segurança da informação. Além disso, ações recorrentes para melhoria nos processos, comunicação, conscientização e treinamento fortalecem a segurança da informação da Companhia.

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de diferentes fatores, tais como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização da economia utilizando energia elétrica de fontes renováveis, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas nesse conjunto de mudanças, a Cemig tem como ambição da área de inovação explorar novas tecnologias e novos negócios no setor de energia. Os pilares estratégicos para isso são:

- Desenvolver novas avenidas de crescimento com base nas transformações do setor, regulação e tecnologia;
- Se aproximar dos ambientes de inovação de forma a criar e explorar uma cultura inovadora na Companhia;
- Criar células especializadas para o desenvolvimento de novos negócios e implantação de inovações.

Destaca-se, dentro desta estratégia, o Desafio Cemig da Inovação, lançado em agosto de 2021 e encerrado em janeiro de 2023.

O desafio foi aberto para o público em geral, que foi convidado a apresentar propostas para a formatação de novos projetos de P&D, conforme regras da Aneel. Os projetos foram avaliados sob as diretrizes para Inovação aprovadas no planejamento estratégico 2021-2025.

Nesse contexto, a Cemig buscou proposições de pessoas físicas e sociedades jurídicas com sede no Brasil sobre os temas a seguir:

- Produtos e serviços inteligentes: desenvolvimento de soluções para melhorar a experiência do cliente, tornar a gestão da receita mais eficiente e oferecer novos serviços;
- Sistemas elétricos do futuro: desenvolvimento de soluções e modelos de negócio para incentivar a eletrificação de atividades econômicas e eletromobilidade;
- Alternativas em geração sustentável: desenvolvimento de soluções alternativas para produção de energia elétrica, a partir de fontes renováveis para suportar o crescimento do parque gerados da concessionária.

Proteção de dados

A Cemig reconhece a sua responsabilidade com a proteção de dados pessoais de seus mais de 9 milhões de clientes que utilizam os seus serviços e respeita a privacidade de seus colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros. Também entende que os dados pessoais de suas partes interessadas devem ser utilizados de maneira responsável e aderente às legislações brasileiras, principalmente à Resolução Normativa Aneel nº 414/2010, que regulamenta o fornecimento de energia elétrica, e à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Para trazer robustez ao sistema de gestão já existente, e para se adequar à LGPD, Cemig conta com uma estrutura dedicada ao atendimento de todo o regramento legal relacionado ao tema.

Inteligência artificial - EnergyGPT

A Cemig, em parceria com o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), anunciou, em 2023, o início de desenvolvimento do EnergyGPT. O projeto, pioneiro em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no âmbito do Programa de PDI da Aneel, marca a entrada da Companhia no movimento global de inovação no setor elétrico.

O EnergyGPT surge como uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especialmente projetada para atender às demandas complexas do setor elétrico brasileiro. Uma de suas principais metas é facilitar o acesso a informações estruturadas deste mercado tanto para empresas quanto para cidadãos.

A proposta do projeto é desenvolver uma plataforma avançada de IA, mas adaptada às peculiaridades do setor elétrico nacional. O sistema de IA buscará otimizar processos e fornecer suporte estratégico em áreas críticas, incluindo jurídico e proteção de receita.

Durante o seu desenvolvimento, o EnergyGPT será testado em várias áreas estratégicas, onde se espera que a IA forneça insights valiosos, aumente a eficiência operacional e ajude na tomada de decisões críticas.

O lançamento do EnergyGPT representa um marco significativo na aplicação de tecnologias de ponta, visando aprimorar a eficiência e promover a inovação no setor elétrico.

Programa de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI)

O PDI da Cemig divulga chamadas públicas com foco no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da Cemig e do setor elétrico, visando o atendimento dos interesses da sociedade. As instituições são convidadas a apresentarem propostas de projetos de PDI que objetivem:

i. o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de soluções para os desafios da Cemig ou de empresas do setor elétrico, consumidores ou usuários dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; e/ou
ii. a exploração industrial ou comercial das soluções desenvolvidas.

A Cemig busca nestas chamadas: identificar e desenvolver projetos (i) inovadores e práticos - aptos a solucionarem reais problemas do setor elétrico; (ii) estratégicos - que abordem assuntos relevantes para a Companhia; e (iii) concretos - que gerem soluções com viabilidade econômico-financeira e de implementação.

Em 2023, a Cemig GT investiu R$5,9 milhões em projetos de PDI, destacando-se entre eles:

- Desenvolvimento de módulos fotovoltaicos utilizando Perovskita. O objetivo desta iniciativa é a formulação e a montagem de módulos fotovoltaicos a partir da exploração do potencial do mineral Perovskita, que apresenta algumas vantagens na comparação com o silício cristalino, principal material usado atualmente nas células fotovoltaicas; e
- Plataforma de coleta, tratamento e processamento de dados satelitais. Por meio dos dados e imagens coletados por nanossatélites, será feito um trabalho de pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de gerar uma metodologia própria para a classificação e detecção das situações, auxiliando na tomada de decisão do operador do sistema.

Valor Adicionado

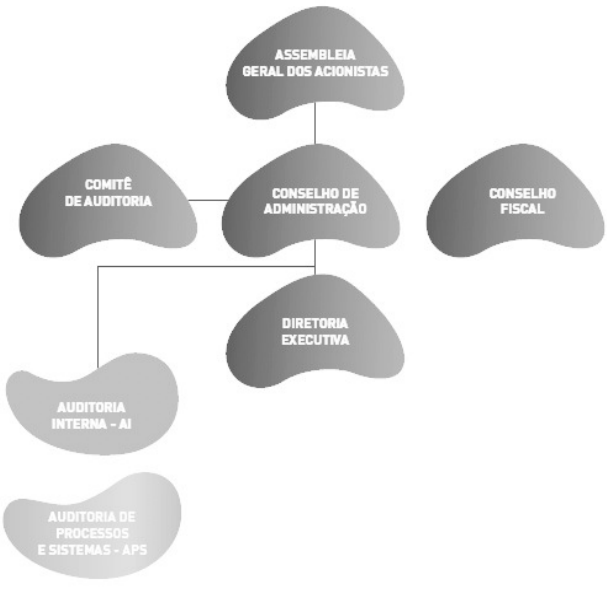
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a Sociedade com R$5.569 milhões de valor adicionado em 2023 em comparação a R$5.388 milhões em 2022.

DESEMPENHO EM GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Empresa. Os membros do Conselho de Administração, que são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, Vice-presidente e nomeiam a Diretoria Executiva da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais partes interessadas. Desde 2001, a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3.

Estrutura de Governança Corporativa Cemig



Conselho de Administração

Anualmente, os membros do Conselho de Administração são submetidos a autoavaliações de desempenho, independentes, individuais e coletivas, visando aprimorar suas funções. São observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à estratégia de longo prazo e orçamento anual.

Compete ao Comitê de Auditoria verificar, em caráter independente, a conformidade do processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração.

Composição, eleição e mandato

O Conselho de Administração é integrado por 11 membros efetivos, sendo 10 indicados e eleitos pelos acionistas e 1 eleito pelos colaboradores, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 anos, permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Dos 11 membros, 10 têm as características de Conselheiro Independente, pelos critérios adotados pelo *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), enquanto 9 membros têm essas características segundo os critérios definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme atestado na Declaração de Independência do Conselho.

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo. O mandato dos atuais membros expira na AGO a realizar-se em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração, atribuições e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de dezembro de 2023, reuniu-se 22 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Coaud) é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 anos, não coincidentes, sendo permitida 1 reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Reuniões

No exercício de 2023, foram realizadas 29 reuniões do Coaud.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Reuniões

No exercício de 2023 foram realizadas 64 reuniões da Diretoria Executiva.

Conselho Fiscal

Composição, eleição e mandato

O Conselho Fiscal é um órgão permanente, composto por 5 membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontra-se disponível no site da Cemig: http://ri.cemig.com.br

Reuniões

No exercício de 2023, foram realizadas 14 reuniões do Conselho Fiscal.

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2023, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação do Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks*, vigente para o ciclo 2023/2024.

Tais riscos, associados a execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Inovação, Tecnologia da Informação, Pessoas e Serviços Corporativos, ESG (Environmental, Social and Governance), Financeiro, Participações e Desinvestimento, Regulatório Institucional e Controle e Integridade.

No intuito de fortalecer ainda mais a governança e as discussões de gestão de riscos, em Junho de 2022, foi criado o Comitê de Riscos, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (Top Risks) e monitoramento de tratamento; identificação e mensuração de planos de ação de mitigação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

Em relação às respostas aos riscos relevantes e que possuem os limites de tolerância excedidos, o ambiente de Controles Internos possui um processo anual de revisão e testes de desenho da totalidade dos controles internos presente na Matriz de Controles Internos, de modo a mantê-los aderentes e atualizados. Esforços e investimentos na antecipação de calendários de avaliação, automatização de processos, capacitação e contratação de profissionais de mercado fomentaram o aumento da maturidade do Ambiente de Controles Internos nos últimos anos, corroborando com diversos avanços, em destaque a retirada da Fraqueza Material nas Demonstrações Financeiras no ano de 2023 (ano base 2022), fraqueza esta que estava presente de 2016 a 2021. Os resultados obtidos que refletem o alto grau de efetividade do ambiente de controles internos demonstram confiança na gestão de riscos da companhia bem como a contribuição para endereçamento dos riscos relacionados aos pilares estratégicos, com foco especial aos Pilares Financeiro e Controles e Integridade.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Certificação de qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna - IIA

Em 2023, a Auditoria Interna da Cemig recebeu a Certificação de Qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna – IIA, órgão mundial que regulamenta a atividade de auditoria interna quanto ao cumprimento de normas e padrões internacionais de auditoria. Esta é uma conquista importante, que coloca a Auditoria Interna da Cemig no seleto grupo de empresas brasileiras que possuem essa certificação internacional do IIA.

Declaração de conformidade NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos

A Cemig alcançou um marco significativo ao obter a Declaração de Conformidade em relação a NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos, destacando seu compromisso com práticas sólidas de gestão de riscos. A norma internacional, focada na gestão de riscos, serve como uma ferramenta essencial para aprimorar a tomada de decisões, planejamento e gerenciamento de riscos em todos os níveis da Companhia.

A NBR ISO 31000:2018 recomenda a integração do processo de gestão de riscos à tomada de decisão, à gestão global do negócio e ao contexto organizacional atual. Isso significa que a Cemig poderá aplicar as diretrizes da norma não apenas em projetos e operações, mas também em estratégias corporativas, promovendo uma abordagem abrangente para identificar, avaliar e mitigar riscos.

Política de Compliance e Antifraude

A Companhia preza pela prevenção e combate à fraude, corrupção e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às normas internas e externas estabelecidas, e conta com a dedicação e diligência de toda a força de trabalho para que atos ilícitos ou antiéticos não sejam cometidos em seu nome.

Como forma de prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um efetivo sistema de controles internos e de Compliance composto, dentre outros, por: Comissão de Ética, Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades, e prevenção à fraude e corrupção, sobre as quais dá pleno conhecimento a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Cemig, sejam eles acionistas, administradores, colaboradores ou contratados.

O Canal de Denúncia garante confidencialidade, anonimato e não-retaliação ao denunciante, sendo que a Comissão de Ética é responsável por assegurar a devida apuração e investigação de todas as denúncias recebidas e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes.

Em 2023, a Cemig tornou-se signatária do **Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU**. A inciativa visa avançar no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 (ODS16), de combater todas as formas de corrupção. Este documento estabelece metas e ações para engajar as empresas a se comprometerem com o tema.

Ao ingressar ao Movimento Transparência 100%, a Companhia se compromete a avançar em direção às seguintes metas:

- 100% de transparência das interações com a Administração Pública;
- Remuneração 100% íntegra da Alta Administração;
- 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade;
- 100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança;
- 100% de transparência sobre os canais de denúncias.

O prazo estabelecido pelo Movimento para o atingimento total das metas é 2030. A Cemig vem avançando no cumprimento dos requisitos e com isso pretende entregar os resultados de maneira mais célere. Com esta iniciativa, a Cemig expressa publicamente a decisão da Companhia de fortalecer a integridade e a transparência em toda a cadeia de valor.

Compliance e Antissuborno

Em fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Cemig aprovou a atualização da Política de Compliance da Cemig, inserindo o tratamento do tema Antissuborno.

A Cemig preza pela prevenção e combate ao suborno, fraudes, conflitos de interesse e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às legislações, normas internas e externas estabelecidas.

A Política estabelece diretrizes e responsabilidades que devem ser adotadas na prática diária dos negócios, atividades e relacionamentos da Companhia, tendo como objetivos:

i. promover uma cultura que incentive a conduta ética e o compromisso com as melhores práticas de compliance e o cumprimento das leis e normas de compliance e antissuborno;
ii. prevenir, detectar e responder a falhas no cumprimento de leis e normas e desvios de conduta;
iii. concentrar-se na mitigação de Riscos de Compliance e Suborno priorizados pela Companhia;
iv. contribuir para a motivação e produtividade dos empregados, a preservação e valorização da marca Cemig e a minimização de não conformidades, penalidades e multas por descumprimentos de normas;
v. garantir o cumprimento e a melhoria contínua do Programa de Compliance e Antissuborno da Cemig.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, as demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de colaboradores.

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1) Base de cálculo	2023 Controladora			2022 Controladora		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita líquida (RL)			5.859.190			6.952.512
Resultado operacional (RO)			3.005.993			2.550.291
Folha de pagamento bruta (FPB)			314.364			313.946
2) Indicadores sociais internos	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre FPB**	**%Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre FPB**	**%Sobre RL**
Alimentação	22.096	7,03	0,38	20.951	6,67	0,30
Encargos sociais compulsórios	79.824	25,39	1,36	74.048	23,59	1,07
Previdência privada	21.862	6,95	0,37	21.714	6,92	0,31
Saúde	15.719	5,00	0,27	15.611	4,97	0,22
Segurança e medicina no trabalho	818	0,26	0,01	3.221	1,03	0,05
Educação	64	0,02	0,00	251	0,08	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.495	0,48	0,03	14.126	4,50	0,20
Creches ou auxílio-creche	694	0,22	0,01	689	0,22	0,01
Participação nos lucros ou resultados	37.368	11,89	0,64	33.169	10,57	0,48
Outros	2.390	0,76	0,04	3.502	1,12	0,05
Total - Indicadores sociais internos	**182.330**	58,00	**3,11**	**187.282**	59,65	**2,69**
3) Indicadores sociais externos	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**%Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre RO**	**%Sobre RL**
Educação	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Cultura	8.251	0,27	0,14	1.200	0,05	0,02
Saúde e saneamento	1.546	0,05	0,03	0	0,00	0,00
Esporte	7.094	0,24	0,12	0	0,00	0,00
Outros doações/subvenções/projeto ASIN	2.677	0,09	0,05	381	0,01	0,01
Total das contribuições para a sociedade	**19.568**	**0,65**	**0,33**	**1.581**	**0,06**	**0,02**
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.657.820	55,15	28,29	1.350.656	52,96	19,43
Total – Indicadores sociais externos	**1.677.388**	**55,80**	**28,63**	**1.352.237**	**53,02**	**19,45**
4) Indicadores ambientais	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**% Sobre RO**	**% Sobre RL**
Relacionados com a operação da empresa	16.769	0,56	0,29	11.482	0,45	0,17
Total dos investimentos em meio ambiente	16.769	0,56	0,29	11.482	0,45	0,17
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(x) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%		(x) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%	
	( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 76 a 100%		( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 76 a 100%	
5) Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores (as) ao final do exercício			1.090			1.181
Nº de admissões durante o exercício			-			60
Nº de colaboradores (as) temporários (as)			26			10
Nº de estagiários (as) contratados (as)			33			30
Escolaridade dos colaboradores			-			-
- Superior e extensão universitária			461			504
- 2° Grau			626			673
- 1° Grau			3			4
Nº de colaboradores (as) acima de 45 anos			450			464
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			159			181
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			17,46%			18,18%
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			52			52
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			3,17%			1,52%
Nº de pessoas com deficiência			31			33

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	14		
Número total de acidentes de trabalho considerando colaboradores próprios	5		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos (as) colaboradores (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	(x) todos (as) colaboradores (as)	( ) Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) colaboradores (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) colaboradores (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de colaboradores (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	( ) não se envolve	( ) apoia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia	no Procon	na Justiça
	-	-	7
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$)	Em 2023: R$5.568.825		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	35,22% governo; 23,30% acionistas; 7,99% colaboradores(as); 13,64% terceiros; 19,85% retido		

7) Outras Informações	2023
Investimentos em questões ambientais	R$ 17.598.556
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	43 reservatórios e 221 estações de coleta
Resíduos e materiais inservíveis	685,28 toneladas
Receita com as vendas dos resíduos	R$ 3.306.326,29

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO 2023

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2023 Controladora	2022 Controladora
Atendimento		
Número de consumidores	2.922	3.242
Número de colaboradores	1.090	1.181
Energia vendida por empregado - MWh	19.560	21.738
Mercado		
Geração própria - GWh	5.300	6.050
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R$/MWh) – Industrial	253,70	252,99
Operacionais		
Número de Usinas em Operação	23	21
Capacidade Instalada (MW)	2.822	2.303
Financeiros		
Receita operacional líquida - R$ milhões	5.859	6.953
Margem operacional - %	51,30%	36,68%
LAJIDA ou EBITDA - R$ milhões	3.412	3.008
Resultado - R$ milhões	2.403	2.085
Patrimônio líquido - R$ milhões	10.047	8.893
Valor patrimonial por ação	3,47	3,07
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	23,92%	23,45%
Endividamento do patrimônio líquido - %	81,91%	119,70%
Liquidez Corrente	0,77	1,21
Liquidez Geral	1,27	0,89

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Presidente
Dimas Costa	Vice-presidente Cemig Comercialização
Leonardo George de Magalhães	Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva	Vice-presidente Cemig Geração e Transmissão
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Vice-presidente Cemigpar
Marney Tadeu Antunes	Vice-presidente sem denominação específica
Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva	Vice-presidente de Regulação e Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOMES
Márcio Luiz Simões Utsch (majoritário)
Jaime Leôncio Singer (majoritário)
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)
José Reinaldo Magalhães (majoritário)
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)
Aloísio Macário Ferreira de Souza (minoritários)
Roger Daniel Versieux (minoritários)
José João Abdalla Filho (preferencialistas)
Paulo César de Souza e Silva (minoritários)
Anderson Rodrigues (representante dos colaboradores)

CONSELHO FISCAL

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente) (majoritário)	Rodrigo Rodrigues Tavares (majoritário)
Pedro Bruno Barros de Souza (majoritário)	Luiz Fernando Medeiros Moreira (majoritário)
Lucas de Vasconcelos Gonzalez (majoritário)	Vago (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritário)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA

NOMES
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)
Roberto Tommasetti
Roberto Cesar Guindalini
Vago

RELAÇÕES COM INVESTIDORES
Superintendência de Relações com Investidores
Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico
Site: www.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	361.954	292.980	297.060	194.482
Títulos e valores mobiliários	7	575.564	1.352.359	454.710	788.368
Consumidores e revendedores	8	654.596	982.643	540.434	812.592
Concessionários - transporte de energia	8	135.302	112.706	132.204	110.007
Tributos compensáveis	9	44.609	51.896	41.100	28.375
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	427.108	774.649	427.019	772.564
Dividendos a receber	14	-	140.250	13.805	259.106
Ativo financeiro da concessão	12	320.444	309.347	227.411	-
Ativos de contrato	13	841.371	720.032	813.593	691.153
Instrumentos financeiros derivativos	29	368.051	-	368.051	-
Outros ativos		115.810	260.733	120.573	255.951
		3.844.809	**4.997.595**	**3.435.960**	**3.912.598**
Ativos classificados como mantidos para venda	30	57.866	-	45.663	-
TOTAL DO CIRCULANTE		**3.902.675**	**4.997.595**	**3.481.623**	**3.912.598**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	-	5.105	-	2.976
Consumidores e revendedores	8	2.257	63	2.241	47
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	9.895	-	-	-
Tributos compensáveis	9	49.249	47.280	43.578	28.545
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	103.044	-	102.572	-
Depósitos vinculados a litígios	11	179.089	174.461	172.644	168.183
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	702.734	-	702.734
Outros ativos		63.619	61.895	57.511	69.556
Ativo financeiro da concessão	12	3.494.644	3.332.528	2.810.563	691.460
Ativos de contrato	13	3.806.678	3.924.195	3.732.625	3.842.796
Investimentos	14	2.883.337	3.355.051	4.883.417	7.845.778
Imobilizado	15	3.035.656	2.356.699	2.205.940	1.556.915
Intangível	16	859.086	974.169	712.097	660.093
Direito de uso	17a	75.384	57.219	71.171	55.493
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**14.561.938**	**14.991.399**	**14.794.359**	**15.624.576**
TOTAL DO ATIVO		**18.464.613**	**19.988.994**	**18.275.982**	**19.537.174**

PASSIVO	Nota	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
CIRCULANTE					
Empréstimos e debêntures	20	1.858.013	33.707	1.858.013	33.707
Fornecedores	18	474.756	503.110	441.735	448.621
Imposto de renda e contribuição social	10b	19.513	109.881	-	-
Impostos, taxas e contribuições	19	170.796	176.252	154.448	131.435
Encargos regulatórios	21	113.258	116.248	105.008	104.357
Obrigações pós-emprego	22	71.026	84.377	71.026	84.377
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	24	1.565.563	1.406.958	1.565.563	1.406.958
Salários e encargos sociais		58.466	68.283	57.489	67.301
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	90.526	-	90.526
Instrumentos financeiros - Opção de venda	29	-	672.416	-	672.416
Passivo de arrendamentos	17b	15.765	9.893	15.003	9.592
Outros passivos		204.176	179.448	200.371	177.552
TOTAL DO CIRCULANTE		**4.551.332**	**3.451.099**	**4.468.656**	**3.226.842**
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e debêntures	20	1.010.080	4.925.359	1.010.080	4.925.359
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	869.579	646.368	833.645	557.634
Impostos, taxas e contribuições	19	351.528	361.301	340.213	348.573
Encargos regulatórios	21	4.564	5.299	-	-
Obrigações pós-emprego	22	1.050.844	1.112.069	1.050.844	1.112.069
Provisões para contingências	23	423.574	397.040	422.257	396.537
Passivo de arrendamentos	17b	67.450	52.474	63.783	50.909
Outros passivos		89.016	145.175	39.858	26.441
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**3.866.635**	**7.645.085**	**3.760.680**	**7.417.522**
TOTAL DO PASSIVO		**8.417.967**	**11.096.184**	**8.229.336**	**10.644.364**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**24**				
Capital social		5.473.724	5.473.724	5.473.724	5.473.724
Reservas de lucros		4.733.233	3.628.085	4.733.233	3.628.085
Ajustes de avaliação patrimonial		(160.311)	(208.999)	(160.311)	(208.999)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**10.046.646**	**8.892.810**	**10.046.646**	**8.892.810**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**18.464.613**	**19.988.994**	**18.275.982**	19.537.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
RECEITA LÍQUIDA	**25**	**6.760.742**	**8.148.452**	**5.859.190**	**6.952.512**
CUSTOS	**26**				
Custos com energia elétrica		(2.754.139)	(4.391.532)	(2.701.041)	(4.310.839)
Custos de construção		(163.467)	(290.750)	(154.078)	(290.750)
Custos de operação		(848.388)	(835.956)	(671.919)	(648.331)
		(3.765.994)	**(5.518.238)**	**(3.527.038)**	**(5.249.920)**
LUCRO BRUTO		**2.994.748**	**2.630.214**	**2.332.152**	**1.702.592**
DESPESAS	**26**				
Perdas de créditos esperadas		(4.666)	(531)	(5.650)	(1.302)
Despesas gerais e administrativas		(146.571)	(124.583)	(146.571)	(124.857)
Outras despesas, líquidas		97.855	(343.805)	102.377	(342.314)
		(53.382)	**(468.919)**	**(49.844)**	**(468.473)**
Resultado de equivalência patrimonial	14	141.354	519.345	723.685	1.316.172
Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		**3.082.720**	**2.680.640**	**3.005.993**	**2.550.291**
Receitas financeiras	27	658.371	604.032	579.361	521.218
Despesas financeiras	27	(754.208)	(1.081.323)	(747.175)	(1.062.233)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**2.986.883**	**2.203.349**	**2.838.179**	**2.009.276**
Imposto de renda e contribuição social correntes	10d	(393.533)	(199.284)	(228.760)	(8.521)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10d	(190.684)	81.391	(206.753)	84.701
		(584.217)	**(117.893)**	**(435.513)**	**76.180**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**2.402.666**	**2.085.456**	**2.402.666**	**2.085.456**
Lucro básico e diluído por ação – R$	**24**	**0,83**	**0,72**	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**2.402.666**	**2.085.456**	**2.402.666**	**2.085.456**
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes				
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 22)	73.764	143.375	73.764	143.375
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 10c)	(25.080)	(48.747)	(25.080)	(48.747)
	48.684	**94.628**	**48.684**	**94.628**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	**2.451.350**	**2.180.084**	**2.451.350**	**2.180.084**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Custo atribuído de imobilizado	Outros resultados abrangentes		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**4.123.724**	**1.350.000**	**308.328**	**44.727**	**1.888.682**	**222.935**	**387.832**	**(570.774)**	**-**	**7.755.454**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.085.456	2.085.456
Outros resultados abrangentes										
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	-	-	-	-	94.628	-	94.628
Resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**94.628**	**2.085.456**	**2.180.084**
Aumento de capital	1.350.000	(1.350.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício										
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	10.398	-	-	-	-	(10.398)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(120.685)	-	120.685	-
Reserva legal	-	-	103.753	-	-	-	-	-	(103.753)	-
Dividendos intermediários (R$0,15 p/ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(600.000)	(600.000)
Dividendos estatutários (R$0,21 p/ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(442.728)	(442.728)
Dividendos adicionais propostos (R$0,08 p/ação)	-	-	-	-	222.935	-	-	-	(222.935)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(222.935)	-	-	222.935	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	1.049.262	-	-	-	(1.049.262)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**5.473.724**	**-**	**412.081**	**55.125**	**3.160.879**	**-**	**267.147**	**(476.146)**	**-**	**8.892.810**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.402.666	2.402.666
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	-	-	-	-	48.684	-	48.684
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	48.684	2.402.666	2.451.350
Destinação do lucro líquido do exercício										
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	31.796	-	-	-	-	(31.796)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	4	-	(4)	-
Reserva legal	-	-	118.544	-	-	-	-	-	(118.544)	-
Juros sobre capital próprio (R$0,22 p/ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(641.205)	(641.205)
Dividendos estatutários (R$0,23 p/ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(656.309)	(656.309)
Dividendos adicionais propostos (R$0,02 p/ação)	-	-	-	-	49.693	-	-	-	(49.693)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	905.115	-	-	-	(905.115)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**5.473.724**	**-**	**530.625**	**86.921**	**4.115.687**	**-**	**267.151**	**(427.462)**	**-**	**10.046.646**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		2.402.666	2.085.456	2.402.666	2.085.456
AJUSTES:					
Depreciação e amortização	26	328.741	328.387	254.750	253.805
Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível		4.635	12.006	3.635	60
Ajuste a valor justo de ativo financeiro		-	171.770	-	171.770
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	12 e 13	(1.082.860)	(1.191.372)	(800.100)	(702.459)
Equivalência patrimonial	14b	(141.354)	(519.345)	(723.685)	(1.316.172)
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	14b	30.086	7.412	30.086	7.412
Ágio na recompra de eurobonds	20	-	46.763	-	46.763
Juros e variações monetárias		315.601	346.170	390.415	417.877
Variação cambial de empréstimos	20	(276.687)	(338.265)	(276.687)	(338.265)
Ganho na alienação de investimento	14 e 26c	(318.795)	(6.644)	(318.795)	(6.644)
Amortização do custo de transação de empréstimos	20	5.845	2.514	5.845	2.514
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10c	584.217	117.893	435.513	(76.180)
Provisões para contingências e perdas de créditos esperadas	26c	53.656	10.400	53.322	10.924
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	29 e 27	177.326	437.887	177.326	437.887
Variação do valor justo de instrumentos financeiros - Opção de venda	29	57.801	36.124	57.801	36.124
Obrigações pós-emprego	22	119.289	140.391	119.289	140.391
Outros		(11.952)	154.874	(11.259)	157.689
		2.248.215	**1.842.421**	**1.800.122**	**1.328.952**
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		298.591	(297.971)	282.617	(277.490)
Tributos compensáveis		24.371	7.066	(15.945)	(1.385)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		209.524	182.428	237.309	207.876
Depósitos vinculados a litígios		6.551	625	6.563	(2.250)
Dividendos recebidos		362.537	257.810	922.708	664.675
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato	12 e 13	905.825	618.885	693.658	282.582
Outros		(31.009)	(145.990)	(26.756)	(146.180)
		1.776.390	**622.853**	**2.100.154**	**727.828**
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(28.354)	119.324	(15.847)	114.242
Impostos, taxas e contribuições		(120.333)	25.015	(89.921)	(2.577)
Salários e contribuições sociais		(9.817)	9.658	(9.812)	9.646
Encargos regulatórios		(3.725)	7.846	(4.802)	4.305
Contribuições pagas de pós-emprego	22	(120.101)	(107.784)	(120.101)	(107.784)
Provisões para contingências pagas	23	(22.456)	(50.872)	(22.339)	(50.857)
Outros		(72.342)	42.848	(4.842)	31.068
		(377.128)	**46.035**	**(267.664)**	**(1.957)**
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**3.647.477**	**2.511.309**	**3.632.612**	**2.054.823**
Juros recebidos		193.453	141.120	122.812	96.555
Imposto de renda e contribuição social pagos		(406.485)	(517.580)	(245.215)	(304.609)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	20	(539.582)	(621.439)	(539.582)	(621.439)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos - proteção da dívida	29	24.388	129.122	24.388	129.122
Juros pagos de arrendamentos	17	(928)	(597)	(619)	(533)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**2.918.323**	**1.641.935**	**2.994.396**	**1.353.919**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	14b	(541)	(25.213)	(39.367)	(45.213)
Alienação de investimentos	30	669.220	6.644	669.220	6.644
Redução de capital em investida	14	10.811	-	199.356	-
Em Imobilizado	15	(905.099)	(121.657)	(787.333)	(22.192)
Em Intangível	16	(17.525)	(10.147)	(17.118)	(10.044)
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários		(5.887.553)	(5.774.728)	(4.968.163)	(4.543.580)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários		6.683.508	5.612.608	5.314.591	4.527.664
Caixa oriundo de incorporação	14	-	-	138.723	-
Liquidação da opção de venda - SAAG	29	(780.348)	-	(780.348)	-
FIP Melbourne	14	257.273	-	257.273	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**29.746**	**(312.493)**	**(13.166)**	**(86.721)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos obtidos	20	-	993.868	-	993.868
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	24	(1.042.728)	(435.717)	(1.042.728)	(435.717)
Pagamentos de empréstimos e debêntures	20	(1.823.400)	(1.706.590)	(1.823.400)	(1.706.590)
Pagamentos de arrendamentos	17	(12.967)	(11.094)	(12.524)	(10.341)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(2.879.095)**	**(1.159.533)**	**(2.878.652)**	**(1.158.780)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**68.974**	**169.909**	**102.578**	**108.418**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	292.980	123.071	194.482	86.064
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO		**361.954**	**292.980**	**297.060**	**194.482**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
RECEITAS					
Venda de energia e serviços	25	7.123.774	8.656.045	6.360.175	7.746.983
Receita de construção	25	226.880	407.193	216.553	407.193
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	25	515.130	561.044	505.431	538.988
Receitas relativas à construção de ativos próprios		896.139	74.411	896.139	74.411
Reversões de créditos esperadas	26	(4.666)	(531)	(5.650)	(1.302)
Ganho na alienação de investimento	26	318.795	6.644	318.795	6.644
		9.076.052	**9.704.806**	**8.291.443**	**8.772.917**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Energia elétrica comprada para revenda	25	(2.743.068)	(4.566.647)	(2.737.565)	(4.554.795)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	25	(289.161)	(267.440)	(238.118)	(193.219)
Serviços de terceiros		(441.476)	(304.256)	(359.631)	(238.663)
Materiais		(860.898)	(301.901)	(855.345)	(291.102)
Concessão onerosa		(4.340)	(4.072)	(4.330)	(4.062)
Outros custos		(159.638)	(204.938)	(151.043)	(198.364)
		(4.498.581)	**(5.649.254)**	**(4.346.032)**	**(5.480.205)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**4.577.471**	**4.055.552**	**3.945.411**	**3.292.712**
Depreciação e amortização		(328.741)	(328.387)	(254.750)	(253.805)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		**4.248.730**	**3.727.165**	**3.690.661**	**3.038.907**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	14	141.354	519.345	723.685	1.316.172
Receitas financeiras	27	674.424	627.853	594.099	543.648
Receita de indenização da geração	25	92.595	47.028	92.595	47.028
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	25	411.722	466.857	139.599	-
		1.320.095	**1.661.083**	**1.549.978**	**1.906.848**
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		**5.568.825**	**5.388.248**	**5.240.639**	**4.945.755**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal		**445.073**	**469.892**	**430.200**	**443.975**
Remuneração direta		269.791	256.164	255.857	231.141
Obrigações pós-emprego e outros benefícios		158.434	176.358	157.702	175.646
FGTS		16.848	16.834	16.641	16.652
Programa de desligamento voluntário programado		-	20.536	-	20.536
Impostos, taxas e contribuições		**1.961.333**	**1.744.259**	**1.657.820**	**1.350.656**
Federais		1.480.664	1.104.871	1.241.718	783.519
Estaduais		475.786	634.136	412.245	562.437
Municipais		4.883	5.252	3.857	4.700
Remuneração de capitais de terceiros		**759.753**	**1.088.641**	**749.953**	**1.065.668**
Juros		754.208	1.081.323	747.175	1.062.233
Aluguéis		5.545	7.318	2.778	3.435
Remuneração de capitais próprios		**2.402.666**	**2.085.456**	**2.402.666**	**2.085.456**
Juros sobre capital próprio	24	641.205	-	641.205	-
Dividendos intermediários	24	-	600.000	-	600.000
Dividendos obrigatórios	24	656.309	442.728	656.309	442.728
Lucros retidos	24	1.105.152	1.042.728	1.105.152	1.042.728
		5.568.825	**5.388.248**	**5.240.639**	**4.945.755**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade por ações, inscrita no CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R$649 milhões (positivo de R$1.546 milhões em 31 de dezembro de 2022), decorrente, principalmente, da transferência da dívida em moeda estrangeira para o passivo circulante, uma vez que o vencimento ocorrerá em dezembro de 2024. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Adicionalmente, a Companhia apresenta histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos existentes nas instituições financeiras em que opera, além de suporte do acionista.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios em um futuro previsível.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Participações societárias

A Companhia possui participação nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

Investimentos	% de participação	Descrição
CONTROLADAS EM CONJUNTO:		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”)	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane/MG.
Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”)	49,00	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema/MG.
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi")	49,00	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi/RJ.
Aliança Norte Energia Participações S.A. (“Aliança Norte”)	49,00	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Companhia, que detém 49,00% de participação, e a Vale S.A, que detém os 51,00% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,00% na Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Amazônia Energia Participações S.A (“Amazônia Energia”)	74,50	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Companhia, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. O controle é compartilhado por acordo de acionistas.
Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”)	45,00	Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Companhia e pela Vale S.A., para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica. A Vale e a Companhia, detêm 55,00% e 45,00% do capital total, respectivamente.
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (“UHE Itaocara”)	49,00	Sociedade anônima, o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).
Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”)	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no Estado de Minas Gerais.
CONTROLADAS		
Cemig Geração Camargos S.A	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Itutinga S.A	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Leste S.A	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Oeste S.A	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Sul S.A	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”)	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. Ela possui 19 aerogeradores, com torres de 85m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”)	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. Ela possui 28 aerogeradores, com torres de 65 m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”)	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias, no estado de Minas Gerais.
Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”)	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina, além da comercialização de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).
Rosal Energia S.A. (“Rosal”)	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Cemig PCH S.A. (“PCH”)	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim, localizada no Rio Araguari, municípios de Sacramento e Santa Juliana, no estado de Minas Gerais.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.	100,00	Comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos.
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Poço Fundo”)	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da usina hidrelétrica Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo, no estado de Minas Gerais.
Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”)	100,00	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari“)	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”)	100,00	Construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional.
UFV Três Marias (“UFV Três Marias)	100,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.

A Companhia concluiu, em 2023, o processo de alienação da totalidade de sua participação societária nas empresas MESA, Baguari Energia e Retiro Baixo. Essas alienações estão em linha com o Programa de Desinvestimentos da Cemig. Adicionalmente, foram incorporadas, pela Cemig GT, as subsidiárias integrais Cemig Geração Salto Grande e Cemig Geração Três Marias. Mais detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 14.

2. CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detêm junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Tipo	Localidade/Estado	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO					
Usinas hidrelétricas					
Theodomiro Carneiro Santiago (1) (2) (6) (10)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	05/2027
Nova Ponte (1) (2) (6) (10)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	08/2027
Santa Luzia (1) (9)	CGH	Centralina/MG	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1) (6)	UHE	Entre Berilo e Grão Mogol/MG	Cemig GT	14/2000	09/2037
Queimado (Consórcio) (1) (6)	UHE	Entre Cabeceira Grande/MG, Unaí/MG e Cristalina/GO	Cemig GT	06/1997	06/2034
Rio de Pedras (1) (6) (9)	PCH	Itabirito/MG	Cemig GT	02/2013	12/2025
Poço Fundo (1) (6) (7)	PCH	Entre Poço Fundo e Campestre/MG	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	05/2052
São Bernardo (1) (6) (9)	PCH	Piranguçu/MG	Cemig GT	02/2013	06/2027
Rosal (1) (6)	UHE	Entre Guaçuí/ES e Bom Jesus do Itabapoama/RJ	Rosal Energia	01/1997	12/2035
Machado Mineiro (1) (11)	PCH	Entre Ninheira e Águas Vermelhas/MG	Cemig GT	Resolução 331/2002	05/2027
Salto Voltão (1) (9)	PCH	Xanxerê/MG			06/2033
Salto do Paraopeba (1) (9)	PCH	Jeceaba/MG	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto do Passo Velho (1) (9)	PCH	Bom Jesus/SC			03/2031
Pai Joaquim (1) (6)	PCH	Entre Sacramento e Santa Juliana/MG	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1) (6) (8)	UHE	Antônio Dias/MG	Sá Carvalho	01/2004	08/2026
Três Marias (3) (6)			Cemig GT	08/2016	01/2053
Salto Grande (3) (6)	UHE	Braúnas/MG	Cemig GT	09/2016	01/2053
Itutinga (3) (6)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2053
Camargos (3) (6)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2053
Coronel Domiciano (3) (6)	PCH	Muriaé/MG	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	04/2047
Joasal (3) (6)	PCH	Juiz de Fora/MG			
Marmelos (3) (6)	CGH	Juiz de Fora/MG	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2053
Paciência (3) (6)	CGH	Matias Barbosa/MG			
Piau (3) (6)	PCH	Piau/MG			
Dona Rita (3) (6)	PCH	Santa Rita do Itabira/MG			07/2050
Ervália (3) (6)	PCH	Ervália/MG			04/2047
Neblina (3) (6)	PCH	Ipanema/MG	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	04/2047
Peti (3) (6)	PCH	São Gonçalo do Rio Abaixo/MG			01/2053
Sinceridade (3) (6)	PCH	Manhuaçu/MG			03/2047
Tronqueiras (3) (6)	PCH	Coroaci/MG			12/2046
Cajurú (3) (6)	PCH	Entre Carmo do Cajuru e Divinópolis/MG	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2053
Gafanhoto (3) (6)	PCH	Divinópolis/MG			
Martins (3) (6)	PCH	Uberabinha/MG			
Usinas Eólicas					
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	-	Beberibe/CE	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	-	Acaraú/CE	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
Usinas fotovoltaicas					
UFV Três Marias GD	UFV	Três Marias/MG	UFV Três Marias	-	-
Usina Solar Fotovoltaica Mineirão	UFV	Belo Horizonte/MG	Cemig GT	-	-
TRANSMISSÃO					
Rede Básica (5)	-	-	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)		-	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (5)		-	Centroeste	004/2005	03/2035

(1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

(2) Em 17 de julho de 2020, a Companhia protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, a decisão ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia - MME e pela Aneel das condições para a prorrogação, as quais deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.

(3) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.

(4) Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“Proinfa”). Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração das controladas, que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

(5) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.

(6) Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas para constar a nova data de vigência da outorga.

(7) Em 29 de setembro de 2022 e em 1º de outubro de 2022, a Aneel autorizou o início da operação comercial das Unidades Geradoras “UG-01” e “UG-02”, respectivamente, sendo ambas da PCH Poço Fundo. A entrada em operação comercial da UG’s ocorreu com uma antecedência de cerca de 3 meses em relação ao prazo de suprimento estabelecido no Leilão A-4 realizado pela Aneel em junho de 2018, quando foi comercializada a energia incremental decorrente da ampliação da PCH Poço Fundo (9,16 MW para 30,00 MW e da garantia física de 5,79 MW médios para 16,59 MW médios).

(8) Em fevereiro de 2023, a Companhia, visando garantir seu direito de pleitear nova outorga da concessão, protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral Sá Carvalho, e, em julho de 2023, pelo regime de Cotas de Garantia Física.

(9) Em 10 de agosto de 2023, a Companhia realizou o leilão público visando à alienação em lote único de 15 PCHs/CGHs, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da subsidiária integral Horizontes. Em 10 de janeiro de 2024, a Aneel procedeu a transferência da titularidade das outorgas de autorização para exploração das PCHs Salto Voltão, Salto do Passo Velho e Salto do Paraopeba, da Horizontes para a Mang, por meio do Despacho nº 62. Em 06 de fevereiro de 2024, a Aneel autorizou a transferência das concessões das PCHs Rio de Pedras e São Bernardo da

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Cemig GT para a Mang Participações, por meio da REA nº 15.094. Em 29 de fevereiro de 2024, a alienação foi concluída, após cumpridas todas as condições precedentes do CCVA. Mais detalhes dessa operação na nota explicativa nº 30.
(10) Em julho de 2023, a Companhia reafirmou seu interesse na prorrogação, pelo regime de Cotas de Garantia Física, das concessões das UHEs Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte, e em novembro de 2023, protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação dessas concessões mediante transferência do controle acionário das usinas.
(11) Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024.

Concessões de geração

No negócio Geração, a Companhia aufere receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR) e no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.
Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Manifestação de interesse na prorrogação de concessão

A Companhia, visando garantir seu direito de pleitear nova outorga da concessão para suas usinas que irão vencer em 2026 e 2027, protocolou manifestações de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, em fevereiro de 2023, mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral Sá Carvalho conforme Decreto 9.271/2018 e, em julho de 2023, pelo regime de Cotas de Garantia Física conforme Lei 12.783/2013.
Nas correspondências encaminhadas ao MME e à Aneel em julho de 2023, a Companhia reafirmou o seu interesse na prorrogação, pelo regime de Cotas de Garantia Física, das concessões das UHEs Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte (Contrato de Concessão nº 07/1997). Adicionalmente, em novembro de 2023, a Companhia protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação dessas concessões mediante transferência do controle acionário das usinas conforme Decreto 9.271/2018.
A Companhia reitera que tais manifestações de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação dos Contratos de Concessão nºs 01/2004 e 07/1997, por até 30 anos, a critério do poder concedente, nos termos da legislação vigente, que ainda possui premissas pendentes de definição pelo Ministério de Minas e Energia – MME.
Essa manifestação possui caráter não vinculante, tendo como objetivo assegurar seu direito em eventual prorrogação dos referidos contratos de concessão. Qualquer decisão sobre o tema somente ocorrerá após a divulgação pelo MME e pela Aneel de todas as condições para a prorrogação das concessões, que deverá ser submetida à deliberação da Governança da Companhia.
Essa manifestação de interesse não suspenderá a análise de alternativas legais, em andamento, para a prorrogação das concessões vincendas.

Concessões de transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - Tust. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.
O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Leilão de Transmissão nº 2/2022

A Companhia sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2022, realizado pela Aneel no dia 16 de dezembro de 2022. A proposta apresentada pela Companhia foi correspondente a um valor de RAP de aproximadamente R$17 milhões para a nova LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona, com 165 km de extensão. O prazo para entrada em operação é 30 de março de 2028 e o prazo da concessão é de 30 anos.
Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou o aporte de recursos, no montante de R$221.519, pela Companhia na investida Centroeste no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. A data prevista para início da construção é janeiro de 2025.

Concessões onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato, ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração, conforme RN nº 467 de 2011 da Aneel. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Valor nominal em 2023	Valor presente em 2023	Período de vigência da concessão + extensão[1]	Índice de atualização
Irapé	44.595	22.013	03/2006 a 09/2037	IGPM
Queimado (Consórcio)	11.763	5.574	01/2004 a 06/2034	IGPM

(1) O prazo apresentado inclui a extensão da vigência da outorga de concessão dessas usinas, nos termos da ReH nº 2.932, de 14 de setembro de 2021. No período da extensão do prazo da outorga, o gerador disporá livremente da energia proveniente do empreendimento, nos termos da Lei 13.203/2015, com as demais cláusulas inalteradas para ambos contratos.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5 MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.
As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.
As parcelas pagas ao poder concedente em 2023, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de participação %	Valor pago em 2023	Valor nominal do montante a ser pago em 12 meses	Valor presente do montante a ser pago em 12 meses
Irapé	100,00	3.375	3.249	3.050
Queimado (Consórcio)	82,50	960	930	873

A taxa utilizada pela Companhia e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.
A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC ou com as normas internacionais (IFRS).
A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA") é requerida pela legislação societária brasileira, para companhias abertas. Pelas IFRS essa demonstração não é requerida e está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
As práticas contábeis adotadas no Brasil, para elaboração das demonstrações financeiras individuais da Companhia, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).
As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.
O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 21 de março de 2024.

3.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado nas notas explicativas nº 29 e 30, respectivamente.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.
As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.
As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:
- Nota 8 – Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia (perdas de créditos esperadas);
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 13 – Ativos de contrato (definição da margem de construção e remensuração do ativo de contrato);
- Nota 14 – Investimentos (avaliação do valor recuperável);
- Nota 15 – Imobilizados (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 16 – Intangíveis (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 17 – Arrendamentos (mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento);
- Nota 22 – Obrigações pós-emprego (principais premissas atuariais na mensuração das obrigações pós-emprego);
- Nota 23 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 25 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado e margem de construção);
- Nota 29 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos); e
- Nota 30 – Ativos classificados como mantidos para venda (mensuração dos valores justos).

3.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.
Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

3.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 1 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
IFRS 17/ CPC 50 – Contratos de seguro	O IFRS 17/CPC 50 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o IFRS 4/ CPC 11 – Contratos de Seguro. A norma tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o IFRS 17/ CPC 50.
IAS 08/ CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações à IAS 08/ CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de "mudança nas estimativas contábeis" pela definição de "estimativas contábeis". De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
IAS 01/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e IFRS *Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements*	A Companhia adotou as alterações à IAS 1/ CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis e manteve a apresentação nas demonstrações financeiras das que foram julgadas como materiais.
IAS 12/ CPC 32 – Tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	A Companhia adotou as alterações à IAS 12/ CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. Não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

3.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com *covenants* e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, IAS 7/ CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/ CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco sacado")	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
IFRS 10/ CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e IAS 28/ CPC 18 (R2) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou *joint venture*. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou *joint venture*.	Ainda não definido
IFRS 16/ CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências do IFRS 15 / CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16 / CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

3.8 Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia e suas controladas efetuaram ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.
A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir do quarto trimestre de 2023, a Companhia e suas controladas segregaram esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia e suas controladas passaram a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.
A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

3.9 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa 3.7, em conformidade às normas e regulamentos descritos na nota explicativa 2.1.
Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 / IAS 1 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

4. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações contábeis das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.
A participação direta da Companhia é como segue:

Sociedades controladas	Forma de avaliação	31/12/2023	31/12/2022
		Participação direta (%)	Participação direta (%)
Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”)	Consolidação	100	100
Cemig Geração Três Marias S.A. (“Cemig Geração Três Marias”) (1)	Consolidação	-	100
Cemig Geração Salto Grande S.A. (“Cemig Geração Salto Grande”) (1)	Consolidação	-	100
Cemig Geração Itutinga S.A. (“Cemig Geração Itutinga”)	Consolidação	100	100
Cemig Geração Camargos S.A. (“Cemig Geração Camargos”)	Consolidação	100	100
Cemig Geração Sul S.A. (“Cemig Geração Sul”)	Consolidação	100	100
Cemig Geração Leste S.A. (“Cemig Geração Leste”)	Consolidação	100	100
Cemig Geração Oeste S.A. (“Cemig Geração Oeste”)	Consolidação	100	100
Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”)	Consolidação	100	100
Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”)	Consolidação	100	100
Rosal Energia S.A. (“Rosal Energia”)	Consolidação	100	100
Cemig PCH S.A. (Cemig PCH”)	Consolidação	100	100
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“ESCEE”)	Consolidação	100	100
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Poço Fundo”)	Consolidação	100	100
Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”)	Consolidação	100	100
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”)	Consolidação	100	100
Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”)	Consolidação	100	100
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (“Centroeste”)	Consolidação	100	100
UFV Três Marias S.A. (“UFV Três Marias”)	Consolidação	100	100

(1) Estas subsidiárias foram incorporadas pela Cemig GT em 31 de maio de 2023, pelo valor patrimonial contábil. Mais detalhes na nota nº 13: Investimentos.

As participações diretas e indiretas estão apresentadas na nota explicativa nº 1.

Política contábil

Controladas

A Companhia controla uma investida quando tem poder que lhe garante a (i) direção de suas atividades pertinentes, além de (ii) direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com esta investida e (iii) capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor destes retornos. A Companhia avalia se exerce ou não controle sobre a investida quando fatos e circunstâncias indicam que há mudanças em um ou mais desses três elementos de controle.
As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão em linha com as adotadas pela Companhia. As informações financeiras das controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e os saldos de ativos, passivos e resultado são consolidados linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações decorrentes de operações intercompany são eliminadas no processo de consolidação.
Quando a Companhia perde o controle exercido sobre uma controlada, os ativos e passivos desta investida são baixados pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo valor justo na data da perda do controle e ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Controladas em conjunto

As controladas em conjunto representam as investidas, nas quais a Companhia possui o controle compartilhado com outra empresa por meio de acordo contratualmente convencionado, independente do percentual de participação no capital votante. Assim, a Companhia não exerce individualmente o poder de tomada de decisões financeiras e operacionais na investida.
As políticas contábeis das controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.
As informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Mais detalhes estão divulgados na seção de políticas contábeis da nota explicativa nº 13.

Operações em conjunto (*joint operation*)

A participação em consórcio detida pela Companhia é contabilizada de acordo com a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações relacionadas ao negócio.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.
Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.
Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais apresentados refletem como a Companhia e suas controladas realizam a gestão, estrutura organizacional e acompanhamento de resultados
As informações por segmentos são elaboradas considerando 4 segmentos reportáveis, sendo:

- **Geração:** compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas, eólicas e solares;
- **Transmissão:** compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia;
- **Comercialização:** compreende a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos; e
- **Participações:** compreende a gestão das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia.

As transações intersegmentos ocorrem entre os segmentos de geração e comercialização, as quais consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	**2.874.757**	**1.069.246**	**4.084.249**	**-**	**8.028.252**	**(1.208.200)**	**(59.310)**	**6.760.742**
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	**(346.849)**	**(328)**	**(3.634.978)**	**-**	**(3.982.155)**	**1.208.200**	**19.816**	**(2.754.139)**
CUSTOS E DESPESAS (3)								
Pessoal	(147.945)	(136.384)	(26.678)	(18.689)	(329.696)	-	-	(329.696)
Participação dos empregados no resultado	(16.110)	(16.144)	(3.152)	(2.216)	(37.622)	-	-	(37.622)
Obrigações pós-emprego	(58.875)	(36.383)	(8.338)	(11.199)	(114.795)	-	-	(114.795)
Materiais, Serviços de terceiros e Outros	(216.429)	(86.808)	(17.895)	301.853	(19.279)	-	39.820	20.541
Depreciação e amortização	(327.265)	(1.460)	(16)	-	(328.741)	-	-	(328.741)
Provisões (reversões)	(29.248)	(13.576)	(6.729)	(61.904)	(111.457)	-	-	(111.457)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(163.467)	-	-	(163.467)	-	-	(163.467)
Total do custo de operação	**(795.872)**	**(454.222)**	**(62.808)**	**207.845**	**(1.105.057)**	**-**	**39.820**	**(1.065.237)**
CUSTOS E DESPESAS	**(1.142.721)**	**(454.550)**	**(3.697.786)**	**207.845**	**(5.087.212)**	**1.208.200**	**59.636**	**(3.819.376)**
Resultado de equivalência patrimonial	326	-	-	141.354	141.680	-	(326)	141.354
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**1.732.362**	**614.696**	**386.463**	**349.199**	**3.082.720**	**-**	**-**	**3.082.720**
Resultado financeiro	(11.275)	(48.111)	81.536	(117.987)	(95.837)	-	-	(95.837)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**1.721.087**	**566.585**	**467.999**	**231.212**	**2.986.883**	**-**	**-**	**2.986.883**
Imposto de renda e contribuição social	(325.331)	(109.686)	(115.634)	(33.566)	(584.217)	-	-	(584.217)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**1.395.756**	**456.899**	**352.365**	**197.646**	**2.402.666**	**-**	**-**	**2.402.666**

(1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima;
(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
(3) As informações dos custos e despesas por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO DE 2022

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações intersegmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	**2.660.858**	**1.180.371**	**5.799.446**	**-**	**9.640.675**	**(1.423.190)**	**(69.033)**	**8.148.452**
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	**(330.551)**	**(310)**	**(5.497.783)**	**-**	**(5.828.644)**	**1.423.190**	**13.922**	**(4.391.532)**
CUSTOS E DESPESAS (3)								
Pessoal	(161.715)	(134.351)	(11.563)	(32.343)	(339.972)	-	-	(339.972)
Participação dos empregados no resultado	(14.628)	(10.838)	(5.692)	(2.564)	(33.722)	-	-	(33.722)
Obrigações pós-emprego	(67.166)	(41.786)	(9.575)	(12.868)	(131.395)	-	-	(131.395)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(394.512)	(94.470)	(13.688)	(23.260)	(525.930)	-	55.111	(470.819)
Depreciação e amortização	(328.371)	(3)	(13)		(328.387)	-	-	(328.387)
Provisões (4)	(18.353)	(3.012)	(34.122)	54.907	(580)	-	-	(580)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(290.750)	-	-	(290.750)	-	-	(290.750)
Total do custo de operação	**(984.745)**	**(575.210)**	**(74.653)**	**(16.128)**	**(1.650.736)**		**55.111**	**(1.595.625)**
CUSTOS E DESPESAS	**(1.315.296)**	**(575.520)**	**(5.572.436)**	**(16.128)**	**(7.479.380)**	**1.423.190**	**69.033**	**(5.987.157)**
Resultado de equivalência patrimonial (5)	251	-	15	519.079	519.345	-	-	519.345
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**1.345.813**	**604.851**	**227.025**	**502.951**	**2.680.640**	**-**	**-**	**2.680.640**
Resultado financeiro	(149.581)	(97.434)	33.562	(263.838)	(477.291)	-	-	(477.291)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**1.196.232**	**507.417**	**260.587**	**239.113**	**2.203.349**	**-**	**-**	**2.203.349**
Imposto de renda e contribuição social	(306.705)	(169.278)	(63.135)	421.225	(117.893)	-	-	(117.893)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**889.527**	**338.139**	**197.452**	**660.338**	**2.085.456**	**-**	**-**	**2.085.456**

(1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima;
(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
(3) As informações dos custos e despesas por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.
(4) O segmento de participações inclui perda por redução ao valor recuperável no montante de R$7.412 no investimento detido pela Companhia na controlada em conjunto Itaocara. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.
(5) O segmento de participações inclui reversão da provisão no montante de R$161.648 referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida Madeira Energia e outros acionais. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.
As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas ao principal gestor das operações.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Política contábil

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais para os quais existem informações financeiras individualizadas são revistos frequentemente pelo principal gestor do grupo para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos corporativos e as despesas da sede.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas bancárias	2.303	5.773	437	3.749
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	97.793	57.079	89.819	55.662
Aplicações automáticas - Overnight	261.858	227.884	206.804	132.827
Outros	-	2.244	-	2.244
	359.651	**287.207**	**296.623**	**190.733**
	361.954	**292.980**	**297.060**	**194.482**

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDBs)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variaram entre 80% a 108,5% em 31 de dezembro de 2023 (97,5% a 105% em 31 de dezembro de 2022) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As operações de **aplicações automáticas** (*overnight*) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 11,42% a.a a 12,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,62% a.a. a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 29 (i) a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e (iii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	54.880	148.466	43.342	86.537
Letras financeiras (LFs) – Bancos	354.305	884.202	279.814	515.375
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	159.759	311.663	126.171	181.659
Outros	6.620	8.028	5.383	4.797
	575.564	**1.352.359**	**454.710**	**788.368**
Não circulante				
Debêntures	-	5.105	-	2.976
	-	**5.105**	**-**	**2.976**
	575.564	**1.357.464**	**454.710**	**791.344**

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDB)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, de 103% a 104,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022) conforme operação.

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% a 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,3% a 110,26% em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,83% a 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 29. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

A Companhia e suas controladas classificam de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a vencer		Vencidos			Consolidado	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	31/12/2023	31/12/2022
Industrial	3.023	246.517	7.036	4.582	23.971	285.129	550.253
Comércio, serviços e outras	2.176	70.954	6.876	202	8.894	89.102	100.358
Suprimento a outras concessionárias	26.344	203.791	46.845	-	47	277.027	269.601
Concessionários – transp. de energia	3.735	109.259	10.257	3.355	8.686	135.292	112.706
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	27.059	1.128	6.369	6.129	-	40.685	92.908
Perdas de créditos esperadas	-	-	(486)	(1.375)	(33.219)	(35.080)	(30.414)
	62.337	**631.649**	**76.897**	**12.893**	**8.379**	**792.155**	**1.095.412**
Ativo circulante						**789.898**	**1.095.349**
Consumidores e revendedores						654.596	982.643
Concessionários – Transp. energia						135.302	112.706
Ativo não circulante						**2.257**	**63**
Consumidores e revendedores						2.257	63

	Saldos a vencer		Vencidos			Controladora	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	31/12/2023	31/12/2022
Industrial	1.688	224.378	6.510	2.103	23.966	258.645	496.188
Comércio, serviços e outras	2.176	70.954	6.876	202	8.894	89.102	100.358
Suprimento a outras concessionárias	26.343	139.566	24.988	-	46	190.943	153.084
Concessionários – transp. de energia	3.742	106.879	9.542	3.355	8.686	132.204	110.007
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	26.567	-	6.369	6.129	-	39.065	90.768
Perdas de créditos esperadas	-	-	(486)	(1.375)	(33.219)	(35.080)	(27.759)
	60.516	**541.777**	**53.799**	**10.414**	**8.373**	**674.879**	**922.646**
Ativo circulante						**672.638**	**922.599**
Consumidores e revendedores						540.434	812.592
Concessionários – Transp. energia						132.204	110.007
Ativo não circulante						**2.241**	**47**
Consumidores e revendedores						2.241	47

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29.

As Perdas de Créditos Esperadas ("PCE") são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**28.002**	**24.576**
Constituição de provisão, líquida (nota 26c)	531	1.302
Baixa	1.881	1.881
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**30.414**	**27.759**
Constituição de provisão, líquida (nota 26c)	4.666	5.650
Saldo oriundo de incorporação	-	1.671
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**35.080**	**35.080**

Políticas contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

A Receita Anual Permitida (RAP) remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato.

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

Estimativas e julgamentos

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Para a Companhia e suas controladas o saldo a receber é analisado, em sua totalidade, levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais, sendo feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
ICMS a recuperar	12.880	10.037	12.069	9.271
Cofins (a) (b)	10.606	18.936	8.426	195
PIS/Pasep (a) (b)	2.323	4.032	1.809	23
INSS	18.647	18.764	18.647	18.764
Outros	153	127	149	122
	44.609	**51.896**	**41.100**	**28.375**
Não circulante				
ICMS a recuperar (b)	33.863	29.754	32.605	28.545
Cofins (a)	12.643	14.402	9.016	-
PIS/Pasep (a)	2.743	3.124	1.957	-
	49.249	**47.280**	**43.578**	**28.545**
	93.858	**99.176**	**84.678**	**56.920**

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em 2023, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R$19.053 (R$10.607 em 2022). A compensação de créditos é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal ou em períodos subsequentes.

Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Imposto de renda	296.504	546.961	296.383	544.657
Contribuição social	130.604	227.688	130.636	227.907
	427.108	**774.649**	**427.019**	**772.564**
Não circulante				
Imposto de renda	49.369	-	49.010	-
Contribuição social	53.675	-	53.562	-
	103.044	**-**	**102.572**	**-**

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Imposto de renda	12.633	79.909
Contribuição social	6.880	29.972
	19.513	**109.881**

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	DRE	DRA	Outros	Saldo em 31/12/2023
ATIVO					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	209.041	(118.343)	-	-	90.698
Obrigações pós-emprego	387.576	12.120	(25.080)	-	374.616
Perdas de créditos esperadas	10.006	1.921	-	-	11.927
Provisões para contingências	111.081	7.378	-	-	118.459
Provisão opção de venda (put SAAG)	228.621	(228.621)	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	56.398	532	-	-	56.930
Outras provisões	48.620	957	-	-	49.577
Concessão onerosa	11.579	264	-	-	11.843
Direito de uso (1)	21.205	5.732	-	-	26.937
Outros	22.548	(7.280)	-	2.448	17.716
	1.106.675	**(325.340)**	**(25.080)**	**2.448**	**758.703**
PASSIVO					
Valor justo como custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais	(155.882)	1.010	-	-	(154.872)
Atualização ativo de contrato	(940.026)	16.018	-	-	(924.008)
Valor justo de participações societárias	(121.036)	8.605	-	-	(112.431)
Atualização ativo financeiro	(8.426)	(39.046)	-	-	(47.472)
Instrumentos financeiros derivativos	(209.600)	83.794	-	-	(125.806)
Ressarcimento de custos - GSF	(274.036)	45.158	-	-	(228.878)
Passivo de arrendamentos (1)	(19.497)	(4.380)	-	-	(23.877)
Outros	(24.540)	23.497	-	-	(1.043)
	(1.753.043)	**134.656**	**-**	**-**	**(1.618.387)**
Total líquido	**(646.368)**	**(190.684)**	**(25.080)**	**2.448**	**(859.684)**
Total do ativo apresentado no Balanço Patrimonial	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.895**
Total do passivo apresentado no Balanço Patrimonial	**646.368**	**-**	**-**	**-**	**(869.579)**

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

(1) A apresentação segregada desses ativos e passivos fiscais diferidos advém da alteração ocorrida no CPC 32/ IAS 12. Não houve impacto no resultado da Companhia, estando o efeito da mudança relacionado apenas à divulgação. Para fins de comparabilidade, a alteração foi refletida no exercício de 2022 com base nos mesmos critérios. Mais detalhes na nota explicativa nº 3.7.

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2022	DRE	DRA	Tributos diferidos oriundos da incorporação	Saldo em 31/12/2023
ATIVO					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	209.041	(118.343)	-	-	90.698
Obrigações pós-emprego	387.576	12.120	(25.080)	-	374.616
Perdas de créditos esperadas	9.438	2.489	-	-	11.927
Provisões para contingências	111.077	7.128	-	-	118.205
Provisão opção de venda (put SAAG)	228.621	(228.621)	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	56.398	532	-	-	56.930
Outras provisões	48.620	951	-	-	49.571
Concessão onerosa	11.579	264	-	-	11.843
Direito de uso (1)	20.571	6.216	-	-	26.787
Outros	15.684	46.173	-	(44.178)	17.679
	1.098.605	**(271.091)**	**(25.080)**	**(44.178)**	**758.256**
PASSIVO					
Valor justo como custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais	(139.706)	(3)	-	-	(139.709)
Atualização ativo de contrato	(936.629)	15.432	-	-	(921.197)
Valor justo de participações societárias	(121.036)	8.605	-	-	(112.431)
Atualização ativo financeiro	(8.426)	(39.046)	-	-	(47.472)
Instrumentos financeiros derivativos	(208.151)	83.014	-	-	(125.137)
Ressarcimento de custos - GSF	(213.008)	(7.984)	-	-	(220.992)
Passivo de arrendamentos (1)	(18.868)	(4.832)	-	-	(23.700)
Outros	(10.415)	9.152	-	-	(1.263)
	(1.656.239)	**64.338**	**-**	**-**	**(1.591.901)**
Total líquido	**(557.634)**	**(206.753)**	**(25.080)**	**(44.178)**	**(833.645)**
Total do ativo apresentado no Balanço Patrimonial	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total do passivo apresentado no Balanço Patrimonial	**557.634**	**-**	**-**	**-**	**833.645**

(1) A apresentação segregada desses ativos e passivos fiscais diferidos advém da alteração ocorrida no CPC 32/ IAS 12. Não houve impacto no resultado da Companhia, estando o efeito da mudança relacionado apenas à divulgação. Para fins de comparabilidade, a alteração foi refletida no exercício de 2022 com base nos mesmos critérios. Mais detalhes na nota explicativa nº 3.7.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2023, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2024	192.414	192.308
2025	89.769	89.702
2026	89.769	89.702
2027	89.769	89.702
2028 a 2030	172.653	172.558
2031 a 2033	124.329	124.284
	758.703	**758.256**

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**2.986.883**	**2.203.349**	**2.838.179**	**2.009.276**
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(1.015.540)	(749.139)	(964.981)	(683.154)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Juros sobre o capital próprio	218.010	47.350	218.010	-
Incentivos fiscais	46.417	14.903	44.770	10.903
Resultado de equivalência patrimonial	52.437	127.260	254.194	401.963
Multas indedutíveis	(1.683)	(4.260)	(1.617)	(4.260)
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	90.711	96.550	-	-
Realização de ágio - Renova	-	108.416	-	108.416
PECLD com partes relacionadas - Renova	-	233.931	-	233.931
Outros	25.431	7.096	14.111	8.381
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	**(584.217)**	**(117.893)**	**(435.513)**	**76.180**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(393.533)	(199.284)	(228.760)	(8.521)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(190.684)	81.391	(206.753)	84.701
	(584.217)	**(117.893)**	**(435.513)**	**76.180**
Alíquota efetiva	**19,56%**	**5,35%**	**15,34%**	**(3,79%)**

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações dos resultados. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado. Contudo, as controladas que têm a prerrogativa de optar pelo regime do lucro presumido, nos termos da legislação tributária, analisam a projeção de tributos devidos para o ano seguinte, visando definir o regime que otimize a sua carga tributária.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22/ IFRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Subvenções governamentais

A Companhia possui empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Mais detalhes na nota explicativa nº 25.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal, exceto nos casos em que a transação dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis, nas quais a entidade deve reconhecer um ativo ou passivo fiscal diferido e deve reconhecer a despesa ou a receita por tributo diferido resultante no resultado;
- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro. As incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento tributário incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	**20.909**	**24.115**	**20.292**	**23.453**
Fiscais				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	19.677	18.762	18.361	17.446
PIS/Pasep e Cofins (1)	3.685	3.475	-	-
IR/INSS - Indenização do anuênio (2)	75.406	71.988	75.406	71.988
IPTU	16.902	15.265	16.900	15.263
CSLL (3)	26.665	19.706	26.665	19.706
Outros	2.495	7.373	1.817	6.695
	144.830	**136.569**	**139.149**	**131.098**
Outros				
Bloqueio judicial	1.817	1.790	1.785	1.757
Regulatórios	6.265	4.903	6.265	4.903
Outros	5.268	7.084	5.153	6.972
	13.350	**13.777**	**13.203**	**13.632**
	179.089	**174.461**	**172.644**	**168.183**

(1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados à inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
(2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 23: Provisões (Indenização do anuênio).
(3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Geração - Indenização a receber (12.1)	784.055	691.460	784.055	691.460
Geração - Bonificação pela outorga (12.2)	3.031.033	2.950.415	2.253.919	-
	3.815.088	**3.641.875**	**3.037.974**	**691.460**
Circulante	**320.444**	**309.347**	**227.411**	**-**
Não circulante	**3.494.644**	**3.332.528**	**2.810.563**	**691.460**

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.608.403**	**816.202**
Atualização financeira	513.885	47.028
Recebimentos	(308.643)	-
Ajuste a valor justo (1)	(171.770)	(171.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.641.875**	**691.460**
Ativos oriundos da incorporação	-	2.252.341
Atualização financeira	504.317	232.194
Recebimentos	(331.104)	(138.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.815.088**	**3.037.974**

(1) Em junho de 2022, com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou o ajuste a valor justo do ativo financeiro correspondente à diferença entre os valores originalmente estimados. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

12.1 Geração - Indenização a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN n° 942, por meio da publicação da ReN n° 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou o ajuste a valor justo do ativo financeiro no montante de R$171.770, em junho de 2022, correspondente à diferença dos valores originalmente estimados pela Companhia.

A movimentação do saldo é conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)[1]	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2022	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2023
Lote D					
UHE Três Marias	jul-15	396,00	179.083	23.981	203.064
UHE Salto Grande	jul-15	102,00	91.874	12.303	104.177
UHE Itutinga	jul-15	52,00	10.825	1.450	12.275
UHE Camargos	jul-15	46,00	21.042	2.818	23.860
PCH Piau	jul-15	18,01	4.695	629	5.324
PCH Gafanhoto	jul-15	14,00	5.630	754	6.384
PCH Peti	jul-15	9,40	6.498	870	7.368
PCH Dona Rita	set-13	2,41	1.683	226	1.909
PCH Tronqueiras	jul-15	8,50	9.063	1.089	10.152
PCH Joasal	jul-15	8,40	6.727	900	7.627
PCH Martins	jul-15	7,70	4.776	639	5.415
PCH Cajuru	jul-15	7,20	20.238	2.711	22.949
PCH Paciência	jul-15	4,08	4.449	595	5.044
PCH Marmelos	jul-15	4,00	2.585	346	2.931
Outras					
UHE Volta Grande	fev-17	380,00	387	52	439
UHE Miranda	dez-16	408,00	97.493	13.055	110.548
UHE Jaguara	ago-13	424,00	147.788	19.916	167.704
UHE São Simão	jan-15	1.710,00	76.624	10.261	86.885
		3.601,70	**691.460**	**92.595**	**784.055**

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

O saldo de R$784.055 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do período.
O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar e, assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.
O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

12.2 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Companhia, foi de R$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.
A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

	Usinas	Saldo em 31/12/2022	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2023
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Três Marias (1)	1.671.515	221.716	(177.902)	1.715.329
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Salto Grande (1)	524.778	69.920	(56.105)	538.593
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	197.983	29.632	(23.853)	203.762
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	148.407	22.066	(17.757)	152.716
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	194.694	30.932	(24.982)	200.644
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	133.014	23.303	(18.972)	137.345
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	80.024	14.153	(11.533)	82.644
		2.950.415	**411.722**	**(331.104)**	**3.031.033**

(1) Em 31 de maio de 2023, as subsidiárias integrais Cemig Geração Três Marias S.A. e Cemig Geração Salto Grande S.A. foram incorporadas pela Companhia

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2021	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2022
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.583.720	253.627	(165.832)	1.671.515
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	497.154	79.921	(52.297)	524.778
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	187.004	33.214	(22.235)	197.983
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	140.201	24.759	(16.553)	148.407
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	183.635	34.349	(23.290)	194.694
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	125.187	25.512	(17.685)	133.014
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	75.300	15.475	(10.751)	80.024
		2.792.201	**466.857**	**(308.643)**	**2.950.415**

Política contábil

Atividade de transmissão

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), considerando que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.
Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013
Representa a parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos.
Os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive aos mecanismos de controle de eficiência. Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da Aneel.
Informações adicionais sobre as políticas contábeis materiais referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na nota explicativa nº 13.

Atividade de geração

Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.
Para a extensão da concessão das usinas hidrelétricas participantes do MRE, referente à compensação pelos riscos não hidrológicos prevista na Lei nº 14.052/2020, foi reconhecido um ativo intangível, considerando a natureza do direito, que permite, por meio de dispositivo legal, a utilização das usinas por período superior àquele previsto em seus contratos originais, dispondo a Companhia livremente da energia gerada. O ativo foi mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo e é amortizado linearmente pelo novo prazo remanescente da concessão. Mais informações na nota explicativa nº 16.
A política contábil da Companhia em relação à redução ao valor recuperável se encontra na nota explicativa 3.5.

13. ATIVOS DE CONTRATO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transmissão – Rede Básica - Lei 12.783/13	1.722.829	1.927.040	1.722.829	1.927.040
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	2.925.220	2.717.187	2.823.389	2.606.909
	4.648.049	**4.644.227**	**4.546.218**	**4.533.949**
Circulante	**841.371**	**720.032**	**813.593**	**691.153**
Não circulante	**3.806.678**	**3.924.195**	**3.732.625**	**3.842.796**

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**4.276.982**	**4.161.100**
Adições	407.193	407.193
Atualização financeira	561.044	538.988
Recebimentos	(600.992)	(573.332)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**4.644.227**	**4.533.949**
Adições	226.880	216.553
Atualização financeira	515.130	505.431
Recebimentos	(738.188)	(709.715)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.648.049**	**4.546.218**

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Contrato de Concessão - 006/97 (a)				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	466.239	408.395	466.239	408.395
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	302.134	236.073	302.134	236.073
Contrato de Concessão - 079/00 (b)	45.220	46.685	45.220	46.685
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	27.778	28.879	-	-
	841.371	**720.032**	**813.593**	**691.153**
Não circulante				
Contrato de Concessão - 006/97 (a)				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	1.256.590	1.518.645	1.256.590	1.518.645
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	2.358.462	2.181.638	2.358.462	2.181.638
Contrato de Concessão - 079/00 (b)	117.573	142.513	117.573	142.513
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	74.053	81.399	-	-
	3.806.678	**3.924.195**	**3.732.625**	**3.842.796**
	4.648.049	**4.644.227**	**4.546.218**	**4.533.949**

a) Contrato de Concessão nº 006/1997

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente. Esse contrato foi prorrogado até 31 de dezembro de 2042, nos termos da Lei 12.783/2013, cujos valores foram determinados na Portaria nº 120/2016. Estes ativos são denominados de Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e são segregados dos demais ativos da Companhia, sendo que seu fluxo de caixa é composto pela parcela referente ao custo de capital (componente financeiro) e pela parcela referente à base de remuneração (componente econômico).
As alterações implementadas nestas instalações são tratadas como Rede Básica Novas Instalações (RBNI). Seu fluxo de caixa é referente à remuneração dos investimentos em reforços e melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo descontado a valor presente e, quando aplicável, inclui a parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão.
O Despacho Aneel nº 402/2023, postergou para 2024 a Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Receita Anual Permitida (RAP) das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Assim, para 2023 ocorreu o processo ordinário de reajuste anual da receita de transmissão, estabelecido pela ReN nº 3.216 de 4 de julho de 2023. Os reflexos financeiros das novas RAPs não ocasionaram impactos na apuração do Ativo de Contrato, uma vez que não houve alterações significativas nas premissas utilizadas.
Em 5 de dezembro de 2023, a Aneel aprovou o Despacho nº 4.675, reconhecendo recursos administrativos interpostos à ReN nº 3.216/2023, que ocasionaram alterações no resultado da RAP do ciclo 2023-2024, cujos efeitos serão refletidos no ciclo 2024-2025. Os reflexos dos pleitos que foram acatados, na totalidade ou parcialmente, representam um acréscimo de 1,16% nas RAPs homologadas na ReH nº 3.216/2023 (de R$1.084.670 para R$1.097.264) e uma redução na Parcela de Ajuste (PA) de 35,5% (de R$39.303 para R$25.350). Os efeitos das alterações estão sendo analisados e não são esperados impactos relevantes, considerando que não houve alterações significativas nas premissas utilizadas.
Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório
Em 6 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do "efetivo pagamento", sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.
Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória (ReH) nº 2.852, que alterou a ReH nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.
Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente. Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo "reperfilamento" desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.
O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano.
O Despacho Aneel nº 402, de 14 de fevereiro de 2023, postergou para 2024 a RTP da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. A ReN nº 3.216/2023, estabeleceu as receitas anuais, que sofreu modificações posteriores pelo Despacho nº 4.675/ 2023. Esses normativos não impactaram esse componente financeiro.

b) Contrato de Concessão nº 079/2000

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 4 de outubro de 2034.
O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.
A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024.
A ReN nº 3.216/2023 estabeleceu as receitas anuais em processo ordinário de reajuste das receitas de transmissão. O Despacho nº 4.675/2023, reconheceu alguns recursos administrativos interpostos à ReN nº 3.216/2023, que ocasionaram alterações no resultado do RAP do ciclo 2023-2024, cujos efeitos serão refletidos no ciclo 2024-2025 da RAP. Os reflexos financeiros das novas RAP não ocasionaram impactos na apuração do Ativo de Contrato, uma vez que não houve alterações significantes nas premissas utilizadas.

c) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005.
Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.
O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.
A ReN nº 3.216/2023 estabeleceu as receitas anuais em processo ordinário de reajuste das receitas de transmissão. O Despacho nº 4.675/2023, reconheceu alguns recursos administrativos interpostos à ReN nº 3.216/2023, que ocasionaram alterações no resultado do RAP do ciclo 2023-2024, cujos efeitos serão refletidos no ciclo 2024-2025 da RAP. Os reflexos financeiros das novas RAP não ocasionaram impactos na apuração do Ativo de Contrato, uma vez que não houve alterações significantes nas premissas utilizadas.

Política contábil

Durante o prazo da concessão, a Companhia recebe a Receita Anual Permitida (RAP), que remunera o investimento realizado nas linhas de transmissão, bem como os serviços de melhorias, operação e manutenção. A receita da Companhia é reconhecida à medida que são satisfeitas as obrigações de performance correspondentes, a saber: (i) disponibilidade e construção e (ii) operação e manutenção. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, em contrapartida ao ativo de contrato. Posteriormente, quando do aviso de crédito emitido pelo ONS, a RAP é faturada e os saldos são transferidos do Ativo de Contrato para Consumidores a receber.
Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.
Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos.
Informações adicionais sobre as políticas contábeis materiais referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas nas notas explicativas nº 12 e 8. A política contábil da Companhia em relação à redução ao valor recuperável se encontra na nota explicativa 3.5.

Estimativas e julgamentos

As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.
Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.
Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida ("RAP"), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.
A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

14. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Coligadas				
Madeira Energia S.A. ("MESA") (1)	-	9.500	-	9.500
Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia ("FIP Melbourne") (1)	-	7.760	-	7.760
Controladas em conjunto	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Hidrelétrica Cachoeirão")	46.816	47.096	46.816	47.096
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	221.725	182.579	221.725	182.579
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Hidrelétrica Pipoca")	47.529	46.744	47.529	46.744
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi")	40.475	60.438	40.475	60.438
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia") (2)	-	160.324	-	160.324
Aliança Norte Participações S.A. ("Aliança Norte")	536.268	575.745	536.268	575.745
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia")	818.929	885.529	818.929	885.529
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Geração")	1.171.595	1.193.841	1.171.595	1.193.841
Retiro Baixo Energética S.A. ("Retiro Baixo") (2)	-	185.495	-	185.495
Controladas				
Cemig Baguari Energia S.A.	-	-	46	67
Cemig Geração Três Marias S.A. (3)	-	-	-	1.727.594
Cemig Geração Salto Grande S.A. (3)	-	-	-	562.308
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	227.624	231.057
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	168.245	182.960
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	254.651	251.765
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	158.321	167.959
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	144.685	125.521
Rosal Energia S.A.	-	-	112.383	123.305

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Sá Carvalho S.A.	-	-	92.482	138.259
Horizontes Energia S.A.	-	-	32.104	60.535
Cemig PCH S.A.	-	-	50.792	98.917
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	167.968	171.954
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	29.118	11.004
Cemig Trading S.A.	-	-	8.676	5.639
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	131.862	203.107
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	261.473	308.603
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	113.186	120.173
UFV Três Marias (4)	-	-	46.464	-
Total do investimento	**2.883.337**	**3.355.051**	**4.883.417**	**7.845.778**

(1) Em 20 de março de 2023, a Companhia concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da MESA para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
(2) A Companhia concluiu a alienação de sua participação societária no capital social das empresas Baguari Energia e Retiro Baixo para Furnas, em 6 de outubro e 22 de novembro de 2023, respectivamente. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
(3) Estas subsidiárias foram incorporadas pela Cemig GT em 31 de maio de 2023, pelo valor patrimonial contábil. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
(4) No primeiro semestre de 2023, a Companhia efetuou aporte no montante de R$39.216 nessa investida a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, sendo R$32.397 em dinheiro para implantação do Complexo de Usinas Fotovoltaicas Flutuantes de Geração Distribuída Três Marias GD 78 MWp ("UFVF Três Marias GD") e R$6.819 em ativos imobilizados com o objetivo de viabilizar a operação da usina fotovoltaica UFV Três Marias com potência instalada de 1,5MW. No quarto trimestre de 2023, a Companhia efetuou o aporte no montante de R$6.429, para implantação das UFV GD Arapuá, UFV GD Sol Central e UFVF Rio Manso.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu que não houve indicativos de possível desvalorização de seus investimentos, em conformidade ao previsto no CPC 01/ IAS 36.
Adicionalmente, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração, substancialmente, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

a) Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, parcela excedente do ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.
Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R$40.009 (R$44.625 em 31 de dezembro de 2022) e R$53.652 (R$60.430 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente, são considerados no balanço individual da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 16.

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Outros (1)	Saldo em 31/12/2023
Retiro Baixo (1)	27.796	(1.389)	26.407	(463)	(25.944)	-
Aliança Geração	301.605	(25.309)	276.296	(25.310)	-	250.986
Aliança Norte	46.660	(1.972)	44.688	(1.971)	-	42.717
	376.061	**(28.670)**	**347.391**	**(27.744)**	**(25.944)**	**293.703**

(1) A Companhia concluiu a alienação de sua participação societária no capital social dessa empresa para Furnas, em 22 de novembro de 2023. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Outros (1)	Saldo em 31/12/2023
Retiro Baixo (1)	27.796	(1.389)	26.407	(463)	(25.944)	-
Parajuru	49.241	(4.616)	44.625	(4.616)	-	40.009
Volta do Rio	67.205	(6.775)	60.430	(6.778)	-	53.652
Aliança Geração	301.605	(25.309)	276.296	(25.310)	-	250.986
Aliança Norte	46.660	(1.972)	44.688	(1.971)	-	42.717
	492.507	**(40.061)**	**452.446**	**(39.138)**	**(25.944)**	**387.364**

(1) A Companhia concluiu a alienação de sua participação societária no capital social dessa empresa para Furnas, em 22 de novembro de 2023. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

b) Movimentação dos investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2023
Hidrelétrica Cachoeirão	47.096	11.322	-	(11.602)	-	46.816
Guanhães Energia	182.579	39.146	-	-	-	221.725
Hidrelétrica Pipoca	46.744	15.975	-	(15.190)	-	47.529
MESA (usina Santo Antônio) (1)	9.500	(9.500)	-	-	-	-
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	7.760	22.326	-	-	(30.086)	-
Baguari Energia (2)	160.324	11.133	-	(11.579)	(159.878)	-
Paracambi (3)	60.438	16.761	-	(25.913)	(10.811)	40.475
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	885.529	(66.808)	208	-	-	818.929
Aliança Norte (usina Belo Monte)	575.745	(39.810)	333	-	-	536.268
Aliança Geração	1.193.841	135.757	-	(158.003)	-	1.171.595
Retiro Baixo (2)	185.495	5.052	-	-	(190.547)	-
Total do investimento	**3.355.051**	**141.354**	**541**	**(222.287)**	**(391.322)**	**2.883.337**

(1) Em 20 de março de 2023, a Companhia concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da MESA para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
(2) A Companhia concluiu a alienação de sua participação societária no capital social das empresas Baguari Energia e Retiro Baixo para Furnas, em 6 de outubro e 22 de novembro de 2023, respectivamente. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
(3) Redução do Capital Social dessa investida, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19 de setembro de 2023, nos termos da Lei 6.404/1976.

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.014	15.470	-	(27.388)	-	47.096
Guanhães Energia	125.172	57.407	-	-	-	182.579
Hidrelétrica Pipoca	46.722	16.360	-	(16.338)	-	46.744
MESA (usina Santo Antônio)	-	9.500	-	-	-	9.500
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	-	168.403	-	-	(160.643)	7.760
Baguari Energia	168.429	21.413	-	(29.518)	-	160.324
Paracambi (antiga Lightger) (4)	47.787	19.291	-	(6.640)	-	60.438
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	932.600	(47.178)	107	-	-	885.529
Aliança Norte (usina Belo Monte)	609.154	(33.793)	384	-	-	575.745
Aliança Geração (3)	1.140.930	104.054	-	(47.875)	(3.268)	1.193.841
Retiro Baixo	200.385	23.313	-	(38.203)	-	185.495
Itaocara (5)	-	(3.016)	10.428	-	(7.412)	-
Total do investimento	**3.330.193**	**351.224**	**10.919**	**(165.962)**	**(171.323)**	**3.355.051**
Itaocara – Passivo a descoberto (5)	(20.767)	6.473	14.294	-	-	-
MESA - Provisão para perdas (2)	(161.648)	161.648	-	-	-	-
Total	**3.147.778**	**519.345**	**25.213**	**(165.962)**	**(171.323)**	**3.355.051**

(1) Em 12 de setembro de 2022, a AGPar efetuou o pagamento associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016 ao Fundo Melbourne. A partir disso, a Companhia reconheceu um recebível no montante de R$160.643 em contrapartida ao resultado. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
(2) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
(3) Refere-se a gastos com a implantação de projetos anteriormente executados.
(4) Em 8 de novembro de 2022, foi aprovada, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para "Paracambi Energética S.A.".
(5) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou, até o terceiro trimestre de 2022, patrimônio líquido negativo e assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que, em 30 de setembro de 2022, alcançou o montante de R$14.280 (R$20.767 em 31 de dezembro de 2021). No 4º trimestre de 2022, a Companhia realizou um aporte nessa investida no montante de R$24.722, correspondente à parcela de 49% da penalidade aplicada pela Aneel, relacionada à quitação de garantia de fiel cumprimento, em decorrência da não implantação da UHE Itaocara I. Com isso, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Adicionalmente, a Aneel recomendou ao MME a extinção, a pedido, da concessão da UHE Itaocara por meio da rescisão do Contrato de Concessão nº 001/2015. Diante da não recuperabilidade do investimento, a Companhia reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável de seu investimento em conformidade ao CPC 01/IAS 36. A perda está apresentada na Demonstração dos Resultados na rubrica de Outras despesas operacionais.

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2023
Hidrelétrica Cachoeirão	47.096	11.322	-	(11.602)	-	46.816
Guanhães Energia	182.579	39.146	-	-	-	221.725
Hidrelétrica Pipoca	46.744	15.975	-	(15.190)	-	47.529
MESA (usina de Santo Antônio) (1)	9.500	(9.500)	-	-	-	-
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	7.760	22.326	-	-	(30.086)	-
Baguari Energia (2)	160.324	11.133	-	(11.579)	(159.878)	-
Central Eólica Praias Parajuru (5)	203.107	30.761	-	(51.171)	(50.835)	131.862
Central Eólica Volta do Rio (5)	308.603	30.710	-	(9.341)	(68.499)	261.473
Paracambi (6)	60.438	16.761	-	(25.913)	(10.811)	40.475
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	885.529	(66.808)	208	-	-	818.929
Aliança Norte (usina Belo Monte)	575.745	(39.810)	333	-	-	536.268
Aliança Geração	1.193.841	135.757	-	(158.003)	-	1.171.595
Retiro Baixo (2)	185.495	5.052	-	-	(190.547)	-
Cemig Baguari Energia S.A.	67	(21)	-	-	-	46
Cemig Geração Três Marias S.A. (3)	1.727.594	113.348	-	(54.593)	(1.786.349)	-
Cemig Geração Salto Grande S.A. (3)	562.308	35.192	-	(34.897)	(562.603)	-
Cemig Geração Itutinga S.A.	231.057	42.994	-	(46.427)	-	227.624
Cemig Geração Camargos S.A.	182.960	43.225	-	(57.940)	-	168.245
Cemig Geração Sul S.A.	251.765	40.234	-	(37.348)	-	254.651
Cemig Geração Leste S.A.	167.959	41.363	-	(51.001)	-	158.321
Cemig Geração Oeste S.A.	125.521	19.164	-	-	-	144.685
Rosal Energia S.A.	123.305	27.839	-	(38.761)	-	112.383
Sá Carvalho S.A.	138.259	65.880	-	(111.657)	-	92.482
Horizontes Energia S.A. (6)	60.535	14.254	-	(13.426)	(29.259)	32.104
Cemig PCH S.A. (6)	98.917	14.973	-	(23.146)	(39.952)	50.792
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	171.954	27.129	-	(31.115)	-	167.968
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	11.004	19.741	-	(1.627)	-	29.118
Cemig Trading S.A.	5.639	5.017	-	(1.980)	-	8.676
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	120.173	9.709	-	(16.696)	-	113.186
UFV Três Marias (4)	-	819	45.645	-	-	46.464
	7.845.778	**723.685**	**46.186**	**(803.413)**	**(2.928.819)**	**4.883.417**

(1) Em 20 de março de 2023, a Companhia concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da MESA para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
(2) A Companhia concluiu a alienação de sua participação societária no capital social das empresas Baguari Energia e Retiro Baixo para Furnas, em 6 de outubro e 22 de novembro de 2023, respectivamente. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
(3) Estas subsidiárias foram incorporadas pela Cemig GT em 31 de maio de 2023, pelo valor patrimonial contábil. Mais detalhes na nota nº 13.
(4) No primeiro semestre de 2023, a Companhia efetuou aporte no montante de R$39.216 nessa investida a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, sendo R$32.397 em dinheiro para implantação do Complexo de Usinas Fotovoltaicas Flutuantes de Geração Distribuída Três Marias GD 78 MWp ("UFVF Três Marias GD") e R$6.819 em ativos imobilizados com o objetivo de viabilizar a operação da usina fotovoltaica UFV Três Marias com potência instalada de 1,5MW. No quarto trimestre de 2023, a Companhia efetuou o aporte no montante de R$6.429, para implantação das UFV GD Arapuá, UFV GD Sol Central e UFVF Rio Manso.
(5) Redução do Capital Social dessas investidas, aprovada nas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) realizadas em 1 de junho de 2023, nos termos da Lei 6.404/1976.
(6) Redução do Capital Social dessas investidas, aprovada nas AGEs realizadas em 06 de junho de 2023, nos termos das Lei 6.404/1976.
(7) Redução do Capital Social dessa investida, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19 de setembro de 2023, nos termos da Lei 6.404/1976.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.013	15.470	-	(27.387)	-	47.096
Guanhães Energia	125.172	57.407	-	-	-	182.579
Hidrelétrica Pipoca	46.722	16.360	-	(16.338)	-	46.744
MESA (usina de Santo Antônio)	-	9.500	-	-	-	9.500
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	-	168.403	-	-	(160.643)	7.760
Baguari Energia	168.429	21.413	-	(29.518)	-	160.324
Central Eólica Praias Parajuru	177.707	30.354	-	(4.954)	-	203.107
Central Eólica Volta do Rio	273.988	34.615	-	-	-	308.603
Paracambi (antiga Lightger) (6)	47.787	19.291	-	(6.640)	-	60.438
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	932.600	(47.178)	107	-	-	885.529
Aliança Norte (usina Belo Monte)	609.154	(33.793)	384	-	-	575.745
Aliança Geração (2) (5)	1.140.930	104.054	-	(47.875)	(3.268)	1.193.841
Retiro Baixo	200.385	23.313	-	(38.203)	-	185.495
Itaocara (7)	-	(3.016)	10.428	-	(7.412)	-
Cemig Baguari Energia S.A.	88	(21)	-	-	-	67
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.652.343	289.770	-	(214.519)	-	1.727.594
Cemig Geração Salto Grande S.A.	526.776	95.467	-	(59.935)	-	562.308
Cemig Geração Itutinga S.A.	211.956	45.101	-	(26.000)	-	231.057
Cemig Geração Camargos S.A.	165.369	44.591	-	(27.000)	-	182.960
Cemig Geração Sul S.A.	214.845	40.920	-	(4.000)	-	251.765
Cemig Geração Leste S.A.	147.702	39.588	-	(19.331)	-	167.959
Cemig Geração Oeste S.A.	105.990	19.531	-	-	-	125.521
Rosal Energia S.A.	114.751	23.805	-	(15.251)	-	123.305
Sá Carvalho S.A.	134.209	61.505	-	(57.455)	-	138.259
Horizontes Energia S.A.	59.575	13.426	-	(12.466)	-	60.535
Cemig PCH S.A.	90.117	22.030	-	(13.230)	-	98.917
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (3)	144.129	10.465	20.000	(2.640)	-	171.954
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	7.734	3.270	-	-	-	11.004
Cemig Trading S.A.	2.158	3.960	-	(479)	-	5.639
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	122.079	18.450	-	(20.356)	-	120.173
Total do Investimento	**7.481.708**	**1.148.051**	**30.919**	**(643.577)**	**(171.323)**	**7.845.778**
Itaocara – Passivo a descoberto (7)	(20.767)	6.473	14.294	-	-	-
MESA - Provisão para perdas (4)	(161.648)	161.648	-	-	-	-
Total	**7.299.293**	**1.316.172**	**45.213**	**(643.577)**	**(171.323)**	**7.845.778**

(1) Em 12 de setembro de 2022, a AGPar efetuou o pagamento associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016 ao Fundo Melbourne. A partir disso, a Companhia reconheceu um recebível no montante de R$160.643 em contrapartida ao resultado. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
(2) Em 24 de março de 2022 foi aprovada, pelo Conselho de Administração da investida, a reversão de uma parcela do montante de Dividendos a pagar para a Reserva de retenção de lucros, cuja realização está atrelada a condicionantes financeiras.
(3) No segundo trimestre de 2022, a Companhia aportou nesta investida, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R$20.000.
(4) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
(5) Refere-se a gastos com a implantação de projetos anteriormente executados.
(6) Em 8 de novembro de 2022, foi aprovada, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para "Paracambi Energética S.A.".
(7) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou, até o terceiro trimestre de 2022, patrimônio líquido negativo e

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que, em 30 de setembro de 2022, alcançou o montante de R$14.280 (R$20.767 em 31 de dezembro de 2021). No 4º trimestre de 2022, a Companhia realizou um aporte nessa investida no montante de R$24.722, correspondente à parcela de 49% da penalidade aplicada pela Aneel, relacionada à quitação de garantia de fiel cumprimento, em decorrência da não implantação da UHE Itaocara I. Com isso, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Adicionalmente, a Aneel recomendou ao MME a extinção, a pedido, da concessão da UHE Itaocara por meio da rescisão do Contrato de Concessão nº 001/2015. Diante da não recuperabilidade do investimento, a Companhia reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável de seu investimento em conformidade ao CPC 01/IAS 36. A perda está apresentada na Demonstração dos Resultados na rubrica de Outras despesas operacionais.
A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	**140.250**	**232.098**	**259.106**	**280.204**
Propostas de dividendos feitas pelas investidas	222.287	165.962	803.413	643.577
Recebimentos	(362.537)	(257.810)	(922.708)	(664.675)
Incorporação	-	-	(126.006)	-
Saldo final	**-**	**140.250**	**13.805**	**259.106**

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 31 de dezembro de 2023			Em 31 de dezembro de 2022		
		Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	95.542	49,00	35.000	96.114
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	452.500	49,00	548.626	372.610
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	96.998	49,00	41.360	95.395
Paracambi	79.078.937	49,00	57.166	82.603	49,00	79.232	123.342
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.949.320.044	49,00	1.210.429	1.007.247	49,00	1.209.750	1.083.789
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.323.320.723	74,50	1.323.321	1.099.233	74,50	1.323.042	1.188.630
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.045.797	45,00	1.291.488	2.038.988
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	156.259.500	49,00	206.712	15.126	49,00	206.712	15.126
Controladas							
Cemig Baguari Energia S.A.	406.000	100,00	406	46	100,00	406	67
Cemig Geração Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	227.624	100,00	151.309	231.057
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	168.245	100,00	113.499	182.960
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	254.651	100,00	148.147	251.765
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	158.321	100,00	100.569	167.959
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	144.685	100,00	60.595	125.521
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	112.383	100,00	46.944	123.305
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	92.482	100,00	36.833	138.259
Horizontes Energia S.A.	10.000.000	100,00	10.000	32.104	100,00	39.258	60.535
Cemig PCH S.A.	6.000.000	100,00	6.000	50.792	100,00	45.952	98.917
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	139.084.745	100,00	139.085	167.968	100,00	139.185	171.954
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	29.118	100,00	486	11.004
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	8.676	100,00	1.000	5.639
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	35.000.000	100,00	35.000	91.853	100,00	85.835	158.482
Central Eólica Volta do Rio S.A.	180.000.000	100,00	180.000	207.821	100,00	274.867	248.173
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	100,00	28.000	113.186	100,00	28.000	120.173
UFV Três Marias	6.887.499	100,00	6.819	46.464	100,00	-	-

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.
Os saldos principais das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são como segue:

2023	Hidrelétrica Cachoeirão	Guanhães Energia	Hidrelétrica Pipoca	Paracambi
Ativo				
Circulante	11.272	1.533.563	10.778	23.738
Caixa e equivalentes de caixa	7.223	112.337	5.740	17.387
Não circulante	86.025	4.735.005	95.345	99.536
Total do ativo	**97.297**	**6.268.568**	**106.123**	**123.274**
Passivo				
Circulante	6.877	143.055	8.328	10.750
Empréstimos e financiamentos	-	68.694	6.616	8.680
Não circulante	655	1.150.428	804	29.922
Empréstimos e financiamentos	-	940.690	549	29.922
Patrimônio líquido	89.765	4.975.085	96.991	82.602
Total do passivo e patrimônio líquido	**97.297**	**6.268.568**	**106.123**	**123.274**
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	37.616	59.983	45.624	59.523
Custos operacionais	(15.107)	(38.697)	(11.205)	(16.403)
Depreciação e amortização	(3.734)	(20.967)	(4.096)	(11.787)
Lucro bruto	**22.509**	**21.286**	**34.419**	**43.120**
Despesas gerais e administrativas	-	-	(1.318)	(2.136)
Receitas financeiras	2.690	14.789	3.065	6.508
Despesas financeiras	(5)	(9.804)	(941)	(3.773)
Resultado operacional	**25.194**	**26.271**	**35.225**	**43.719**
Imposto de renda e contribuição social	(2.088)	(6.712)	(2.620)	(4.180)
Resultado líquido do exercício	**23.106**	**19.559**	**32.605**	**39.539**
Resultado abrangente do exercício				
Resultado líquido do exercício	23.106	19.559	32.605	39.539
Resultado abrangente do exercício	**23.106**	**19.559**	**32.605**	**39.539**

2023	Amazônia Energia	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo				
Circulante	159	583.013	391	3.243
Caixa e equivalentes de caixa	159	347.544	381	3.107
Não circulante	1.107.657	3.700.253	1.015.013	11.874
Total do ativo	**1.107.816**	**4.283.266**	**1.015.404**	**15.117**
Passivo				
Circulante	7.897	828.616	41	249
Empréstimos e financiamentos	-	179.920	-	-
Não circulante	458	1.766.780	8.116	-
Empréstimos e financiamentos	-	992.959	-	-
Patrimônio líquido	1.099.461	1.687.870	1.007.247	14.868
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.107.816**	**4.283.266**	**1.015.404**	**15.117**
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	-	1.148.967	-	-
Custos operacionais	(200)	(472.227)	-	(647)
Depreciação e amortização	-	(130.761)	-	-
Lucro bruto	**(200)**	**676.740**	**-**	**(647)**
Despesas gerais e administrativas	-	(51.091)	(77.257)	-
Receitas financeiras	-	50.288	60	389
Despesas financeiras	(7)	(171.026)	(24)	-
Resultado operacional	**(207)**	**504.911**	**(77.221)**	**(258)**
Resultado de equivalência patrimonial	(82.898)	23.357	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(170.341)	-	-
Resultado líquido do exercício	**(83.105)**	**357.927**	**(77.221)**	**(258)**
Resultado abrangente do exercício	(83.105)	357.927	(77.221)	(258)
Resultado líquido do exercício	(83.105)	357.927	(77.221)	(258)
Resultado abrangente do exercício	**(83.105)**	**357.927**	**(77.221)**	**(258)**

2022	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Paracambi
Ativo						
Circulante	15.485	83.027	132.307	1.818.829	19.753	62.992
Caixa e equivalentes de caixa	10.932	10.471	3.118	923.599	14.406	59.516
Não circulante	90.105	205.105	375.482	20.953.217	98.614	109.681
Total do ativo	**105.590**	**288.132**	**507.789**	**22.772.046**	**118.367**	**172.673**
Passivo						
Circulante	8.821	24.970	38.127	2.570.839	15.782	11.242
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.782	655.361	6.613	8.623
Não circulante	655	24.326	97.052	19.971.866	7.190	38.089
Empréstimos e financiamentos	-	-	79.587	13.546.024	7.070	38.089
Patrimônio líquido	96.114	238.836	372.610	229.341	95.395	123.342
Total do passivo e patrimônio líquido	**105.590**	**288.132**	**507.789**	**22.772.046**	**118.367**	**172.673**
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	42.556	81.279	56.864	4.137.130	44.807	62.385
Custos operacionais	(12.134)	(28.504)	(45.247)	(3.451.054)	(9.424)	(17.258)
Depreciação e amortização	(3.485)	(10.487)	(16.012)	-	(4.350)	(11.783)
Lucro bruto	**30.422**	**52.775**	**11.617**	**686.076**	**35.383**	**45.127**
Despesas gerais e administrativas	-	(122)	-	(149.579)	(1.184)	(2.096)
Receitas financeiras	3.901	9.495	89.794	361.215	3.069	5.856
Despesas financeiras	(27)	(3.640)	(10.633)	(3.520.551)	(1.463)	(4.324)
Resultado operacional	**34.296**	**58.508**	**90.778**	**(2.622.839)**	**35.805**	**44.563**
Imposto de renda e contribuição social	(2.725)	(19.869)	(32.062)	(222.408)	(2.451)	(3.984)
Resultado líquido do exercício	**31.571**	**38.639**	**58.716**	**(2.845.247)**	**33.354**	**40.579**
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	31.571	38.639	58.716	(2.845.247)	33.354	40.579
Resultado abrangente do exercício	**31.571**	**38.639**	**58.716**	**(2.845.247)**	**33.354**	**40.579**

2022	Amazônia Energia	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo					
Circulante	146	63.163	871.025	264	3.695
Caixa e equivalentes de caixa	146	49.213	448.561	261	3.584
Não circulante	1.190.554	337.170	3.320.769	1.091.377	11.709
Total do ativo	**1.190.700**	**400.333**	**4.191.794**	**1.091.641**	**15.404**
Passivo					
Circulante	1.581	36.957	664.162	39	278
Empréstimos e financiamentos	-	13.812	134.435	-	-
Não circulante	489	44.561	1.488.644	7.813	-
Empréstimos e financiamentos	-	27.601	710.257	-	-
Patrimônio líquido	1.188.630	318.815	2.038.988	1.083.789	15.126
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.190.700**	**400.333**	**4.191.794**	**1.091.641**	**15.404**
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	77.283	1.109.022	-	-
Custos operacionais	(77)	(3.512)	(608.497)	-	(253)
Depreciação e amortização	-	(8.898)	(124.004)	-	-
Lucro bruto	**(77)**	**73.771**	**500.525**	**-**	**(253)**
Despesas gerais e administrativas	-	(3.645)	(42.854)	(64.959)	-
Receitas financeiras	-	9.781	61.101	20	431
Despesas financeiras	(2)	(4.844)	(109.271)	(3)	(6.676)
Resultado operacional	**(79)**	**75.063**	**409.501**	**(64.942)**	**(6.498)**
Resultado de equivalência patrimonial	(63.246)	-	10.986	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(25.559)	(139.078)	-	-
Resultado líquido do exercício	**(63.325)**	**49.504**	**281.409**	**(64.942)**	**(6.498)**
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	(63.325)	49.504	281.409	(64.942)	(6.498)
Resultado abrangente do exercício	**(63.325)**	**49.504**	**281.409**	**(64.942)**	**(6.498)**

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.
A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.
Em 31 de dezembro de 2023, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R$578.277 (R$494.493 em 31 de dezembro de 2022). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.
Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que "até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte". A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2023 é de R$2.859 milhões (R$2.972 milhões em 31 de dezembro de 2022). O potencial impacto para a Companhia está limitado ao seu investimento da NESA.
d) Incorporação das subsidiárias integrais Cemig Geração Três Marias S.A. e Cemig Geração Salto Grande S.A.
Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. Em 31 de maio de 2023, a incorporação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia,

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção das investidas a partir desta data e sucessão, pela Cemig GT, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos do Art. 277 da Lei 6.404/1976.
Por se tratar de incorporação de subsidiárias integrais, não houve aumento de capital ou a necessidade de emissão de novas ações da Companhia.
O quadro a seguir apresenta os saldos contábeis das incorporadas:

	31/05/2023
ATIVO CIRCULANTE	**405.630**
Caixa e equivalentes de caixa	138.723
Ativo financeiro da concessão	226.049
Outros ativos	40.858
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**2.216.484**
Ativo financeiro da concessão	2.026.292
Imobilizado	31.192
Intangível	146.628
Outros ativos	12.372
PASSIVO CIRCULANTE	**209.965**
Imposto de renda e contribuição social	64.562
Outros passivos	145.403
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**63.197**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.178
Outros passivos	19.019
TOTAL DO ACERVO LÍQUIDO	2.348.952

A incorporação gera otimização da estrutura societária da Companhia, tendo como consequência redução de custos e geração de eficiência administrativa e financeira.

e) Alienações de participações societárias

MESA

Em 20 de março de 2023, a Companhia concluiu a alienação para Furnas Centrais Elétricas S.A da totalidade de sua participação societária em MESA, direta e indireta, equivalente a 7,53% do Capital Social desta investida, que é controladora da empresa Santo Antônio Energia S.A., pelo valor de R$55.390.

Com a conclusão da alienação, Furnas se comprometeu a assumir as garantias apresentadas pela Cemig e Cemig GT junto ao BNDES e demais credores, no âmbito dos instrumentos de financiamento da SAE, bem como manter a Cemig e a Cemig GT indenes de qualquer obrigação referente a tais garantias, até que ocorra a efetiva assunção de tais obrigações por Furnas.
Como resultado da alienação, em março de 2023, foi reconhecido um ganho de capital, apurado da seguinte forma:

Controladora e consolidado	
Participação direta:	4,1422%
Participação indireta:	3,3837%
Preço da alienação:	736.000
Participação direta (1):	30.487
Participação indireta (1):	24.904
	55.391
Custo do investimento (2):	-

(1) Os efeitos da alienação estão apresentados no resultado do segmento operacional de participações, na nota explicativa nº 5.
(2) Considerou-se para cálculo o saldo do investimento em 28 de fevereiro de 2023, que representa o último balancete levantado em investida antes da venda, utilizado para escrituração do método da equivalência patrimonial. O saldo do investimento é zero, de maneira que sua baixa não gerou efeitos no resultado, para fins de apuração do ganho de capital da alienação.
O ganho de capital referente à participação direta foi reconhecido no resultado do período em contrapartida à rubrica de caixa e equivalentes de caixa. O valor dos tributos incidentes sobre esse montante corresponde a R$10.365, que representa 34% (25% de IRPJ e 9% de CSLL).
O ganho de capital referente à participação indireta foi reconhecido a crédito da conta de equivalência patrimonial, haja vista sua origem na realização da participação detida pelo Fundo Melbourne na SAAG. Devido à venda da participação societária pelo fundo de investimento, que subsiste apenas por questões operacionais necessárias à sua liquidação, o saldo a receber dos fundos foi reconhecido no balanço patrimonial, como instrumento financeiro no grupo "outros ativos", considerando a iminência do seu recebimento.
A presente alienação se insere no contexto de execução do Programa de Desinvestimento da Cemig para, assim, redirecionar os esforços de gestão e a alocação de capital para o Estado de Minas Gerais.

Acordo FIP Melbourne x AGPar – Sentença arbitral CCBC – 86/2016

O CCVA que disciplinou a operação de aquisição das ações da SAAG pela Companhia prevê indenização ao FIP Melbourne pela AGPar em caso de sobrecusto na MESA em função de fato gerador anterior à assinatura do referido contrato. Após a conclusão da transação, em 2014, e até o ano de 2016, houve dispêndios extraordinários, que oneraram o FIP Melbourne e que se enquadravam, na interpretação do FIP, na cobertura prevista no CCVA. Diante da divergência de entendimento sobre a questão com a AGPar, o FIP Melbourne requereu procedimento arbitral junto à Câmara de Comércio Brasil Canadá.
Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022.
Considerando a participação da Cemig GT no FIP Melbourne, a Companhia possuía, em 30 de setembro de 2023, um recebível registrado no montante de R$255.918, no balanço patrimonial no grupo de "Outros ativos". Em 23 de outubro de 2023, a Cemig GT recebeu o montante atualizado de R$257.273.

Retiro Baixo e Baguari Energia

Operação 1

Em 14 de abril de 2023, foram celebrados os Contratos de Compra e Venda de Ações (CCVA) para a alienação da totalidade da participação detida pela Companhia nas controladas em conjunto Retiro Baixo e Baguari Energia para Furnas Centrais Elétricas, conforme segue:
(I) Por R$200,4 milhões, a participação de 49,9% detida pela Companhia no Capital Social total de Retiro Baixo, que explora a Usina Hidrelétrica Retiro Baixo, situada em Minas Gerais, com potência instalada de 81,1 MW e 34,8 MW de garantia física;
(II) Por R$393 milhões, a participação indireta de 34% detida pela Companhia no Consórcio UHE Baguari, que explora a Usina Hidrelétrica Baguari, situada em Minas Gerais, com potência instalada de 140 MW e 81,9 MW de garantia física, representando 69,39% do Capital Social total de Baguari Energia.
Em abril de 2023, os ativos foram classificados como mantidos para venda, pelo valor contábil, nos termos do item 15 do CPC 31/ IFRS 5 e, assim, sem efeitos no resultado, conforme segue:

Ativos classificados como mantidos para venda	Valor contábil em 30/04/2023 - R$ mil	Valor justo líquido das despesas de venda - R$ mil
Baguari Energia	159.878	392.475
Retiro Baixo	190.547	199.772
Total	**350.425**	**592.247**

Concluiu-se que os ativos classificados como mantidos para venda não se enquadram no conceito de operações descontinuadas, nos termos do item 32 do CPC 31/ IFRS 5, uma vez que não representam uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações, tampouco constituem uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

Conclusão da alienação de Baguari Energia

Em 6 de outubro de 2023, a Companhia concluiu a alienação para Furnas Centrais Elétricas da totalidade de sua participação societária de 69,39% do capital social da Baguari Energia, o que representa uma participação indireta de 34% da Companhia no Consórcio Baguari.
O valor da operação foi de R$432,8 milhões, composto pelo montante acordado no CCVA de R$393 milhões acrescido da atualização de 100% do CDI, desde 31 de dezembro de 2022. Desse total, foi deduzido o montante de R$11,6 milhões referente ao dividendo recebido em 3 de outubro de 2023. Assim, o valor recebido na data de fechamento da transação foi de R$421,2 milhões.
Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em outubro de 2023:

Participação detida pela Cemig GT	69,39%
Preço de venda total	421.222
Valor do ativo mantido pra venda em 30/09/2023	(159.878)
Ganho de capital societário (1) (a)	**261.344**
Ganho de capital tributário líquido das despesas com a venda (2)	248.457
IRPJ e CSLL (b)	(84.475)
Ganho de capital tributário, líquido de tributos (1)	**163.982**
Impacto líquido na Demonstração de Resultado (a + b)	**176.869**

(1) Os efeitos da alienação estão apresentados no resultado do segmento operacional de participações, na nota explicativa nº 5.
(2) As despesas com venda representaram o montante de R$519 e referem-se a serviços de *due diligence* contábil, fiscal, legal e assessoria jurídica.

■Conclusão da alienação de Retiro Baixo

Em 22 de novembro de 2023, a alienação foi concluída pelo valor de R$223,4 milhões, composto pelo montante acordado no CCVA de R$190 milhões acrescido da atualização de 100% do CDI, desde 31 de dezembro de 2022. Desse total, foi deduzido o montante de R$5,9 milhões referente ao dividendo recebido em 28 de junho de 2023. Assim, o valor recebido na data de fechamento da transação foi de R$217,5 milhões.
Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em novembro de 2023:

Participação detida pela Cemig GT	49,9%
Preço de venda total	217.511
Valor do ativo mantido pra venda em 30/11/2023	(190.547)
Ganho de capital societário (1) (a)	**26.964**
Ganho de capital tributário líquido das despesas com a venda (2)	5.800
IRPJ e CSLL (b)	(1.947)
Ganho de capital tributário, líquido de tributos (1)	**3.853**
Impacto líquido da Demonstração de Resultado (a + b)	**25.017**

(1) Os efeitos da alienação estão apresentados no resultado do segmento operacional de participações, na nota explicativa nº 5.
(2) As despesas com venda representaram o montante de R$432 e referem-se a serviços de due diligence contábil, fiscal, legal e assessoria jurídica.

Operação 2

Em 30 de maio de 2023, foi celebrado o CCVA para a aquisição da totalidade das ações da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., empresa controlada pela Neoenergia S.A., pelo montante de R$453,9 milhões, formalizando o direito de preferência exercido pela Baguari Energia.
A Baguari Energia e Baguari I possuem 49% e 51% de participação no Consórcio UHE Baguari, respectivamente.
Com a conclusão da Operação 1, a Cemig GT não fará mais parte do capital social da Baguari Energia e, consequentemente, da participação do consórcio UHE Baguari. Assim, a obrigação pelo pagamento da compra de Baguari I pela Baguari Energia será integralmente de Furnas. A Operação 2, portanto, não trará impactos para a Cemig GT.

Redução de capital social na controlada em conjunto Guanhães Energia

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Guanhães Energia, realizada em 19 de setembro de 2023, a redução do capital social no montante no montante de R$235.309, dos quais, R$137.488 serão destinados para absorção de prejuízos e R$97.820 serão restituídos aos acionistas, não implicando em redução na quantidade de ações ordinárias nominativas emitidas. Assim, o capital social da controlada em conjunto passou de R$548.626 para R$313.317. A parcela da Cemig GT corresponde a R$47.932, já tendo recebido, em janeiro de 2024, o montante de R$46.476. Essa transação será refletida das demonstrações intermediárias referentes ao primeiro trimestre de 2024.

f) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investigações

Existe um inquérito civil público sendo conduzido pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar eventuais irregularidades no investimento da Companhia na Guanhães Energia. Até a divulgação dessas demonstrações financeiras não houve movimentação no processo.

Política contábil

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de dirigir as atividades pertinentes da investida para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, representado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.
A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da entidade adquirida e o valor do seu patrimônio líquido, e (ii) ágio (goodwill), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos, representando a expectativa de geração futura de valor. Este é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

A mensuração subsequente desses investimentos é realizada com base no método de equivalência patrimonial. Posteriormente à essa mensuração, a Companhia avalia se há indicativos de possível desvalorização no valor recuperável de seus investimentos. As perdas, quando incorridas, são reconhecidas no resultado, diante de indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil. O método da equivalência patrimonial deixa de ser aplicado a partir do momento em que o investimento perde as características de coligada, controlada ou controlada em conjunto, como, por exemplo, no caso de classificação como ativo não circulante mantido para venda.
As demonstrações financeiras das controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia e suas controladas. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas àquelas aplicadas pela Companhia e suas controladas.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	**31/12/2023**			**31/12/2022**		
	Custo histórico	**(-) Depreciação acumulada**	**Valor líquido**	**Custo histórico**	**(-) Depreciação acumulada**	**Valor líquido**
Em serviço	**7.407.814**	**(5.461.963)**	**1.945.851**	**7.393.963**	**(5.398.094)**	**1.995.869**
Terrenos	247.353	(32.051)	215.302	246.946	(29.140)	217.806
Reservatórios, barragens e adutoras	3.322.524	(2.470.024)	852.500	3.302.646	(2.432.974)	869.672
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.094.497	(867.718)	226.779	1.092.172	(858.980)	233.192
Máquinas e equipamentos	2.711.526	(2.066.687)	644.839	2.724.327	(2.053.238)	671.089
Veículos	19.054	(14.541)	4.513	14.970	(13.050)	1.920
Móveis e utensílios	12.860	(10.942)	1.918	12.902	(10.712)	2.190
Em curso	**1.089.805**	**-**	**1.089.805**	**360.830**	**-**	**360.830**
Ativos em curso	1.089.805	-	1.089.805	360.830	-	360.830
Imobilizado líquido	**8.497.619**	**(5.461.963)**	**3.035.656**	**7.754.793**	**(5.398.094)**	**2.356.699**

Controladora	**31/12/2023**			**31/12/2022**		
	Custo histórico	**(-) Depreciação acumulada**	**Valor líquido**	**Custo histórico**	**(-) Depreciação acumulada**	**Valor líquido**
Em serviço	**6.116.253**	**(4.770.158)**	**1.346.095**	**6.194.255**	**(4.743.558)**	**1.450.697**
Terrenos	242.848	(31.632)	211.216	242.323	(28.696)	213.627
Reservatórios, barragens e adutoras	2.962.659	(2.308.152)	654.507	3.019.053	(2.277.133)	741.920
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.004.445	(820.465)	183.980	1.002.659	(814.033)	188.626
Máquinas e equipamentos	1.874.848	(1.584.850)	289.998	1.902.809	(1.600.347)	302.462
Veículos	18.836	(14.323)	4.513	14.752	(12.832)	1.920
Móveis e utensílios	12.617	(10.736)	1.881	12.659	(10.517)	2.142
Em curso	**859.845**	**-**	**859.845**	**106.218**	**-**	**106.218**
Ativos em curso	859.845	-	859.845	106.218	-	106.218
Imobilizado líquido	**6.976.098**	**(4.770.158)**	**2.205.940**	**6.300.473**	**(4.743.558)**	**1.556.915**

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	**Saldo em 31/12/2022**	**Adição (2)**	**Transferência (3)**	**Baixa**	**Mantido pra venda**	**Depreciação**	**Saldo em 31/12/2023**
Em serviço	**1.995.869**	**-**	**175.549**	**(921)**	**(56.469)**	**(168.177)**	**1.945.851**
Terrenos (1)	217.806	-	1.647	(207)	(653)	(3.291)	215.302
Reservatórios, barragens e adutoras	869.672	-	83.844	(1)	(22.300)	(78.715)	852.500
Edificações, obras civis e benfeitorias	233.192	-	15.573	-	(4.662)	(17.324)	226.779
Máquinas e equipamentos	671.089	-	70.382	(713)	(28.854)	(67.065)	644.839
Veículos	1.920	-	4.084	-	-	(1.491)	4.513
Móveis e utensílios	2.190	-	19	-	-	(291)	1.918
Em curso	**360.830**	**905.099**	**(175.549)**	**(290)**	**(285)**	**-**	**1.089.805**
Imobilizado líquido	**2.356.699**	**905.099**	**-**	**(1.211)**	**(56.754)**	**(168.177)**	**3.035.656**

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
(2) Inclui investimentos realizados na implementação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante, nos montantes de R$368.975 e R$339.458, respectivamente.
(3) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Reversão de baixa (3)	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Em serviço	**2.112.939**	**-**	**-**	**66.913**	**(12.006)**	**(171.977)**	**1.995.869**
Terrenos (1)	220.701	-	-	423	-	(3.318)	217.806
Reservatórios, barragens e adutoras	943.822	-	-	7.050	-	(81.200)	869.672
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.970	-	-	2.572	-	(17.350)	233.192
Máquinas e equipamentos (4)	696.593	-	-	55.808	(12.006)	(69.306)	671.089
Veículos	1.372	-	-	1.060	-	(512)	1.920
Móveis e utensílios	2.481	-	-	-	-	(291)	2.190
Em curso	**304.586**	**121.657**	**1.500**	**(66.913)**	**-**	**-**	**360.830**
Imobilizado líquido	**2.417.525**	**121.657**	**1.500**	**-**	**(12.006)**	**(171.977)**	**2.356.699**

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.
(3) Reversão de baixa de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.
(4) Inclui o montante de R$8.612 referente à baixa de dois geradores da controlada Rosal, e R$3.345 referentes à remensuração da provisão para desmantelamento das controladas Parajuru e Volta do Rio.

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Adição (2)	Ativos oriundos de incorporação	Transferência (3)	Baixa	Mantido pra venda	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Em serviço	**1.450.697**	**-**	**29.852**	**35.046**	**(7.030)**	**(44.940)**	**(117.530)**	**1.346.095**
Terrenos (1)	213.627	-	-	1.647	(207)	(596)	(3.255)	211.216
Reservatórios, barragens e adutoras	741.920	-	867	729	-	(20.027)	(68.982)	654.507
Edificações, obras civis e benfeitorias	188.626	-	412	13.959	(842)	(3.754)	(14.421)	183.980
Máquinas e equipamentos	302.462	-	28.573	14.608	(5.981)	(20.563)	(29.101)	289.998
Veículos	1.920	-	-	4.084	-	-	(1.491)	4.513
Móveis e utensílios	2.142	-	-	19	-	-	(280)	1.881
Em curso	**106.218**	**787.333**	**1.340**	**(35.046)**	**-**	**-**	**-**	**859.845**
Imobilizado líquido	**1.556.915**	**787.333**	**31.192**	**-**	**(7.030)**	**(44.940)**	**(117.530)**	**2.205.940**

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
(2) Inclui investimentos realizados na implementação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante, nos montantes de R$368.975 e R$339.458, respectivamente.
(3) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Reversão de provisão (3)	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Em serviço	**1.546.760**	**-**	**-**	**27.565**	**(60)**	**(123.568)**	**1.450.697**
Terrenos (1)	216.482	-	-	423	-	(3.278)	213.627
Reservatórios, barragens e adutoras	808.764	-	-	6.217	-	(73.061)	741.920
Edificações, obras civis e benfeitorias	201.344	-	-	1.814	-	(14.532)	188.626
Máquinas e equipamentos	316.374	-	-	18.051	(60)	(31.903)	302.462
Veículos	1.372	-	-	1.060	-	(512)	1.920
Móveis e utensílios	2.424	-	-	-	-	(282)	2.142
Em curso	**110.086**	**22.192**	**1.505**	**(27.565)**	**-**	**-**	**106.218**
Imobilizado líquido	**1.656.846**	**22.192**	**1.505**	**-**	**(60)**	**(123.568)**	**1.556.915**

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.
(3) Reversão de provisão anteriormente constituída para redução ao valor recuperável de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.
A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,09%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, barragem e adutora	2,00	Veículos	14,29
Edificação – casa de força	2,00	Equipamento geral de informática	16,67
Edificação – outras	3,33	Equipamento geral	6,25
Gerador	3,33	Edificação - outras	3,33
Turbina hidráulica	2,50		
Condutor forçado	3,13		
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57		
Urbanização e benfeitorias	3,33		

A Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.
O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/12/2023	31/12/2022
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.252	220.096
(-) Depreciação acumulada			(142.391)	(134.524)
Total em operação			**77.861**	**85.572**
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	2.395	1.962
Total em construção			**2.395**	**1.962**
Total			**80.256**	**87.534**

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.
Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.
Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

16. INTANGÍVEL

Consolidado	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	**1.359.114**	**(523.369)**	**835.745**	**1.327.508**	**(375.092)**	**952.416**
Servidão	14.689	(6.084)	8.605	14.692	(5.405)	9.287
Concessão onerosa	13.599	(9.739)	3.860	13.599	(9.116)	4.483
Ativos da concessão (1)	202.337	(108.676)	93.661	202.337	(97.283)	105.054
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	1.031.161	(333.569)	697.592	1.031.810	(199.809)	832.001
Outros	97.328	(65.301)	32.027	65.070	(63.479)	1.591
Em curso	**23.341**	**-**	**23.341**	**21.753**	**-**	**21.753**
Ativos em formação	23.341	-	23.341	21.753	-	21.753
Intangível líquido	**1.382.455**	**(523.369)**	**859.086**	**1.349.261**	**(375.092)**	**974.169**

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante líquido de R$93.661 são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	**1.079.128**	**(389.805)**	**689.323**	**893.415**	**(254.972)**	**638.443**
Servidão	11.448	(5.595)	5.853	11.451	(5.038)	6.413
Concessão onerosa	11.720	(8.113)	3.607	11.720	(7.642)	4.078
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	960.874	(311.278)	649.596	805.613	(179.120)	626.493
Outros	95.086	(64.819)	30.267	64.631	(63.172)	1.459
Em curso	**22.774**	**-**	**22.774**	**21.650**	**-**	**21.650**
Ativos em formação	22.774	-	22.774	21.650	-	21.650
Intangível líquido	**1.101.902**	**(389.805)**	**712.097**	**915.065**	**(254.972)**	**660.093**

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição (1)	Capitalização/ Transferência (2)	Baixa	Mantido para venda	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Em serviço	**952.416**	**1.826**	**33.604**	**-**	**(474)**	**(151.627)**	**835.745**
Servidão	9.287	-	-	-	(3)	(679)	8.605
Concessão onerosa	4.483	-	-	-	-	(623)	3.860
Ativos da concessão	105.054	-	-	-	-	(11.393)	93.661
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	832.001	-	-	-	(471)	(133.938)	697.592
Outros	1.591	1.826	33.604	-	-	(4.994)	32.027
Em curso	**21.753**	**39.199**	**(33.604)**	**(3.424)**	**(583)**	**-**	**23.341**
Ativos em formação	21.753	39.199	(33.604)	(3.424)	(583)	-	23.341
Total	**974.169**	**41.025**	**-**	**(3.424)**	**(1.057)**	**(151.627)**	**859.086**

(1) Inclui o montante de R$23.500 referente aos gastos com as condicionantes ambientais, que foram registrados em contrapartida ao passivo. Essa transação não afeta o caixa, não estando refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Em serviço	**1.100.786**	**-**	**520**	**(148.890)**	**952.416**
Servidão	9.966	-	-	(679)	9.287
Concessão onerosa	5.108	-	-	(625)	4.483
Ativos da concessão	116.446	-	-	(11.392)	105.054
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	966.065	-	-	(134.064)	832.001
Outros	3.201	-	520	(2.130)	1.591
Em curso	**12.126**	**10.147**	**(520)**	**-**	**21.753**
Ativos em formação	12.126	10.147	(520)	-	21.753
Total	**1.112.912**	**10.147**	**-**	**(148.890)**	**974.169**

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Adição (1)	Ativo oriundo de incorporação	Capitalização/ Transferência (2)	Baixa	Mantido para venda	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Em serviço	**638.443**	**-**	**146.572**	**33.604**	**-**	**(474)**	**(128.822)**	**689.323**
Servidão	6.413	-	-	-	-	(3)	(557)	5.853
Concessão onerosa	4.078	-	-	-	-	-	(471)	3.607
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	626.493	-	146.563	-	-	(471)	(122.989)	649.596
Outros	1.459	-	9	33.604	-	-	(4.805)	30.267
Em curso	**21.650**	**38.345**	**56**	**(33.604)**	**(3.424)**	**(249)**	**-**	**22.774**
Ativos em formação	21.650	38.345	56	(33.604)	(3.424)	(249)	-	22.774
Total	**660.093**	**38.345**	**146.628**	**-**	**(3.424)**	**(723)**	**(128.822)**	**712.097**

(1) Inclui o montante de R$21.227 referente aos gastos com as condicionantes ambientais, que foram registrados em contrapartida ao passivo. Essa transação não afeta o caixa, não estando refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Em serviço	**761.292**	**-**	**507**	**(123.356)**	**638.443**
Servidão	6.970	-	-	(557)	6.413
Concessão onerosa	4.549	-	-	(471)	4.078
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	746.768	-	-	(120.275)	626.493
Outros	3.005	-	507	(2.053)	1.459
Em curso	**12.113**	**10.044**	**(507)**	**-**	**21.650**
Ativos em formação	12.113	10.044	(507)	-	21.650
Total	**773.405**	**10.044**	**-**	**(123.356)**	**660.093**

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.
A taxa de amortização média anual da Companhia e suas controladas é de 12,39%.
A Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis.

Repactuação do risco hidrológico – Generation Scaling Factor - GSF

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguara, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Companhia no período indicado na Lei n° 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicitadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	**1.322.438**

Em 21 de dezembro de 2023, a Companhia encaminhou correspondência ao Ministério de Minas e Energia – MME, solicitando o reconhecimento da ausência de mecanismo para compensação, na hipótese mencionada acima, bem como a atualização dos valores constantes na ReH nº 2.919/2021 e a sua conversão na pactuação de prorrogação dos prazos de determinadas usinas sob concessão da Companhia, nos termos da Lei nº 14.052/2020.
Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

Licenças de operação

As usinas da Companhia e suas subsidiárias, em atendimento às determinações legais contidas na Deliberação Normativa Copam 217/2017, vêm passando por processos de obtenção e renovação de licenças de operação.
As seguintes instalações obtiveram as licenças de operação: UHE Irapé, UHE Salto Grande, EOL Volta do Rio e UHE Pai Joaquim. Os gastos com as condicionantes ambientais, relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos, foram estimados e reconhecidos, em contrapartida ao intangível. Os gastos estimados com as condicionantes ambientais foram trazidos a valor presente considerando a taxa incremental, sendo considerado o prazo de até 10 anos das licenças de operação, prazo em que o ativo será amortizado.
As instalações UHE Santa Luzia, UHE Jacutinga, UHE Salto Voltão, UHE Salto do Passo Velho, UHE Xicão e UHE Pissarrão também obtiveram a licença de operação, contudo, não foram constituídas provisões para os gastos com as condicionantes ambientais, uma vez que essas usinas estão classificadas como ativo mantido para venda.
Adicionalmente, as instalações UHE Luiz Dias e UHE Salto Moraes também obtiveram as licenças de operação. Os gastos relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos estão sendo levantados e estimados para provisionamento.

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.
Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como "Outras despesas, líquidas".

Concessão onerosa

As informações sobre as concessões onerosas estão apresentadas na nota explicativa nº 2.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (*Generation Scalling Factor*)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.
O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.
No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.
A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

17. ARRENDAMENTOS

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos:
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa; e
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

Taxa incremental aplicada (1)	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Contratos celebrados em 2022		
Até 5 anos	6,48	0,53
De 6 a 10 anos	6,59	0,54
De 11 a 15 anos	6,64	0,54
De 16 a 30 anos	6,65	0,54
Contratos celebrados em 2023		
Até 7anos	6,82	0,55
De 9 a 9 anos	6,90	0,56
De 10 a 12 anos	6,99	0,57
De 13 a 22 anos	7,19	0,58

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizada.

a) Movimentação do direito de uso

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**37.010**	**4.854**	**41.864**
Baixa (contratos encerrados)	(40)	-	(40)
Adição	58	17.286	17.344
Amortização (1)	(1.611)	(6.026)	(7.637)
Remensuração (2)	3.524	2.164	5.688
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**38.941**	**18.278**	**57.219**
Adição	139	18.396	18.535
Amortização (1)	(1.756)	(7.309)	(9.065)
Remensuração (2)	2.811	5.884	8.695
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**40.135**	**35.249**	**75.384**

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**35.575**	**4.852**	**40.427**
Baixa (contratos encerrados)	(40)	-	(40)
Adição	58	17.113	17.171
Amortização (1)	(1.547)	(5.450)	(6.997)
Remensuração (2)	3.392	1.540	4.932
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**37.438**	**18.055**	**55.493**
Ativos oriundos da incorporação	162	662	824
Adição	-	15.904	15.904
Amortização (1)	(1.679)	(6.844)	(8.523)
Remensuração (2)	1.751	5.722	7.473
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**37.672**	**33.499**	**71.171**

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R$128 para consolidado e R$125 para controladora no exercício de 2023 (R$117 para consolidado e R$116 para controladora no exercício de 2022). A taxa anual média ponderada de amortização para imóveis é de 4,58% no consolidado e de 4,62% na controladora. Para veículos a taxa é de 23,79% no consolidado e 21,28% na controladora.
(2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Movimentação do passivo de arrendamentos

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**45.450**	**43.926**
Baixa (contratos encerrados)	(45)	(48)
Adição	17.344	17.171
Juros incorridos (1)	5.623	5.394
Arrendamentos pagos	(11.094)	(10.341)
Juros sobre arrendamentos pagos	(597)	(533)
Remensuração (2)	5.686	4.932
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**62.367**	**60.501**
Passivos oriundos da incorporação	-	847
Adição	18.535	15.904
Juros incorridos (1)	7.513	7.204
Arrendamentos pagos	(12.967)	(12.524)
Juros sobre arrendamentos pagos	(928)	(619)
Remensuração (2)	8.695	7.473
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**83.215**	**78.786**
Passivo circulante	**15.765**	**15.003**
Passivo não circulante	**67.450**	**63.783**

(1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R$401 e R$399 no exercício de 2023 para consolidado e controladora, respectivamente (R$377 e R$373 no exercício de 2022 para consolidado e controladora, respectivamente).
(2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.
As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.
O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é conforme segue:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	175.737	83.215	168.701	78.786
PIS/Pasep e Cofins potencial à alíquota de 9,25%	11.902	4.058	11.876	4.044

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (Nominal)	Controladora (Nominal)
2024	16.702	15.912
2025	16.695	15.905
2026	16.695	15.905
2027	14.554	13.938
2028	7.690	7.411
2029 a 2045	103.401	99.630
Valores não descontados	**175.737**	**168.701**
Juros embutidos	(92.522)	(89.915)
Passivo de arrendamento	**83.215**	**78.786**

Política contábil

Ativos de direito de uso

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento, os quais incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos relativos a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Estimativas e julgamentos

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, como descrito na nota explicativa nº 16 destas demonstrações financeiras.
Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.
A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

18. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Suprimento e transporte de energia elétrica (1)	247.387	387.125	243.087	378.857
Materiais e serviços	227.369	115.985	198.648	69.764
	474.756	**503.110**	**441.735**	**448.621**

(1) Inclui estimativa de compra de energia no ACL, que reduziu significativamente no período devido ao menor volume de compra de energia.
A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 29.

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
ICMS	13.934	18.939	10.421	13.890
Pasep (1)	19.220	20.122	17.968	17.992
Cofins (1)	88.866	91.834	82.884	82.938
INSS	14.751	13.417	11.188	8.212
ISSQN	4.796	4.254	3.409	2.596
Outros (2)	29.229	27.686	28.578	5.807
	170.796	**176.252**	**154.448**	**131.435**
Não circulante				
Pasep (1)	62.705	64.476	60.685	62.176
Cofins (1)	288.823	296.825	279.528	286.397
	351.528	**361.301**	**340.213**	**348.573**
	522.324	**537.553**	**494.661**	**480.008**

(1) Incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 11.
(2) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados, cujo recolhimento ocorreu no mês subsequente, em conformidade à legislação tributária. Mais informações na nota explicativa nº 24.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

20. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado e Controladora 31/12/2023			Consolidado e Controladora 31/12/2022
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (1)	2024	9,25%	USD	1.856.920	-	1.856.920	3.974.971
(-) Custos de transação				(1.032)	-	(1.032)	(5.743)
(+/-) Recursos antecipados (2)				(1.795)	-	(1.795)	(9.423)
Total de empréstimos				**1.854.093**	**-**	**1.854.093**	**3.959.805**
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª Série	2027	CDI + 1,33%	R$	3.092	700.000	703.092	703.185
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série	2029	IPCA + 7,6245%	R$	828	315.122	315.950	302.216
(-) Custos de transação				-	(5.042)	(5.042)	(6.140)
Total de debêntures				**3.920**	**1.010.080**	**1.014.000**	**999.261**
Total geral				**1.858.013**	**1.010.080**	**2.868.093**	**4.959.066**

(1) Em dezembro de 2023, a Companhia realizou a recompra parcial de títulos de dívida no mercado externo (Eurobonds) de sua emissão, no montante principal de U$375 milhões (U$244 milhões em dezembro de 2022). Mais detalhes dessa operação no decorrer desta nota explicativa;
(2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (Yield to Maturity) acordado em contrato do *Eurobonds*.
As debêntures de emissão da Companhia são do tipo "simples", não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Recompra parcial dos Eurobonds
Em 20 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu o resgate antecipado parcial sem pagamento de prêmio, por meio do exercício de opção de compra ("call"), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em dezembro de 2024, remunerados a 9,25% ao ano, no montante principal de US$375 milhões (R$1.823.400).
Desta maneira, o saldo devedor dos títulos, com vencimento em dezembro de 2024, passa a ser de US$381 milhões (R$1.856.920 em 31 de dezembro de 2023).
Segue abaixo tabela com os efeitos relacionados à recompra dos bonds:

	%	US$	R$
Valor principal	100,00	375.000	1.823.400
Juros provisionados	0,41	1.542	7.496
		376.542	**1.830.896**
Imposto de renda incidente sobre os juros provisionados	17,65	272	1.344
		272	**1.344**
Total de pagamentos		**376.814**	**1.832.240**
Desfazimento parcial do hedge		-	(282.950)
Ajuste negativo da NDF (*)		-	117.305
Total		**376.814**	**1.666.595**

(*) Diferença entre a cotação do dólar PTAX no dia da compra (R$4,9091) em relação ao instrumento financeiro – NDF de proteção cambial, com a trava de compra do dólar em abril/23 na cotação de R$5,1110 e diferença entre a cotação do dólar PTAX no dia da compra (R$4,8663) em relação ao instrumento financeiro – NDF de proteção cambial, com a trava de compra do dólar em dezembro/23 na cotação de R$4,9675.

Garantias
Em 31 de dezembro de 2023, o saldo devedor dos empréstimos e debêntures da Companhia é garantido da seguinte forma:

Consolidado	31/12/2023
Aval e fiança	1.854.093
Fiança	1.014.000
Total	**2.868.093**

O endividamento da Companhia tem o prazo médio de amortização de 2,1 anos. A composição consolidada dos empréstimos e debêntures, por moeda e indexador, considerando seus vencimentos é como segue:

Consolidado e controladora	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Moedas							
Dólar Norte Americano (1)	1.856.920	-	-	-	-	-	1.856.920
Total por moedas	**1.856.920**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.856.920**
IPCA (2)	828	-	-	-	-	315.122	315.950
CDI (3)	3.092	233.334	233.333	233.333	-	-	703.092
Total por Indexadores	**3.920**	**233.334**	**233.333**	**233.333**	**-**	**315.122**	**1.019.042**
(-) Custos de transação	(1.032)	(1.151)	(1.151)	(1.151)	-	(1.589)	(6.074)
(+/-) Recursos antecipados	(1.795)	-	-	-	-	-	(1.795)
Total geral	**1.858.013**	**232.183**	**232.182**	**232.182**	**-**	**313.533**	**2.868.093**

(1) A Companhia utiliza de instrumentos financeiros derivativos para proteção contra os riscos decorrentes da variação cambial. Mais detalhes na nota explicativa nº 27.
(2) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada no exercício de 2023 (%)	Variação acumulada no exercício de 2022 (%)	Indexador	Variação acumulada no exercício de 2023 (%)	Variação acumulada no exercício de 2022 (%)
Dólar Norte-Americano	(7,21)	(6,50)	IPCA	4,62	5,79
			CDI	13,04	12,39

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.029.460**
Empréstimos obtidos	1.000.000
Custos de transação	(6.132)
Empréstimos obtidos líquidos	**993.868**
Variação monetária	4.569
Variação cambial	(338.265)
Encargos financeiros provisionados	548.186
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds)	46.763
Amortização dos custos de transação	2.514
Encargos financeiros pagos (1)	(621.439)
Amortização de principal	(1.706.590)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**4.959.066**
Variação monetária	13.613
Variação cambial	(276.687)
Encargos financeiros provisionados	529.238
Amortização dos custos de transação	5.845
Encargos financeiros pagos	(539.582)
Amortização de principal	(1.823.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.868.093**

Cláusulas contratuais restritivas – "*Covenants*"
Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R$50 milhões ("*cross default*").
A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas ("*Covenants*") financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig GT	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds (1)	Dívida Líquida / Lajida Ajustado para o Covenant (2)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
9ª Emissão de debêntures 1ª e 2ª série (3)	Dívida Líquida / Lajida Ajustado para o Covenant (2)	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 de 31/12/2022 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 de 31/12/2022 até 30/06/2026 3,5 de 31/12/2026 em diante	Semestral e anual

(1) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant "de manutenção" de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao Lajida de 2,0x (1,75x em dez/17) e um covenant "de incorrência" de dívida com garantia real na Companhia em relação ao Lajida de 1,5x.
(2) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
(3) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
A Administração monitora esses índices de forma contínua.
As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap", opções de moeda e NDF) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 29.

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo				
Reserva global de reversão – RGR	2.777	3.320	-	-
Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – CFURH	11.024	10.424	9.834	6.698
Conta de desenvolvimento energético – CDE	66.332	80.814	66.332	80.814
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	955	789	813	713
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa	9.488	10.291	9.488	10.291
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT (a)	2.010	1.367	1.729	751
Pesquisa e desenvolvimento – P&D (a)	23.331	13.179	15.134	4.193
Pesquisa expansão sistema energético - MME (a)	1.144	823	1.003	515
CDE sobre P&D	761	540	675	382
	117.822	**121.547**	**105.008**	**104.357**
Passivo circulante	**113.258**	**116.248**	**105.008**	**104.357**
Passivo não circulante	**4.564**	**5.299**	**-**	**-**

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação
As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico. A movimentação dos saldos da Companhia e suas controladas é conforme segue:

Consolidado	31/12/2022	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2023
FNDCT	1.367	13.820	(13.177)	-	-	2.010
MME	823	6.907	(6.586)	-	-	1.144
P&D (1)	8.883	13.107	-	(6.086)	1.666	17.570
	11.073	**33.834**	**(19.763)**	**(6.086)**	**1.666**	**20.724**

(1) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi de R$5.761 em 31 de dezembro de 2023 e R$1.680 em 31 de dezembro de 2022.

Consolidado	31/12/2021	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2022
FNDCT	1.120	12.840	(12.593)	-	-	1.367
MME	699	6.419	(6.295)	-	-	823
P&D (1)	21.057	7.769	-	(20.966)	1.023	8.883
	22.876	**27.028**	**(18.888)**	**(20.966)**	**1.023**	**11.073**

(1) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi de R$1.680 em 31 de dezembro de 2022.

Controladora	31/12/2022	Incorporação (1)	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2023
FNDCT	751	157	12.295	(11.474)	-	-	1.729
MME	515	78	6.147	(5.737)	-	-	1.003
P&D (2)	2.513	3.367	8.606	-	(5.903)	790	9.373
	3.779	**3.602**	**27.048**	**(17.211)**	**(5.903)**	**790**	**12.105**

(1) As subsidiárias Três Marias e Salto Grande foram incorporadas pela Companhia em 31 de maio de 2023, pelo valor patrimonial contábil. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.
(2) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi de R$5.761 em 31 de dezembro de 2023 (R$1.680 em 31 de dezembro de 2022).

Controladora	31/12/2021	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2022
FNDCT	577	9.287	(9.113)	-	-	751
MME	428	4.644	(4.557)	-	-	515
P&D (1)	16.166	6.501	-	(20.530)	376	2.513
	17.171	**20.432**	**(13.670)**	**(20.530)**	**376**	**3.779**

(1) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi de R$1.680 em 31 de dezembro de 2022.

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)
A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.
A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:
Plano Misto de Benefícios Previdenciários ("Plano B") – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.
Plano Saldado de benefícios previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.
A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para um plano de saúde e um plano odontológico para os colaboradores, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Plano de saúde e odontológico
A partir de dezembro de 2022, a Cemig Saúde passou a ofertar um novo plano de saúde, denominado Plano Premium, o qual foi ofertado, de forma facultativa ao PSI, a todos colaboradores ativos da Cemig e integralmente custeado pela Companhia. Em contrapartida ao custeio integral pela Companhia, os colaboradores que fizessem a adesão ao novo plano deixariam de ter a contribuição da Cemig para o custeio do plano de saúde no período de aposentadoria. O período para as adesões nas condições propostas pela Companhia se encerrou em 31 de janeiro de 2023 e, até a citada data houve a migração de uma parcela de colaboradores para o Plano Premium, reduzindo o número de colaboradores cobertos pelo PSI.
À luz do IAS 19/ CPC 33 (R1), tal situação é um evento de encurtamento (curtailment), o qual levou à necessidade de que a Companhia remensurasse seus passivos de pós-emprego para a data base de 31 de março de 2023. Os efeitos do encurtamento do plano foram reconhecidos no resultado, no primeiro trimestre de 2023, como custo do serviço passado, no montante de R$20.291 para o plano de saúde e de R$532 para o plano odontológico.
Vale ressaltar que o evento de encurtamento apurado para o primeiro trimestre afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R$12.890 para o plano de saúde e de R$193 para o plano odontológico.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras
A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico IAS 19/CPC 33 (R1) e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2023.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2023, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência desses déficits é de R$117.879 (R$123.843 em 31 de dezembro de 2022, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R$77.748, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R$40.131. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020 e 2021. Para o caso dos equacionamentos de déficit, na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realiza pagamentos em consignação, em conta de depósito judicial, que ficam à disposição da Forluz para serem resgatados a qualquer momento, no banco oficial. Os depósitos são constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit de 2019, 2020 e 2021, conforme segue:

	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021
Início da consignação	Maio de 2021	Abril de 2022	Junho de 2023
Montante total solicitado pela Forluz	R$36.304	R$56.947	R$151.556
Montante considerando a paridade contributiva	R$18.152	R$28.474	R$75.778
Número de parcelas	166	158	159
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 6%	IPCA + 6%
Saldo depositado em 31 de dezembro de 2023	R$6.097	R$5.863	R$4.587

Em relação ao Equacionamento do Déficit de 2019, a Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra a patrocinadora Cemig GT, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R$36.304. Em 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R$20.433 (R$56.892 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

2023	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total Consolidado
Valor presente das obrigações	2.666.568	638.517	11.490	3.316.575
Valor justo dos ativos do plano	(2.201.261)	-	-	(2.201.261)
Passivo líquido inicial	**465.307**	**638.517**	**11.490**	**1.115.314**
Ajuste ao teto de ativo (asset ceiling)	6.556	-	-	6.556
Passivo líquido no balanço patrimonial	**471.863**	**638.517**	**11.490**	**1.121.870**

2022	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total Consolidado
Valor presente das obrigações	2.516.021	714.248	13.138	3.243.407
Valor justo dos ativos do plano	(2.078.424)		-	(2.078.424)
Passivo líquido inicial	**437.597**	**714.248**	**13.138**	**1.164.983**
Ajuste ao teto de ativo (asset ceiling)	31.463	-	-	31.463
Passivo líquido no balanço patrimonial	**469.060**	**714.248**	**13.138**	**1.196.446**

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021	**2.669.508**	**744.895**	**14.207**	**3.428.610**
Custo do serviço corrente	465	3.762	94	4.321
Custo do serviço passado (1)	(1.242)	-	-	(1.242)
Juros sobre a obrigação atuarial	272.283	77.750	1.483	351.516
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(2.246)	(240)	21	(2.465)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(191.868)	(65.232)	(1.183)	(258.283)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	1.976	(1.249)	(685)	42
	(192.138)	**(66.721)**	**(1.847)**	**(260.706)**
Benefícios pagos	(232.855)	(45.438)	(799)	(279.092)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022	**2.516.021**	**714.248**	**13.138**	**3.243.407**
Custo do serviço corrente	74	2.327	60	2.461
Custo do serviço passado (2)	-	(20.291)	(532)	(20.823)
Juros sobre a obrigação atuarial	281.862	79.026	1.443	362.331
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	4.362	93	4.455
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	168.713	48.237	907	217.857
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(63.488)	(141.362)	(2.782)	(207.632)
	105.225	(88.763)	(1.782)	14.680
Benefícios pagos	(236.614)	(48.030)	(837)	(285.481)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023	**2.666.568**	**638.517**	**11.490**	**3.316.575**

(1) Referentes às alterações nas condições do Plano B para requerimento da Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade – MAT.

(2) Referentes às adesões dos colaboradores ao novo plano de saúde ofertado pela Companhia, denominado Plano Premium.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	**2.127.603**
Retorno real dos investimentos	122.129
Contribuições do empregador	61.547
Benefícios pagos	(232.855)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	**2.078.424**
Retorno real dos investimentos	288.217
Contribuições do empregador	71.234
Benefícios pagos	(236.614)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	**2.201.261**

Movimentação do passivo líquido:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	**548.112**	**744.895**	**14.207**	**1.307.214**
Despesa reconhecida no resultado	58.544	81.512	1.577	141.633
Custo do serviço passado (1)	(1.242)	-	-	(1.242)
Contribuições pagas	(61.547)	(45.438)	(799)	(107.784)
Perdas (ganhos) atuariais	(74.807)	(66.721)	(1.847)	(143.375)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	**469.060**	**714.248**	**13.138**	**1.196.446**
Despesa reconhecida no resultado	57.256	81.353	1.503	140.112
Custo do serviço passado	-	(20.291)	(532)	(20.823)
Contribuições pagas	(71.234)	(48.030)	(837)	(120.101)
Perdas (ganhos) atuariais	16.781	(88.763)	(1.782)	(73.764)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	**471.863**	**638.517**	**11.490**	**1.121.870**

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	71.026	84.377
Passivo não circulante	1.050.844	1.112.069

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R$114.795 no exercício de 2023 (R$131.395 no exercício de 2022), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R$4.494 no exercício de 2023 (R$8.996 no exercício de 2022).

Valores reconhecidos nas demonstrações de resultados:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	74	2.327	60	2.461
Custo do serviço passado	-	(20.291)	(532)	(20.823)
Juros sobre a obrigação atuarial	281.862	79.026	1.443	362.331
Rendimento sobre os ativos do plano	(224.680)	-	-	(224.680)
Despesa total em 2023 conforme cálculo atuarial	**57.256**	**61.062**	**971**	**119.289**

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	465	3.762	94	4.321
Custo do serviço passado	(1.242)	-	-	(1.242)
Juros sobre a obrigação atuarial	272.283	77.750	1.483	351.516
Rendimento sobre os ativos do plano	(214.204)	-	-	(214.204)
Despesa total em 2022 conforme cálculo atuarial	**57.302**	**81.512**	**1.577**	**140.391**

Análise de sensibilidade e estimativas para o exercício seguinte

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2024 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	310	1.263	26	1.599
Juros sobre a obrigação atuarial	230.670	55.676	998	287.344
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(188.082)	-	-	(188.082)
Estimativa da despesa total em 2024 conforme cálculo atuarial	**42.898**	**56.939**	**1.024**	**100.861**

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2024 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	**237.809**	**48.164**	**954**	**286.927**

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2024 no montante de R$60.944 para amortização de déficit do Plano A e R$22.482 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total Consolidado
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	72.084	13.079	237	85.400
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(65.772)	(13.294)	(241)	(79.307)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	255.733	71.068	1.282	328.083
Acréscimo de 1% na taxa de desconto	(217.994)	(64.480)	(1.163)	**(283.637)**

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de pensão e suplementação de aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico
Plano A	Plano B		
8,38	10,26	9,92	9,79

As principais categorias de ativos do plano são as seguintes:

Consolidado	2023	2022
Ações e títulos de renda variável	298.310	134.055
Títulos de renda fixa	1.664.994	1.598.093
Imóveis	97.961	101.627
Outros	139.996	244.649
Total	**2.201.261**	**2.078.424**

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Companhia e não são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação.

Consolidado	2023	2022
Imóveis da Forluz ocupados pela Companhia	59.125	58.050

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais premissas atuariais

	2023		2022	
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,03%	9,07%	11,73%	11,83%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,03%	Não aplicável	11,73%	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,50%	3,50%	5,31%	5,31%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,50%	Não aplicável	5,31%	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Álvaro Vindas Desagravo 30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1,00%	-	1,00%

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Política contábil

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Estimativas e julgamentos

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os colaboradores, os benefícios relacionados. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a colaboradores, quando devidas.

Para o caso dos planos de saúde e odontológico, os passivos são apurados pelo cálculo do valor presente das obrigações futuras a serem realizadas pela Companhia, considerando a manutenção do nível contributivo vigente, a previsão de reajuste real dos valores e a atualização futura das contribuições pela variação de índice compatível com os Regulamentos e o histórico dos custos dos planos.

Os cálculos atuariais ocorrem a cada encerramento de exercício, e envolvem o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Nos exercícios corrente e anterior, as despesas de pós emprego são registradas como despesas operacionais, com exceção das despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão, as quais são registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência, e nas mudanças de premissas atuariais, são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

Tanto o custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, quanto o ganho, ou a perda, na liquidação das obrigações são determinados a partir da remensuração do valor presente líquido da obrigação, devido à revisão de premissas atuariais, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração.

23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seu assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	70.412	18.351	-	(12.272)	76.491
Tributárias	312.001	28.945	-	(501)	340.445
Regulatórias	4.737	1.888	(20)	(1.539)	5.066
Outras	9.890	8.635	(8.809)	(8.144)	1.572
Total	**397.040**	**57.819**	**(8.829)**	**(22.456)**	**423.574**

Consolidado	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2022
Trabalhistas	59.957	20.299	(607)	(9.237)	70.412
Tributárias	317.326	62.443	(67.490)	(278)	312.001
Regulatórias	4.131	2.808	-	(2.202)	4.737
Outras	56.629	39.557	(47.141)	(39.155)	9.890
Total	**438.043**	**125.107**	**(115.238)**	**(50.872)**	**397.040**

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo oriundo de incorporação	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	70.412	17.641	-	(12.272)	-	75.781
Tributárias	312.001	28.847	-	(403)	-	340.445
Regulatórias	4.737	1.880	(20)	(1.531)	-	5.066
Outras	9.387	8.133	(8.809)	(8.134)	388	965
Total	**396.537**	**56.501**	**(8.829)**	**(22.340)**	**388**	**422.257**

Controladora	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2022
Trabalhistas	59.957	20.299	(607)	(9.237)	70.412
Tributárias	317.287	62.443	(67.451)	(278)	312.001
Regulatórias	4.131	2.808	-	(2.202)	4.737
Outras	56.397	39.271	(47.141)	(39.140)	9.387
Total	**437.772**	**124.821**	**(115.199)**	**(50.857)**	**396.537**

Há ações judiciais cuja expectativa de perda de desembolso de caixa é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, que as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	61.310	82.580	60.776	80.727
Cíveis				
Relações de consumo	32.048	27.950	31.940	27.855
Outras ações cíveis	84.317	56.520	63.661	55.636
	116.365	**84.470**	**95.601**	**83.491**
Tributárias	501.921	486.999	474.379	459.683
Regulatórias	886.634	674.430	886.635	674.430
Outras	706.594	401.424	523.746	381.803
Total	**2.272.824**	**1.729.903**	**2.041.137**	**1.680.134**

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados seja pago em períodos superiores a 12 meses.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, em que são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da obrigação é de R$135.865 (R$128.731 em 31 de dezembro de 2022), do qual R$2.658 foi provisionado (R$2.288 em 31 de dezembro de 2022).

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus colaboradores entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa. O montante das obrigações é de R$457.453 (R$416.212 em 31 de dezembro de 2022), do qual R$302.941 foi provisionado (R$276.406 em 31 de dezembro de 2022).

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos colaboradores, no exercício de 2006, no montante de R$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R$28.716, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante da obrigação é de R$75.268 (R$71.988 em 31 de dezembro de 2022), do qual R$33.549 (R$32.086 em 31 de dezembro de 2022) foi provisionado.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da obrigação é de R$42.748 (R$63.255 em 31 de dezembro de 2022), do qual R$1.297 (R$1.221 em 31 de dezembro de 2022) foi provisionado, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor do passivo contingente é de R$21.920 (R$20.208 em 31 de dezembro de 2022). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante do passivo contingente é de R$109.112 (R$98.606 em 31 de dezembro de 2022).

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus colaboradores e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz. O montante das obrigações é de R$137.801 (R$152.992 em 31 de dezembro de 2022), do qual R$76.491 foi provisionado (R$70.412 em 31 de dezembro de 2022).

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da obrigação é de R$63.083 (R$55.330 em 31 de dezembro de 2022), do qual R$5.066 foi provisionado (R$4.737 em 31 de dezembro de 2022).

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R$594.151 (R$506.742 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia obteve em 9 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Discussão sobre faturamento de energia

No decorrer do ano de 2022, um dos Clientes da Companhia instaurou um procedimento arbitral requerendo alterações de cláusulas contratuais e questionando a incidência de determinados tributos no valor de suas faturas de energia elétrica. Em setembro de 2022, a Companhia foi regularmente intimada de decisão judicial que deferiu pedido liminar, a qual determinou que a Companhia passasse a realizar os faturamentos do contrato de fornecimento de energia conforme o pedido. Após a instauração do procedimento arbitral e com a oitiva das partes, em janeiro de 2023, o Tribunal revogou a decisão anterior e determinou o restabelecimento da sistemática contratual de faturamento, bem como o pagamento dos valores não faturados por conta do pedido liminar incialmente deferido em favor deste cliente.

O procedimento arbitral continua em curso, no qual este cliente questiona os pontos informados acima. Caso a decisão arbitral acate o pedido deste cliente, a Companhia deverá restituir a diferença entre os valores contratados e os ajustes demandados, que em 31 de dezembro de 2023 montam em R$234.466 (R$117.095 em 31 de dezembro de 2022). A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. O montante da obrigação é de R$179.372 (R$159.994 em 31 de dezembro de 2022), do qual R$1.572 foi provisionado (R$9.890 em 31 de dezembro de 2022). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito às discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado do passivo contingente é de R$148.656 (R$136.795 em 31 de dezembro de 2022).

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R$93.244 (R$96.235 em 31 de dezembro de 2022), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica ("IDPJ") de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controladora Cemig, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante do passivo contingente envolvido nesta discussão foi estimado em R$127.048 (R$102.760 em 31 de dezembro de 2022).

Desocupação de moradias sob linhas de alta tensão

A Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais solicita que a Companhia remova e reassente os moradores que se encontram dentro do raio da faixa de segurança das linhas de alta tensão existentes na região. O montante do passivo contingente em discussão foi estimado em R$101.864 em 31 de dezembro de 2023.

Geração Eólica da Volta do Rio

A Companhia e sua controlada Volta do Rio são rés de auto de infração proposto, em 2022, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU/CE), que considerou que aterros, enrocamentos e torres para instalação de sistema de geração eólica da CE Volta do Rio estariam localizados em faixa de praia. Em razão disso, aplicou-se à Central Eólica Volta do Rio as penalidades de: (i) demolição e/ou remoção das construções, bem como dos equipamentos instalados, caso não sejam passíveis de regularização; (ii) multa mensal para cada metro quadrado impactado pelas instalações. A Companhia apresentou defesa da autuação e recurso administrativo. O montante da contingência foi estimado em R$174.347, em 31 de dezembro de 2023, e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais, sendo observadas situações como: (i) os valores relacionados a desapropriação e constituição de servidão não impactam o resultado da Companhia, pois o desembolso é compreendido como investimento na aquisição de imóveis; (ii) processos administrativos, em que discussões ocorrem em esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial; (iii) o valor assumido das ações jurídicas relativas aos consórcios refere-se à cota parte da Companhia, prevista em contrato, e terá o mesmo tratamento que o aplicado aos demais processos; e (iv) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R$5.473.724 (R$5.473.724 em 31 de dezembro de 2022), representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas (2.896.785.358 em 31 de dezembro de 2022), subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

b) Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	2023	2022
Quantidade de ações (A)	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do exercício (B)	2.402.666	2.085.456
Resultado por ação – básico e diluído (B/A) (em R$)	**0,83**	**0,72**

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

c) Remuneração aos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.
O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
O estatuto social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.
Em 16 de março de 2023, o Conselho de Administração autorizou a declaração periódica pela Diretoria Executiva de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2023, no limite permitido pela legislação e pelo Estatuto da Companhia.

Declaração	Montante	Retenção de imposto de renda (1)
22/03/2023	163.256	(24.488)
20/06/2023	164.096	(24.614)
19/09/2023	160.686	(24.103)
12/12/2023	153.167	(22.975)
	641.205	**(96.180)**

O cálculo dos dividendos para os exercícios de 2023 e 2022 é conforme segue:

	2023	2022
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	2.402.666	2.085.456
Dividendo obrigatório – 50% do lucro líquido	1.201.333	1.042.728
Realização da reserva de lucros a realizar	-	222.935
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	96.181	-
	1.297.514	**1.265.663**
Dividendos declarados		
Juros sobre capital próprio	641.205	-
Dividendos intermediários	-	600.000
Dividendos estatutários	656.309	442.728
Dividendos adicionais propostos	49.693	222.935
	1.347.207	**1.265.663**
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação		
Dividendos obrigatórios (em R$)	0,45	0,44
Dividendos propostos (em R$)	0,47	0,44

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado e controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**799.947**
Proposta dividendos	442.728
Dividendos intermediários	600.000
Pagamento dividendos e JCP	(435.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.406.958**
Proposta dividendos	656.309
Declaração de Juros sobre capital próprio	641.205
IR sobre juros sobre capital próprio	(96.181)
Pagamento dividendos e JCP	(1.042.728)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.565.563**

d) Destinação do Resultado de 2023 - Proposta da Administração
O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em abril de 2024, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2023, no montante de R$2.402.666, e do saldo credor de realização do custo atribuído de imobilizado, no montante de R$4:

- R$118.544 sejam destinados para constituição de Reserva Legal;
- R$1.347.207 sejam destinados ao pagamento dos dividendos, conforme abaixo:
  - R$641.205 por meio de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP");
  - R$706.002 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
- R$31.796 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.
- R$905.115 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2024.

e) Reservas

Reserva de lucros

A composição da conta reservas de lucros é como segue:

	2023	2022
Reservas de lucros		
Reserva legal	530.625	412.081
Reserva de incentivos fiscais – Sudene	86.921	55.125
Reserva de retenção de lucros	4.115.687	3.160.879
	4.733.233	**3.628.085**

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. Em 2023, foi obtida a renovação desse benefício, com validade por mais 10 anos.

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

	2023	2022
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(427.462)	(476.146)
Custo atribuído de imobilizado	267.151	267.147
Ajustes de avaliação patrimonial	**(160.311)**	**(208.999)**

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos

O evento de encurtamento apurado no primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R$12.890 para o plano de saúde e de R$193 para o plano odontológico.

25. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Fornecimento bruto de energia elétrica (a) (1)	6.190.495	7.629.058	5.422.226	6.689.101
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	740.084	722.670	741.422	726.624
Receita de construção (nota 12) (2)	226.880	407.193	216.553	407.193
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 12)	515.130	561.044	505.431	538.988
Receita de atualização da bonificação pela outorga (nota 12.2)	411.722	466.857	139.599	-
Liquidação na CCEE	69.000	185.785	55.505	167.650
Receita de indenização da geração (nota 12.1)	92.595	47.028	92.595	47.028
Outras receitas (c)	124.195	118.532	141.022	163.608
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (d)	(1.609.359)	(1.989.715)	(1.455.163)	(1.787.680)
	6.760.742	**8.148.452**	**5.859.190**	**6.952.512**

(1) A queda advém de uma redução no volume de energia vendida decorrente, principalmente, da continuidade da transferência da atividade de comercialização da Cemig GT para a Cemig holding.
(2) A variação na receita de construção reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição dos valores investidos em 2023. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos.

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica - geração

	Consolidado				Controladora			
	2023		2022		2023		2022	
	MWh²	R$	MWh²	R$	MWh²	R$	MWh²	R$
Industrial	10.198.825	3.062.927	14.453.048	4.229.249	9.608.957	2.741.618	13.462.896	3.830.879
Comercial	3.865.766	993.044	4.127.836	1.050.713	3.713.443	955.128	4.122.122	1.048.301
Rural	18.723	5.192	15.959	4.656	18.723	5.192	15.959	4.656
Subtotal	**14.083.314**	**4.061.163**	**18.596.843**	**5.284.618**	**13.341.123**	**3.701.938**	**17.600.977**	**4.883.836**
Fornec. não faturado, líquido	-	(57.000)	-	61.752	-	(75.970)	-	43.298
	14.083.314	**4.004.163**	**18.596.843**	**5.346.370**	**13.341.123**	**3.625.968**	**17.600.977**	**4.927.134**
Suprim. outras concessionárias (1)	10.311.213	2.149.259	11.376.243	2.290.997	7.978.748	1.783.957	8.072.008	1.769.716
Suprimento não faturado líquido	-	37.073	-	(8.309)	-	12.301	-	(7.749)
	24.394.527	**6.190.495**	**29.973.086**	**7.629.058**	**21.319.871**	**5.422.226**	**25.672.985**	**6.689.101**

(1) Esta receita inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.
(2) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

b) Receita de Concessão da Transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

Consolidado	2023			2022		
	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total
Receita Anual Permitida (RAP)	226.880	740.084	966.964	407.193	722.670	1.129.863
Custos de concessão de transmissão	(163.467)	(290.755)	(454.222)	(290.750)	(284.460)	(575.210)
Margem	**63.413**	**449.329**	**512.742**	**116.443**	**438.210**	**554.653**
Mark-up (%)	**38,79%**	**154,54%**	**112,88%**	**40,05%**	**154,05%**	**96,43%**

c) Outras receitas

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Prestações de serviços	52.468	38.879	68.156	88.218
Subsídios tarifários	47.333	30.603	47.333	30.603
Aluguel e arrendamento	2.329	1.194	1.177	1.194
Ressarcimento	17.259	41.714	17.259	41.714
Outras receitas	4.806	6.142	7.097	1.879
	124.195	**118.532**	**141.022**	**163.608**

d) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Tributos sobre a receita				
ICMS	473.418	633.155	411.033	561.804
Cofins	573.925	699.086	518.277	619.565
PIS/Pasep	124.643	151.767	112.520	134.511
ISSQN	3.867	4.410	3.198	4.241
	1.175.853	**1.488.418**	**1.045.028**	**1.320.121**
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	11.564	14.005	8.951	11.198
Conta de desenvolvimento energético – CDE	259.059	314.435	259.059	314.435
CDE sobre P&D	4.381	3.712	3.688	2.786
Proinfa	62.874	77.287	62.874	77.287
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	10.345	9.131	8.607	6.501
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	14.727	12.843	12.295	9.287
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	7.363	6.421	6.148	4.644
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	10.629	9.067	9.254	8.144
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	52.564	54.396	39.259	33.277
	433.506	**501.297**	**410.135**	**467.559**
	1.609.359	**1.989.715**	**1.455.163**	**1.787.680**

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia e suas controladas, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as políticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

As usinas eólicas estão sujeitas a um montante mínimo de geração de energia a ser comercializada por meio do Proinfa. Quando a diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada é positiva, a Companha reconhece um recebível que será liquidado no decorrer do exercício subsequente. Ao contrário, quando a diferença é negativa, a Companhia constitui uma provisão pela não performance, deduzindo a receita do período.

Receitas de transmissão

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Mais informações na nota explicativa nº 13.
- Receita de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de construção relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: corresponde ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.
A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão.

Receita de atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

Liquidação na CCEE

Os resultados das operações na CCEE são apurados mensalmente de acordo com o resultado das liquidações das operações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Outras receitas

Subsídios governamentais

A Companhia recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los, em contrapartida a "Outros ativos" no ativo circulante.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A margem de construção é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na rentabilidade determinada orginalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção e o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que as controladas transmissoras da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15.

A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que a contraprestação variável estimada com a PV não é material. Assim, para as duas situações destacadas há o reconhecimento de um aumento e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

26. CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas da Companhia e suas controladas é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de curto prazo – CCEE	106.336	71.510	88.594	55.156
Energia adquirida no ambiente livre	2.636.732	4.495.137	2.648.971	4.499.639
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(253.737)	(420.547)	(252.668)	(419.382)
	2.489.331	**4.146.100**	**2.484.897**	**4.135.413**
Encargos de uso da rede básica de transmissão				
Encargos de transmissão - Rede básica	248.548	225.120	226.759	183.141
Encargos de distribuição	40.613	42.319	11.358	10.076
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(24.353)	(22.007)	(21.973)	(17.791)
	264.808	**245.432**	**216.144**	**175.426**
Total	**2.754.139**	**4.391.532**	**2.701.041**	**4.310.839**

b) Custos de construção

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal	11.554	12.419	11.554	12.419
Materiais	97.887	215.653	97.883	215.653
Serviços de terceiros	55.322	64.552	46.474	64.552
Outros (recuperação)	(1.296)	(1.874)	(1.833)	(1.874)
	163.467	**290.750**	**154.078**	**290.750**

c) Outros custos e despesas

	Consolidado									
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)		Total 2023	Total 2022
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022		
Pessoal	269.767	283.538	-	-	59.929	56.433	-	1	329.696	339.972
Participação dos empregados no resultado	-	-	-	-	-	778	37.622	32.944	37.622	33.722
Obrigações Pós-emprego (1)	-	-	-	-	-	-	114.795	131.395	114.795	131.395
Materiais	19.132	24.305	-	-	2.772	3.700	-	-	21.904	28.005
Serviços de terceiros	169.569	174.666	-	-	54.730	51.001	-	-	224.299	225.667
Depreciação e amortização (2)	328.227	321.383	-	-	514	7.004	-	-	328.741	328.387
Provisões para contingências	48.990	9.869	-	-	-	-	-	-	48.990	9.869
Perdas de créditos esperadas	-	-	4.666	531	-	-	-	-	4.666	531
Reversão de perda esperada com parte relacionada - Renova	-	-	-	-	-	-	-	(53.356)	-	(53.356)
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	-	-	57.801	36.124	57.801	36.124
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	7.412	-	7.412
Ajuste a valor justo de ativo financeiro (3)	-	-	-	-	-	-	-	171.770	-	171.770
Outros custos e despesas	12.703	22.195	-	-	28.626	5.667	10.722	24.159	52.051	52.021
Ganho na alienação de investimento (4)	-	-	-	-	-	-	(318.795)	(6.644)	(318.795)	(6.644)
	848.388	**835.956**	**4.666**	**531**	**146.571**	**124.583**	**(97.855)**	**343.805**	**901.770**	**1.304.875**

(1) No primeiro trimestre de 2023 foi registrado um efeito positivo no montante de R$20.823, referente à remensuração do passivo de pós-emprego em decorrência da adesão ao novo plano de saúde por parte dos funcionários ativos. Mais detalhes na nota explicativa nº 22.
(2) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R$128 para consolidado e R$125 para controladora no exercício de 2023 (R$117 e R$116 no exercício de 2022 para consolidado e controladora, respectivamente).
(3) Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou a baixa do ativo financeiro no montante de R$171.770, no segundo trimestre de 2022. Mais detalhes na nota explicativa nº 10. Esse valor está apresentado nas Demonstrações dos Resultados na rubrica de "Outras despesas, líquidas".
(4) Refere-se aos ganhos obtidos nas alienações de investimentos ocorridas no exercício de 2023, sendo, R$261.344 referente à alienação de Baguari Energia, R$26.964 referente à alienação de Retiro Baixo e R$30.487 referente à alienação participação direta da MESA. Mais detalhes sobre essas operações estão divulgados na nota explicativa nº 14. Esses valores estão apresentados nas Demonstrações dos Resultados na rubrica de "Outras despesas, líquidas".

	Controladora									
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)		Total 2023	Total 2022
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022		
Pessoal	254.435	257.512	-	-	59.929	56.433	-	1	314.364	313.946
Participação dos empregados no resultado	-	-	-	-	-	605	37.368	32.564	37.368	33.169
Obrigações Pós-emprego (1)	-	-	-	-	-	-	114.795	131.395	114.795	131.395
Materiais	13.584	13.506	-	-	2.772	3.700	-	-	16.356	17.206
Serviços de terceiros	96.588	109.091	-	-	54.730	51.001	-	-	151.318	160.092
Depreciação e amortização (2)	254.236	246.801	-	-	514	7.004	-	-	254.750	253.805
Provisões para contingências	47.672	9.622	-	-	-	-	-	-	47.672	9.622
Perdas de créditos esperadas	-	-	5.650	1.302	-	-	-	-	5.650	1.302
Reversão de perda esperada com parte relacionada - Renova	-	-	-	-	-	-	-	(53.356)	-	(53.356)
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	-	-	57.801	36.124	57.801	36.124
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	7.412	-	7.412
Ajuste a valor justo de ativo financeiro (3)	-	-	-	-	-	-	-	171.770	-	171.770
Outros custos e despesas	5.404	11.799	-	-	28.626	6.114	6.454	23.048	40.484	40.961
Ganho na alienação de investimento (4)	-	-	-	-	-	-	(318.795)	(6.644)	(318.795)	(6.644)
	671.919	**648.331**	**5.650**	**1.302**	**146.571**	**124.857**	**(102.377)**	**342.314**	**721.763**	**1.116.804**

(1) No primeiro trimestre de 2023 foi registrado um efeito positivo no montante de R$20.823, referente à remensuração do passivo de pós-emprego em decorrência da adesão ao novo plano de saúde por parte dos funcionários ativos. Mais detalhes na nota explicativa nº 22.
(2) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R$128 para consolidado e R$125 para controladora no exercício de 2023 (R$117 e R$116 no exercício de 2022 para consolidado e controladora, respectivamente).
(3) Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou a baixa do ativo financeiro no montante de R$171.770, no segundo trimestre de 2022. Mais detalhes na nota explicativa nº 10. Esse valor está apresentado nas Demonstrações dos Resultados na rubrica de "Outras despesas, líquidas".
(4) Refere-se aos ganhos obtidos nas alienações de investimentos ocorridas no exercício de 2023, sendo, R$261.344 referente à alienação de Baguari Energia, R$26.964 referente à alienação de Retiro Baixo e R$30.487 referente à alienação da participação direta da MESA. Mais detalhes sobre essas operações estão divulgados na nota explicativa nº 14. Esses valores estão apresentados nas Demonstrações dos Resultados na rubrica de "Outras despesas, líquidas".

c.1) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Comunicação	3.848	3.807	3.237	3.312
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	74.393	64.789	26.238	29.728
Conservação e limpeza de prédios	27.373	23.620	23.772	19.867
Mão de obra contratada	3.592	4.581	5.345	3.697
Fretes e passagens	1.676	1.212	1.676	1.216
Hospedagem e alimentação	6.266	4.282	6.254	4.261
Vigilância	7.755	7.071	4.632	3.588
Consultoria	9.339	8.819	9.122	7.442
Auditoria externa	1.166	4.640	629	3.938
Tecnologia da informação	32.652	31.002	29.808	26.676
Energia elétrica	2.048	2.701	1.226	1.999
Meio ambiente	17.971	16.593	10.153	10.888
Limpeza de faixas	10.250	10.383	9.939	9.722
Serviços de reprografia	1.341	1.404	771	936
Serviços advocatícios e custas processuais	4.989	5.438	4.939	5.477
Outros	19.640	35.325	13.577	27.345
	224.299	**225.667**	**151.318**	**160.092**

c.2) Outras despesas (receitas)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Arrendamentos e aluguéis	2.663	6.712	13	2.837
Propaganda e publicidade	4.383	2.490	4.383	2.490
Subvenções e doações	14.809	4.437	13.113	-
Despesa concessão onerosa	4.340	4.072	4.330	4.062
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	3.554	1.979	1.935	1.136
Anuidade CCEE	2.698	2.832	2.417	2.440
Seguros	10.571	11.187	9.237	9.947
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	2.862	3.431	2.853	3.431
Forluz – Custeio administrativo	8.669	7.910	8.667	7.909
Obrigações derivadas de contratos de investimento	2.930	2.408	2.930	2.408
Outros (reversão)	(5.428)	4.563	(9.394)	4.301
	52.051	**52.021**	**40.484**	**40.961**

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	214.638	210.165	138.995	133.912
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	11.214	11.775	9.551	8.396
Variação monetária	135.367	39.606	134.514	38.945
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	11.179	13.266	10.960	13.174
Variações cambiais de empréstimos (nota 20)	276.687	338.265	276.687	338.265
Outras (1)	25.339	14.776	23.392	10.956
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(16.053)	(23.821)	(14.738)	(22.430)
	658.371	**604.032**	**579.361**	**521.218**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e debêntures (nota 20)	(529.238)	(548.186)	(529.238)	(548.186)
Amortização dos custos de transação (nota 20)	(5.845)	(2.514)	(5.845)	(2.514)
Variação monetária – Forluz	(4.494)	(8.996)	(4.494)	(8.996)
Variação monetária – Empréstimos e debêntures (nota 20)	(13.613)	(4.569)	(13.613)	(4.569)
Variações monetárias	(3.492)	(18.788)	(413)	(3.431)
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds) (nota 20)	-	(46.763)	-	(46.763)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 29)	(177.326)	(437.887)	(177.326)	(437.887)
Variação monetária de arrendamento (nota 17)	(7.112)	(5.246)	(6.805)	(5.021)
Outras	(13.088)	(8.374)	(9.441)	(4.866)
	(754.208)	**(1.081.323)**	**(747.175)**	**(1.062.233)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(95.837)**	**(477.291)**	**(167.814)**	**(541.015)**

(1) Inclui atualização financeira, no montante de R$14.203, sobre os depósitos judiciais recebidos pela Companhia em decorrência de determinação judicial no âmbito de procedimento arbitral. Mais detalhes na nota explicativa nº 21 – Provisões: Discussão sobre faturamento de energia.

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

28.TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os relacionamentos entre a Companhia e suas investidas estão descritos na nota explicativa nº 14. Já os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Operações com energia elétrica								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(45.674)	-
Aliança Geração	-	-	10.306	7.201	-	-	(105.521)	(99.750)
Paracambi	-	-	2.211	2.476	-	-	(29.584)	(33.058)
Hidrelétrica Pipoca	-	-	3.286	3.491	-	-	(46.856)	(45.618)
Cemig Distribuição	8.862	27.733	8	8	67.731	85.161	(2.417)	(3.467)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Encargos								
Encargos de conexão								
Cemig Distribuição	13.483	11.049	-	-	106.063	88.360	-	-
Encargos de transmissão								
Cemig Distribuição	19.789	-	1.819	2.782	254.926	217.857	(30.107)	(30.499)
Aliança	-	-	-	-	970	711	-	-
Norte Energia	2.668	2.352	-	-	29.771	26.350	-	-
Taesa	-	-	1.356	1.335	-	-	(15.720)	(15.924)

Os encargos de conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.
Os encargos de transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação defina pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Convênio de compartilhamento								
Cemig Distribuição	203	2.565	-	-	134	431	-	-
Companhia Energética de Minas Gerais	2.277	-	-	-	58.137	-	-	-

Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Prestação de serviço								
Aliança Geração	539	673	-	-	6.238	4.920	-	-
Taesa	435	149	-	-	1.814	1.593	-	-
Outros créditos								
FIP Melbourne (nota 14e)	-	160.644	-	-	-	-	-	-

Os saldos de prestação de serviço referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Provisões para processos judiciais								
Aliança Geração	-	-	57.835	54.905	-	-	(2.930)	(3.066)

Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R$166 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$156 milhões em 31 de dezembro de 2022), cabendo à Cemig o valor de R$58 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$55 milhões em 31 de dezembro de 2022).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.550.152	1.406.958	-	-	-	-
Retiro Baixo	-	5.867	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	-	3.882	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	-	3.867	-	-	-	-	-	-

A tabela acima indica a posição passiva da Companhia com a Controladora em relação à conta de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e Dividendos e em relação à posição ativa de saldos de dividendos a receber das investidas apresentados em "Outras" na tabela de "Dividendos a receber".
Em relação à posição passiva, a Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e Dividendos no total de R$1.550.152. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 24.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	261.859	227.884	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	574.822	1.352.076	-	-	20.012	67.304	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	5.105	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" e "Caixa e equivalentes de caixa", no ativo circulante e não circulante.
Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Circulante								
Arrendamentos	-	-	5.657	5.418	-	-	(7.208)	(6.742)
Não circulante								
Arrendamentos	39.823	38.838	40.434	38.323	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado, com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), sendo reajustado anualmente pelo IPCA e tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 19 de setembro de 2023, o contrato de aluguel foi reajustado em 4,61%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Benefícios pós-emprego								
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	28.954	44.936	-	-	(57.256)	(58.544)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(21.589)	(21.827)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(8.667)	(7.909)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	442.909	424.124	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	48.874	46.243	-	-	(82.856)	(83.089)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	601.133	681.143	-	-	-	-

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:
(1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 20);
(2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
(3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
(4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 20).
Os detalhes acerca dos benefícios pós-emprego encontram-se presentes na nota explicativa nº 22.

Dividendos a receber

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Sá Carvalho S.A.	-	-	-	691
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	-	88.841
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	-	28.845
Cemig Geração Sul S.A.(1)	-	-	9.719	-
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	1.627	-
Cemig Trading S.A.	-	-	2.459	479
Aliança Geração de Energia S.A.	-	126.634	-	126.634
Outras (2)	-	13.616	-	13.616
	-	**140.250**	**13.805**	**259.106**

(1) Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Cemig Geração Sul, ocorrida em 7 de dezembro de 2023, foi aprovado o pagamento da metade do valor dos dividendos mínimos obrigatórios de 2023, e postergação do pagamento da outra metade, para até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria.
(2) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".
A movimentação dos juros sobre capital próprio e dividendos a serem pagos para a Cemig está divulgada na nota explicativa nº 24.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado nos exercícios de 2023 e de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	5.063	4.449
Participação nos resultados	1.170	1.162
Previdência privada	460	391
Planos de saúde e odontológico	32	48
Seguro de vida	6	10
Total (1)	**6.731**	**6.060**

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

29.INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são como segue:

	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários		742	742	186.753	186.753
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		792.155	792.155	1.095.412	1.095.412
Fundos vinculados		17.500	17.500	14.488	14.488
Bonificação pela outorga – Concessões de geração		3.031.033	3.031.033	2.950.415	2.950.415
Contas a receber - FIP Melbourne		-	-	160.643	160.643
		3.841.430	**3.841.430**	**4.407.711**	**4.407.711**
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras		359.651	359.651	287.207	287.207
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	1	54.880	54.880	148.466	148.466
Letras financeiras – Bancos	2	354.305	354.305	702.838	702.838
Letras financeiras do Tesouro	1	159.759	159.759	311.663	311.663
Debêntures	2	5.878	5.878	7.744	7.744
		934.473	**934.473**	**1.457.918**	**1.457.918**
Instrumentos financeiros derivativos	2	368.051	368.051	702.734	702.734
Indenizações a receber – Geração	3	784.055	784.055	691.460	691.460
		1.152.106	**1.152.106**	**1.394.194**	**1.394.194**
		5.928.009	**5.928.009**	**7.259.823**	**7.259.823**
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos e debêntures		(2.868.093)	(2.868.093)	(4.959.066)	(4.959.066)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)		(20.433)	(20.433)	(56.892)	(56.892)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz		(117.879)	(117.879)	(123.843)	(123.843)
Concessões a pagar		(27.602)	(27.602)	(27.291)	(27.291)
Fornecedores		(474.756)	(474.756)	(503.110)	(503.110)
Passivo de arrendamentos		(83.215)	(83.215)	(62.367)	(62.367)
		(3.591.978)	**(3.591.978)**	**(5.732.569)**	**(5.732.569)**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	(90.526)	(90.526)
Opções de venda (SAAG)	3	-	-	(672.416)	(672.416)
		(3.591.978)	**(3.591.978)**	**(6.495.511)**	**(6.495.511)**

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão. Para mais informações ver nota explicativa nº 12.1.

Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Operações de *Swap*: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Opções de *Call Spread*: Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos e debêntures utilizando a taxa de 137,73% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 7,62%, CDI + 3,48% a 6,89%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros

Opções de venda SAAG

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 10 de fevereiro de 2023, foi proferida a sentença do procedimento arbitral, condenando a Cemig GT ao pagamento integral relativo ao preço de exercício das opções constantes dos contratos.

Em 8 de maio de 2023 foi assinado o Instrumento de Transação ("Acordo"), entre a Cemig GT e as fundações de previdência complementar ("Fundações"), as quais participaram da estrutura de investimento na Usina de Santo Antônio por meio da SAAG (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto "Estrutura de Investimento").

O valor total do acordo foi de R$780 milhões, tendo sido liquidado pela Cemig GT em 12 de maio de 2023. Um efeito adicional de R$25 milhões, referente à variação do valor justo do passivo até a data de sua liquidação, foi registrado no segundo trimestre de 2023.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**672.416**
Variação do valor justo	57.801
Ativos correlatos (1)	50.131
Liquidação	(780.348)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

(1) Com a aquisição das cotas então detidas pelas Fundações na Estrutura de Investimento, a Cemig GT passou a ser detentora dos ativos correlatos, que somam aproximadamente R$50 milhões. Esse montante está reconhecido na rubrica de outros ativos no Balanço Patrimonial.

Operações de Swap, opções de moeda e NDF

Considerando que parte dos empréstimos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap", opções de moeda e NDF) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal e juros).

O instrumento financeiro derivativo contratado tem o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os ganhos e perdas realizados nos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de vencimento	Produto	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) realizado no exercício de 2023	Ganho/(Perda) realizado no exercício de 2022
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R$ + 149,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Swap + Opções	Balcão	US$120.000	96.820	184.548
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R$ + 125,54% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Swap + Opções	Balcão	US$261.110	87.316	(53.613)
US$ variação cambial superior a R$5,0984	US$ variação cambial inferior a R$5,0984	03/08/2021 16/12/2022	NDF	Balcão	US$280.000	-	32.016
US$ variação cambial superior a R$5,1110	US$ variação cambial inferior a R$5,1110	13/04/2023 05/12/2023	NDF	Balcão	US$392.344	(79.197)	-
US$ variação cambial superior a R$4,9675	US$ variação cambial inferior a R$ R$4,9675	05/12/2023 19/12/2023	NDF	Balcão	US$376.550	(38.108)	-
					US$1.430.004	66.831	162.951

Em 2023 aconteceram as liquidações semestrais de juros do swap, com resultado negativo de R$98.815 e saída de caixa nesse mesmo valor (negativo de R$94.580 em 2022 e saída de caixa nesse mesmo valor). No mês de junho de 2023, ocorreu o desmonte parcial do hedge no montante de US$368.890 mil, com resultado positivo de R$282.951 e entrada líquida de caixa de R$240.508.

A Companhia contratou, em 13 de abril de 2023 e 14 de junho de 2023, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US$392 milhões, travando o dólar em R$5,1110, com vencimento em 5 de dezembro de 2023. Nesta mesma data foi contratada nova operação de curto prazo para um volume de US$376 milhões com vencimento em 19 de dezembro de 2023. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Foward), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Companhia uma taxa predeterminada no momento do vencimento. O resultado da liquidação das NDFs correspondeu a uma saída de caixa no montante de R$117.305.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$177.326 (ajuste negativo de R$437.887 em 31 de dezembro de 2022), registrado no resultado financeiro.

A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Produto	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
						Valor conforme contrato em 31/12/2023	Valor justo em 31/12/2023	Valor conforme contrato em 31/12/2022	Valor justo em 31/12/2022
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R$ + 149,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Swap + Opções	Balcão	US$120.000	190.876	161.465	428.134	272.846
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R$ + 125,54% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Swap + Opções	Balcão	US$261.110	254.239	206.586	568.487	339.362
					US$381.110	**445.115**	**368.051**	**996.621**	**612.208**
Ativo circulante							**368.051**		**-**
Ativo não circulante							**-**		**702.734**
Passivo circulante							**-**		**(90.526)**

(1) Para a emissão original de US$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R$3,25/US$ e teto em R$5,00/US$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R$3,85/US$ e teto em R$5,00/US$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R$5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL. Contudo, não protege a parcela de IRRF incidente sobre o pagamento dos juros.

(2) Em milhares de dólares americanos (US$).

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a Call Spread (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$368.051 (R$612.208 em 31 de dezembro de 2022), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de dezembro de 2023. Porém, os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos bonds em dezembro de 2024 e representam o saldo contratual (accrual) de R$445.115 em 31 de dezembro de 2023 (R$996.621 em 31 de dezembro de 2022).

Risco de mercado e análise de sensibilidade

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de câmbio futuro.

Com base nas curvas de dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de dezembro de 2024, seria afetado, positivamente, pelos instrumentos derivativos (call spread), ao fim do período contábil, em R$129.033. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R$497.084, referente à opção (call spread).

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados na sequência desta nota explicativa. Os cenários para a análise de sensibilidade foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Risco de taxas de câmbio

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de swap cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de call spread para proteção do principal de acordo com a Política de Hedge da Companhia. A exposição da Companhia aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foi descrita no tópico "Operações de Swap" desta nota explicativa.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Moeda estrangeira	R$	Moeda estrangeira	R$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos (nota 20)	(383.558)	(1.856.920)	(761.824)	(3.974.971)
Passivo líquido exposto		**(1.856.920)**		**(3.974.971)**

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 31 de dezembro de 2024, será uma valorização de 2,86% para o dólar (R$4,98) norte-americano. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos da variação cambial esperada do Real em um cenário adverso.

Risco - Exposições cambiais: Consolidado	31/12/2023	31/12/2024	
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 4,98	Cenário Adverso Dólar 6,00
Dólar Norte-Americano			
Empréstimos (nota 20)	(1.856.920)	(1.910.120)	(2.301.349)
Passivo líquido exposto	**(1.856.920)**	**(1.910.120)**	**(2.301.349)**
Efeito líquido da variação cambial		**(53.200)**	**(444.429)**

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em função de ter ativos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 6)	359.651	287.207	296.623	190.733
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 7)	575.564	1.357.464	454.710	791.344
Indenizações a receber – Geração (nota 12.1) - CDI/Selic	784.055	691.460	784.055	691.460
Fundos vinculados – CDI	17.500	14.488	15.413	6.405
	1.736.770	**2.350.619**	**1.550.801**	**1.679.942**
Passivos				
Empréstimos e debêntures - CDI (nota 20)	(703.092)	(703.185)	(703.092)	(703.185)
	(703.092)	**(703.185)**	**(703.092)**	**(703.185)**
Ativo líquido exposto	**1.033.678**	**1.647.434**	**847.709**	**976.757**

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2024, a taxa Selic será de 9,25%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas Taxa de juros nacionais: Consolidado	31/12/2023	31/12/2024	
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 9,25%	Cenário Adverso SELIC 7,75%
Ativos			
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 6)	359.651	392.919	387.524
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	575.564	628.804	620.170
Indenizações a receber – Geração (nota 12.1)	784.055	856.580	844.819
Fundos vinculados	17.500	19.119	18.856
	1.736.770	**1.897.422**	**1.871.369**
Passivos			
Empréstimos e debêntures - CDI (nota 20)	(703.092)	(768.128)	(757.582)
	(703.092)	**(768.128)**	**(757.582)**
Ativo líquido exposto	**1.033.678**	**1.129.294**	**1.113.787**
Efeito líquido da variação das taxas de juros		**95.616**	**80.109**

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2023, sendo parte de seus empréstimos e debêntures, bem como seus passivos de pós-emprego são atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio do IPCA, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 12)	3.031.033	2.950.415	2.253.919	-
Passivos				
Empréstimos e debêntures - IPCA (nota 20)	(315.950)	(302.216)	(315.950)	(302.216)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(20.433)	(56.892)	(20.433)	(56.892)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(117.879)	(123.843)	(117.879)	(123.843)
Passivo de arrendamentos (nota 17)	(83.215)	(62.367)	(78.786)	(60.501)
	(537.477)	**(545.318)**	**(533.048)**	**(543.452)**
Ativo (Passivo) líquido exposto	**2.493.556**	**2.405.097**	**1.720.871**	**(543.452)**

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2024, a taxa IPCA será de 4,23%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas em um cenário adverso.

Risco - Redução da inflação: Consolidado	31/12/2023	31/12/2024	
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,23%	Cenário Adverso IPCA 3,16%
Ativos			
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 12)	3.031.033	3.159.246	3.126.814
Passivos			
Empréstimos e debêntures - IPCA (nota 20)	(315.950)	(329.315)	(325.934)
Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(20.433)	(21.297)	(21.079)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(117.879)	(122.865)	(121.604)
Passivo de arrendamentos (nota 17)	(83.215)	(86.735)	(85.845)
	(537.477)	**(560.212)**	**(554.462)**
Ativo líquido exposto	**2.493.556**	**2.599.034**	**2.572.352**
Efeito líquido da variação da inflação		**105.478**	**78.796**

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca, também, retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos ratings da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas*											
Empréstimos e debêntures	-	-	-	-	1.899.639	288.775	700.000	271.451	315.122	23.299	3.498.286
Concessões a pagar	355	-	692	-	2.916	-	12.866	-	15.892	-	32.721
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	3.366	100	6.856	151	10.495	102	-	-	-	-	21.070
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	957	576	1.944	1.147	9.166	5.025	61.244	20.929	64.940	6.495	172.423
	4.678	**676**	**9.492**	**1.298**	**1.922.216**	**293.902**	**774.110**	**292.380**	**395.954**	**29.794**	**3.724.500**
Pré-fixadas											
Fornecedores	473.287	-	1.469	-	-	-	-	-	-	-	474.756
	477.965	**676**	**10.961**	**1.298**	**1.922.216**	**293.902**	**774.110**	**292.380**	**395.954**	**29.794**	**4.199.256**

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 17.

Controladora	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas *											
Empréstimos e debêntures	-	-	-	-	1.899.639	288.775	700.000	271.451	315.122	23.299	3.498.286
Concessões a pagar	355	-	692	-	2.916	-	12.866	-	15.892	-	32.721
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	3.366	100	6.856	151	10.495	102	-	-	-	-	21.070
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	957	576	1.944	1.147	9.166	5.025	61.244	20.929	64.940	6.495	172.423
	4.678	**676**	**9.492**	**1.298**	**1.922.216**	**293.902**	**774.110**	**292.380**	**395.954**	**29.794**	**3.724.500**
Pré-fixadas											
Fornecedores	441.388	-	347	-	-	-	-	-	-	-	441.735
	446.066	**676**	**9.839**	**1.298**	**1.922.216**	**293.902**	**774.110**	**292.380**	**395.954**	**29.794**	**4.166.235**

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 17.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas ("*covenants*") normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Mais detalhes na nota explicativa nº 20.

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2023, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R$35.080 (30.414 no exercício de 2022).

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que é constantemente atualizada.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de rating Nacional de Longo Prazo de "BBB" (bra), "brBBB" ou "Baa2"por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody´s ou Standard & Poor's;
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R$800 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição. Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R$5 bilhões e R$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R$2 bilhões e R$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R$800 milhões e R$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.
(2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.
Além destes pontos, a Companhia estabelece também, dois limites de concentração:
1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos "Risco federal", "A1" e "A2" deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco hidrológico
A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.
A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

d) Administração de capital
A Companhia possui a política de manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e para viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e a manutenção da sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais, buscando investir em projetos que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas na Estratégia de Longo Prazo, tendo como referência o custo de capital para os seus diversos negócios.
A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividida pelo Lajida Ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumento derivativo de hedge. A Companhia tem como meta manter o endividamento consolidado líquido em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e debêntures (nota 20)	2.868.093	4.959.066
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(361.954)	(292.980)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 7)	(575.564)	(1.357.464)
(-) Instrumento derivativo de hedge (nota 29)	(368.051)	(612.208)
Dívida líquida	**1.562.524**	**2.696.414**
-	-	-
Lajida ajustado (1)	3.046.939	2.734.805
Dívida líquida / Lajida ajustado	0,51	0,99

(1) A conciliação do Lajida ajustado com o Lajida calculado conforme Resolução CVM nº 156/2022 está apresentada na seção do Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado.
As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Total do passivo	**8.417.967**	**11.096.184**	**8.229.336**	**10.644.364**
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(361.954)	(292.980)	(297.060)	(194.482)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 7)	(575.564)	(1.352.359)	(454.710)	(788.368)
Passivo líquido	**7.480.449**	**9.450.845**	**7.477.566**	**9.661.514**
Total do patrimônio líquido	**10.046.646**	**8.892.810**	**10.046.646**	**8.892.810**
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	**0,74**	**1,06**	**0,74**	**1,09**

Política contábil
Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado
Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:
- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- fundos vinculados;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia; e
- valores a receber de partes relacionadas.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:
- fornecedores;
- arrendamentos;
- empréstimos, financiamento e debêntures;
- dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz); e
- concessões a pagar e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos
Valor justo por meio do resultado
Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.
A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.
As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

30. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA
Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs
Em 17 de março de 2023, foi publicado edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs em lote único, listadas abaixo, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da subsidiária integral Horizontes. Esses ativos fazem parte do segmento de geração de energia elétrica.

Empresa/Usina	Registro	Início da operação	Potência instalada (MW)[1]	Garantia física (MWm)[1]	Status operação comercial	Local
Cemig GT						
CGH Bom Jesus do Galho	Registro	1931	0,36	0,13	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Xicão	Registro	1942	1,81	0,61	Em operação	Minas Gerais
CGH Sumidouro	Registro	1954	2,12	0,53	Em operação	Minas Gerais
PCH São Bernardo	Concessão	1948	6,82	3,42	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Marta	Registro	1944	1,00	0,58	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Luzia	Registro	1958	0,70	N/A Geração: 0,28	Em operação	Minas Gerais
CGH Salto Morais	Registro	1957	2,39	0,60	Em operação	Minas Gerais
PCH Rio de Pedras	Concessão	1928	9,28	2,15	Em operação	Minas Gerais
CGH Pissarrão	Registro	1925	0,80	0,55	Em operação	Minas Gerais
CGH Lages	Registro	1955	0,68	N/A Geração: 0,32	Em operação	Minas Gerais
CGH Jacutinga	Registro	1948	0,72	0,57	Em operação	Minas Gerais
CGH Anil	Registro	1964	2,06	1,10	Em operação	Minas Gerais
Horizontes						
CGH Salto do Paraopeba	Autorização	1955	2,46	2,21	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Salto Passo Velho	Autorização	2001	1,80	1,64	Em operação	Santa Catarina
PCH Salto Voltão	Autorização	2001	8,20	7,36	Em operação	Santa Catarina
Total			**41,20**	**22,05**		

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.
Em março de 2023, os ativos foram transferidos para o ativo circulante mantido para venda, nos termos do CPC 31/ IFRS 5. Não há ganhos ou perdas acumulados incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda e não existem passivos associados ao ativo mantido para venda.
Concluiu-se que os ativos classificados como mantidos para venda não se enquadram no conceito de operações descontinuadas, nos termos do item 32 do CPC 31/ IFRS 5, uma vez que não representam uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações, tampouco constituem uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.
Em 10 de agosto de 2023, a Companhia realizou o leilão público visando à alienação em lote único desses ativos. O lance vencedor foi de R$100,5 milhões, o que representa um ágio de 108,6% em relação ao preço mínimo de R$48,2 milhões.
O valor contábil das usinas no grupo do ativo mantido para venda em 31 de dezembro de 2023 é conforme segue:

Usina	Valor ativo mantido para venda em 31/12/2023
Cemig GT (1) (2)	**45.663**
CGH Bom Jesus do Galho	110
CGH Xicão	8.200
CGH Sumidouro	1.906
PCH São Bernardo	5.959
CGH Santa Marta	249
CGH Santa Luzia	1.050
CGH Salto Morais	810
PCH Rio de Pedras	21.640
CGH Pissarrão	1.474
CGH Lages	948
CGH Jacutinga	1.603
CGH Anil	1.714
Horizontes (2)	**12.203**
CGH Salto do Paraopeba	-
CGH Salto Passo Velho	2.827
PCH Salto Voltão	9.376
Total	**57.866**

Em 13 de setembro de 2023, a Cemig GT e sua subsidiária integral Horizontes, assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ativos ("CCVA") com a Mang Participações e Agropecuária LTDA ("MANG"), vencedora do leilão. A alienação foi concluída em 29 de fevereiro de 2024, após cumpridas todas as condições precedentes do CCVA. O valor recebido pela venda foi de R$101 milhões. Os efeitos contábeis dessa alienação serão refletidos no primeiro trimestre de 2024.
A alienação visa atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos e uma melhor alocação de capital.

Política contábil
Uma vez classificados como mantidos para venda , os ativos imobilizados e os ativos intangíveis não são mais depreciados ou amortizados, e qualquer investimento não é mais sujeito ao método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.

Estimativas e julgamentos
São mensurados pela menor quantia entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E COMPROMISSOS
A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, que incluem, principalmente, contratos de compra de energia de longo prazo, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Compra de Energia	1.812.697	1.807.078	1.609.474	1.518.697	370.550	1.661.316	**8.779.812**

(1) Montantes apresentados pelo valor presente em 31 de dezembro de 2023

32. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI
Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que, por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente à gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.
Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Relatório Final dos trabalhos da CPI e encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados.
Em agosto de 2023, os promotores naturais do Ministério Público de Minas Gerais decidiram pelo arquivamento dos Inquéritos Civis Públicos que investigavam fatos narrados na referida CPI. As decisões constataram a regularidade dos atos de gestão da Cemig. Por outro lado, encontram-se pendentes a homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público de Minas Gerais e a conclusão da investigação em relação ao contrato do IBM pela Polícia Civil-MG.
Ressalta-se que quanto aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares, não tendo sido identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras do exercício de 2023 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES
Juros sobre Capital Próprio - JCP
Em 21 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de JCP relativo ao exercício de 2024, no montante de R$161.319, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2025 e a segunda até 30 de dezembro de 2025.

Reynaldo Passanezi Filho - Presidente
Thadeu Carneiro da Silva - Vice-Presidente de Geração e Transmissão
Mário Lúcio Braga - Superintendente de Controladoria - CRC-MG-47.822
Dimas Costa - Vice-Presidente de Comercialização
Marney Tadeu Antunes -Vice-Presidência sem denominação
Leonardo George de Magalhães - Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-Presidente de Participações
Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-Presidente Jurídico
José Guilherme Grigolli Martins - Gerente de Contabilidade Financeira e Participações - Contador - CRC-1SP/242.451-O4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Sociedade Anônima
de Capital Aberto
CNPJ nº 06.981.176/0001-58
Belo Horizonte - MG

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a nota explicativa 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia patrocina planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados. A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração na determinação das premissas atuariais, sendo as principais: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde. Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários; - Avaliação do escopo, da independência, da competência, das qualificações profissionais, das experiências e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas; - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Contador CRC 1SP259468/O-7

Thiago Rodrigues de Oliveira
CRC SP-014428/O-6 F-MG

PARECERES E DECLARAÇÕES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

"Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2023 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 21-03-2024. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2023, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 21-03-2024, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024."

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.
Gustavo de Oliveira Barbosa – Presidente
Pedro Bruno Barros de Souza – Conselheiro
Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira
Lucas de Vasconcelos Gonzalez – Conselheiro
João Vicente Silva Machado – Conselheiro

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA

Declaramos para os devidos fins, que, em 19.03.2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2023 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024.
Reynaldo Passanezi Filho – Presidente
Dimas Costa – Vice-presidente de Comercialização
Leonardo George de Magalhães – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva – Vice-presidente Cemig Geração e Transmissão
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente Cemigpar
Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição
Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente de Regulação e Jurídico

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 19.03.2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2023 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024.
Reynaldo Passanezi Filho – Presidente
Dimas Costa – Vice-presidente Cemig Comercialização
Leonardo George de Magalhães - Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva - Vice-presidente Cemig Geração e Transmissão
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente Cemigpar
Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição
Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente de Regulação e Jurídico

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 21 DE MARÇO DE 2024

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais- Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de Compliance da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do "background check" de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto pelo coordenador Pedro Carlos de Mello, pelos membros Roberto Tommasetti, e Roberto Cesar Guindalini, este a partir de 06.02.2024. Compuseram o Comitê de Auditoria Estatutário em 2023, Afonso Henriques Moreira Santos (até o dia 31.01.2024) e Márcio de Lima Leite (até o dia 04.05.2023).

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2023

No ano de 2023, o Comitê reuniu-se em 30 (trinta) ocasiões e mais 5 (cinco) vezes no início do primeiro semestre de 2024, além de 11 (onze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2023 e 1 (uma) em 2024. Foram realizadas 5 (cinco) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2023 e 1 (uma) no início do primeiro semestre de 2024. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 12 (doze) reuniões com a participação dos auditores externos, KPMG - Auditores Independentes Ltda., para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos à contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contatos regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria de Compliance -DCI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna – AI, visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2023.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

COMITÊ DE AUDITORIA

PEDRO CARLOS DE MELLO – Coordenador ROBERTO TOMMASETTI – Membro ROBERTO CESAR GUINDALINI – Membro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e ao artigo 27, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 80, foi apresentada para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2024, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2024. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, por meio da retenção de lucros do exercício de 2023, no montante de R$905.115.

Investimentos planejados para 2024	R$
Transmissão	
Melhoria/reforço	269.068
Subsidiárias	35.970
Infraestrutura	26.608
	331.646
Geração	
Sistema elétrico	100.666
Expansão	116.220
Subsidiárias	321.130
Infraestrutura	35.453
	573.469
	905.115

CEMIG
MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

Tenha acesso as versões digitais das Publicações Legais dessa edição no QR CODE ao lado. Veja também em nosso site:

www.otempo.com.br/publicidade-legal

COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA
CNPJ 17.806.779/0001-30
Assembleia Geral Ordinária

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores Acionistas da **Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – COMIPA** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada na sede da sociedade, na Avenida Tancredo Neves, nº 30, Bloco A, Vila Silvéria em Araxá/MG, no dia 30 de abril de 2024, às 14 horas (quatorze horas), para deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia:**

a) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras, tomada de conta dos administradores, destinação do lucro líquido do exercício e pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal.
c) Doação de Imóveis pela COMIPA;
d) Alteração do Estatuto Social da COMIPA;

Araxá/MG, 17 de abril de 2024.
Mateus Ayer Quintela
Diretor-Presidente

BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 41.874.264/0001-51

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Na qualidade de sócio administrador da sociedade empresária limitada **BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.**, cadastrada no CNPJ sob o n. 41.874.264/0001-51, convoco todos os seus respectivos sócios para a Reunião Extraordinária de Sócios, a ocorrer no dia 25 de abril de 2024, às 14 horas, em seu escritório administrativo localizado à R. José Cipriano de Campos, 264 - Pompéu, MG, 35640-000 A reunião versará sobre o seguinte ponto: - análise e aprovação do balanço anual contábil e prestação de contas da administração de 2023. Em obediência aos arts. 1.074 e 1.079 do Código Civil, a Reunião de Sócios instala-se, em primeira chamada, com 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda, com qualquer número. Os sócios que não puderem comparecer na data e horário marcados poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos por meio da outorga de mandato com especificação dos poderes específicos e atos autorizados. Contando com a presença e participação de V. S.as, subscrevo-me.

Pompéu - MG, 19 de abril de 2024.
Leonel Campos Reis
Sócio Administrador

MICAPEL-MINERACAO CAPAO DAS PEDRAS LTDA
CNPJ: 23.836.620/0001-60

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Na qualidade de sócio administrador da sociedade empresária limitada **MICAPEL-MINERACAO CAPAO DAS PEDRAS LTDA.**, cadastrada no CNPJ sob o n. 23.836.620/0001-60, convoco todos os seus respectivos sócios para a Reunião Extraordinária de Sócios, a ocorrer no dia 25 de abril de 2024, às 9 horas, em seu escritório administrativo localizado à R. José Cipriano de Campos, 264 - Pompéu, MG, 35640-000. A reunião versará sobre o seguinte ponto: - análise e aprovação do balanço anual contábil e prestação de contas da administração de 2023. Em obediência aos arts. 1.074 e 1.079 do Código Civil, a Reunião de Sócios instala-se, em primeira chamada, com 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda, com qualquer número. Os sócios que não puderem comparecer na data e horário marcados poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos por meio da outorga de mandato com especificação dos poderes específicos e atos autorizados. Contando com a presença e participação de V. S.as, subscrevo-me.

Pompéu - MG, 19 de abril de 2024.
Alvimar de Oliveira Gonçalves
Sócio Administrador

GREEN SLATE MINING LTDA
CNPJ: 86.533.957/0001-19

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Na qualidade de sócio administrador da sociedade empresária limitada **GREEN SLATE MININGTDA.**, cadastrada no CNPJ sob o n. 86.533.957/0001-19, convoco todos os seus respectivos sócios para a Reunião Extraordinária de Sócios, a ocorrer no dia 25 de abril de 2024, às 13 horas, em seu escritório administrativo localizado à R. José Cipriano de Campos, 264 - Pompéu, MG, 35640-000. A reunião versará sobre o seguinte ponto: - análise e aprovação do balanço anual contábil e prestação de contas da administração de 2023. Em obediência aos arts. 1.074 e 1.079 do Código Civil, a Reunião de Sócios instala-se, em primeira chamada, com 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda, com qualquer número. Os sócios que não puderem comparecer na data e horário marcados poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos por meio da outorga de mandato com especificação dos poderes específicos e atos autorizados. Contando com a presença e participação de V. S.as, subscrevo-me.

Pompéu - MG, 19 de abril de 2024.
Leonel Campos Reis
Sócio Administrador

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ/MG
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2023
REVOGAÇÃO DO EDITAL

Prefeitura Municipal de Itajubá/MG, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2023 - REVOGAÇÃO DO EDITAL. Torna-se Pública a REVOGAÇÃO do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2023, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 209/2023, que tem como objeto: Concessão de operação de estacionamento rotativo controlado de veículos em vias e logradouros públicos "zona azul", para atender ao DETRANIT, Secretaria Municipal de Defesa Social - SEMDS. Disponível em https://www.itajuba.mg.gov.br/licitacoes. Revogação na integra no site: https://www.itajuba.mg.gov.br/licitacoes. Informações através do e-mail: licitacao@itajuba.mg.gov.br ou através do telefone (35) 99898-6949.

Itajubá, 15 de abril de 2024
Caroline Carvalho Mendes - Presidente da C.P.L - Portaria 611/2023

COMUNICADO

A **TRATENGE E O SITICOP/MG** FIRMARAM ACORDO PARA O PAGAMENTO DAS PLR´S RELATIVAS ÀS CCTS DE 2011, 2012, 2013, 2014 E 2015. ASSIM OS EX EMPREGADOS DA TRATENGE QUE TRABALHARAM NESTE PERÍODO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, DEVEM PROCURAR CONTATAR O SINDICATO (31-3217-7200) e/ou a EMPRESA (31) 9826-9531, PARA OBTER AS INFORMAÇÕES DE COMO RECEBER EVENTUAIS CRÉDITOS QUE TENHAM DIREITO. OS EMPREGADOS DEVEM ESTAR EM POSSE DA CTPS, DADOS BANCÁRIOS DE SUA TITULARIDADE (INVENTARIANTE OU HERDEIRO DEVE COMPROVAR DOCUMENTALMENTE SUA CONDIÇÃO)

COMUNICADO DE INADIMPLÊNCIA

A FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER/USISAÚDE, Operadora de plano de saúde registrada na ANS sob o nº 33.995-4, inscrita no CNPJ sob o nº 19.878.404/0001-00, com estabelecimento na Av. Kiyoshi Tsunawaki, 41, bairro das águas, Ipatinga/MG, vem notificar, os Beneficiários abaixo identificados, dos débitos relativos às mensalidades do seu Plano de Saúde Médico.

Destacamos que o atraso no pagamento da mensalidade por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos ou não, implicará o cancelamento do seu plano de saúde, conforme estabelecido no art. 13, inciso II da Lei 9656/98. Esperamos vossa manifestação para a regularização do débito no prazo máximo de 10 (dez) dias contatos da publicação do presente edital, sob pena do contrato pactuado com a USISAÚDE ser rescindido de pleno direito nos termos esclarecidos acima, sem prejuízo das medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis para o recebimento do débito, acrescido dos encargos legais e contratuais. Informações sobre títulos em aberto estão disponíveis no site www.usisaude.com.br ou pelo 0800-283-0040. Na hipótese do pagamento ter sido efetuado por V.S.a até a data desta publicação, gentileza desconsiderar a presente notificação. Neste caso, favor entrar em contato com a Operadora para que possamos eliminar eventuais desencontros de informação.

Beneficiários vinculados ao plano Usisaúde Amplo Individual Apartamento cadastrado na ANS sob o nº479.290/17-4

Identificação do Beneficiário	Vencimento(s)	Valor(es) Exato(s)	Valor(es) Atualizado(s)	Dias Inadimplência
CPF: 164.151.286-XX Nº de Inscrição da Carteirinha: U108581228 53800PA	20/11/2023	R$ 157,48	R$ 168,45	149
	20/12/2023	R$ 157,48	R$ 166,88	119
	22/01/2024	R$ 157,48	R$ 165,14	86
	20/02/2024	R$ 207,48	R$ 215,57	57
	20/03/2024	R$ 157,48	R$ 162,10	28

Beneficiários vinculados ao plano Usisaúde Regional Individual Enfermaria cadastrado na ANS sob o nº479.285/17-8

Identificação do Beneficiário	Vencimento(s)	Valor(es) Exato(s)	Valor(es) Atualizado(s)	Dias Inadimplência
CPF: 157.514.356-XX Nº de Inscrição da Carteirinha: U912661096 23900RE	10/10/2023	R$ 132,63	R$ 143,68	190
	10/11/2023	R$ 164,44	R$ 176,45	159
	11/12/2023	R$ 217,45	R$ 231,08	128
	10/01/2024	R$ 132,63	R$ 139,61	98
	12/02/2024	R$ 132,63	R$ 138,15	65
	11/03/2024	R$ 132,63	R$ 136,92	37
CPF: 075.728.636-XX Nº de Inscrição da Carteirinha: U1085312284 4100RE	10/11/2023	R$ 117,29	R$ 125,86	159
	11/12/2023	R$ 167,29	R$ 177,78	128
	10/01/2024	R$ 167,29	R$ 176,10	98
	12/02/2024	R$ 247,03	R$ 257,32	65
	11/03/2024	R$ 117,29	R$ 121,09	37
CPF: 116.005.496-XX Nº de Inscrição da Carteirinha: U11238129873000RE	10/11/2023	R$ 142,50	R$ 152,90	159
CPF: 127.617.356-XX Nº de Inscrição da Carteirinha: U11315130494500RE	10/01/2024	R$ 142,50	R$ 149,24	99
	10/01/2024	R$ 142,50	R$ 149,24	99

COMUNICADO DE INADIMPLÊNCIA

A FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER/USISAÚDE, Operadora de plano de saúde registrada na ANS sob o nº 33.995-4, inscrita no CNPJ sob o nº 19.878.404/0001-00, com estabelecimento na Av. Kiyoshi Tsunawaki, 41, bairro das águas, Ipatinga/MG, vem notificar, os Beneficiários abaixo identificados, dos débitos relativos às mensalidades do seu Plano de Saúde Odontológico.

Destacamos que o atraso no pagamento da mensalidade por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos ou não, implicará o cancelamento do seu plano de saúde, conforme estabelecido no art. 13, inciso II da Lei 9656/98. Esperamos vossa manifestação para a regularização do débito no prazo máximo de 10 (dez) dias contatos da publicação do presente edital, sob pena do contrato pactuado com a USISAÚDE ser rescindido de pleno direito nos termos esclarecidos acima, sem prejuízo das medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis para o recebimento do débito, acrescido dos encargos legais e contratuais. Informações sobre títulos em aberto estão disponíveis no site www.usisaude.com.br ou pelo 0800-283-0040. Na hipótese do pagamento ter sido efetuado por V.S.a até a data desta publicação, gentileza desconsiderar a presente notificação. Neste caso, favor entrar em contato com a Operadora para que possamos eliminar eventuais desencontros de informação.

Beneficiários vinculados ao plano Usisaúde Dental Individual cadastrado na ANS sob o nº464.760/11-2

Identificação do Beneficiário	Vencimento(s)	Valor(es) Exato(s)	Valor(es) Atualizado(s)	Dias Inadimplência
CPF: 855.653.776-XX Nº de Inscrição da Carteirinha: U10716121944600OI	20/11/2023	R$ 52,60	R$ 56,26	149
	20/12/2023	R$ 52,60	R$ 55,74	119
	22/01/2024	R$ 52,60	R$ 55,16	86
	20/02/2024	R$ 52,60	R$ 54,65	57
	20/03/2024	R$ 52,60	R$ 54,14	28
CPF: 075.728.636-XX Nº de Inscrição da Carteirinha: U10853122844300OI	10/11/2023	R$ 26,30	R$ 28,22	159
	11/12/2023	R$ 26,30	R$ 27,95	128
	10/01/2024	R$ 26,30	R$ 27,69	98
	12/02/2024	R$ 26,30	R$ 27,40	65
	11/03/2024	R$ 26,30	R$ 27,15	37
CPF: 116.005.496-XX Nº de Inscrição da Carteirinha: U11238129875400OI	10/11/2023	R$ 28,83	R$ 30,94	159
CPF: 127.617.356-XX Nº de Inscrição da Carteirinha: U11315130496300OI	10/01/2024	R$ 28,83	R$ 30,35	98
	11/03/2024	R$ 28,83	R$ 29,77	37

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA RETIRO DOS ATLETAS, convoca os associados para AGE no dia 11/05/2024, na Rua Capitão Sergio Pires, nº151 - Minas Caixa - Venda Nova - BH/MG, sua sede, às 20hs. Pauta: Mudança de endereço e da Diretoria Executiva. Data da publicação 19/04/2024.

Presidente: Herverton Dias da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA VITÓRIA - Extrato de Aditivo - 6ª Alteração Contratual - Termo Aditivo referente Contrato: 055/2021; Concorrência Pública 002/2021. Partes: Prefeitura Mun. Santa Vitória e JM Construtora e Incorporadora Eireli, CNPJ 10.175.209/0001-40. Objeto: aditivo de supressão no percentual de 0,95752%. Valor suprimido: R$24.886,26. Recursos financeiros e Dotação Orçamentária: do ano em curso. Isper Salim Curi – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ADITIVO - 7ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL - Termo Aditivo referente Contrato: 055/2021; Concorrência Pública 002/2021. Partes: Prefeitura Mun. Santa Vitória e JM Construtora e Incorporadora Eireli, CNPJ 10.175.209/0001-40. Objeto: aditivo de quantitativo/qualitativo no percentual de 0,56696%, e prorrogação do prazo de vigência. Valor acrescido: R$14.735,44. Vigência 30/04/2024 a 31/07/2024. Recursos financeiros e Dotação Orçamentária: do ano em curso. Isper Salim Curi – Prefeito Municipal.

LEILÕES BRASIL
GLENER BRASIL CASSIANO
LEILOEIROS ASSOCIADOS
Matricula Jucemg 470
Leiloeiro Oficial e Judicial Desde 2002

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS

LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO

1º PÚBLICO LEILÃO: 25 de Abril de 2.024 (quinta-feira), com início a partir das 10:00 horas e término a partir das 10:30 horas.

2º PÚBLICO LEILÃO: 26 de Abril de 2.024 (sexta-feira), com início a partir das 10:00 horas e término a partir das 10:30 horas.

NA MODALIDADE DE LEILÃO ON-LINE (VIRTUAL), DESDE QUE O INTERESSADO EM ARREMATAR, SEJA CADASTRADO PREVIAMENTE NO SITE DO LEILOEIRO: www.leiloesbrasilcassiano.com.br

GLENER BRASIL CASSIANO, leiloeiro público oficial, devidamente matriculado na JUCEMG – Junta comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 470, com escritório profissional sito á Rodovia BR 365, Km 612, nº 550, Conjunto Alvorada, CEP: 38.407-180, Uberlândia (MG), fone: (34) 3229-6161, faz saber que devidamente contratado e autorizado pelo(a) Vendedor(a) e ou Credor(a) Fiduciário(a), venderá o imóvel a seguir identificado, na forma do Decreto Lei 21.981, de 19 de Outubro de 1.932, Decreto 22.427, de 1º de Fevereiro de 1.933 e artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de Novembro de 1.997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, em **PRIMEIRO e SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES**, nos dias, hora, e local acima referidos, para pagamento de dívidas, despesas, prêmios de seguro, encargos legais, tributos, contribuições condominiais, editais, despesas gerais e comissão devida ao Leiloeiro Oficial, em favor de **COOPERATIVA DE CRÉDITO NOROESTE DE MINAS LTDA. - SICOOB NOROESTE DE MINAS (CREDOR FIDUCIÁRIO)**, com sede e foro em **UNAÍ (MG)**, sendo a responsabilidade do pagamento em nome de **JOÃO RANDES CAETANO DA SILVA (DEVEDOR FIDUCIANTE).**

IMÓVEL OBJETO DO LEILÃO:

- **Imóvel:** um quinhão de terras situado neste distrito, município e Comarca de Unaí-MG, na **FAZENDA TAMBORIL**, **quinhão nº 02 (dois)** com área de **28,97,50 ha** (vinte e oito hectares, noventa e sete ares e cinquenta centiares), num perímetro de 2.888,67m, com a seguinte linha perimétrica, limites e confrontações: partindo do ponto M-1, com coordenadas E=286.592.612 N=8.194.016,442; situado na jusante do CÓRREGO CHUPEIRO com o RIBEIRÃO TAMBORIL; deste, segue a montante PELO CÓRREGO CHUPEIRO, por uma distância de 395,11m, até o ponto M-2, no inicio de uma cerca de arame, na margem direita do referido córrego de coordenadas E=286.552,230 N=8.193.623,399, confrontando com MÁRIO JOSÉ DA ROCHA; deste segue pela cerca de arame, com azimute de 85º42'14", por uma distância de 39,06m, até o ponto M-3, coordenadas E=286.591,178, e N=8.193.626,325, deste segue com azimute de 129º23'54", por uma distância de 186,12m, ainda confrontando com MÁRIO JOSÉ DA ROCHA até o ponto M-4, coordenadas E=286.735,004 N=8.193.508,192, deste segue com azimute de 252º05'21", por uma distância de 214,59m, passando a confrontar com ADERBAL JUREMA JUNIO, até o ponto M-5, situado a margem direita do CÓRREGO CHUPEIRO, de coordenadas E=286.530,813 N=8.193.442,198; deste segue pelo referido Córrego, por uma distância de 246,91m, até o ponto M-6, situado na jusante de uma Grota, de coordenadas E=286.353,384 N=8.193.270,638, ainda na confrontação com ADERBAL JUREMA JUNIOR; deste segue a montante pela grota, por uma distância de 311,09m, até o ponto M-7, situado no inicio de uma cerca de arame, na sua margem esquerda, coordenadas E=286.092,576 N=8.193.440,213, confrontando com ADERBAL JUREMA JUNIOR; deste segue pela cerca com o seguinte azimute e distâncias,355º41'25" por uma distância de 372,87m, até o ponto M-8, coordenadas E=286.064.556 N=8.193.812,024, confrontando com MARIA NEUSA FELIZARDO MACIEL; deste segue pela grota a jusante, por uma distância de 384,65m, até o ponto M-9, coordenadas E=286.441,641 N=8.193.887,954, confrontando com a gleba nº1 ÉLCIA MATOS SOARES e João Randes Caetano e Élcia Matos Soares; deste segue com azimute 180º00'00", por uma distância de 142,71m, até o ponto M-10, coordenadas E=286.441.641 N=8.194.030,664; deste, segue com azimute 74º51'20", por uma distância de 51,12m, até o ponto M-11, na montante de uma GROTA, E=286.490.987 N=8.194.044,020, deste segue pela referida GROTA, confrontando com a gleba nº 01 de ÉLCIA MATOS SOARES por uma distância, de 49,83m até o ponto M-24, na jusante da GROTA com o RIBEIRÃO TAMBORIL, coordenadas E=286.539,122 N=8.194.056,903; deste desce pelo RIBEIRÃO TAMBORIL, por uma distância de 67,67m, até o ponto M-1 vértice inicial desta descrição. **(DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CRI DE UNAÍ – MG, SOB O Nº 45.814)**.

A regularização das benfeitorias existentes no imóvel e a imissão de posse caso o mesmo esteja ocupado, o arrematante ficará ciente que será o responsável pelas mesmas.

A venda se dará à vista, devendo o pagamento ser realizado no ato da arrematação e as despesas relativas à comissão do Leiloeiro no percentual de **5% (CINCO POR CENTO)** sobre o valor de lanço, consoante preconiza o § único do artigo 24 do Decreto Lei 21.981, de 19 de Outubro de 1.932, inclusive registro, impostos e taxas correrão por conta do arrematante.

O lanço mínimo para venda do referido imóvel com as respectivas benfeitorias no **PRIMEIRO LEILÃO**, no dia **25 de Abril de 2.024 (quinta-feira), com início a partir das 10:00 horas e término a partir das 10:30 horas**, será de conformidade com o mercado imobiliário da cidade de **UNAÍ (MG)**, desde que igual ou superior, ou seja: **R$ 917.093,20 (novecentos e dezessete mil, noventa e três reais e vinte centavos),** de acordo com o inciso VI do artigo 24 e § único, bem como o artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de Novembro de 1.997 e mais a comissão do leiloeiro no percentual de **5% (CINCO POR CENTO).**

Caso não haja venda no **PRIMEIRO LEILÃO**, será realizado um **SEGUNDO PÚBLICO E ÚLTIMO LEILÃO** no mesmo local, no dia **26 de Abril de 2.024 (sexta-feira), com início a partir das 10:00 horas e término a partir das 10:30 horas**, pelo maior lanço oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida atualizada, ou seja: **R$ 696.381,27 (seiscentos e noventa e seis mil, trezentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos).**

O Leiloeiro acha-se habilitado a fornecer informações pormenorizadas aos interessados sobre o imóvel. Ficam desde já intimado(s) o(s) Emitente(s) e o (s) Devedor(es) Fiduciante(s), caso não sejam localizados.

O não pagamento, no prazo previsto neste edital, sujeitará o arrematante a multa equivalente a 10% do valor do lance não quitado, além de ficar obrigado a honrar com o pagamento da comissão do leiloeiro, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos.

Aquele que tentar fraudar a arrematação, além da reparação do dano na esfera cível - arts. 186 e 927 do Código Civil - ficará sujeito as penalidades do artigo 358 do Código Penal.

O referido imóvel será arrematado nas condições e estado de conservação em que se encontra. Para todos os efeitos, considera-se a venda realizada por intermédio dos leilões previstos neste edital como sendo *"ad corpus",* não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e demais peculiaridades do imóvel, cabendo aos interessados vistoriarem o bem antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere a eventuais edificações existentes no local.

Cabe aos interessados verificar, junto ao Município e demais órgãos competentes, eventuais restrições quanto ao uso do imóvel levado à leilão, inclusive, mas não somente, restrições ambientais. Caberá ao arrematante arcar com os custos e tributos incidentes da transferência do imóvel, inclusive, mas não somente, custas com lavratura da escritura, taxas e ITBI. A partir da data da arrematação, caberá ao arrematante arcar com as taxas e tributos incidentes sobre o imóvel, inclusive, mas não somente, IPTU.

Deverá o Comprador, previamente ao oferecimento de seu lance, ler atentamente todas as condições estabelecidas neste Edital, bem como verificar o imóvel *in loco* e respectiva documentação imobiliária correspondente, cientificando-se de todas as características e circunstâncias que o afetam.

O arrematante não poderá alegar, sob qualquer forma ou pretexto, o desconhecimento das condições do presente Edital de Leilão.

GLENER BRASIL CASSIANO - LEILOEIRO OFICIAL – MAT. JUCEMG 470

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS

PROCESSO Nº 031/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024

OBJETO: **Aquisição de conjuntos de lixeiras seletivas e coletores de descarte para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Desterro de Entre Rios, MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. Através da Comissão de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que está instaurando o processo, através do presente instrumento, nos termos da Lei 14.133/2021 e demais normas pertinentes. REALIZAÇÃO: 03/05/2024 ÀS 09:00 HORAS.

LOCAL: Link para acesso: https://desterrodeentrerios.licitapp.com.br//

INFORMAÇÕES: (031) 3736-1515 OU 31- 98359-7922

E-MAIL- compras@desterrodeentrerios.mg.gov.br

SITE: www.desterrodeentrerios.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS, MG

19 DE ABRIL DE 2024

Arthur Andrade Lima - Pregoeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DO **SINTRAMOV-CT**. PELO PRESENTE EDITAL, O SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL E LOGISTICA DE CONTAGEM, BETIM E REGIÃO - SINTRAMOV–CT, ENTIDADE SINDICAL, CNPJ Nº. 05.235.789/0001-83, POR MEIO DO SEU REPRESENTANTE LEGAL, ATENDENDO O QUE DETERMINA SEU ESTATUTO SOCIAL, CONVOCA OS TRABALHADORES AVULSOS E EMPREGADOS, INTEGRANTES DA CATEGORIA PROFISSIONAL DIFERENCIADA DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL E LOGÍSTICA DOS MUNICÍPIOS DE BETIM, CONTAGEM, IBIRITÉ, IGARAPÉ, JUATUBA E SARZEDO/MG, PARA PARTICIPAREM DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA ENTIDADE, A REALIZAR-SE NO DIA 27 DE ABRIL DE 2024, COM 1ª CONVOCAÇÃO ÀS 9:00H, COM A PRESENÇA DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) MAIS 1 (UM) DOS TRABALHADORES INTEGRANTES DA CATEGORIA E ÀS 9:30H, EM 2ª CONVOCAÇÃO, COM QUALQUER NÚMERO DE PRESENTES, NA SEDE DO SINTRAMOV-CT, À RODOVIA BR 381 – KM 2,0 – Nº 2011 – BAIRRO BANDEIRANTES, EM CONTAGEM-MG. A DELIBERAÇÃO SERÁ PARA TRATAR DA SEGUINTE ORDEM DO DIA: A) DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023; B) DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2024. CONTAGEM-MG, 18 DE ABRIL DE 2024. MARCONI MATARELI CÂMPARA - DIRETOR-PRESIDENTE.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Gerência de Compras de Bens e Serviços
Aviso

Licitação: 011/2024
Processo SIAD: 124/2024
Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional (Auxiliares da Fiscalização), a serem executados nas dependências do TRIBUNAL de Justiça do Estado de Minas Gerais, conforme especificações técnicas, Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis do Edital.
Data de início da sessão da concorrência: **06.05.2024.**
Hora de início da sessão de concorrência**: 14h00min.**
Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer download do edital no sítio https://www1.compras.mg.gov.br/n/procedimentolei14133/consulta/publico

Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Gerência de Compras de Bens e Serviços
Aviso

Licitação: 010/2024
Processo SIAD: 113/2024
Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Subscrição de solução informatizada para operacionalização de atividades relativas ao gerenciamento de recursos financeiros oriundos da aplicação de penas de prestação pecuniária, incluindo implantação, hospedagem na infraestrutura da empresa contratada, treinamento, suporte técnico continuado, atualização de versão, integração com sistemas do TJMG e serviço sob demanda para customização da ferramenta, conforme especificações técnicas, Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis do Edital.
Data de início da sessão da concorrência: **06.05.2024.**
Hora de início da sessão de concorrência: **10h00min.**
Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer download do edital no sítio https://www1.compras.mg.gov.br/n/procedimentolei14133/consulta/publico

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MG

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO Nº 003/2024 – RP Nº 001/2024

A PMCL/MG torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, regida pela Lei n° 14.133/2021, que se destina ao Registro de Preços para aquisição de material de expediente (Papel A4), para atendimento à demanda das Secretarias Municipais de Conselheiro Lafaiete/MG, de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital. Data de recebimento das propostas/documentação: de 19/04/2024, às 12:00h, até 03/05/2024, às 09:29h. Data de abertura: 03/05/2024, às 09:30h, na plataforma www.novobbmnet.com.br. Esclarecimentos pelo telefone (31) 3764-9801, ramal 1035, ou e-mail: licita.lafaiete@gmail.com. O edital poderá ser retirado nos sites: www.conselheirolafaiete.mg.gov.br e www.novobbmnet.com.br.

Conselheiro Lafaiete, 18/04/2024
Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt – Agente de Contratação.

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO Nº 006/2024 – PRC Nº 018/2024

A PMCL/MG torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, regida pela Lei n° 14.133/2021, que se destina à Contratação de empresa especializada para fabricação, entrega e montagem de móveis de linha e planejados, a fim de atender as necessidades de instalação da UPA 24 HORAS, através da Diretoria da Atenção Especializada da Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, conforme descritivos previstos no item 19 e Anexo I deste Edital. Data de recebimento das propostas/documentação: de 19/04/2024, às 12:00h, até 07/05/2024, às 09:29h. Data de abertura: 07/05/2024, às 09:30h, na plataforma www.novobbmnet.com.br. Esclarecimentos pelo telefone (31) 3764-9801, ramal 1035, ou e-mail: licita.lafaiete@gmail.com. O edital poderá ser retirado nos sites: www.conselheirolafaiete.mg.gov.br e www.novobbmnet.com.br.

Conselheiro Lafaiete, 18/04/2024
Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt – Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO -Processo Licitatório n.º 491/2023, Modalidade: Concorrência Pública n.º 040/2023. Objeto: implantação do sistema de prevenção e combate a incêndio na Casa de Chica da Silva e Biblioteca Antônio Torres, no Município de Diamantina (MG). Verificada a regularidade procedimental [...], HOMOLOGO o presente processo em favor da empresa I. B. & Melo Engenharia Ltda, CNPJ nº 33.832.218/0001-61, com o valor global de R$ 137.427,83. Diamantina, 17 de abril de 2024. Juscelino Brasiliano Roque - Prefeito Municipal

RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO -Processo Licitatório n.º 320/2023, Modalidade: Tomada de Preços n.º 008/2023. Objeto: seleção de empresa para elaboração do Plano Municipal de Cultura do Município de Diamantina (MG). A Prefeitura Municipal de Diamantina comunica aos interessados que, na 3ª sessão púbica de habilitação, realizada em 18/04/2024, foi considerada habilitada a empresa Ravel Produção e Gestão Cultural Ltda - ME. Sessão suspensa para envio das propostas técnicas para análise da Comissão Avaliadora. Diamantina, 18 de abril de 2024. Carlos Augusto Meira - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SAAE / FORMIGA / MG
EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 0010/2024

Suspendeu o Pregão Eletrônico **006/2024** – Registro de preços. Tipo: Menor Preço Unitário. Objeto: Aquisição de **material químico. SUSPENSO** para adequação no edital convocatório. Nova data de abertura em breve. Informações à disposição nos sites: www.licitanet.com.br e www.saaeformiga.com.br - Wainy Torres – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS/MG

ERRATA DE LICITAÇÃO ao PE SRP nº 019/2024, PRC 062/2024. Objeto: Aquisição de kits natalidade: 06/05/2024 às 08h01 min. Retificação disponível no www.portaldecompraspublicas.com.br dentre outros. Tel.: 31-3832-7113. Catas Altas/MG, 18/04/2024. Saulo Morais de Castro – Prefeito.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº22/2024

O **SENAR-AR/MG** torna público que fará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE,** objeto **de serviços gráficos para impressão de 3.000 unidades de cartilhas para treinamento do Senar Minas Gerais,** de acordo com as especificações descritas neste Edital e seus Anexos. **Abertura dia 29/04/2024, às 9h**. O edital bem como mais informações poderão ser obtidos na Av. do Contorno, nº1.771 – B. Floresta – Belo Horizonte/MG – Tel. (31) 3074-3079, no horário de 08 às 11h, de segunda a sexta-feira ou através do e-mail licita@senarminas.org.br.
Pollyane de Almeida Santos – Pregoeira.

COMUNICADO

A exigência de pagamento antecipado de qualquer quantia para recebimento de empréstimos financeiros, carta de crédito de consórcio e venda de veículos automotores, pode ser indício de golpe contra o consumidor. Antes de fechar negócio, consulte o Procon de sua cidade, o Procon Estadual de Minas Gerais (31) 3335-8552 ou a Delegacia Especializada de Ordem Econômica (31) 3330-1757 e 3330-1798. Delegacia Especializada de Crimes Contra o Consumidor 3275-1887.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG

EXTRATO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

O Município de Moeda/MG com fulcro na Lei Nacional 14.133/2021, torna público que fará realizar licitação na Modalidade Concorrência Eletrônica nº 005/2024 - Processo nº 015/2024, tipo menor preço global. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica de trecho da estrada vicinal de acesso a localidade do Vieira (parte 02), conforme CONTRATO DE REPASSE Nº 947349/2023/MDR/CAIXA, atendendo a Secretaria de Infraestrutura do Município de Moeda/MG. **A sessão eletrônica se realizará no dia 07/05/2024, às 09hs,** através do site: www.licitardigital.com.br. Maiores informações no telefone: (31) 3575-1135 ou e-mail: licitacao@moeda.mg.gov.br - www.moeda.mg.gov.br

HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS
ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 032/2024 - PROCESSO: 04-41/2023 - Nº SISTEMA PBH: 010461372360 - OBJETO: Aquisição de fórmulas infantis, dietas enterais, espessante, fortificante para leite humano, módulos e suplementos alimentares. Esta licitação possui itens com cotas exclusivas para a participação de microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP. Início da recepção de propostas a partir de 24/04/2024. Abertura das propostas comerciais: às 08:00hs do dia 07/05/2024. Abertura da sessão de lances: logo após a abertura das propostas comerciais. O edital está disponível nos sites: www.pbh.gov.br ou www.comprasnet.gov.br. Outras informações: cpl@pbh.gov.br.
Belo Horizonte, 17 de abril de 2024
Edmundo S. C. Franco
Agente de Contratação - HOB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2024

Processo Licitatório nº 080/2024, autuado em 20/03/2024, Pregão Eletrônico nº 031/2024. O Objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Serviço de Acolhimento Institucional, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, ofertado na modalidade Residência Inclusiva para o acolhimento de Pessoas com Deficiência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, a realizar-se no dia 09/05/2024 às 09h30min. Cópia do Edital à disposição dos interessados nos sites do PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, site da Licitar Digital, site da Prefeitura de Cláudio/MG e também na Av. Presidente Tancredo Neves, nº 152, Centro, nesta cidade, no horário das 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira.
Cláudio/MG, 18 de Abril de 2024
Fernando do Nascimento Santos
Chefe de Departamento de Administração

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada na realização de cursos para o Programa de Educação Médica Continuada do CRM-MG, sendo, Curso de Eletrocardiografia Online – ECG, conforme condições e requisitos contidos no termo de referência e demais anexos do edital. Edital à disposição no site www.gov.br/compras.br Data de cadastro: Do dia 19/04/2024 ao dia 06/05/2024 até as 14h00. Data de abertura do pregão dia 06/05/2024 às 14h01 (Horário de Brasília).

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada na realização de cursos para o Programa de Educação Médica Continuada do CRM-MG, sendo: Curso de Transfusão de Hemocomponentes ; Curso de Emergências Psiquiátricas ; Curso de Emergências Clínica; conforme condições e requisitos contidos no termo de referência e demais anexos do edital. Edital à disposição no site www.gov.br/compras.br Data de cadastro: Do dia 19/04/2024 ao dia 08/05/2024 até as 14h00. Data de abertura do pregão dia 08/05/2024 às 14h01 (Horário de Brasília).

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A **SL SIDERÚRGICA LOBATO LTDA.,** nos termos do art. 30 da Deliberação Normativa Copam nº 217, de 2017, torna público que solicitou à Unidade Regional de Regularização Ambiental do Alto São Franciso, LAC 2, Licença Prévia + Licença de Instalação, para SL Siderúrgica Lobato Ltda., Atividades B-02-01-1 – Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro gusa, e, F-05-07-1 - Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados, Conceição do Pará/MG, Classe 5, conforme solicitação no Sistema de Licenciamento Ambiental nº 0001370.

O requerente informa que o Estudo de Impacto Ambiental (Eia) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima), encontram-se à disposição dos interessados na forma digital pelo link: https://drive.google.com/drive/folders/1tpTX218gCPSnFeWM-XDRmmWWY1O15cf8?usp=drive_link. Maiores informações acerca do requerimento para realização de Audiência Pública podem ser obtidas no site http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia.

DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90117/24-06 – UASG 393031

Nº Processo: 50600.002663/2023-72. Objeto: contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de manutenção de 22 (vinte e duas) Obras de Arte Especiais, localizada(s) em rodovia(s) federal(ais) sobre jurisdição de(a) Unidade Local (de Pouso Alegre/MG), no âmbito do Programa de Manutenção e Reabilitação de Estruturas - PROARTE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 19/04/2024 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: www.dnit.gov.br ou Rua Líder 197 – Pampulha – Belo Horizonte/MG ou https://www.gov.br/compras. Entrega das propostas: a partir de 19/04/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 06/05/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

AVISO DE ALTERAÇÃO

Pregão Eletrônico R2 nº 90076/2024 - UASG 393031

Nº Processo: 50606001177202468. Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no DOU de 21/03/2024, foi alterado. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços necessários de manutenção rodoviária (conservação/recuperação) na rodoviaBR-367/MG, segmento do Entr. BR-116 (P/Itaobim) ao Entr. BR-342(A), sob circunscrição da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Minas Gerais. Novo Edital: 19/04/2024 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Líder, 197 - Belo Horizonte, Aeroporto - Belo Horizonte/MG ou https://www.gov.br/compras/edital/393031-5-90076-2024. Entrega das Propostas: a partir de 19/04/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 06/05/2024 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

ANTONIO GABRIEL OLIVEIRA DOS SANTOS
Superintendente Regional do DNIT No Estado de Minas Gerais

Serviço do Registro de Imóveis - Comarca de Contagem
OFICIL: João Marques de Vasconcellos
Rua Joaquim Camargos, 110 - Centro - Contagem - MG -
CEP 32.041-440 - Tel.: (31)3398-1093

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONFRONTANTE

O Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Contagem, MG, na forma da lei, etc., FAZ SABER a **IRANI FERREIRA SOARES**, CPF 091.774.776-34, mais quantos estes virem ou dele tiverem conhecimento, que **RUBENS VECCHIO DA SILVA**, empresário, CI MG-8.470.223 SSPMG, CPF 038.668.146-58, sua mulher **ANA CRISTINA PARREIRAS DA SILVA**, empresária, CI MG-8.503.667 SSPMG, CPF 040.674.866-77, brasileiros, casados sob o regime da comunhão universal de bens, residentes e domiciliados na Rua Santa Rita Durão, nº 89, Bairro Amarantes, Betim, MG, e **MARCELO FRANCISCO MOREIRA PALHARES VIEIRA**, empresário, CI MG-8.974.523 PCMG, CPF 005.483.286-17, casado com RANALY SILVA ELIAS, advogada, CI MG-10.013.253 PCMG, CPF 057.560.246-54, sob o regime da separação de bens, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Hum, nº 1500, Bairro Estância do Hibisco, Contagem, MG, requereram retificação de área referente ao imóvel constituído pelo **lote de terreno nº 01 (hum), do quarteirão A-3 (A-três), do BAIRRO CIDADE JARDIM ELDORADO,** neste Município, matriculado sob o nº 436, livro 2, deste Cartório, tendo apresentado a documentação necessária. Assim, fica(m) **NOTIFICADO(S)** o(s) confrontante(s) acima mencionado(s), para os efeitos do disposto no art. 213, § 3º, **devendo se manifestar(em) no prazo de 15 (quinze) dias, contados da 2ª publicação deste edital**. Prenotação nº **565184**. A documentação encontra-se neste Cartório, situado à Rua Joaquim Camargos, nº 110, Centro, Contagem, MG, à disposição dos interessados. Contagem, 10 de abril de 2024.

João Marques de Vasconcelos
Oficial do Registro

Cartório Registro de Imóveis Leonardo V. F. Vasconcelos ESC. AUTORIZADO Comarca de Contagem / MG

O edital será publicado por duas vezes em jornal local de grande circulação

entre aspas

"A inteligência artificial é boa e perigosa."
Luísa Trajano
PRESIDENTE DO CONSELHO MAGAZINE LUIZA
Sobre impactos da tecnologia

"Precisamos dos jovens. Precisamos que todos sejam criativos."
May Britt-Moser
NOBEL DE MEDICINA
Sobre incentivo à ciência

Resolução do CFM veda procedimento após 22ª semana de gestação

Ives Gandra da Silva Martins
Presidente do Conselho Superior de Direito da FecomercioSP, jurista e professor

Aborto oriundo de estupro

O Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou, no "Diário Oficial da União" ("DOU"), a Resolução 2.378, de 2024, que veda a realização da assistolia fetal em gestações com mais de 22 semanas para casos de aborto oriundos de estupro. Ou seja, declarou que, a partir da 22ª semana de gestação, mesmo nas hipóteses permitidas pelo artigo 128 do Código Penal, que são os casos de aborto terapêutico ou do aborto por estupro, já não é mais possível realizar o aborto.

O procedimento provoca a morte do feto por meio da administração de substâncias – geralmente são aplicadas altas doses de cloreto de potássio no coração de bebês com mais de 22 semanas de gestação – para, depois, ser retirado do útero da mulher.

A definição desse prazo final pelo Conselho Federal de Medicina tem sua razão de ser. É que o nascituro com 22 semanas tem condições, embora prematuro, de sobreviver. Então é um ser humano pleno, com a possibilidade de viver fora do ventre materno por causa das técnicas modernas de recuperação do feto nessa fase de desenvolvimento.

Agora, a partir dessa histórica resolução do Conselho Federal de Medicina, as crianças com mais de 22 semanas terão direito ao parto antecipado. Caso a mãe não queira permanecer com o filho, ele deverá ser encaminhado para adoção. É um ser humano.

O Conselho Federal de Medicina diz que o aborto nos casos de estupro é permitido antes da viabilidade de vida extrauterina, o que desaparece a partir da 22ª semana. Há muitos que têm criticado essa decisão, dizendo que o Código Penal, de 1940, permite o aborto em qualquer hipótese. A ser válida a tese, matar um nascituro um minuto antes de ele nascer não seria crime, mas um minuto depois de nascido seria um homicídio. Nada mais ilógico que tal interpretação.

Não é verdade, também, porque nós temos um princípio na Constituição Federal que consagra a inviolabilidade do direito à vida. Vale dizer que, se a vida extrauterina é possível a partir da 22ª semana, significa que aquele ser humano tem a garantia absoluta constitucional à vida pelo "caput" do artigo 5º, que explicita quando começa a ser inviolável o direito à vida.

Sempre defendi que, após a Constituição de 5 de outubro de 1988, data em que foi promulgada, o próprio Código Penal tinha sido revogado. Sendo assim, qualquer que fosse a hipótese do aborto seria proibida, porque a vida começa na concepção. Aliás, é o que diz o Código Civil, em seu artigo 2º, e o que dizia o Código anterior, no artigo 4º.

O Supremo Tribunal Federal, entretanto, em um autopoder outorgado de legislar, criou uma terceira hipótese de não punibilidade, que é a do aborto eugênico. Não se trata, pois, do aborto terapêutico, caso em que a gravidez gera risco de morte à mulher, mas, sim, do caso em que o feto está malformado, hipótese essa não criada pelo Poder Legislativo, mas por um poder autoconcedido ao Judiciário, já que não consta da legislação.

Portanto, essa terceira hipótese, a do aborto eugênico, foi criada pelo Supremo Tribunal Federal para não permitir que um feto malformado venha a nascer.

Ora, a decisão do Conselho Federal de Medicina é de absoluta lógica: se o feto tiver condições de vida extrauterina, não poderá haver aborto, porque aquele nascituro continuará a viver fora, assim como está vivendo no ventre materno.

Então as críticas que fazem ao Conselho Federal de Medicina, além de não serem aceitáveis, representam, na verdade, a defesa do homicídio uterino, do assassinato de seres humanos já com condições de vida fora do ventre materno.

Quero, pois, cumprimentar o Conselho Federal de Medicina por ter tomado científica posição em relação às hipóteses de aborto permitidas pelo Código Penal no artigo 128, enquanto o feto não tiver condições de vida extrauterina. Tendo condições de vida extrauterina, em nenhuma hipótese, o aborto é permitido.

LEILÃO DE VEÍCULOS ONLINE

AGORA VOCÊ COMPRA SEU VEÍCULO DA MELHOR FORMA PARA O SEU NEGÓCIO: COM O CONFORTO DO LEILÃO ONLINE. ACESSE WWW.COPART.COM.BR, CADASTRE-SE E DÊ SEU LANCE. BOA SORTE!

NESTA SEXTA-FEIRA, 19/04/24 às 12h00.
240 VEÍCULOS: FINANCIAMENTO, ENCHENTE, COLISÃO, ROUBO, FURTO E VEÍCULOS EM FINAL DE VIDA ÚTIL.

RAPHAEL ESTEVES
LEILOEIRO OFICIAL JUCEMG 991

Local do Leilão: Rod. BR 262, km 359 Bairro Aroeiras, Betim-MG.

Nº DOS CHASSIS: 1B370902-AVA, 3C412147-REC, 3R109324-NOR, 5T198299-NOR, 63002639-REC, 74129413-NOR, 7B594134-NOR, 8J099945-NOR, 8M238169-REC, 8Z100526-NOR, 8Z203707-REC, 92103751-NOR, 96246196-NOR, 97103041-REC, 9B241648-NOR, 9L159785-NOR, 9R059457-NOR, 9S589369-REC, A2065120-NOR, A6113118-REC, AB187897-AVA, AD632179-NOR, AE036577-NOR, AG306939-NOR, AP006979-REC, B0011138-NOR, B2194164-NOR, B4169894-NOR, B8626527-NOR, B8711946-NOR, BA159413-NOR, BB097312-NOR, BL675622-NOR, BL904944-AVA, BM107476-NOR, BP072239-REC, BR101015-NOR, BR521884-NOR, buer2453-REC, C0158359-NOR, C4102434-NOR, CA524298-NOR, CB223944-NOR, CB294384-NOR, CB859402-REC, CC226851-NOR, CL355076-NOR, CM138586-REC, CT200879-NOR, D0444204-NOR, D2009831-REC, D2011132-REC, D2573360-REC, D6856290-NOR, D7550279-NOR, DB535259-NOR, DC405975-NOR, DCD13355-NOR, DE140391-NOR, DFS01319-NOR, DG225858-REC, DJ148812-NOR, DJ539095-NOR, DM006459-NOR, DP019489-NOR, DR318970-NOR, DU000280-NOR, E0084068-NOR, E0579564-NOR, E3109260-NOR, E3860072-NOR, E4128357-NOR, E8013360-REC, E8114972-NOR, EB168178-NOR, EB236440-NOR, EB238966-NOR, ECD01866-NOR, EP115512-REM, EP199029-NOR, EU013415-REC, EZ125284-NOR, EZ167619-NOR, EZ213120-NOR, F0643054-NOR, F2255085-REM, F4047759-NOR, F4500259-REC, F7943883-NOR, F7967491-NOR, FB770880-NOR, FFS00086-AVA, FG242335-NOR, FJ296555-NOR, FP130154-NOR, FP353824-NOR, FZ122355-NOR, G4A46726-NOR, G5087443-REC, G8556796-AVA, G8566522-REC, GG218329-NOR, GK007936-NOR, GL875801-REC, GP560916-NOR, GP560916-NOR, GZ137375-NOR, GZ148113-NOR, H2125588-REC, H4047140-NOR, HB037289-NOR, HB184993-NOR, HB557521-NOR, HG259217-NOR, HJ017361-NOR, HKB14677-NOR, HN492055-NOR, HR147253-NOR, HZ210880-REC, J0000658-NOR, J0154870-NOR, J2206459-REC, J9093325-NOR, JB193705-NOR, JG267651-NOR, JG309508-NOR, JJ266086-NOR, JK839628-REC, JKB47692-NOR, JKH67673-NOR, JKJ19354-NOR, JKJ20328-REC, JP791401-REC, JT026645-NOR, JY202153-NOR, K0160340-NOR, KA003498-NOR, KA046934-NOR, KB022203-NOR, KG127643-NOR, KG163048-REM, KG165830-NOR, KG280231-NOR, KJ107382-NOR, KJ133990-NOR, KJ666547-NOR, KKJ61591-NOR, KP982881-NOR, KZ208010-REC, L2012668-NOR, L2013187-REC, L4015049-REM, L8468780-NOR, L8497623-NOR, LCL28460-NOR, LE185213-NOR, LJ222403-REC, LK315117-NOR, LKC88265-NOR, LKJ99922-NOR, LKK15758-NOR, LP007952-NOR, LT032265-NOR, LY342488-REC, LY362651-REC, LY410279-REC, M3410356-NOR, M8090171-NOR, M9170785-NOR, MB017965-NOR, MG158105-NOR, MG206561-NOR, MJ494769-NOR, MJ782935-NOR, MK225346-NOR, mkk34013-REC, ML598842-NOR, MP032171-NOR, MP044112-REC, MR003261-NOR, MYV95282-NOR, N0034358-NOR, N1693932-REC, N4040001-REC, N5100642-NOR, N8145891-NOR, NB549075-NOR, NC434629-NOR, NFS00767-NOR, NK105427-NOR, NKE06050-NOR, NKE29622-NOR, NY751629-NOR, NY796894-NOR, NYM07394-REC, P0054264-NOR, P0090917-REC, P8217436-NOR, P9226535-REC, PA028638-NOR, PFS00294-NOR, PG168419-REC, PG175455-REC, PG512857-NOR, PK512024-NOR, PKM02787-NOR, PP025841-REC, PR403525-NOR, PT028711-REC, PT084385-REC, PT107272-NOR, PT108467-NOR, PY800672-NOR, PY830686-NOR, PYM16333-NOR, PYM60964-NOR, PYS06080-REC, R2101589-NOR, SC640506-REC, WA597963-NOR.

CONDIÇÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DÉBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA E RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR, DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRÍVEL, AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATÁLOGO DISTRIBUÍDO NO LEILÃO. RAPHAEL ESTEVES - LEILOEIRO OFICIAL - JUCEMG 991. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RODOVIA BR 262, KM 359 BAIRRO AROEIRAS BETIM-MG **(CATÁLOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE).**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 354/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 156/2023

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de produtos alimentícios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. ADJUDICO E HOMOLOGO o Objeto do certame às empresas: MEGADEC DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 28.157.903/0001-08, no Valor Total de R$ 21.170,00 (vinte e um mil, cento e setenta reais); RANGAP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 09.583.388/0001-75, no Valor Total de R$ 30.534,00 (trinta mil, quinhentos e trinta e quatro reais).

Cláudio/MG, 18 de abril de 2024
Reginaldo de Freitas Santos
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2024

Extrato de Edital. Concorrência Eletrônica nº 03/2024. Objeto: Contratação de Empresa para execução da obra de Recapeamento asfáltico em diversas ruas do Município de Caratinga em virtude da ampliação de meta do Convênio nº 1301003234/2022/SEINFRA. Abertura: 16/05/2024 às 09h30min, na plataforma de Pregão Eletrônico localizada no endereço eletrônico: www.bll.org.br. O Edital encontra-se à disposição na Sede da Prefeitura e no site: www.caratinga.mg.gov.br. Mais informações no (33) 3329-8023.

Caratinga/MG, 18 de abril de 2024
Bruno César Veríssimo Gomes
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2023

Adjudicação e Homologação do Processo Licitatório nº 344/2023 - Pregão Eletrônico nº 152/2023. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para prestação de serviços de ensaio de sondagem de solo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Adjudico e Homologo o Objeto do certame às empresas: Ram Sondagens e Serviços Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 11.762.908/0001-59, no Valor Total de R$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais).

Cláudio, 18 de abril de 2024
Reginaldo de Freitas Santos
Prefeito do Município

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico nº 90.029/2024. Processo nº 0000554-82.2024.6.13.8000. Objeto: Aquisição de materiais de expediente. Endereço: Av. Prudente de Morais, 100, 6º andar, SELIC. Cidade Jardim – Belo Horizonte – MG. Entrega das Propostas: a partir de 19/04/2024, às 08h no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 03/05/2024 às 14h.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico nº 90.028/2024. Processo nº 0017976-41.2022.6.13.8000. Objeto: Serviços de vigilância armada. Endereço: Av. Prudente de Morais, 100, 6º andar, SELIC. Cidade Jardim – Belo Horizonte – MG. Entrega das Propostas: a partir de 19/04/2024, às 08h no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 07/05/2024 às 14h.

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO CORRETIVA

AMARAL & GURGEL IMÓVEIS LTDA, CNPJ 00.660.898/0001-24, por determinação do Conselho de Defesa e Proteção do Meio Ambiente - CODEMA, torna público que solicitou, através do Processo nº 849/2024, Licença Ambiental de Operação Corretiva para a atividade de Centro Comercial / Locação de Lojas, no endereço: Avenida Contagem, 1310, Ana Lúcia, Sabará/MG, CEP 31080-365.